ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 28

Brasília - DF, quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 2
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 12
Ministério da Educação 12
Ministério da Fazenda 13
Ministério da Integração Nacional 28
Ministério da Justiça e Segurança Pública 29
Ministério da Saúde 34
Ministério de Minas e Energia 36
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 43
Ministério do Esporte 43
Ministério do Meio Ambiente 43
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 43
Ministério do Trabalho 44
Ministério do Turismo 45
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 45
Ministério Público da União 48
Poder Legislativo 49
Poder Judiciário 49
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 95

Presidência da República

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 1, DE 6 DE FEVEREIRO 2017

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso I da Constituição Federal, nos arts. 6º, § 1º, e 7º, §§ 1º e 4º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e nos arts. 14 e 18 da Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, da então Secretaria de Logística e Tecnologia do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e considerando a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, resolve:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Art. 1º Fica delegada ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral a competência de autorizar as despesas com diárias e passagens:

I - em viagens no território nacional;

II - deslocamentos de servidores ou militares por prazo superior a dez dias contínuos;

III - mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano;

IV - deslocamentos de mais de dez pessoas para o mesmo evento.

V - em deslocamentos para o exterior, com ônus; e

VI - deslocamentos cuja proposta seja solicitada em prazo inferior a 10 (dez) dias da data prevista da partida, desde que formalizada a devida justificativa.

Art. 2º As competências previstas nos incisos II, III, e IV do art. 1º ficam também delegadas às seguintes autoridades:

I - Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos;

II - Secretário Especial de Assuntos Estratégicos;

III - Secretário Especial de Comunicação Social;

IV - Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística; e

V - Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1, DE 6 DE FEVEREIRO 2017

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e da delegação de competência que lhe foi concedida pelo art. 1º da Portaria SG nº 1, de 6 de fevereiro de 2017, e considerando o art. 6º, § 1º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada a competência para autorizar despesas com diárias e passagens em viagens no território nacional, de que trata o inciso I do art. 1º da Portaria SG nº 1, de 6 de fevereiro de 2017, às seguintes autoridades:

I - Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos;

II - Secretário Especial de Assuntos Estratégicos;

III - Secretário Especial de Comunicação Social;

IV - Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística;

V - Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação;

VI - Secretário de Administração; e

VII - ao Secretário de Controle Interno.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 7 de fevereiro de 2017

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.392, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e de acordo com o inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, DECIDE, acolher o Parecer nº 5/2017/SEMPE-DREI/SEMPE/SEGOV, de 3 de fevereiro de 2017, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência:Processo nº 00095.000006/2017-21 e Processo JUCESP nº 995.100/16-0
Recorrente: Avert Laboratórios Ltda.
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo
(Avert Consultoria e Corretora de Seguros Ltda.)

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta dos Processo nº 21000.007087/2015-19 e 21000.005470/2017-96, resolve:

Art. 1º Conceder o prazo de 60 (sessenta) dias para que as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - ONPF dos países de origem adaptem os seus procedimentos ao disposto no inciso I do art. 2º da Instrução Normativa nº 17, de 29 de setembro de 2016, ficando dispensada, nesse período, a exigência de apresentação da Declaração Adicional de que trata o referido inciso, bem como os procedimentos previstos no art. 3º da mesma Instrução Normativa para os produtos correspondentes.

Parágrafo único. Durante o prazo estabelecido no *caput* as partidas dos produtos de Categoria de Risco Fitossanitário 3, Classe de Risco 4, relacionados no Anexo I da Instrução Normativa nº 17, de 29 de setembro de 2016, devem estar acompanhadas de Certificado Fitossanitário - CF emitido pela ONPF do país de origem.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE CAETANO JUNIOR

PORTARIA Nº 11, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto nos artigos 50 e 64 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no Capítulo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XII, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 17, de 13 de julho de 2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21024.012708/2016-81, resolve,

Art. 1º Julgar procedente a autuação tratada nos autos e decidir pela manutenção da penalidade de suspensão sem os efeitos, em função da correção das inconformidades, ao Instituto Gênesis, com endereço à Avenida Tiradentes, 501 - Torre II - 13º Andar - Conj. 1301/1302, Londrina/PR, CNPJ nº 04.398.064/0001-43, com base no inciso II do Art. 69 e Art. 71 do Anexo I da Instrução Normativa nº 17, de 13 de julho de 2006 e na Informação nº 7/SERAS/COMOE/CGIE/SDA/GM/MAPA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE CAETANO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 262, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 36, de 24 de novembro de 2009, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21028.011085/2016-99, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa BAYER S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 18.459.628/0093-33, a Rodovia Comunitária Neusa Resende, Km 19, CEP: 38.439-800, Uberlândia/MG, para realizar pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica e de fitotoxicidade.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta portaria terá validade indeterminada, conforme Art. 7º da Instrução Normativa SDA nº 36, de 24/11/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 25, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e Portaria n°2.921 de 23/12/2016, publicada no DOU de 27/12/2016 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Habilitar o médico veterinário ANDREY NETO DA CRUZ, inscrito no CRMV/SC sob n°7540, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI 21050.000857/2017-61 e no registro de habilitação n° 121697 do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense - SIGEN +, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACIR MASSI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 242, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhes foram subdelegadas pela Portaria Ministerial n° 2811 - MAPA, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 21/12/16; pelo inciso XXII do Art. 44 do Regimento Interno da Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial n° 428 de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010 e; tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66 de 27 de novembro de 2006 e no Art. 3° da Lei n° 7.802 de 11 de junho de 1989, regulamentada pelo decreto n° 4.074 de 04 de Janeiro de o que consta no Processo n° 21008.002172/2016-93, resolve:

Art. 1º - Conceder o Credenciamento como Prestadora de Serviços de Tratamento Quarentenário e Fitossanitário no Trânsito Internacional de Vegetais e suas partes, para a empresa SUPERINSPECT LTDA, com Registro no MAPA sob o número BR AP 626, nome fantasia SUPERINSPECT, CNPJ n° 00.355.861/0020-55, localizada na Av. Francisco de Melo Parente n° 69 - Bairro: Remédios II - Santana, Estado do Amapá, nos seguintes tratamentos: Fumigação em Contêineres (FEC) e Fumigação em Porões de Navio (FPN - Fosfina).

Art. 2º - O Credenciamento que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal da SFA/AP e do ##Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LILIA SUELY AMORAS COLLARES DE SOUZA

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 310, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de NOVA CRUZ, Estado do RIO GRANDE DO NORTE, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.015231/2016-14 e da Nota Técnica nº 924/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 311, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de PAU DOS FERROS, Estado do Rio Grande do Norte, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.015245/2016-20 e da Nota Técnica nº 34296/2016/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O Superintendente de Fiscalização da Anatel, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos) (PROCESSOS: 53504.005893/2009-11; 53504.017019/2012-22; 53504.025648/2012-26; 53504.005123/2012-74; 53504.007866/2013-60; 53504.007506/2012-87; 53504.012300/2011-98; 53504.003624/2015-69; 53504.018721/2011-22; 53504.019353/2012-11; 53504.012333/2013-08; 53504.001068/2015-96; 53504.007559/2013-89; 53504.008529/2013-90; 53504.003229/2013-14; 53504.010132/2013-68; 53504.003228/2013-70; 53504.013189/2013-19; 53504.019178/2012-61; 53504.002693/2012-11; 53504.004424/2012-81; 53504.011180/2013-73; 53504.009618/2015-15; 53504.001204/2015-48, 53504.014820/2014-88; 53504.016005/2013-72; 53504.010550/2015-17; 53504.007374/2013-74; 53504.012056/2013-25; 53504.004424/2015-23; 53504.013838/2013-81)

JULIANO STANZANI

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 640, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Processo nº 53560.003536/2016-73. Expede autorização à AGRICOLA FAMOSA LTDA, CNPJ nº 00474300000293, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARLOS BEZERRA BRAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 580, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Processo nº 53542.000284/2017-20. Extinguir, por cassação, a partir da data de validade das licenças indicadas para cada entidade, as autorizações do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, expedidas às entidades relacionadas a seguir, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017020800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CNPJ/CPF	Nome da Entidade	Fistel	Validade
273.776.100-00	Adair Antônio Bressan	50402258495	18/10/2015
144.402.700-00	Adelino Guadagnin	50401721175	07/01/2015
07.103.841/0002-54	Agrobilara Comércio E Participações Ltda	50408067284	07/11/2015
82.831.504/0010-09	Agroeste Sementes S/A	50402498534	07/12/2015
02.033.525/0002-30	Agropecuária Terra Bravia S.A.	50402141032	19/08/2015
010.121.500-20	Aimoré Xavier	50402095502	29/07/2015
565.592.918-04	Alaor Jual Dias Junqueira	50402140907	29/07/2015
043.708.480-91	Albano Jose Haas	50402313852	18/10/2015
244.904.310-15	Alcebi João Soldera	50401731219	03/06/2015
066.269.040-00	Aldo Humberto Petrazzini	50402111982	30/06/2015
984.954.028-15	Alin Pedro Rodrigues	50402272994	16/11/2015
015.833.101-00	Alonso Diniz Goulart	50402876903	01/03/2015
492.210.789-49	Angelo Valmor Lazzarotto	50402573927	07/12/2015
487.292.481-91	Antoninho Livi	50402292596	30/08/2015
302.095.019-87	Antonio Miguel Dalsoquio	50401731995	07/01/2015
615.561.141-68	Aparecido Paiva	50402111397	15/08/2015
156.688.001-72	Basilio Nocera Junior	50402175280	16/11/2015
044.615.921-20	Bernardo Bueno De Moraes	50402308182	16/11/2015
026.412.578-90	Bruno Marques Guidi	50401883744	21/11/2015
84.046.101/0388-32	Bunge Alimentos S.A.	50402165993	18/10/2015
84.046.101/0478-23	Bunge Alimentos S/A	50402324706	10/11/2015
401.232.786-00	Cairo Garcia Pereira	50402315553	07/11/2015
157.610.298-04	Camilo Miguel Zandonade	50402110072	29/07/2015
60.498.706/0097-07	Cargill Agricola	50402052951	20/07/2015
752.774.336-00	Celia Regina Da Costa	50402366972	01/09/2015
02.896.264/0001-09	Centroalcool S/A	50401983889	27/05/2015
03.143.955/0001-96	Ciagra Cia. Agropastoril Aruana	50402319389	07/11/2015
06.251.321/0001-45	Conselho Estadual De Associacoes De Revendas De Produtos Agropecuarios De Nova Mutum-Cearpa - Nova Mutum	50402238893	19/09/2015
33.660.317/0001-03	Cooperativa Dos Vigilantes Do Estado De Mato Grosso	50402570405	08/11/2015
297.559.130-68	Dealmir Salvadori	50401922820	18/10/2015
022.170.669-00	Dorival Agulhon	50402318579	09/12/2015
713.723.181-00	Elaine Margaret Taylor Peixoto	50402641515	13/12/2015
33.668.476/0001-54	Fiagril Comercio E Representações Ltda Me	50401218066	08/07/2015
537.230.741-20	Flavio Antonio Ferrazza	50401733262	18/02/2015
067.621.588-20	Francisco De Macedo Netto	50402655656	13/12/2015
251.508.399-49	Francisco Gemelli	50401721337	07/01/2015
531.612.031-00	Francisco Olavo Pugliesi De Castro	50402147669	08/11/2015
094.473.260-72	Gessy Da Silva Toffoli	50402166108	01/09/2015
090.388.840-87	Gilberto Flavio Goellner	50401518027	15/02/2015
05.207.895/0001-53	Goias Alimentos S/A	50401743063	29/07/2015
07.095.461/0001-34	Gps Vigilância E Segurança Ltda	50402348133	01/09/2015
695.403.739-72	Halleymar Colen Barcelos	50402135652	18/07/2015
03.938.016/0001-38	Ibf Agropecuaria Sa	50402533542	08/11/2015
582.458.980-15	Idilio Baggio Junior	50401922316	15/04/2015
210.569.199-49	Ivanor Santo Venturin	50402169042	01/09/2015
143.985.599-49	Ivo Paulo Braun	50402288130	07/12/2015
136.534.668-49	Joao Nicolau Petroni	50402162463	18/10/2015
191.891.090-15	Joao Van Ass	50401645304	30/03/2015
387.465.907-06	Job Alves Dos Santos	50402067711	10/11/2015
138.119.834-15	Jorge Toledo Florencio	50402029976	09/12/2015
141.919.039-34	José Abilio Junges	50402319036	18/10/2015
053.717.757-49	José Antonio Dos Santos	50402057759	08/07/2015
004.244.471-34	José Bueno De Moraes	50402287088	01/09/2015
004.739.598-28	José Francisco Diório Catini	50402116275	02/09/2015
198.047.681-00	José Mota Da Silva	50402247027	18/10/2015
063.232.838-08	Jose Oscar Yoshimine	50402587634	18/11/2015
015.872.429-15	José Patrício	50402094956	16/11/2015
253.966.410-53	Josemar Londero	50402109813	08/07/2015
03.925.696/0001-55	Laminados Boa Vista Ltda	50402348648	06/09/2015
57.069.007/0016-63	Maeda S.A. Agroindustrial	50402318145	02/09/2015
049.005.451-04	Marciano Martins Nantes Neto	50402045661	01/07/2015
056.723.978-08	Marco Antonio De Souza	50402170725	15/08/2015
021.857.059-70	Marco Aurélio Ortega Garcia	50401880990	11/04/2015
03.188.935/0001-31	Nadiana Aviação Agrícola Insumos E Cereais Ltda	50401727530	17/05/2015
02.851.222/0001-43	Org Segurança Eletrônica Ltda-Me	50401930335	06/06/2015
706.145.988-34	Osmar Rosa Pereira	50402174399	02/09/2015
547.369.271-00	Patrícia Fernandes De Oliveira	50402358872	09/12/2015
01.904.285/0001-58	R Linden Hidraulicas Epp	50401727963	25/01/2015
06.227.223/0002-53	Raama - Servicos De Assessoria E Consultoria Ltda.	50405112050	01/09/2015
806.009.131-04	Rafael Grando	50402274261	10/11/2015
488.795.681-91	Raijan Cezar Mascarello	50401728420	07/01/2015
210.955.236-00	Renato Teodoro Da Silveira Filho	50402273028	25/08/2015
862.470.421-91	Ricardo Garcia Rodrigues	50402292324	18/08/2015
537.210.471-68	Ronaldo Luiz Verderio	50402212070	02/09/2015
211.111.111-20	Ronan José De Souza	50402293720	01/09/2015
819.946.991-91	Rudimar Denti	50401734820	07/01/2015
04.756.158/0001-47	Satélite Aviação Agrícola Ltda.	50401926494	15/04/2015
007.949.026-34	Sebastiao Ribeiro Elor	50401879801	11/11/2015
70.493.960/0001-16	Sementes Pantera Ltda	50401848671	08/03/2015
784.646.848-00	Sergio Luiz Busnardo	50402167422	02/09/2015
226.761.120-15	Sergio Rudimar Zimpel	50401928608	02/09/2015
04.692.077/0001-20	Sertao Mineracao Ltda	50402591828	16/12/2015
473.762.958-87	Sidnei Carlos Alvizi	50402205618	11/11/2015
318.643.681-87	Sidney Luiz De Matias Haas	50401718468	07/01/2015
375.317.356-87	Stênio Rodrigues Silva	50402051394	20/05/2015
05.910.078/0001-67	Varanda Ferracini & Cia Ltda - Me	50401554333	18/02/2015
209.779.729-68	Vilmar Martignago	50401974111	11/11/2015
250.433.409-59	Vitelio Furlan	50401733939	01/03/2015
250.428.239-72	Vitor Elísio Poltronieri	50401922901	11/11/2015
126.655.179-49	Waldir Antonio Broglio	50402331834	17/11/2015
436.527.789-87	Walmir De Souza	50401904768	29/07/2015
009.577.399-15	Walter Gracino	50402141970	16/11/2015
370.427.859-91	Wilson Luiz Zanette	50402065930	20/07/2015
698.373.681-87	Zelia Cecilia Da Silva	50402375297	07/12/2015

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 585, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Processo nº 53542.000913/2015-50. Extingue, por cassação, a partir da data de validade das licenças indicadas para cada entidade, as autorizações do Serviço Limitado Privado Estações Itinerantes, de interesse restrito, expedidas às entidades relacionadas a seguir, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

CNPJ/CPF	Nome da Entidade	Fistel	Validade
00.111.296/0001-18	Colegio Vida Ltda	50402329937	22/09/2015
01.167.501/0007-15	Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia Ltda	50402021053	25/07/2015
26.743.708/0001-26	Guardiã Segurança e Vigilância Ltda	50402828348	14/12/2015
02.361.081/0001-80	Tecnoguarda Vigilancia e Transporte de Valores Ltda - Epp	50401800121	17/01/2015
61.586.558/0020-58	Yoki Alimentos S.A.	50402622804	22/11/2015

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 587, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço à RAIZEN COMBUSTÍVEIS S/A, CNPJ nº 33.453.598/0191-42 para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 598, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Transferir a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida à ALCOA ALUMÍNIO S.A., CNPJ/CPF nº 23.637.697/0067-38, por meio do Ato nº 6097, de 19 de outubro de 2012, para ARCONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA., CNPJ/CPF nº 05.342.105/0004-95, bem como, a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para a execução do serviço.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.334/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01200.701885/2016-40
Requerente: Oxitec do Brasil Tecnologia de Insetos Ltda.
CQB: 357/13
Assunto: Solicitação de Liberação planejada no meio ambiente de linhagem de mosquito Aedes aegypti linhagem 0X5034.
Extrato Prévio nº 5236/16 publicado em 20/07/16;
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para atividades de liberação planejada no meio ambiente de insetos geneticamente modificados (Aedes aegypti linhagem OX5034) da classe II de risco biológico, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A CTNBio informa que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela Nota técnica 053/2016 da Secretaria Executiva da CTNBio, a solicitação de sigilo foi aprovada foi mantida para as informações contidas no anexo 1 do processo. A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição encaminhou solicitação de Liberação planejada no meio ambiente de insetos geneticamente modificados Aedes aegypti linhagem OX5034 para apreciação pela CTNBio. Os mosquitos em questão serão criados em laboratório NB2 na Cidade de Campinas e liberados em quatro áreas da zona urbana do município de Limeira, Estado de São Paulo. Os insetos geneticamente modificados serão importados da Oxitec Limited, 71 Innovation Drive Milton Park, Oxford OX14 4RQ, Reino Unido. Os insetos serão mantidos nos laboratórios da instituição. O responsável legal pela importação declara que a instituição possui que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta.No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.347/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.702886/2016-10
Requerente: Oxitec do Brasil Tecnologia de Insetos Ltda
CQB: 357/13
Assunto: Solicitação de parecer para importação de insetos geneticamente modificados da classe 2 de risco biológico.
Extrato Prévio nº 5387/16, publicado em 30 de novembro de 2016.
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da solicitação de importação de insetos geneticamente modificados Aedes aegypti linhagem 0X5034 da classe de risco II de risco biológico, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição encaminhou solicitação de importação de insetos geneticamente modificados Aedes aegypti linhagem 0X5034 para apreciação pela CTNBio. A requisição para importar insetos geneticamente modificados, mosquitos Aedes aegypti - linhagem 0X5034, das cepas 0X50340 e OX5034S. Os insetos geneticamente modificados serão importados da Oxitec Limited, 71 Innovation Drive Milton Park, Oxford OX14 4RQ, Reino Unido. A quantidade a ser importada de até 2000g de ovos de Aedes aegypti por um período de 24 meses, compreendendo até 12 remessas. Os insetos serão mantidos nos laboratórios da instituição. O responsável legal pela importação declara que a instituição possui que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.348/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01200.702885/2016-67
Requerente: Oxitec do Brasil Tecnologia de Insetos Ltda.
CQB: 357/13
Assunto: Solicitação de parecer para projeto com linhagem de mosquito Aedes aegypti linhagem OX5034 em áreas com credenciamento NB-2.
Extrato Prévio nº 5288/16 publicado em 09 de novembro de 2016.
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para projeto com insetos geneticamente modificados (Aedes aegypti linhagem OX5034) da classe II de risco biológico em áreas com credenciamento NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição encaminhou solicitação de parecer para projeto com linhagem de mosquito Aedes aegypti linhagem 0X5034 em áreas com credenciamento NB-2. As atividades propostas são a criação, em regime de contenção, do mosquito Aedes aegypti, evento 0X5034, organismo geneticamente modificado de risco de biossegurança nível 2 (NB-2). O responsável legal pela importação declara que a instituição possui que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A CTNBio informa que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela Nota técnica 053/2016 da Secretaria Executiva da CTNBio, a solicitação de sigilo foi aprovada foi mantida para as informações contidas nos anexos I, II, III e IV do processo. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.349/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004130/1998-32
Requerente: Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz/Fiocruz
Endereço: Rua Waldemar Falcão, nº 121, Candeal, Salvador, Bahia.
CQB: 111/99
Próton: 14015/16
Assunto: Solicitação de parecer técnico para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição para instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio nº: 5052/16 publicado no DOU em 30 de março de 2016.
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de extensão de CQB para instalações com nível de biossegurança NB-2 para condução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz/Fiocruz, Dr. Carlos Letacio Silveira Lessa da Silva, solicita parecer da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição para instalações com nível de biossegurança NB2 para execução das atividades de pesquisa em regime de contenção e armazenagem com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2. As instalações a serem credenciadas são denominadas Laboratório de Biologia Parasitária, situ a Rua Waldemar falcão 121 Candeal - Salvador - Bahia. O organismo geneticamente modificado a ser manipulado são linhagens comerciais de Escherichia coli com genes de Plasmodium falciparum. O responsável técnico pela unidade operativa será o Dr. Marcos Andre Vannier dos Santos e este declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no projeto. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.351/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000389/2009-46
Requerente: Instituto de Biociências - UNESP - Campus Litoral Paulista
Endereço: Praça Infante D. Henrique S/N. CEP 11330-900. São Vicente -SP.
CQB: 275/09
Próton: 22853/2016
Assunto: Solicitação de parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco I em instalações com nível de biossegurança NB-1.
Extrato Prévio nº: 5117/16 publicado no DOU em 16 de maio de 2016.
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para extensão de CQB para instalações com nível de biossegurança NB-1 para condução de atividades de pesquisa em regime de contenção e ensino com organismos geneticamente modificados da classe I de risco biológico em instalações, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Cristiane Angélica Ottoni, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista - Campus Litoral Paulista, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco I em instalações com nível de biossegurança NB-1. As instalações a serem incluída no CQB da instituição são denominadas de "Laboratório de Bioprospecção de Produtos Naturais", sob a responsabilidade do Dr. Wagner Vilegas. Este laboratório está localizado na Praça Infante D. Henrique S/N. CEP 11330-900. São Vicente -SP. Os técnicos responsáveis declaram que os laboratórios dispõem de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.352/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000389/2009-46
Requerente: Instituto de Biociências - UNESP - Campus Litoral Paulista
Endereço: Praça Infante D. Henrique S/N. CEP 11330-900. São Vicente -SP.
CQB: 275/09
Próton: 22853/2016
Assunto: Solicitação de parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco I em instalações com nível de biossegurança NB-1.
Extrato Prévio nº: 5117/16 publicado no DOU em 16 de maio de 2016.
Reunião: 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 07 de dezembro de 2016,
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para extensão de CQB para instalações com nível de biossegurança NB-1 para condução de atividades de pesquisa em regime de contenção e ensino com organismos geneticamente modificados da classe I de risco biológico em instalações, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Cristiane Angélica Ottoni, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista - Campus Litoral Paulista, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco I em instalações com nível de biossegurança NB-1. As instalações a serem incluída no CQB da instituição são denominadas de "Laboratório de Proteínas e Peptídeos Marinhos (LABPEPMAR)", sob a responsabilidade do Dr. Leandro Mantovani de Castro. Este laboratório está localizado na Praça Infante D. Henrique S/N. CEP 11330-900. São Vicente -SP. Os técnicos responsáveis declaram que os laboratórios dispõem de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.353/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.003297/2009-18
Requerente: Ouro Fino Saúde Animal LTDA.
CQB: 296/10
Próton: 29750/2016
Endereço: Rodovia Anhanguera SSP 330, Km 298, Distrito Industrial, Cravinhos - SP - CEP 14140-000 - Tel. (16) 3518-2000. Fax (16) 3518-2005.
Assunto: Solicitação de extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações com nível de biossegurança NBGE-1.
Extrato Prévio nº: 5230/16 publicado no DOU em 12 de julho de 2016.
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de extensão de CQB para instalações com nível de biossegurança em Grande escala NBGE-1 para condução de atividades de produção industrial com organismos geneticamente modificados da classe I de risco biológico em instalações, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Comissão Interna de Biossegurança da empresa Ourofino Saúde Animal LTDA solicita à CTNBio parecer técnico para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para inclusão de áreas e de instalações do Prédio V - Biológicos Geral destinadas à produção industrial de insumos de natureza biológica em nível e biossegurança NBGE-1. O representante legal da unidade operativa, Dolivar Coraucci Neto e a presidente da CIBio Lucimara Cristiane Toso Bertolini declaram que as instalações do Prédio V - Biológicos Geral localizadas na Rodovia Anhanguera SSP 330, Km 298. Distrito Industrial, Cravinhos-SP, CEP: 14140-000, dispõem de infraestrutura adequada e pessoal técnico competente para desenvolver com segurança atividades de produção em regime de contenção em grande escala com bactérias, fungos, vírus ou derivados geneticamente modificados da Classe de Risco do grupo I. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.354/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003668/1997-11

Processo SEI nº: 01200.703455/2016-62

Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ICB/UFRJ.

CQB: 71/98

Extrato Prévio: 5380/2016, publicado no DOU em 24 novembro de 2016.

Assunto: Solicitação de parecer para cancelamento de CQB.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para cancelamento do CQB da instituição, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ICB/UFRJ, Dr. Paulo Cavalcanti Gomes Ferreira, solicita o cancelamento do Certificado de qualidade em biossegurança da instituição. A solicitação se baseia na substituição do credenciamento das instalações originalmente credenciadas no CQB 0071/98 por outro já em atividade. A instituição encaminhou o relatório anual relativo ao período de 2005 a 2016. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.355/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº 01200. 703509/2016-90

Requerente: Departamento de Radiologia - Faculdade de Medicina/USP.

CQB: 0084/98

Endereço: Avenida Dr. Arnaldo, 251, oitavo andar, CEP: 01246-000, São Paulo - SP.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco I em instalações com nível de biossegurança NB-1.

Extrato Prévio: 5343/16, publicado no DOU em 04 de outubro de 2016

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de Extensão do CQB (Certificado de Qualidade em Biossegurança) da instituição, concluiu pelo deferimento, nos temos deste Parecer Técnico. A Dra. Maria Aparecida Nagai, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco I em instalações com nível de biossegurança NB-1. As instalações a serem incluída no CQB da instituição são denominadas de "Área de Farmácia da Pesquisa Clínica" do ICESP, localizada no 10º andar do Hospital, sob a responsabilidade do Dr. Roberto Jun Arai. O responsável técnico declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para a operação e a qualificação da equipe de técnicos envolvida na atividade, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.356/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200. 704561/2016-63.

Requerente: Embrapa Gado de Corte.

CQB: 159/02.

Endereço: Avenida Rádio Maia, 830, Zona Rural. CEP: 79106-550- Campo Grande/MS.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para extensão do CQB para instalações com nível de biossegurança NB-2 para execução de projeto de pesquisa com OGM da classe de risco II.

Extrato Prévio nº: 5341/16 publicado no DOU em 04 de outubro de 2016.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de extensão de CQB para instalações com nível de biossegurança NB-2 para condução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Lucimara Chiari, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão do CQB para instalações com nível de biossegurança NB-2 para execução de projeto de pesquisa com OGM da classe de risco II. O organismo a ser manipulado é a bactéria Escherichia coli expressando genes de Toxoplasma gondii. As instalações a serem credenciadas são denominadas: Laboratório de Imunologia Animal (nível de biossegurança NB-2) e Laboratório de Biologia Molecular de Carrapato (nível de biossegurança NB-2). Os responsáveis técnicos pelas áreas serão os Dr. Flábio Ribeiro de Araújo e Dr. Renato Andreotti e Silva, respectivamente, e estes declaram que os laboratórios dispõem de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.357/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005668/2001-49

Processo SEI: 01250.006525/2017-26

Requerente: Centro de pesquisa René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR-Fiocruz

CQB: 157/02

Próton: 26974/16

Endereço: Gerência de Biossegurança - Avenida Augusto de Lima, 1715. Barro Preto, Belo Horizonte - MG. CEP: 30190-002.

Assunto: Solicitação de parecer para projetos de pesquisa envolvendo organismos geneticamente modificados da classe 2 de risco biológico.

Extrato Prévio nº 5287/16, publicado em 31 de maio de 2016.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para projeto de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da CIBio do Centro de pesquisa René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR-Fiocruz, Dr. Alexandre de Magalhães Vieira Machado, solicita à CTNBio parecer técnico para realização de projeto de pesquisa com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico. O projeto a ser executado é denominado: "Resposta imune a Dengue Vírus em modelo murino". Os organismos a serem testados são linhagens de murinos geneticamente modificadas infectados com vírus da Dengue. O pesquisador responsável pelo projeto será o Dr. Marco Antônio Silva Campos e este declara que possui as condições de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir os riscos associados às atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.358/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005668/2001-49

Processo SEI nº: 01250.006559/2017-76

Requerente: Centro de pesquisa René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR-Fiocruz

CQB: 157/02

Próton: 26974/16

Endereço: Gerência de Biossegurança - Avenida Augusto de Lima, 1715. Barro Preto, Belo Horizonte - MG. CEP: 30190-002. Fones: (31) 3295-3566 Fax: (31) 3295-3115.

Assunto: Solicitação de parecer para projetos de pesquisa envolvendo organismos geneticamente modificados da classe 2 de risco biológico.

Extrato Prévio nº 5168/16, publicado em 31 de maio de 2016.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para projeto de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da CIBio do Centro de pesquisa René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR-Fiocruz, Dr. Alexandre de Magalhães Vieira Machado, solicita à CTNBio parecer técnico para realização de projeto de pesquisa com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico. O projeto a ser executado é denominado: "Resposta imune ao Zika Vírus em modelo murino". Os organismos a serem testados são linhagens de murinos geneticamente modificadas infectados com vírus da Dengue. O pesquisador responsável pelo projeto será o Dr. Marco Antônio Silva Campos e este declara que possui as condições de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir os riscos associados às atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.359/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº 01200.701619/2016-17

Requerente: Escola Paulista de Medicina- Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP

CQB: 028/97

Endereço: Rua Botucatu, 862 - (Prédio do CEDEME) 1º andar, Vila Clementino - São Paulo - SP. CEP: 04023-062. Fone: (11) 5576-4558, Fax: (11)5571-5780.

Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em áreas com Nível de Biossegurança NB-2.

Extrato Prévio nº: 5295/16 publicado no DOU em 12 de setembro de 2016.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de Parecer Técnico execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da CIBio da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo, Dra. Giselle Zenker Justo, solicita à CTNBio parecer técnico para projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em áreas com Nível de Biossegurança NB-2. O projeto a ser executado denomina-se: "Estudo comparativo das regiões teloméricas e subteloméricas de Trypanosoma cruzi" e será executado nas instalações do Laboratório da Disciplina de Parasitologia do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia sob a responsabilidade do Dr. José Franco da Silveira Filho. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para a execução do projeto, bem como a declaração formal dos responsáveis assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização dos projetos propostos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.360/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.701614/2016-94

Requerente: Escola Paulista de Medicina- Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP

CQB: 028/97

Endereço: Rua Botucatu, 862 - (Prédio do CEDEME) 1º andar, Vila Clementino - São Paulo - SP. CEP: 04023-062. Fone: (11) 5576-4558, Fax: (11) 5571-5780.

Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em áreas com Nível de Biossegurança NB-2.

Extrato Prévio nº: 5296/16 publicado no DOU em 12 de setembro de 2016.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de Parecer Técnico execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da CIBio da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo, Dra. Giselle Zenker Justo, solicita à CTNBio parecer técnico para projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em áreas com Nível de Biossegurança NB-2. O projeto a ser executado denomina-se: "Análise genômica comparativa entre Trypanosoma cruzi e Trypanosoma rangeli " e será executado nas instalações do Laboratório da Disciplina de Parasitologia do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia sob a responsabilidade do Dr. José Franco da Silveira Filho. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para a execução do projeto, bem como a declaração formal dos responsáveis assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização dos projetos propostos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.361/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.701620/2016-41

Requerente: Escola Paulista de Medicina- Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP

CQB: 028/97

Endereço: Rua Botucatu, 862 - (Prédio do CEDEME) 1º andar, Vila Clementino - São Paulo - SP. CEP: 04023-062. Fone: (11) 5576-4558, Fax: (11)5571-5780.

Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em áreas com Nível de Biossegurança NB-2.

Extrato Prévio nº: 5296/16 publicado no DOU em 12 de setembro de 2016.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da CIBio da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo, Dra. Giselle Zenker Justo, solicita à CTNBio parecer técnico para projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em áreas com Nível de Biossegurança NB-2. O projeto a ser executado denominase: "Sinalização celular em Trypanosoma durante a interação do parasita com o hospedeiro" e será executado nas instalações do Laboratório da Disciplina de Biologia Celular do Departamento de Microbiologia Imunobiologia e Parasitologia, situ a R. Pedro de Toledo 669, 7º andar, Vila Clementino 04039032 - São Paulo, SP - Brasil Rua Pedro de Toledo, 669, 7° andar, UNIFESP - São Paulo, SP, sob a responsabilidade do Dr. Prof. Sérgio Schenkman. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para a execução do projeto, bem como a declaração formal dos responsáveis assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização dos projetos propostos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.362/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.701976/2016-85

Requerente: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos - Fundação Oswaldo Cruz.

CQB: 110/99

Endereço Avenida Brasil, 4365 - Pavilhão Rocha Lima, 4º andar Sala 408. Manguinhos. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, RJ - CEP 21040-900.

Assunto: Solicitação de parecer para projeto com organismos geneticamente modificados da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 5298/2016, publicado no DOU em 12 de setembro de 2016.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de Parecer Técnico para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Adriano da Silva Campos, Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos - da Fundação Oswaldo Cruz, solicita parecer para execução de projeto com organismos geneticamente modificados da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Avaliação do potencial imunogênico do domínio transglicosilase da PBP2 de Staphylococcus aureus" e os organismos a serem manipulados são linhagens comerciais de Escherichia coli, contendo genes de Staphylococcus aureus sensíveis e resistentes à metaciclina (MSSA cepa ATCC 259231 e MRSA cepas COL e CEB) CA Iberian. As atividades com organismos geneticamente modificados serão desenvolvidas no LATER que possui extensão de CQB para área física (extrato de parecer técnico da CTNBio comunicado n° 83 publicado no DOU em 17/05/1999, seção 3, pág.54 para o LATER Pavilhão Rocha Lima e extrato de parecer técnico n° 2875/11 da CTNBio para o LATER Pavilhão Rockfeller, respectivamente). O responsável técnico pelo projeto será o Dr. José Procópio Moreno Senna e este declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.363/2017

Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.701763/2016-53

Requerente: Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite - Embrapa Gado de Leite.

CQB: 278/09

Endereço Rua Eugênio do Nascimento, 610 - Bairro Dom Bosco - 36038-330 Juiz de Fora/MG.

Assunto: Solicitação de parecer para projeto com organismos geneticamente modificados da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 5299/2016, publicado no DOU em 12 de setembro de 2016.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de Parecer Técnico execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Luiz Sergio de Almeida Camargo, Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite - Embrapa Gado de Leite, solicita parecer para execução de projeto com organismos geneticamente modificados da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Transferência gênica mediada por espermatozoides bovinos associados a vetores lentivirais" e os organismos a serem manipulados são células de Bos taurus taurus e Bos indicus taurus contendo genes de Aequorea victoria - Emerald GFP (proteína fluorescente verde - sinal reporter), Citomegalovirus (CMV promotor), Humanos: fator IX de coagulação, Bovino: beta-caseína (promotor), caprino: beta-caseína (promotor). As atividades com organismos geneticamente modificados serão desenvolvidas na Sala 24 do Laboratório de Reprodução Animal (LRA) com nível de biossegurança NB2. O responsável técnico pelas instalações será o Dr. Luiz Sergio de Almeida Camargo e este declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.364/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária da CTNBio realizada em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001001/1997-01

Processo SEI nº: 01250.002673/2016-91

Requerente: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo-FMRP/USP.

CQB: 030/97

Endereço: Comissão de Pesquisa - 1º Andar - Anexo A da FMRP-USP. Av. Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - SP, CEP:14049-900.

Assunto: Solicitação de parecer para transporte de OGM da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 5422/2016.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para transporte de Organismo Geneticamente Modificado da Classe de Risco 2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Dr. Luiz Ricardo Orsini Tosi, solicita parecer técnico da CTNBio para transporte de organismo geneticamente modificado da classe de risco 2. As instituições envolvidas no transporte são a Laboratório Nacional de Biociências - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (remetente), situado na Rua Giuseppe Máximo Scolfaro, 10,000 - Bosque das Palmeiras, Campinas - SP, e a Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo-FMRP/USP, situado na Avenida Bandeirantes, 3900. CEP: 14049-900 Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.365/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 198ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de dezembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001187/2008-31

Requerente: Centro de Biociências - UFPE.

CQB: 206/08

Endereço: Av. da Engenharia s/n. Cidade Universitária, CEP50740-600, Recife/ PE.

Assunto: Revisão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio a revisão do CQB nº 206/08 para o Laboratório de Citogenética e Evolução Vegetal. Após reforma, duas novas salas foram adicionadas para uso com OGM, denominadas "Lab. Citogenética Vegetal" e "Câmara de Crescimento", juntamente com as duas salas já anteriormente utilizadas com OGM, agora denominadas "Lab. Molecular". As atividades a serem desenvolvidas são pesquisa em regime de contenção, transporte, descarte, ensino e armazenamento com plantas e microrganismos geneticamente modificados da classe de risco I. As demais instalações do CQB ficam mantidas. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que as instalações poderão ser utilizadas apenas para as finalidades propostas e em conformidade com este parecer técnico e com a legislação em vigor. Assim, atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.366/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 190ª Reunião ordinária, realizada em 03 de março de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002347/1998-53

Requerente: Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da USP

CQB: 084/98

Próton: 6466/12. Informações adicionais recebidas em 18/08/15; próton 48392/15

Endereço: Avenida Dr. Armando 455, sala 4112, CEP: 01246-903, São Paulo - SP; Telefone: (11) 3066-7470; Fax: (11) 282-6580.

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio: 3498/2013, Publicado no D.O.U. No. 41, 01 de março de 2013.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para áreas com nível de biossegurança NB2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Dra. Maria Aparecida Nagai, solicita parecer da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição para instalações com nível de biossegurança NB-2. A presidente da CIBio do Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Dra. Maria Aparecida Nagai, solicita extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição para as instalações do Laboratório de Pesquisa do Centro de Medicina Nuclear (CMN), situ a Instituto de Câncer do Estado de São Paulo (ICESP), Avenida Dr. Armando 251, 8º/2º andar, CEP: 01246-000, São Paulo - SP. Os projetos a serem desenvolvidos envolvem organismos da classe de risco 2 e serão objeto de parecer específico. O responsável técnico pelas instalações será o Dr. Roger Chammas, e este declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no pedido de extensão. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

SECRETARIA DE DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 6.044, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, Anexo IV, da Portaria n.º 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.057115/2013-65, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de São José do Cedro, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de São José do Cedro , estado de Santa Catarina, utilizando o canal 6 (seis), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Lages Ltda., concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 26 de janeiro de 2017

Nº 129 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 75, § 1º, inciso V, da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo n.º 01250.009242/2016-55, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de MARAGOGI, estado de Alagoas, utilizando o canal digital nº 21 (vinte e um), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 1508/2017/SEI-MCTIC.

Em 6 de fevereiro de 2017

Nº 146 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 75, § 1º, inciso VII, da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento provisório pela continuidade do serviço de RTV em tecnologia digital, na localidade de GOIÂNIA/GO e nas localidades afetadas pelo desligamento da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e art. 8º da Portaria 4.287, de 2015, constante dos processos indicados no Parágrafo único.

Parágrafo único. Indeferimento das Entidades Cedentes da Programação - ECP, com base no art. 9º da Portaria 4.287, de 2015, a seguir:

Processo	Entidade	CNPJ	Localidade	UF	Canal Analógico	Canal Digital	Caráter	Nº de Protocolo	Motivo do Indeferimento
01250.002703/2017-40	FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Goiânia	GO	45	45	S	SEQ-G13336	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.002704/2017-94	OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	10.741.961/0001-00	Goiânia	GO	45	45	S	SEQ-G13872	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.002707/2017-28	FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Anápolis	GO	25-	41	P	SEQ-G14811	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.002709/2017-17	OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	10.741.961/0001-00	Anápolis	GO	25-	41	P	SEQ-G14810	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.002711/2017-96	FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Goiânia	GO	40	35	S	SEQ-G13335	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.002714/2017-20	OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	10.741.961/0001-00	Goiânia	GO	40	35	S	SEQ-G13871	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.003036/2017-12	FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Goiânia	GO	35	17	P	SEQ-G13334	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.003040/2017-81	OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	10.741.961/0001-00	Goiânia	GO	35	17	P	SEQ-G13870	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.003041/2017-25	FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Goiânia	GO	51	52	P	SEQ-G13337	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.003044/2017-69	OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	10.741.961/0001-00	Goiânia	GO	51	52	P	SEQ-G13873	O canal digital já foi consignado à EDA/a entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.003654/2017-62	FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Anápolis	GO	57	26	S	SEQ-G14816	A entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal
01250.003663/2017-53	OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	10.741.961/0001-00	Anápolis	GO	57	26	S	SEQ- G14815	A entidade não é geradora cedente da programação veiculada no canal

Art. 2º A nota técnica a respeito dos indeferimentos preliminares o estarão à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º Os interessados com número de protocolo poderão solicitar o reexame do pedido, no prazo de 10 dias, a partir da publicação deste ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao.

Art. 4º Os interessados sem número de protocolo poderão solicitar o reexame do pedido, no prazo de 10 dias, a partir da publicação deste ato no Diário Oficial da União, pelo CADSEI, informando o número do processo nº 53900.038692/2016-57.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Em 3 de fevereiro de 2017

Nº 167 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 75, § 1º, inciso V, da Portaria n.° 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo n.º 53900.031997/2015-57, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Rio Negro - PR, utilizando o canal nº 214 (duzentos e quatorze), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 2211/2017/SEI-MCTIC.

Em 24 de janeiro de 2017

Nº 2.321 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 75, § 1º, inciso V, da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo n.º 53900.054934/2016-50, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO PIRACAMBU LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SÃO LUÍS, estado do Maranhão, utilizando o canal digital 45 (quarenta e cinco), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 31869/2016/SEI-MCTIC.

INEZ JOFFILY FRANÇA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 7 de fevereiro de 2017

Nº 10 - Processo/MinC nº 01405.000437/2008-19.
PRONAC nº 08-6425

Nos termos do § 1º, do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pela proponente Sociedade Artística Villa Lobos, CNPJ 31.168.644/0001-17, nos autos do Processo nº 01405.000437/2008-19 e NEGO PROVIMENTO, adotando as razões contidas no Parecer nº 40/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, e no Despacho nº 007/2017 - CGARE/DEIPC/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

ROBERTO FREIRE

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Nº 10-E/2017 - O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0293 - COMPRAS DO MÊS
Processo: 01416.001162/2016-11
Proponente: Viacultura Produções Cinematográficas, Teatrais, Projetos Culturais e Agenciamentos Ltda. ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.245.833/0001-40
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.595.775,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.515.986,25 para R$ 1.515.986,00
Banco: 001- agência: 3050-3 conta corrente: 20.405-6
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 647, realizada em 01/02/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

13-0154 - UM BROTO LEGAL
Processo: 01580.010336/2013-92
Proponente: Lapfilme Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 54.110.648/0001-40
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 6.282.800,00 para R$ 4.995.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.500.000,00 para R$ 3.248.550,00
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 23.778-7
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.968.660,00 para R$ 0,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 647, realizada em 01/02/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

15-0496 - MARIA BETHÂNIA, A MENINA DOS OLHOS DE OYÁ
Processo: 01580.060536/2015-58
Proponente: Debê Consultoria e Produções
Cidade/UF: Rio de janeiro / RJ
CNPJ: 07.045.026/0001-03
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 767.323,75 para R$ 762.019,89
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 528.957,56 para R$ 475.919,90
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23.207-6
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 647, realizada em 01/02/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

16-0248 - ABOLIÇÃO
Processo: 01416.000738/2016-23
Proponente: DE FELIPPES FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 08.427.088/0001-34
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 737.474,42 para R$ 600.691,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.599,42 para R$ 270.656,45
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23.667-5
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 647, realizada em 01/02/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

15-0314 - VALE NIGHT
Processo: 01580.033640/2015-70
Proponente: Querosene Produções Artísticas e Cinematográficas LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.545.487/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 6.993.000,00 para R$ 6.111.410,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 2.805.830,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23.131-2
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.367.850,60
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.632.149,40
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 647, realizada em 01/02/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 2º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0737 - A COSTUREIRA E O CANGACEIRO
Processo: 01580.083196/2015-33
Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 11.796.938,12 para R$ 7.796.938,12
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.296.938,12 para R$ 906.938,12
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.245-2
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.247-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 647, realizada em 01/02/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, e sua análise complementar, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0028 - Os Penetras - Quem dá mais? - Distribuição
Processo: 01416.007147/2016-87
Proponente: H2O Distribuidora de Filmes S.A.
Cidade/UF: Rio de janeiro / RJ
CNPJ: 15.372.472/0001-42
Valor total aprovado: R$ 4.000.000,00
Valor aprovado no art. 41 da MP nº. 2.228-1/01: R$ 600.000,00
Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 13.871-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 646, realizada em 24/01/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 4º Aprovar a análise complementar e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0232 - SEGUNDO TEMPO
Processo: 01580.015281/2013-15
Proponente: Miração Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.096.915/0001-29
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.701.299,00 para R$ 4.899.173,66
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.566.234,05 para R$ 977.932,62
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 23.892-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 647, realizada em 01/02/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 5º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

MANOEL RANGEL

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 83, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
162507 - Espetáculo Paixão de Cristo 2017
FUNDACAO SOCIAL E CULTURAL DE GUARAPUAVA
CNPJ/CPF: 77.903.540/0001-00
Processo: 01400211223201626
Cidade: Guarapuava - PR;
Valor Aprovado: R$ 171.090,00
Prazo de Captação: 08/02/2017 à 19/07/2017

Resumo do Projeto: O espetáculo Paixão de Cristo é apresentado por ocasião da Páscoa na sexta-feira santa. Em 2017 será a 16a edição. O público atingido todos os anos é em média de vinte mil pessoas. Participam cerca de quatrocentos atores amadores, entre adolescentes, jovens, adultos e idosos de todos os bairros do Município de Guarapuava. Para os atores amadores são oferecidas oficinas teatrais, ministradas por professores qualificados período de quatro meses que antecede o evento, momento que se encontram, aprendem técnicas e ensaiam o espetáculo. O evento é realizado na Praça da Fé, espaço público municipal reservado para eventos culturais religiosos. É o evento cultural que reúne o maior público da região centro oeste do Paraná, propiciando a proximidade da comunidade com a arte cênica, haja vista a deficiência dessa

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
164577 - Plano Anual Música Sinfônica para Todos
Associação Musical de Ribeirão Preto
CNPJ/CPF: 48.013.585/0001-00
Processo: 01400221934201617
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.126.160,00
Prazo de Captação: 08/02/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Plano Anual-Música Sinfônica Para Todos, tem como objetivo das continuidade a todas as atividades artisticas desenvolvidas pela Associação Musical de Ribeirão Preto, dando sequência aos planos anuais anteriores (Pronac 158742 de 2016, Pronac 1410891 de 2015, Pronac 129755 de 2014 de Pronac 110586 de 2013). Nestas atividades estão inseridas as séries oficiais, "Concertos Internacionais", "Juventude Tem Concerto", a Série "Musicas Solidárias", Ciranda Sinfônica. Toda a atividade objetiva a difusão, formação e a democratização do segmento da música erudita.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
160473 - Exposição Augusto Boal - Itinerância
Instituto Augusto Boal
CNPJ/CPF: 13.069.431/0001-56
Processo: 01400006671201618
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.367.400,00
Prazo de Captação: 08/02/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Itinerância da exposição Augusto Boal, com cenografia e curadoria de Helio Eichbauer, por cinco cidades brasileiras, uma em cada região. Exposição e rodas de conversa sobre o dramaturgo, ensaísta, professor e diretor de teatro Augusto Boal (1931-2009), envolvendo seis décadas de história, política, artes cênicas no Brasil e no exterior. Através de recursos audiovisuais, imagens de acervo, documentos inéditos e objetos pessoais é traçada uma linha do tempo que apresenta o homem Boal e sua intensa produção artística e intelectual. São apresentadas imagens de seus espetáculos e de sua vida pessoal e política com vitrines que abrigam objetos e uma rádio que executa parte da trilha sonora que constituí seu universo artístico. Uma área é totalmente dedicada à leitura, e seus livros publicados em português estarão disponíveis para consulta, em ambiente acolhedor para o público visitante, e outra é dedicada à apresentação de vasto material audiovisual, entre apresentações, depoimentos, entrevistas e registros de oficinas e espetáculos.

PORTARIA N° 84, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (Artigo 18)
16 3436 - Clássicos na Areia 2017
IACD - INSTITUTO AMBIENTAL, CULTURAL E DESPORTIVO
DE ESTUDOS E ASSESSORIA
CNPJ/CPF: 63.375.505/0001-50
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

PORTARIA N° 85, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC 15 0500 - Mostra de Artes Cênicas de Curitiba (nome provisório), publicado na portaria n. 484 de 14/082015, no D.O.U. de 17/08/2015, para POSIARTE - Mostra de Artes Cênicas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA N° 86, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, conforme anexo.

Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
1111571	ViJazz & Blues Festival 2012	M & M PRODUCOES ARTISTICAS LTDA-ME	Este projeto realizará uma programação composta por artistas nacionais e internacionais, exclusivamente pautada em música instrumental, gêneros jazz e blues, para composição do ViJazz & Blues Festival ano V. Serão realizados 15 shows, em espaços públicos e privados nas cidades de Viçosa e Ponte Nova, Zona da Mata de Minas Gerais. 60% da programação será gratuita, e o evento prevê acessibilidade completa. Detalhes de seu histórico em www.vijazz.com.br.	Música	R$ 557.406,30	R$ 555.138,30	R$ 146.852,00

PORTARIA N° 87, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo I.

Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo II.

Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação quanto à execução do OBJETO/OBJETIVOS e passa a ser APROVADO COM RESSALVA, após RECURSO, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo III.

Art. 5º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passa a ser APROVADO COM RESSALVA, após RECURSO, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo IV.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
01 3471	Pintores Naif no Brasil - A obra de Ivonaldo	Jacques Paul Andre Ardies	Realizar uma pesquisa junto a museus, galerias e coleções particulares que permitam reproduzir o valioso acervo do artista. PECULIARIDADE:Farão parte da obra textos de profissionais especializados no tema, que analisarão com conhecimento de causa, a trajetória consistente do artista. O livro conterá praticamente todos os quadros identificados no texto. TIRAGEM: 5.000 exemplares.	Humanidades	268.320,07	254.835,25	254.835,25
10 2035	SUITE	Jacqueline Gimenes	Este projeto pretende realizar e circular em 4 capitais brasileiras com a obra Suíte - remontagem e estreia de um espetáculo de dança contemporânea.O espetáculo será baseado nas suítes para Violoncelo de Jonhann Sebastian Bach, com a bailarina Jacqueline Gimenes, sob a direção e concepção coreográfica de Rodrigo Pederneiras e música ao vivo, com o violonista Antonio Viola.	Artes Cênicas	242.680,00	241.720,00	100.000,00
06 2321	Oficinas de Artes Plásticas	Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa	Realização de oficinas de desenho de observação com modelo vivo, de desenho livre e de mosaico em diversos Campi da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ entre abril e dezembro de 2006 e assim disponibilizar de diferentes técnicas de linguagem plástica. As oficinas fazem parte de uma série de ações que integram a política de cultura desenvolvida pelo Departamento Cultural. A proposta inclui apresentação de resultados no evento "UERJ Sem Muros".	Artes Visuais	67.334,91	64.134,91	50.000,00
052910	Circuito Teatral	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansuor	Este projeto tem como objetivo formar platéias e promover a cultura artística do Acre, formar a criação de novos talentos, formar a criação de novos públicos de teatro, fomentar a criação de novos mercados consumidores para as produções da capital, promover um intercâmbio entre artistas da capital e interior do estado, proporcionar as populações dos municípios beneficiados pelo projeto alternativas de lazer e entretenimento, promover a cultura artístico-cultural do Acre, através do teatro.	Artes Cênicas	146.073,04	146.073,04	30.000,00
090440	Arte Naif - Com Açúcar e com Afeto	Arquiprom Ltda	Exposição gratuíta de arte naif com seleção de obras do Museu Internacional de Arte Naif do Rio de Janeiro, que abordem a temática das lavouras e vida no campo, a ser realizada na maior região produtora sucroalcooleira do país, oeste de São Paulo. Pretende apresentar uma leitura das artes plásticas sobre o rico universo do campo e seu modus vivendi.	Artes Integradas	469.400,00	288.000,00	288.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
05 4675	Waltércio Caldas	Marli Hitomi Matsumoto	Visa realizar a montagem de uma exposição de arte que apresentará obras inéditas do artista Waltércio Caldas a ser realizada de 10 de novembro a 17 de dezembro de 2005, em Paris - França.	Artes Visuais	153.582,00	153.582,00	53.000,00
02 1704	Tocata de Bandas e Fanfarras do Maranhão - 4º	FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESENVOL DA UFMA	Promover a quarta edição do evento "Tocata de Bandas Marciais e Fanfarras do Maranhão", com desfile de bandas marciais e fanfarras de São Luiz, juntamente com ONGS e estabelecimentos de ensino. O projeto prevê a premiação com troféus e certificados de participação às bandas. Todas as ações realizadas no evento serão registradas em vídeo.	Música	66.566,51	65.088,92	50.000,00
03 6449	Terra de Toda Gente	Patricia Engel Secco	O projeto visa a edição e a distribuição gratuita dos livros "Terra de Toda Gente", composta inicialmente por 3 títulos inéditos de três autores infanto-juvenis, de responsabilidade da escritora Patrícia Secco, versando sobre o tema Brasil, sua cultura e sua tradição. Cada um dos livros apresentará uma das culturas que, à época do descobrimento, foi responsável pelo início da tradição da cultura Brasileira. Todos os livros apresentarão um pouco da história de cada um dos povos, sua música, seus costumes, lendas e mitos, além de presentear o leitor com uma receita fácil de sua cozinha, própria para ser executada por crianças. Tiragem: 10.000 exemplares de cada um dos 3 títulos. Total: 30.000	Humanidades	183.240,00	183.240,00	171.433,20
01 0179	Canto das Águas, O	Instituto Ambiental Biosfera	Realizar uma noite de espetáculos com apresentação de 15 shows com artístas de expressão nacional. O evento denominado "O Canto das Aguas", que acontecerá no Maracanazinho (Rio de Janeiro), objetiva sublinhar a importância da proteção ambiental e da valorização econômica e social da substância que rege a essência da vida: a Água.	Música	1.505.162,00	250.250,00	250.000,00
05 5852	Prêmio BDMG Instrumental	INSTITUTO CULTURAL BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE M GERAIS	O projeto é de longa duração com seleção dos finalistas em abril e apresentações destes vencedores quatro em shows de Música Instrumental nos meses de maio, junho, agosto e setembro. Que visa incentivar os compositores de música instrumental, produção de um show na Sala Juvenal Dias, no Palácio das Artes, Belo Horizonte, em data previamente marcada, pra apresentação de 10 músicas autorais, incluindo as três premiadas, que será no mês de novembro de 2006.	Música	99.978,00	99.978,00	99.978,00
067726	Por Dentro do Meio Ambiente	ELS2 Produção Cultural e Artística Ltda.	Produção do livro Por Dentro do Meio Ambiente, que será utilizado como instrumento de propagação de conhecimentos essenciais sobre o meio ambiente, a história da urbanização brasileira e da cultura indígena a crianças e adolescentes do ensino fundamental.	Humanidades	182.320,00	151.184,00	1353.000,00
114001	ACORDES PELA PAZ	Congregação Israelita Paulista	O PROJETO ACORDES PELA PAZ PRETENDE DUFUNDIR A CULTURA DE PAZ E COEXISTENCIA PLURICULTURAL , ATRAVES DAS APRESENTAÇÕES DE UMA ORQUESTRA DE CÂMARA , FORMADA POR MUSICOS INTRUMENTISTAS, ACOMPANHADA DE CORAL E SOLISTAS CONVIDADOS. SERÃO 2 APRESENTAÇÕES EM SÃO PAULO, CAPITAL, NA SEGUNDA QUINZENA DE AGOSTO DE 2011. As APRESENTAÇÕES SERÃO REALIZADAS NO TEATRO bRADESCO, ESPAÇO PRIVADO.	Música	345.850,00	345.850,00	345.850,00
065446	CD Instrumental Mário Ulloa	Tag Produções e Eventos Ltda	Produção de CD de música instrumental com 15 faixas, de autoria de Dorival Caymmi, interpretadas pelo músico Mario Ulloa e realização de show de lançamento do CD no Teatro Jorge Amado, em Salvador.	Música	50.000,00	50.000,00	50.000,00
064616	Natal Encantado	SOLAR DE CULTURA ARTISTICA ARTE MIUDA S/C LTDA - ME	Realização de apresentações em praça pública e na Catedral Metropolitana de Diamantina/MG, no período natalino; realização da Oficina do Papai Noel com a fabricação de brinquedos artesanais, pelos alunos do Sólar de Cultura Artística Arte Miúda e EPIL, que serão distribuídos a crianças carentes da região; montagem da Casa do Papai Noel, com exposição dos trabalhos confeccionados na oficina; prensagem do CD Recital de Natal com canções natalinas.	Artes Integradas	136.910,00	123.450,00	123.450,00
060779	Turnê do Espetáculo "Assembleia dos Bichos"- PR-SC-RS-SP-MG-BA-PE	Cooperativa Paulista de Teatro	Propor uma turnê do espetáculo "Assembléia dos Bichos", inteiramente gratuita, as apresentações nos municípios: Tele Borba/PR, Otacílio Costa, Correia Pinto, Lages e Itajaí/SC, São Leopoldo/RS, Jundiaí e Piracicaba/SP, Nova Ponte/MG, Feira de Santana/BA, e Goiana/PE. Data de 10 de Janeiro a 20 de março de 2006.	Artes Cênicas	435.581,48	407.476,48	110.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
00 4522	Arte na Praça 2001	Divina Comédia Produções Artísticas Ltda	Realizar 1546 apresentações de música instrumental e artes cênicas, gratuitas, em praças de alimentação de shoppings centers, lojas e supermercados. O projeto contará com a participação dos seguintes grupos: Armstrong Jazz Show, Trio Arte Viva, Brazz Jazz Duo, New Bossa Trio, Sampa Jazz Duo, Cia da Música Trio, Tradição Trio, Cármina Trio, Barra da Saia e Nota por Nota.	Música	2.783.657,52	2.675.272,60	2.675.156,99

ANEXO IV

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
07 5936	Brasil Instrumental Andradas	Piu-Mosso - Promoção e Gestão Cultural Sociedade de Simples Ltda	Realizar um festival de música instrumental no município de Andradas, estado de Minas Gerais, com duração de sete dias. Tiragem inscrição no Festival 500 RS 50,00 7000 convites Distribuição 700 patrocinador, 6300 gratuita	Música	333.445,20	333.445,20	265.000,00
091206	Música no MuBE	Sociedade de Amigos dos Museus	O Projeto visa a realização dos recitais de piano no Museu Brasileiro da Escultura (MuBE). As apresentações já fazem parte do calendário de música clássica em São Paulo, há 10 anos. Sendo realizado aos domindos no auditório do Museu Brasileiro da Escultura.	Música	349.300,00	208.300,00	41.998,56
080065	Arte e Cultura no Festival de Gastronomia, Vinhos e Espumantes de Gramado	ARTE PROJETO PROMOCOES LTDA - ME	O projeto tem como objetivo a realização de uma programação cultural durante a terceira edição do Festival de Gastronomia, Vinhos e Espumantes de Gramado, que visa potencializar a programação do Festival, fomentando a cultura na região e valorizando os artistas e produções locais. Entre as atividades que serão realizadas durante o Festival estão: mostras de cinema, apresentações circenses, apresentações teatrais, exposições, lançamentos de livros e shows de música instrumental. Período de execução: 01/07/08 a 31/11/08.	Artes Integradas	565.759,74	502.546,00	375.000,00

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 16, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA - SAv/MinC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, do Anexo I, do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e tendo em vista o disposto no Edital SAV/MINC/FSA nº 02, de 18 de janeiro de 2016, publicado no DOU de 19 de janeiro de 2016, Seção 3, págs. 17-19, resolve:

Art. 1º - Tornar público o resultado preliminar da fase de habilitação do referido Edital, conforme Anexo I (habilitados) e Anexo II (inabilitados).

Art. 2º - Abrir prazo para pedido de reconsideração de 04 (quatro) dias úteis seguintes a contar dessa publicação, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: concurso.sav@cultura.gov.br. Os pedidos de reconsideração não admitem saneamento de pendências e/ou inclusão de novos documentos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

ANEXO I

PROPOSTAS HABILITADAS:

Pronac	Projeto	Proponente	Município	UF
162708	Clube do Botão	Setup Filmes (Antonio H. L. Queiroz - ME)	Santo Antônio de Goiás	GO
162669	Bergantim	Aiupa Brasil Produções	São Paulo	SP
162693	Pirôco	AJ Mendes dos Santos - ME	Manaus	AM
162757	Ninguém por Perto	Anti Filmes (Brito e Santos Produções Ltda)	Porto Alegre	RS
162853	Alice dos Anjos	Ato 3 Produções Artísticas e Editoriais Ltda-ME	Vitória da Conquista	BA
162982	Matheus e o Boi	Augustinho Pasko ME - GP7 Filmes	Curitiba	PR
162765	Caçadores de Sereias	Aviva - Serviços de Produção Cinematográfica e Videofonográfica Ltda	Belém	PA
163009	Meninos do Mangue	Bárbaras Produções Ltda	Rio de Janeiro	RJ
163013	Sonhos de Velásquez	Camila Gonzatto e Frederico Pinto Ltda	Porto Alegre	RS
162815	Quando Ju Escapou pra Dentro	Caraminhola Produções Artísticas Ltda	Rio de Janeiro	RJ
163004	Nada é de Brinquedo	Cinema Cinema Produções Artísticas e Culturais Ltda ME	Brasília	DF
162673	Um Pinguim Tupiniquim	Coala Produções de Elementos para Cenografia e Animação Ltda	São Paulo	SP
163012	Reciclixofônico - A Grande Invenção de Alice	Cocriativa Conteúdos Audiovisuais Ltda	Belo Horizonte	MG
162717	A História mais Triste do Mundo	Container Filmes Ltda - ME	Porto Alegre	RS
162651	Bento	Crisge Produções Audiovisuais Ltda	Goiânia	GO
162677	Nonô descobre o Espelho	Dig Promoções e Produções EIRELI	São Paulo	SP
163006	Manual do Herói	Fauston Filmes Ltda - ME	Brasília	DF
162784	O Pequeno Príncipe no Planeta Azul	Filmerama Produções Ltda	Fortaleza	CE
162786	Ypê, o Menino Ianomâmi	Francisco Ferreira Pinto Filho - ME/ Amazon Film Productions	Manaus	AM
163014	Boi Bandido	GMB Produtora de Cinema e Vídeo Ltda/ Plano 3 Filmes	Salvador	BA
162678	Terceiro Tempo de Jogo	Grafo Audiovisual Ltda ME	Curitiba	PR
162672	Pequenos Guerreiros	Iluminura Cinema e Multimídia Ltda	Fortaleza	CE
162842	O Sino	Marília Oliveira Cunha - ME	Salvador	BA
162856	As Aventuras de Bubu e as Corujinhas	Medialab Criação, Produções Cinematográficas e Software - ME	Florianópolis	SC
162696	Meu Amigo Saci	Moviola Produções Cinematográficas Ltda	Rio de Janeiro	RJ
162862	Mateus e os Fantasmas do Teatro	Novelo Produções	Florianópolis	SC
162667	A Bola - uma história de superação	Núcleo de Multicomunicação Ltda	Balneário Camboriú	SC
162658	PanGlyn	Origem Comunicação Ltda	Lauro de Freitas	BA
162709	Despedida	Patio Vazio Produções	Porto Alegre	RS
162791	O Aviador	Pavirada Filmes e Produções Ltda	Brasília	DF
162730	Passagem Secreta	Peraro & Cesaro Ltda (Kinopus Audiovisual Ltda - ME)	Londrina	PR
162665	No Munda da Lua	R.G. dos Santos Produções Artísticas - ME	São Paulo	SP
162686	Cordélicos	Renderframe Produções Audiovisuais Ltda	São Paulo	SP
162670	Poropopó	Samba Filmes Ltda	Rio de Janeiro	RJ
162865	Duda e o Abelissauro	STAIRS Jogos Eletrônicos Ltda	Campina Grande	PB
162833	O Mundo Colorido	Superoito Produções Audiovisuais	Manaus	TO
162656	Fabulosos João e Maria	Um Filme Ltda	São Paulo	SP
162797	Irmãs em Pé de Guerra	Vânia Alves Smith Lima (Tem Dendê Produções Ltda - ME)	Salvador	BA
162661	O sumiço da Maria Mole	Visão Virtual Informática e Assessoria Ltda ME	Rio de Janeiro	RJ
162694	Além da Lenda - O Filme	Viu Cine Comunicação Ltda	Recife	PE

ANEXO II

PROPOSTAS INABILITADAS:

Pronac	Projeto	Proponente	Município	UF	Motivo
162702	Solzinho de Raios Encaracolados	AWORAN (Danilo Stael Conceição dos Santos - ME)	Salvador	BA	Proposta inabilitada por não atender ao disposto no item 4.1.4, letra d
162785	Nas Franjas de Lindú	M3 Vídeo MM de Moraes (Maya Filmes Ltda)	Manaus	AM	Proposta inabilitada por não atender ao disposto no item 4.1.4, letra e
162707	Alice no País dos Carnavais	Memória Viva Produção de Imagem e Texto Ltda	São Paulo	SP	Proposta inabilitada por não atender ao disposto no item 4.1.4, letra e
162704	Doce Sequestro	Up Soluções	Campos dos Goytacazes	RJ	Proposta inabilitada por não atender ao disposto no item 4.1.4, letra e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 254/GC3, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Revoga anexo da Portaria nº 629/GM5, de 2 de maio de 1984, declarado inaplicável por Portaria da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o disposto na Portaria nº 312, de 26 de janeiro de 2017, da Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), publicada no Diário Oficial da União nº 23, de 1º de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Revogar o anexo LXXXVI da Portaria nº 629/GM5, de 2 de maio de 1984, que "Aprova e efetiva Planos Específicos de Zoneamento de Ruído e dá outras providências", publicada no Diário Oficial da União nº 136, de 16 de julho de 1984.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 255/GC3, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Ativa o Centro de Operações Espaciais Principal e desativa o Núcleo do Centro de Operações Espaciais Principal.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67000.000344/2017-46, resolve:

Art. 1º Ativar o Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P), com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º O COPE-P tem por finalidade controlar e empregar Sistemas Espaciais de interesse do Ministério da Defesa, visando aumentar a efetividade e a eficácia das Forças Armadas e demais órgãos da estrutura governamental brasileira.

Art. 3º O COPE-P é diretamente subordinado ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA).

Art. 4º O Chefe do COPE-P é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores ou Engenheiros da Aeronáutica, da ativa.

Art. 5º O COMDABRA remeterá ao Estado-Maior da Aeronáutica, cópia do Regimento Interno do COPE-P aprovado, no prazo de 150 dias, após a entrada em vigor desta Portaria.

Art. 6º Desativar o Núcleo do Centro de Operações Espaciais Principal (NuCOPE-P), ativado pela Portaria nº 1910/GC3, de 18 de outubro de 2013.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga-se a Portaria nº 1910/GC3, de 18 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 204, de 21 de outubro de 2013, Seção 1, página 12.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 19/DPC, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JOSÉ EDUARDO GONÇALVES FERREIRINHA (CIR: 381P2006003988) e pelo Capitão de Longo Curso WAGNER PAÇO ISHII (CIR: 381P2001306887), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
PSV LARUS	3813903869	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Terminais da Baía de Guanabara, Angra dos Reis e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 218, datada de 19 de julho de 2016, publicada no DOU de 21 de julho de 2016.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 20/DPC, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem MATSUO OTANI (CIR: 381P2001367517) e pelo Capitão de Longo Curso HELIO LIRA MARINHO (CIR: 381P2001241556), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
UP OPAL	381E010503	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Terminais da Baía de Guanabara e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 230, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 149/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.015737/2003-83, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Centro Universitário Assunção, com sede na Avenida Nazaré, nº 993, bairro Ipiranga, município de São Paulo, estado de São Paulo, mantido pelo Instituto Educacional Seminário Paulopolitano, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de três anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHODO MINISTRO
Em 7 de fevereiro de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 149/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento institucional do Centro Universitário Assunção, com sede na Avenida Nazaré, nº 993, bairro Ipiranga, município de São Paulo, estado de São Paulo, mantido pelo Instituto Educacional Seminário Paulopolitano, com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo máximo de três anos, conforme a Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, quanto à exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, conforme consta do Processo nº 23000.015737/2003-83.

MENDONÇA FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 25 DE JANEIRO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28.6.2013, resolve:

N° 165 - I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 061/2016, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL	Geografia	Adjunto C, Nível 1, Dedicação Exclusiva	Natacha Cíntia Regina Aleixo	1º
			Giovanni Seabra	2º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

N° 166 - RETIFICAR os termos da Portaria GR nº 111, de 14/01/2016, publicada no DOU em 19/01/2016, página 16, seção 1, que homologou o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 067/2015 de 19/10/2015, publicado no D.O.U. de 28/10/2015, conforme segue:
Onde se lê:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Faculdade de Estudos Sociais - FES	Contabilidade Comercial e Gerencial	Auxiliar, Nível I, 40h	Cintya Barreiro Colares Maciel	1º

Leia-se corretamente:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Faculdade de Estudos Sociais - FES	Contabilidade Comercial e Gerencial	Auxiliar, Nível I, 40h	Cintya Barreiro Colares Maciel	1º
			Eliomara da Costa Cruz	2º
			Lilian Moitinho Bandeira	3º

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 90, DE 2 DE FRO DE 2017

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.000349/2017-95; resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 001/2017, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Física, Subárea: Ensino de Física, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Ely Roberto da Costa Maués e Sirlley Jackeline Silva Gadéa. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

SÍLVIA MARIA DE PAULA ALVES RODRIGUES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 211, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, e; CONSIDERANDO o teor do Memorando Eletrônico n.º 28/2017-CMC, de 03 de fevereiro de 2017, resolve:

I. CRIAR, na Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas / campus Manaus Centro a coordenação, conforme especificação a seguir:

DENOMINAÇÃO
Coordenação de Empreendedorismo e Incubação de Empresas

II. Esta Portaria entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS JUÍNA

PORTARIA Nº 7, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O Diretor-Geral do IFMT - Campus Juína, Geraldo Aparecido Polegatti, no uso de suas atribuições legais, nomeado pela Portaria 1957, publicado no DOU de 20 de agosto de 2015, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 23195.001753.2017-54; resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa Malaga Comércio e Serviços LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03942611/0001-47, na modalidade de MULTA, com base no art. 87 da Lei 8.666/93 e cláusula décima primeira, Item 11.3, subitem 11.3.1, anexo I termo de referência, Edital 02/2016, Uasg 158950.

Art. 2º A aplicação da sanção se dá em razão de inadimplemento injustificado por parte da empresa, por não entregar o material adquirido e, com base nos fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade n. 23195.001753.2017-54.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO APARECIDO POLEGATTI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIAS DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O REITOR DO IFS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com o Decreto Ministerial de 09 de julho de 2014, publicado no DOU de 10 de julho de 2014 e Resolução nº 32/2014/CS/IFS, resolve:

Nº 245 - 1. Remanejar a FG-01 da Coordenadoria de Tecnologia da Informação para o Gabinete da Direção Geral, Campus Propriá.

Nº 246 - 1. Remanejar a FG-02 do Gabinete da Direção Geral (GAB) para a Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE), Campus Propriá.

2. Estas portarias entram em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

PORTARIA Nº 45, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A REITORA PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11 da Lei nº 12.825, de 5 de junho de 2013, e a Portaria MEC Nº 575, de 28 de junho de 2013, e considerando a nomeação do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas (Portaria nº 583, de 7 de dezembro de 2016), resolve:

Art. 1º. Delegar ao ocupante do cargo de Pró-Reitor de Gestão de Pessoas as competências a seguir elencadas, além de outras decorrentes das atribuições da função:

I - Publicar atos de readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução;

II - Vacância por exoneração, a pedido, posse em outro cargo inacumulável e falecimento;

III - Assinatura do termo inicial, aditamento e rescisão do contrato de prestação de serviços de professores substitutos e temporários;

IV - Lotação e remoção de servidores, professores substitutos e temporários;

V - Concessão, retificação, redução e cancelamento de adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e de gratificação por trabalhos com raios x ou substâncias radioativas;

VI - Licenças e afastamentos, exceto a licença sem remuneração e o afastamento do País;

VII - Assinar atos de concessão de aposentadoria, pensão, licença-prêmio, licença para acompanhar familiar doente e remoção;

VIII - Ordenar despesas até o limite da dotação orçamentária da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, obedecidas suas cotas de desembolso e a legislação vigente;

IX - Autorizar pagamento de substituição temporária de funções de confiança, ajuda de custo e GECC;

X - Homologar avaliações do período de estágio probatório;

XI - Assinar acordos, convênios e termos de compromissos de estágio de estudantes da UFOB e de outras instituições a serem realizados na UFOB;

Art. 2º. Não são objetos desta delegação:

I - Edição de atos de caráter normativo de competência do Magnífico Reitor;

II - Decisões de recursos administrativos;

III - Matérias de competência exclusiva do Magnífico Reitor.

Art. 3º. A presente delegação é extensiva aos substitutos eventuais, quando em efetivo exercício do cargo.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IRACEMA SANTOS VELOSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 445, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.151477/2016-50, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº008/2016. Resolve:

Aplicar à Empresa J1L1 COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS EIRELI, CNPJ nº 18.612.794/0001-00, com o fulcro nos artigo 7º da Lei 10.520/02 e IN-MARE nº.05/95 E O art. 109 da Lei 8666/93, a seguinte penalidade: Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 7º da Lei 10.520/2002 e item 17, subitem 17.1.1 - letra "a" do Edital Pregão Eletrônico nº 008/2016. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação no DOU e registrar as sanções no SICAF.

LUIZ FERNANDO NADOLNY
Em exercício

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL
DEPARTAMENTO DE CONTROLE E ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS

DECISÃO Nº 124, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

O Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos, Divisão de Processos Administrativos, resolve tornar público o ARQUIVAMENTO do Processo 89453 (Pt 1601613795) para a indiciada Anelisa Fleury Tremolada, CPF 298.742.418-37.

VIVIAN GRASSI SAMPAIO
Chefe de Subunidade

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de fevereiro de 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 08/2014
CIA. IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL
Objeto: Apuração de eventuais infrações no período de 2010 a 2012, especialmente quanto a possíveis irregularidades nas demonstrações financeiras.
Assunto: Pedidos de devolução e unificação de prazo para apresentação de defesas.

Acusados	Advogados
Francisco Elói Spagolla	João Marcelo Gonçalves Pacheco OAB/RJ 196.277
Ivaldo Fioravanti	Carlos Augusto da Silveira Lobo OAB/RJ 7.669
Kiyoharo Ito	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282
Luiz Fernando Julio	Carlos Augusto da Silveira Lobo OAB/RJ 7.669
Mario Ataru Abe	João Marcelo Gonçalves Pacheco OAB/SP 196.277
Masahiko Yoshimura	João Marcelo Gonçalves Pacheco OAB/SP 196.277
Masao Esaka	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	Victor Brandão Teixeira OAB/SP 26.168
Rodolpho Seigo Takahashi	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282
Shigeto Shimizu	João Marcelo Gonçalves Pacheco OAB/SP 196.277
Yoji Ibuki	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282

Trata-se de pedidos de devolução e unificação de prazo para apresentação de defesas formulados por Masao Esaka, Rodolpho Seigo Takahashi, Kiyoharo Ito, Yoji Ibuki, Shigeto Shimizu, Masahiko Yoshimura e Francisco Elói Spagolla, acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro os pedidos e fixo nova data para apresentação de defesas em 06/04/2017 para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4) O julgamento do Processo nº 10711.724209/2012-41 (item 112) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 113 a 165. A decisão do processo constante do itens 112 (paradigma) será aplicada aos processos repetitivos de que tratam os itens 113 a 165, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

1 - Processo nº: 10480.901190/2006-86 - Recorrente: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10480.901234/2006-78 - Recorrente: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11065.720100/2012-60 - Recorrentes: GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES H.U.A.H. S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES H.U.A.H. S/A e FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 11065.722979/2011-01 - Recorrente: GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TRANSACOES H.U.A.H. S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 19515.001246/2006-21 - Recorrente: VICTORY SÃO PAULO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 15374.964770/2009-58 - Embargante: TNL PCS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ LUIZ FEISTAUER DE OLIVEIRA

7 - Processo nº: 13502.721271/2014-05 - Recorrente: DETEN QUÍMICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

8 - Processo nº: 10950.721729/2015-22 - Recorrente: SOVINIL INDÚSTRIA DE AUTO ADESIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10950.721758/2015-94 - Recorrente: SOVINIL INDÚSTRIA DE AUTO ADESIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

10 - Processo nº: 10715.006283/2009-47 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PLUNA - LINEAS AEREAS URUGUAYAS SOCIEDAD ANONIMA

11 - Processo nº: 10140.003506/2001-19 - Recorrente: INSTITUIÇÃO ADVENT. CENTRAL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

12 - Processo nº: 15374.724380/2009-47 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10166.722582/2012-91 - Recorrente: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

14 - Processo nº: 10660.900083/2009-65 - Embargante: AEES POWER SYSTEMS DO BRASIL SISTEMAS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10660.900084/2009-18 - Embargante: AEES POWER SYSTEMS DO BRASIL SISTEMAS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10660.900086/2009-07 - Embargante: AEES POWER SYSTEMS DO BRASIL SISTEMAS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10660.900087/2009-43 - Embargante: AEES POWER SYSTEMS DO BRASIL SISTEMAS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10660.900088/2009-98 - Embargante: AEES POWER SYSTEMS DO BRASIL SISTEMAS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10660.900089/2009-32 - Embargante: AEES POWER SYSTEMS DO BRASIL SISTEMAS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 19515.002269/2006-52 - Recorrente: DIADUR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 11080.725859/2010-89 - Recorrente: DANA INDÚSTRIAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 11128.006502/2005-47 - Recorrente: CRODA DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13051.000106/2005-72 - Recorrente: COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10865.000915/99-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: A RIGOR - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - EPP

Relator: CÁSSIO SCHAPPO

25 - Processo nº: 11128.006391/2004-98 - Recorrente: HENKEL SURFACE TECHNOLOGIES BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

26 - Processo nº: 10660.001812/2005-75 - Recorrente: EXPRINSUL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11762.720084/2013-29 - Recorrente: EMINÊNCIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E SILVA PINTO

28 - Processo nº: 12266.721279/2011-98 - Recorrente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 11633.720332/2011-45 - Recorrentes: EBRP - EMPRESA BRASILEIRA DE COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PNEUS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: EBRP - EMPRESA BRASILEIRA DE COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PNEUS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

30 - Processo nº: 10835.002289/2005-55 - Embargante: VITAPELLI LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10835.000830/2005-91 - Embargante: VITAPELLI LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

32 - Processo nº: 10380.904338/2010-49 - Recorrente: NORSA REFRIGERANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10380.904365/2010-11 - Recorrente: NORSA REFRIGERANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10469.723099/2015-62 - Recorrente: NORSA REFRIGERANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 12466.003452/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

36 - Processo nº: 12466.002004/2009-81 - Recorrentes: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 12466.001915/2009-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

38 - Processo nº: 10909.720994/2011-75 - Recorrente: APEX INTERNATIONAL TRADING COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10680.010359/2005-50 - Recorrente: AVIÁRIO SANTO ANTONIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 11516.004392/2009-39 - Recorrente: CLEMAR ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10930.005454/2002-08 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE LONDRINA - CATIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ LUIZ FEISTAUER DE OLIVEIRA

42 - Processo nº: 15586.720015/2014-35 - Recorrente: COLUMBIA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

43 - Processo nº: 13855.720820/2011-73 - Recorrente: MAGAZINE LUIZA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10907.001805/99-70 - Recorrente: HOSPITAL SANTA CATARINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10830.008725/2008-92 - Recorrente: COMPET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10925.721061/2014-40 - Recorrente: CANDATTI BEBIDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

47 - Processo nº: 13116.721900/2013-61 - Recorrente: NASA VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10980.720355/2013-17 - Recorrente: GELOPAR REFRIGERAÇÃO PARANAENSE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10907.720107/2011-89 - Recorrente: FLÓRIDA S/A IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 12457.734421/2012-09 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 15165.721367/2013-88 - Recorrente: MAS COMERCIAL EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CÁSSIO SCHAPPO

52 - Processo nº: 10680.906484/2008-18 - Recorrente: TOTAL FLEET S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10680.906479/2008-05 - Recorrente: TOTAL FLEET S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

54 - Processo nº: 10120.005927/2003-84 - Recorrente: SANEAMENTO DE GOIÁS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10425.721669/2014-13 - Recorrente: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 11080.723802/2013-98 - Recorrentes: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 14751.720193/2014-44 - Recorrentes: ESTADO DA PARAÍBA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ESTADO DA PARAÍBA e FAZENDA NACIONAL

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

58 - Processo nº: 12466.004561/2006-93 - Embargante: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13052.000022/2005-29 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CURTUME AIMORÉ S/A

60 - Processo nº: 11128.002743/2002-74 - Recorrente: RHODIA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 11128.006723/2004-34 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 11050.000446/2002-35 - Embargante: EPCOS DO BRASIL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: CLEBER MAGALHÃES

63 - Processo nº: 10715.003765/2009-45 - Recorrente: TAM LINHAS AÉREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 11128.723650/2013-30 - Recorrente: FURNAX COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 11128.004302/2006-31 - Recorrente: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 12466.004054/2007-31 - Recorrente: ÊXITO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 11968.001192/2008-25 - Recorrente: TECON SUAPE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSÉ LUIZ FEISTAUER DE OLIVEIRA

68 - Processo nº: 10240.720894/2011-40 - Embargante: CASA DO PADEIRO DE RONDÔNIA LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

69 - Processo nº: 10726.000129/2006-90 - Recorrente: SERTRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10907.721159/2013-34 - Recorrente: SERTRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 11829.720045/2012-29 - Recorrente: MEP BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E PROCESSOS NA TRANSFORMACAO DE AÇO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10516.720018/2012-17 - Recorrente: FILM IN COMÉRCIO DE PELÍCULAS EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

73 - Processo nº: 10935.000148/2007-31 - Recorrente: COMIL SILOS E SECADORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 11020.905952/2008-65 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 11020.905954/2008-54 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 12266.722152/2012-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CALOI NORTE S/A

77 - Processo nº: 18471.000819/2005-17 - Recorrente: DIG DISTRIBUIDORA GUANABARINA DE VEICULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 16327.000122/2010-33 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CÁSSIO SCHAPPO

79 - Processo nº: 13971.902781/2009-80 - Recorrente: HOTEL GLÓRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10925.002306/2006-26 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

81 - Processo nº: 13971.902782/2009-24 - Recorrente: HOTEL GLÓRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 13971.902783/2009-79 - Recorrente: HOTEL GLÓRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 12749.000014/2009-13 - Recorrente: RHENEN DO BRASIL - INDÚSTRIA DE MOLAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 15374.002879/2008-19 - Recorrente: WILHELMSEN SHIPS SERVICE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10320.720718/2014-61 - Recorrente: COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

86 - Processo nº: 13971.000261/2011-55 - Recorrente: STAHLFABRIK INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA. EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10480.723715/2010-12 - Recorrentes: CAMIL ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CAMIL ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 10925.002977/2007-78 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: RENAR MAÇÃS S/A

Relator: PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

89 - Processo nº: 19515.004385/2007-97 - Recorrentes: GALDERMA BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GALDERMA BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

90 - Processo nº: 10850.907398/2009-04 - Recorrente: GUARANI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10850.907409/2009-48 - Recorrente: GUARANI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 19311.720015/2012-54 - Recorrente: JOSÉ SANCHEZ OLLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 16682.900631/2012-81 - Recorrente: IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

94 - Processo nº: 12466.002810/2006-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PROAD IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.

95 - Processo nº: 16095.000696/2009-49 - Recorrente: BANDEIRANTES SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10875.001148/2005-49 - Recorrente: PINHOPEL COM. DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 19515.000895/2005-23 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS CONC. E EDITORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10384.720414/2008-19 - Recorrente: CONSTRUTORA SUCESSO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10166.721554/2010-95 - Recorrente: ASA ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

100 - Processo nº: 16004.720338/2013-12 - Recorrente: WAY - TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 11051.720142/2011-79 - Recorrente: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ LUIZ FEISTAUER DE OLIVEIRA

102 - Processo nº: 19515.003807/2007-15 - Recorrente: MIRA OTM TRANSPORTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 13864.000094/2007-83 - Recorrente: PANASONIC ELETRONIC DEVCES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10907.001342/2008-52 - Recorrente: SEATRADE SERV. POT. E LOGÍSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

105 - Processo nº: 13805.002156/96-18 - Recorrente: FRIGORÍFICO JAHU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10925.722515/2011-57 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10925.722516/2011-00 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 10925.722517/2011-46 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 10925.722518/2011-91 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10925.722519/2011-35 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10925.722520/2011-60 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

112 - Processo nº: 10711.724209/2012-41 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

113 - Processo nº: 10711.723040/2012-11 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 10711.723041/2012-57 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10711.723043/2012-46 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10711.723116/2012-08 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 10711.723154/2012-52 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10711.723155/2012-05 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10711.723156/2012-41 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10711.723210/2012-59 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10711.723308/2012-14 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10711.723310/2012-85 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10711.723312/2012-74 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10711.723505/2013-14 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10711.723894/2012-99 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10711.724047/2013-22 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 10711.724250/2012-18 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10711.724332/2013-43 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10711.724456/2013-29 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10711.724566/2012-18 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10711.724670/2013-85 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10711.724743/2013-39 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10711.724923/2013-11 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10711.725337/2013-93 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10711.725543/2013-01 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10711.725629/2013-26 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10711.726383/2013-18 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10711.726384/2013-54 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10711.726385/2013-07 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 10711.726386/2013-43 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 10711.728505/2012-11 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 10711.728507/2012-19 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 10711.728568/2012-78 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 10711.728570/2012-47 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 10711.728572/2012-36 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 10711.728573/2012-81 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 10711.728575/2012-70 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

148 - Processo nº: 10711.728577/2012-69 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 10711.728589/2012-93 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 10711.728590/2012-18 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 10711.728591/2012-62 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 10711.728592/2012-15 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 10711.728593/2012-51 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 10711.728594/2012-04 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 10711.729249/2012-80 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 10711.729533/2012-56 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 10711.729534/2012-09 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 10711.729535/2012-45 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo nº: 10711.729879/2012-54 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 10711.729880/2012-89 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 10711.729881/2012-23 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 10711.729882/2012-78 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 10711.729883/2012-12 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 10711.729884/2012-67 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 10711.729885/2012-10 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

166 - Processo nº: 10831.002371/2002-77 - Recorrente: Q-FREE AMERICA LATINA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo nº: 10983.720613/2014-16 - Recorrente: IDB DO BRASIL TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 10983.720744/2014-95 - Recorrente: IDB DO BRASIL TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 10983.720840/2014-33 - Recorrente: IDB DO BRASIL TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 10983.721087/2014-01 - Recorrente: IDB DO BRASIL TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 10983.721118/2014-16 - Recorrente: IDB DO BRASIL TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 13116.000753/2009-14 - Recorrentes: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A e FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 16682.720396/2013-46 - Recorrente: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

174 - Processo nº: 13839.002329/2005-17 - Recorrente: MGI COUTIER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo nº: 19515.002699/2007-55 - Recorrente: ETL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo nº: 10880.941647/2012-21 - Embargante: JBS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

177 - Processo nº: 16403.000074/2007-28 - Embargante: INTERNATIONAL PAPER - COMÉRCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo nº: 16403.000078/2007-14 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INTERNATIONAL PAPER - COMÉRCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA.

179 - Processo nº: 10516.720006/2012-92 - Embargante: FREE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

180 - Processo nº: 13808.000234/95-01 - Recorrente: BRILMAQ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo nº: 10814.004444/2009-40 - Recorrente: SHELBY MB IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo nº: 11065.000530/00-01 - Recorrente: MATRISOLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

183 - Processo nº: 13805.008664/98-53 - Recorrente: DURATEX MADEIRA INDUSTRIALIZADA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

184 - Processo nº: 11080.722578/2014-06 - Recorrente: LEV E MONTE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA MÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

185 - Processo nº: 11080.722581/2014-11 - Recorrente: LEV E MONTE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA MÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 11516.002635/2010-38 - Recorrente: ESTALEIRO SCHAEFER YACHTS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

187 - Processo nº: 11128.000575/2009-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELOG S.A.

Relatora: TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

188 - Processo nº: 10831.012175/2001-20 - Recorrente: MAHLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 10516.000018/2010-35 - Recorrentes: HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 10508.000625/2011-85 - Recorrente: LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

191 - Processo nº: 10880.034071/97-15 - Recorrente: PLANFILME MATERIAIS FOTOGRÁFICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 10925.000774/2008-28 - Recorrente: MADEIREIRA SELEME LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 12466.721755/2011-14 - Recorrente: PANTOP COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

194 - Processo nº: 19515.004549/2003-52 - Recorrente: DIASONICS VINGMED ULTRASOUND DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo nº: 10280.002104/2005-26 - Recorrente: BANCO DA AMAZÔNIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

196 - Processo nº: 13808.001134/99-17 - Recorrente: ST ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

197 - Processo nº: 13839.004413/2007-37 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COOPERATIVA DE CONSUMO COOPERCICA

198 - Processo nº: 10314.001362/99-13 - Recorrente: BEMIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

199 - Processo nº: 10980.720611/2011-04 - Recorrente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo nº: 10980.723884/2014-45 - Recorrente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

201 - Processo nº: 12266.720843/2014-06 - Recorrentes: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL

202 - Processo nº: 12466.002146/2001-91 - Recorrente: MINTER TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

203 - Processo nº: 11040.001111/93-65 - Recorrentes: COOPERATIVA ARROZEIRA EXTREMO SUL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COOPERATIVA ARROZEIRA EXTREMO SUL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

204 - Processo nº: 10830.005231/98-13 - Recorrente: USINAGEM IRMÃOS GALBIATTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

205 - Processo nº: 10830.005928/2003-12 - Recorrente: USINAGEM IRMÃOS GALBIATTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

206 - Processo nº: 11516.000209/2010-60 - Recorrente: PREMIUM DISTRIBUIDORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

207 - Processo nº: 11128.000386/2002-18 - Recorrente: BASF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

208 - Processo nº: 19515.005346/2008-98 - Recorrente: VERDETUR TURISMO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo nº: 11610.006832/2001-67 - Recorrente: ELETRO PROTEÇÃO DE METAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WINDERLEY MORAIS PEREIRA

210 - Processo nº: 10480.720023/2010-12 - Recorrente: UNA ENERGÉTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo nº: 11051.720039/2012-18 - Recorrente: PORTES BR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 11128.007389/2006-06 - Recorrente: MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

213 - Processo nº: 19515.720539/2014-11 - Recorrente: GRAN PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

214 - Processo nº: 19515.003538/2005-17 - Recorrente: STILGRAF ARTES GRÁFICAS E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

215 - Processo nº: 16095.720295/2012-12 - Recorrente: BINOTTO S/A LOGÍSTICA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

216 - Processo nº: 10314.006998/2008-31 - Recorrente: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

217 - Processo nº: 13603.723315/2012-23 - Recorrente: LAMINA TEMPER COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE VIDROS DE SEGURANÇA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

218 - Processo nº: 10480.727587/2014-18 - Recorrente: FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

219 - Processo nº: 13005.001286/2009-99 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo nº: 11030.002192/99-99 - Recorrente: COMÉRCIO DE BALAS GOBBI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo nº: 13896.000734/99-34 - Recorrente: NITRATOS NATURAIS DO CHILE COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

222 - Processo nº: 10073.721173/2012-15 - Recorrente: FSTP BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ANA CLARISSA MASUKO DOS SANTOS ARAÚJO

223 - Processo nº: 10111.000840/2007-53 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EMS S/A

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária
Substituto

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Chefe da Secretaria da 2ª Câmara

3ª CÂMARA
2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 402, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

4) O julgamento do Processo nº 10280.721580/2011-98 (item 56) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 57 a 72; e o julgamento do Processo nº 10480.910482/2012-58 (item 111) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 112 a 159. As decisões dos processos constantes dos itens 56 e 111 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 57 a 72 e 112 a 159, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALKER ARAÚJO

1 - Processo nº: 12457.724462/2012-89 - Recorrente: NEVADA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE

2 - Processo nº: 12452.720436/2011-41 - Recorrente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVIÇOS SUBMARINOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAÚJO

3 - Processo nº: 11829.720017/2013-92 - Recorrentes: GOLDSTAR COMÉRCIO ATACADISTA E SERVICOS INDUSTRIAL LTDA. - EPP e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GOLDSTAR COMÉRCIO ATACADISTA E SERVICOS INDUSTRIAL LTDA. - EPP e FAZENDA NACIONAL

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

4 - Processo nº: 13839.002752/2002-74 - Recorrente: SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10140.001791/00-81 - Recorrente: AGÊNCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

6 - Processo nº: 15165.003091/2008-95 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: HEXION QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

7 - Processo nº: 15956.000128/2006-55 - Embargante: BRASCOPPER CBC BRASILEIRA DE CONDUTORES LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 16327.000954/2004-10 - Embargante: DU PONT DO BRASIL S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 16327.002626/2003-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Relator: WALKER ARAÚJO

10 - Processo nº: 11762.720085/2012-92 - Recorrente: SERTEC 9212 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

11 - Processo nº: 10480.722427/2009-15 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

12 - Processo nº: 10283.003966/2004-65 - Recorrente: MARTRADE AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 16905.720196/2013-21 - Recorrente: LOGANTECH COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

14 - Processo nº: 10983.900007/2008-26 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10983.900008/2008-71 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10983.900010/2008-40 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10983.900028/2008-41 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10983.900037/2008-32 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10983.900043/2008-90 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10983.900049/2008-67 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 13983.000135/2006-02 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

22 - Processo nº: 11516.721875/2011-16 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 11516.721876/2011-61 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 11516.721877/2011-13 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 11516.721881/2011-73 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 11516.721883/2011-62 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11516.721884/2011-15 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

28 - Processo nº: 12448.727644/2012-11 - Recorrente: SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

29 - Processo nº: 10508.720529/2012-38 - Recorrente: JOANES INDUSTRIAL S/A PRODUTOS QUÍMICOS E VEGETAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAÚJO

30 - Processo nº: 11052.001139/2010-61 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO - FURJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

31 - Processo nº: 15889.000116/2009-14 - Recorrente: CAIO - INDUSCAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARROCERIAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10580.100060/2007-86 - Recorrente: HOSPITAL EVANGÉLICO DA BAHIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

33 - Processo nº: 15868.720033/2013-70 - Embargante: JBS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10680.012352/2002-20 - Embargante: BANCO AGRIMISA S/A - EM LIQUIDAÇÃO e Embargada: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

35 - Processo nº: 19740.000633/2003-33 - Embargante: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO e Embargada: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10283.006113/2002-13 - Recorrente: IGB ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

37 - Processo nº: 13864.720232/2013-92 - Recorrente: CBS INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10283.002703/2003-58 - Recorrentes: CCE DA AMAZÔNIA S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CCE DA AMAZÔNIA S/A e FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10855.003512/2006-24 - Recorrente: CAMPARI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 13609.720011/2008-78 - Recorrente: RVR SIDERURGIA E EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 13311.000013/00-54 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: DAKOTA RUSSAS S/A

42 - Processo nº: 11128.004243/2005-10 - Recorrente: CLARIANT S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE

43 - Processo nº: 10850.900987/2006-19 - Recorrente: ELETRO METALÚRGICA VENTI DELTA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10280.000698/2002-98 - Recorrente: PROMÁQUINAS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

45 - Processo nº: 11128.004649/2003-31 - Recorrente: M CASSAB COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 11128.001325/2004-21 - Recorrente: M CASSAB COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 11128.003133/2004-50 - Recorrente: COMEXIM MATERIAS PRIMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

48 - Processo nº: 10280.905800/2011-34 - Recorrente: BELÉM DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10280.905801/2011-89 - Recorrente: BELÉM DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAÚJO

50 - Processo nº: 10783.721999/2012-60 - Recorrente: EXPORTADORA DE CAFÉ ASTOLPHO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10980.723347/2012-33 - Recorrente: GRAN SERVICE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 19515.002341/2007-22 - Recorrente: GE DIGITAL ENERGY DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

53 - Processo nº: 13502.720701/2012-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

54 - Processo nº: 10480.729669/2013-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA CRUANGI S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

55 - Processo nº: 19515.001171/2006-88 - Recorrente: CITIFINANCIAL PROMOTORA DE NEGÓCIOS & COBRANÇA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

56 - Processo nº: 10280.721580/2011-98 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE

57 - Processo nº: 10280.720013/2011-14 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10280.720092/2012-44 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10280.720326/2010-91 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10280.720512/2011-10 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10280.720617/2009-46 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10280.721336/2010-44 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10280.721396/2011-48 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10280.721588/2010-73 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10280.721626/2011-79 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10280.722032/2011-85 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10280.722163/2011-62 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10280.722726/2011-12 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10280.722967/2009-47 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 12266.720095/2014-53 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 12266.720886/2013-01 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 12266.722498/2014-37 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

73 - Processo nº: 12466.000883/2009-14 - Recorrente: COTIA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10920.001676/2010-72 - Recorrente: D&A COMÉRCIO SERVIÇOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10980.727081/2012-06 - Recorrente: LIMIAR DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 15165.720091/2011-59 - Recorrente: DENAL MAX COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

77 - Processo nº: 10166.900263/2010-61 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE

78 - Processo nº: 10983.721217/2010-74 - Embargante: ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10218.000325/00-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FAZENDA CAMPO ALEGRE S/A

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

80 - Processo nº: 10711.000797/2010-62 - Recorrente: LIBRA TERMINAL RIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10711.001216/2010-18 - Recorrente: LIBRA TERMINAL RIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10711.007872/2009-82 - Recorrente: LIBRA TERMINAL RIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAÚJO

83 - Processo nº: 16349.000194/2006-46 - Recorrente: FRIGORÍFICO MARGEN LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 19515.004671/2010-58 - Recorrente: AGRISUL AGRÍCOLA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

85 - Processo nº: 13116.722368/2014-81 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

86 - Processo nº: 10410.002613/2001-01 - Recorrente: EMBRASIL-EMPRESA BRASILEIRA DISTRIBUIDORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13896.001494/99-68 - Recorrente: DAIICHI SANKYO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 13312.900012/2006-68 - Recorrente: BANAS CALÇADOS E COMPONENTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 13005.721238/2013-05 - Recorrente: TABACOS MARASCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 13971.901886/2010-55 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TEKA TECELAGEM KUEHNRICH S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

91 - Processo nº: 12709.000770/2008-20 - Recorrente: CLÍNICA HOSPIT. DE IMAGEM SÃO JOSÉ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

92 - Processo nº: 10880.007700/2001-18 - Recorrente: SERVENG CIVILSAN S/A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 13063.000017/2007-59 - Recorrente: JOHN DEERE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 19991.000119/2009-31 - Recorrente: DADÁ SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10735.002459/97-95 - Recorrente: BAR E MERCEARIA BONSUCESSO H.R. LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10140.003416/2003-90 - Recorrente: ENGELÉTRICA TECNOLOGIA DE MONTAGEM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 15374.004669/2001-99 - Recorrente: NEXUS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE

98 - Processo nº: 19647.007138/2009-17 - Recorrente: GÔNDOLA DISTRIBUIDORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10480.025193/99-03 - Embargante: GUARARAPES INDUSTRIAL LTDA. EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 11040.000430/2005-94 - Recorrente: JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO

101 - Processo nº: 10840.002876/2003-11 - Recorrente: LUIZ ALBERTO CONSOLI & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10880.008151/2002-71 - Recorrente: ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10840.721551/2013-03 - Recorrente: UNIMED DE RIBEIRÃO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA

104 - Processo nº: 19515.722003/2013-59 - Recorrentes: KUEHNE+NAGEL SERVIÇOS LOGÍSTICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: KUEHNE+NAGEL SERVIÇOS LOGÍSTICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 11040.000431/2005-39 - Recorrente: JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO

106 - Processo nº: 11020.721438/2012-55 - Recorrente: CALÇADOS MOLLINO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

107 - Processo nº: 16151.720680/2013-11 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 12448.730071/2013-93 - Recorrente: BANCO CLÁSSICO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DOMINGOS DE SÁ FILHO

109 - Processo nº: 11610.019438/2002-70 - Recorrente: DOU TEX SA INDÚSTRIA TÊXTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE

110 - Processo nº: 10830.005599/97-18 - Recorrente: LEVEFORT INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALKER ARAÚJO

111 - Processo nº: 10480.910482/2012-58 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE

112 - Processo nº: 10480.900423/2014-33 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10480.900424/2014-88 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 10480.910483/2012-01 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10480.910484/2012-47 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10480.910485/2012-91 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 10480.910486/2012-36 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10480.910487/2012-81 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10480.910489/2012-70 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10480.910491/2012-49 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10480.910492/2012-93 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10480.910493/2012-38 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10480.910494/2012-82 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10480.910495/2012-27 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10480.910497/2012-16 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10480.910498/2012-61 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 10480.910500/2012-00 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10480.910501/2012-46 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10480.910502/2012-91 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10480.910503/2012-35 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10480.910504/2012-80 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10480.910505/2012-24 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

133 - Processo nº: 10480.910506/2012-79 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10480.910507/2012-13 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10480.910508/2012-68 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10480.910514/2012-15 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10480.910516/2012-12 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10480.910517/2012-59 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10480.910518/2012-01 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10480.910519/2012-48 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10480.910524/2012-51 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10480.910525/2012-03 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10480.910526/2012-40 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10480.910527/2012-94 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10480.910528/2012-39 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10480.910529/2012-83 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10480.910530/2012-16 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10480.910531/2012-52 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10480.910532/2012-05 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10480.910533/2012-41 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10480.910534/2012-96 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10480.910536/2012-85 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10480.910537/2012-20 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10480.910538/2012-74 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10480.910539/2012-19 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10480.910540/2012-43 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10480.910541/2012-98 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10480.910542/2012-32 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10480.910543/2012-87 - Recorrente: ARMAZÉM CORAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
160 - Processo nº: 16327.000638/2009-44 - Embargante: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO e Embargada: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13971.005194/2009-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BUNGE ALIMENTOS S/A
162 - Processo nº: 13971.005195/2009-95 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BUNGE ALIMENTOS S/A
163 - Processo nº: 13971.005198/2009-29 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BUNGE ALIMENTOS S/A
164 - Processo nº: 10640.000956/2002-08 - Recorrente: FRIATEC DO BRASIL INDÚSTRIA DE BOMBAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
165 - Processo nº: 11543.002757/2001-14 - Recorrente: T.A. OIL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10435.720615/2012-41 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10435.722219/2011-78 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 19515.722334/2013-99 - Recorrentes: CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: : CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A. e FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 19515.721810/2012-73 - Recorrente: CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13707.002209/2003-53 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA.
171 - Processo nº: 13502.900780/2009-27 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10860.720401/2013-36 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10860.720519/2014-45 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10580.729378/2013-91 - Recorrente: ORGANIZAÇÃO SILVEIRA DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10814.005724/2009-75 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VRG LINHAS AÉREAS S.A.
Relator: WALKER ARAÚJO
176 - Processo nº: 16682.720160/2012-29 - Recorrente: NEOENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA
177 - Processo nº: 16327.001413/2003-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BANCO FIDIS DE INVESTIMENTO S/A
Relatora: LENISA RODRIGUES PRADO
178 - Processo nº: 10711.724262/2011-61 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 18088.000815/2007-16 - Recorrente: PATREZÃO HIPERMERCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
180 - Processo nº: 10120.720063/2011-34 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS MONTEMAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
Presidente da 2ª Turma Ordinária
Substituto

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Chefe da Secretaria da 3ª Câmara

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Pauta da 238ª Sessão de Julgamento do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP, publicada no D.O.U de 6 de fevereiro de 2017, onde se lê:

13) Recurso nº 7171 - Processo Susep nº 15414.200426/2011-38 - Recorrente: APLUB Capitalização S/A., leia-se: 13) Recurso nº 7171 - Processo Susep nº 15414.200426/2011-38 - Recorrente:JOSÉ ARTHUR DAHNE MICKELBERG.

14) Recurso nº 7181 - Processo Susep nº 15414.001652/2013-08 - Recorrente: José Arthur Dahne Mickelberg, leia-se: 14) Recurso nº 7181 - Processo Susep nº 15414.001652/2013-08 - Recorrente:APLUB Capitalização S/A.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

AJUSTE SINIEF Nº 7, DE 30 DE SETEMBRO DE 2005 (*)

Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário Geral da Receita Federal do Brasil, na 119ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Manaus, AM, no dia 30 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, que poderá ser utilizada pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em substituição:

I - à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A;

II - à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4.

III - REVOGADO

IV - REVOGADO

§ 1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

§ 2º Ficam as unidades federadas autorizadas a estabelecer a obrigatoriedade da utilização da NF-e, a qual será fixada por intermédio de Protocolo ICMS, o qual será dispensado:

I - na hipótese de contribuinte inscrito no cadastro do ICMS de uma única unidade federada;

II - a partir de 1º de dezembro de 2010.

§ 3º Para fixação da obrigatoriedade de que trata o protocolo previsto no § 2º, as unidades federadas poderão utilizar critérios relacionados à receita de vendas e serviços dos contribuintes, atividade econômica ou natureza da operação por eles exercida.

§ 4º REVOGADO

§ 5º A NF-e poderá ser utilizada em substituição à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, somente pelos contribuintes que possuem Inscrição Estadual.

§ 6º REVOGADO

Cláusula segunda Para emissão da NF-e, o contribuinte deverá estar previamente credenciado na unidade federada em cujo cadastro de contribuinte do ICMS estiver inscrito.

§ 1º O contribuinte credenciado para emissão de NF-e deverá observar, no que couber, as disposições relativas à emissão de documentos fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados, constantes dos Convênios ICMS 57/95 e 58/95, ambos de 28 de junho de 1995 e legislação superveniente.

§ 2º- O credenciamento a que se refere o caput poderá ser:

I - voluntário, quando solicitado pelo contribuinte;

II - de ofício, quando efetuado pela Administração Tributária.

§ 3º É vedada a emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1-A ou da Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, por contribuinte credenciado à emissão de NF-e, exceto quando a legislação estadual assim permitir.

§ 4º REVOGADO

Cláusula segunda-A Ato COTEPE publicará o "Manual de Orientação do Contribuinte - MOC", disciplinando a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os Portais das Secretarias de Fazendas dos Estados e os sistemas de informações das empresas emissoras de NF-e.

Parágrafo único. Nota técnica publicada no Portal Nacional da NF-e poderá esclarecer questões referentes ao MOC.

Cláusula terceira A NF-e deverá ser emitida com base em leiaute estabelecido no MOC, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária, observadas as seguintes formalidades:

I - o arquivo digital da NF-e deverá ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);

II - a numeração da NF-e será seqüencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite;

III - a NF-e deverá conter um "código numérico", gerado pelo emitente, que comporá a "chave de acesso" de identificação da NF-e, juntamente com o CNPJ do emitente, número e série da NF-e;

IV - a NF-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital;

V - a identificação das mercadorias comercializadas com a utilização da NF-e deverá conter o seu correspondente código estabelecido na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

VI - a NF-e deverá conter um Código Especificador da Substituição Tributária, numérico e de sete dígitos, de preenchimento obrigatório no documento fiscal que acobertar operação com as mercadorias listadas em convênio específico, independentemente de a operação estar sujeita aos regimes de substituição tributária pelas operações subsequentes ou de antecipação do recolhimento do ICMS com encerramento de tributação.

§ 1º As séries da NF-e serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, observando-se o seguinte:

I - a utilização de série única será representada pelo número zero;

II - é vedada a utilização de subséries.

§ 2º O Fisco poderá restringir a quantidade de séries.

§ 3º Para efeitos da geração do código numérico a que se refere o inciso III, na hipótese de a NF-e não possuir série, o campo correspondente deverá ser preenchido com zeros.

§ 4º REVOGADO

§ 5º A NF-e deverá conter o Código de Regime Tributário - CRT e, quando for o caso, o Código de Situação da Operação no Simples Nacional - CSOSN, conforme definidos no Anexo I.

§ 6º Fica obrigatório o preenchimento dos campos cEAN e cEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Numeração Global de Item Comercial).

Cláusula quarta O arquivo digital da NF-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após:

I - ser transmitido eletronicamente à administração tributária, nos termos da cláusula quinta;

II - ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF-e, nos termos da cláusula sexta.

§ 1º Ainda que formalmente regular, não será considerado documento fiscal idôneo a NF-e que tiver sido emitida ou utilizada com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

§ 2º Para os efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º do caput atingem também o respectivo DANFE impresso nos termos das cláusulas nona ou décima primeira, que também não será considerado documento fiscal idôneo.

§ 3º A concessão da Autorização de Uso:

I - é resultado da aplicação de regras formais especificadas no MOC e não implica a convalidação das informações tributárias contidas na NF-e;

II - identifica de forma única, pelo prazo decadencial estabelecido pela legislação tributária, uma NF-e através do conjunto de informações formado por CNPJ do emitente, número, série e ambiente de autorização.

Cláusula quinta A transmissão do arquivo digital da NF-e deverá ser efetuada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.

Parágrafo único. A transmissão referida no caput implica solicitação de concessão de Autorização de Uso da NF-e.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cláusula sexta Previamente à concessão da Autorização de Uso da NF-e, a administração tributária da unidade federada do contribuinte analisará, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a regularidade fiscal do emitente;

II - o credenciamento do emitente, para emissão de NF-e;

III - a autoria da assinatura do arquivo digital da NF-e;

IV - a integridade do arquivo digital da NF-e;

V - a observância ao leiaute do arquivo estabelecido no MOC;

VI - a numeração do documento.

§ 1º A autorização de uso poderá ser concedida pela administração tributária da unidade federada emitente através da infraestrutura tecnológica da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ou de outra unidade federada, na condição de contingência prevista no inciso I da cláusula décima primeira.

§ 2º A unidade federada que tiver interesse poderá, por protocolo, estabelecer que a autorização de uso será concedida mediante a utilização de ambiente de autorização disponibilizado através de infraestrutura tecnológica da RFB ou de outra unidade federada.

§ 3º Nas situações constante dos §§ 1º e 2º, a administração tributária que autorizar o uso da NF-e deverá observar as disposições constantes deste Ajuste estabelecidas para a administração tributária da unidade federada do contribuinte emitente.

Cláusula sétima Do resultado da análise referida na cláusula sexta, a administração tributária cientificará o emitente:

I - da rejeição do arquivo da NF-e, em virtude de:

a) falha na recepção ou no processamento do arquivo;

b) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo digital;

c) remetente não credenciado para emissão da NF-e;

d) duplicidade de número da NF-e;

e) falha na leitura do número da NF-e;

f) outras falhas no preenchimento ou no leiaute do arquivo da NF-e;

II - da denegação da Autorização de Uso da NF-e, em virtude de:

a) irregularidade fiscal do emitente;

b) irregularidade fiscal do destinatário, a critério de cada unidade federada;

III - da concessão da Autorização de Uso da NF-e.

§ 1º Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, a NF-e não poderá ser alterada.

§ 2º Em caso de rejeição do arquivo digital, o mesmo não será arquivado na administração tributária para consulta, sendo permitido ao interessado nova transmissão do arquivo da NF-e nas hipóteses das alíneas "a", "b" e "e" do inciso I do caput.

§ 3º Em caso de denegação da Autorização de Uso da NF-e, o arquivo digital transmitido ficará arquivado na administração tributária para consulta, nos termos da cláusula décima quinta, identificado como "Denegada a Autorização de Uso".

§ 4º No caso do § 3º, não será possível sanar a irregularidade e solicitar nova Autorização de Uso da NF-e que contenha a mesma numeração.

§ 5º A cientificação de que trata o caput será efetuada mediante protocolo disponibilizado ao emitente ou a terceiro autorizado pelo emitente, via internet, contendo, conforme o caso, a "chave de acesso", o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 6º Nos casos dos incisos I ou II do caput, o protocolo de que trata o § 5º conterá informações que justifiquem de forma clara e precisa o motivo pelo qual a Autorização de Uso não foi concedida.

§ 7º Deverá, obrigatoriamente, ser encaminhado ou disponibilizado download do arquivo da NF-e e seu respectivo Protocolo de Autorização de Uso:

I - ao destinatário da mercadoria, pelo emitente da NF-e, imediatamente após o recebimento da autorização de uso da NF-e;

II - ao transportador contratado, pelo tomador do serviço antes do início da prestação correspondente.

§ 8º As empresas destinatárias podem informar o seu endereço de correio eletrônico no Portal Nacional da NF-e, conforme padrões técnicos a serem estabelecidos no MOC.

§ 9º Para os efeitos do inciso II do caput considera-se irregular a situação do contribuinte, emitente do documento fiscal ou destinatário das mercadorias, que, nos termos da respectiva legislação estadual, estiver impedido de praticar operações na condição de contribuinte do ICMS.

Cláusula oitava Concedida a Autorização de Uso da NF-e, a administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir a NF-e para a RFB.

§ 1º A administração tributária da unidade federada do emitente também deverá transmitir a NF-e para:

I - a unidade federada de destino das mercadorias, no caso de operação interestadual;

II - a unidade federada onde deva se processar o embarque de mercadoria na saída para o exterior;

III - a unidade federada de desembaraço aduaneiro, tratando-se de operação de importação de mercadoria ou bem do exterior;

IV - a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, quando a NF-e tiver como destinatário pessoa localizada nas áreas incentivadas.

§ 2º A administração tributária da unidade federada do emitente ou a RFB também poderão transmitir a NF-e ou fornecer informações parciais, observado o sigilo fiscal, para:

I - administrações tributárias municipais, nos casos em que a NF-e envolva serviços sujeitos ao ISSQN, mediante prévio convênio ou protocolo;

II - outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que necessitem de informações da NF-e para desempenho de suas atividades, mediante prévio convênio ou protocolo.

§ 3º Na hipótese da administração tributária da unidade federada do emitente realizar a transmissão prevista no caput por intermédio de WebService, ficará a RFB responsável pelo procedimento de que trata o §1º ou pela disponibilização do acesso a NF-e para as administrações tributárias que adotarem esta tecnologia.

§ 4º Para o cálculo previsto na cláusula vigésima quinta do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, a RFB transmitirá as Notas Fiscais Eletrônicas - NF-e - que contenham o Grupo do Detalhamento Específico de Combustíveis das operações descritas naquele convênio para ambiente próprio hospedado em servidor da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

Cláusula nona Fica instituído o Documento Auxiliar da NF-e - DANFE, conforme leiaute estabelecido no MOC, para acompanhar o trânsito das mercadorias acobertado por NF-e ou para facilitar a consulta prevista na cláusula décima quinta.

§ 1º O DANFE somente poderá ser utilizado para transitar com as mercadorias após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, ou na hipótese prevista na cláusula décima primeira.

§ 1º-A A concessão da Autorização de Uso será formalizada através do fornecimento do correspondente número de Protocolo, o qual deverá ser impresso no DANFE, conforme definido no MOC, ressalvadas as hipóteses previstas na cláusula décima primeira.

§ 2º No caso de destinatário não credenciado para emitir NF-e, a escrituração da NF-e poderá ser efetuada com base nas informações contidas no DANFE, observado o disposto na cláusula décima.

§ 3º O DANFE utilizado para acompanhar o trânsito de mercadorias acobertado por NF-e será impresso em uma única via.

§ 4º O DANFE deverá ser impresso em papel, exceto papel jornal, no tamanho mínimo A4 (210 x 297 mm) e máximo ofício 2 (230 x 330 mm), podendo ser utilizadas folhas soltas, Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA), formulário contínuo ou formulário pré-impresso.

§ 5º O DANFE deverá conter código de barras, conforme padrão estabelecido no MOC.

§ 5º-A Na hipótese de venda ocorrida fora do estabelecimento, o DANFE poderá ser impresso em qualquer tipo de papel, exceto papel jornal, em tamanho inferior ao A4 (210 x 297 mm), caso em que será denominado "DANFE Simplificado", devendo ser observadas as definições constantes MOC.

§ 5º-B Na hipótese de venda ocorrida fora do estabelecimento em que o contribuinte opte pela emissão de NF-e no momento da entrega da mercadoria, poderá ser dispensada a impressão do DANFE, exceto nos casos de contingência ou quando solicitado pelo adquirente.

§ 6º O DANFE poderá conter outros elementos gráficos, desde que não prejudiquem a leitura do seu conteúdo ou do código de barras por leitor óptico.

§ 7º As alterações de leiaute do DANFE permitidas são as previstas no MOC.

§ 8º Os títulos e informações dos campos constantes no DANFE devem ser grafados de modo que seus dizeres e indicações estejam bem legíveis.

§ 9º A aposição de carimbos no DANFE, quando do trânsito da mercadoria, deve ser feita em seu verso.

§ 10. É permitida a indicação de informações complementares de interesse do emitente, impressas no verso do DANFE, hipótese em que sempre será reservado espaço, com a dimensão mínima de 10x15 cm, em qualquer sentido, para atendimento ao disposto no § 9º.

§ 11. REVOGADO

§ 12. O DANFE não poderá conter informações que não existam no arquivo XML da NF-e com exceção das hipóteses previstas no MOC.

Cláusula nona-A REVOGADA

Cláusula décima O emitente deverá manter a NF-e em arquivo digital, sob sua guarda e responsabilidade, pelo prazo estabelecido na legislação tributária, mesmo que fora da empresa, devendo ser disponibilizado para a Administração Tributária quando solicitado.

§ 1º O destinatário deverá verificar a validade e autenticidade da NF-e e a existência de Autorização de Uso da NF-e.

§ 2º O destinatário da NF-e também deverá cumprir o disposto no caput desta cláusula e, caso não seja contribuinte credenciado para a emissão de NF-e, poderá, alternativamente, manter em arquivo o DANFE relativo à NF-e da operação, o qual deverá ser apresentado à Administração Tributária, quando solicitado.

§ 3º O emitente de NF-e deverá guardar pelo prazo estabelecido na legislação tributária o DANFE que acompanhou o retorno de mercadoria não entregue ao destinatário e que contenha o motivo do fato em seu verso.

Cláusula décima primeira Quando em decorrência de problemas técnicos não for possível transmitir a NF-e para a unidade federada do emitente, ou obter resposta à solicitação de Autorização de Uso da NF-e, o contribuinte poderá operar em contingência, gerando arquivos indicando este tipo de emissão, conforme definições constantes no MOC, mediante a adoção de uma das seguintes alternativas:

I - transmitir a NF-e para a Sefaz Virtual de Contingência - SVC, nos termos das cláusulas quarta, quinta e sexta deste ajuste;

II - transmitir Evento Prévio de Emissão em Contingência - EPEC, nos termos da cláusula décima sétima-D;

III - imprimir o DANFE em formulário de segurança - Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA), observado o disposto no Convênio ICMS 96/09, de 11 de dezembro de 2009.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I, a administração tributária da unidade federada emitente poderá autorizar a NF-e utilizando-se da infraestrutura tecnológica da RFB ou de outra unidade federada.

§ 2º Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, conforme disposto no § 1º, a SVC deverá transmitir a NF-e para a unidade federada do emitente, sem prejuízo do disposto no § 3º da cláusula sexta.

§ 3º Na hipótese do inciso II do caput, o DANFE deverá ser impresso em no mínimo duas vias, constando no corpo a expressão "DANFE impresso em contingência - EPEC regularmente recebido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil", tendo as vias a seguinte destinação:

I - uma das vias permitirá o trânsito das mercadorias e deverá ser mantida em arquivo pelo destinatário pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda de documentos fiscais;

II - outra via deverá ser mantida em arquivo pelo emitente pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais.

§ 4º Presume-se inábil o DANFE impresso nos termos do § 3º, quando não houver a regular recepção do Evento Prévio de Emissão em Contingência - EPEC - pela RFB, nos termos da cláusula décima sétima- D.

§ 5º Na hipótese do inciso III do caput, o Formulário de Segurança - Documento Auxiliar (FS-DA) deverá ser utilizado para impressão de no mínimo duas vias do DANFE, constando no corpo a expressão "DANFE em Contingência - impresso em decorrência de problemas técnicos", tendo as vias a seguinte destinação:

I - uma das vias permitirá o trânsito das mercadorias e deverá ser mantida em arquivo pelo destinatário pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda de documentos fiscais;

II - outra via deverá ser mantida em arquivo pelo emitente pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais.

§ 6º Na hipótese do inciso III do caput, existindo a necessidade de impressão de vias adicionais do DANFE, dispensa-se a exigência do uso do Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA) das vias adicionais.

§ 7º Na hipótese dos incisos II e III do caput, imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a transmissão ou recepção do retorno da autorização da NF-e, e até o prazo limite de cento e sessenta e oito horas da emissão da NF-e, contado a partir da emissão da NF-e de que trata o § 12, o emitente deverá transmitir à administração tributária de sua jurisdição as NF-e geradas em contingência.

§ 8º Se a NF-e transmitida nos termos do § 7º vier a ser rejeitada pela administração tributária, o contribuinte deverá:

I - gerar novamente o arquivo com a mesma numeração e série, sanando a irregularidade desde que não se altere:

a) as variáveis que determinam o valor do imposto tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação;

b) a correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário;

c) a data de emissão ou de saída;

II - solicitar Autorização de Uso da NF-e;

III - imprimir o DANFE correspondente à NF-e autorizada, no mesmo tipo de papel utilizado para imprimir o DANFE original;

IV - providenciar, junto ao destinatário, a entrega da NF-e autorizada bem como do novo DANFE impresso nos termos do inciso III, caso a geração saneadora da irregularidade da NF-e tenha promovido alguma alteração no DANFE.

§ 9º O destinatário deverá manter em arquivo pelo prazo decadencial estabelecido pela legislação tributária junto à via mencionada no inciso I do § 3º ou no inciso I do § 5º, a via do DANFE recebida nos termos do inciso IV do § 8º.

§ 10. Se após decorrido o prazo limite previsto no § 7º, o destinatário não puder confirmar a existência da Autorização de Uso da NF-e correspondente, deverá comunicar imediatamente o fato à unidade fazendária do seu domicílio.

§ 11. Na hipótese dos incisos II e III do caput, as seguintes informações farão parte do arquivo da NF-e, devendo ser impressas no DANFE:

I - o motivo da entrada em contingência;

II - a data, hora com minutos e segundos do seu início.

§ 12. Considera-se emitida a NF-e em contingência, tendo como condição resolutória a sua autorização de uso:

I - na hipótese do inciso II do caput, no momento da regular recepção do EPEC pela RFB, conforme previsto na cláusula décima sétima-D;

II - na hipótese do inciso III do caput, no momento da impressão do respectivo DANFE em contingência.

§ 13. Para os Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina, na hipótese do § 5º-A da cláusula nona, havendo problemas técnicos de que trata o caput, o contribuinte poderá emitir, em no mínimo duas vias, o DANFE Simplificado em contingência, com a expressão "DANFE Simplificado em Contingência", dispensada a utilização de formulário de segurança - Documento Auxiliar (FS-DA), devendo ser observadas as destinações de cada via conforme o disposto nos incisos I e II do § 5º.

§ 14. É vedada a reutilização, em contingência, de número de NF-e transmitida com tipo de emissão "Normal".

§ 15. REVOGADO

§ 16. REVOGADO

Cláusula décima primeira-A Em relação às NF-e que foram transmitidas antes da contingência e ficaram pendentes de retorno, o emitente deverá, após a cessação das falhas:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - solicitar o cancelamento, nos termos da cláusula décima segunda, das NF-e que retornaram com Autorização de Uso e cujas operações não se efetivaram ou foram acobertadas por NF-e emitidas em contingência;

II - solicitar a inutilização, nos termos da cláusula décima quarta, da numeração das NF-e que não foram autorizadas nem denegadas.

Cláusula décima primeira-B REVOGADA

Cláusula décima segunda Em prazo não superior a vinte e quatro horas, contado do momento em que foi concedida a Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula sétima, o emitente poderá solicitar o cancelamento da respectiva NF-e, desde que não tenha havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço e observadas as normas constantes na cláusula décima terceira.

Parágrafo único. A critério de cada unidade federada, em casos excepcionais, poderá ser recepcionado o pedido de cancelamento de forma extemporânea.

Cláusula décima terceira O cancelamento de que trata a cláusula décima segunda será efetuado por meio do registro de evento correspondente.

§ 1º O Pedido de Cancelamento de NF-e deverá atender ao leiaute estabelecido no MOC.

§ 2º A transmissão do Pedido de Cancelamento de NF-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

§ 3º O Pedido de Cancelamento de NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º A transmissão poderá ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.

§ 5º A cientificação do resultado do Pedido de Cancelamento de NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a "chave de acesso", o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 6º A administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir para as administrações tributárias e entidades previstas na cláusula oitava, os Cancelamentos de NF-e.

Cláusula décima terceira-A As informações relativas à data, à hora de saída e ao transporte, caso não constem do arquivo XML da NF-e transmitido nos termos da cláusula quinta e seu respectivo DANFE, deverão ser comunicadas através de Registro de Saída.

§ 1º O Registro de Saída deverá atender ao leiaute estabelecido no MOC.

§ 2º A transmissão do Registro de Saída será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

§ 3º O Registro de Saída deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º A transmissão poderá ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.

§ 5º O Registro de Saída só será válido após a cientificação de seu resultado mediante o protocolo de que trata o § 2º, disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo a chave de acesso da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 6º A administração tributária autorizadora deverá transmitir o Registro de Saída para as administrações tributárias e entidades previstas na cláusula oitava.

§ 7º Caso as informações relativas à data e à hora de saída não constem do arquivo XML da NF-e nem seja transmitido o Registro de Saída no prazo estabelecido no MOC será considerada a data de emissão da NF-e como data de saída.

Cláusula décima terceira-B REVOGADA

Cláusula décima quarta O contribuinte deverá solicitar, mediante Pedido de Inutilização de Número da NF-e, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, a inutilização de números de NF-e não utilizados, na eventualidade de quebra de sequência da numeração da NF-e.

§ 1º O Pedido de Inutilização de Número da NF-e deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 2º A transmissão do Pedido de Inutilização de Número da NF-e, será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

§ 3º A cientificação do resultado do Pedido de Inutilização de Número da NF-e será feita mediante protocolo de que trata o § 2º disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, os números das NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do emitente e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 4º A administração tributária da unidade federada do emitente deverá transmitir para a RFB as inutilizações de número de NF-e.

Cláusula décima quarta-A Após a concessão da Autorização de Uso da NF-e, de que trata a cláusula sétima, o emitente poderá sanar erros em campos específicos da NF-e, por meio de Carta de Correção Eletrônica - CC-e, transmitida à administração tributária da unidade federada do emitente, desde que o erro não esteja relacionado com:

I - as variáveis que determinam o valor do imposto tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação;

II - a correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário;

III - a data de emissão ou de saída.

§ 1º A Carta de Correção Eletrônica - CC-e deverá atender ao leiaute estabelecido no MOC e ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 2º A transmissão da CC-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

§ 3º A cientificação da recepção da CC-e será feita mediante protocolo disponibilizado ao emitente, via Internet, contendo, conforme o caso, a "chave de acesso", o número da NF-e, a data e a hora do recebimento da solicitação pela administração tributária da unidade federada do contribuinte e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da administração tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 4° Havendo mais de uma CC-e para a mesma NF-e, o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º A administração tributária que recebeu a CC-e deverá transmití-la às administrações tributárias e entidades previstas na cláusula oitava.

§ 6º O protocolo de que trata o § 3º não implica validação das informações contidas na CC-e

§ 7º É vedada a utilização de carta de correção em papel para sanar erros em campos específicos de NF-e.

Cláusula décima quinta Após a concessão de Autorização de Uso da NF-e, de que trata a cláusula sétima, a administração tributária da unidade federada do emitente disponibilizará consulta relativa à NF-e.

§ 1º A consulta à NF-e será disponibilizada, em "site" na internet pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º Após o prazo previsto no § 1º, a consulta à NF-e poderá ser substituída pela prestação de informações parciais que identifiquem a NF-e (número, data de emissão, CNPJ do emitente e do destinatário, valor e sua situação), que ficarão disponíveis pelo prazo decadencial.

§ 3º A consulta à NF-e, prevista no caput, poderá ser efetuada pelo interessado, mediante informação da "chave de acesso" da NF-e.

§ 4º A consulta prevista no caput, em relação à NF-e, poderá ser efetuada também, subsidiariamente, no ambiente nacional disponibilizado pela RFB.

Cláusula décima quinta-A A ocorrência relacionada com uma NF-e denomina-se "Evento da NF-e".

§ 1º Os eventos relacionados a uma NF-e são:

I - Cancelamento, conforme disposto na cláusula décima segunda;

II - Carta de Correção Eletrônica, conforme disposto na cláusula décima quarta-A;

III - Registro de Passagem Eletrônico, conforme disposto na cláusula décima sétima-C;

IV - Ciência da Emissão, recebimento pelo destinatário ou pelo remetente de informações relativas à existência de NF-e em que esteja envolvido, quando ainda não existem elementos suficientes para apresentar uma manifestação conclusiva;

V - Confirmação da Operação, manifestação do destinatário confirmando que a operação descrita na NF-e ocorreu exatamente como informado nesta NF-e;

VI - Operação não Realizada, manifestação do destinatário reconhecendo sua participação na operação descrita na NF-e, mas declarando que a operação não ocorreu ou não se efetivou como informado nesta NF-e;

VII - Desconhecimento da Operação, manifestação do destinatário declarando que a operação descrita da NF-e não foi por ele solicitada;

VIII - Registro de Saída, conforme disposto na cláusula décima terceira-A;

IX - Vistoria Suframa, homologação do ingresso da mercadoria na área incentivada mediante a autenticação do Protocolo de Internamento de Mercadoria Nacional - PIN-e;

X - Internalização Suframa, confirmação do recebimento da mercadoria pelo destinatário por meio da Declaração de Ingresso - DI;

XI - Evento Prévio de Emissão em Contingência, conforme disposto na cláusula décima sétima-D;

XII - NF-e Referenciada em outra NF-e, registro que esta NF-e consta como referenciada em outra NF-e;

XIII - NF-e Referenciada em CT-e, registro que esta NF-e consta em um Conhecimento Eletrônico de Transporte;

XIV - NF-e Referenciada em MDF-e, registro que esta NF-e consta em um Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais;

XV - Manifestação do Fisco, registro realizado pela autoridade fiscal com referência ao conteúdo ou à situação da NF-e;

XVI - Pedido de Contribuinte, registro realizado pelo contribuinte de solicitação de prorrogação de prazo de retorno de remessa para industrialização.

§ 2º Os eventos serão registrados por:

I - qualquer pessoa, física ou jurídica, envolvida ou relacionada com a operação descrita na NF-e, conforme leiaute, prazos e procedimentos estabelecidos no MOC;

II - órgãos da Administração Pública direta ou indireta, conforme leiaute, prazos e procedimentos estabelecidos na documentação do Sistema da NF-e.

§ 3º A administração tributária responsável pelo recebimento do registro do evento deverá transmiti-lo para o Ambiente Nacional da NF-e, a partir do qual será distribuído para os destinatários especificados na cláusula oitava.

§ 4º Os eventos serão exibidos na consulta definida na cláusula décima quinta, conjuntamente com a NF-e a que se referem.

Cláusula décima quinta-B Na ocorrência dos eventos abaixo indicados fica obrigado o seu registro pelas seguintes pessoas:

I - pelo emitente da NF-e:

a) Carta de Correção Eletrônica de NF-e;

b) Cancelamento de NF-e;

c) Evento Prévio de Emissão em Contingência;

II - pelo destinatário da NF-e, os seguintes eventos relativos à confirmação da operação descrita na NF-e:

a) Confirmação da Operação;

b) Operação não Realizada;

c) Desconhecimento da Operação.

§ 1º O cumprimento do disposto no inciso II do caput deverá observar o cronograma e os prazos constantes no Anexo II.

§ 2º A critério de cada unidade federada, o registro dos eventos previstos no inciso II do caput poderá ser exigido também de outros contribuintes que não estejam relacionados no Anexo II.

Cláusula décima quinta-C Os eventos Confirmação da Operação, Desconhecimento da Operação ou Operação não Realizada poderão ser registrados em até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de autorização da NF-e.

§ 1º O prazo previsto no caput não se aplica às situações previstas no Anexo II deste Ajuste.

§ 2º Os eventos relacionados no caput poderão ser registrados uma única vez cada, tendo validade somente o evento com registro mais recente.

§ 3º Depois de registrado algum dos eventos relacionados no caput em uma NF-e, as retificações a que se refere o § 2º poderão ser realizadas em até 30 (trinta) dias, contados da primeira manifestação.

Cláusula décima sexta REVOGADA

Cláusula décima sétima REVOGADA

Cláusula décima sétima-A REVOGADA

Cláusula décima sétima-B A administração tributária das unidades federadas autorizadoras de NF-e disponibilizarão, às empresas autorizadas à sua emissão, consulta eletrônica referente à situação cadastral dos contribuintes do ICMS de seu Estado, conforme padrão estabelecido no MOC.

Cláusula décima sétima-C Toda NF-e que acobertar operação interestadual de mercadoria ou relativa ao comércio exterior estará sujeita ao registro de passagem eletrônico em sistema instituído por meio do Protocolo ICMS 10/03.

Parágrafo único. Esses registros serão disponibilizados para a unidade federada de origem e destino das mercadorias bem como para a unidade federada de passagem que os requisitarem.

Cláusula décima sétima-D O Evento Prévio de Emissão em Contingência - EPEC, transmitido pelo emitente da NF-e, deverá ser gerado com base em leiaute estabelecido no MOC, observadas as seguintes formalidades:

I - o arquivo digital do EPEC deverá ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);

II - a transmissão do arquivo digital do EPEC deverá ser efetuada via Internet;

III - o EPEC deverá ser assinado pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 1º O arquivo do EPEC conterá, no mínimo, as seguintes informações da NF-e:

I - a identificação do emitente;

II - para cada NF-e emitida:

a) o número da chave de acesso;

b) o CNPJ ou CPF do destinatário;

c) a unidade federada de localização do destinatário;

d) o valor da NF-e;

e) o valor do ICMS, quando devido;

f) o valor do ICMS retido por substituição tributária, quando devido.

§ 2º Recebida a transmissão do arquivo do EPEC, a administração tributária responsável pela autorização analisará:

I - o credenciamento do emitente para emissão de NF-e;

II - a autoria da assinatura do arquivo digital do EPEC;

III - a integridade do arquivo digital do EPEC;

IV - a observância ao leiaute do arquivo estabelecido no MOC;

V - outras validações previstas no MOC.

§ 3º Do resultado da análise, a administração tributária responsável pela autorização cientificará o emitente:

I - da regular recepção do arquivo do EPEC;

II - da rejeição do arquivo do EPEC, em virtude de:

a) falha na recepção ou no processamento do arquivo;

b) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo digital;

c) remetente não credenciado para emissão da NF-e;

d) duplicidade de número da NF-e;

e) outras falhas no preenchimento ou no leiaute do arquivo do EPEC.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º A cientificação de que trata o § 3º será efetuada via internet, contendo:

I - o motivo da rejeição, na hipótese do inciso II do § 3º;

II - o arquivo do EPEC, número do recibo, data, hora e minuto da recepção, bem como assinatura digital da administração tributária responsável pela autorização, na hipótese do inciso I do § 3º.

§ 5º Presumem-se emitidas as NF-e referidas no EPEC, quando de sua regular recepção pela administração tributária responsável pela autorização, observado o disposto no § 1º da cláusula quarta.

§ 6º A administração tributária responsável pela autorização disponibilizará às unidades federadas e à Superintendência da Zona Franca de Manaus acesso aos arquivos do EPEC recebidos.

§ 7º Em caso de rejeição do arquivo digital, o mesmo não será arquivado na administração tributária responsável pela autorização pelo registro para consulta.

Cláusula décima oitava Aplicam-se à NF-e, no que couber, as normas do Convênio SINIEF S/N, de 15 de dezembro de 1970.

§ 1º As NF-e canceladas, denegadas e os números inutilizados devem ser escriturados, sem valores monetários, de acordo com a legislação tributária vigente.

§ 2º Nos casos em que o remetente esteja obrigado à emissão da NF-e, é vedada ao destinatário a aceitação de qualquer outro documento em sua substituição, exceto nos casos previstos na legislação estadual.

§ 3º As NF-e que, nos termos do inciso II do § 3º da cláusula quarta, forem diferenciadas somente pelo ambiente de autorização deverão ser regularmente escrituradas nos termos da legislação vigente, acrescentando-se informação explicando as razões para esta ocorrência.

Cláusula décima nona O disposto neste Ajuste aplica-se, a partir de 1º de abril de 2006, aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Roraima e ao Distrito Federal.

Parágrafo único. O disposto na cláusula segunda deste Ajuste aplica-se aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Paraíba e Pernambuco e ao Distrito Federal a partir de 1º de janeiro de 2007.

Cláusula vigésima Este Ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Manaus-AM, 30 de setembro de 2005.

Presidente do CONFAZ - Murilo Portugal Filho p/ Antônio Palocci Filho; Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid; Acre - Orlando Sabino da Costa Filho; Alagoas - Marcos Antônio Garcia p/ Eduardo Henrique Araújo Ferreira; Amapá - Edy Pinheiro de Oliveira p/ Rubens Orlando de Miranda Pinto; Amazonas - Isper Abrahim Lima; Bahia - Albérico Machado Mascarenhas; Ceará - José Maria Martins Mendes; Distrito Federal - Valdivino José de Oliveira; Espírito Santo -José Teófilo Oliveira; Goiás - Manoel Antônio Costa Filho p/ José Paulo Félix de Souza Loureiro; Maranhão - Romualdo Henrique Silva de Oliveira p/ José de Jesus do Rosário Azzolini; Mato Grosso - Waldir Júlio Teis; Mato Grosso do Sul - Gladiston Riekstins de Amorim p/ José Ricardo Pereira Cabral; Minas Gerais - Fuad Jorge Noman Filho; Pará - Maria Rute Tostes da Silva; Paraíba - Milton Gomes Soares; Paraná - Heron Arzua; Pernambuco - Maria José Briano Gomes; Piauí - Antônio Rodrigues de Sousa Neto; Rio de Janeiro - Celso Mendes Diniz Gonçalves p/ Luiz Fernando Victor; Rio Grande do Norte - Lina Maria Vieira; Rio Grande do Sul - Paulo Michelucci Rodrigues; Rondônia - José Genaro de Andrade; Roraima - Glauco Freire Silva p/ Carlos Pedrosa Junior; Santa Catarina - Lindolfo Weber p/ Max Roberto Bornholdt; São Paulo - Eduardo Refinetti Guardia; Sergipe - Osvaldo do Espírito Santo p/ Gilmar de Melo Mendes; Tocantins - Dorival Roriz Guedes Coelho.

ANEXO I

CÓDIGOS DE DETALHAMENTO DO REGIME E DA SITUAÇÃO

TABELA A - Código de Regime Tributário - CRT

1 - Simples Nacional

2 - Simples Nacional - excesso de sublimite da receita bruta

3 - Regime Normal

NOTAS EXPLICATIVAS:

O código 1 será preenchido pelo contribuinte quando for optante pelo Simples Nacional.

O código 2 será preenchido pelo contribuinte optante pelo Simples Nacional mas que tiver ultrapassado o sublimite de receita bruta fixado pelo estado/DF e estiver impedido de recolher o ICMS/ISS por esse regime, conforme arts. 19 e 20 da LC nº 123/06.

O código 3 será preenchido pelo contribuinte que não estiver na situação 1 ou 2.

TABELA B - Código de Situação da Operação no Simples Nacional - CSOSN

101 - Tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito

- Classificam-se neste código as operações que permitem a indicação da alíquota do ICMS devido no Simples Nacional e o valor do crédito correspondente.

102 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito

- Classificam-se neste código as operações que não permitem a indicação da alíquota do ICMS devido pelo Simples Nacional e do valor do crédito, e não estejam abrangidas nas hipóteses dos códigos 103, 203, 300, 400, 500 e 900.

103 - Isenção do ICMS no Simples Nacional para faixa de receita bruta

- Classificam-se neste código as operações praticadas por optantes pelo Simples Nacional contemplados com isenção concedida para faixa de receita bruta nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

201 - Tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito e com cobrança do ICMS por substituição tributária

- Classificam-se neste código as operações que permitem a indicação da alíquota do ICMS devido pelo Simples Nacional e do valor do crédito, e com cobrança do ICMS por substituição tributária.

202 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito e com cobrança do ICMS por substituição tributária

- Classificam-se neste código as operações que não permitem a indicação da alíquota do ICMS devido pelo Simples Nacional e do valor do crédito, e não estejam abrangidas nas hipóteses dos códigos 103, 203, 300, 400, 500 e 900, e com cobrança do ICMS por substituição tributária.

203 - Isenção do ICMS no Simples Nacional para faixa de receita bruta e com cobrança do ICMS por substituição tributária

- Classificam-se neste código as operações praticadas por optantes pelo Simples Nacional contemplados com isenção para faixa de receita bruta nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e com cobrança do ICMS por substituição tributária.

300 - Imune

- Classificam-se neste código as operações praticadas por optantes pelo Simples Nacional contempladas com imunidade do ICMS.

400 - Não tributada pelo Simples Nacional

- Classificam-se neste código as operações praticadas por optantes pelo Simples Nacional não sujeitas à tributação pelo ICMS dentro do Simples Nacional.

500 - ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária (substituído) ou por antecipação

- Classificam-se neste código as operações sujeitas exclusivamente ao regime de substituição tributária na condição de substituído tributário ou no caso de antecipações.

900 - Outros

- Classificam-se neste código as demais operações que não se enquadrem nos códigos 101, 102, 103, 201, 202, 203, 300, 400 e 500.

NOTA EXPLICATIVA:

O Código de Situação da Operação no Simples Nacional - CSOSN será usado na Nota Fiscal Eletrônica exclusivamente quando o Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Situação Tributária - CST do Convênio SINIEF S/N, de 15 de dezembro de 1970.

ANEXO II

OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO DE EVENTOS

Além do disposto nos demais incisos do caput da cláusula décima quinta-B, é obrigatório o registro, pelo destinatário, nos termos do MOC, das situações de que trata o inciso III do caput daquela cláusula, para toda NF-e que:

I - exija o preenchimento do Grupo Detalhamento Específico de Combustíveis, nos casos de circulação de mercadoria destinada a:

a) estabelecimentos distribuidores de combustíveis, a partir de 1º de março de 2013;

b) postos de combustíveis e transportadores revendedores retalhistas, a partir de 1º de julho de 2013;

II - acoberte operações com álcool para fins não-combustíveis, transportado a granel, a partir de 1º de julho de 2014;

III - nos casos em que o destinatário for um estabelecimento distribuidor ou atacadista, acoberte, a partir de 1º de agosto de 2015, a circulação de:

a) cigarros;

b) bebidas alcoólicas, inclusive cervejas e chopes;

c) refrigerantes e água mineral.

DOS PRAZOS PARA O REGISTRO DE EVENTOS

O registro das situações de que trata este anexo deverá ser realizado nos seguintes prazos, contados da data de autorização de uso da NF-e:

Em caso de operações internas:

Evento	Inciso do § 1º da cláusula 15ª-A	Dias
Confirmação da Operação	V	20
Operação não Realizada	VI	20
Desconhecimento da Operação	VII	10

Em caso de operações interestaduais:

Evento	Inciso do § 1º da cláusula 15ª-A	Dias
Confirmação da Operação	V	35
Operação não Realizada	VI	35
Desconhecimento da Operação	VII	15

Em caso de operações interestaduais destinadas a área incentivada:

Evento	Inciso do § 1º da cláusula 15ª-A	Dias
Confirmação da Operação	V	70
Operação não Realizada	VI	70
Desconhecimento da Operação	VII	15

(*) Republicação em atendimento ao disposto na cláusula quarta do Ajuste SINIEF 17/16, de 9 de dezembro de 2016. Texto original publicado no DOU de 05.10.05, Seção 1, páginas 26 e 27.

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na cláusula nona do Protocolo ICMS 74/16, de 9 de dezembro de 2016, publicado no DOU de 15 de dezembro de 2016, Seção 1, página 62, onde se lê: "...a partir de 1º de agosto de 2016 até 31 de julho de 2017.", leia-se: "... a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Solução de Consulta Coana nº 1 de 2017, publicada na página 46, Seção 1, do DOU nº 26, de 06/02/2017 em conformidade com a ementa enviada para publicação.

Onde se lê:

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

Leia-se:

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara nula, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 17 e 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015 e o constante no processo administrativo nº 12196.000055/2010-39, declara:

Art. 1º - Nula, de ofício, a inscrição n.º 366.350.651-72 do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, em nome de ELVIRA DUARTE, em razão de fraude na inscrição.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON ISHIKAWA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta do e-dossiê nº 10100.000074/1016-93, declara:

Art. 1°. Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS VALE DO SAO LOURENCO LTDA - EPP
CNPJ: 06.192.490/0001-51
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 175, de 12 de setembro de 2016, seção 3, pág. 6.
Período de vigência do Projeto: 01/07/2016 a 31/07/2018.

Art. 2°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.001, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONTRIBUIÇÃO DE 15% SOBRE NOTA FISCAL OU FATURA DE COOPERATIVA DE TRABALHO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 595.838/SP.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 595.838/SP, no âmbito da sistemática do art. 543-B do Código de Processo Civil (CPC), declarou a inconstitucionalidade e rejeitou a modulação de efeitos desta decisão do inciso IV, do art. 22, da Lei nº 8.212, de 1991, dispositivo este que previa a contribuição previdenciária de 15% sobre as notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CASTF nº 174, de 2015, a Secretaria da Receita Federal do Brasil encontra-se vinculada ao referido entendimento.

O direito de pleitear restituição tem o seu prazo regulado pelo art. 168 do CTN, com observância dos prazos e procedimentos constantes da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, com destaque, no caso, para os arts. 56 a 59, no que toca à compensação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 152 , DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Código Tributário Nacional, art. 168; Lei nº 8.383, de 1991, art. 66; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CASTF Nº 174, de 2015; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 2015; e Nota PGFN/CRJ nº 604, de 2015.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.002, DE 6 JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: GILRAT. GRAU DE RISCO. ATIVIDADE PREPONDERANTE. ÓRGÃOS PÚBLICOS. 1. O enquadramento num dos correspondentes graus de risco, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias destinadas ao financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT), não se acha vinculado à atividade econômica principal da empresa identificada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, mas à "atividade preponderante". 2. Considera-se "atividade preponderante" aquela que ocupa, em cada estabelecimento da empresa (matriz ou filial), o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos. 3. Nos órgãos da Administração Pública direta, assim considerados os órgãos gestores de orçamento com CNPJ próprio, o enquadramento, para fins de determinação do grau de risco e da correspondente alíquota para recolhimento da contribuição para o GILRAT, deverá observar o seguinte critério: a) para o órgão com apenas um estabelecimento e uma única atividade, ou com vários estabelecimentos e apenas uma atividade, o enquadramento deverá ser feito na respectiva atividade; b) para o órgão com mais de um estabelecimento e com mais de uma atividade econômica: o enquadramento deverá ser feito de acordo com a atividade preponderante - aquela que ocupa, em cada estabelecimento (matriz ou filial), o maior número de segurados empregados - utilizando-se, para fins desse cômputo, todos os segurados empregados que trabalham naquele estabelecimento e aplicando-se o grau de risco dessa atividade preponderante a cada estabelecimento do órgão, isoladamente considerado (matriz ou filial); c) para fins de identificação da atividade preponderante, os segurados empregados dos órgãos que não possuem inscrição no CNPJ, como as seções, as divisões, os departamentos, etc., deverão ser computados no estabelecimento matriz ou filial ao qual se acham vinculados, administrativa ou financeiramente, aplicando-se o grau de risco dessa atividade preponderante ao órgão sem inscrição no CNPJ e ao estabelecimento que o vincula.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 179, DE 13 DE JULHO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 15, I, e art. 22; Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, Anexo V; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 72 e 488; Instrução Normativa RFB nº 1.453, de 2014, art. 1º; Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014, art. 4º; Ato Declaratório nº 11, de 2011; Parecer PGFN/CDA nº 2.025, de 2011; Parecer PGFN/CRF nº 2.120, de 2011; arts. 22, 27 e 32 da IN RFB nº 1.396, de 2013.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.003, DE 12 JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: ATIVIDADE DE TREINAMENTO E ENSINO. PROFESSORES NÃO COORDENADOS OU COMANDADOS PELA EMPRESA CONTRATANTE. NÃO OCORRÊNCIA DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA. NÃO SUJEIÇÃO À RETENÇÃO DE QUE TRATA O ART. 31 DA LEI Nº 8.212, DE 1991.

Não configura cessão de mão de obra a atividade de treinamento e ensino executada na sede da empresa contratante, quando a empresa contratada, em sua própria sede, elabora todas as atividades necessárias à prestação do serviço, inclusive o material didático a ser utilizado, e seus professores ministrem os cursos contratados sem a coordenação ou comando da empresa contratante. Nesse caso, a empresa contratada, em relação à prestação desses serviços de treinamento e ensino, não está sujeita a retenção de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 312, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, caput; RPS, de 1999, art. 219, caput, e §§ 1º e 2º, XII; IN RFB nº 971, de 2009, arts. 115 e 118, X.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.004, DE 13 JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA (CPRB). PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RETENÇÃO NA FONTE. DESCONTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.

No caso de contratação de empresa para a execução dos serviços referidos no "caput" do artigo 7º da Lei n.º 12.546, de 2011, mediante cessão de mão de obra, inclusive empreitada, a empresa contratante deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da respectiva nota fiscal ou fatura, a título de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, admitida, para efeito da apuração da base de cálculo da retenção, a dedução de valores correspondentes a materiais e equipamentos utilizados na prestação dos serviços, nos termos dos artigos 121 a 123 da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 2009.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 23 - COSIT, DE 22 DE JANEIRO DE 2014 E À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 35 - COSIT, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei n.º 8.212, de 1991, artigo 31; Lei n.º 10.406, de 2002 (Código Civil), artigos 610 a 626; Lei n.º 12.546, de 2011, artigo 7º, inciso IV e parágrafo 6º; Decreto n.º 7.828, de 2012, artigo 2º, parágrafo 3º, inciso III; Instrução Normativa RFB n.º 971, de 2009, artigos 112 a 150; Instrução Normativa RFB n.º 1.396, de 2013, artigo 8º, "caput", com a redação introduzida pela Instrução Normativa RFB n.º 1.434, de 2013; e Instrução Normativa RFB n.º 1.436, de 2013, artigo 9º.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.005, DE 23 JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. GILRAT. GRAU DE RISCO. ATIVIDADE PREPONDERANTE. ESTABELECIMENTO.

Por força do art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, conjugado com o Ato Declaratório nº 11, de 2011, não é mais permitido o uso do critério prescrito no art. 202, § 3º, do Decreto nº 3.048, de 1999, para a aferição da alíquota da contribuição previdenciária de que trata o art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 1991. Aplica-se, portanto, obrigatoriamente, o critério previsto na IN RFB nº 971, de 2009, art. 72, § 1º, inciso II, com a redação dada pela IN RFB nº 1.453, de 2014.

A atividade econômica principal da empresa, que define o código CNAE principal a ser informado no cadastro do CNPJ, não se confunde com a atividade preponderante do estabelecimento (matriz ou filial), atividade esta que é utilizada para se determinar o grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT/SAT).

Considera-se atividade preponderante aquela que ocupa, em cada estabelecimento da empresa (matriz ou filial), o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos.

O enquadramento do estabelecimento no correspondente grau de risco é de responsabilidade da empresa, e deve ser feito mensalmente, de acordo com a sua atividade econômica preponderante.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 179, DE 13 DE JULHO DE 2015, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 180, DE 13 DE JULHO DE 2015, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 90, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 15, I, e art. 22; Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, Anexo V; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 72 e 488; Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014, art. 4º; Ato Declaratório nº 11, de 2011; Parecer PGFN/CDA nº 2.025, de 2011; Parecer PGFN/CRJ nº 2.120, de 2011; arts. 22, 27 e 32 da IN RFB nº 1.396, de 2013.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.006, DE 25 JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: RETENÇÃO. CESSÃO DE MÃO DE OBRA. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE MÁQUINAS OU DE EQUIPAMENTOS. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS AO TOMADOR DE SERVIÇOS.

Não se sujeitam à retenção de que trata o caput do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, os serviços de manutenção e reparo de máquinas e equipamentos; bem como os serviços de instalação de máquinas e equipamentos industriais, quando não ocorre a colocação de funcionários à disposição do tomador de serviços, no sentido de determinar as diretrizes de trabalho e comandar a realização do serviço. Nesse caso, a empresa contratada não realiza cessão de mão de obra, o que afasta a retenção.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 28 , DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, art. 31; Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio 1999, art. 219, § 2º; Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, arts. 115, 117, 118 e 119.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.007, DE 26 JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO-INCIDÊNCIA. ISENÇÃO. INGRESSO DE DIVISAS. CARACTERIZAÇÃO.

A não incidência e a isenção da Cofins sobre receitas decorrentes da exportação de serviços de que tratam o inciso III do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, e o inciso II do art. 6º da Lei nº 10.833, de 2003, apresentam regras diferentes conforme a pessoa jurídica nacional receba o pagamento pela exportação de serviços no exterior ou no Brasil.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no exterior o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ela poderá manter os recursos integralmente no exterior, não se exigindo efetivo ingresso de divisas para aplicação das referidas desonerações tributárias, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no Brasil o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, a aplicação das referidas desonerações tributárias depende do ingresso de divisas em decorrência do mencionado pagamento.

Para que se considere ocorrido o ingresso de divisas, é indispensável o cumprimento das normas da legislação monetária e cambial, inclusive as regras operacionais.

Considerando a notória flexibilização da legislação monetária e cambial acerca das operações disponibilizadas aos exportadores brasileiros para recebimento de suas exportações, considera-se cumprido o requisito de ingresso de divisas em qualquer modalidade de pagamento autorizada pela referida legislação que enseje conversão de moedas internacionais em momento anterior, concomitante ou posterior à operação de pagamento pela exportação, ainda que em valores líquidos, restando como matéria de prova a verificação da ocorrência da conversão de moedas no momento preconizado pela legislação.

Sempre que, no caso concreto, houver dúvida sobre o cumprimento da legislação monetária e cambial, deve-se recorrer à autoridade competente para análise da regularidade da operação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 1 - COSIT, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, III; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º, II; Lei nº 11.371, de 2006, art. 10; Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, do Banco Central do Brasil.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO-INCIDÊNCIA. ISENÇÃO. INGRESSO DE DIVISAS. CARACTERIZAÇÃO.

A não incidência e a isenção da Contribuição para o PIS/Pasep sobre receitas decorrentes da exportação de serviços de que tratam o inciso III do caput c/c § 1º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, e o inciso II do art. 5º da Lei nº 10.637, de 2002, apresentam regras diferentes conforme a pessoa jurídica nacional receba o pagamento pela exportação de serviços no exterior ou no Brasil.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no exterior o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ela poderá manter os recursos integralmente no exterior, não se exigindo efetivo ingresso de divisas para aplicação das referidas desonerações tributárias, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no Brasil o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, a aplicação das referidas desonerações tributárias depende do ingresso de divisas em decorrência do mencionado pagamento.

Para que se considere ocorrido o ingresso de divisas, é indispensável o cumprimento das normas da legislação monetária e cambial, inclusive as regras operacionais.

Considerando a notória flexibilização da legislação monetária e cambial acerca das operações disponibilizadas aos exportadores brasileiros para recebimento de suas exportações, considera-se cumprido o requisito de ingresso de divisas em qualquer modalidade de pagamento autorizada pela referida legislação que enseje conversão de moedas internacionais em momento anterior, concomitante ou posterior à operação de pagamento pela exportação, ainda que em valores líquidos, restando como matéria de prova a verificação da ocorrência da conversão de moedas no momento preconizado pela legislação.

Sempre que, no caso concreto, houver dúvida sobre o cumprimento da legislação monetária e cambial, deve-se recorrer à autoridade competente para análise da regularidade da operação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 1 - COSIT, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, III, § 1º; Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º, II; Lei nº 11.371, de 2006, art. 10; Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, Banco Central do Brasil.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.008, DE 26 JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO-INCIDÊNCIA. ISENÇÃO. INGRESSO DE DIVISAS. CARACTERIZAÇÃO.

A não incidência e a isenção da Cofins sobre receitas decorrentes da exportação de serviços de que tratam o inciso III do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, e o inciso II do art. 6º da Lei nº 10.833, de 2003, apresentam regras diferentes conforme a pessoa jurídica nacional receba o pagamento pela exportação de serviços no exterior ou no Brasil.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no exterior o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ela poderá manter os recursos integralmente no exterior, não se exigindo efetivo ingresso de divisas para aplicação das referidas desonerações tributárias, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no Brasil o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, a aplicação das referidas desonerações tributárias depende do ingresso de divisas em decorrência do mencionado pagamento.

Para que se considere ocorrido o ingresso de divisas, é indispensável o cumprimento das normas da legislação monetária e cambial, inclusive as regras operacionais.

Considerando a notória flexibilização da legislação monetária e cambial acerca das operações disponibilizadas aos exportadores brasileiros para recebimento de suas exportações, considera-se cumprido o requisito de ingresso de divisas em qualquer modalidade de pagamento autorizada pela referida legislação que enseje conversão de moedas internacionais em momento anterior, concomitante ou posterior à operação de pagamento pela exportação, ainda que em valores líquidos, restando como matéria de prova a verificação da ocorrência da conversão de moedas no momento preconizado pela legislação.

Sempre que, no caso concreto, houver dúvida sobre o cumprimento da legislação monetária e cambial, deve-se recorrer à autoridade competente para análise da regularidade da operação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 1 - COSIT, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, III; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º, II; Lei nº 11.371, de 2006, art. 10; Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, do Banco Central do Brasil.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO-INCIDÊNCIA. ISENÇÃO. INGRESSO DE DIVISAS. CARACTERIZAÇÃO.

A não incidência e a isenção da Contribuição para o PIS/Pasep sobre receitas decorrentes da exportação de serviços de que tratam o inciso III do caput c/c § 1º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, e o inciso II do art. 5º da Lei nº 10.637, de 2002, apresentam regras diferentes conforme a pessoa jurídica nacional receba o pagamento pela exportação de serviços no exterior ou no Brasil.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no exterior o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ela poderá manter os recursos integralmente no exterior, não se exigindo efetivo ingresso de divisas para aplicação das referidas desonerações tributárias, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no Brasil o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, a aplicação das referidas desonerações tributárias depende do ingresso de divisas em decorrência do mencionado pagamento.

Para que se considere ocorrido o ingresso de divisas, é indispensável o cumprimento das normas da legislação monetária e cambial, inclusive as regras operacionais.

Considerando a notória flexibilização da legislação monetária e cambial acerca das operações disponibilizadas aos exportadores brasileiros para recebimento de suas exportações, considera-se cumprido o requisito de ingresso de divisas em qualquer modalidade de pagamento autorizada pela referida legislação que enseje conversão de moedas internacionais em momento anterior, concomitante ou posterior à operação de pagamento pela exportação, ainda que em valores líquidos, restando como matéria de prova a verificação da ocorrência da conversão de moedas no momento preconizado pela legislação.

Sempre que, no caso concreto, houver dúvida sobre o cumprimento da legislação monetária e cambial, deve-se recorrer à autoridade competente para análise da regularidade da operação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 1 - COSIT, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, III, § 1º; Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º, II; Lei nº 11.371, de 2006, art. 10; Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, Banco Central do Brasil.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.009, DE 26 JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO-INCIDÊNCIA. ISENÇÃO. INGRESSO DE DIVISAS. CARACTERIZAÇÃO.

A não incidência e a isenção da Cofins sobre receitas decorrentes da exportação de serviços de que tratam o inciso III do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, e o inciso II do art. 6º da Lei nº 10.833, de 2003, apresentam regras diferentes conforme a pessoa jurídica nacional receba o pagamento pela exportação de serviços no exterior ou no Brasil.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no exterior o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ela poderá manter os recursos integralmente no exterior, não se exigindo efetivo ingresso de divisas para aplicação das referidas desonerações tributárias, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no Brasil o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, a aplicação das referidas desonerações tributárias depende do ingresso de divisas em decorrência do mencionado pagamento.

Para que se considere ocorrido o ingresso de divisas, é indispensável o cumprimento das normas da legislação monetária e cambial, inclusive as regras operacionais.

Considerando a notória flexibilização da legislação monetária e cambial acerca das operações disponibilizadas aos exportadores brasileiros para recebimento de suas exportações, considera-se cumprido o requisito de ingresso de divisas em qualquer modalidade de pagamento autorizada pela referida legislação que enseje conversão de moedas internacionais em momento anterior, concomitante ou posterior à operação de pagamento pela exportação, ainda que em valores líquidos, restando como matéria de prova a verificação da ocorrência da conversão de moedas no momento preconizado pela legislação.

Sempre que, no caso concreto, houver dúvida sobre o cumprimento da legislação monetária e cambial, deve-se recorrer à autoridade competente para análise da regularidade da operação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 1 - COSIT, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, III; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º, II; Lei nº 11.371, de 2006, art. 10; Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, do Banco Central do Brasil.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO-INCIDÊNCIA. ISENÇÃO. INGRESSO DE DIVISAS. CARACTERIZAÇÃO.

A não incidência e a isenção da Contribuição para o PIS/Pasep sobre receitas decorrentes da exportação de serviços de que tratam o inciso III do caput c/c § 1º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, e o inciso II do art. 5º da Lei nº 10.637, de 2002, apresentam regras diferentes conforme a pessoa jurídica nacional receba o pagamento pela exportação de serviços no exterior ou no Brasil.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no exterior o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ela poderá manter os recursos integralmente no exterior, não se exigindo efetivo ingresso de divisas para aplicação das referidas desonerações tributárias, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Caso a pessoa jurídica nacional receba no Brasil o pagamento pela prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, a aplicação das referidas desonerações tributárias depende do ingresso de divisas em decorrência do mencionado pagamento.

Para que se considere ocorrido o ingresso de divisas, é indispensável o cumprimento das normas da legislação monetária e cambial, inclusive as regras operacionais.

Considerando a notória flexibilização da legislação monetária e cambial acerca das operações disponibilizadas aos exportadores brasileiros para recebimento de suas exportações, considera-se cumprido o requisito de ingresso de divisas em qualquer modalidade de pagamento autorizada pela referida legislação que enseje conversão de moedas internacionais em momento anterior, concomitante ou posterior à operação de pagamento pela exportação, ainda que em valores líquidos, restando como matéria de prova a verificação da ocorrência da conversão de moedas no momento preconizado pela legislação.

Sempre que, no caso concreto, houver dúvida sobre o cumprimento da legislação monetária e cambial, deve-se recorrer à autoridade competente para análise da regularidade da operação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 1 - COSIT, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, III, § 1º; Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º, II; Lei nº 11.371, de 2006, art. 10; Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, do Banco Central do Brasil.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Delega competência

OS INSPETORES-CHEFES DAS ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES E NO PORTO DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, previstas nos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, resolvem:

Art. 1º - Delegar competência, ao Chefe da Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros - Sapea da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Manaus, bem como ao seu substituto, quando de seu afastamento e impedimento legal, para realizar a seleção das operações que deverão ser submetidas a procedimento especial aduaneiro de que trata o art. 3º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011.

Parágrafo único. A competência delegada nos termos do caput se restringe aos procedimentos relacionados a Declaração de Importação nº 16/1996076-3 registrada na Alfandega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES
Inspetor-Chefe da Alfandega Do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes

JOSÉ ALVES DIAS
Inspetor-Chefe da Alfandega do Porto de Manaus

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Inscreve peticionário no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010,c/c art. 4º da Portaria RFB nº 1.098/2013, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, DECLARA:

Art. 1º - Com fundamento nos § 4º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, ficam inscritos no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, os peticionários abaixo identificados:

NOME	CPF	PROCESSO
JAMERSON MUNIZ COSTA	871.821.902-06	12266.720.143/2017-56
CARLOS ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA	526.270.982-68	12266.722249/2016-11

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara a baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA, Estado de Roraima, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, em conformidade com o disposto no art. 29, inciso IV, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista ainda o que consta dos Processos Administrativos Fiscais abaixo enumerados, resolve:

Art. 1º Declarar a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, conforme aspectos legais formalmente representados no processo abaixo, do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
I. C. MONTEIRO E CIA LTDA - ME	14.453.294/0001-11	10245.722.245/2016-48

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de assinatura do mesmo.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 25 DE JANEIRO DE 2017

Declara nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) por ter sido constatada fraude no ato de inscrição da pessoa física que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, inciso III e 302, incisos III e IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17.5.2012, com base nos artigos 16 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015 e tendo em vista o apurado no processo administrativo nº10380.727.191/2016-52, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de nº 624.983.553-91, em nome de Maria Eliene Pedrosa Batista, por ter sido constata fraude no ato de inscrição da pessoa física que menciona, tendo como motivação o que consta do IP nº 304-00294/2016, devendo supracitado CPF ser, posteriormente, cancelado por multiplicidade, ficando como ponta de cadeia o CPF nº817.249.693.15.

Art. 2º A declaração de nulidade da inscrição no CPF produzirá efeitos retroativos à data de inscrição: 18/06/1997, conforme dispõe o art. 19 da supracitada instrução normativa.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se o interessado.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Concede Registro Especial - Papel Imune

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 224, inciso X, art.302, inciso VII e art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 21 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.05.2012, c/c a Portaria SRFB nº 1.751, de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/2015) e de acordo com o disposto nos arts. 1º ao 4º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, observadas suas alterações, declara:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para a atividade de GRÁFICA (GP), conforme inciso V, § 1º, art. 1º, da IN RFB nº 976, de 07 dezembro de 2009, publicada no DOU de 08/12/09:

I - Registro Especial nº: GP-03101/171.

II - Beneficiário: PRINT SOLUÇÕES GRÁFICAS E EVENTOS EIRELI - EPP.

III - CNPJ: 04.011.639/0001-23.

IV - Domicílio Fiscal: Avenida Bezerra de Menezes, 1250, Sala 1501, Bairro São Gerardo, Fortaleza, Ceará. CEP: 60.325-001.

V - Processo administrativo: 10380.730.466/2016-35.

Art. 2º O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária, em vigor e alterações, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial das exigências estabelecidas na IN RFB nº 976, de 07 dezembro de 2009.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações tributárias de que trata o art. 2º, incisos I, II e III da IN RFB nº 976/09, estabelecidos para a concessão do presente registro poderá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, ocasionar: a) o cancelamento do registro; b) a aplicação das penalidades previstas no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001; c) poderá ser aplicado o regime especial de fiscalização previsto no art. 33 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, uma vez configurada hipótese de crime contra a ordem tributária previstas no art. 2º da Lei nº 8.137, de 1990, nos termos previstos nos artigos 7º; 9º, § 1º; 12 incisos I, II e parágrafo único e 13 da supracitada instrução normativa.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara nula inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302-IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF de nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e com base no que consta do Processo nº 13409.720009/2017-46, resolve:

Art. 1º Declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de IVANILDO PEREIRA DA SILVA, CPF nº 714.687.684-50, com efeito retroativo a partir de 16/12/2016, por falsidade ideológica constatada por Cartório de Registro Civil.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara nula inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302-IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF de nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e com base no que consta do Processo nº 13409.720105/2012-80, resolve:

Art. 1º Declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de EDVALDA VALENÇA DE ARAÚJO, CPF nº 048.295.644-58, com efeito retroativo a partir de 05/06/2001, por falsidade ideológica constatada por Cartório de Registro Civil e pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.002, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

ASSUNTO:Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA:ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. ISENÇÃO. Associação sem fins lucrativos, que satisfaça os requisitos legais previstos no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, tem isenção da Cofins em relação às receitas relativas às atividades próprias. Contudo, a receita auferida em aplicações financeiras não se enquadra no conceito de "receita própria", por escapar àquelas expressamente mencionadas no § 2º do art. 47 da IN SRF nº 247, de 2002. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 171, DE 3 DE JULHO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, inc. X; IN SRF nº 247, de 2002, arts. 9º e 47.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. INCIDÊNCIA. Associação sem fins lucrativos a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, está sujeita à contribuição para o PIS/Pasep com base na folha de salários, à alíquota de 1% (um por cento). SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 171, DE 3 DE JULHO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 13, inc. IV; Decreto nº 4.524, de 2002, arts. 2º, inc. I, "b", e 9º, inc. IV.

ALBA ANDRADE DE OLIVEIRA DIB
Chefe
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Desalfandegamento de Recinto, por decurso de prazo, com base no artigo 30, §1°, Portaria nº 3.518, de 2011.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pelo § 1° do artigo 30 da Portaria RFB n° 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo administrativo n° 10711.007468/2009-17, declara:

Art. 1º Desalfandegado, por decurso de prazo, a partir de 14 de outubro de 2016, o recinto alfandegado pelo Ato Declaratório nº 3, de 28 de janeiro de 2015 (DOU de 13/02/2015), administrado por BUNGE ALIMENTOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 84.046.101/0427-83.

Art. 2º Deverá ser desativado o código de recinto 7.92.22.09-9.

MARCUS VINÍCIUS VIDAL PONTES

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720028/2017-11, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência para o Sr. Anthony Louis Pharao, CPF 700.929.251-54, o veículo marca: Audi, modelo: A3 2.0T, ano de fabricação: 2008, modelo: 2009, cor: preta, chassi nº WAUKF78P89A086082, Placa: JGN 7041, em nome do Sr. William Ernest Perry, CPF nº 700.951.441-02, funcionário administrativo junto ao Consulado Geral dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro , importado por meio da DI nº 10/2186343-4, desembaraçada em 08/12/2010, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720638/2016-26, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, sem promitente comprador, o veículo Marca/Modelo: BMW X3 XDRIVE20I WX31, ano de fabricação: 2013, ano modelo: 2014, cor: preta, chassi nº WBAWX3108E0G10385, placa: LRJ5417, em nome do Sr. MATTHEW DAVID WOODS, Cônsul no Consulado Geral Britânico no Rio de Janeiro, CPF nº: 062.258.227-55, importado por meio da DI nº 13/17693495, desembaraçada em 12/09/2013, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ABAIXO IDENTIFICADO, EM EXERCÍCIO NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA, no uso da competência delegada pela Portaria n.º 21, de 09 de março de 2012, publicada no DOU de 13 de março de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica METALÚRGICA D'AQUINO COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA ME, CNPJ nº 57.174.252/0001-54, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Araçatuba, no endereço: Rua Miguel Caputi, nº 60 - Vila Santa Maria, Araçatuba/SP, CEP 16015-930.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA TOMOKO NAKAJIMA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo n° 13851.720103/2017-77, resolve:

Art. 1° Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata o art. 2° da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º A habilitação abrangerá o projeto de irrigação por gotejamento em área de 554,6 hectares.

Nome empresarial: CITROSUCO S/A AGROINDUSTRIA

N° Inscrição no CNPJ/MATRIZ: 33.010.786/0001-87

CNPJ Estabelecimento/Projeto: 33.010.786/0101-40

N° de matrícula CEI: 51.238.12391/73

Setor de Infraestrutura Favorecido: Irrigação/Ministério da Integração Nacional

N° da Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 29, de 24 de janeiro de 2017

Prazo Estimado de conclusão da Obra: 30/06/2017

Art. 3° O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17/07/2012, em seu art. 2º, inciso II e art. 6º, inciso II; considerando o disposto no inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o que prescrevem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 13896.720293/2017-14, resolve:

Art. 1º Excluir do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a pessoa jurídica METROPOLE EXPRESS SERVICOS RAPIDOS EIRELI - EPP, CNPJ 64.914.385/0001-85, em função da constatação de que a receita bruta no ano-calendário de 2012 superou em mais de 20% (vinte por cento) o limite legal em vigor à época dos fatos, excluído o ano de início de atividade, além de outras infrações descritas nos autos do Processo Administrativo nº 13896.720293/2017-14.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão retroativamente a partir de 01/05/2012, de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 3º, § 9º; art. 29, I; art. 30, IV; e art. 31, V.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolizada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUDIO FERRAZ CASTILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Contribuinte: GTR COMERCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO DE PEÇAS AUTO MOTIVAS E SERVIÇOS DE TRANSPORTES EIRELI - EPP

CNPJ/CPF 18.120.753/0001-04

Processo: 13888.720476/2017-21

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com o artigo 40, inciso II, concomitante com o artigo 42, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa jurídica, CNPJ: 18.120.753/0001-04, da contribuinte GTR Comércio, Importação, Exportação de Peças Automotivas e Serviços de Transportes Eireli - EPP, pelo motivo abaixo exposto:

I - pessoa jurídica não localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara Inscrição no Registro Especial - Papel Imune

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, considerando-se o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta no processo administrativo nº 10840.722523/2016-48, declara:

Art. 1º: Inscrita no Registro Especial instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, a pessoa jurídica SPAÇO - ARTES GRAFICAS E EDITORA EIRELI - EPP, estabelecimento com CNPJ 61.011.300/0001-60, com sede na Rua Casa Branca, 1349, Bairro Vila Brasil, no município de Ribeirão Preto-SP, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de Gráfica, sob o número GP-08109/00087.

Art. 2º: O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do artigo 7º da mesma Instrução Normativa.

Art. 3º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO PETER ALVAREZ GUIMARÃES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 4, de 12 de janeiro de 2017, publicado no DOU de 13 de janeiro de 2017, seção 1, página 26, onde se lê: CPF nº 043.235.349-65, leia-se: CPF nº 420.474.148-73.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

Concede Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap, instituído pelos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006 e o constante do processo administrativo nº 18186.726.040/2016-95, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006.

Nome empresarial: FIBRIA- MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA

Nº Inscrição no CNPJ: 36.785.418/0001-07

Art. 2º Observar o disposto nos artigos 13 e 14 da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006, em relação ao prazo para fruição do benefício e conversão da suspensão da exigência das contribuições em alíquota zero.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 305, VIII da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação das inscrições é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art.. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 10166.720902/2015-11
CONTRIBUINTE: GIRLENE ALVES ROMEIRO DA SILVA 60645792187
CNPJ: 14.810.013/0001-30
PROCESSO: 10166.720961/2015-90
CONTRIBUINTE: MARCIA PEREIRA DE SOUZA 39310370106
CNPJ: 15.092.549/0001-20
PROCESSO: 10166.721002/2015-91
CONTRIBUINTE: PATRICIA MATOS DOS SANTOS 83095276168
CNPJ: 14.813.872/0001-83
PROCESSO: 10384.720384/2015-61
CONTRIBUINTE: PAULO ROBERTO DE HOLANDA MONTEIRO 24864943320
CNPJ: 97.532.300/0001-53
PROCESSO: 10384.720478/2015-31
CONTRIBUINTE: AMANDA CRISTINA SOUSA GOMES 01843256339
CNPJ: 19.092.185/0001-30
PROCESSO: 10469.729063/2012-40
CONTRIBUINTE: FERNANDA DA SILVA SANTOS MARTINS 01405731435
CNPJ: 13.930.762/0001-39
PROCESSO: 10880.720884/2015-01
CONTRIBUINTE: FRANCISCO MATEUS DA SILVA 23049740400
CNPJ: 14.647.343/0001-57
PROCESSO: 10880.720980/2015-41
CONTRIBUINTE: JAMILSON CARLOS DA SILVA 02113492407
CNPJ: 18.830.668/0001-21
PROCESSO: 10880.721009/2015-38
CONTRIBUINTE: JOSE CARLOS FERREIRA ROCHA 72496290420
CNPJ: 19.735.052/0001-34
PROCESSO: 10880.721034/2015-11
CONTRIBUINTE: WESLEY PEREIRA DA SILVA 00191031151
CNPJ: 12.958.918/0001-27
PROCESSO: 10880.721043/2015-11
CONTRIBUINTE: EDCLEY MARTINS HONORIO 69355649134
CNPJ: 14.866.555/0001-25
PROCESSO: 10880.721046/2015-46
CONTRIBUINTE: GRAZIELLY NUNES DA SILVA 08921390480
CNPJ: 21.477.679/0001-84
PROCESSO: 10880.721061/2015-94
CONTRIBUINTE: MARIA DE FATIMA DANTAS DA COSTA 05708281472
CNPJ: 14.663.101/0001-57
PROCESSO: 10880.721092/2015-45
CONTRIBUINTE: EDGAR SANTOS DE JESUS 02677053527
CNPJ: 13.522.665/0001-07
PROCESSO: 10880.721098/2015-12
CONTRIBUINTE: ANGELA MARIA DOS SANTOS RICARDO 31008550191
CNPJ: 14.918.300/0001-69
PROCESSO: 10880.721100/2015-53
CONTRIBUINTE: MARIA ANITA PEREIRA DE LIMA 31597874434
CNPJ: 14.647.174/0001-55
PROCESSO: 10880.721102/2015-42
CONTRIBUINTE: GIOVANI SIMARI 00417560613
CNPJ: 18.742.694/0001-06
PROCESSO: 10880.721231/2015-31
CONTRIBUINTE: CARLOS ALBERTO DA SILVA 50982672187
CNPJ: 19.954.201/0001-56
PROCESSO: 10880.721297/2015-21
CONTRIBUINTE: GRACEKELLY BORGES DUARTE RODRIGUES 78610265404
CNPJ: 14.663.238/0001-01
PROCESSO: 10880.721330/2015-12
CONTRIBUINTE: CICERO FREIRE DA SILVA 64574652187
CNPJ: 14.917.832/0001-81
PROCESSO: 10880.721338/2015-89
CONTRIBUINTE: VAGNER DOS SANTOS 83966080168
CNPJ: 13.381.758/0001-69
PROCESSO: 10880.721379/2015-75
CONTRIBUINTE: JACQUELINE DA COSTA ALVES 48991350410
CNPJ: 14.664.644/0001-99
PROCESSO: 10880.721381/2015-44
CONTRIBUINTE: ANTONIO NEVES BRITO 04687213120
CNPJ: 14.919.644/0001-92
PROCESSO: 10880.722492/2015-78
CONTRIBUINTE: EDGARD SILVA E SILVA 42663970549
CNPJ: 13.778.384/0001-10
PROCESSO: 10930.721465/2013-83
CONTRIBUINTE: CARLA LUCILLE ROTH 85932248904
CNPJ: 17.569.230/0001-79
PROCESSO: 13069.720015/2017-00
CONTRIBUINTE: TEREZINHA FERREIRA ANTUNES 01384029818
CNPJ: 20.039.408/0001-84
PROCESSO: 13069.720095/2017-95
CONTRIBUINTE: CATARINA DA SILVA OLIVEIRA 02750364566
CNPJ: 23.582.756/0001-91
PROCESSO: 13069.720125/2017-63
CONTRIBUINTE: ROSANE ROSA 09445611870
CNPJ: 14.996.328/0001-14
PROCESSO: 13069.720147/2017-23
CONTRIBUINTE: JORGE PEREIRA DE AMPARO 08689365885
CNPJ: 25.186.619/0001-63
PROCESSO: 13069.720171/2017-62
CONTRIBUINTE: MICHELE RODRIGUES 31969430893
CNPJ: 14.687.799/0001-40
PROCESSO: 13069.721920/2016-98
CONTRIBUINTE: ROGERIO GOMES VIEIRA 11480666831
CNPJ: 20.304.599/0001-64
PROCESSO: 13304.720017/2015-07
CONTRIBUINTE: FRANCISCO LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS 00046701383
CNPJ: 21.531.208/0001-07
PROCESSO: 13361.720003/2015-09
CONTRIBUINTE: ANTONIO CARLOS DE MACEDO FILHO 80116434368
CNPJ: 19.341.928/0001-68
PROCESSO: 13409.720031/2015-24
CONTRIBUINTE: JOSEANE SILVA SOUZA 06144216405
CNPJ: 19.755.202/0001-71
PROCESSO: 13553.720008/2015-76
CONTRIBUINTE: JIUSIMAR SANTANA COUTINHO 22724072855
CNPJ: 14.777.074/0001-43
PROCESSO: 13829.720473/2015-20
CONTRIBUINTE: NILVA MARIA FARTO FERNANDES GARCIA 30554663813
CNPJ: 19.817604/0001-53
PROCESSO: 14055.720074/2015-20
CONTRIBUINTE: EDMILSON DA SILVA SANTOS 38514354191
CNPJ: 14.857.485/0001-49
PROCESSO: 14055.720076/2015-19
CONTRIBUINTE: SEBASTIÃO DA CONCEIÇÃO DE MENDONÇA 55375219115
CNPJ: 14.881.351/0001-63
PROCESSO: 14074.720046/2015-84
CONTRIBUINTE: ELIANA ALVES DA COSTA RODRIGUES 60002301172
CNPJ: 16.818.219/0001-32
PROCESSO: 14191.720046/2015-48
CONTRIBUINTE: JESSICA OLIVEIRA DE BARROS 38949107805
CNPJ: 18.866.445/0001-14
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

REGINA COELI ALVES DE MELLO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.726265/2016-41, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: CTEEP - Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Nº Inscrição no CNPJ: 02.998.611/0001-04

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 302, de 05 de julho de 2016 (DOU: 06/07/2016)

Nome do projeto: Reforços na Subestação Votuporanga II

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 30/03/2016 a 30/12/2017

Nº de matrícula CEI: 51.235.55408/76

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.726264/2016-05, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: CTEEP - Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Nº Inscrição no CNPJ: 02.998.611/0001-04

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 347, de 06 de julho de 2016 (DOU: 07/07/2016)

Nome do projeto: Reforços na Subestação Bauru

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 16/11/2015 a 16/09/2018

Nº de matrícula CEI: 51.233.67529/72

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR
SERVIÇO DE HABILITAÇÃO NO SISCOMEX

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL TONY SHIGUEO ENDO, matrícula SIAPECAD nº 1293005, no exercício da competência delegada pelo art. 15-A da Portaria DELEX nº 05, de 03 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03 de fevereiro de 2014, com as alterações da Portaria DELEX nº 89, de 25 de abril de 2016, publicada no DOU de 26 de abril de 2016, e da Portaria DELEX nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, e considerar inidôneos os documentos por ela emitidos a partir da data de publicação deste ADE, com base nos arts. 81, §5º, e 82 da Lei nº 9.430/96 c/c arts. 40, II, e 47, §3º, I, da IN RFB nº 1.634/16, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado.

Empresa: CHENDA COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ: 14.630.752/0001-40

Processo: 10314.720338/2017-58

TONY SHIGUEO ENDO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.004, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Não cumulatividade. Direito de Creditamento. Insumos.

Na sistemática de apuração não cumulativa da Cofins, há, em princípio, possibilidade de creditamento, na modalidade "aquisição de insumos", em relação aos dispêndios com os serviços de calibragem e certificação, realizados por terceiros, nos equipamentos de medição e inspeção diretamente utilizados na fabricação de produtos finais, desde que o emprego desses serviços não importe, para o bem objeto de manutenção, acréscimo de vida útil superior a um ano, observados os termos e condições previstos na Solução de Divergência Cosit nº 7, de de 23 de agosto de 2016, e na Solução de Consulta Cosit nº 99.015, de 20 de janeiro de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº10.833, de 2003, art. 3º; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 346; Instrução Normativa SRF nº404, de 2004, art. 8º.

VINCULAÇÃO À Solução de Divergência Cosit nº 7, de de 23 de agosto de 2016, e À Solução de Consulta Cosit nº 99.015, de 20 de janeiro de 2017.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Não cumulatividade. Direito de Creditamento. Insumos.

Na sistemática de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, há, em princípio, possibilidade de creditamento, na modalidade "aquisição de insumos", em relação aos dispêndios com os serviços de calibragem e certificação, realizados por terceiros, nos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

equipamentos de medição e inspeção diretamente utilizados na fabricação de produtos finais, desde que o emprego desses serviços não importe, para o bem objeto de manutenção, acréscimo de vida útil superior a um ano, observados os termos e condições previstos na Solução de Divergência Cosit nº 7, de de 23 de agosto de 2016, e na Solução de Consulta Cosit nº 99.015, de 20 de janeiro de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº10.637, de 2002, art. 3º; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 346; Instrução Normativa SRF nº247, de 2002, art. 66 e 67.

VINCULAÇÃO À Solução de Divergência Cosit nº 7, de de 23 de agosto de 2016, e À Solução de Consulta Cosit nº 99.015, de 20 de janeiro de 2017.

Assunto: Normas de Administração Tributária

Existência e termo de início do prazo prescricional dos créditos referidos no art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

Os direitos creditórios referidos no art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 1932. Os fatos geradores dos mencionados direitos creditórios têm natureza complexiva e aperfeiçoam-se no último dia do mês da apuração. O termo de início para contagem do prazo prescricional relativo aos direitos creditórios em questão é o primeiro dia do mês subsequente ao de sua apuração.

Dispositivos Legais: Decreto nº 20.910, de 1932, art. 1º; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Consulta. Ineficácia parcial.

O processo administrativo de consulta presta-se a dirimir dúvidas relativas à interpretação da legislação tributária federal, não alcançando questões de natureza procedimental.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 a 53; Decreto nº 7.574, de 2011, arts. 88 a 102; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013.

RICARDO ROCHA DE HOLANDA COUTINHO
Chefe
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 3/2017, publicado no DOU nº 26, de 6 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 51, onde se lê: "11634.720490/2016-08"; leia-se: "10930.720127/2017-58".

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/PR, nos termos do comando contido no inciso III do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012 - c/c o art. 43, § 2º, da IN RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016; com base no art. 81, §1º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e observando ainda o disposto nos arts. 40, inciso III, e 47, § 3º, II, da referida Instrução Normativa, resolve:

Artigo 1º. Declarar inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - da sociedade empresária abaixo identificada, tendo em vista os motivos que constam do processo administrativo de nº 15165.721366/2014-14.

Artigo 2º. Declarar ineficazes, em termos tributários, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da data informada.

INTERESSADO	CNPJ	PROCESSO	DATA DA INAPTIDÃO
SIENA TRADING COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	04.719.440/0001-54	15165.721366/2014-14	07/10/2013

CLÁUDIA REGINA LEÃO DO N. THOMAZ

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 68, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto na Portaria MEFP nº 547, de 23 de julho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e na Portaria nº 91, de 24 de abril de 1992, do Ministro de Estado da Agricultura e da Reforma Agrária, resolve:

Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de fevereiro de 2017:

VALOR DE REFERÊNCIA Base maio/92 Cruzeiros	VALOR NOMINAL REAJUSTADO Reais
79.297,75	98,24

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA N° 116, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 12.688, de 18 de julho 2012, com a Portaria Interministerial MF/ME nº 376, de 18 de setembro de 2014, e com a Portaria GM/MF nº 350, de 2 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 23.717 (vinte e três mil, setecentos e dezessete) Certificados Financeiros do Tesouro, Série B - CFT-B, no valor de R$ 31.355.297,02 (trinta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e dois centavos), a serem colocados em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, observadas as seguintes condições:

I - forma de colocação: direta, ao par, em favor do FNDE;

II - modalidade: nominativa;

III - valor nominal na data-base: múltiplo de R$1.000,00 (mil reais);

IV - data-base: 1º de julho de 2000;

V - data de emissão: 1º de janeiro de 2015;

VI - prazo: 15 anos;

VII - valor nominal em 01.02.2017: R$ 1.322,06 (hum mil, trezentos e vinte e dois reais e seis centavos);

VIII - taxa de juros: não há; e

IX - atualização do valor nominal: pelo índice calculado com base na TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, desde a data-base do certificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44000.001728/94, sob o processo SEI nº 394587693, resolve:

N° 83 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da Acesita Previdência Privada, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/5219-79 sob o comando nº 418652918 e juntada nº 0010970, resolve:

N° 84 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Previdência do Conselho Regional de Contabilidade, CNPB nº 2009.0027-92, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 0181/319-80 sob o processo SEI nº 427018008, resolve:

N° 85 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, na condição de patrocinadora do Plano Misto I de Benefícios - CNPB nº 2005.0052-74, e a Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 0181/319-80 sob o processo SEI nº 427015021, resolve:

N° 86 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na condição de patrocinadora do Plano Misto I de Benefícios - CNPB nº 2005.0052-74, e a Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 300.000074/7019-87 sob o processo SEI nº 427080981, resolve:

N° 87 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na condição de patrocinadora do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 - CNPB nº 1998.0065-65, e a Fundação Cosern de Previdência Complementar - FASERN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 300.000074/7019-87 sob o processo SEI nº 427082346, resolve:

N° 88 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, na condição de patrocinadora do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 - CNPB nº 1998.0065-65, e a Fundação Cosern de Previdência Complementar - FASERN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 003018/5519-79 sob o processo SEI nº 427015954, resolve:

N° 89 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na condição de patrocinadora do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 - CNPB nº 1998.0036-47, e a Fundação COELBA de Previdência Complementar - FAELBA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 003018/5519-79 sob o processo SEI nº 427077227, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

N° 90 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na condição de patrocinadora do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 - CNPB nº 1998.0036-47, e a Fundação COELBA de Previdência Complementar - FAELBA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIAS DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.003155/2005-96 sob o comando nº 415940847 e juntada nº 0007951, resolve:

N° 92 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios do Advogado, CNPB nº 2006.0013-29, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio Grande do Sul - OABPrev-RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/5219-79 sob o comando nº 418645930 e juntada nº 0012393, resolve:

N° 93 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano CRAPREV, CNPB nº 2006.0012-56, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00300.000116/2719-79 sob o comando nº 418655232 e juntada nº 0007926, resolve:

N° 96 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Família Previdência, CNPB nº 2010.0042-56, administrado pela ELETROCEEE - Fundação CEEE de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 97, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.002136/2009-76 sob o comando nº 418316707 e juntada nº 0008271 , resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios SBOTPrev, CNPB nº 2009.0024-74, administrado pelo Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.793, DE 31 DE JANEIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 73 e 74 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CNSP nº 338, de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, os arts. 16 e 17 do Anexo I do Decreto nº 8.722, de 27 de abril de 2016, o art. 37 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o art. 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, os artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o art. 36, I, II, III e IX do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e com base no arts. 61 e 73 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, art. 41 da Lei 6.024, de 13 de março de 1974, aplicável por força do art. 3º da Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001 e art. 66 da Resolução CNSP nº 335, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Delegar ao Diretor responsável pela Diretoria de Organização do Sistema de Seguros Privados - DIORG a competência para o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões de Inquérito constituídas a fim de apurar as causas que levaram à decretação do Regime Especial de Intervenção ou Liquidação Extrajudicial em sociedade ou entidade supervisionada pela Susep e a responsabilidade de seus administradores, seus controladores, membros dos órgãos estatutários e as pessoas naturais ou jurídicas prestadoras de serviços de auditoria independente.

Art. 2º Os servidores da Susep designados para compor as respectivas Comissões deverão priorizar as atividades a elas afetas e, no curso das suas atividades, poderão solicitar a colaboração das demais unidades da Susep, inclusive a assistência jurídica da Procuradoria Federal junto à autarquia, se necessário.

Parágrafo único. As avaliações de desempenho funcional dos servidores designados para participação nas Comissões de Inquérito a que se refere este artigo deverão levar em conta a atuação dos referidos servidores na Comissão.

Art. 3° A dissolução das Comissões de Inquérito a que se refere esta Portaria somente se opera, de pleno direito, com a remessa dos autos à autoridade competente para propor a abertura de processo judicial ou com o seu arquivamento pela Susep.

Parágrafo único. O disposto no caput se aplica às Comissões de Inquérito que, na data de entrada em vigor desta Portaria, ainda não concluíram seus trabalhos de apuração com a remessa dos autos à autoridade competente para propor a abertura de processo judicial ou com o arquivamento dos autos pela Susep.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATHAÍDES

PORTARIA Nº 6.797, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep nº 15414.600009/2017-87, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pela Diretoria da ACE SEGURADORA S.A., CNPJ n° 03.502.099/0001-18, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Reunião de Diretoria realizada em 18 de outubro de 2016:

I - Abertura de filial na Cidade de São Paulo/SP, localizada na Rua Hungria, 1240, Conjuntos 61 e 62, 6º andar, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, CEP 01455-000.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Ministério da Integração Nacional

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

PORTARIA Nº 48, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Altera a Portaria nº 314/DG/CRH, de 1º de setembro de 2011, em consonância com as alterações estabelecidas pelo Decreto nº 8.895, de 03 de novembro de 2016 e pela Lei nº 13.324, de 2016

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no exercício das suas atribuições legais, e em consonância com o Decreto nº 8.895, de 03 de novembro de 2016 e na Lei nº 13.324, de 2016, o Capitulo IV e os Anexos I, V e VII da Portaria nº 314/DG/CRH, passa a vigorar com a seguinte redação. "Capitulo IV Da Avaliação de Desempenho Institucional Art. 27 (...) § 1º São consideradas metas globais o conjunto de metas, fixadas anualmente em Portaria do Diretor Geral do DNOCS, que visam aferir a qualidade dos serviços relacionados às atividades desenvolvidas pelas diretorias, levando-se em conta, no momento da sua pactuação, os índices alcançados nos exercícios anteriores e fixados dentre as metas anuais pactuadas no Planejamento Estratégico Institucional. § 2º As metas intermediárias, referentes às Coordenações, Divisões e Coordenadorias, deverão ser elaboradas em consonância com as metas globais. § 3º Compete à Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE coordenar, em articulação com as unidades de avaliação, o processo de fixação e apuração das metas globais e intermediárias, e providenciar, quando couber, a publicação dos atos relativos a essas atividades. (...) Art. 28. São consideradas unidades de avaliação as seguintes unidades organizacionais do DNOCS: (...) II - Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica; (...) "(NR) Art. 1º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I Tabela de valor do Ponto da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPCPE (Redação dada pela Lei nº 13.324, de 2016) a) Valor do ponto da GDPGPE dos Cargos de Nível Superior:

Classe	Padrão	Valor do Ponto - R$		
		1°/01/2015	1º/08/2016	1º/01/2017
Especial	III	21,24	22,51	23,69
	II	21,09	22,35	23,53
	I	20,95	22,20	23,37
C	VI	20,76	22,00	23,16
	V	20,62	21,85	23,00
	IV	20,48	21,70	22,84
	III	20,35	21,57	22,71
	II	20,22	21,43	22,56
	I	20,09	21,29	22,41
B	VI	19,92	21,11	22,22
	V	19,79	20,97	22,07
	IV	19,67	20,84	21,94
	III	19,55	20,72	21,81
	II	19,43	20,59	21,67
	I	19,31	20,46	21,54
A	V	19,16	20,30	21,37
	IV	19,05	20,19	21,35
	III	18,94	20,07	21,13
	II	18,83	19,95	21,00
	I	18,72	19,84	20,88

c) Valor do Ponto da GDPGPE dos cargos de nível auxiliar:

Classe	Padrão	Valor do Ponto - R$		
		1°/01/2015	1º/08/2016	1º/01/2017
Especial	III	9,27	9,82	10,34
	II	9,21	9,76	10,27
	I	9,16	9,71	10,22

Anexo V - Faixa de Avaliação Institucional

Os pontos correspondentes à parcela institucional da gratificação serão obtidos aplicando o somatório dos percentuais alcançados às faixas constantes das tabelas de correspondência de pontos.

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DE PONTOS

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO - METAS GLOBAIS	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
DE 80% A 100%	60 PONTOS
DE 70% A 79%	55 PONTOS
DE 60% A 69%	50 PONTOS
DE 50% A 59%	45 PONTOS
DE 40% A 49%	40 PONTOS
DE 30% A 39%	35 PONTOS
30%	30 PONTOS

TABELA INDICATIVA DE PONTUAÇÃO

METAS INTERMEDIARIAS	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA
Procuradoria Federal	ATÉ 1 PONTO
Auditoria	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Planejamento e Orçamento - DPO	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Gestão Estratégica DGE	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Gestão de Pessoas DGP	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Recursos Logísticos DRL	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Recursos Financeiros	ATÉ 1 PONTO
DRF	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Estudos e Projetos DEP	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Obras - DOB	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Tecnológica e Operações Agrícola - DTO	ATÉ 1 PONTO
Divisão de Pesca e Aquicultura DPA	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual em Alagoas - CEST/AL	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual em Sergipe - CES/SE	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual no Piauí CEST/PI	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual no Ceará- CEST/CE	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte CEST/RN	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual na Paraíba CEST/PB	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual em Pernambuco CEST/PE	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual na Bahia CEST/BA	ATÉ 1 PONTO
Coordenadoria Estadual em Minas Gerais CEST/MG	ATÉ 1 PONTO
TOTAL	ATE 20 PONTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PONTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
METAS GLBAIS	ATÉ 60 PONTOS
METAS INTERMEDIÁRIAS	ATÉ 20 PONTOS
TOTAL	ATÉ 80 PONTOS

ANEXO VII

PLANO DE TRABALHO DA INSTITUIÇÃO

METAS GLOBAIS					
META PREVISTA	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META ATINGIDA	MODO DE APURAÇÃO (*)	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
MÉDIA ARITMÉTICA DOS PERCENTUAIS					

METAS INTERMEDIÁRIAS							
UNIDADE	META PREVISTA	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	META ATINGIDA	MODO DE APURAÇÃO(*)	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO	PONTUAÇÃO
PF							
AUDI							
DPO							
DGE							
DGP							
DRL							
DRF							
DEP							
DOB							
DTO							
DPA							
CEST/AL							
CEST/SE							
CEST/PI							
CEST/CE							
CEST/RN							
CEST/PB							
CEST/PE							
CEST/BA							
CEST/MG							
TOTAL							

ÂNGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 1ª SESSÃO DE TURMA A SER REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça e Segurança Pública, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 13 de fevereiro de 2017, a partir das 09h00, Edifício Sede, Sala 304, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia

I - Processos com prioridade por recadastramento:

n°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	conselheiro relator	MOTIVO
1.	2011.01.70045	a	jose da silva andrade	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
2.	2011.01.69934	a	luiz jose barbosa	MARINA DA SILVA STEINBRUCH	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
3.	2011.01.69138	a	zeridson pires da rocha	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
4.	2008.01.62816	A	WALTER LIMA GUIMARAES	ARLINDO FERNANDES DE OLIVEIRA DESPACHO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
5.	2008.01.62106	A	VIRGILIO RIBEIRO FERNANDES	MARINA DA SILVA STEINBRUCH	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
6.	2007.01.60179	A	JOSE CARLOS MORAES	ARLINDO FERNANDES DE OLIVEIRA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
7.	2006.01.54322	R A	ODALEIA AUGUSTO SORTE ETELVINO FERREIRA DE LIMA	KALINE FERREIRA DAVI	ANA CAROLINA PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
8.	2006.01.54139	R A	DENIZE MOI POVEDA FAUSTO MARCULINO POVEDA	KALINE FERREIRA DAVI	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
9.	2011.01.70287	A	ENEDINA SILVERIO DOS SANTOS	MARINA DA SILVA STEINBRUCH	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
10.	2011.01.69447	A	JOSE ANTONIO FERNANDO FERRARI	KALINE FERREIRA DAVI	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
11.	2010.01.67862	A	JOAO AMERICO SOBRINHO	VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
12.	2014.01.73811	A	LUCIA HELENA LACERDA GOMES	ARLINDO FERNANDES DE OLIVEIRA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
13.	2014.01.73182	A	ODILIO CARDOSO DE ARAUJO	PAULO LOPO SARAIVA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
14.	2013.01.72544	A	MARIO CARELLI FILHO	VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
15.	2013.01.72321	A	ANTONIO JOAO ORTIZ	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
16.	2013.01.72009	A	JOSE ROBERTO GUEDES DE OLIVEIRA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
17.	2012.01.71204	R A	AMELIA DE SOUSA FERNADES GILSON FERNANDES CHAGAS	VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
18.	2012.01.70998	A	JULIA TORRES DE FIGUEIREDO	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
19.	2012.01.70703	A	CARLOS MALUF WUTKE	PAULO LOPO SARAIVA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
20.	2012.01.70459	A	JOSE FRANCISCO ZAMBON	PAULO LOPO SARAIVA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
21.	2011.01.69157	R A	ROSALINA FERREIRA DE MACEDO INÁCIO PEREIRA DE MACEDO	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

FERNANDO DIAS MENEZES DE ALMEIDA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

DESPACHOS DO CONSELHEIRO
Em 2 de fevereiro de 2017

Nº 9 - Processo Administrativo 08012.002921/2007-64. Representante: Luis Fernando Cardoso Rezende. Representado: Aqua Service Comercial e Industrial de Produtos Químicos Ltda.; Anibal do Vale; Arthur Cesar Whitaker de Carvalho; Associação Brasileira da Indústria Química; Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados; Beraca Sabará Químicos e Ingredientes S.A.; Braskem S/A; Buschle & Lepper S/A; Canexus Química Brasil Ltda.; Carbocloro S.A. Indústrias Químicas (sucessora da Carbocloro Oxypar S/A Indústrias Químicas); Carlo Cappellini; Carlos Raimundo de Andrade Costa Pinto; Causticlor Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.; CMPC Celulose Riograndense S.A. (sucessora da Aracruz Celulose S.A.); CSM Produtos Químicos Ltda.; Eduardo Klein Chow; Filippo de Lancastre Cappellini; General Chemical Comércio e Derivados Ltda.; Goiás Cloro e Derivados Ltda.; GR Indústria, Comércio e Transporte de Produtos Químicos Ltda.; Hidromar Indústria Química; Igarassú Agro Industrial Ltda. (atualmente denominada Produquímica Indústria e Comércio S.A.); LC Comércio de Produtos Químicos Ltda. (atualmente incorporada pela Pan-Americana Indústrias Químicas S/A); Marco Antônio Matiolli Sabará; Mario Antonio Carneiro Cilento; Maxklor do Brasil Ltda.; Pan-Americana S.A. Indústrias Químicas; Paulo Fernando Fonseca Castagnari; Quimil Indústria e Comércio Ltda.; Reifasa Comercial Ltda.; Sasil Comercial e Industrial de Petroquímicos; Solvay do Brasil Ltda.; Sumatex Produtos Químicos Ltda.; Wilton Nascimento da Silva. Advogados: Maurício Santana de Oliveira Torres, Leonardo Nunes Campos, José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero, Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Bruno Droghetti Magalhães Santos, José Maurício Machado, André Luiz dos Santos Pereira, Ubiratan Mattos, Caio Campello, Fernanda Gomes, Gustavo Flausino Coelho; Ricardo Mafra, Leonardo Maniglia Duarte, Paulo Luiz Salami, Felipe Helmich Fernandez, Ricardo Leal de Moraes, Geraldino Ribeiro, Edson Raimundo Rosa Junior, Flávio Luiz Costa Sampaio, Gilberto Alonso Júnior; Fábio Lemos Cury, Leonardo Luiz Tavano, João Rodrigo Maier, Adriano Almeida Fonseca, Barbara Rosenberg, Rodrigo Jorge Xavier Freitas, Matheus Fontes Monteiro, Natanael da Silva Ribeiro, Fer-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nanda Duarte Calmon Carvalho, Livia Gândara, Paulo Leonardo Casagrande, Eduardo Molan Gaban e outros. Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira. 1. Tendo em vista o pedido formulado pelas Representadas Canexus QuímicaBrasil Ltda. e UniparCarbocloro S/A (SEI nº 0288898 e SEI nº 0289698, respectivamente), decido pela juntada, nos presentes autos, da base de dados utilizada pelo Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do CADE na elaboração da Nota Técnica nº 46/2016/DEE/CADE (SEI nº 0285137). 2. Intimem-se às Representadas para, caso queiram, apresentar manifestação sobre a base de dados (SEI nº 0297486) no prazo de 15 (quinze) dias. 3. É o despacho que submeto à homologação.
Em 03 de fevereiro de 2017

Nº 6 - Processo 08012.002673/2007-51. Representante: Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças - Anfape. Representadas: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda.; Fiat Automóveis S.A.; e Ford Motor Company Brasil Ltda. Advogados: Neide Teresinha Malard, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Lauro Celidonio Neto, Ricardo Inglez de Souza e outros. Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira 1. Considerando a instrução complementar realizada por este Gabinete, concede-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis à Representada Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda. para que, se assim quiser, apresente alegações finais nos termos do art. 76, parág. único, da Lei nº 12.529/2011 c/c o art. 159 do Regimento Interno do CADE. Este prazo será computado em dobro com base no art. 63, inciso IV, do Regimento Interno do CADE. É o despacho que submeto à homologação.

Nº 7 - Processo 08012.002673/2007-51. Representante: Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças - Anfape. Representadas: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda.; Fiat Automóveis S.A.; e Ford Motor Company Brasil Ltda. Advogados: Neide Teresinha Malard, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Lauro Celidonio Neto, Ricardo Inglez de Souza e outros. Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira 1. Considerando a instrução complementar realizada por este Gabinete, concede-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis à Representada Fiat Automóveis S.A. para que, se assim quiser, apresente alegações finais nos termos do art. 76, parág. único, da Lei nº 12.529/2011 c/c o art. 159 do Regimento Interno do CADE. Este prazo será computado em dobro com base no art. 63, inciso IV, do Regimento Interno do CADE. É o despacho que submeto à homologação.

Nº 8 - Processo 08012.002673/2007-51. Representante: Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças - Anfape. Representadas: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda.; Fiat Automóveis S.A.; e Ford Motor Company Brasil Ltda. Advogados: Neide Teresinha Malard, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Lauro Celidonio Neto, Ricardo Inglez de Souza e outros. Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira 1. Considerando a instrução complementar realizada por este Gabinete, concede-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis à Representada Ford Motor Company Brasil Ltda. para que, se assim quiser, apresente alegações finais nos termos do art. 76, parág. único, da Lei nº 12.529/2011 c/c o art. 159 do Regimento Interno do CADE. Este prazo será computado em dobro com base no art. 63, inciso IV, do Regimento Interno do CADE. É o despacho que submeto à homologação.

PAULO BURNIER DA SILVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 6 de fevereiro de 2017

Nº 139 - Processo Administrativo nº 08700.008182/2016-57 (Apartado Restrito nº 08700.005722/2016-41). Representante: Cade ex officio. Representados: Banco ABN AMRO Real S.A.; Banco BBM S.A.; Banco BNP Paribas Brasil S.A.; Banco BTG Pactual S.A.; Banco Citibank S.A.; Banco Fibra S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco Santander (Brasil) S.A.; Banco Société Générale Brasil S.A.; HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (atual denominação: Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo); André Ricardo Casale Kitahara; Andre Terreri Rodrigues; Antonio Carlos Moreira Lima; Bruno Marangoni Costa; Cassio de Camargo Mello; Conrado Bueno de Moraes Pereira Lima; Daniel Mussi Franca; Fernando Alberto Schwartz Fernandes; Guilherme Menin Gaertner; Luiz Eduardo Bevilacqua Ghizzi; Marcio Alexandre Georgetti; Marcio Goldenzon de Albuquerque; Marco Antônio Mecchi; Raul Sérgio Cruz Themudo Lessa Junior; Renan Souza Pinto de Brito; Rodrigo Berloffe Pagnani; Rodrigo Reisen de Pinho; Rodrigo Santoro de Castro; Sergio Cruz de Almeida Junior. Advogados: Viviane da Costa Rodrigues Alves de Lima, Olavo Zago Chinaglia, Lauro Celidonio Neto, Renata Fonseca Zuccolo, Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Fábio Francisco Beraldi, Eduardo Caminati Anders, Jose del Chiaro Ferreira da Rosa, Maria Augusta Fidalgo, Bruno Peres Carbone, Patrícia Vietri Thomazelli Magalhães Fonseca, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Milena Fernandes Mundim, Joana Temudo Cianfarani, Marcel Medon Santos, Ana Paula Martinez, José Carlos da Matta Berardo, Marcos Drummond Malvar, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Clovis Manzoni dos Santos Lores, Fábio Floriano Melo Martins, Luís Gustavo Haddad, Eduardo Molan Gaban, Fernada Duarte Calmon Carvalho, Carlos Augusto da Silveira Lobo, Sonia Maria de Oliveira Paredes, Eric Hadmann Jasper, Ivo Texeira Gico Júnior, Vicente Bagnoli, Alexandre Augusto Reis Bastos e outros. Acolho a Nota Técnica nº 10/2017/CGAA8/SGA2/SG/CADE, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Diante da ocorrência de erro material, determino a retificação da Nota Técnica nº 27/2016 e seu Anexo, bem como do Despacho SG nº 33/2016, a fim de que seja excluído do polo passivo o Sr. Andre Kitahara (CPF nº 287.731.198-81) e incluído o Sr. André Ricardo Casale Kitahara (CPF nº 279.169.728-40). Ao Setor Processual para providenciar a notificação no endereço constante da Nota Técnica nº 10/2017.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 232, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/95664 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURANÇA VÊNETO LTDA, CNPJ nº 92.868.108/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2721/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 253, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/1084 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0093-20 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 354, DE 20 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/636 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 02.650.833/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 83/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 438, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/94785 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0005-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 179/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 452, DE 25 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/4228 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REPLAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 08.840.340/0001-32 para atuar em Alagoas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 495, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/4598 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ADVANCED CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.089.344/0001-44, sediada em Sergipe, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
8035 (oito mil e trinta e cinco) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
1000 (uma mil) Espoletas calibre .380
200 (duzentos) Estojos calibre .380
1000 (um mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 552, DE 30 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/77747 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MUNDISEG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.314.198/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2547/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 565, DE 31 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2687 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JAD ADMINISTRACAO DE IMOVEIS RIO PRETO LTDA, CNPJ nº 61.997.458/0001-51 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 243/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 579, DE 31 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/96849 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOGICA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 05.408.502/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 26/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 580, DE 31 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/97101 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STS SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 08.736.430/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 28/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 592, DE 31 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/851 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BLAU FARMACÊUTICA S.A., CNPJ nº 58.430.828/0001-60 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 255/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 610, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/1740 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MERCONPLAS INDUSTRIAL DE PLASTICOS COMERCIO S/A, CNPJ nº 40.917.346/0001-73, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
12 (doze) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 615, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/194 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITATIAIA MOVEIS S/A, CNPJ nº 25.331.521/0011-24 para atuar no Espírito Santo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 641, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/93692 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa D S V - DANILO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 10.551.270/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2576/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 642, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/97961 - DPF/AQA/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PAMIRO AGROPECUARIA S/A, CNPJ nº 49.156.987/0001-27, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PAMIRO AGRO-INDUSTRIA S/A, CNPJ nº 43.470.384/0001-19:

3 (três) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 655, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/91926 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa USINA PETRIBU S/A , CNPJ nº 10.645.075/0001-83, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 658, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/349 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ nº 01.437.326/0003-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 137/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 661, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6606 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FENIXX VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.060.306/0001-69, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12
838 (oitocentas e trinta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 665, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/87938 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARIOCA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 21.163.768/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 139/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 668, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6160 - DPF/SAG/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa APG CONFIA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 21.903.855/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Carabinas calibre 38
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 670, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6727 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa O S SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 14.110.682/0001-08, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Revólveres calibre 38
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 675, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/95037 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.343.833/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 309/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 680, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2183 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 10.364.152/0003-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 307/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 681, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/3397 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOK SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.101.611/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 262/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 686, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6907 - DPF/VRA/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VINSTER SEGURANÇA PRIVADA LTDA. ME, CNPJ nº 22.496.107/0001-05, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
100 (cem) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 690, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5463 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NÓRCIA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 11.393.595/0002-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 285/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 691, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/100885 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0013-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 188/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 695, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3301/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a GUARDA DE ELITE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 17.570.705/0001-47, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/22715.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 697, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3303/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a PITTA SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , CNPJ nº 01.143.143/0001-15, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso V PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3° PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/23269.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 698, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3304/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a PITTA SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , CNPJ nº 01.143.143/0001-15, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso V PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3° PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/23273.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 701, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3307/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a VIGLIS VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.018.334/0001-09, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3° PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/23886.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 704, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3310/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a ARMAFORTE SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 07.152.464/0001-62, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/31730.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 706, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3312/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.750 (três mil e setecentos e cinquenta) UFIR a SPECIAL SERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.378.630/0001-67, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/31823.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 708, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3314/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 875 (oitocentos e setenta e cinco) UFIR a VISTAR VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.207.532/0001-80, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/31956.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 710, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3316/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a FIEL VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.775.654/0003-11, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/32257.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 718, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3324/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0002-56, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/33144.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 770, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3397/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a ORPAN - ORGANIZACAO PANAMERICANA DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.137.100/0001-88, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3° PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/37299.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 774, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 3401/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a REZENDE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.688.221/0001-58, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso XXVIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/38526.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 33.752, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08360.301101/2016-93-DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa M 2000 MADEIRAS LTDA., CNPJ: 02.448.010/0001-10, localizada no PARÁ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

DECLARA que, PERCELA MOSCOSO TENCE, incluída na Portaria n.º 158, de 13 de março de 1986, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 1986, passou a assinar PERCELA MOSCOSO TENCE MARKS, por haver contraído matrimônio com EDUARDO MARKS, em 12 de fevereiro de 1996, conforme certidão de casamento expedida pelo Registro das Pessoas Naturais, Município e Comarca de Itapecerica da Serra - Estado de São Paulo, registro nº 075059 Processo: 08000.017907/2016-95

DECLARA que, SOOK JA LEE, incluída na Portaria n.º 0633, de 25 de junho de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 1979, passou a assinar SOOK JA LEE CHUNG, por haver contraído matrimônio com DAE YONG CHUNG, em 21 de maio de 1980, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 46º Subdistrito Vila Formosa - São Paulo, registrada no livro nº B-031, folhas 297, sob nº 9316. Processo: 08000.031807/2016-71

CERTIFICO que, a exata grafia do nome do genitor do naturalizando, incluído na Portaria da SNJ nº 33, de 24 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 29 de fevereiro de 2016, é Salatiel Gonzalez Fernandez, e não como constou. Processo nº 08240023051201401

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o presente pedido de permanência definitiva com base em união estável nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Processo Nº 08495.300018/2016-71 - YOUNESS EL KOURACHI

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 21/03/2016, Seção 1, pág. 24, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País até 08/03/2017. Processo Nº Processo Nº 08000.005885/2016-11 - DAVIDE MALPELI

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 21/06/2016, Seção 1, pág. 34, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País até 11/06/2017. Processo Nº 8000.015786/2016-47 - LAWRENCE ANGLO ABU

À vista dos novos elementos constantes dos autos, e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 26/04/2016, Seção 1, pág. 29, e DEFERIR o Pedido de Mudança de Empregador da Empresa CLINICA ACREDITAR LTDA para a Empresa M. M. SÁ DE SOUZA-ME. Processo Nº 08220.001610/2016-13 - PAULA CRISTINA DA SILVA

INDEFIRO os processos de permanência definitiva com base em cônjuge brasileiro(a), considerando que em diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal verificou-se que o casal encontra-se separado de fato, abaixo relacionados:

Processo Nº 08495.000211/2015-24 - THOMAS ARTHUR JACKSON

Processo Nº 08270.020375/2016-93 - SERGIO PISTOIA

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505065188201638 - AMAEFUNA HUMPHRY AMAECHI

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual. Processo Nº 08270.013370/2016-12 - KRASIMIR SOKOLOV ILIEV

INDEFIRO os pedidos de Reunião Familiar com base na Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que não restou comprovada a estada legal do interessado quando da autuação do pedido, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.300967/2016-95 - JAMIE NICHOLE LEGG

Processo Nº 08505.091400/2016-12 - HONGYE WU

Processo Nº 08505.315589/2016-44 - YUYAO ZENG

Processo Nº 08505.322817/2016-32 - RUXING LIN

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de reconsideração, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro (a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.010359/2016-72 - OLEG ZUBOV

Processo Nº 08000.012771/2016-27 - EVGENY SNEGURENKO

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo Nº 08391.001944/2016-25 - JULIO MANUEL LAIRES ALBUQUERQUE

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/08/2016, Seção 1, pág. 53, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.010396/2015-08 - JONIL AYNAGA SALINAS

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/04/2016, Seção 1, pág. 29, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.028941/2015-12 - JULIUS BETINOL EMBATE

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/02/2016, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.037620/2015-09 - GILMOR OCAMPO ILAGAN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 28/03/2016, Seção 1, pág. 44, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.006395/2016-31 - SE GI LYU

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 07/04/2016, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.006515/2016-09 - PHILIP CARL CONRADS

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/09/2016, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.009571/2016-97 - WALDEMAR ANDRZEJ ZYCH

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 26/07/2016, Seção 1, pág. 36, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.014068/2016-53 - EDWIN DELA CRUZ SOLIS

Considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, nos moldes do art. 64, parágrafo único, do Decreto n° 86.715/81, DEFIRO a prorrogação do visto temporário-item V dos processos abaixo relacionados:

Processo Nº 46094.000061/2017-22:

Processo Nº 47038.027988/2016-66 - MATEUSZ STRUG, até 22/11/2018

Processo Nº 47038.028116/2016-15 - VADIM SUBERT, até 19/06/2017

Processo Nº 47038.028128/2016-40 - JULIO CESAR BONILLA ROSALES, até 19/06/2017

Processo Nº 47038.028381/2016-01 - KANNAN ARUKAD KUNJAPPAN, até 11/12/2018

Processo Nº 47038.028429/2016-73 - Paul Ryan Wilber, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028430/2016-06 - Olorunfemi Akinola Orisawayi, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028455/2016-00 - Stephen Charles Palmer, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028456/2016-46 - Terryl Charlton Munsamy, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028458/2016-35 - William John Watt, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028460/2016-12 - Brian George Sim, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028461/2016-59 - DALIBOR STRAZZABOSCO, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028462/2016-01 - Darryl John Costello, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028471/2016-94 - Aaron Joseph Tilley, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028472/2016-39 - Douglas Patrick Campbell, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028473/2016-83 - Ervin Luksic, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028474/2016-28 - Gary Lee Cullen, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028475/2016-72 - Geoffrey Edward Stewart Annison, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028476/2016-17 - Alexander Mackay Sinclair, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028477/2016-61 - Dmytro Bezhodkov, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028478/2016-14 - Denver Maurice Milne, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028479/2016-51 - David Kier Henry Beveridge, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028480/2016-85 - David Duncan Farquharson, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028495/2016-43 - Jovanni Sangalang Soliman, até 01/07/2018

Processo Nº 47038.028500/2016-18 - Oleksandr Cheremnykh, até 01/07/2018

Processo Nº 47038.028508/2016-84 - Pierre-Yves Darcillon, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028511/2016-06 - Pavlo Lakiychuk, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028513/2016-97 - Oleg Bondarenko, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028515/2016-86 - Michael Ellis, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028516/2016-21 - Mead Donavan Disotell, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028517/2016-75 - Joseph Robinson, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028518/2016-10 - John Howard Wood, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028521/2016-33 - Jay-Dee Abendroth, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028524/2016-77 - Ian Cameron Bruce, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028525/2016-11 - Kristian Benic, até 14/05/2017

Processo Nº 47038.028594/2017-14 - VIKTOR MALYOVANYY, até 13/08/2017

Processo Nº 47038.000021/2017-18 - Arvid Heggemsnes, até 21/01/2018

Processo Nº 47038.000039/2017-10 - ALVIN LABANAN REYES, até 10/04/2017

Processo Nº 47038.000042/2017-33 - THOMAS LARRY HILL, até 10/04/2017

Processo Nº 47038.000043/2017-88 - WADE ALAN ELDRIDGE, até 10/04/2017

Processo Nº 47038.000054/2017-68 - ATTIE JOHANNES BEAN, até 06/01/2019

Processo Nº 47038.000061/2017-60 - Zhen Li, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000063/2017-59 - Kwun Kwan Daniel Cheung, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000064/2017-01 - Jiang Shuaishuai, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000065/2017-48 - Albert Mamalias Mier, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000066/2017-92 - Alexander James Graham Wilson, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000067/2017-37 - Zhongxian Huang, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000068/2017-81 - Sonny Bañez Dotimas, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000070/2017-51 - Hendrino Gamilla Santiago, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000072/2017-40 - Jose Dante Ubod Tirando, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000076/2017-28 - Romeo Arenas Salinas, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000077/2017-72 - EDUARDO CARVALHO LOURENÇO, até 03/04/2017

Processo Nº 47038.000078/2017-17 - Larry Cristopher Aboyme Torrecampo, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000079/2017-61 - BJORN HOLSTAD, até 15/07/2018

Processo Nº 47038.000083/2017-20 - KARE JON BERG, até 15/07/2018

Processo Nº 47038.000085/2017-19 - KJELL ARVE SAETRE, até 21/03/2019

Processo Nº 47038.000086/2017-63 - Lourdito Caas Jimena, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000087/2017-16 - Mark Cabagua San Juan, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000089/2017-05 - NELSON TOGONON ANIOG, até 27/07/2018

Processo Nº 47038.000091/2017-76 - Hon Tung Henry Yue, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000092/2017-11 - Tsz Yuen Li, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000093/2017-65 - Vu Van Hau, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000094/2017-18 - Fu On Chan, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000095/2017-54 - Didi Sudia, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000096/2017-07 - Shahnawaz Mohamedshafi Patramor, até 26/09/2017

Processo Nº 47038.000100/2017-29 - Arnel Carbajal Rosales, até 12/02/2017

Processo Nº 47038.000104/2017-15 - Marek Tadeusz Klos, até 04/03/2019

Processo Nº 47038.000107/2017-41 - Maciej Michal Piknicz ka, até 21/03/2018

Processo Nº 47038.000108/2017-95 - Gaurav Sharma, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000109/2017-30 - Shyamal Chatterjee, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000117/2017-86 - Sadaf Mahamad Hayat Sangare, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000119/2017-75 - Brigido Rosario Vaz, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000120/2017-08 - Asumal Balvantbhai Tandel, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000121/2017-44 - Vairagkumar Rajeshbhai Tandel, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000122/2017-99 - Bryneaf Anthony Almeida, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000129/2017-19 - Richard Bermudez Galimba, até 21/02/2019

Processo Nº 47038.000132/2017-24 - Abdul Muneer Peringady, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000133/2017-79 - Deepak Vinayanand Mishra, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000134/2017-13 - Mayank Singhal, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000136/2017-11 - Rajesh Kamlakar Vaity, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000137/2017-57 - Pratik Pramod Patel, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000138/2017-00 - Samir Kumar Jena, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.000139/2017-46 - Tarsem Singh, até 15/06/2017

Processo Nº 47038.028079/2016-45 - RAMON BALABA RUBA, até 01/02/2018

Processo Nº 47038.028235/2016-78 - GERMAN VILLANUEVA BASCHWITZ, até 31/01/2018

Processo Nº 47038.028236/2016-12 - JOSE JESUS GOMEZ SUAREZ, até 21/01/2018

Processo Nº 47038.028257/2016-38 - KAROL JACEK NOWACKI, até 20/01/2018

Processo Nº 47038.028258/2016-82 - WOJCIECH TADEUSZ ZEMBURA, até 24/02/2018

Processo Nº 47038.028260/2016-51 - PENGFEI ZUO, até 28/02/2018

Processo Nº 47038.028263/2016-95 - JOHN GREGORY HUMLAN, até 07/12/2017

Processo Nº 47038.028272/2016-86 - THOMAS MAYR - até14/01/2018

Processo Nº 47038.028278/2016-53 - IVICA UDOVICIC, até 09/12/2016

Processo Nº 47038.028284/2016-19 - NECULAI COJOCARU, até 10/01/2018

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 47038.028305/2016-98 - VILLE PETTERI TASKULA, até 02/02/2018
Processo Nº 47038.028319/2016-10 - PETER EHLERS, até 06/03/2018
Processo Nº 47038.028322/2016-25 - VICTOR FLORIN GHEBA, até 07/01/2018
Processo Nº 47038.028332/2016-61 - ALEXANDRE JEAN-CHARLES HENRI DANIEL, até 05/01/2018
Processo Nº 47038.028333/2016-13 - BILAL TANER TANATAY, até 03/01/2018
Processo Nº 47038.028339/2016-82 - ANTONY WALLACE HERRON, até 15/12/2017
Processo Nº 47038.028344/2016-95 - GICU STIRBAT, até 10/01/2018
Processo Nº 47038.028371/2016-68 - Hisashi Matsui, até 09/01/2018
Processo Nº 47038.028373/2016-57 - SEYED EBAD BARADARAN GHAVAMI - até12/01/2018
Processo Nº 47038.028374/2016-00 - VINCENT JACQUES PATRICE MULON, até 31/01/2018
Processo Nº 47038.028383/2016-92 - ATSUTO YOKOI, até 15/01/2018
Processo Nº 47038.028385/2016-81 - TOMOYA TSUJI, até 26/01/2018
Processo Nº 47038.028385/2016-81 - KAYOTO TSUJI, até 26/01/2018
Processo Nº 47038.028385/2016-81 - YULA TSIJI, até 26/01/2018
Processo Nº 47038.028385/2016-81 - NÃO TSUJI, até 26/01/2018
Processo Nº 47038.028385/2016-81 - KOHEI TSUIJI, até 26/01/2018
Processo Nº 47038.028388/2016-15 - JUKKA PEKKA NISKANEN, até 04/01/2018
Processo Nº 47038.028389/2016-60 - OLAF KONZACK, até 18/01/2018
Processo Nº 47038.028417/2016-49 - CHRISTIAN FETZ, até 11/01/2018
Processo Nº 47038.028418/2016-93 - ERIK LENNART JOAKIM JOHANSSON, até 05/01/2018
Processo Nº 47038.028420/2016-62 - Jose Manuel Chapela Dominguez, até 10/01/2018
Processo Nº 47038.028424/2016-41 - NORMAN LESLIE CARTER, até 05/01/2018
Processo Nº 47038.028425/2016-95 - NESTOR CUADRADO CUADRADO, até 24/01/2018
Processo Nº 47038.028426/2016-30 - LUCIO EUCLIDES MATUTE GALLEGOS, até 19/01/2018
Processo Nº 47038.028439/2016-17 - RUNE GULLIKSEN, até 23/02/2018
Processo Nº 47038.028441/2016-88 - Tommi Einari Pajukari, até 05/01/2018
Processo Nº 47038.028443/2016-77 - VICTOR MANUEL PORRAS VEGA, até 10/01/2018
Processo Nº 47038.028445/2016-66 - YVES MICHEL ROGER CASTES, até 26/01/2018

Considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, nos moldes do art. 64, parágrafo único, do Decreto n° 86.715/81, DEFIRO a prorrogação do visto temporário-item V dos processos abaixo relacionados:

Processo Nº 46094.000062/2017-77:
Processo Nº 47038.028194/2016-10 - Luigi Araneta Deocades, até 24/11/2017
Processo Nº 47038.028268/2016-18 - Edwin Fernandez Cruz, até 27/11/2017
Processo Nº 47038.028274/2016-75 - RINISH RAJ, até 12/12/2018
Processo Nº 47038.028352/2016-31 - Roylan Luciano Magtoto, até 03/02/2018
Processo Nº 47038.028483/2016-19 - GOPHER EVASCO ESTUYE, até 29/07/2018
Processo Nº 47038.028580/2016-10 - Nor Sham Bin Azlan, até 02/02/2019
Processo Nº 47038.028581/2016-56 - Aditya Vinay Parab, até 03/02/2019
Processo Nº 47038.028582/2016-09 - Mohammad Ibrahim Bin Mod Noor, até 05/03/2019
Processo Nº 47038.028588/2016-78 - DIMITRIOS KARADIMOS, até 08/06/2018
Processo Nº 47038.000071/2017-03 - Edward Verdezola Alo, até 12/02/2017
Processo Nº 47038.000073/2017-94 - Reynato Abela Abril, até 12/02/2017
Processo Nº 47038.000080/2017-96 - Melvin Mier Maasin, até 12/02/2017
Processo Nº 47038.000082/2017-85 - Joseph Talabucon Cana, até 12/02/2017
Processo Nº 47038.000088/2017-52 - Rolly Ganuelas Andrada, até 12/02/2017
Processo Nº 47038.000090/2017-21 - Ernest Joey Moraga Brato, até 12/02/2017
Processo Nº 47038.000098/2017-98 - Dennis Laurente Lindog, até 12/02/2017
Processo Nº 47038.000099/2017-32 - Casiano Jr. Tabios Felipe, até 12/02/2017
Processo Nº 47038.000115/2017-97 - HERMOGENES FALLER LUDOVICE - até16/02/2019
Processo Nº 47038.000123/2017-33 - Utpal Kant, até 15/06/2017
Processo Nº 47038.000124/2017-88 - CHRISTO TALJAARD, até 08/01/2017
Processo Nº 47038.000131/2017-80 - Antonio Francis Noronha, até 15/06/2017
Processo Nº 47038.000187/2017-34 - JEROME JEROHAM CHARLES PETERSEN, até 12/06/2017
Processo Nº 47038.000189/2017-23 - DAMIAN MARCIN PEK, até 11/02/2019
Processo Nº 47038.000194/2017-36 - Amit Kumar, até 04/08/2017
Processo Nº 47038.000195/2017-81 - Anson Anto Kozhikadan, até 04/08/2017
Processo Nº 47038.000199/2017-69 - ALLAN DE CLARO DIMAANDAL, até 12/05/2019
Processo Nº 47038.000201/2017-08 - ANDREW MCILWRAITH, até 06/08/2018
Processo Nº 47038.000202/2017-44 - Dipender Singh, até 26/09/2017
Processo Nº 47038.000203/2017-99 - Sanit Hari Singh Chauhan, até 15/06/2017
Processo Nº 47038.000204/2017-33 - Mrinal Kanti Ghosh, até 26/09/2017
Processo Nº 47038.000205/2017-88 - Jithin Reji, até 04/08/2017
Processo Nº 47038.000206/2017-22 - Mazhar Sadiq Kazi, até 04/08/2017
Processo Nº 47038.000208/2017-11 - Nitin Balaram Khedu, até 15/06/2017
Processo Nº 47038.000212/2017-80 - Ravindra Chaurasia, até 15/06/2017
Processo Nº 47038.000213/2017-24 - Sumit Vasant Ubale, até 15/06/2017
Processo Nº 47038.000214/2017-79 - Naven Bhagwan Solanki, até 15/06/2017
Processo Nº 47038.000216/2017-68 - MIKHEEV SERGEI, até 01/02/2018
Processo Nº 47038.000218/2017-57 - ROSS ABELLA AQUINO, até 07/04/2019
Processo Nº 47038.000235/2017-94 - YEVGEN SAVARYNYUK, até 17/04/2019
Processo Nº 47038.000234/2017-40 - GERHARD THEUNISSEN, até 26/05/2019
Processo Nº 47038.028098/2016-71 - KEVIN JOSEPH GIBSON, até 23/12/2018
Processo Nº 47038.028181/2016-41 - Ryszard Stanislaw Flak, até 17/11/2017
Processo Nº 47038.028261/2016-04 - YUQI QIAN, até 28/02/2018
Processo Nº 47038.028286/2016-08 - SRECKO LEBEN - até05/01/2018
Processo Nº 47038.028367/2016-08 - JYRKI TAPIO TARKIAINEN, até 04/02/2018
Processo Nº 47038.028412/2016-16 - STEVEN WALSH, até 18/01/2018
Processo Nº 47038.028469/2016-15 - Carl Martin Petersson - até13/01/2018
Processo Nº 47038.028470/2016-40 - DAMIR STOJKOVIC, até 12/02/2018
Processo Nº 47038.028481/2016-20 - OYVIND IVERSEN, até 09/02/2018
Processo Nº 47038.028482/2016-74 - CHRISTOPHER DEAN ROURKS, até 26/01/2018
Processo Nº 47038.028531/2016-79 - RUBEN GONZALEZ GARCÍA, até 21/01/2018
Processo Nº 47038.028559/2016-14 - ARMIN WAGNER, até 17/02/2018
Processo Nº 47038.028556/2016-72 - HIROSHI MORI, até 28/02/2018
Processo Nº 47038.028592/2016-36 - WIESLAW TREDER, até 02/01/2018
Processo Nº 47038.028593/2017-61 - FAUSTO PRATICO - 1 Ano(s)
Processo Nº 47038.000001/2017-47 - GABRIEL CONDRATOV, até 28/01/2018
Processo Nº 47038.000006/2017-70 - LUCA RIFEZZA, até 06/01/2018
Processo Nº 47038.000010/2017-38 - STEFFEN TAUMEL, até 11/02/2018

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Chefe de Divisão
Substituto

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2016, Seção 1, pág. 35, para constar a correta grafia do nome do requerente:

Onde se lê: Estrangeiro: DIEWG CHEIKY IBRA Passaporte: A00261777

Leia-se: Estrangeiro: DIENG CHEIKH IBRA Passaporte: A00261777

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 27, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: VALE DA LUTA (FIGHT VALLEY, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Breaking Glass
Diretor(es): Rob Hawk
Distribuidor(es): ELITE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Ficção
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.002848/2017-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: INSUBSTITUÍVEL (França - 2015)
Produtor(es): Le Pacte
Diretor(es): Thomas Lilti
Distribuidor(es): CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000096/2017-95
Requerente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

Episódio: XOCÓ - (3º EPISÓDIO) (Brasil - 2017)
Episódio(s): 03
Título da Série: ÍNDIOS NO BRASIL
Produtor(es): Alcir Lins Carneiro Lacerda Filho
Diretor(es): Adelina Pontual/Camilo Cavalcanti
Distribuidor(es): URSO FILMES EIRELI
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000114/2017-39
Requerente: URSO FILMES EIRELI

Filme: MARCEL (Brasil - 2016)
Produtor(es): Cine8 Filmes/Loca Produções Cinematográficas e Artísticas Ltda/Camila Vieira
Diretor(es): Emanuel Sandri Orengo
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Nudez e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000118/2017-17
Requerente: EMANUEL SANDRI ORENGO

ALESSANDRA XAVIER NUNES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 193, de 27 de dezembro de 2016, Processo MJ nº 08017.001276/2016-11, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 28 de dezembro de 2016, Seção 1, página 100, na linha em que se lê: "Episódio(s): 5" leia-se "Episódio(s): 01 ao 04".

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE N° 327, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise. Ressalte-se que o início da análise decorreu de cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do agravo de instrumento nº 0061310-80.2016.4.01.000, Tribunal Regional Federal, 1ª Região - DF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto XEQUE MATE.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

GERÊNCIA GERAL DE TOXICOLOGIA - GGTOX
DEFERIMENTOS
PROCESSO
EMPRESA
CNPJ
MARCA COMERCIAL
CÓDIGO DE ASSUNTO
CLASSIFICAÇÃO
25351.270346/2015-93
IHARABRAS S.A. INDÚSTRIA QUÍMICAS
61.142.550/0001-30
XEQUE MATE
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS
CLASSE III - MEDIANAMENTE TÓXICO

RESOLUÇÃO-RE N° 328, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise. Ressalte-se que o início da análise decorreu de cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do agravo de instrumento nº 0033819-83.2016.4.01.000, Tribunal Regional Federal, 1ª Região - DF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto DINNO TÉCNICO.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

ANEXO

GERÊNCIA GERAL DE TOXICOLOGIA - GGTOX
INDEFERIMENTOS
PROCESSO
EMPRESA
CNPJ
MARCA COMERCIAL
CÓDIGO DE ASSUNTO
25351.472369/2010-53
IHARABRAS S.A. INDÚSTRIA QUÍMICAS
61.142.550/0001-30
DINNO TECNICO
5003 - PRODUTO TÉCNICO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 323, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, II e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 28 de março de 2014;

considerando a RE nº 2.347, de 17 de agosto de 2015; resolve:

Art. 1º Fica reconhecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para realização de Auditorias Regulatórias em estabelecimentos fabris de produtos para saúde, o seguinte Organismo Auditor:

Nome da empresa: Intertek Testing Services NA Inc.	Número de identificação DUNS: 82-703-2272
Endereço: 70 Codman Hill Rd., Boxborough MA 01719 - Estados Unidos da América	
Nº do Processo: 25.351.801.548/2016-82	

Art. 2° O Organismo Auditor reconhecido deve assegurar livre acesso aos técnicos da Anvisa às suas dependências, documentos e registros para realização de avaliações, quando assim for necessário, para averiguar a devida observância aos requisitos regulatórios aplicáveis ao escopo de sua atuação.

Art. 3° Este reconhecimento é condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Programa MDSAP e tem validade até 31de dezembro de 2020, podendo ser revogado ou renovado a critério da Anvisa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 324, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, II e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 28 de março de 2014;

considerando a RE nº 2.347, de 17 de agosto de 2015; resolve:

Art. 1º Fica reconhecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para realização de Auditorias Regulatórias em estabelecimentos fabris de produtos para saúde, o seguinte Organismo Auditor:

Nome da empresa: TUV SUD America Inc.	Número de identificação DUNS: 36-295-0388
Endereço: 10 Centennial Drive, Peabody, MA - Estados Unidos da América	
Nº do Processo: 25.351.582.500/2015-10	

Art. 2° O Organismo Auditor reconhecido deve assegurar livre acesso aos técnicos da Anvisa às suas dependências, documentos e registros para realização de avaliações, quando assim for necessário, para averiguar a devida observância aos requisitos regulatórios aplicáveis ao escopo de sua atuação.

Art. 3° Este reconhecimento é condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Programa MDSAP e tem validade até 31de dezembro de 2020, podendo ser revogado ou renovado a critério da Anvisa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 325, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando os art. 6º e 7º da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999 e a Resolução RDC nº 16, de 28 de março de 2013;

considerando, ainda, a conclusão do relatório de inspeção internacional insatisfatório para a empresa Graftys Sarl fabricante dos produtos Graftys HBS e Graftys BCP, importados pela empresa LAS-Latim America Solutions Imp. E Exp. Ltda, considerando que a maioria das não conformidades encontradas estão relacionadas diretamente com os produtos fabricados, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso dos produtos Graftys HBS e Graftys BCP, importados pela empresa LAS-Latim America Solutions Imp. E Exp. Ltda, CNPJ 09.183.319/0001-74, localizada na Rua Caramuru, 346 - Praça da Árvore, São Paulo - SP.

Art. 2º Determinar, ainda, que a empresa realize o recolhimento dos produtos citados no artigo 1º em todo o território nacional.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 326, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação/divulgação/comercialização do produto saneante sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa ALFALIMP - DETERGENTE INSTANTÂNEO FLÚOR HF ORIGINAL, pela empresa WNS Industria LTDA, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto saneante ALFALIMP - DETERGENTE INSTANTÂNEO FLÚOR HF ORIGINAL, fabricados pela empresa WNS Industria LTDA, (CNPJ desconhecido), localizada supostamente no Estado do Rio de Janeiro em local incerto.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DO COORDENADOR
Em 7 de fevereiro de 2017

Nº 8 - O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: AILTON LEVY TRAJANO - ME CNPJ/CPF: 13.908.900/0001-83

25351.621724/2012-13 - AIS:0893120/12-8 - GFIMP/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72

25759.478246/2010-00 - AIS:628240/10-7 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72

25759.478265/2010-14 - AIS:628268/10-7 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25759.478224/2010-18 - AIS:628199/10-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.478187/2010-95 - AIS:628149/10-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.453280/2010-20 - AIS:593974/10-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.449310/2010-15 - AIS:588636/10-8 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.478300/2010-76 - AIS:628331/10-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: MUNIZ AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 05.550.754/0001-39
25745.087860/2013-26 - AIS:0124774/13-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: ADELSON FRANCISCO SILVA DA PUREZA JUNIOR CNPJ/CPF: 975.300.691-87
25351.504528/2014-41 - AIS:0703397/14-4 - GGTOX/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 1.200,00 (HUM MIL E DUZENTOS REAIS)
AUTUADO: AEROLINEAS ARGENTINAS S/A CNPJ/CPF: 33.605.239/0003-06
25751.598528/2009-79 - AIS:778293/09-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: BOMBOCADO COMÉRCIO DE SALGADOS LTDA. CNPJ/CPF: 33.493.222/0001-42
25351.579587/2013-07 - AIS:0829784/13-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A CNPJ/CPF: 42.487.991/0006-33
25752.310219/2010-96 - AIS:405174/10-2 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: GULFMARK SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 40.180.812/0001-80
25752.580472/2010-28 - AIS:765716/10-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.445861/2010-87 - AIS:584188/10-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.433748/2010-38 - AIS:567747/10-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.449287/2010-27 - AIS:588604/10-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.445870/2010-70 - AIS:584202/10-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.478288/2010-29 - AIS:628305/10-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: LABORDE SERVIÇOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 04.364.144/0001-88
25752.299431/2010-79 - AIS:391544/10-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: LABORDE SERVIÇOS MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 04.364.144/0001-88
25752.054702/2010-70 - AIS:073131/10-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 10.291.723/0001-40
25757.120642/2012-11 - AIS:0173249/12-8 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARITIMOS S/A CNPJ/CPF: 33.112.152/0010-26
25752.304389/2010-32 - AIS:397908/10-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: VRG LINHAS AEREAS S.A. CNPJ/CPF: 07.575.651/0034-17
25750.754760/2014-88 - AIS:1110791/14-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)
AUTUADO: PRENTISS QUIMICA LTDA CNPJ/CPF: 00.729.422/0001-00
25351.306282/2013-34 - AIS:0429991/13-4 - GGTOX/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: ORTOPEDICA CATARINENSE LTDA CNPJ/CPF: 75.539.502/0001-94
25759.077505/2010-28 - AIS:101953/10-8 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: JORGE SIEF CNPJ/CPF: 299.022.827-68
25757.077846/2011-75 - AIS:107619/11-1 - CORJU/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.202, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004897/2016-10. Interessado: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, consumidores, agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica. Objeto: Homologa as cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2017 e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 757, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Altera o Submódulo 7.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da Estrutura Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, art 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, art 1º do Decreto nº 4.562, de 31 de dezembro de 2002, art 2º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.004897/2016-10, e considerando as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 090/2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a Revisão 2.1 do Submódulo 7.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET que trata da Estrutura Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica.

Art. 2º O Submódulo de que trata o art. 1º está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulos I e J - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/procedimentos-de-regulacao-tarifaria-proret.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 31 de janeiro de 2017

Nº 267 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001040/2016-30, decide: (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso interposto pelo consumidor Fabio Augusto Leandro, unidade consumidora: nº 17016161; (ii) manter a decisão exarada pela AGER, permitindo que a Energisa Mato Grosso - EMT efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 5.532 kWh, correspondente ao período de 16 de agosto de 2011 a 25 de julho de 2013, já deduzidos os consumos faturados, com base no inciso III do art. 130 da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, utilizando a tarifa em vigor na data de emissão da fatura, considerando-se a ocorrência de cada bandeira durante o período irregular e o desconto tarifário a que o consumidor tiver direito, mantendo-se a possibilidade de a concessionária cobrar o custo administrativo adicional, nos termos do art. 131 da referida Resolução; e (iii) determinar que essa decisão deve ser cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de janeiro de 2017

Nº 28 Processo nº 48500.002394/2008-91. Interessado: Watermark Engenharia e Sistemas Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Conte D'Eu, com 8.200 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.RJ.037274-9.01, localizada no rio Paquequer, integrante da sub-bacia 58, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Sumidouro, no estado do Rio de Janeiro. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 32 Processo nº 48500.002546/2015-85. Interessado: Energebrasil Hidrelétrica Ltda Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Santa Cruz, com 11.200 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.032722-0.01, localizada no rio Curisevo, integrante da sub-bacia 18, na bacia hidrográfica do Rio Amazonas, no estado de Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 3 de fevereiro de 2017

Nº 322 Processo nº 48500.006034/2008-69. Interessado: Santana Energética S/A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Santana 3A, com 29.600 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.RS.037373-7.01, localizada no rio Santana, sub-bacia 70, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, nos municípios de Bom Jesus e Vacaria, estado de Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 6 de fevereiro de 2017

Nº 326 Processo nº 48500.002665/2006-94. Interessado: Alupar Investimentos S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Cutia Alto, com 29.716 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.037339-7.01, localizada no rio Tijuco, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Ituiutaba e Canápolis, no estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 328 Processo nº 48500.002550/2006-72. Interessado: Alupar Investimentos S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Cruz Velha, com 28.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.037374-5.01, localizada no rio Tijuco, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Prata e Monte Alegre de Minas, no estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 329 Processo nº 48500.004663/2008-54. Interessado: Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da Pequena Central Hidrelétrica Peralta, com 14.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MS.037375-3.01, localizada no rio Coxim, integrante da sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de São Gabriel do Oeste e Camapuã, estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 330 Processos nº 48500.005623/2014-78 e 48500.000254/2015-16. Interessados: Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e Alupar Investimento S.A. Decisão: (i) hierarquizar em primeiro lugar como interessado na implantação e exploração da PCH COR 188, CEG PCH.PH.GO.035597-6.01, Optigera S.A. e VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e (ii) revogar o Despacho nº 320, de 10 de fevereiro de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 331 Processo nº 48500.005623/2014-78. Interessado: OPTIGERA S.A. e VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH COR 188, com 20.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.035597-6.01, localizada no rio Corumbá, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do rio Paraná, nos municípios de Ipameri e Orizona, estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 336 Processo nº 48500.002516/2015-79. Interessado: ECOZ - Empreendimentos Imobiliários Ltda Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Santa Maria, com 5.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.033863-0.01, localizada no rio Andrada, integrante da sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Cascavel, estado do Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de fevereiro de 2017

Nº 357. Processo nº: 48500.000352/2013-83. Interessada: Mineração Paragominas S.A. Decisão: conhecer do recurso administrativo contra a decisão contida no Despacho nº 3.283/2016, para, no mérito, negar-lhe provimento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ADILSON SINCOTTO RUFATO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de fevereiro de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início da operação em teste a partir de 8 de fevereiro de 2017.

Nº 360. Processo nº 48500.005024/2014-54. Interessado: Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de Santo Augusto I. Unidade Geradora: UG7 e UG8, de 2.300 kW cada, totalizando 4.600 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Simões, Estado do Piauí.

Nº 361. Processo nº 48500.004259/2015-18. Interessado: Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de São Virgílio 02. Unidade Geradora: UG9 e UG10, de 2.300 kW cada, totalizando 4.600 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Simões, Estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 2 de fevereiro de 2017

Nº 316 .Processo nº 48500.006002/2016-73. Interessadas: Ampla Energia e Serviços S.A., Companhia Energética do Ceará S.A. - Coelce, Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, Companhia de Interconexão Energética - CIEN e Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF. Decisão: anuir ao pedido para cessão de licença de uso ORACLE e prestação de serviços de suporte e manutenção entre empresas interessadas e a Enel Iberoamérica, SRLU, no valor de € 958.681,57 (novecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e um e cinquenta e sete centavos de euros), câmbio contrato €/R$ = 4,12, e prazo até 31 de dezembro de 2017. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 3 de fevereiro de 2017

Nº 317. Processo nº: 48500.000760/2017-69. Interessados: Concessionárias do serviço público de energia elétrica obrigadas ao recolhimento dos juros sobre o Fundo de Reversão. Decisão: (i) fixar para as concessionárias do serviço públicos de energia elétrica conforme ANEXO disponível na página da ANEEL na Internet, os valores correspondentes aos juros sobre o Fundo de Reversão, registrados na conta 221.92.1 - Reserva para Reversão e para Amortização - Reversão, aplicados em sistemas elétricos, relativos à competência do exercício de 2017; (ii) estabelecer que o recolhimento das parcelas mensais dos juros iniciar-se-á a partir de 15 de fevereiro de 2017, de acordo com os boletos bancários emitidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, na condição de gestora dos recursos da RGR; (iii) Os boletos bancários referidos no item anterior passarão a ser emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a partir de 15 de maio de 2017, nos termos do § 10 do art. 4º da 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016; e (iv) este Despacho entra em vigor na data de sua publicação. A íntegra deste Despacho e seu anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 324. Processo nº: 48500.001280/2012-19. Interessado: Cemig Distribuição S.A. Decisão: conhecer do recurso interposto CEMIG-D, em face do Auto de Infração nº 014/2014-SFF, de 19 de agosto de 2014, e, no mérito, reconsiderar parcialmente, reduzindo a multa total para R$ 2.628.061,66 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), pela revisão da base de cálculo das Não Conformidades NC 12, 16, 17, 18, 19 e 20, cancelamento das NC 6, 10 e 14; e aplicação de advertência para as NC 1, 3, 5, 7, 9 e 11. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 6 de fevereiro de 2017

Nº 332. Processo nº 48500.000093/2017-14. Interessadas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. e Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. Decisão: Anuir ao pleito das Interessadas para a celebração de contrato de prestação de serviços com sua parte relacionada Energisa Soluções S.A., no valor global de R$ 13.662.050,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil e cinquenta reais), pelo prazo de 60 (sessenta) meses. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de fevereiro de 2017

Nº 333. Processo nº 48500.000263/2016-80. Interessados: Caramuru Alimentos S.A. e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS Decisão: publicar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB aplicável à UTE Caramuru para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Nº 334. Processo nº 48500.000263/2016-80. Interessados: COPEL Distribuição S.A. - COPEL-D e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS Decisão: publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB e de Fronteira - TUST-FR aplicáveis à COPEL-D, nos pontos de conexão das subestações Capivara 138 kV e Salto Grande 88 kV, para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Nº 335.Processo nº 48500.000263/2016-80. Interessados: Rio Grande Energia S.A. - RGE e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS Decisão: publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB e de Fronteira - TUST-FR aplicáveis à RGE, no ponto de conexão da subestação Jacuí 138 kV, para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.
A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

DAVI ANTUNES LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 7 de fevereiro de 2017

Nº 103 - SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto no artigo 9º, da Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, publicada em 14 de abril de 2014, concede a transferência do(s) registro(s) dos produtos abaixo listados, em nome da empresa WG BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME, CNPJ nº 12.455.474/0001-07, para a empresa ADVANCE - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. EPP, CNPJ nº 11.717.112/0001-84.

Produto	Número de registro
ABRO SUPER RED LITHIUM GREASE	4096
ABRO HEAVY - DUTY LITHIUM GREASE	4097
ABRO MULTI - PURPOSE GREASE	4098
ABRO WHITE LITHIUM GREASE	4099
ABRO CV JOINT GREASE	4100
ABRO HEAVY - DUTY SUPER BLUE LITHIUM GREASE	4101
ABRO SYNTHETIC LITHIUM GREASE	4102
ABRO SUPER HEAVY - DUTY GREASE	4104
ABRO SILICONE SPRAY LUBRICANT	4106
ABRO CHAIN LUBE	4108

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO N° 45, DE 7 DE FEVEREIRO 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto no §6°, art. 40 da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2015, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004836/2015-16, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica republicada a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa juridica (AEA) para a Liderpetro Distribuidora de Petróleo Ltda, inscrita no CNPJ n.º 01.083.568/0001-86, situada na AV. Aldo Borges Leão, n° 4911- Morada Nova - UBERLÂNDIA/MG - CEP:38412-739 .

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 2/2017AL

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
854/2017-844.127/2014-EMPREENDIMENTOS LITORAL NORTE LTDA ME-

RELAÇÃO Nº 7/2017SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
811/2017-815.827/2016-FAZENDA ITAPEVA LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
812/2017-815.517/2016-JOSE SEVERIANO DA SILVA-
813/2017-815.539/2016-LEANDRO VILMAR BARREIROS-
814/2017-815.806/2016-JOSÉ ALÍRIO GESSER-
815/2017-815.810/2016-LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME-
816/2017-815.823/2016-ABECKER INCORPORAÇÕES LTDA-
817/2017-815.846/2016-KLABIN SA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
818/2017-815.730/2016-MALWEE MALHAS LTDA-
819/2017-815.747/2016-MINÉRIOS AZAMBUJA LTDA-
820/2017-815.798/2016-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-
821/2017-815.800/2016-AREAL PRATA LTDA ME-
822/2017-815.819/2016-GENEBRA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA-
823/2017-815.821/2016-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-
824/2017-815.822/2016-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA-
825/2017-815.824/2016-CERÂMICA PRINCESA IND. E COM. LTDA.-
826/2017-815.825/2016-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-
827/2017-815.826/2016-MARIA MADALENA HOEPERS FIGUEIREDO SILVA-
828/2017-815.829/2016-AREAL PRATA LTDA ME-
829/2017-815.830/2016-AREAL PRATA LTDA ME-
830/2017-815.832/2016-SILVIA PATZSCH VIEIRA-
831/2017-815.835/2016-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-
832/2017-815.837/2016-LAGOA CORTADA URBANIZADORA LTDA ME-
833/2017-815.850/2016-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-
834/2017-815.854/2016-INDUGRAMAR LTDA EPP-
835/2017-815.865/2016-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-

RELAÇÃO Nº 8/2017TO

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

836/2017-864.110/2015-PROSPECTUS DO BRASIL MINERAÇÃO E GEOLOGIA-
837/2017-864.128/2015-GALVÃO ENGENHARIA S A-
838/2017-864.129/2015-FLORÊNCIO FILHO DA SILVA MOURA-
839/2017-864.143/2015-FAMA MINERAÇÃO LTDA.-
840/2017-864.157/2015-CELMO GERALDO AMORIM-
841/2017-864.325/2016-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
842/2017-864.126/2013-AGROPECUÁRIA E MINERAÇÃO SOL NASCENTE LTDA-
843/2017-864.127/2013-AGROPECUÁRIA E MINERAÇÃO SOL NASCENTE LTDA-
844/2017-864.142/2014-MARCOS ROBERTO CRISPIM PEREIRA-
845/2017-864.102/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
846/2017-864.139/2015-ROGERIO MENDES MARGARIDA-
847/2017-864.142/2015-POSTO NERÓPOLIS LTDA-
848/2017-864.045/2016-R DE S PEREIRA-

RELAÇÃO Nº 13/2017MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
849/2017-868.335/2016-ITA RENDÁ MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP-
850/2017-868.339/2016-JOELSON GALDINO VIEIRA JUNIOR - EPP-
851/2017-868.341/2016-PAULO SERGIO DIAS EIRELI EPP-
852/2017-868.346/2016-JOSE CARLOS DA ROCHA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
853/2017-868.342/2016-PAULO SERGIO DIAS EIRELI EPP-

RELAÇÃO Nº 16/2017GO

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
793/2017-861.131/2015-ELTON DE ALMEIDA-
794/2017-861.362/2015-RAFAEL SERAFIM LOPES-
795/2017-860.293/2016-NELSON ZENE JÚNIOR-
796/2017-860.294/2016-NELSON ZENE JÚNIOR-
797/2017-861.167/2016-UNION MINERAÇÃO EIRELI ME-
798/2017-861.330/2016-TRINDADE MINERAÇÃO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
799/2017-860.111/2016-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-
800/2017-860.461/2016-DERCI MARTINS ROSA-
801/2017-860.551/2016-ALTO COLLINA MINERADORA LTDA.-
802/2017-860.575/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
803/2017-860.604/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
804/2017-860.619/2016-TIAGO LEANDRO FERRARI-
805/2017-860.620/2016-TIAGO LEANDRO FERRARI-
806/2017-860.710/2016-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
807/2017-860.381/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
808/2017-860.386/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
809/2017-860.391/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
810/2017-861.495/2016-SYDNEI BATISTA SOUZA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 3/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.265/2011-ASM MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA-OF. N°0062/2017
880.266/2011-ASM MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE METAIS LTDA-OF. N°0063/2017
880.243/2012-MÁRCIO DANTAS TEIXEIRA-OF. N°0046/2017
880.258/2012-MAURO FERREIRA PINTO JUNIOR-OF. N°0045/2017
880.259/2012-MAURO FERREIRA PINTO JUNIOR-OF. N°0045/2017
880.260/2012-MAURO FERREIRA PINTO JUNIOR-OF. N°0045/2017
880.280/2012-COSIGO FRONTEIRA, PROSPECCAO, PESQUISA E EXTRACAO MINERAL LTDA.-OF. N°0047/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
880.293/2008-BRASIL MINERIO MINERAÇÃO SULTAN AYTHEE LTDA.- AI N°013/2017-DNPM/AM
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
880.293/2008-BRASIL MINERIO MINERAÇÃO SULTAN AYTHEE LTDA.
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
880.293/2008-BRASIL MINERIO MINERAÇÃO SULTAN AYTHEE LTDA.- Área de 9.966,09 para 105,36-Cassiterita, Minério de Nióbio, Minério de Tântalo e Minério de Titânio
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
880.507/2008-POTÁSSIO DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°13.916/2011
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
880.356/2011-AUROBRÁS MINERAÇÃO S A-AI N°377/2016
880.357/2011-AUROBRÁS MINERAÇÃO S A-AI N°376/2016
880.358/2011-AUROBRÁS MINERAÇÃO S A-AI N°375/2016
880.359/2011-AUROBRÁS MINERAÇÃO S A-AI N°374/2016
880.098/2012-AUROBRÁS MINERAÇÃO S A-AI N°378/2016
880.284/2013-PANGEA ENGENHARIA LTDA-AI N°361/2016
880.285/2013-PANGEA ENGENHARIA LTDA-AI N°360/2016
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
880.198/2010-RONIVON LOPES DOS SANTOS- Substância Aprovada:MINÉRIO DE OURO
300.731/2016-AMAZÔNIA MUCAJAÍ MINERAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:GRANITO, RIÓLITO E SAIBRO
300.732/2016-AMAZÔNIA MUCAJAÍ MINERAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:GRANITO, RIÓLITO E SAIBRO
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
880.090/2010-AGAMENON DO NASCIMENTO SILVA-AI N°373/2016
880.255/2011-AGAMENON DO NASCIMENTO SILVA- AI N°372/2016
880.256/2011-AGAMENON DO NASCIMENTO SILVA- AI N°371/2016
880.257/2011-AGAMENON DO NASCIMENTO SILVA- AI N°370/2016
880.258/2011-AGAMENON DO NASCIMENTO SILVA- AI N°369/2016
880.259/2011-AGAMENON DO NASCIMENTO SILVA- AI N°368/2016
880.404/2011-JWS COMÉRCIO DE AREIA LTDA- AI N°363/2016
880.283/2013-PANGEA ENGENHARIA LTDA- AI N°362/2016
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
880.098/2002-AMAZON INDUSTRIA DE GELO E BEBIDAS LTDA- FONTE AMAZON-02, MARCA ÁGUACRIM, EM EMBALAGENS DE 200ml (sem gás); 200ml Habib´s (sem gás); 200ml Atlântica Hotels internacional (sem gás); 350ml (sem gás); 350ml (com gás); 500ml (sem gás); 500ml (com gás); 1,5L (sem gás) e 20L (sem gás).- MANAUS/AM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.370/2010-L. C MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:23/2011 - Vencimento em 16/11/2017
880.053/2015-WILTOMAR DA COSTA TRAVESSA- Registro de Licença N°:12/2015 - Vencimento em 24/11/2020
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
880.144/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.145/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.146/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.147/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.148/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.149/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.150/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.151/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.152/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.153/2013-LUIZ GONZAGA PINTO
880.160/2014-PAULO VIRGÍLIO MOREIRA MONTEIRO
880.161/2014-GERALDO EDUARDO CARDOSO RODRIGUES
880.162/2014-GERALDO EDUARDO CARDOSO RODRIGUES
880.163/2014-PAULO VIRGÍLIO MOREIRA MONTEIRO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
880.019/2009-CENTRAL DE ENERGIA E TRATAMENTO DE RESÍDUO DA AMAZÔNIA LTDA

RELAÇÃO Nº 4/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Cemopar Cerâmica Moderna de Parintins Ind e COM. Ltda Cpf/cnpj :04.015.210/0001-04 - Processo minerário: 880071/00 - Processo de cobrança: 980001/17 Valor: R$.11.980,98
Titular: Cerâmica Fabrício Ltda Cpf/cnpj :01.179.816/0001-97 - Processo minerário: 881416/94 - Processo de cobrança: 980010/17 Valor: R$.1.972,41
Titular: Geonorte Geologia do Norte Ltda Cpf/cnpj :05.959.956/0001-39 - Processo minerário: 880063/06 - Processo de cobrança: 980003/17 Valor: R$.7.216,33
Titular: Indústria e Comércio de Cerâmica Santo André Ltda Cpf/cnpj :22.792.576/0001-71 - Processo minerário: 880088/90 - Processo de cobrança: 980016/17 Valor: R$.1.521,91, Processo minerário: 880063/00 - Processo de cobrança: 980017/17 Valor: R$.3.186,39
Titular: Ita Mineração LTDA. Cpf/cnpj :01.851.762/0001-64 - Processo minerário: 880037/03 - Processo de cobrança: 980005/17 Valor: R$.1.576,18
Titular: Jose Eduardo Martins Cpf/cnpj :043.229.322-15 - Processo minerário: 880245/97 - Processo de cobrança: 980020/17 Valor: R$.979,23
Titular: Madereira São José Material de Construção Ltda Cpf/cnpj :05.800.300/0001-79 - Processo minerário: 880087/07 - Processo de cobrança: 980014/17 Valor: R$.1.463,93
Titular: Mamoud Amed Neto Cpf/cnpj :407.115.522-15 - Processo minerário: 880040/01 - Processo de cobrança: 980006/17 Valor: R$.770,19, Processo minerário: 880039/01 - Processo de cobrança: 980007/17 Valor: R$.770,19
Titular: Mercês Indústria e Comércio de Pedras Ltda Cpf/cnpj :15.797.863/0001-09 - Processo minerário: 880004/03 - Processo de cobrança: 980018/17 Valor: R$.995,73
Titular: Michael de Souza Bentes Cpf/cnpj :436.500.402-63 - Processo minerário: 880140/04 - Processo de cobrança: 980015/17 Valor: R$.42,57
Titular: Nóvoa Cerâmica e Construção LTDA. Cpf/cnpj :04.563.821/0002-78 - Processo minerário: 880534/89 - Processo de cobrança: 980019/17 Valor: R$.9.221,89
Titular: Petro Henrique Dos Santos Cpf/cnpj :105.969.414-04 - Processo minerário: 880074/99 - Processo de cobrança: 980012/17 Valor: R$.316,73
Titular: Robert Handson Silva Maia Cpf/cnpj :493.855.692-87 - Processo minerário: 880103/02 - Processo de cobrança: 980009/17 Valor: R$.708,90
Titular: Tibiriça Industria e Comercio Ltda Cpf/cnpj :05.427.190/0001-41 - Processo minerário: 880072/05 - Processo de cobrança: 980011/17 Valor: R$.755,66

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 17/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
861.383/2016-BASILIO ANTÔNIO CAMPANHOLO
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
861.335/2016-RONEY QUEIROZ DE MATOS
861.375/2016-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.
861.446/2016-MARIA APARECIDA PEIXOTO DOS SANTOS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
861.335/2014-PATRÍCIA CARLA TEIXEIRA LIMA-OF. N°15/2017
861.246/2015-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°16/2017
860.276/2016-ELIAS ALVES CAETANO-OF. N°39/2017
861.250/2016-MINERAÇÃO PEDRAS MIL LTDA ME-OF. N°17/02017
861.251/2016-MINERAÇÃO PEDRAS MIL LTDA ME-OF. N°17/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
861.530/2014-HÉLIO PIRES DA SILVA-Registro de Licença N°002/2017 de 18/01/2017-Vencimento em 31/12/2017
860.546/2016-T. DE P. JAYME QUARTZ MINERAÇÃO E AREIAS ME-Registro de Licença N°003/2017 de 18/01/2017-Vencimento em 03/03/2020

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

861.197/2016-JUNIOR VIEIRA DE PAIVA-Registro de Licença N°001/2017 de 17/01/2017-Vencimento em 25/01/2018

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

860.449/2016-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO-OF. N°41/2017

861.166/2016-LEANDRO ALVES PARACATU ME-OF. N°1424/2016

861.221/2016-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°36/2017

861.222/2016-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°36/2017

861.223/2016-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°36/2017

861.224/2016-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°36/2017

861.294/2016-VALDEVAM PEREIRA DE ALMEIDA-OF. N°37/2017

861.337/2016-MINERACAO BRANDAO LTDA-OF. N°38/2017

861.371/2016-JCA INCORPORADORA E CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA ME-OF. N°48/2017

861.402/2016-AGRO PECUÁRIA RIO PARAÍSO LTDA-OF. N°49/2017

861.406/2016-AGROPECUÁRIA PALMA LTDA-OF. N°50/2017

RELAÇÃO Nº 18/2017

CONCESSÃO DE LAVRA

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que a apresentação do(s) recurso(s) administrativo(s) ocorreu fora do prazo legal; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (5.49)

Processo de Cobrança nº 960.398/2016 Notificado: Mistel Min. Santa Terezinha Ltda.

CNPJ/CPF: 19.635.242/0001-80 NFLDP n.º 88/2016 - DNPM/GO

Valor: R$ 157.151,73 Decisão n.º 001/2017 - SUPRIN/DNPM/GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 78/2016

Fica o abaixo relacionado ciente de que o recurso hierárquico interposto em face de defesa administrativa apresentada contra a Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento nº 01/2009 foi conhecido e no mérito não provido, através do PARECER TÉCNICO Nº 075/2016-DIPAR/SEDE-ERS, aprovado por Despacho do Diretor Geral do DNPM, restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado relativo à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência desta comunicação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 906.238/2009;

Notificado: INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA;

CNPJ: 00.048.785/0001-72

NFLDP nº: 01/2010;

Valor atualizado R$ 220.916,00. (Duzentos e vinte mil, novecentos e dezesseis reais).

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 16/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Adeilso Alves Porto - 850961/11
Ademar Diefenthaeler - 850214/15
Aguinaldo Chaves Alves - 850250/15
Alan Lima Alves - 850162/15
Alexandre Xavier de Oliveira - 850285/14
Allmining Mineração Ltda me - 850640/15
Antônio Claudio Pereira da Costa - 850262/15
Antonio de Sousa Pereira - 850345/15
Antonio Veriano Tralde - 850625/15
Araguaia e Tocantins Mineração Ltda - 851605/13
Augusto Celio Costa Lobato - 850151/15
Beraca Agropecuária LTDA. - 850728/15
Biochin Importadora e Exportadora LTDA. - 851133/11
Cal Reis Comércio de Calcário e Derivados Ltda - 850479/15
Castro & Castro Comércio Ltda me - 850530/15
Cooperativa de Desenvolvimento Mineral Dos Garimpeiros de Serra Pelada - 850504/11
Cosme de Souza Carneiro - 850294/12
Cypriano Sabino de Oliveira - 850839/09, 850840/09, 850841/09, 850842/09
Darlene Gomes Pedro - 851883/13, 851884/13, 851885/13, 851886/13
Dimorvan Pitol Buffon me - 850485/15, 850486/15
Dorvando Domingos de Siqueira - 850099/11
Elias Francisco Araujo Sabat - 850469/15, 850470/15
Florest Vale Agroindustrial Imp & Exp Ltda Epp - 851596/11
gb Locadora e Equipamentos Construções Ltda - 850057/14, 851108/14
Gilberto de Nadal - 850395/15
Jari Produtos e Materiais de Mineração S.A. - 850462/05
Jesiel Maciel Gomes - 850734/15
José Araujo Moraes - 850401/14
Junior Martins Siqueira - 850472/15
Lrp Dos Santos Transportes ,comercio & Locação de Veiculos me - 850140/15
m a Pereira Mineraçao - 850725/15
m Rocha Oliveira Minerais me - 850271/15
m. de A.delgado Ltda Epp - 850105/16
Messias Rodrigues Costa - 850419/15, 851761/11
Mineração z Dantas-comércio, Transporte e Agropecuária Ltda-me - 850108/15
Nivaldo Monteiro - 850122/15, 850136/15
Noesio Peres da Costa - 851118/08
Pedro & Viana Ltda Epp - 851553/13, 850133/15
Pedro Pacheco Dos Santos Lima Neto - 850611/04
Promasa Produtos de Madeira da Amazônia LTDA. - 851226/11
Raimundo Soares de Lima - 850741/15
Roberta do Socorro Gonçalves Costa - 850120/15
Rui Cezar Gouvea Engelbert - 850522/15
Silvio Luiz Manfroi - 850353/15
Valfredo Pereira Marques Junior - 850091/15
Vanderlei Barroso Dos Santos - 850156/15
Wesley Oliveira da Silva - 850254/15
Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851289/13

RELAÇÃO Nº 17/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Caetano Correia Brito - 851384/12 - Not.35/2017 - R$ 3.503,47
Francisco Rodrigues Correa - 850976/12 - Not.31/2017 - R$ 2.180,21
Gonçalo Ferreira Lima Neto - 850452/13 - Not.39/2017 - R$ 32.989,79
Helio Martins Cunha - 851956/13 - Not.53/2017 - R$ 2.476,77
João Edson Becali - 851162/13 - Not.49/2017 - R$ 27.889,26
Julio Cesar Rosilho - 851066/13 - Not.45/2017 - R$ 33.407,69, 851067/13 - Not.47/2017 - R$ 24.650,36
Maria de Lourdes Andreatta Estorari - 850563/12 - Not.27/2017 - R$ 26.407,35
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850885/13 - Not.43/2017 - R$ 3.109,30
Mineração Vale da Serra Ltda - 851271/12 - Not.33/2017 - R$ 32.299,21
Mineradora Bene Correia Ltda - 850549/13 - Not.41/2017 - R$ 6.082,61, 850525/13 - Not.37/2017 - R$ 18.742,65
Otacilio Rodrigues Rocha - 850655/12 - Not.29/2017 - R$ 32.511,83
Rafael Luis Carrard - 850504/15 - Not.55/2017 - R$ 16.228,74
Silvio Francisco de Souza - 851474/13 - Not.51/2017 - R$ 19.599,68

RELAÇÃO Nº 18/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Adeilso Alves Porto - 850961/11 - Not.19/2017 - R$ 350,23
Biochin Importadora e Exportadora LTDA. - 851133/11 - Not.18/2017 - R$ 350,23
Caetano Correia Brito - 851384/12 - Not.36/2017 - R$ 3.358,34
Castro & Castro Comércio Ltda me - 850530/15 - Not.24/2017 - R$ 351,25
Florest Vale Agroindustrial Imp & Exp Ltda Epp - 851596/11 - Not.17/2017 - R$ 350,23
Francisco Rodrigues Correa - 850976/12 - Not.32/2017 - R$ 3.387,55
gb Locadora e Equipamentos Construções Ltda - 850057/14 - Not.23/2017 - R$ 350,36
Gonçalo Ferreira Lima Neto - 850452/13 - Not.40/2017 - R$ 3.387,55
Helio Martins Cunha - 851956/13 - Not.54/2017 - R$ 3.358,34
Jari Produtos e Materiais de Mineração S.A. - 850462/05 - Not.15/2017 - R$ 350,23
João Edson Becali - 851162/13 - Not.50/2017 - R$ 3.358,34
Julio Cesar Rosilho - 851066/13 - Not.46/2017 - R$ 3.358,34, 851067/13 - Not.48/2017 - R$ 3.358,34
Lrp Dos Santos Transportes ,comercio & Locação de Veiculos me - 850140/15 - Not.26/2017 - R$ 351,25
Maria de Lourdes Andreatta Estorari - 850563/12 - Not.28/2017 - R$ 3.387,55
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850885/13 - Not.44/2017 - R$ 3.358,34
Mineração Vale da Serra Ltda - 851271/12 - Not.34/2017 - R$ 3.358,34
Mineradora Bene Correia Ltda - 850525/13 - Not.38/2017 - R$ 3.326,24, 850549/13 - Not.42/2017 - R$ 3.326,24
Noesio Peres da Costa - 851118/08 - Not.16/2017 - R$ 350,23
Otacilio Rodrigues Rocha - 850655/12 - Not.30/2017 - R$ 3.358,34
Pedro Pacheco Dos Santos Lima Neto - 850611/04 - Not.14/2017 - R$ 350,23
Rafael Luis Carrard - 850504/15 - Not.56/2017 - R$ 3.358,34
Silvio Francisco de Souza - 851474/13 - Not.52/2017 - R$ 3.358,34
Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851289/13 - Not.22/2017 - R$ 351,25

RELAÇÃO Nº 19/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

f. m. a. Araújo me - 850570/10 - Not.21/2017 - R$ 937,19

RELAÇÃO Nº 20/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: f. m. a. Araújo me Cpf/cnpj :03.248.734/0001-82 - Processo minerário: 850570/10 - Processo de cobrança: 950050/17 Valor: R$.7.750,86

RELAÇÃO Nº 174/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Alvaro Luis Gomes Ferreira - 850317/15
Antonio Miguel Siruge - 850305/16
Antonio Veriano Tralde - 850625/15
Araguaia e Tocantins Mineração Ltda - 851605/13
José Ilderglan de Souza Barbosa - 850054/16, 850313/16, 850055/16, 850057/16, 850056/16
José Nojosa Viana Epp - 850044/16
m. de A.delgado Ltda Epp - 850105/16
Recursos Minerais do Brasil S.a - 850008/14

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 3/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Helder Pinheiro Teles de Vasconcelos - 803094/14

RELAÇÃO Nº 5/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)

803.004/2017-ESPIRITO SANTO MINERACAO E EXPORTACAO LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

803.249/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.413/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.506/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.513/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.519/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.525/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

803.300/2007-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-FRONTEIRAS/PI - Guia n° 1/2017-6.240toneladas-Granito- Validade:01/07/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

803.096/2014-FORTALEZA TELHAS EIRELI ME-Registro de Licença N°3/2017 de 01/02/2017-Vencimento em 07/03/2024

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

803.200/2015-LUIS GONZAGA DE SOUSA LIMA-Registro de Licença N°2/2017 de 30/01/2017-Vencimento em 19/05/2017
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
803.152/2016-JOSÉ ADILBERTO LEMOS DUARTE
803.153/2016-MARIO ALVES MAGALHAES E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
803.004/2016-A. NETO ALMEIDA DE ANDRADE- Registro de Licença N°:17/2016 - Vencimento em 05/11/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
803.042/2001-MINOR MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA-OF. N°43/2017
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
803.048/1998-MINOR MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA-OF. N°44/2017

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENENTE
RELAÇÃO Nº 4/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.313/2013-CASA THOR GRANITOS LTDA-OF. N°047/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
848.092/2013-P J DE CARVALHO POLI-CURRAIS NOVOS/RN - Guia n° 01/2017-4.000toneladas-Biotita-xisto- Validade:16/01/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.023/2002-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°036/2017-SGTM/DNPM/RN
848.069/2004-GRANITOS LORENTE LTDA-OF. N°038/2017-SGTM/DNPM/RN
848.487/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°039/2017-SGTM/DNPM/RN
848.746/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°041/2017-SGTM/DNPM/RN
848.048/2011-MINERAÇÃO CURRAIS NOVOS LTDA-OF. N°028/2017-SGTM/DNPM/RN
848.430/2011-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°024/2017-SGTM/DNPM/RN
848.736/2011-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°025/2017-SGTM/DNPM/RN
848.736/2011-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°034/2017-SGTM/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.023/2002-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°037/2017-SGTM/DNPM/RN
848.487/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°040/2017-SGTM/DNPM/RN
848.736/2011-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°035/2017-SGTM/DNPM/RN
Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
848.595/2010-Cerâmica Itassu Ltda. ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
848.425/2012-DOUGLAS DE FREITAS RAMALHO- Registro de Licença N°:25/2013 - Vencimento em 10/10/2018
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
848.034/2001-CALCARIO IMAP AGROMINERAÇÃO LTDA -AI N°256/2016
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1714)
848.034/2001-CALCARIO IMAP AGROMINERAÇÃO LTDA- AI N°255/2016
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
840.202/1985-SUSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERÁRIOS LTDA.- AI N°289/2015

RELAÇÃO Nº 10/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Rodrigo Andriotti Gama - 848285/11 - Not.1/2017 - R$ 290,96

OCTAVIO SANTIAGO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 5/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
A.R.G. Ltda - 890838/12, 890839/12
Anderson Luiz Santos da Silva - 890014/16
Antonio Carlos Paes Leme Medeiros - 890011/16
Areal Bom Pastor Ltda - 890045/16
Cosntrutora j m Terra Ltda - 890553/14
Daniele de Andrade Cardoso - 890448/15
Edilson Silva da Motta - 890663/14
Empesa Empresa Pernambucana de Engenharia e Construções LTDA. - 890481/15
Engelider Construtora e Mineradora Ltda - 890693/14, 890284/14
j Gonçalves Indústria e Comércio - 890021/16
Jacy Filho da Silva Carvalho - 890483/15
Luciano Vieira de Oliveira - 890073/14
Manoel do Nascimento Moté - 890593/15
Marcio Dias da Silveira - 890085/15
Marcos Falsoni - 890444/14
Marpav Construções e Empreendimentos Ltda - 890198/13
Moraes e Vidal Consultoria em Engenharia de Negócios LTDA. - 890664/13
Rogério de Freitas Goulart - 890564/15
Ronaldo Gomes de Castro - 890020/16
Sérgio Luis Freire da Silva - 890048/16, 890049/16, 890047/16
Tecnosol Comércio e Serviços Ltda - 890691/12

NILTON CALDEIRA DA FONSECA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 3/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
884.009/2013-ANGELO DA SILVA KOTINSCKI- Cessionário:L. KOTINSCKI - ME- CPF ou CNPJ 22.896.336/0001-17- Alvará n°3343/2013
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para PLG(1027)
884.135/2011-OLIVEIRA & OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
884.095/2016-G. WOHLENBERG ME-OF. N°005/2017
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
884.001/2017-OLIVEIRA & OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
884.028/2005-INDÚSTRIA DE BEBIDAS AGUA BOA LTDA EPP-OF. N°010/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
884.002/2017-OLIVEIRA & OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
884.100/2016-ALEX CARVALHO MAIA-OF. N°004/2017

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
821.048/2015-FABIANA ECCLESTONE
821.175/2015-EMPRESA DE MINERAÇÃO HORII LTDA.
820.182/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.587/1973-JOÃO DOMINGUES
820.725/2014-PEDREIRA IRMÃOS GOMES LTDA.
820.341/2015-WTORRE MINERADORA LTDA
820.342/2015-WTORRE MINERADORA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.718/2011-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.218/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.220/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.228/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.231/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.237/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.238/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.249/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.255/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
821.256/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°001/17-DTM/DNPM/SP
820.308/2016-CPX PAULISTA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-OF. N°002/17-DTM/DNPM/SP
820.474/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°002/17-DTM/DNPM/SP
820.541/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°002/17-DTM/DNPM/SP
820.542/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°002/17-DTM/DNPM/SP
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
821.079/2002-MARTINS LARA & LARA LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
821.053/2000-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA- OF. N° 6/2017-DTM/DNPM/SP
Despacho publicado(256)
820.578/1997-MINERAÇÃO PORTO FELIZ LTDA.-Processo arquivado com fulcro no Parecer n° 222/2016/CAM/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU e no Despacho do Diretor Geral publicado em 07/10/2016 nos autos do processo 820.595/1987, que declarou nulo da averbações publicadas e m16/07/1997 e 15/10/1997. Cópia do Parecer PROGE e do Despacho do Diretor Geral foram anexada nesse processo em referência.
820.579/1997-MINERAÇÃO PORTO FELIZ LTDA.-Processo arquivado com fulcro no Parecer n° 222/2016/CAM/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU e no Despacho do Diretor Geral publicado em 07/10/2016 nos autos do processo 820.595/1987, que declarou nulo da averbações publicadas e m16/07/1997 e 15/10/1997. Cópia do Parecer PROGE e do Despacho do Diretor Geral foram anexada nesse processo em referência.
820.580/1997-MINERAÇÃO PORTO FELIZ LTDA.-Processo arquivado com fulcro no Parecer n° 222/2016/CAM/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU e no Despacho do Diretor Geral publicado em 07/10/2016 nos autos do processo 820.595/1987, que declarou nulo da averbações publicadas e m16/07/1997 e 15/10/1997. Cópia do Parecer PROGE e do Despacho do Diretor Geral foram anexada nesse processo em referência.
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
820.578/1997-MINERAÇÃO PORTO FELIZ LTDA.
820.579/1997-MINERAÇÃO PORTO FELIZ LTDA.
820.580/1997-MINERAÇÃO PORTO FELIZ LTDA.
820.456/2003-LUIZ ROBERTO CLAUDIO
820.211/2006-MINERAÇÃO AFF LTDA.
820.415/2007-MARLI F.B. DE OLIVEIRA ME
820.634/2007-OSMAR CAMPANINI ME
820.210/2008-JOSE ANTONIO BUSCARIOLI TRANSPORTADORA EPP
820.801/2008-ECTA EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA
820.366/2009-MINERAÇÃO CAJU LTDA.
820.774/2009-SIPEDRA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME
821.287/2009-JOSÉ CARLOS LAZARI ME
820.263/2010-ITAGUAÇU MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME
820.626/2010-MINERAÇÃO CAJU LTDA.
820.400/2011-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA VALE DO SOL LTDA ME
821.076/2011-CERÂMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP
820.573/2013-CERÂMICA PAZOTTO LTDA.
820.889/2013-DEDONE, SILVA & CIA LTDA
821.003/2013-PORTO DE AREIA F. F. BURITAMA LTDA ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
820.593/2007-MAURICIO MARIN BANOS- Alvará n°11.610/2007 - Cessionário: AGROPECUARIA SÃO LUCAS LTDA- CNPJ 05.780.995/0001-74
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
820.540/1987-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-Torna sem efeito cessão parcial aprovada e publicada no DOU de 19/01/1998, que originou o processo 820.011/1999 (Extratora de Areia Andorinha Ltda ME). O requerimento de cessão parcial apresentava erro na sua origem, uma vez que área pleiteada não pertencia na sua totalidade ao processo 820.540/1987, não podendo desta forma ser cedida.
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
820.316/1981-EXTRAÇÃO DE AREI RESSACA LTDA. EPP-003/17-DTM/DNPM/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
821.268/1996-MINERAÇÃO PORTO BRASIL LTDA.-OF. N°003/17-DTM/DNPM/SP
820.761/2016-CONTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°008/17-SAP/DTM/DNPM/SP
820.761/2016-CONTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°007/17-SAP/DTM/DNPM/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

820.762/2016-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°010/17-SAP/DTM/DNPM/SP
820.762/2016-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°009/17-SAP/DTM/DNPM/SP
820.800/2016-EMPRESA DE MINERAÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTO JBS LTDA EPP-OF. N°001/17-SAP/DTM/DNPM/SP
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
820.945/2002-MINERAÇÃO AFF LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.316/1981-EXTRAÇÃO DE AREI RESSACA LTDA. EPP-OF. N°004/17-DTM/DNPM/SP
820.549/1992-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°006/17-SAP/DTM/DNPM/SP
820.599/2009-THERMAS DOS LARANJAIS MINERADORA SPE LTDA-OF. N°011/17-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
821.279/2009-PEDREIRA UNIÃO DO SALTO LTDA EPP
820.454/2015-PIOVEZAN E SILVA PRE MOLDADOS LTDA ME

RELAÇÃO Nº 9/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Almir Góis Dos Santos - 821099/12 - Not.59/2017 - R$ 142,98
Antonio Carlos Paes Leme Medeiros - 821318/13 - Not.48/2017 - R$ 2.130,64
Central Matatlântica LTDA. - 820365/08 - Not.10/2017 - R$ 163,98
Empresa Pérola da Mantiqueira Mineraçõ Ltda me - 820415/12 - Not.4/2017 - R$ 154,43
G.P. Pavimentação LTDA. - 820367/09 - Not.55/2017 - R$ 275,89
Indústria e Comércio de Holarya Bandeirantes Ltda - 821389/01 - Not.14/2017 - R$ 19,12
João Fernando da Silva - 820150/14 - Not.68/2017 - R$ 3.474,82
Luiz Carlos de Mello - 820061/14 - Not.66/2017 - R$ 3.466,23
Makinvest Investimentos e Participações Ltda - 820924/13 - Not.46/2017 - R$ 3.180,07
Marcos Carvalho - 820705/13 - Not.44/2017 - R$ 173,75
Mineração Baruel LTDA. - 820727/09 - Not.7/2017 - R$ 1.850,93, 820845/88 - Not.16/2017 - R$ 5.259,03
Mineração Turvo LTDA. - 820157/14 - Not.70/2017 - R$ 3.474,95
Minerium do Brasil Mineração LTDA. - 820030/13 - Not.18/2017 - R$ 6.886,62, 820031/13 - Not.20/2017 - R$ 6.888,79, 820032/13 - Not.22/2017 - R$ 6.888,61, 820033/13 - Not.24/2017 - R$ 6.886,60, 820034/13 - Not.26/2017 - R$ 6.883,85, 820035/13 - Not.28/2017 - R$ 6.886,42, 820036/13 - Not.30/2017 - R$ 6.873,63, 820037/13 - Not.32/2017 - R$ 6.675,08, 820049/13 - Not.34/2017 - R$ 6.882,22, 820055/13 - Not.36/2017 - R$ 6.880,06, 820063/13 - Not.38/2017 - R$ 6.880,10, 820029/13 - Not.1/2017 - R$ 6.886,78
Mônica Azoulay da Paz - 820650/13 - Not.41/2017 - R$ 3.474,33
Wtorre Mineradora Ltda - 820782/14 - Not.72/2017 - R$ 3.447,67, 820783/14 - Not.74/2017 - R$ 1.374,59, 820784/14 - Not.76/2017 - R$ 3.276,95

RELAÇÃO Nº 17/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adher Empreendimentos LTDA. - 820291/15 - Not.82/2017 - R$ 3.567,14
Aline Riello Barroso - 820399/15 - Not.83/2017 - R$ 3.567,14, 820608/15 - Not.102/2017 - R$ 3.709,64
Almir Góis Dos Santos - 821099/12 - Not.60/2017 - R$ 3.446,49
Antonio Carlos Paes Leme Medeiros - 821318/13 - Not.49/2017 - R$ 3.556,96
Carolina Palermo Carlone - 821407/13 - Not.50/2017 - R$ 3.556,96
Central Matatlântica LTDA. - 820365/08 - Not.11/2017 - R$ 3.556,96
Cerâmica Urubi Ltda - 820838/14 - Not.65/2017 - R$ 3.446,49
Donizete Ernica - 820955/15 - Not.108/2017 - R$ 3.750,36
Empresa Pérola da Mantiqueira Mineraçõ Ltda me - 820415/12 - Not.5/2017 - R$ 3.556,96
G.P. Pavimentação LTDA. - 820367/09 - Not.56/2017 - R$ 3.446,49, 820367/09 - Not.58/2017 - R$ 7.113,93
Gino Corbucci Filho - 820628/96 - Not.52/2017 - R$ 6.892,98, 820629/96 - Not.54/2017 - R$ 6.892,98
Humberto de Sousa Pereira Lima Neto - 821145/14 - Not.106/2017 - R$ 3.709,64
Indústria e Comércio de Holarya Bandeirantes Ltda - 821389/01 - Not.15/2017 - R$ 3.556,96
João Fernando da Silva - 820150/14 - Not.69/2017 - R$ 3.567,14
Lindoyana de Águas Minerais Ltda - 14438/67 - Not.110/2017 - R$ 3.255,21, 14438/67 - Not.112/2017 - R$ 3.389,39, 14438/67 - Not.113/2017 - R$ 3.555,21, 14438/67 - Not.114/2017 - R$ 3.555,21, 14438/67 - Not.115/2017 - R$ 3.555,21, 14438/67 - Not.116/2017 - R$ 3.555,21
Luiz Carlos de Mello - 820061/14 - Not.67/2017 - R$ 3.567,14
Makinvest Investimentos e Participações Ltda - 820924/13 - Not.47/2017 - R$ 3.556,96
Marcos Carvalho - 820705/13 - Not.45/2017 - R$ 7.113,93
Maria Carolina la Motta Araújo Aniz - 820756/15 - Not.118/2017 - R$ 3.766,71
Maria Luiza Leite Caetano - 821328/14 - Not.80/2017 - R$ 3.567,14
Mineração Água Amarela LTDA. - 820754/08 - Not.100/2017 - R$ 7.134,29, 820753/08 - Not.9/2017 - R$ 3.556,96
Mineração Água Vermelha LTDA. - 820676/15 - Not.104/2017 - R$ 3.709,64
Mineração Baruel LTDA. - 820727/09 - Not.8/2017 - R$ 3.556,96, 820845/88 - Not.17/2017 - R$ 7.113,93
Mineração Grandes Lagos LTDA. - 820333/08 - Not.12/2017 - R$ 3.556,96, 820977/15 - Not.88/2017 - R$ 3.567,14, 821100/14 - Not.99/2017 - R$ 3.567,14, 820531/08 - Not.91/2017 - R$ 3.567,14, 820719/08 - Not.92/2017 - R$ 7.134,29, 820920/08 - Not.94/2017 - R$ 7.134,29, 820370/09 - Not.95/2017 - R$ 7.134,29, 820324/11 - Not.96/2017 - R$ 3.567,14
Mineração Stela Maris Ltda me - 820787/14 - Not.63/2017 - R$ 3.446,49, 820788/14 - Not.64/2017 - R$ 3.446,49
Mineração Turvo LTDA. - 820157/14 - Not.71/2017 - R$ 3.567,14
Minerium do Brasil Mineração LTDA. - 820029/13 - Not.2/2017 - R$ 3.556,96, 820030/13 - Not.19/2017 - R$ 3.556,96, 820031/13 - Not.21/2017 - R$ 3.556,96, 820032/13 - Not.23/2017 - R$ 3.556,96, 820033/13 - Not.25/2017 - R$ 3.556,96, 820034/13 - Not.27/2017 - R$ 3.556,96, 820035/13 - Not.29/2017 - R$ 3.556,96, 820036/13 - Not.31/2017 - R$ 3.556,96, 820037/13 - Not.33/2017 - R$ 3.556,96, 820049/13 - Not.35/2017 - R$ 3.556,96, 820055/13 - Not.37/2017 - R$ 3.556,96, 820063/13 - Not.39/2017 - R$ 3.556,96
Mogicom Terraplanagem e Pavimentadora Ltda Epp - 820948/15 - Not.119/2017 - R$ 3.766,71
Mônica Azoulay da Paz - 820650/13 - Not.42/2017 - R$ 7.113,93
Noromix Concreto Ltda - 820976/15 - Not.87/2017 - R$ 3.567,14
Potiguara Empreendimentos Imobiliários Ltda - 821272/14 - Not.79/2017 - R$ 3.567,14
Rafael Ricci - 820802/14 - Not.98/2017 - R$ 3.567,14
Reago Industria e Comércio S.A. - 801989/68 - Not.117/2017 - R$ 3.176,94
Revita Engenharia S.a - 820630/15 - Not.103/2017 - R$ 3.709,64
Rodnei Semolini - 820795/12 - Not.105/2017 - R$ 3.709,64
Rossam Navegação Cabotagem e Dragagem Ltda - 820104/15 - Not.81/2017 - R$ 3.567,14
Sebastião Emilio do Valle Neto - 820449/14 - Not.61/2017 - R$ 3.446,49, 820450/14 - Not.62/2017 - R$ 3.446,49
Terras de São Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda - 820943/14 - Not.78/2017 - R$ 3.567,14
Uilson Romanha e CIA. LTDA. - 820553/06 - Not.90/2017 - R$ 3.567,14
Wagner Dos Santos Gondim - 820680/13 - Not.43/2017 - R$ 3.556,96
Wendell Soares de Assis - 821327/14 - Not.89/2017 - R$ 3.567,14
Wtorre Mineradora Ltda - 820782/14 - Not.73/2017 - R$ 3.567,14, 820783/14 - Not.75/2017 - R$ 3.567,14, 820784/14 - Not.77/2017 - R$ 3.567,14

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
878.047/2011-BELO JARDIM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO LTDA-Areia
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
878.042/2015-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-ALVARÁ N°6962/2015
878.043/2015-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-ALVARÁ N°6963/2015
878.044/2015-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-ALVARÁ N°6964/2015
878.045/2015-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-ALVARÁ N°6965/2015
878.046/2015-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-ALVARÁ N°6966/2015
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
878.060/2015-CAL TREVO INDUSTRIAL LTDA-OF. N°29/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.004/2008-MINERAÇÃO E COMÉRCIO SANTA MARIA LTDA.- Registro de Licença N°:77/2010 - Vencimento em 07/01/2017
878.136/2014-MULTI MINERAÇÃO E COMPOSTAGEM LTDA ME- Registro de Licença N°:55/2014 - Vencimento em 21/11/2018
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
878.002/2006-COOPER. DOS TRAB. EM EXTR. BENEF. E COMER. DE ROCH. DE TOMAR DO GERÚ
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
878.137/2009-CERÂMICA MANDEME LTDA- Cessionário:ROSA MARY LIMA SANTOS EXTRAÇÃO DE ARGILA ME- CNPJ 23.758.933/0001-48- Registro de Licença n°71/2009- Vencimento da Licença: 06/08/2019
878.057/2010-CERÂMICA MANDEME LTDA- Cessionário:ROSA MARY LIMA SANTOS EXTRAÇÃO DE ARGILA ME- CNPJ 23.758.933/0001-48- Registro de Licença n°124/2011- Vencimento da Licença: 26/04/2020
Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(1287)
878.035/2001-MARIA ADELAIDE SILVA MORAIS ME-NOT Nº01/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.134/2015-MINERADORA SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA ME-Registro de Licença N°122/2017 de 03 de fevereiro de 2017-Vencimento em 10 de setembro de 2020
878.052/2016-MARIO CESAR FERREIRA ANDRADE ME-Registro de Licença N°118/2017 de 25 de janeiro de 2017-Vencimento em 11 de abril de 2017
878.108/2016-VALDOMIRO MOREIRA DE OLIVEIRA-Registro de Licença N°121/2017 de 03 de fevereiro de 2017-Vencimento em 07 de julho de 2017
878.132/2016-COOPER. DOS TRAB. EM EXTR. BENEF. E COMER. DE ROCH. DE TOMAR DO GERÚ-Registro de Licença N°116/2017 de 19 de janeiro de 2017-Vencimento em prazo indeterminado
878.133/2016-EMANUEL SOUZA GARCEZ ME-Registro de Licença N°119/2017 de 25 de janeiro de 2017-Vencimento em 11 de novembro de 2017
878.134/2016-COOPER. DOS TRAB. EM EXTR. BENEF. E COMER. DE ROCH. DE TOMAR DO GERÚ-Registro de Licença N°117/2017 de 19 de janeiro de 2017-Vencimento em prazo indeterminado
878.141/2016-W.S. CUNHA E CIA LTDA EPP-Registro de Licença N°120/2017 de 25 de janeiro de 2017-Vencimento em 01 de março de 2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.133/2010-ESSE ENGENHARIA SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA-OF. N°10/2017
878.044/2016-JOSÉ DOMINGOS ALVES DE SOUZA-OF. N°22/2017
878.122/2016-ARIONALDO LIMA SILVA-OF. N°20/2017
878.131/2016-COOPER. DOS TRAB. EM EXTR. BENEF. E COMER. DE ROCH. DE TOMAR DO GERÚ-OF. N°28/2017
878.137/2016-ANTÔNIO ALMEIDA DOS SANTOS EIRELLI ME-OF. N°19/2017
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
878.013/2017-DIOGENES DA SILVA OLIVEIRA ME
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
878.174/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO N° 9/2017

Ficam os abaixo relacionados cientes de que não houve a apresentação da defesa administrativa; restando-lhes pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 978.162/2016 Notificado: Raymundo Silveira Souza Neto. CNPJ/CPF: 08.672.649/0001-60 NFLDP nº: 106/2016 Valor R$: 5.814,06.
Processo de Cobrança nº: 978.163/2016 Notificado: Raymundo Silveira Souza Neto. CNPJ/CPF: 08.672.649/0001-60 NFLDP nº: 107/2016 Valor R$: 5.174,27.
Processo de Cobrança nº: 978.164/2016 Notificado: Raymundo Silveira Souza Neto. CNPJ/CPF: 08.672.649/0001-60 NFLDP nº: 105/2016 Valor R$: 12.011,09.
Processo de Cobrança nº: 978.179/2016 Notificado: Pedreira do Porto Ltda. CNPJ/CPF: 32.864.282/0001-61 NFLDP nº: 110/2016 Valor R$: 349.938,11.
Processo de Cobrança nº: 978.149/2016 Notificado: Fornecimento de Materiais Ltda. CNPJ/CPF: 05.260.754/0001-02 NFLDP nº: 109/2016 Valor R$: 2.035,72.

RELAÇÃO Nº 10/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
José Antônio Caldas me - 878126/15 - Not.14/2017 - R$ 3.798,79
Maria Adelaide Silva Morais me - 878035/01 - Not.19/2017 - R$ 3.644,56

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Paulo Amaral Lopes Filho - 878162/14 - Not.6/2017 - R$ 7.597,57, 878163/14 - Not.8/2017 - R$ 7.597,57, 878164/14 - Not.10/2017 - R$ 7.597,57

Santana e Filhos Ltda - 878171/14 - Not.12/2017 - R$ 7.597,57

Taicoca Mineração Transportes Ltda - 878152/10 - Not.1/2017 - R$ 379,91

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

a r Neto Nonato me - 864078/15 - A.I. 549/16

Agenor Costa e Silva - 864773/11 - A.I. 388/16

Agua Azul Mineradora,incorporradora,extração e Frotagem de Minerios LTDA. - 864127/12 - A.I. 419/16

bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 864538/11 - A.I. 371/16, 864539/11 - A.I. 372/16

Brazil Americas Investments & Participation Mineração LTDA. - 864271/08 - A.I. 1370/16

Conor Moreira do Vale Junior - 864167/12 - A.I. 547/16

Itamar Luiz Meireles Sachetto - 864433/13 - A.I. 548/16

Laurivaldo Dias - 864140/13 - A.I. 434/16

Marlene Genack Yano - 864726/11 - A.I. 8/17, 864727/11 - A.I. 9/17

Mauricio Vieira Diniz - 864841/11 - A.I. 397/16

Santa Tereza Distribuidora de Materiais Básicos p Construção e Transporte Ltda - 864041/11 - A.I. 357/16

Tales Travencolo Vieira - 864077/12 - A.I. 411/16

Tercom Construtora e Mineração LTDA. - 864504/11 - A.I. 626/16

Triunfo Mineração do Brasil Ltda - 864020/14 - A.I. 350/16

RELAÇÃO Nº 15/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Mineralbraz Exploração de Minerios LTDA. - 864387/08

FABIANO PIÑEIRO MIRANDA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 21, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48000.001906/2015-62, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput, e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Pedra Rajada, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.032352-7.01, de titularidade da empresa Gestamp Eólica Pedra Rajada S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.909.246/0001-50, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Gestamp Eólica Pedra Rajada S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Gestamp Eólica Pedra Rajada S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Gestamp Eólica Pedra Rajada S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Pedra Rajada, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Gestamp Eólica Pedra Rajada S.A.			02 CNPJ 21.909.246/0001-50
03 Logradouro Fazenda Serra Rajada			04 Número s/nº
05 Complemento Caixa Postal 1.363	06 Bairro/Distrito Zona Rural		07 CEP 59390-000
08 Município Cerro Corá	09 UF RN		10 Telefone (84) 2226-5622
11 Outorga de Autorização Portaria MME nº 109 de 1º de abril de 2015.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Diretor Presidente: José Antonio Orue Mera.		CPF: 010.968.439-78.	
Diretor Geral: Marcelo Ferreira Arruda Câmara.		CPF: 010.583.214-63.	
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física	CNPJ ou CPF	Participação (%)	
Gestamp Eólica Promociones 4, S.L.U.	23.251.483/0001-00.	99,9999%.	
Gestamp Eólica Brasil S.A.	08.093.648/0001-61.	0,0001%.	
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.		CNPJ Não se aplica.	
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO			
15 Denominação EOL Pedra Rajada.			
16 Descrição Central Geradora Eólica com capacidade instalada de 20.000 kW constituída de dez Unidades Geradoras de 2.000 kW e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Município de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 1º de outubro de 2017.			

PORTARIA Nº 22, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48000.001910/2015-21, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput, e § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Boa Esperança I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033666-1.01, de titularidade da empresa Gestamp Eólica Boa Esperança I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.909.323/0001-72, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Gestamp Eólica Boa Esperança I S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 506, de 24 de outubro de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Gestamp Eólica Boa Esperança I S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a quinhentos e quarenta dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Gestamp Eólica Boa Esperança I S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em Operação Comercial da EOL Boa Esperança I, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Gestamp Eólica Boa Esperança I S.A.			02 CNPJ 21.909.323/0001-72
03 Logradouro Fazenda Serrinha			04 Número s/nº
05 Complemento Caixa Postal 1363	06 Bairro/Distrito Zona Rural		07 CEP 59544-000
08 Município Jardim de Angicos	09 UF RN		10 Telefone (84) 2226-5622
11 Outorga de Autorização Portaria MME nº 389 de 19 de agosto de 2015.			
12 REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Diretor Presidente: José Antonio Orue Mera.		CPF: 010.968.439-78.	
Diretor Geral: Marcelo Ferreira Arruda Câmara.		CPF: 010.583.214-63.	
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social ou Nome de Pessoa Física	CNPJ ou CPF	Participação (%)	
Gestamp Eólica Promociones 4 SL.	23.251.483/0001-00.	99,9999%.	
Gestamp Eólica Brasil S.A.	08.093.648/0001-61.	0,0001%.	
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.		CNPJ Não se aplica.	
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO			
15 Denominação EOL Boa Esperança I.			
16 Descrição Central Geradora Eólica com de 28.000 kW de capacidade instalada, constituída de quatorze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.			
17 Localização [Município(s)/UF(s)] Município de Jardim de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 1º de janeiro de 2019.			

PROIBIDA A VENDA A TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017020800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria GM/MDIC nº 13, de 02 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 3, subsequente, Seção 1, página 42.

Onde se lê:

"Art. 2º O Comitê de Orientação Estratégia será coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial-SDCI, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, composto por representantes do MDIC e pelos representantes titular e suplente dos seguintes órgãos e entidades:"

Leia-se:

"Art. 2º O Comitê de Orientação Estratégia será coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial-SDCI, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, composto por representantes do MDIC e pelos representantes titular e suplente dos seguintes órgãos e entidades:"

Na Portaria GM/MDIC nº 11, de 27 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 30, subsequente, Seção 1, página 134,

Onde se lê:

"IV - nomear e exonerar servidores, provendo os cargos efetivos, os cargos em comissão, as funções comissionadas e as funções gratificadas, nos termos da legislação em vigor;"

Leia-se:

"IV - praticar os atos de provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do INPI, em decorrência de habilitação em concurso público;"

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 36, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles no âmbito do Ministério do Esporte e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 23 da Instrução Normativa Conjunta nº 01 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Governança, Riscos e Controles, com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Ministério do Esporte.

Art. 2º O Comitê de Governança, Riscos e Controles terá a seguinte composição:

I - Ministro de Estado do Esporte, que o presidirá;

II - Secretário-Executivo;

III - Secretário-Executivo Adjunto;

IV - Secretário Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem;

V - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento;

VI - Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;

VII - Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor;

VIII - Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno;

IX - Diretor do Departamento de Gestão Estratégica; e

X - Diretor do Departamento de Gestão Interna.

Parágrafo Único. Caberá à Diretoria de Gestão Estratégica a supervisão e o monitoramento da política de gestão de riscos no âmbito do Ministério do Esporte.

Art. 3º Compete ao Comitê de Governança, Riscos e Controles:

I - promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;

II - institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;

III - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

IV - garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

V - promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VI - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;

VII - aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

VIII - supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IX - liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão;

X - estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;

XI - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XII - emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos; e

XIII - monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Art. 4º A política de gestão de riscos do Ministério do Esporte será instituída em até 90 (noventa) dias da publicação desta Portaria.

§ 1º Cada risco mapeado deverá estar associado a um gestor responsável, com capacidade suficiente para avaliar a tomada de decisão sobre o tratamento adequado da situação de risco.

§ 2º São responsabilidades do gestor de riscos em sua área de atuação:

I - mapear os riscos inerentes às atividades sob sua responsabilidade;

II - garantir que o risco será gerenciado em conformidade com a política de gestão de riscos do Ministério do Esporte;

III - monitorar o risco e seu comportamento ao longo do tempo, avaliando se as medidas de resposta adotadas foram efetivas e se resultam na manutenção do risco em níveis adequados; e

IV - garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis em todos os níveis da organização.

§ 3º A política de gestão de riscos será revisada anualmente a fim de promover a reavaliação dos riscos identificados e o resultado das respostas definidas para cada um deles.

§ 4º A política de gestão de riscos poderá ser revista a qualquer tempo, sempre que identificado um novo risco, por proposição de qualquer dos membros do comitê.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.019, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/12/2016 e 25/01/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/12/2016 e 25/01/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.011577/2016-01
Proponente: Associação Bauruense de Desportes Aquáticos
Título: Projeto ABDA Pólo Aquático
Registro: 02SP105632012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.282.547/0001-79
Cidade: Bauru UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 541.448,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1594 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24272-1
Período de Captação até: 15/03/2017

2 - Processo: 58000.007150/2016-08
Proponente: Associação de Basquetebol do São Braz
Título: Basquete Curitiba - Liga Ouro/Recursos Humanos
Registro: 02PR081332011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 06.165.339/0001-24
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 190.859,07
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3262 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33360-3
Período de Captação até: 31/01/2018

3 - Processo: 58000.010667/2016-76
Proponente: Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867
Título: Tênis SOGIPA II
Registro: 02RS023682008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 92.913.607/0001-80
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 189.010,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3876 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25977-2
Período de Captação até: 31/12/2017

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.004102/2015-71

No Diário Oficial da União nº 234, de 7 de dezembro de 2016, na Seção 1, página 78 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 984/2016, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2977 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29992-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1629 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 129992-1.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 29, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Institui o calendário de reuniões ordinárias do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para o ano de 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e nos arts, 9º e 10 do Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, resolve:

Art. 1º Instituir o calendário de Reuniões Ordinárias do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, para o ano de 2017, com as seguintes datas:

I- 21ª Reunião Ordinária - 21 de março de 2017;

II- 22ª Reunião Ordinária - 2 de junho de 2017;

III- 23ª Reunião Ordinária - 12 de setembro de 2017; e

IV- 24ª Reunião Ordinária - 29 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 9, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.000392/2017-10, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de ROSA MILTES DE GODOY, CPF: 293.769.638-49, viúva do anistiado político JOSÉ AUGUSTO DE GODOY, CPF: 025.738.818-49, Matrícula SIAPE 1507722, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 04 de janeiro de 2017, data do falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 10, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.006048/2016-45, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de MARIA SELMA DA SILVA CORDEIRO, CPF: 108.298.358-65, companheira do anistiado político NIVALDO FLORENTINO CORDEIRO, CPF: 525.603.258-53, Matrícula SIAPE 1585737, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 06 de setembro de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 11, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.006048/2016-45, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de CHARLES FLORENTINO DE SOUZA CORDEIRO, CPF: 415.843.588-90, filho menor do anistiado político NIVALDO FLORENTINO CORDEIRO, CPF: 525.603.258-53, Matrícula SIAPE 1585737, em caráter temporário, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 06 de setembro de 2016, data de falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

PORTARIA Nº 12, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.000140/2017-82, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de MARLENE PINTO BARBOSA, CPF: 063.802.042-53, viúva do anistiado político JONAS BARBOSA, CPF: 005.460.892-91, Matrícula SIAPE 1530842, em caráter vitalício, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 14 de dezembro de 2016, data do falecimento do anistiado.

WILLIAM CLARET TORRES

Ministério do Trabalho

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 7 de fevereiro de 2017

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, no uso de suas atribuições e em cumprimento à decisão judicial proferida pela 5ª Vara Federal no Mandato de Segurança nº 0069880-11.2014.4.01.3400 - TRF- 1ª Região, publicar, até decisão judicial ulterior, o deferimento da Permanência Definitiva - CNIg- RN 27/98, Processo: 46094028973201335 dos Estrangeiros: JESSICA SUN YOUNG MOON Passaporte: 488230272, JOHN SEUNG CHEOL CHOI Passaporte: 474947387, JOSHUA DAE-HUN CHOI Passaporte: 488164845 e JONAH MYUON-HUN CHOI Passaporte: 476122009, Prazo: Indeterminado.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 131, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Estabelece normas complementares para a verificação anual de processos no ano de 2017.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no exercício de sua competência, prevista no art. 14, XIII do Decreto n.º 5.063, de 03 de maio de 2004, e considerando o disposto na Portaria n.º 1.086, de 08 de setembro de 2003, resolve:

Editar a presente Instrução Normativa estabelecendo as normas complementares para a verificação anual de processos no ano de 2017.

Art. 1º Os Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego e o Coordenador-Geral de Recursos da SIT promoverão verificação anual com objetivo de diagnosticar e mapear a situação das Seções ou Núcleos de Multas e Recursos e da Coordenação-Geral de Recursos da SIT, respectivamente, com vistas a ajustar o planejamento para o exercício seguinte, assim como fornecer um mapeamento da situação atual de cada unidade.

Art. 2º Será obrigatória a utilização de sistema próprio da Secretaria de Inspeção do Trabalho para realização da Verificação Anual que se encontra disponível no link: http://cpva.mte.gov.br/intra/cpva/login.seam.

Art. 3º Os Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego e o Coordenador-Geral de Recursos, nos seus âmbitos de atuação:

I - fixarão o período de sua realização que deverá ser obrigatoriamente entre 01/04/2017 a 31/08/2017;

II - nomearão comissão e designarão servidores para os trabalhos;

III - avaliarão a conveniência ou não da suspensão do atendimento ao público durante a verificação.

§1º Na hipótese de suspensão do atendimento ao público, deverão ser afixados avisos a respeito da suspensão também dos prazos processuais, bem como informado o respectivo período no campo próprio do sistema informatizado, para controle automático dos prazos.

§2º Em casos excepcionais, mudança de sede ou mutirão, poderá ser requerida pela regional a realização de verificação em período diferente do definido no inciso I. O pedido deverá ser encaminhado para a Coordenação-Geral de Recursos, via mensagem eletrônica ao endereço cgr.sit@mte.gov.br.

Art. 4º Deverão ser encaminhadas pelo Superintendente à Secretaria de Inspeção do Trabalho, por meio de memorando transmitido via mensagem eletrônica ao endereço cgr.sit@mte.gov.br, até o dia 28 de fevereiro de 2017, as decisões relativas aos incisos I e II do art. 3º desta Instrução Normativa.

§1º Caso não seja recebida proposta até a data prevista no caput, a Secretaria de Inspeção do Trabalho definirá o prazo para implementação da verificação anual na Superintendência, priorizando sua realização durante o primeiro semestre do ano.

§2º Será divulgado por meio de memorando o calendário da verificação anual dos Estados.

Art. 5º A solicitação de habilitação para o acesso dos servidores com perfil de chefia ao programa de Verificação Anual deverá será ser feita à Coordenação-Geral de Recursos com antecedência de 10 (dez) dias do início dos trabalhos.

Parágrafo Único: O cadastro dos demais servidores será feito pela própria regional.

Art. 6º O relatório da quantidade de processos verificados e a listagem de processos da verificação anual serão gerados automaticamente pelo sistema e não será necessário o seu envio à Coordenação-Geral de Recursos.

Art. 7º Após o término do prazo da verificação, deverá ser enviado, em até 30 dias, por meio de memorando transmitido via mensagem eletrônica para cgr.sit@mte.gov.br, um relatório com fatos de interesse da Seção ou Núcleo e obrigatoriamente os seguintes pontos:

I - Dificuldades estruturais e pessoais da Seção ou Núcleo de Multas e Recursos;

II - Processos com mais de 1 ano e menos de 2 anos sem trâmite (quantidade e ações que foram tomadas);

III - Processos com mais de 2 anos sem trâmite (quantidade e ações que foram tomadas);

IV - Processos não verificados (processos que se encontram cadastrados no CPMR e não foram verificados). Listagem e ações que foram tomadas;

V - Processos em situação diferente na Verificação do CPMR. Ações que foram tomadas;

VI - Planejamento para o exercício seguinte.

Art. 8º Durante a verificação anual, a regional deverá assinalar processos que requeiram trâmite prioritário, planejando ações estratégicas para tratá-los, sobretudo em relação àqueles originados de ações fiscais em que se constate a existência de trabalho em condição análoga à de escravo, conforme art. 16 da Instrução Normativa n.º 91, de 05 de outubro de 2011, assim como os decorrentes da ação prevista na Portaria n.º 195, de 26 de janeiro de 2016, conforme o disposto em seu art. 7º.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 30 de janeiro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições, com fundamento previsto no art. 53, da Lei 9.784/1.999, aprova a NOTA TÉCNICA 83/2017/GAB/SRT/MT, com adoção da seguinte medida: ANULAR a NT 118/2013/CIS/CGRS/SRT/MTE; ANULAR a publicação do Diário Oficial da União, Seção I, p. 55, nº 160, de 21 de agosto de 2014, que suspendeu o código sindical referente ao Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais do Estado de São Paulo (atual denominação do Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais e Órgãos Classistas do Estado de São Paulo), com seu restabelecimento; ANULAR a publicação do Diário Oficial da União, Seção I, p. 112, nº 185, de 26 de setembro de 2016, que arquivou o processo de registro sindical e RESTABELECER o Registro Sindical referente ao Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais do Estado de São Paulo (atual denominação do Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais e Órgãos Classistas do Estado de São Paulo) , CNPJ 60.538.980/0001-02, Processo 24440.012350/90-18, e registrado no Livro 002, fls. 062, deste Ministério, para representar a Categoria Profissional dos empregados em entidades sindicais, à exceção dos empregados em entidades sindicais patronais e associações civis patronais da indústria e dos empregados em entidades sindicais patronais e associações civis patronais do comércio, com base territorial no Estado de São Paulo, exceto nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mogi das Cruzes, Suzano, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos e São Vicente, Americana, Amparo, Araraquara, Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Cordeirópolis, Cosmópolis, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itu, Jaguariúna, Jundiaí, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro, Santa Bárbara D'oeste, Santa Gertrudes, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Serra Negra, Sorocaba, Sumaré e Valinhos.

Em 31 de janeiro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 2257/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o Processo de Pedido de Alteração Estatutária 46211.008956/2012-17 do SINDECAT - Sindicato dos Empregados no Comércio de Araxá e Tapira, CNPJ 26.041.467/0001-73, em virtude da ausência de acordo na Audiência de Mediação realizada em 13 de setembro de 2016, nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186/2008 c/c o art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46218.003858/2013-12
Entidade	SITRACOVER-SM - Sindicato dos Rodoviários de Santa Maria e Região
CNPJ	88.667.803/0001-45
Fundamento	NT 2258/2016/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46285.000972/2013-89
Entidade	Sindicato dos empregados no comércio de Crato e Região - SECCR
CNPJ	07.179.385/0001-45
Fundamento	NT 2259/2016/CGRS/SRT/MTb

Processo	46224.006759/2013-03
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Tecnologia da Informação e Profissionais de Processamento de Dados do Estado da Paraíba- SINDPD-PB
CNPJ	40.955.346/0001-68
Fundamento	NT 15/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 2260/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o Processo de Pedido de Alteração Estatutária 46256.002795/2011-51 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação de Etanol/Álcool, Químicas e Farmacêuticas, Plásticas, Tintas e Vernizes de Ipaussu e Região/SP, CNPJ 54.711.148/0001-63, em virtude da ausência de acordo na Audiência de Mediação, nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

Em 6 de fevereiro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo	46211.000937/2013-23
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, do Açúcar, da Carne e seus Derivados, de Produtos Avícolas e seus Derivados, de Panificação, de Confeitarias, de Torrefação e de Moagem de Café, de Cervejas, de Bebidas em Geral e de Laticínios e seus Produtos Derivados de Lagoa da Prata-MG
CNPJ	20.897.583/0001-02
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Minas Gerais: Lagoa da Prata

Categoria Profissional: Trabalhadores empregados, exceto os integrantes de categorias profissionais diferenciadas, nas seguintes indústrias: de trigo, de milho, de pipocas, de condimentos em geral, de soja, de mandioca, de arroz, de aveia, de açúcar, de açúcar de engenho, de refinação de açúcar, de torrefação e moagem de café, de refinação de sal, de panificação e confeitaria, de salgados em geral, de produtos de cacau, de balas, de gomas de mascar, de doces, de mate, de laticínios e seus derivados, de massas alimentícias em geral, de biscoitos, de cerveja de alta fermentação, de cerveja de baixa fermentação, de cerveja, de outras bebidas em geral, de vinho, de águas minerais, de azeites alimentícios, de óleos alimentícios, de conservas alimentícias, de carnes, incluindo-se os derivados dela, de frio, de fumo, de imunização de frutas e tratamento delas, de industrialização de frutas, inclusive como matéria-prima, de beneficiamento de café, inclusive seu rebeneficiamento, de congelados alimentícios, de concentrados alimentícios, de rações balanceadas e de demais alimentos animais em geral, de café solúvel, de supercongelados alimentícios, de sorvetes e picolés, de gelo, de frio, de água de coco, de sucos bebestíveis em geral, de liofilizados alimentícios, de caldo-de-cana, e enfim, dos trabalhadores nas indústrias de alimentação em geral

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 84/2017/GAB/SRT/MTb, resolve RETIFICAR o despacho do SINIPRF Brasil- Sindicato Nacional dos Inspetores da Polícia Rodoviária Federal do Brasil, CNPJ 10.334.412/0001-11, Processo 46206.016.117/2009-46, publicado no DOU de 02/02/2017, pág. 103, Seção I, n.º 24, para que onde se lê: "(...) Processo 46206016117/2009-48", leia-se: "Processo 46206.016117/2009-46".

Em 7 de fevereiro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 326/2013 e com base na NOTA TÉCNICA 79/2017/GAB/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical (RES) ao CEAP Sindicato - Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Processo 46218.015372/2015-81 (SC17531), CNPJ 23.301.422/0001-00, para representar a categoria Profissional dos auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul com abrangência estadual e base territorial no estado do Rio Grande do Sul.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 80/2017/GAB/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados em Geral e Complementos, Bolsas, Luvas Peles de Resguardo, Chapéus, Guarda Chuvas, Sombrinhas, Bengalas, Tamancos, Formas de Madeiras, Palmilhas, Material de Segurança e Proteção ao Trabalho de Belo Horizonte e Região, CNPJ 17.451.147/0001-09, Processo 46211.007046/2013-06, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de calçados, bolsas, luvas, peles de resguardo, chapéus, guarda chuvas, sombrinhas, bengalas, tamancos, forma para calçados, palmilhas, material de segurança e proteção ao trabalho, bem como fabricação e reparação de artigos para viagem, de couro natural, couro reconstituído e de qualquer, material tais como: bolsas, valises, malas, maletas, sacolas, mochilas, sacos para artigos esportivos, fabricação e reparação de artigos, acessórios e artefatos de couro natural ou reconstituído, de uso pessoal, tais como: cintos, carteiras, porta notas, porta moedas, porta cartões, porta documentos, porta celulares, estojos para ferramentas, pulseiras, bandoleiras, equipamentos para militares, cartucheiras - excluídos os artefatos de couro fabricados artesanalmente, fabricação e reparação de artefatos de selaria e artigos de couro natural ou reconstituindo para animais, tais como: arreios, selas, barrigueiras, cabrestos, rédeas, estribos, laços, mordaças, coleiras, fabricação e reparação de artigos de couro natural ou reconstituído para veículos, máquinas e equipamentos, tais como: capas para bancos e poltronas, correias de transmissão, calços, retentores, arruelas, fabricação de artigos em couro natural ou raspa de couro para segurança pessoal, tais como: luvas, aventais, cintos de segurança, abrangência intermunicipal e base territorial em *Minas Gerais*: Barão De Cocais, Barbacena, Barroso, Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Carmópolis De Minas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cruzília, Divinópolis, Dores De Campos, Dores Do Indaiá, Ibirité, Itabira, Itabirito, Itapecerica, Itaúna, João Monlevade, Juatuba, Lagoa Santa, Luz, Madre De Deus De Minas, Mariana, Mateus Leme, Matozinhos, Minduri, Nova Lima, Oliveira, Ouro Preto, Pará De Minas, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Piedade Do Rio Grande, Prados, Ribeirão Das Neves, Sabará, Santa Luzia, São João Del Rei, São Vicente De Minas, Sete Lagoas e Vespasiano, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 85/2017/GAB/SRT/MTb, resolve REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: Sindicato das Indústrias e Empresas de Instalação, Operação e Manutenção de Redes, Equipamentos e Sistemas de Telecomunicações do Estado do Paraná - SIITEP/PR, CNPJ 00.668.588/0001-56, Processo 46000.014319/2007-06; SEPROPAR - Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços Técnicos em Informática do Estado do Paraná, CNPJ 81.105.157/0001-83, Processo 24290.004554/90-10; e o Sindicato das Empresas de Tecnologia da Informação do Noroeste do Paraná, CNPJ 12.061.746/0001- 94, Processo 46293.003028/2010-31, nos termos do art. 22 c/c art. 45, § 2º, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 326/2013 e da NOTA TÉCNICA 90/2017/GAB/SRT/MT, RESOLVE: ARQUIVAR a impugnação 46000.008230/2016-93, interposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade do Município de Vitória da Conquista e Região-SINDCONQUISTA (CNPJ 26.488.779/0001-02), com base no art. 18, II da Portaria 326/2013; e DEFERIR o pedido de registro sindical 46204.004411/2014-92, do Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Pousadas, Bares, Restaurantes e Similares nos Municípios de Ilhéus, Uma, Canavieiras, Itacaré, Valença, Camamu, Marau, Taperoá, Nilo Peçanha, Vitória da Conquista e Cairu/BA, CNPJ 40.740.375/0001-02, para representar a categoria dos trabalhadores em hotéis, pousadas, bares, restaurantes, albergues, apart-hotéis, boates, buffet, cabanas de praia, casa de camping, casa de chás, cafés, choperias, casa de vinho, casa de fest food, casa de diversões, cantinas, churrascaria, clubes, lanchonetes, motéis, pensões, pizzarias, pastelarias e sorveterias, com abrangência intermunicipal e base territorial no Estado da Bahia, com base no art. 25, II da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 30, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º O § 3º do art. 3º da Portaria GM/MTur nº 182, de 28 de julho de 2016, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

.....

§ 3º A partir de 2019, pelo menos 50% das transferências voluntárias, pactuadas à conta de créditos provenientes do limite autorizado para execução da programação orçamentária do Ministério do Turismo, deverão ocorrer por chamamento público. (NR)

.....".

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 187, de 3 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARX BELTRÃO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 51, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Aprova o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá, nos termos que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e em atendimento ao estabelecido no § 2° do art. 17 da Lei n. 12.815, de 5 de junho de 2013, e no art. 9 da Portaria SEP n°3, de 7 de janeiro de 2014,

considerando o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ encaminhado pela Autoridade Portuária do Porto de Paranaguá por meio do Oficio C.E. n°007/2017- DIRAF1/APPA/EP, de 30 de janeiro de 2017;

considerando que o PDZ elaborado contemplou as diretrizes traçadas no art. 10 da Portaria SEP/PR n° 03/2014, os objetivos específicos para cada horizonte de planejamento previstos no art. 11 da Portaria SEP/PR n° 03/2014, bem como os itens elencados no Anexo II da Portaria SEP/PR n°03/2014, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá, apresentado pela Autoridade Portuária, conforme Oficio C.E. n° 007/2017- DIRAFI/APPA/EP, de 30 de janeiro de 2017.

Art. 2° Estabelecer que o PDZ aprovado por esta Portaria receba a denominação de PDZ -2017 do Porto de Paranaguá.

Art. 3° Revogar o PDZ aprovado pelo CAP através da Resolução n.° 06/2002 - CAP/PR de 09 de agosto de 2002.

Art. 4° Determinar a publicação do PDZ no sítio eletrônico do MTPA, bem como no sítio eletrônico do Porto de Paranaguá.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 401, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.502587/2017-89, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo - CST abaixo relacionado, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aeronaves	Data
2017S01-01	Dassault Aircraft Services - USA	ST03586NY (Installation of a Data Link Communication System).	Dassalt Aviation modelos Falcon 2000 e 2000EX	09.01.2016
2017S01-02	Dassault Aircraft Services - USA	ST02966NY (Installation of EMTEQ LED Anti-Collision/Navigation Light).	Dassault Aviation modelos Mystere-Falcon 50, Mystere-Falcon 900 e Falcon 900EX	10.01.2016
2017S01-03	Dassault Aircraft Services - USA	ST02970NY (Installation of Honeywell GPS/WASS System).	Dassault Aviation modelo Mystere-Falcon 900.	24.01.2016
2017S01-04	Dassault Aircraft Services - USA	ST02972NY (Installation of ADS-B Out system).	Dassault Aviation modelo Mystere-Falcon 900.	24.01.2016
2017S01-05	BHE & Associates Ltd. - USA	SA10965SC (Installation of upgraded hardware to the Rockwell Collins Pro Line 21 FMS-3000 to provide Localizer Performance with Vertical Guidance).	Beechcraft modelos B200; B200CGT; B200GT; B300 e B300C.	24.01.2016
2017S01-06	Jazz Engenharia Aeronáutica Ltda. - Brasil	Modificação da configuração interna para 7 ou 8 passageiros.	Mitsubish modelos MU-2B-36A e MU-2B-60.	24.01.2016
2017S01-07	Talon Aerospace, LLC - USA	ST04177AT (Installation of a Talon Aerospace LED Replacement General Purpose Lamps).	Modelos listados na Approved Models List (AML)	25.01.2016
2017S01-08	Jazz Engenharia Aeronáutica Ltda. - Brasil	Instalação dos sistemas EHSI modelo SN3500 da Sandel, GPS/VHF-NAV/VHF-COMM modelo GNS430 da Garmin, Stormscope modelo WX500 da L3 Communications e TCAS modelo TAS605 da Avidyne.	Cessna modelos 210C; 210D; 210E; 210F; 210G; 210H; 210J; 210K; 210L; 210M; 210N; 210R; T210L; T210M; T210N e T210R	31.01.2016

Art. 2º O inteiro teor das aprovações encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www2.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

EDUARDO BORBA CHAFFIN JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 404, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.504303/2016-16, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 0802-41/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico AV-AIR MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE COMPONENTES AERONÁUTICOS LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMERICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 408, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Excluir o Aeródromo Público de Uauá (SNUU) (código OACI: SNUU) do cadastro de aeródromos, fechando-o ao tráfego aéreo. Processo nº 00058.500716/2017-01. Esta Portaria entra em vigor em 27 de abril de 2017. Fica revogada a Portaria nº 342/SIA, de 19 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 3.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

TARIK PEREIRA DE SOUZA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 205, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00065.501500/2016-85, resolve:

Inscreve o heliponto privado Dom Pedro Business Park (SP) (código OACI: SWWD) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 245, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00065.517281/2016-56, resolve:

Altera a inscrição do heliponto privado Fazenda Cachoeira (MG) (código OACI: SIDI) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 20 de setembro de 2021.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 23 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 257 - Excluir o heliponto privado Embraer - Unidade Eugênio de Melo (SJJI), localizado em São José dos Campos/SP, do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo. Processo nº 00066.503335/2016-96. Esta Portaria entra em vigor em 27 de abril de 2017. Fica revogada a Portaria nº 3193/SIA, de 3 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2013, Seção 1, página 6.

Nº 259 - Inscreve o aeródromo privado Guatambu São Paulo (SP) (código OACI: SIAB) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.518150/2016-96. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 260 - Inscreve o heliponto privado Gran Palazzo (SC) (código OACI: SNTZ) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.500222/2016-49. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 294 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Tupi (MS) (código OACI: SWBT) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.102046/2013-31. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 297 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Guarani (MS) (código OACI: SSYN) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.101616/2013-75. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 317, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00065.518457/2016-97, resolve:

Inscreve o heliponto privado Alto do Rio Verde Trancoso (BA) (código OACI: SJVT) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 327, DE 30 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00065.003998/2014-53, resolve:

Inscreve o aeródromo privado Fazenda Saltos do Poente (MT) (código OACI: SNES) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 366 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda São Matheus (PR) (código OACI: SNWH) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00066.505632/2016-76. A inscrição tem validade até 9 de setembro de 2023. Fica revogada a Portaria nº 2308/SIA, de 6 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2013, Seção 1, página 19.

Nº 370 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Americana (MA) (código OACI: SNAU) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.510673/2016-94. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 372 - Inscreve o aeródromo privado Destilaria Tabu (PB) (código OACI: SWDU) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.504260/2016-71. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 373 - Inscreve o aeródromo privado Fazenda Pixoxó (SP) (código OACI: SWOX) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.029327/2015-01. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 374 - Inscreve o aeródromo privado Belo Horizonte (BA) (código OACI: SWUB) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.521578/2016-16. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

Nº 368 - Excluir o Aeródromo privado Ilha dos Macacos (SSYM), localizado no Município de Paranaíta - MT, do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo. Processo nº 00058.511836/2016-45. Esta Portaria entra em vigor em 25 de maio de 2017. Fica revogada a Portaria nº 248/SIA, de 4 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 4.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 310, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.510816/2016-68, resolve:

Art. 1º Alterar o item 3.2 do Manual de Curso de Piloto Agrícola - Avião (MCA 58-17), passando a vigorar com a seguinte redação:

"O curso homologado deverá ministrar, no mínimo, um total de 101 horas-aula referentes à parte teórica e instrução no solo, além de 31 horas correspondentes à prática de voo, sem considerar as três horas de instrução opcional noturna."

Art. 2º Alterar o item 3.2 do Manual de Curso de Piloto Agrícola - Helicóptero (MCA 58-12), passando a vigorar com a seguinte redação:

"O curso homologado deverá ministrar, no mínimo, um total de 101 horas-aula referentes à parte teórica e instrução no solo, além de 31 horas correspondentes à prática de voo, sem considerar as três horas de instrução opcional noturna."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

PORTARIA Nº 387, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.512018/2016-71, resolve:

Art. 1º Renovar a homologação, por 5 (cinco) anos, do curso prático de Piloto Comercial de Avião - PC-A do AEROCLUBE DE CATANDUVA, situada à Rua 24 de Fevereiro, nº 1700 - Caixa Posta 228 - JD Amendola, em Catanduva - SP, CEP: 15801-180.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DO GERENTE
Em 6 de fevereiro de 2017

Nº 15 - Processo nº 50306.002274/2013-08. Penalizada: Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental - AHIMOC, CNPJ nº 06.347.892/0004-20. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, dar-lhe provimento parcial, aplicando a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 6.720,00; pelas infrações tipificadas nos incisos I, III, V, VII e XIII, do art. 28 da Norma aprovada pela Resolução nº 2.390-ANTAQ, de 16/02/2012.

RAFAEL MOISÉS SILVEIRA DA SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Nº 32 - Alterar a Portaria nº 224/2016/SUINF/ANTT, de 10/11/2016, publicada no D.O.U. de 11/11/2016, para substituição da empresa AES Eletropaulo pela Companhia Industrial de Peças para Automóveis - CINPAL como responsável pela implantação de rede de energia elétrica objeto da referida Portaria - Processo nº 50515.097405/2016-04.

Nº 33 - Revogar a Portaria nº 009/2016/SUINF/ANTT, de 13 de janeiro de 2016, cujo Extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2016, Pág. 668, Seção 1. - Processo nº 50500.363283/2015-20.

Nº 34 - Autorizar a implantação de rede de água e esgoto por meio de ocupação transversal da faixa de domínio, nos km 136+269m, km 137+404m e km 137+408m da Rodovia BR-101/SC, no Município de Balneário Camboriú/SC, de interesse de EMASA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú. - Processo nº 50545.024312/2016-03.

Nº 35 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica de 13,8 kV, na faixa de domínio da Rodovia BR-153/GO, por meio de travessia aérea no km 695+810m, no Município de Itumbiara/GO, de interesse da CELG Distribuição S.A. - Processo nº 50500.457133/2016-67.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 13, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

Autoriza a concessionária MRS Logística S.A a proceder a transformação de 162 (cento e sessenta e dois) vagões arrendados da série HAT para a série HPT.

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no inciso VI, do art. 1°, da Deliberação ANTT n° 158/2010, alterada pela Deliberação nº 178, de 07/07/2016 e, no que consta no Processo nº 50500.326843/2016-46, resolve:

Art. 1º Autorizar a concessionária MRS Logística S.A. a transformar 162 (cento e sessenta e dois) vagões arrendados da série HAT, para a série HPT, relacionados no Anexo 1 desta Portaria.

Parágrafo Único. A Concessionária deverá comunicar à ANTT o término dos serviços de transformação para que se proceda a devida atualização do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

ANEXO 1

Quantidade	Número de Bem Patrimonial (NBP)	Número de Identificação	Série original do vagão	Série ao término dos serviços de transformação
1	0615031	615031-4	HAT	HPT
2	0615033	615033-1	HAT	HPT
3	0615036	615036-5	HAT	HPT
4	0615038	615038-1	HAT	HPT
5	0615041	615041-1	HAT	HPT
6	0615042	615042-0	HAT	HPT
7	0615049	615049-7	HAT	HPT
8	0615055	615055-1	HAT	HPT
9	0615060	615060-8	HAT	HPT
10	0615062	615062-4	HAT	HPT
11	0615069	615069-1	HAT	HPT
12	0615073	615073-0	HAT	HPT
13	0615075	615075-6	HAT	HPT
14	0615076	615076-4	HAT	HPT
15	0615085	615085-3	HAT	HPT
16	0615090	615090-0	HAT	HPT
17	0615094	615094-2	HAT	HPT
18	0615095	615095-1	HAT	HPT
19	0615100	615100-1	HAT	HPT
20	0615105	615105-1	HAT	HPT
21	0615109	615109-4	HAT	HPT
22	0615113	615113-2	HAT	HPT
23	0615122	615122-1	HAT	HPT
24	0615125	615125-6	HAT	HPT
25	0615131	615131-1	HAT	HPT
26	0615133	615133-7	HAT	HPT
27	0615142	615142-6	HAT	HPT
28	0615145	615145-1	HAT	HPT
29	0615154	615154-0	HAT	HPT
30	0615158	615158-2	HAT	HPT
31	0615165	615165-5	HAT	HPT
32	0615175	615175-2	HAT	HPT
33	0615176	615176-1	HAT	HPT
34	0615177	615177-9	HAT	HPT
35	0615192	615192-2	HAT	HPT
36	0615193	615193-1	HAT	HPT
37	0615195	615195-7	HAT	HPT
38	0615205	615205-8	HAT	HPT
39	0615210	615210-4	HAT	HPT
40	0615212	615212-1	HAT	HPT
41	0615213	615213-9	HAT	HPT
42	0615221	615221-0	HAT	HPT
43	0615224	615224-4	HAT	HPT
44	0615236	615236-8	HAT	HPT
45	0615247	615247-3	HAT	HPT
46	0615254	615254-6	HAT	HPT
47	0615259	615259-7	HAT	HPT
48	0615261	615261-9	HAT	HPT
49	0615262	615262-7	HAT	HPT
50	0615263	615263-5	HAT	HPT
51	0615273	615273-2	HAT	HPT
52	0615277	615277-5	HAT	HPT
53	0615292	615292-9	HAT	HPT
54	0615294	615294-5	HAT	HPT
55	0615296	615296-1	HAT	HPT
56	0615299	615299-6	HAT	HPT
57	0615302	615302-0	HAT	HPT
58	0615307	615307-1	HAT	HPT
59	0615309	615309-7	HAT	HPT
60	0615315	615315-1	HAT	HPT
61	0615318	615318-6	HAT	HPT
62	0615321	615321-6	HAT	HPT
63	0615326	615326-7	HAT	HPT
64	0615327	615327-5	HAT	HPT
65	0615332	615332-1	HAT	HPT
66	0615339	615339-9	HAT	HPT
67	0615350	615350-0	HAT	HPT
68	0615351	615351-8	HAT	HPT
69	0615358	615358-5	HAT	HPT
70	0615362	615362-3	HAT	HPT
71	0615369	615369-1	HAT	HPT
72	0615379	615379-8	HAT	HPT
73	0615389	615389-5	HAT	HPT
74	0615391	615391-7	HAT	HPT
75	0615394	615394-1	HAT	HPT
76	0615395	615395-0	HAT	HPT
77	0615399	615399-2	HAT	HPT
78	0615413	615413-1	HAT	HPT
79	0615415	615415-8	HAT	HPT
80	0615421	615421-2	HAT	HPT
81	0615424	615424-7	HAT	HPT
82	0615434	615434-4	HAT	HPT
83	0615437	615437-9	HAT	HPT
84	0615440	615440-9	HAT	HPT
85	0615447	615447-6	HAT	HPT
86	0615448	615448-4	HAT	HPT
87	0615450	615450-6	HAT	HPT
88	0615459	615459-0	HAT	HPT
89	0615465	615465-4	HAT	HPT
90	0615471	615471-9	HAT	HPT
91	0615489	615489-1	HAT	HPT
92	0615492	615492-1	HAT	HPT
93	0615493	615493-0	HAT	HPT
94	0615516	615516-2	HAT	HPT
95	0615527	615527-8	HAT	HPT
96	0615530	615530-8	HAT	HPT
97	0615536	615536-7	HAT	HPT
98	0615543	615543-0	HAT	HPT
99	0615548	615548-1	HAT	HPT
100	0615552	615552-9	HAT	HPT
101	0615553	615553-7	HAT	HPT
102	0615554	615554-5	HAT	HPT
103	0615557	615557-0	HAT	HPT
104	0615560	615560-0	HAT	HPT
105	0615570	615570-7	HAT	HPT
106	0615575	615575-8	HAT	HPT
107	0615580	615580-4	HAT	HPT
108	0615590	615590-1	HAT	HPT
109	0615595	615595-2	HAT	HPT
110	0615597	615597-9	HAT	HPT
111	0615600	615600-2	HAT	HPT
112	0615602	615602-9	HAT	HPT
113	0615613	615613-4	HAT	HPT
114	0615625	615625-8	HAT	HPT
115	0615631	615631-2	HAT	HPT
116	0615632	615632-1	HAT	HPT
117	0615639	615639-8	HAT	HPT
118	0615640	615640-1	HAT	HPT
119	0615642	615642-8	HAT	HPT
120	0615643	615643-6	HAT	HPT
121	0615644	615644-4	HAT	HPT
122	0615646	615646-1	HAT	HPT
123	0615647	615647-9	HAT	HPT
124	0615653	615653-3	HAT	HPT
125	0615659	615659-2	HAT	HPT
126	0615672	615672-0	HAT	HPT
127	0615677	615677-1	HAT	HPT
128	0615678	615678-9	HAT	HPT
129	0615680	615680-1	HAT	HPT
130	0615682	615682-7	HAT	HPT
131	0615686	615686-0	HAT	HPT
132	0615693	615693-2	HAT	HPT
133	0615700	615700-9	HAT	HPT
134	0615702	615702-5	HAT	HPT
135	0615703	615703-3	HAT	HPT
136	0615707	615707-6	HAT	HPT
137	0615712	615712-2	HAT	HPT
138	0615717	615717-3	HAT	HPT
139	0615718	615718-1	HAT	HPT
140	0615719	615719-0	HAT	HPT
141	0615720	615720-3	HAT	HPT
142	0615724	615724-6	HAT	HPT
143	0615743	615743-2	HAT	HPT
144	0615751	615751-3	HAT	HPT
145	0615752	615752-1	HAT	HPT
146	0615754	615754-8	HAT	HPT
147	0615764	615764-5	HAT	HPT
148	0615765	615765-3	HAT	HPT
149	0615779	615779-3	HAT	HPT
150	0615781	615781-5	HAT	HPT
151	0615786	615786-6	HAT	HPT
152	0615787	615787-4	HAT	HPT
153	0615788	615788-2	HAT	HPT
154	0615794	615794-7	HAT	HPT
155	0615802	615802-1	HAT	HPT
156	0615809	615809-9	HAT	HPT
157	0615810	615810-2	HAT	HPT
158	0615814	615814-5	HAT	HPT
159	0615816	615816-1	HAT	HPT
160	0615819	615819-6	HAT	HPT
161	0615826	615826-9	HAT	HPT
162	0615828	615828-5	HAT	HPT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 157, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

Altera parcialmente a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região/MA.

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, em exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

Considerando a necessidade de adequar a Estrutura Organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região/MA;

Considerando a estrutura do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região/MA, definida pela Portaria nº 347, DE 28.5.2015, publicada no Diário Oficial da União de 2.6.2015, e o que consta no PGEA 000357.2017.00.900/8, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região/MA, na forma discriminada em anexo.

CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO

ANEXO

SITUAÇÃO ANTERIOR			NOVA SITUAÇÃO		
Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código	Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código
	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO/MA			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO/MA	
	.....			.....	
	DIRETORIA REGIONAL			DIRETORIA REGIONAL	
1	Diretor-Regional	CC-3	1	Diretor-Regional	CC-3
	ASSESSORIA TÉCNICA DA DIRETORIA REGIONAL			ASSESSORIA TÉCNICA DA DIRETORIA REGIONAL	
1	Assessor -Chefe	FC-2	1	Assessor -Chefe	FC-2
	SEÇÃO DE ANÁLISE E PARECER JURÍDICO			SEÇÃO DE ANÁLISE E PARECER JURÍDICO	
1	Chefe	FC-2	1	Chefe	FC-2
	SEÇÃO DE BIBLIOTECA			SEÇÃO DE BIBLIOTECA	
1	Chefe	S/ Função	1	Chefe	S/ Função
	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
1	Chefe	FC-2	1	Chefe	FC-2
				SETOR DE CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO	
			1	Chefe	FC-1
	SEÇÃO DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES			SEÇÃO DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES	
1	Chefe	FC-3	1	Chefe	FC-3
	SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	
1	Chefe	CC-1	1	Chefe	CC-1
	PLAN-ASSISTE			PLAN-ASSISTE	
1	Gerente	FC-2	1	Gerente	FC-2
	.....			.....	
	SECRETARIA DA COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESES DIFUSOS E COLETIVOS - CODIN			SECRETARIA DA COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESES DIFUSOS E COLETIVOS - CODIN	
	Responsável	FC-3		Responsável	FC-3
	SEÇÃO DE AUDÊNCIA				
1	Chefe	FC-1			

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PORTARIA Nº 14, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Altera as atribuições e o funcionamento da Ouvidoria do Ministério Público Militar e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições, e considerando os termos do art. 130-A, § 5º, da Constituição Federal de 1988 e da Resolução CNMP nº 95, de 22 de maio de 2013, alterada pelas Resoluções CNMP n.º 104, de 02 de dezembro de 2013, e n.º 153, de 21 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º A Ouvidoria do Ministério Público Militar - MPM, criada pela Portaria nº 159/PGJM, de 3 de novembro de 2016, funcionará como um canal direto e desburocratizado dos cidadãos, servidores e membros com o Ministério Público Militar, com o objetivo de dar efetividade, manter e aprimorar um padrão de excelência nos serviços e atividades públicos prestados pela Instituição.

Art. 2º Compete à Ouvidoria do Ministério Público Militar:

I - Receber reclamações e representações de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público Militar, inclusive contra seus serviços auxiliares, podendo representar diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público, no que couber, nos termos do art. 130-A, §5º, da Constituição Federal;

II - Receber elogios, críticas, representações, reclamações, pedidos de informações, sugestões e outros expedientes de qualquer natureza que lhes sejam encaminhados acerca dos serviços e das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público Militar, comunicando ao interessado as providências adotadas;

III - Promover articulação e parcerias com outros organismos públicos e privados, visando ao atendimento das demandas recebidas e aperfeiçoamento dos serviços prestados;

IV - Sugerir aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público Militar e ao Conselho Nacional do Ministério Público a adoção de medidas administrativas tendentes ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base em informações, sugestões, reclamações, representações, críticas, elogios e outros expedientes de qualquer natureza;

V - Encaminhar, se pertinente, às instituições competentes, elogios, críticas, representações, reclamações, pedidos de informações e sugestões que lhes sejam dirigidos acerca dos serviços e das atividades desempenhadas por instituições alheias ao Ministério Público Militar;

VI - Apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e das providências adotadas;

VII - Encaminhar relatório estatístico trimestral e analítico semestral das atividades desenvolvidas pela ouvidoria aos respectivos órgãos colegiados superiores, Corregedoria e Procuradoria-Geral de Justiça Militar;

VIII - Encaminhar, preferencialmente por meio eletrônico, relatório estatístico trimestral e analítico semestral das atividades desenvolvidas ao Conselho Nacional do Ministério Público;

IX - Divulgar o seu papel institucional à sociedade.

Art. 3º A função de Ouvidor do Ministério Público Militar será exercida por membro do Ministério Público Militar em atividade e com mais de 10 anos de efetivo exercício, nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça Militar, dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1º O exercício da função de Ouvidor dar-se-á sem prejuízo das atribuições originárias de Membro do Ministério Público Militar.

§ 2º O Ouvidor do Ministério Público Militar será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Ouvidor Substituto, designado pelo Procurador-Geral de Justiça Militar, dentre os demais integrantes da lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior.

§ 3º O Ouvidor poderá ser destituído, antes do término de seu mandato, pelo Conselho Superior, mediante votação de dois terços de seus membros, desde que haja motivo que justifique a deliberação do Colegiado.

§ 4º O primeiro mandato do Ouvidor terá início na primeira quinzena de abril de 2017.

Art. 4º O Ouvidor realizará as atividades inerentes às suas atribuições, atuando em regime de cooperação com os demais órgãos do Ministério Público, podendo promover articulações e parcerias com outros organismos públicos e privados, visando ao atendimento das demandas recebidas e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Art. 5º A Ouvidoria do MPM funcionará na Procuradoria em que estiver lotado o Membro nomeado para a função de Ouvidor, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de funcionamento da Unidade, com estrutura material, tecnológica e de pessoal adequada ao cumprimento de suas finalidades e com espaço físico de fácil acesso à população.

Art. 6º As manifestações dirigidas à Ouvidoria não possuem limitação temática e poderão ser feitas pessoalmente ou por meio dos canais de comunicação eletrônicos, postais, telefônicos ou outros de qualquer natureza.

§ 1º Os atendimentos realizados pessoalmente pelo Ouvidor ou pela equipe da Ouvidoria serão reduzidos a termo e arquivados, preferencialmente, em meio eletrônico.

§ 2º Serão recebidas manifestações anônimas, desde que providas de um mínimo de consistência e verossimilhança.

§ 3º Em se tratando de manifestações sigilosas, o dever de manter o sigilo será repassado pela Ouvidoria ao Órgão para onde for encaminhada a demanda.

Art. 7º Os órgãos do Ministério Público Militar, por meio de seus membros e servidores, prestarão, prioritariamente, as informações e os esclarecimentos solicitados pela Ouvidoria para atendimento das demandas recebidas no prazo de até 30 dias.

Parágrafo único. O Serviço de Atendimento ao Cidadão ficará subordinado administrativamente à Ouvidoria do Ministério Público Militar.

Art. 8º As situações omissas serão submetidas ao Procurador-Geral de Justiça Militar, pelo Ouvidor.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº 159/PGJM, de 3 de novembro de 2016.

JAIME DE CASSIO MIRANDA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 12, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.050489/17-21, que tem como interessados: BRUNA MARIA PINHEIRO PERES DA SILVA e ALESSANDRA PERES PINHEIRO DOMINGUES para apurar a situação de nepotismo envolvendo as servidoras retromencionadas que ocupam simultaneamente cargos comissionados no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.

RAQUEL TIVERON

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO ECONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

PORTARIA Nº 1, DE 20 DE JANEIRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

Instaura Procedimento de Investigação Criminal, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.056212/17-21, para a completa apuração de publicação em rede social de ameaças e expressões contra a atuação de Promotores de Justiça.

MARCEL BERNARDI MARQUES,
Promotor de Justiça Adjunto

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

ATO Nº 7, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Dispõe sobre o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Senado Federal.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o Ato da Comissão Diretora n° 29, de 2006, e tendo em vista o disposto no art. 8° da Lei Complementam nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), e no art. 57 da Lei n° 13.408, de 26 de dezembro de 2016(LDO), resolve:

Art. 1º O Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Senado Federal com os grupos de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, constantes na Lei n° 13.414 de 10 de janeiro de 2017, observará os valores fixados no quadro Anexo.

Art. 2º O Fundo Especial do Senado Federal, instituído pela Lei n° 7.432, de 18 de dezembro de 1985, ratificado pelo Decreto Legislativo n° 27, de 14 de setembro de 1990, será custeado no limite de sua arrecadação.

Art. 3º Os créditos adicionais que vierem a ser abertos, relativos aos grupos de despesa previstos no art. 1° deste Ato, terão seus valores incorporados ao referido Anexo, em proporção ao número de meses que faltar para o encerramento do corrente exercício financeiro.

Art. 4° Havendo necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, o desembolso mensal, objeto dos anexos deste Ato, será reduzido na mesma proporção da limitação consoante disposto no artigo 9° da Lei Complementar n° 101, de 2000, combinado com o art. 58 da Lei n° 13.408, de 2016.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ILANA TROMBKA

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
(Art. 57 da Lei n° 13.408, de 26 de dezembro de 2016)
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

MESES	Pessoal e Encargos Sociais	Outros Custeios e Capital	TOTAL MENSAL
JANEIRO	300.000.000,00	50.000.000,00	350.000.000,00
FEVEREIRO	295.000.000,00	50.000.000,00	345.000.000,00
MARÇO	295.000.000,00	50.000.000,00	345.000.000,00
ABRIL	295.000.000,00	50.000.000,00	345.000.000,00
MAIO	360.000.000,00	55.000.000,00	415.000.000,00
JUNHO	295.000.000,00	55.000.000,00	350.000.000,00
JULHO	295.000.000,00	55.000.000,00	350.000.000,00
AGOSTO	295.000.000,00	55.000.000,00	350.000.000,00
SETEMBRO	295.000.000,00	55.000.000,00	350.000.000,00
OUTUBRO	295.000.000,00	55.000.000,00	350.000.000,00
NOVEMBRO	295.000.000,00	55.000.000,00	350.000.000,00
DEZEMBRO	294.552.498,00	53.373.559,00	347.926.057,00
TOTAL LEI N º 13.414/2016-LOA	3.609.552.498,00	638.373.559,00	4.247.926.057,00

Brasília-DF, 6 de fevereiro de 2017.
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA
Diretor Financeiro

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS

PROCESSO: 0000188-60.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RUI DALL AGNOL
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP-65415
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - DISCORDANCIA COM A DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO SEGURADO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que o acórdão guerreado não agiu com acerto ao não lhe conceder o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez a partir do requerimento administrativo (08/06/2011), mas tão somente a partir da citação.
O incidente não foi admitido na origem.
2. Inicialmente, a título de esclarecimento, importante destacar que não incide no caso a Sumula 22 desta Corte Uniformizadora, pois o Perito Judicial consignou que o início da patologia remonta ao ano de 1998, mas, a incapacidade laboral não se pode afirmar a data.
Logo, conhecer o pleito de uniformização, implicaria, necessariamente, nova análise do conteúdo probatório, a fim de que fosse concluído de forma diversa do contido na decisão guerreada, especificamente quanto à data de início da incapacidade laboral, o que é vedado pela Súmula 42 desta Corte.
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001048-61.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TERESINHA RODRIGUES DE SA
PROC./ADV.: LUIZ DE MARCHI
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela Autarquia em que sustenta que o acórdão guerreado está equivocado e merece ser reformado, haja vista que confirmou sentença de procedência de auxílio-doença, mesmo tendo o Perito Judicial concluído pela inexistência de incapacidade.
O incidente não foi admitido na origem.
2. Como se sabe o Magistrado é o destinatário das provas, e não está vinculado às conclusões lançadas no laudo pericial, podendo analisar todo o conteúdo probatório e formar a sua convicção ainda que vá de encontro ao Perito atuante nos autos.
Desta forma, tendo concluído o Magistrado prolator da sentença, que foi confirmada em sede recursal, que as provas eram suficientes à concessão do benefício pleiteado, fundamentado em outras provas, que não o laudo pericial, o conhecimento do presente recurso implicaria, necessariamente, uma nova avaliação do conjunto probatório.
Ocorre que a Súmula 42 desta C. Uniformizadora veda tal ação..
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0001821-19.2011.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SANDRA APARECIDA BOZI BARBOSA
PROC./ADV.: GISELA BERTOGNA
OAB: SP-243473
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM COTEJO ANALÍTICO DOS JULGADOS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que negou provimento ao recurso inominado interposto pela demandante, mantendo a sentença que julgou improcedente pedido para revisão de benefício previdenciário, mediante o reconhecimento de períodos laborados em condições especiais. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (autos n. 0024642-50.2008.4.04.7100 e 2005.71.16.002526-8) e pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região (autos n. 2006.72.95.020432-5).
2. O MM. Juiz Federal Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo proferiu decisão para admitir o Pedido de Uniformização.
3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
4. Em análise do recurso, destaco que a requerente não indicou quais seriam as teses contrárias adotadas no acórdão impugnado e no acórdão paradigma (autos n. 2006.72.95.020432-5), proferido pela Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, de acordo com a situação fática demarcada pela causa de pedir. Com efeito, o Pedido de Uniformização não está embasado em cotejo analítico relacionado à suposta oposição entre as teses jurídicas adotadas nos acórdãos confrontantes, o que não é suprido pela mera transcrição de ementas ou do inteiro teor do acórdão paradigma. Portanto, não demonstrada e existência de dissídio jurisprudencial com o cotejo analítico dos julgados, o Pedido de Uniformização não deve ser conhecido (art. 15, I, do RITNU - Resolução CJF 345/2015; art. 13, caput, do RITNU - Resolução CJF 22/2008).
5. Ressalto que a indicação de acórdãos proferidos pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (autos n. 0024642-50.2008.4.04.7100 e 2005.71.16.002526-8) não se amolda à hipótese de cabimento prevista pelo art. 14, da Lei n. 10.259/01.
6. Ante o exposto, voto pelo não conhecimento do Pedido de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0002201-30.2011.4.01.4101
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HILDA HONÓRIO DE ALCÂNTARA
PROC./ADV.: FAGNER REZENDE
OAB: RO-5607
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da Turma Recursal do Estado de Rondônia, pelo qual deu provimento ao recurso da parte autora e reformou a sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, convertido em aposentadoria por invalidez. Segue trecho do acórdão recorrido:
"(...)
Disponível para consulta no site: https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/index.php?
."
2. O incidente foi admitido na origem.
3. Contrarrazões pugnam, em síntese, pelo não conhecimento, ante o propósito de reexame da matéria fática. No mérito, pela negativa de provimento.
Passo ao voto.
4. Este PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
5. A controvérsia decorre da análise e da compreensão externada pelo juízo de origem acerca da demonstração fática da qualidade de segurada e da comprovação de incapacidade para o trabalho, segundo laudo médico pericial. Matéria fático-probatória. Assim sendo, a pretensa alteração do julgado de origem importa o revolvimento da matéria de fato já analisada e julgada no acórdão combatido.
6. Portanto, o conhecimento da matéria em apreço manifestamente encontra óbice na Súmula nº 42 da TNU , corolário do modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
7. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002239-21.2011.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: RAIMUNDA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS PAULO FAVARO
OAB: TO-4128
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR RURAL. DIB. DESSEMELHANÇA FÁTICA E JURÍDICA. MATÉRIA DE FATO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 E SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Tocantins pelo qual deu parcial provimento ao recurso do INSS, de modo a estabelecer o termo do benefício de pensão por morte (DIB) a contar da data da sentença 28/02/2012. Pugna pela retroação da DIB à data do ajuizamento da ação, que no caso é a data da entrada do requerimento administrativo (DER) 16/11/2010 ou desde a data do óbito. Segue trecho do acórdão:
Disponível para consulta no site: https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/index.php?
2. O incidente foi admitido na origem.
3. Sem contrarrazões.
Passo ao voto.
4. O PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
5. Registre-se, os julgados paradigmas apresentados pela recorrente não servem para estabelecer dissenso jurisprudencial válido, porquanto não guardam identidade fática e jurídica, na medida em que sua premissa é o benefício de aposentadoria, enquanto que o caso em apreço trata de pensão por morte, espécies diversas e submetidas a regras específicas (art. 42 e art. 74 da Lei nº 8.213/1991).
6. Noutro ângulo, o julgado recorrido assentou sua compreensão em matéria fático-probatória, cuja alteração importaria o revolvimento de seu conteúdo, circunstância incompatível com a atuação uniformizadora do Colegiado Nacional e não, frise-se, reformadora.
7. Portanto, o conhecimento da matéria em apreço manifestamente encontra óbice tanto na Questão de Ordem nº 22 , quanto na Súmula nº 42, ambas da TNU .
8. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002509-29.2012.4.01.3811
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: RAFAEL MAZÍLIO FERREIRA
PROC./ADV.: ADRIANA DE LOUDERS FERREIRA
OAB: MG-72463
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da 1ª Turma Recursal de Minas Gerais, pelo qual negou provimento ao recurso e manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, por não reconhecer demonstrada incapacidade. Segue trecho do acórdão recorrido:
Disponível para consulta no site: https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/index.php?
2. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo foi remetido à Turma Nacional de Uniformização.
3. Sem contrarrazões.
Passo ao voto.
4. Este PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
5. A controvérsia em apreço decorre da análise e do entendimento exarado pelo juízo de origem à vista dos elementos de prova examinados, particularmente laudo médico pericial em conjugação com a documentação correlacionada acostada.
6. Assim colocado, o cotejo das razões do recurso com o teor do acórdão recorrido e com a decisão de inadmissibilidade, denota que se cuida da reprise de submissão de questão de fato à instância estritamente uniformizadora e não, frise-se, reformadora.
7. Portanto, o conhecimento da matéria em apreço manifestamente encontra óbice na Súmula nº 42 da TNU , corolário do modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
8. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0002743-28.2009.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MAILLIN APARECIDA LEME BUENO DA CRUZ
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO CARDOSO CARVALHO
OAB: SP-177204
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
EMENTA - VOTO
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REVISÃO. MENOR INCAPAZ. DECADÊNCIA. CAUSA OBSTATIVA. INCIDENTE. CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora com fundamento no §2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão de Turma Recursal, que não acolheu pedido de revisão da renda mensal inicial de benefício previdenciário.
2. Suscita a divergência do decidido pela Turma Recursal de origem com a jurisprudência do STJ, no sentido de que em face de menor absolutamente incapaz o prazo decadencial não flui.
3. Assiste razão à parte recorrente.
4. A controvérsia a ser verificada no presente caso resume-se à fluência de prazo decadencial em desfavor de menor absolutamente incapaz. No caso dos autos, a parte autora, quando do ajuizamento da ação, ainda era menor absolutamente incapaz. Como sabido, nos termos do artigo 208 c/c 198, I do Código Civil, não corre a decadência contra absolutamente incapaz. Ademais, o próprio artigo 79 da Lei 8.213/91 afasta a aplicação do artigo 103 da citada lei em relação ao pensionista menor, incapaz, caso da parte autora.
5. Nesse sentido, é a jurisprudência da TNU, tal como o decidido no PEDILEF 2008.51.53.002837-0, Rel. Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales, de 18/06/2015.
6. Portanto, o caso é de anulação do acórdão e da sentença proferidos, vez que se encontram em desconformidade com o entendimento desta Turma Nacional, bem como considerando a inexistência da citação.
7. Ante o exposto, CONHEÇO do pedido de uniformização e DOU-LHE PROVIMENTO, para, acompanhando a tese firmada por este Colegiado, de que em relação aos menores absolutamente incapazes não corre a decadência, determinar a devolução dos autos à origem para regular prosseguimento do feito, com a citação do INSS e demais atos.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER DO INCIDENTE E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação supra.
Belo Horizonte, 20 de julho de 2016.

CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0002860-15.2011.4.01.3818
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: FRANCISCO MARCELINO RIBEIRO
PROC./ADV.: GRACIELA EVA MAIA
OAB: MG-131275
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela 1ª Turma Recursal da Subseção Judiciária de Uberlândia, que manteve julgamento de improcedência de pedido para concessão de benefício de aposentadoria por idade rural. Nas suas razões recursais, o demandante afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp. n. 440.954) pela Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF n. 2007.70.63.00.0210-9, PEDILEF n. 2007.72.59.00.2088-3, PEDILEF n. 2007.83.05.50.1080-0, PEDILEF n. 2004.70.95.007164-2, PEDILEF n. 2005.39.00.708920-0), no sentido de que os documentos juntados aos autos constituem início de prova material da atividade rural.
2. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização, que deu provimento ao agravo interposto pela parte autora contra decisão de inadmissão do PEDILEF, proferida pelo Juiz Presidente da Turma Recursal de origem, porque entendeu que o pedido não envolvia análise de questão fática.
3. Em juizo de admissbilidade do Pedido de Uniformização, verifico que o acórdão impugnado não guarda similitude fática e jurídica com os paradigmas apontados. Com efeito, o acórdão impugnado manteve a sentença de improcedência, porque o autor teria iniciado vínculo urbano, não sendo possível estender a eficácia probatória dos documentos anteriores à ruptura com o vínculo rural anterior. Entretanto, nos acórdãos paradigmas apontados, discute-se a eficácia de documentos firmados em nome de terceiros, o que não é a matéria discutida. Portanto, sendo distinto o embasamento fático e jurídico dos acórdãos, não resta demonstrada a similitude exigida para estabelecimento de dissídio jurisprudencial.
4. Posto isso, voto pelo não conhecimento do Pedido de Uniformização, de acordo com a questão de ordem n. 22, da Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003975-93.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROBERTA MARINS DE SÁ
PROC./ADV.: MARCELO ANDRADE CHAVES
OAB: DF-34880
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE RENDIMENTO AUFERIDOS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS. NÃO INCIDÊNCIA. MATÉRIA PACIFICADA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RESP N. 1.306.393/DF, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, 1ª SEÇÃO, J. 24.10.2012, DJE 07.11.2012 - RITO DO ART. 543-C DO CPC). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
R E L A T Ó R I O
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra Acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal em que foi mantida sentença de Primeiro Grau, que, por sua vez, julgou procedente o pedido autoral no sentido de reconhecer a não incidência de Imposto de Renda sobre rendimentos pagos por Organismo Internacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta que, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei n. 4.506/1964, somente "estão isentos do imposto os rendimentos do trabalho auferidos por (...) Servidores de organismos internacionais de que o Brasil faça parte e aos quais se tenha obrigado, por tratado ou convenção, a conceder isenção".
Alega que a parte autora não se enquadra na condição de "servidor de organismos internacionais", vez que recrutada e residente no Brasil.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução n. CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), no art. 15, inciso III, estabelece que "o pedido de uniformização não será admitido quando desatendidos os requisitos de admissibilidade recursal, notadamente se (...) estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, ou com súmula, jurisprudência dominante ou entendimento do Superior Tribunal de Justiça firmado em julgamento de recurso repetitivo ou de incidente de uniformização".
A matéria tratada nestes autos já foi pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no REsp n. 1.306.393/DF, rel. Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, j. 24.10.2012, DJe 07.11.2012, julgado como Representativo da Controvérsia, no seguinte sentido:
"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS, CONTRATADOS NO BRASIL PARA ATUAR COMO CONSULTORES NO ÂMBITO DO PNUD/ONU.
1. A Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.159.379/DF, sob a relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, firmou o posicionamento majoritário no sentido de que são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. No referido julgamento, entendeu o relator que os "peritos" a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo Decreto 59.30 8/66,estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre
Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de "peritos de assistência técnica", no que se refere a essas atividades específicas.
2. Considerando a função precípua do STJ - de uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional -, e com a ressalva do meu entendimento pessoal, deve ser aplicada ao caso a orientação firmada pela Primeira Seção.
3. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/08."
No mesmo sentido: PEDILEF n. 059669-81.2012.4.01.3400, rel. Juiz Boaventura João Andrade, j. 12.05.2016; PEDILEF n. 0019320-2.2013.4.01.3400, rel. Juíza Gisele Chaves Sampaio Alcântara, j. 17.08.2016.
O acórdão se encontra em harmonia com esses julgados, em decorrência do que não cabe Incidente de Uniformização.
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso interposto (art. 15, inciso III, RITNU).
Honorários advocatícios e custas processuais tratados na Turma Recursal de origem.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004067-08.2012.4.01.3303
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: GEROLINO DE SOUZA PIRES
PROC./ADV.: VÂNIA ZANON FACHINI
OAB: BA-33738
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE COMO RURAL. FIXAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. SEGURADO ESPECIAL BENEFÍCIÁRIO DE LOAS À DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, COM BASE NOS ELEMENTOS DE PROVA COLHIDOS NO CURSO DA INSTRUÇÃO, DE QUE O LABOR RURAL SE ENCONTRA COMPROVADO, EXCETO NO CURSO DO PERÍODO EM QUE O SEGURADO ESPECIAL RECEBIA BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PEDIDO VISANDO A REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. RECURSO NÃO CONHECIDO.

R E L A T Ó R I O
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra Acórdão de Turma Recursal em que houve reforma da sentença de Primeiro Grau, sendo julgado parcialmente procedente o pedido visando ao recebimento de aposentadoria por idade como trabalhador rural.
A parte recorrente se insurge contra a reforma da sentença de primeiro grau, grau de recurso, porém indeferimento o pleito autora quanto à fixação da DIB na data do requerimento administrativo (22.12.2010), "tendo em vista que sempre foi lavrador e que em 2010 preencheu todos os requisitos necessários para a concessão do benefício de aposentadoria por idade", motivo pelo qual não concorda com o início do benefício estabelecido em 22.11.2013, por contrariar, segundo alega, jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 200571950054308, rel. Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, DJe 18.11.2011).
É o relatório.
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
No caso sob exame, verifica-se que o pedido foi julgado improcedente em Primeiro Grau, por haver sido considerado "que constam nos autos escritura de compra e venda em que o autor teria adquirido de forma onerosa do Sr. Paulo Lopes Escobar a Fazenda Realeza, no ano de 2003, com área equivalente a aproximadamente 1.100 ha", sendo que "a qualificação do autor na referida escritura era de comerciante", além do que "ainda existem contribuições em nome do autor no período de 1995 a 1998, tendo como empregador o Sr. José Bispo de Belém", registros esses incompatíveis com a informação contida no contrato de comodato juntado aos autos, apontando que o autor teria trabalhado como comodatário de 1998 a 2005.
Houve provimento parcial do recurso interposto pela parte Autora, tendo o Juiz Relator, em seu voto, registrado em seu que, apesar de "o autor ter apresentado certidão de casamento em que é qualificado como lavrador (fl. 12); certidão emitido pela Justiça Eleitoral, onde declara a profissão de trabalhador rural; certidão de inteiro teor de nascimento de filho (fl. 15), onde é qualificado como lavrador; carteira emitida por sindicato rural (fl. 19); contrato de parceria agrícola firmado em 2011 (fls. 22/23); declarações de ITR da propriedade rural de terceira pessoa (fls. 24/27); escritura pública de aquisição em 2003 de imóvel rural pelo autor (fl. 19), onde é qualificado como comerciante, e declarações de ITR de sua propriedade rural (fls. 29/37), verifica-se que o autor possui vínculo empregatício de 1993 a 1998, consoante consulta ao CNIS anexa, e percebe desde 22/11/2013 o benefício de prestação continuada (LOAS), na forma de extrato do sistema Plenos anexo", em decorrência do que a aposentadoria como rural por idade, no entendimento daquele Colegiado, é devida logo após a 22.11.2013, último dia de pagamento do LOAS em comento.
O recurso autoral é inviável para o fim pretendido. Não cabe a esta Turma Nacional de Uniformização reexaminar as provas apresentadas no curso da instrução para o fim de verificar se confirmam ou não a alegação formulada no recurso interposto, no sentido de que os documentos colhidos na fase instrutória são suficientes para comprovar que a parte recorrente exerceu, efetivamente, o labor rural durante todo o período de carência exigido pela Legislação Previdenciária, inclusive no lapso dentro do qual houve pagamento de Benefício Assistencial, este Colegiado atribuindo, portanto, uma valoração diferente ao arcabouço probatório daquela dada pela Turma Recursal de origem, onde os elementos probatórios foram esmiuçados detalhadamente, aplicando-se, neste caso, a Súmula n. 42/TNU.
Pedido de Uniformização NÃO CONHECIDO (art. 14, § 2º, Lei n. 10.259/2001, c/c art. 15, inciso III, Res. CJF n. 345/2015; e Súmula n. 42-TNU).
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004818-05.2011.4.01.3602
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES SOUSA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR
OAB: MT-5646
PROC./ADV.: DANIELLA MOREIRA NERY SANTIAGO GLOSS
OAB: MT-14268
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE. MATÉRIA DE FATO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende o INSS a reforma de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, pelo qual reformou a sentença de improcedência do pedido de conversão de benefício de renda mensal vitalícia em aposentadoria por invalidez desde a DER da renda mensal vitalícia. O julgado combatido analisou e concluiu, a partir do resultado da perícia médica judicial e da documentação carreada pela incapacidade para o trabalho desde 03/03/1989. Segue trecho de acórdão recorrido:
Disponível para consulta no site: https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/index.php?
2. Enquanto que o INSS sustenta, em resumo, que o julgado considerou o direito à mulher exercente de atividade rural na legislação anterior em dissonância com o princípio tempus regit actum. Aduz que a segurada não tinha direito ao benefício previdenciário na época do fato gerador -invalidez- visto que a legislação vigente não assegurava o benefício, o que somente ocorreu com a Lei nº 8.213/1991, dada a obrigatoriedade de regulamentação do dispositivo constitucional. Ainda, que o julgado está em dissonância com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal De Justiça e pela 2a Turma Recursal de Santa Catarina.
3. O incidente foi admitido na origem.
4. Sem contrarrazões.
Passo ao voto.
5. O PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
6. Com efeito, o desiderato recursal em apreço implica, não apenas a apreciação jurídica da prova produzida e a subsunção às regras de direito próprias, mas seu revolvimento, porquanto a instância anterior regularmente já o fez - consoante o acórdão destacado acima - e concluiu, à vista do quadro fático-probatório específico, nomeadamente o laudo médico pericial, de par com o vínculo com o RGPS e com a documentação carreada, pela existência de incapacidade para o trabalho desde 03/03/1989.
7. Outrossim, as regras para a concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez previstas na Lei nº 8.213/1991 pressupõem a existência de vínculo regular e válido com o RGPS, este demonstrado até mesmo pela percepção de benefício de renda mensal vitalícia desde 03/03/1989. Repise-se, o juízo de origem examinou todas os aspectos relevantes de índole constitucional e infraconstitucional atinentes ao tema (confira-se o texto do acórdão recorrido).
8. Portanto, o conhecimento da matéria em apreço manifestamente encontra óbice nas Súmulas nº 42 e nº 43 da TNU .
9. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004857-86.2012.4.01.3304
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PORFIRIO FIUZA CARNEIRO FILHO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK...
OAB: BA-23800
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

ASSUNTO: REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - ART. 29, INCISO II, LEI N. 8.213/1991. MEMORANDO-CONJUNTO N. 21/DIRBEN/PFE-INSS. PRESCRIÇÃO E/OU DECADÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RMI. ART. 29, INCISO II, LEI 8.213/1991. EDIÇÃO DO MEMORANDO CIRCULAR N. 21/DIRBEN/PFEINSS, DE 15.04.2010. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO TÁCITO, PELA ADMINISTRAÇÃO, DO DIREITO À REVISÃO. RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO EM FLUXO. RECOMEÇO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM SUA INTEGRALIDADE. DECADÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/1991, COM MARCO INICIAL ESTABELECIDO A PARTIR DA DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO POR INVALIDEZ. DECADÊNCIA INEXISTENTE NO CASO CONCRETO. ACÓRDÃO RECORRIDO NA MESMA LINHA JURISPRUDENCIAL DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO (PEDILEF RepCont n. 5004459-91.2013.4.04.7101, rel. JUIZ JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO; PEDILEF N. 501559-44.2012.4.04.7112, rel. JUIZ SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA; PEDILEF N. 0012958-85.2008.4.03.6315, rel.JUIZ GLÁUCIO MACIEL GONÇALVES). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL NÃO CONHECIDO.
Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, em que foi reformada sentença extintiva e assegurada a revisão do benefício previdenciário da parte autora, com base no art. 29, inciso II, da Lei n. 8.213/1991, sob o fundamento de que, a despeito de o Decreto n. 6.939/2009 haver alterado a sistemática de elaboração de cálculos visando à concessão de novos benefícios previdenciários de Aposentadoria por Invalidez e Auxílio-Doença, ou seja, sem efeitos retroativos, com o advento do Memorando-Conjunto n.21/DIRBEN/PFE-INSS, de 15.04.2010, restou garantida a aplicação daquela norma regulamentar aos benefícios concedidos anteriormente à sua edição, com o pagamento administrativo das diferenças apuradas, além de significar, a edição dessa norma administrativa, de renúncia à fluência do lapso prescricional, nos termos do art. 202, inciso VI, do novo Código Civil, c/c o art. 9º do Decreto n. 20.910/1932 e Súmula n. 383/STF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No mérito propriamente dito, entendeu a Turma Recursal por julgar procedente o pedido autoral, proclamando a ilegalidade na elaboração dos cálculos de Aposentadoria por Invalidez e Auxílio-Doença, na forma indicada pelos arts. 32, § 20, e 188-A, § 4º, do Decreto n. 3.048, aos benefício previdenciários por incapacidade concedidos anteriormente à vigência dessa norma regulamentar, contrariando o que estabelecia os arts. 29, inciso II, da Lei n. 8.213/1991 e 3º da Lei n. 9.876/1999, irregularidade essa reconhecida pelo Réu no citado Memorando-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFE-INSS.
Sustenta o Recorrente o entendimento adotado no acórdão recorrido não se adequa à situação de renúncia à prescrição de que tratam os arts. 191 e 202, inciso VI, do Código Civil, cabendo a incidência, no caso, da regra contida no art. 103 da Lei n. 8.213/1991, devidamente interpretada na Súmula n. 85 do Superior Tribunal de Justiça.
Apresenta o seguinte paradigma: recurso n. 2010.70.50.021026-0, 3ª Turma Recursal do Paraná, rel. Juíza Flávia Xavier da Silva.
Sem contrarrazões.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Nos termos do art. 15, inciso III, primeira parte, da Resolução CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), o Incidente de Uniformização não será admitido, entre as razões elencadas no dispositivo em relevo, quando o pedido "estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização".
O dissídio jurisprudencial não se encontra caracterizado nos presentes autos, especialmente por conta de abordar tema tratado, recentemente, por este Colegiado em sede de Recursos Representativos da Controvérsia, em decorrência do que o paradigma apresentado pelo Recorrente não espelha a jurisprudência vigente na Turma Nacional de Uniformização (Resolução CJF n. 345/2015, art. 15, inciso IV).
Este Colegiado, em sessão realizada no dia 12.05.2016, ao examinar o PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, rel. Juiz JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO, j. 20.05.2016, DJe 20.05.2016, destacado como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA acerca do tema tratado nestes autos, incluindo, a um só lance, os institutos da prescrição e da decadência, firmou o entendimento neste sentido, verbis:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO.
(...)
A) No que diz respeito à decadência:
A jurisprudência da TNU já se pacificou sobre o tema.
No particular, há recentíssima decisão (PEDILEF 50155594420124047112, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 20/03/2015 PÁGINAS 106/170) assim versada:
"(...) 26. Todavia, há, quanto à matéria em questão, fato relevante a se considerar, qual seja, o reconhecimento administrativo do direito à revisão, pelo INSS, através do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que, em seu item 4.2, fixou serem "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-contribuição".
27. Resta claro, pois, o reconhecimento, pela Administração Previdenciária, do direito à revisão dos benefícios que levaram em conta para o cálculo de seus valores 100% do salário-de-contribuição no respectivo PBC (ao invés dos 80% maiores), ato administrativo este que beneficia indiscutivelmente o recorrente, mesmo tendo ingressado com a presente ação mais de dez anos após a concessão do auxílio-doença. Isso porque, conforme veremos, quando do reconhecimento do direito à revisão na esfera administrativa ainda não havia transcorrido o prazo decadencial.
28. Observe-se que o item 4.1 preceitua que "deve-se observar, inicialmente, se o benefício já não está atingido pela decadência, hipótese em que, com esse fundamento, não deve ser revisado", sendo evidente, portanto, que o ato administrativo de reconhecimento do direito não foi absoluto, excluindo os casos em que já se tinha operado a decadência. E não poderia ser diferente, na medida em que o art. 209 do Código Civil preceitua ser "nula a renúncia à decadência fixada em lei", estando a Administração Pública vinculada a tal preceito, ante o princípio da legalidade (art. 37 da CF/88).
29. A questão é que não se tratou, conforme evidenciado acima, de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência.
30. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 6 de maio de 2000, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15 de abril de 2010. 31. Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença, declarando-se, no caso concreto, o afastamento da decadência pelo reconhecimento administrativo do direito, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para novo julgamento, observada a premissa supra".
B) No que diz respeito à prescrição:
A TNU, no julgamento do PEDILEF nº 0012958-85.2008.4.03.6315, Rel. Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, julgado em 14.02.2014 já houvera fixado a tese de que:
"(...)
(i) a publicação do Memorando 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15-4-2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação; e
(ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do ato normativo referenciado não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando".
Este entendimento foi reafirmado no julgamento do PEDILEF 50142612820134040000, relator juiz Federal Wilson Witzel, DOU de 04/03/2016, pg. 98/268.
Conclusão
Em razão do exposto conheço o pedido de uniformização. Nego-lhe provimento, uma vez que a decisão recorrida deu correto desate ao dissídio.
Proponho que a TNU, na sistemática dos representativos de controvérsia, fixe as seguintes teses:
(1) a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, sujeita-se ao prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91, cujo marco inicial é a data da concessão do benefício originário;
(2) afasta-se a decadência pelo reconhecimento administrativo do direito, perpetrada pelo Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBENS/PFEINSS de sorte que somente decaiu o direito à revisão dos benefícios iniciais concedidos há mais de dez anos, a contar de 15 de abril de 2.010;
(3) a publicação do Memorando 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15-4-2010, ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação;
(4) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do ato normativo referenciado não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando."
No mesmo sentido: PEDILEF n. 50129855020134047100, rel. Juiz Daniel Machado da Rocha, DJe 13.11.2015, entre outros.
Vê-se, portanto, que o Acórdão recorrido está em harmonia com o entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (art. 17, inciso I, RITNU).
Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido (art. 15, inciso IV, RITNU).
Honorários advocatícios e custas processuais tratados em Segundo Grau.
É como voto.
Brasília/DF, 17 de agosto de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005230-29.2013.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: KAUAN SOUZA LUBEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-RECLUSÃO - DEPENDENTES DE SEGURADO DE BAIXA RENDA - CRITÉRIO ECONÔMICO - FLEXIBILIZAÇÃO - POSSIBILIDADE - - DISSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO PARA FIM DE DETERMINAR O JUÍZO DE ADEQUAÇÃO DO JULGADO (ART. 9º, X, DO RI/TNU).
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte autora, ora recorrente, menor impúbere, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.
Na vertente, a Turma Recursal de origem manteve a sentença de mérito pelos seus próprios fundamentos, a qual entendeu que descabia o pedido autoral de auxílio reclusão, haja vista que o último valor de renda mensal auferido pelo segurado antes da prisão extrapolava em R$ 3,95, valor este superior ao mínimo legal estabelecido pela Portaria MPS vigente à época de sua prisão.
O recorrente sustenta ser possível a flexibilização dos critérios para fins de obtenção do auxílio reclusão, quando o valor do salário de contribuição do segurado for pouco superior ao limite definido em Portaria, aduzindo que a jurisprudência já vem aplicando o entendimento de que este fato não obstaria a concessão do benefício pleiteado pelos dependentes do segurado encarcerado, em vista dos princípios da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana. Junta como paradigma ao seu Pedido de Uniformização, o acórdão oriundo de Turma Recursal do Paraná que entende pela flexibilização dos critérios econômicos em situações extremas ou com valor pouco acima do mínimo legal.
Passo a proferir o Voto:
O auxílio-reclusão é benefício previdenciário que possui como condicionante, para a sua concessão, a renda do preso no momento da prisão, consubstanciada em seu último salário de contribuição.
Sobre o tema sub examen, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento, ocasião em que acompanhando o voto do Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, a Primeira Turma do STJ entendeu que a semelhança do caso com a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal em relação ao Benefício de Prestação Continuada àquela época (Recurso Especial Representativo da Controvérsia nº 1.112.557/MG), permitiria ao julgador flexibilizar também o critério econômico para deferimento do auxílio-reclusão.
O Ministro Relator argumentou, em seu voto, que a análise de questões previdenciárias requer "uma compreensão mais ampla, ancorada nas raízes axiológicas dos direitos fundamentais, a fim de que a aplicação da norma alcance a proteção social almejada", ficando o Recurso Especial relativo à flexibilização do critério econômico para concessão do auxílio-reclusão, assim ementado:
"RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. POSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO ECONÔMICO ABSOLUTO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DA FINALIDADE DE PROTEÇÃO SOCIAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. O benefício de auxílio-reclusão destina-se diretamente aos dependentes de segurado que contribuía para a Previdência Social no momento de sua reclusão, equiparável à pensão por morte; visa a prover o sustento dos dependentes, protegendo-os nesse estado de necessidade.
2. À semelhança do entendimento firmado por esta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.112.557/MG, Representativo da Controvérsia, onde se reconheceu a possibilidade de flexibilização do critério econômico definido legalmente para a concessão do Benefício Assistencial de Prestação Continuada, previsto na LOAS, é possível a concessão do auxílio-reclusão quando o caso concreto revela a necessidade de proteção social, permitindo ao Julgador a flexiblização do critério econômico para deferimento do benefício, ainda que o salário de contribuição do segurado supere o valor legalmente fixado como critério de baixa renda.
3. No caso dos autos, o limite de renda fixado pela Portaria Interministerial, vigente no momento de reclusão da segurada, para definir o Segurado de baixa-renda era de R$ 710,08, ao passo que, de acordo com os registros do CNIS, a renda mensal da segurada era de R$ 720,90, superior aquele limite
4. Nestas condições, é possível a flexibilização da análise do requisito de renda do instituidor do benefício, devendo ser mantida a procedência do pedido, reconhecida nas instâncias ordinárias.
5. Recurso Especial do INSS a que se nega provimento."
(REsp 1.479564/SP, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, órgçao julgador: Primeira Turma, julg. 06/11/2014)
Tal posicionamento foi reafirmado pela Corte Superior por ocasião do julgamento do AgRg no REsp 1.479564/SP, também da relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho , conforme in verbis:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. POSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO ECONÔMICO ABSOLUTO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PREVALÊNCIA DA FINALIDADE DE PROTEÇÃO SOCIAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO.
1. A afetação de tema pelo Superior Tribunal de Justiça como representativo da controvérsia, nos termos do art. 543-C do CPC, não impõe o sobrestamento dos recursos especiais que tratem de matéria afetada, aplicando-se somente aos tribunais de segunda instância.
2. O benefício de auxílio-reclusão destina-se diretamente aos dependentes de segurado que contribuía para a Previdência Social no momento de sua reclusão, equiparável à pensão por morte; visa a prover o sustento dos dependentes, protegendo-os nesse estado de necessidade.
3. À semelhança do entendimento firmado por esta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.112.557/MG, Representativo da Controvérsia, onde se reconheceu a possibilidade de flexibilização do critério econômico definido legalmente para a concessão do Benefício Assistencial de Prestação Continuada, previsto na LOAS, é possível a concessão do auxílio-reclusão quando o caso concreto revela a necessidade de proteção social, permitindo ao Julgador a flexiblização do critério econômico para deferimento do benefício, ainda que o salário de contribuição do segurado supere o valor legalmente fixado como critério de baixa renda.
4. No caso dos autos, o limite de renda fixado pela Portaria Interministerial, vigente no momento de reclusão da segurada, para definir o Segurado de baixa-renda era de R$ 623,44, ao passo que, de acordo com os registros do CNIS, a renda mensal da segurada era de R$ 650,00, superior aquele limite

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. Nestas condições, é possível a flexibilização da análise do requisito de renda do instituidor do benefício, devendo ser mantida a procedência do pedido, reconhecida nas instâncias ordinárias. 6. Agravo Regimental do INSS desprovido."
(AgRg no REsp 1523797, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julg. 13.10.2015)
In casu, a instância de origem entendeu como absoluto o critério econômico, o que está em desacordo com a jurisprudência do Eg. STJ .
Forte nessas razões e que a renda auferida que ultrapassa o limite da Portaria Ministerial é de valor irrisório, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO AO PEDILEF do autor, para os seguintes fins:
1. Prestigiar a jurisprudência do STJ para o fim de fixar a tese de que é possível a concessão do auxílio-reclusão quando o caso concreto revela a necessidade de proteção social, permitindo ao Julgador a flexiblização do critério econômico para deferimento do benefício, ainda que o salário de contribuição do segurado supere o valor legalmente fixado como critério de baixa renda.
2. Determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem a fim de adequar o julgado nos termos da fundamentação supra. (art. 9º, x do Regimento Interno desta TNU).
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 17 de agosto de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005433-15.2009.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: SANDRA LIGIA TAVARES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que ao contrário do lançado no acórdão guerreado, o fato de possuir visão monocular, a classifica como deficiente, de forma que faz jus ao benefício previdenciário.
O incidente não foi admitido na origem.
2. Verifico que o recorrente, não concordando com o laudo pericial judicial, pretende desqualificar tal prova, a ponto de que em uma nova análise do pleito, lhe seja concedido o beneficio previdenciário postulado.
Não se pode perder de vista que os benefícios previdenciários de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez são destinados aos segurados que, em virtude de patologia incapacitante, não pode prover o seu sustento.
Ocorre que, essa não é a situação que se apresenta nos autos, visto que restou comprovado pelo Perito Médico Judicial que, embora a recorrente possua visão somente em um olho, não está impedida de desempenhar a sua profissão de assistente administrativo.
Logo, conhecer o pleito de uniformização, implicaria, necessariamente, a reanálise do conjunto probatório, com a desvaloração da prova pericial e proferir, como quer a recorrente, outra decisão, que lhe seja favorável. Contudo tal pleito encontra óbice na Súmula 42 desta C. Uniformizadora.
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005718-50.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NEIDE FERREIRA SANTIAGO PITA
PROC./ADV.: RAFAEL MIRANDA GABARRA
OAB: SP-256762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, que negou provimento ao seu recurso inominado, não reconhecendo a sua condição de rurícola.
Sustenta, em síntese, que há, nos autos, início de prova material para a comprovação do tempo de serviço rural postulado.
Aponta como paradigma julgado desta TNU (processo n.º 200739007029191).
2. O Min. Presidente desta TNU determinou a distribuição do incidente para melhor análise.
3. Entendo que o pleito de uniformização não merece ser conhecido.
É que não pretende a parte autora firmar tese específica sobre o objeto da demanda, busca, isso sim, a rediscussão do julgado, com nova análise dos elementos de prova já valorados pelas instâncias ordinárias, o que se mostra vedado nos termos da Súmula n.º 042 desta TNU (Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato).
Transcrevo parcela da sentença (confirmada pelo acórdão recorrido), que demonstra a minha afirmação:
A respeito do período rural, sem registro em CTPS, não há nos autos nenhum documento de início de prova material que demonstre que a autora realmente exerceu a lide rural no período de 24/05/1962 a 22/10/1971.
Vale ressaltar que a informação da profissão de seu pai constante em sua certidão de casamento não deve ser considerada como início razoavel de prova material uma vez que a jurisprudência tem firmado o entendimento de que apenas os documentos do cônjuge podem ser estentidos à esposa para fins de comprovação de início de laborar rural.
Em relação ao período de 23/10/1971 a 10/01/1993 trabalhado pela autora como balconista, observo ser impossível considerar referido período como vínculo empregatício uma vez que nesta época a autora já era casada com seu marido(casada em 23/10/1971) em regime de comunhão de bens, passando a ser proprietária também, a partir do vínculo matrimonial, do referido estabelecimento comercial. Corrobora este raciocíno o fato da autora, a partir de 11/01/1993, passar a contribuir aos cofres da Previdência Social como empresária do mesmo estabelecimento comercial que pleiteia o reconhecimento do vínculo empregatício.
4. Em face do exposto, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela parte autora não merece ser conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 17 de agosto de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005868-22.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MOEMA ELIZABETH WOTZASEK COSTA
PROC./ADV.: MARCELO ANDRADE CHAVES
OAB: DF-34880
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE RENDIMENTO AUFERIDOS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS. NÃO INCIDÊNCIA. MATÉRIA PACIFICADA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RESP N. 1.306.393/DF, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, 1ª SEÇÃO, J. 24.10.2012, DJE 07.11.2012 - RITO DO ART. 543-C DO CPC). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
R E L A T Ó R I O
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra Acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal em que foi mantida sentença de Primeiro Grau, que, por sua vez, julgou procedente o pedido autoral no sentido de reconhecer a não incidência de Imposto de Renda sobre rendimentos pagos por Organismo Internacional.
Sustenta que, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei n. 4.506/1964, somente "estão isentos do imposto os rendimentos do trabalho auferidos por (...) Servidores de organismos internacionais de que o Brasil faça parte e aos quais se tenha obrigado, por tratado ou convenção, a conceder isenção".
Alega que a parte autora não se enquadra na condição de "servidor de organismos internacionais", vez que recrutada e residente no Brasil.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução n. CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), no art. 15, inciso III, estabelece que "o pedido de uniformização não será admitido quando desatendidos os requisitos de admissibilidade recursal, notadamente se (...) estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, ou com súmula, jurisprudência dominante ou entendimento do Superior Tribunal de Justiça firmado em julgamento de recurso repetitivo ou de incidente de uniformização".
A matéria tratada nestes autos já foi pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no REsp n. 1.306.393/DF, rel. Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, j. 24.10.2012, DJe 07.11.2012, julgado como Representativo da Controvérsia, no seguinte sentido:
"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS, CONTRATADOS NO BRASIL PARA ATUAR COMO CONSULTORES NO ÂMBITO DO PNUD/ONU.
1. A Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.159.379/DF, sob a relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, firmou o posicionamento majoritário no sentido de que são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. No referido julgamento, entendeu o relator que os "peritos" a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo Decreto 59.30 8/66,estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre
Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de "peritos de assistência técnica", no que se refere a essas atividades específicas.
2. Considerando a função precípua do STJ – de uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional -, e com a ressalva do meu entendimento pessoal, deve ser aplicada ao caso a orientação firmada pela Primeira Seção.
3. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/08."
No mesmo sentido: PEDILEF n. 059669-81.2012.4.01.3400, rel. Juiz Boaventura João Andrade, j. 12.05.2016; PEDILEF n. 0019320-2.2013.4.01.3400, rel. Juíza Gisele Chaves Sampaio Alcântara, j. 17.08.2016.
O acórdão se encontra em harmonia com esses julgados, em decorrência do que não cabe Incidente de Uniformização.
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso interposto (art. 15, inciso III, RITNU).
Honorários advocatícios e custas processuais tratados na Turma Recursal de origem.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0006731-16.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUCIANO MATOS FREITAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que ao contrário do lançado no acórdão guerreado, e que está consignado no laudo pericial judicial, padece de alienação mental, está incapacitado pra o labor e preenche os demais requisitos legais, de forma que faz jus ao benefício pleiteado.
O incidente não foi admitido na origem.
2. De acordo com o laudo pericial acostado aos autos, firmado por profissional de confiança do Juízo e que atua com imparcialidade, o recorrente sofre de" Transtorno Afetivo Bipolar Episódio Atual Depressivo grave". Ou seja, não se trata de alienação mental, que é uma das patologias descritas no art. 151 da Lei 8.213/91 que dispensa o cumprimento de carência por parte do segurado.
Desta forma, evidente que pretende o recorrente, ante ao fato de que não concorda com o laudo e, consequentemente com a conclusão da decisão guerreada, uma nova avaliação das provas dos autos, a fim de que lhe seja concedido o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez.
Ocorre que conhecer o pleito de uniformização, implicaria, necessariamente, a uma nova análise das provas dos autos, o que é vedado pela Súmula 42 desta Corte.
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0006970-66.2011.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: MARIA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CÂMARA
OAB: TO-3058
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal contra acórdão prolatado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins, que manteve julgamento de improcedência de pedido para concessão de benefício de aposentadoria por idade rural. Nas suas razões recursais, a demandante afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo (autos n. 00061798520104036302), pela 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo (autos n. 00038751320104036303) e do enunciado n. 14, da súmula da jurisprudência da TNU. Aduz que os documentos apresentados são suficientes para comprovação do exercício de atividade rural.
2. O MM. Juiz Federal Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins proferiu decisão para admitir o Pedido de Uniformização.
3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
4. Em juizo de admissbilidade do Pedido de Uniformização, verifico que o acórdão impugnado não guarda similitude fática e jurídica com o paradigma apontado. Com efeito, na presente causa, o pedido para concessão do benefício de aposentadoria por idade rural foi julgado improcedente por não ter sido comprovada a qualidade de segurada especial da parte autora. Entretanto, nos acórdãos paradigmas a matéria tratada é a concessão de benefício de aposentadoria por idade urbana, sob o fundamento de que a carência necessária à aposentadoria deve corresponder ao ano em que o segurado implementou o requisito da idade. O acórdão impugnado tampouco diverge da orientação veiculada no enunciado n. 14, da súmula da jurisprudência da TNU, pois o julgamento de improcedência baseou-se na ausência de suporte de prova documental e testemunhal, porque as testemunhas ouvidas afirmaram que a autora teria deixado de desempenhar trabalho agrícola após o óbito de seu cônjuge.
5. Ademais, verifico que a hipótese é de incidência da orientação do enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU, uma vez que o acórdão prolatado, em julgamento de recurso inominado, aplicou o princípio do livre convencimento do magistrado diante das provas apresentadas e não considerou comprovado o exercício de atividade rural pelo período de carência necessário à concessão de aposentadoria por idade rural. A propósito, transcrevo o voto-ementa do julgado:
SÚMULA DE JULGAMENTO
EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL APÓS O ÓBITO DO CÔNJUGE. NÃO COMPROVAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.
RESUMO DA DEMANDA: A parte autora pretende obter a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, com pagamento de parcelas retroativas desde a data do requerimento administrativo.
SENTENÇA: Julgou improcedente o pedido da parte autora, "de acordo com o relato das testemunhas a autora deixou o trabalho no campo antes de 1988, não tendo exercido atividade rural na vigência da Lei 8.213/91. Assim, não há como reconhecer o direito à aposentadoria por idade".
RAZÕES DO RECURSO: Alega que as provas materiais corroboradas com as declarações das testemunhas, em audiência, confirmam o exercício de atividade rural. Requer a reforma do julgado para conceder o benefício almejado. Prequestiona a matéria.
JULGAMENTO DO RECURSO: A autora implementou o requisito etário em 1987 (nasceu em 05.05.1932), devendo comprovar a carência de 60 meses.
O reconhecimento de tempo de serviço prestado na condição de trabalhador rural exige início razoável de prova material, sendo inadmissível prova exclusivamente testemunhal (Súmula 149 do STJ).
A requerente apresentou os seguintes documentos objetivando comprovar a qualidade de segurada especial: documentos pessoais; a própria certidão de nascimento (05.05.1932), genitores qualificados como lavradores e constando endereço rural; certidão de casamento (1950), sem qualificação profissional; certidão de óbito do cônjuge (1986), qualificado como lavrador; INFBEN (pensionista de segurado especial desde 20.02.1986); certidão eleitoral (2009), qualificada como trabalhadora rural e constando endereço urbano e declaração de terceiro proprietário de imóvel rural.
Entretanto, deve ser prestigiada a impressão do julgador que teve contato direto com a parte e assim se expressou: "a autora implementou o requisito etário em 1987. É pensionista desde 1986. Na vigência da legislação previdenciária decaída não era possível cumular pensão com aposentadoria porque o benefício era devido apenas ao arrimo de família e seus dependentes. De acordo com o relato das testemunhas a autora deixou o trabalho no campo antes de 1988, não tendo exercido atividade rural na vigência da Lei 8.213/91. Assim, não há como reconhecer o direito à aposentadoria por idade".
Apesar de ter implementado o requisito da idade mínima exigida, não se verifica nos autos prova material suficiente que ateste o seu efetivo exercício de labor agrícola após o óbito do falecido marido em (1986). As testemunhas foram categóricas ao declararem que a autora deixou o trabalho no campo antes de 1988.
Acórdão que se baseia na interpretação sistemática e teleológica das normas que compõem o ordenamento jurídico, não violando nenhum dos dispositivos suscitados na peça recursal.
CONCLUSÃO: Recurso desprovido. Sentença confirmada.
6. Posto isso, voto pelo não conhecimento do PEDILEF, de acordo com a questão de ordem n. 22, e o enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0007356-16.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ORLANDO MOREIRA
PROC./ADV.: MARCUS VINÍCIUS CARUSO
OAB: SP-214853
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONÇALVES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE LABORATIVA. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA DURANTE PERÍODO EM QUE RECONHECIDA A INCAPACIDADE. SÚMULA Nº 72 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pelo autor em face de acórdão da Turma Recursal de São Paulo que reformou a sentença para acolher o pleito do INSS de efetuar o desconto do benefício previdenciário, concedido retroativamente, durante o período em que o autor desempenhou atividade laborativa.
2. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
3. Alega o autor que o acórdão recorrido divergiu do entendimento das Turmas Recursais do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e desta Turma Nacional de Uniformização na medida em que os paradigmas entendem como possível a cumulação de remuneração com benefício por incapacidade. Fundamentam para tanto que o fato do segurado trabalhar enquanto estava incapaz não faz presumir a ausência de incapacidade, tampouco justificaria o abatimento dos valores do benefício nos meses de efetivo trabalho, pois a realização da atividade laborativa se deu jungida à necessidade de sobrevivência do obreiro, em detrimento de sua própria saúde.
4. O acórdão combatido, no ponto específico deste incidente - não cumulação de salário com benefício por incapacidade - consignou:
Pelo que consta dos autos, a parte autora teve cessado seu benefício de auxílio doença em 27.01.2003, e após ingressar com recurso administrativo, somente em setembro de 2010 obteve a concessão de aposentadoria por invalidez, retroativamente a 28.01.2003, com o pagamento de parte dos atrasados devidos, descontados alguns meses em que o autor exerceu atividade remunerada.
Os benefícios por incapacidade são devidos ao segurado que se encontre provisoriamente incapacitado para o exercício de seu trabalho ou atividade habitual, no caso de auxílio doença, ou definitivamente incapacitado para o mesmo trabalho ou atividade habitual, e insuscetível de habilitação para qualquer atividade, no caso de aposentadoria por invalidez.
Desse modo, o afastamento do trabalho é pressuposto essencial para o recebimento dos benefícios em questão. O exercício de trabalho efetivo afasta a incidência concomitante de auxílio doença e aposentadoria por invalidez, eis que a concessão destes benefício presumem a incapacidade, e portanto o afastamento do trabalho.
Por outro lado, não se deve exigir do segurado que, diante da necessidade de subsistência, empenhe esforço acima do exigido aos demais, com vistas a superar a limitação laboral. Assim, o trabalho exercido por questão de sobrevivência não desnatura, necessariamente, a incapacidade e a necessidade de afastamento. Contudo, nem por isso deve o INSS pagar pelo benefício nos meses em que o segurado exerceu atividade remunerada. Em resumo, não é por que trabalhou que o segurado deixe de ter direito ao benefício, porém em contrapartida, não é por que o
benefício seja devido que o INSS deva pagá-lo em duplicidade com o trabalho exercido.
Ante ao exposto, dou provimento ao recurso, para julgar improcedente o pedido...".
5. Observa-se que o acórdão está em dissonância com o entendimento desta TNU, consolidado na Súmula 72:
"É possível o recebimento de benefício por incapacidade durante período em que houve exercício de atividade remunerada quando comprovado que o segurado estava incapaz para as atividades habituais na época em que trabalhou".
6. No mesmo sentido, julgado desta Corte:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. AUXÍLIO-DOENÇA. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA NÃO OBSTA O DIREITO DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO QUANDO COMPROVADA A INCAPACIDADE NO PERÍODO. SÚMULA Nº 72 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, o qual reformou a sentença, dando parcial provimento ao recurso da parte autora para conceder auxílio-doença a partir da data do ajuizamento (04/12/2012) descontados os valores relativos aos meses em que a autora permaneceu em atividade laborativa - do período em que foi constatada a incapacidade até 02/2013. 2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o acórdão impugnado diverge do entendimento da TNU, segundo o qual é possível o recebimento de salário e de benefício por incapacidade de forma cumulativa, num mesmo período, quando o segurado encontrava-se comprovadamente incapaz para o trabalho, posto que, em tal hipótese, o segurado trabalhou por necessidade de manter sua subsistência. 3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo, e distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Reputo comprovada a divergência jurisprudencial, razão pela qual conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Quanto à matéria em controvérsia, esta Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento consolidado no sentido de que "É possível o recebimento de benefício por incapacidade durante período em que houve exercício de atividade remunerada quando comprovado que o segurado estava incapaz para as atividades habituais na época em que trabalhou" (Súmula nº 72). 7. No caso dos autos, o laudo pericial médico constatou que a parte autora encontra-se incapacitada de forma definitiva desde 17/03/2004. Por sua vez, a Turma Recursal de origem fixou a DIB do auxílio-doença em 04/12/2012. Desse modo, faz jus a parte autora ao recebimento do benefício também entre 04/12/2012 e 02/2013, quando cessada a remuneração, conforme CNIS anexado aos autos (evento nº 25, fls. 06). 8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para reafirmar a tese de que é possível o recebimento de benefício por incapacidade durante período em que houve exercício de atividade remunerada quando comprovado que o segurado estava incapaz para as atividades habituais na época em que trabalhou (Súmula nº 72 da TNU). Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação, conforme a premissa jurídica ora reiterada pela TNU.Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
(PEDILEF 05019604920124058402, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, TNU, DOU 20/03/2015 PÁGINAS 106/170.)
7. Diante do exposto, conheço do incidente e dou provimento para, nos termos do verbete sumular 72, reconhecer como possível o recebimento de benefício por incapacidade durante período em que houve exercício de atividade remunerada quando comprovado que o segurado estava incapaz para as atividades habituais na época em que trabalhou.
8. Determino o retorno dos autos ao juízo de origem para efetuar a liquidação do julgado.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 15 dezembro de 2016.

FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0008845-37.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ CARLOS REIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO QUE CONFIRMOU A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO SOBRE PONTO ESPECÍFICO SUSCITADO NO RECURSO INOMINADO E EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ANULAÇÃO, DE OFÍCIO, DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PREJUDICADA A ANÁLISE DO INCIDENTE.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição mediante o reconhecimento de períodos laborados em condições especiais.
Em seu recurso, o recorrente alega que preenche os requisitos para a concessão do benefício postulado, destacando que a sentença e o acórdão recorrido não apreciaram a especialidade dos períodos. Aponta como paradigmas julgados da TNU.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
3. O acórdão não analisou expressamente o pleito da parte autora em seu recurso inominado, devendo ser anulado de ofício.
Explico. A parte autora postulou, na inicial: (a) a conversão dos períodos de 02.06.75 a 09.02.77, 14.03.77 a 19.10.77, 15.03.78 a 30.11.81, 04.05.82 a 17.06.82, 18.06.82 a 28.04.83, 06.07.83 a 31.08.83, 02.02.84 a 31.03.84, 01.04.85 a 30.04.85, 01.08.85 a 31.08.85, 01.06.84 a 31.08.84, 12.03.84 a 24.08.84, 27.08.84 a 29.09.89, 02.12.90 a 15.07.91, 03.05.93 a 02.08.93, 11.07.94 a 01.02.95, 11.09.95 a 17.11.95 e 11.01.96 a 03.04.96 em tempo de serviço especial, mediante a aplicação do fator de conversão 1,4; e (b) a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição desde a data da entrada do requerimento administrativo.
A sentença deixou de analisar o pedido de reconhecimento de tempo de serviço especial, apreciando apenas o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, justificando da seguinte forma:
No caso dos autos, o autor pretende comprovar exercício de atividade laborativa em condição especial nos seguintes períodos:
1- 02.06.75 a 09.02.77;
2- 14.03.77 a 19.10.77;
3- 15.03.78 a 30.11.81;
4- 04.05.82 a 17.06.82;
5- 18.06.82 a 28.04.83;
6- 06.07.83 a 31.08.83;
7- 02.02.84 a 31.03.84;
8- 01.04.85 a 30.04.85;
9- 01.08.85 a 31.08.85;
10- 01.06.84 a 31.08.84;
11 . 12.03.84 a 24.08.84;
12- 27.08.84 a 29.09.89;
13- 02.12.90 a 15.07.91;
14- 03.05.93 a 02.08.93;
15- 11.07.94 a 01.02.95;
16- 11.09.95 a 17.11.95;
17- 11.01.96 a 03.04.96
No entanto, em que pese o entendimento acima lançado, mesmo que levado em consideração todo o período na forma postulada pela parte autora, ainda sim esta não preenche os requisitos mínimos para a aposentadoria.
Com base nos documentos que até então foram carreados aos autos, vale dizer, contagem do INSS, nas cópias das CTPS, Vínculos no CNIS, a Contadoria Judicial efetuou a contagem de tempo de serviço / contribuição até a Emenda Constitucional nr. 20/98, num total de pouco mais de 29 anos, insuficientes para garantia de pelo menos uma aposentadoria proporcional com 30 anos, antes da exigência de idade mínima de 53 anos, homem.
Nesse sentido, merece destaque o parecer da Contadoria Judicial:
"O autor informa que em 27/08/2002 requereu benefício de aposentadoria junto ao INSS, com a conversão do tempo especial em comum, que foi indeferido sob alegação de não ter atingido o tempo mínimo de contribuição exigido. Relaciona períodos trabalhados sob a vigência da Lei 3.807/60 e Decretos 53.831/64 e 83.080/79 e na vigência da Lei 9.032/95 e demais períodos trabalhados, bem como apresenta guias de recolhimentos à Previdência nos períodos de 01/09/1997 a 31/12/1997, de 01/02/1998 a 31/08/2002, de 01/10/2002 a 31/10/2003 e a partir de 01/02/2005.
Consta no sistema PLENUS que o autor apresentou pedido administrativo em 27/08/2002, indeferido por falta de tempo de contribuição e que se encontra em gozo de benefício de auxílio doença desde 29/11/2007.
Efetuamos contagem do tempo conforme pedido do autor, considerando os períodos trazidos na inicial e constantes do CNIS, resultando em tempo total de 29A 4M 4D até a DER. Se considerado especial o tempo conforme pedido do autor, este apresentava até 16/12/1998 o tempo de 25A 8M 4D, necessitando do tempo mínimo de 31A 8M 22D para aposentadoria proporcional, na forma da legislação. Na DER o autor contava com 50 anos de idade".
Assim, considerando que para a aposentadoria por tempo de serviço proporcional, devida antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20/98 (16/12/1998), era necessário atingir pelo menos 30 anos de serviço, e a parte autora não cumpriu todos os requisitos para tanto, é inviável a concessão do benefício ora reclamado.
Diante disso, forçoso é reconhecer que não faz jus a parte autora à concessão da aposentadoria por tempo de serviço proporcional.
A parte autora apresentou recurso inominado, postulando o reconhecimento dos períodos não apreciados na sentença como especial e a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição.
No entanto, o acórdão recorrido, em decisão genérica, confirmou a sentença por seus próprios fundamentos.
Inconformada, a parte autora opôs embargos de declaração alegando omissão em relação ao pedido de reconhecimento do tempo de serviço especial. No entanto, os embargos foram rejeitados por voto com fundamentação genérica.
Desse modo, a Turma Recursal deixou de enfrentar a questão suscitada pela parte autora em seu recurso, impossibilitando, assim, a configuração de divergência jurisprudencial em torno da questão de direito material.
Sobre o tema, observo que o art. 93, IX, da Constituição, exige que toda decisão judicial seja fundamentada, sob pena de nulidade. A fundamentação, portanto, situa-se no plano da validade dos atos jurídicos, de modo que a sua omissão acarreta a nulidade da decisão. O princípio da motivação das decisões judiciais representa, em última instância, garantia ao jurisdicionado do respeito ao devido processo legal, permitindo-lhe saber os motivos do reconhecimento ou da denegação do seu direito.
Malgrado as particularidades dos Juizados Especiais Federais, sintetizadas nos seus princípios informadores ("oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade", art. 2º da Lei n.º 9.099/95), não se admite o comprometimento exacerbado do devido processo legal, quando há prejuízo manifesto e irreparável para a parte, se a sua situação fática não é devidamente examinada. Neste sentido, destaco os seguintes precedentes da TNU:
"A ausência de fundamentação prejudica o exercício do contraditório e da ampla defesa, que devem prevalecer também na sistemática dos juizados especiais." (PEDILEF 0501261-18.2008.4.05.8202, Rel. Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, TNU, julgado em 17/04/2013, DOU 23/04/2013); "a ausência de fundamentaçãoidônea em decisão judicial constitui matéria de ordem pública, podendo ser reconhecida de ofício pela instância superior" (PEDILEF 0510371-90.2007.4.05.8100, Rel. Juiz Federal Herculano Martins Nacif, TNU, julgado em 17/04/2013, DOU 03/05/2013); "7. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não escusa a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010). 8. A adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta das alegações de fato potencialmente relevantes para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa do sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão (TNU, PEDIDO 2003.81.10.027644-9, Rel. Juiz Federal Derivaldo Bezerra Filho, DJ 05/05/2010). 9. Verifica-se, pois, que a deficiência da motivação do acórdão recorrido frustra a aferição de efetiva divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. 10. Inteligência da Questão de Ordem nº 25 ("Decretada de ofício a nulidade do acórdão recorrido, ficam prejudicados os pedidos de uniformização e eventual agravo regimental"). 11. 12. Acórdão recorrido anulado de ofício, com retorno dos autos para novo julgamento e exame da alegação de erro material quanto à identificação da ação civil pública que interrompeu a prescrição e marco do reinício da contagem do prazo prescricional. Prejudicado o incidente de uniformização" (PEDILEF 201071500005409, rel. Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, j. 04/06/2014).
6. Esta Turma Nacional entende que a generalidade do acórdão, que não se confunde com a fundamentação sucinta, a não se ater às especificidades do caso que lhe é trazido, acaba por violar o direito à fundamentação da sentença, inserto no art. 93, IX, da CF/88. Nesse sentido cito os seguintes Pedilefs: 5064796720074058103; 0500729252009405810 0; 0501245792008405810 0; 0505817402006405810 3; e 0501261182008405820 2. Também é orientação deste Colegiado que o acórdão que afasta de modo largo os documentos apresentados sem declinar as razões de convicção quanto à inaptidão deles para a configuração do início de prova material, desatende o dever de fundamentação das decisões judiciais, previsto no art. 93, IX, da Constituição Federal (Pedilef 0504285-35.2009.4.05.8100, Relator Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, DOU 28/03/2014).
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PREJUÍZO PARA JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANULAÇÃO DE OFÍCIO. 1.A sentença julgou improcedente pedido de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, porque o autor não estava incapacitado para o trabalho de agricultor. O autor interpôs recurso inominado alegando que a redução da capacidade laborativa enseja a concessão de auxílio-acidente e que, apesar de não requerido na petição inicial, o direito a esse benefício pode ser reconhecido no presente processo em razão da fungibilidade dos benefícios por incapacidade. A Turma Recursal manteve a sentença pelos próprios fundamentos, sem enfrentar a fundamentação específica articulada no recurso. 2.O autor interpôs pedido de uniformização alegando contrariedade à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual não configura nulidade por julgamento extra petita a decisão que, verificando o devido preenchimento dos requisitos legais, concede benefício previdenciário de espécie diversa daquela requerida pelo autor. 3.O silêncio do acórdão em enfrentar a questão reiteradamente suscitada pelo autor frustrou a possibilidade de se configurar divergência jurisprudencial em torno da questão de direito material. Como essa nulidade influencia no juízo de admissibilidade do pedido de uniformização, pode ser reconhecida de ofício pela TNU. O acórdão recorrido deve ser anulado, cabendo à Turma Recursal refazer o julgamento sem deixar de enfrentar todas as questões suscitadas pela recorrente. 4.Acórdão anulado de ofício. Prejudicado o incidente de uniformização de jurisprudência.Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais anular o acórdão recorrido e declarar prejudicado o incidente de uniformização.
(PEDILEF 05027838320084058201, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 01/03/2013.)
4. Em face do exposto, tenho que merece ser anulado, de ofício, o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento. Prejudicado o incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

istos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais ANULAR, DE OFÍCIO, O ACÓRDÃO RECORRIDO, CONSIDERANDO PREJUDICADA A ANÁLISE DO PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0009624-26.2006.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO ROBERTO FERREIRA SANTOS
PROC./ADV.: LARISSA CAROLINA SILVA PAZ
OAB: SP-322471
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.
PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. REEXAME DE PROVA (SÚMULA 42). NCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte ré em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, que reconheceu o tempo de serviço especial de 02/12/1996 a 05/03/1998, laborado junto à empresa SEMI - Sociedade de Engenharia e Montagens Industriais Ltda., pelos seguintes fundamentos:
Da mesma forma, o período de 02/12/1996 a 05/03/1998, laborado junto à empresa SEMI - Sociedade de Engenharia e Montagens Industriais Ltda. (DSS-8030 acostado às fls. 40 do arquivo "P11.06.08.pdf", anexado aos autos em 12/06/2008), deve ser considerado especial, porquanto o autor exerceu a atividade de maçariqueiro, operando, durante toda a jornada de trabalho, equipamentos como maçarico, máquina de solda e esmirilhadeira, estando exposto, de forma habitual e permanente, a fumos metálicos provenientes de cortes com maçarico e solda de peças. Logo, referida atividade também se enquadra no ítem 1.2.11 do Anexo I e no ítem 2.5.3 do Anexo II, ambos do Decreto nº 83.080/79.
Sustenta que, a partir de 14/10/1996, o segurado deve instruir seu pedido de reconhecimento de tempo especial com os formulários sobre as condições especiais de trabalho (SB-40, DSS-8030, DIRBEN-8030, PPP), segundo os respectivos períodos de vigência e baseados em laudo técnico.
Aponta como paradigma julgado do STJ e da TNU.
2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
3. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.
O acórdão recorrido entendeu que, pela análise das provas dos autos, restou demonstrada a exposição habitual e permanente a agentes nocivos. Logo, a afirmação em sentido contrário demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de incidente de uniformização, nos termos da Súmula 42 desta TNU.
4. Em face do exposto, não conheço o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte ré.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte ré, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0012834-58.2010.4.01.3803
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: MARIA REGINA DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ RODRIGUES DE QUEIROZ JÚNIOR
OAB: MG-108317
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXILIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, pelo qual manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício de auxílio-doença, por não reconhecer demonstrada a qualidade de segurada. Segue trecho do acórdão recorrido:
Disponível para consulta no site: https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/index.php?
2. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo foi remetido à Turma Nacional de Uniformização.
3. Contrarrazões pugnam, em síntese, pelo não conhecimento e no mérito, pelo não provimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Passo ao voto.
4. O PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
5. No caso em apreço, conforme se depreende do teor do acórdão acima reproduzido o entendimento adotado no acórdão recorrido teve como suporte o quadro fático e probatório cuja análise e avaliação foi realizada de forma ampla. Assim sendo, a pretendida superação do julgado de origem necessariamente implicaria não apenas a apreciação jurídica ou a reapreciação da prova, mas seu revolvimento, hipótese incompatível com a atuação uniformizadora deste Colegiado Nacional, ao qual não é dado atuar como instância revisora segundo o modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
6. Portanto, o conhecimento da matéria em apreço manifestamente encontra óbice na Súmula nº 42 da TNU , corolário do modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
7. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016.
BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal- Relator
PROCESSO: 0018043-32.2014.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: LUIS CARLOS DA SILVA MARQUES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): DNIT
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PARADIGMAS IDÔNEOS. QUESTÃO DE ORDEM N. 13, DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pela MMª Juíza Federal Presidente da Turma Recursal das Seções Judiciárias do Amazonas e Roraima, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o requerente indicou acórdãos da Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal e do Tribunal Regional Federal a 1ª Região como paradigmas, bem como porque o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização (questão de ordem n. 13, da TNU).
2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge do entendimento da Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal (processo n. 0000813-90.2013.4.01.3400) e do Tribunal Regional da 1ª Região (apelação/reexame necessário n. 2007.34.00.041467-0). Aduz que a Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas teria julgado improcedente o pedido para concessão de reajuste linear da remuneração do autor correspondente à diferença entre o índice de 13,23% e aquele efetivamente devido decorrente da Vantagem Pecuniária Individual - VPI, nos termos da Lei n. 10.698/2003, ao passo que o entendimento da Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal e do Tribunal Regional da 1ª Região é no sentido de que a regra do artigo 37, inciso X, da Constituição da República de 1988, veda a distinção de índices na revisão geral anual e impõe a extensão do maior índice de recomposição salarial concedido no ano de 2003, obtido a partir da conjugação das disposições normativas insertas nas Leis ns. 10.697 e 10.698/2003, a todos os servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das autarquias e fundações públicas federais.
3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
4. Em juizo de admissbilidade do Pedido de Uniformização, destaco que o requerente não indicou qualquer acórdão que pudesse servir de paradigma idôneo para demonstração de divergência jurisprudencial a ser dirimida em julgamento do presente Pedido de Uniformização. A petição de interposição do Pedido de Uniformização de Interpretação da Lei Federal está embasada em suposta divergência entre o acórdão prolatado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Amazonas (1ª Região) e outros, prolatados pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal (1ª Região) e pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o que não se amolda à hipótese de cabimento prevista pelo art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.
5. Ademais, verifico que a hipótese é de aplicação da orientação da questão de ordem n. 13, da Turma Nacional de Uniformização: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
6. Há precedentes do STJ contrários ao pedido da parte autora: RESP 1.450.279/DF (Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE 16.06.2014); AgRg no RESP 1.256.760/RS (Primeira Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJE 12.12.2013). Destaco que a Turma Nacional de Uniformização, na sessão de fevereiro do corrente ano de 2016, alinhou-se à jurisprudência do STJ e fixou entendimento contrário à tese defendida pela parte autora (PEDILEF n. 0514671-51.2014.4.05.8100).
7. Posto isso, voto pelo não conhecimento do Pedido de Uniformização, pois não configurado pressuposto de sua admissibilidade, nos termos do art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 20 de outubro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator
PROCESSO: 0037661-76.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JORGE TORK RODRIGUES
PROC./ADV.: GERALDO MAGELA HERMÓGENES DA SILVA
OAB: DF-1599
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBA PERCEBIDA EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. JUROS DE MORA. VERBA PRINCIPAL DE NATUREZA REMUNERATÓRIA PAGA FORA DO CONTEXTO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela União Federal em face de Acórdão de Turma Recursal que julgou procedente o pedido inicial para "(...) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária e do imposto de renda incidentes sobre os valores recebidos a título de juros de mora, por ocasião do processo judicial que reconheceu o direito da parte autora à progressão retroativa, e, conseqüentemente, condenar a ré a restituir à parte autora os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda e de contribuição previdenciária incidentes sobre os citados valores, ressalvas as parcelas já restituídas administrativamente (...)".
- Recorre a União Federal quanto à incidência do Imposto de Renda Pessoa Física sobre os juros de mora. Sustenta que "(...) a matéria foi decida pela 1ª Seção da Corte no julgamento do RESP 1.227.133 apenas no que diz respeito aos juros de mora pagos em decorrência de ação referente à rescisão de contrato de trabalho e que incluía parcelas isentas do imposto de renda, como também parcelas sujeitas ao referido imposto. (...) Portanto, em se fazendo tributáveis os juros de mora, embora detenham natureza indenizatória, e não decorrendo de verbas isentas ou não tendo sido percebidos por força ou em razão de rescisão de contrato de trabalho, decisão em contrário viola a referida legislação transcrita acima, bem como vai de encontro ao entendimento firmado pelo STJ em sede de recurso repetitivo.(...)".
Pois bem.
- Para a ocorrência do fato gerador de IRPF, necessário se faz que a verba auferida pelo contribuinte venha a lhe representar uma aquisição efetiva de disponibilidade econômica ou jurídica. De fato, "rendas e proventos de qualquer natureza" é expressão que indica a espécie do gênero "acréscimo patrimonial", razão pela qual a hipótese de incidência material da renda e proventos de qualquer natureza é a aquisição de riqueza nova (acréscimo patrimonial).
- Não se desconhece a existência de determinadas verbas que, a despeito de aparentemente acrescerem o patrimônio de alguém, constituem-se, na verdade, em simples recomposição, pois visam tão-somente a compensar um prejuízo sofrido. São verbas meramente indenizatórias e sobre elas não incide Imposto de Renda, consoante entendimento jurisprudencial já consolidado.
- Por tal razão, necessário identificar a natureza jurídica das verbas percebidas originalmente pela parte autora, verbas estas de cujo pagamento atrasado nasceu a obrigação da Fazenda de lhes acrescer os juros de mora (indenizatória ou remuneratória). Há que se esclarecer se tais verbas constituíram, ou não, um acréscimo patrimonial passível de tributação de IRPF, haja vista que, por se tratar de obrigação de caráter acessório, os juros de mora terão a mesma natureza daquela obrigação de onde se originou.
- Especificamente para o caso de imposto de renda incidente sobre benefícios previdenciários pagos acumuladamente, colaciono o precedente abaixo:
TRIBUTÁRIO. PROVENTOS DE APOSENTADORIA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE E A DESTEMPO EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL. IMPOSTO DE RENDA. TABELAS E ALÍQUOTAS VIGENTES À ÉPOCA EM QUE DEVERIAM TER SIDO PAGOS. OBSERVÂNCIA DO REGIME DE COMPETÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ FIRMADO NO RESP Nº 1118429/SP, JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. ACCESSORIUM SEQUITUR SUUM PRINCIPALE. 1. O cerne da controvérsia em questão consiste em verificar como deve ser calculado o Imposto de Renda incidente sobre benefícios previdenciários (aposentadoria por tempo de serviço) pagos - em virtude de decisão judicial - acumuladamente mediante precatório, e se incide imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes do pagamento desta verba. 2. (...) 5. Em princípio, haja vista que a verba principal está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda - aposentadoria por tempo de contribuição -, tem-se por devida a incidência do tributo sobre os juros de mora resultantes do montante principal efetivamente tributado. 6. (...) 7. Remessa oficial e apelações improvidas. (APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - 23862, Desembargador Federal Fernando Braga, TRF5, Segunda Turma, DJE - Data::31/10/2013 - Página::353).
- Ressalva-se que, em se tratando de IRPF sobre juros de mora vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial, quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça pela não incidência, nos termos do excerto de julgado que segue:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. EFEITO MODIFICATIVO. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. JUROS MORATÓRIOS. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. 1. Cuida-se de matéria que trata de verbas de natureza trabalhista, e não previdenciária. 2. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.089.720/RS (j.
10.10.2012, Rel. Min. Mauro Campbell Marques), ratificou o entendimento de que se aplica o IRPF sobre juros moratórios, mesmo se fixados em reclamatória trabalhista, levando-se em conta duas exceções: a) isenção quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) isenção ou não incidência se atinentes a verba principal igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale). 3. O caso dos autos não se refere a nenhuma das exceções, sendo devido o IRPF. 4. A apuração do tributo devido sobre os juros de mora deve observar individualmente as parcelas mensais atrasadas, de modo que será devido o Imposto de Renda apenas quando essa tributação ocorrer sobre a mencionada prestação. Relativamente às parcelas mensais não tributadas, igualmente não poderá incidir a exação sobre os respectivos juros de mora. 5. Embargos de Declaração acolhidos, com efeito modificativo.
(EDcl no AgRg no AREsp 229.308/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 12/09/2013).
- Por fim, esta TNU, em representativo de controvérsia (PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113), assim entendeu:
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. REGRA GERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (RESP N. 1.089.720/RS). APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que manteve sentença de procedência do pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre os juros de mora recebidos em decorrência do pagamento em atraso de verbas previdenciárias. Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça de que recai imposto de renda sobre a referida parcela. Cita como paradigma o REsp 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do Código de Processo Civil. 2. Com razão a União. A questão em discussão foi recentemente reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo objeto do REsp 1.089.720/RS, julgado em 10-10-2012, da relatoria do Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. A Corte firmou o entendimento de que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). Nesse sentido, registram-se também os acórdãos prolatados no AgRg no AREsp 337.837/RS, julgado pela 1ª Turma, em 27-8-2013, relator o Sr. Ministro Sérgio Kukina e no REsp PODER JUDICIÁRIO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 1.227.624/PR, julgado pela 2ª Turma, em 6-8-2013, de relatoria da Srª Ministra Eliana Calmon. 3. No caso, tratando-se de verbas previdenciárias pagas em atraso, há a incidência do imposto de renda sobre os correspondentes juros de mora, caso a parcela principal esteja sob o campo de incidência tributária e não esteja contemplada por regra de isenção. Aplicação da regra geral constante do art. 16 da Lei 4.506/64. É de se ver que a turma recursal de origem não tratou disso. 4. Incidência, no caso, a Questão de Ordem n. 20, segundo a qual quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado. 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Incidente parcialmente provido para: (i) fixar a tese de que, em regra, incide o imposto de renda sobre juros de mora de benefício previdenciário pago em atraso, salvo quando a verba principal for isenta ou estiver fora do âmbito do imposto; (ii) anular o acórdão recorrido e devolver os autos à turma recursal de origem, para que profira nova decisão, levando-se em conta a premissa jurídica ora fixada. 7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.
- In casu, trata-se de verba com nítida natureza remuneratória e que não foi paga no contexto de rescisão do contrato de trabalho, de modo que devida a incidência do IRPF sobre os juros moratórios.
- Diante do exposto, deve-se DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de não incidência de Imposto de Renda sobre os juros de mora incidentes sobre as parcelas recebidas de forma acumulada, reafirmando a tese de que apenas não haverá incidência do IRPF sobre os juros de mora decorrentes de valores pagos a destempo, por força de decisão judicial, quando: a) pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) a verba principal for isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 20 de outubro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0043802-26.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE CIRILO DA SILVA
PROC./ADV.: MILTON DE ANDRADE RODRIGUES
OAB: SP-96231
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. REVISÃO. SÚMULA 260 DO TFR. DECADÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de uniformização (art. 14, Lei 10.259/2001) interposto pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal de São Paulo que, dando provimento ao recurso do INSS, reformou a sentença de parcial procedência e pronunciou a decadência do direito de revisão da renda de aposentadoria por invalidez, precedida de auxílio-doença, concedidos antes da Constituição de 1988, pela aplicação da Súmula 260/TRF (aposentadoria por invalidez com DIB em 01/04/87, precedida de auxílio-doença concedido em 11/02/1984).
2. No caso em tela, apesar dos julgados trazidos como paradigma, o incidente não comporta conhecimento, pois o acórdão hostilizado está em consonância com o entendimento da TNU. Confira-se recente julgado, no qual a matéria foi minuciosamente examinada:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DA RMI DO BENEFÍCIO DERIVADO COM BASE NA APLICAÇÃO DA SÚMULA 260 DO EXTINTO TFR NO BENEFÍCIO ORIGINÁRIO. DECADÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado improcedente o pedido formulado na inicial, tendo em vista que o direito à revisão pretendida foi atingido pela decadência. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue: "[...] VOTO PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVISÃO. CONSUMAÇÃO DO PRAZO DECENAL. ART. 103, CAPUT, LEI Nº 8.213/91. ENTENDIMENTO DA TNU. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. - Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário. - Preliminarmente, no que tange à decadência, esclareça-se que esta c. Primeira Turma vinha entendendo pela inaplicabilidade da norma inserta no art. 103, da Lei nº 8.213/91, aos benefícios concedidos anteriormente a 1997, data da publicação da Medida Provisória nº 1.523/97, de 27 de junho de 1997 (convertida na Lei 9.528/1997). - A despeito de tal juízo, convém anotar, por oportuno, que a c. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, na sessão de 8 de fevereiro de 2010, revendo o seu posicionamento, modificou seu anterior entendimento quanto ao tema, de modo a estender a aplicação do mencionado preceptivo legal também aos benefícios previdenciários concedidos antes da vigência daquela Medida Provisória (PEDILEF nº 2006.70.50.007063-9). - Ainda que o Superior Tribunal de Justiça já possua entendimento no sentido de que a decadência instituída pela Lei n.º 9.528/97 não atinge os benefícios concedidos antes do seu advento, não adotou o mesmo entendimento quanto à decadência administrativa prevista no art. 54 da Lei n.º 9.784/99, em relação à qual se admite a aplicação para fatos ocorridos anteriores, desde que se tome como termo inicial do prazo, a data da vigência da lei. - Ademais, se existe a previsão do art. 14, §4º, da Lei n.º 10.259/2001, é exatamente em face da possibilidade de haver divergência entre o entendimento pacificado no STJ e aquele adotado pela TNU, competindo àquele, em seguida, se provocado, dirimir a divergência, oportunidade em que poderá modificar o entendimento antes sedimentado ou confirmá-lo. Ainda que o ideal seja uniformizar-se o máximo possível os entendimentos das cortes jurisdicionais sobre a matéria, as divergências permitem a oxigenação das cortes, para que atentem a questões antes não vislumbradas, inclusive de ordem constitucional, caso em que o último órgão a dizer o direito aplicável será o STF, e não o STJ. - Outrossim, na revisão dos benefícios concedidos a partir da vigência da MP nº 1523-09/1997, o prazo decenal é contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. É bem verdade que houve redução do prazo decadencial de dez para cinco anos no período compreendido entre 1998 e 2003; contudo, a Lei 10.839/04 estendeu o prazo decadencial de dez anos para os benefícios concedidos entre 22.10.98 e 19.11.2003, todavia, levando-se em conta o prazo já decorrido desde a concessão. - Destarte, no caso em apreço, considerando-se que entre a data de ajuizamento da ação e o ato de concessão do benefício, cuja revisão se pleiteia, decorreram mais de 10 anos, restou fulminado o direito pela decadência. - Recurso inominado improvido. Sentença mantida. - Sem condenação em ônus sucumbenciais, eis que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita. [...]" 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que "O prazo decadencial para a busca de revisão do benefício previdenciário no que tange à Renda Mensal Inicial), o qual foi estabelecido pela M.P. n. 1.523/1997, somente deve alcançar as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, visto que não houve previsão expressa para a sua retroatividade, bem como se trata de DIREITO MATERIAL". Aduz que o acórdão recorrido contraria precedentes do STJ (EDRESP 200300718275; REsp nº 254.186/PR; RESP 479964/RN e AGA 200602821820) e desta TNU (PEDILEF 200851510450358 e PEDILEF 200241007002573). 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pleito de uniformização. 5. A instituição de um prazo decadencial é uma inovação levada a efeito na nona reedição da MP n.º 1.523, de 27 de junho de 1997, posteriormente convertida na Lei n.º 9.528/97. Ela foi efetivada com uma finalidade específica: obstar a possibilidade de revisar os critérios constantes do cálculo da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários, inclusive dos decorrentes de acidente do trabalho. Sucintamente: (a) a redação original do art. 103 da Lei n.º 8.213/91 não previa prazo decadencial para o segurado postular a revisão do ato de concessão do benefício; (b) com o advento da Medida Provisória n.º 1.523-9, de 27/06/97, publicada na pg. 13683 do D.O. de 28/06/1997 (reeditada diversas vezes, inclusive sob o número 1.596-14, de 10/11/1997, e depois convertida na Lei n.º 9.528 de 10/12/1997), o artigo 103 da Lei n.º 8.213/91 restou alterado, passando a prever o prazo decadencial de 10 (dez) anos; (c) a Lei n.º 9.711/98 alterou o aludido prazo para 05 (cinco) anos; e (d) posteriormente, a Medida Provisória n.º 138/03 novamente modificou tal prazo para 10 (dez) anos. 6. No julgamento do RE n.º 626.489, por unanimidade, o C. STF pacificou a questão relativa a constitucionalidade da fixação do prazo decadencial: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecidoeprovido. (RE 626489, ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, DJ-e 23-09-2014) 7. Nesta decisão, nossa Corte Suprema afirmou não haver inconstitucionalidade na criação de prazo decadencial para a revisão dos benefícios já concedidos, e que o prazo de 10 (dez) anos seria suficiente para a resolução de eventuais controvérsias interpretativas e para que o segurado buscasse as informações relevantes. Ademais, a decadência não integraria o espectro de pressupostos e condições para a concessão do benefício - sendo um elemento externo à prestação previdenciária, não se podendo exigir a manutenção de seu regime jurídico. Nessa perspectiva, o fato de não haver limite temporal para futuro pedido de revisão não significa que o segurado teria um direito adquirido contra a instituição de um prazo futuro. (...) 17. Por relevante deve ser destacado, ainda o entendimento do STF no julgamento do RE 631240, o STF consolidou o entendimento, como regra geral, da necessidade do prévio requerimento administrativo e expressamente considerou que ele é necessário naquelas situações em que há circunstância fática não examinada pela administração. Então evidentemente que não pode haver decadência sobre questão que não foi apreciada pelo INSS. (...) 18. A decadência não é aplicável para ações que buscam o reajustamento, mas apenas quando se objetiva a revisão da RMI. No caso em foco, a irresignação do autor repousa nos critérios de reajustamento utilizados pelo INSS em relação ao benefício de auxílio-doença que precedeu a aposentadoria por invalidez, cuja proporcionalidade, contraria o disposto na Súmula 260 do extinto TRF. Em face do art. 58 do ADCT, a aplicação do enunciado citado produziu efeitos patrimoniais limitados no tempo, não havendo, de regra, mais valores a serem restituídos. De fato, a partir da vigência do dispositivo transitório, os benefícios previdenciários foram todos revistos conforme o número de salários mínimos equivalentes à época da concessão: "Art. 58. Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte. Parágrafo único. As prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição." 19. Teríamos uma exceção na qual haveria efeitos. Quando o benefício derivado foi calculado a partir da renda do benefício originário. Então, a aplicação do primeiro reajuste integral no benefício originário produziria efeitos na renda mensal inicial do segundo benefício, sobre o qual incidiria o artigo 58 ADCT. Contudo, neste caso, a pretensão seria a revisão da renda mensal inicial do segundo benefício, cujo prazo de prazo de 10 anos, previsto no art. 103 da LBPS, para a revisão da renda mensal inicial já teria transcorrido. Partindo dessas premissas, no caso em exame, verifico que o benefício da parte autora que é objeto do presente feito foi atingido pela decadência. 20. Em face de tudo o que foi exposto, tenho que o incidente de uniformização formulado pela parte autora não merece ser provido. 21. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e negar provimento ao pedido de uniformização interposto pela parte autora. (PEDILEF 05023068320104058300, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, DOU 03/07/2015 PÁGINAS 116/223)
3. Incidente não conhecido. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da TNU. Incidência da Questão de Ordem 13 deste Colegiado.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização, NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal relatora.
Brasília/DF, 14 de setembro de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0051531-91.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: VALMIR BATISTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA
OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS GOZADAS. NATUREZA REMUNERATÓRIA DA PARCELA. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO. ACÓRDÃO MANTIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal no bojo da qual foi mantida sentença de Primeiro Grau, dando como improcedente pedido visando ao reconhecimento de não incidência de Imposto de Renda sobre Terço Constitucional de Férias gozadas.
Argumenta a parte Autora que o terço constitucional de férias tem natureza indenizatória, não se enquadrando no conceito de renda descrito no art. 43 do Código Tributário Nacional.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
A matéria trata no Incidente de Uniformização ora sob exame se encontra pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, inclusive tendo sido objeto de julgado conduzido sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil (REsp. n. 1.459.779 - MA), em sentido oposto ao defendido pela parte Autora, conforme de pode aferir a partir do seguinte aresto:
"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS.
1. No recente julgamento do recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.459.779 - MA (Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Rel. p/acórdão Min. Benedito Gonçalves, julgado em 22.04.2015) esta Corte reafirmou, na forma do art. 543-C do CPC, a sua jurisprudência no sentido de que o Imposto de Renda incide sobre o adicional de 1/3 incidente sobre as férias gozadas. Registro que fui vencido no julgado e faço a ressalva de minha posição pessoal.
2. Recurso ordinário não provido" (ROMS n. 45619, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 13.05.2015).
Assim, é de se concluir que o acórdão se encontra em harmonia com a jurisprudência pacífica no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, em decorrência do que o presente Incidente de Uniformização se demonstra inviável.
Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do Pedido de Uniformização.
Honorários advocatícios fixados em 10% (dez) sobre o valor da causa, devidos pela parte Autora, que arcará, também, com as custas processuais (Questão de Ordem n. 02).
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

VEDADA A REPRODUÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0052180-56.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOÃO GUILHERME LEITE SOARES
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA
OAB: PI-1984
REQUERIDO(A): UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO REPETITIVO. RESP PARADIGMA N° 1.459.779/MA. QUESTÃO DE ORDEM N° 24. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora em face Acórdão proferido pela Turma Recursal do Distrito Federal que confirmou sentença que julgou improcedente pedido de não incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias gozadas.
2. Entendeu a Turma de Origem, em suma, que "a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que as férias gozadas e seus respectivos terços
constitucionais possuem caráter remuneratório e não indenizatório (Pet 6243/SP, Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJe de 13/10/2008 e EREsp 512848/RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA, DJe de 20/04/2009). Mencionadas verbas compõem a base de cálculo do imposto de renda, nos termos do artigo 43 do CTN.".
3. Aduz a recorrente, no entanto, que a decisão impugnada diverge dos entendimentos firmados pelo eg. Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a natureza indenizatória do terço de férias gozadas para fins de não incidência de contribuição previdenciária.
4. Pois bem. Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de
Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
5. In casu, embora se possa cogitar uma possível divergência jurisprudencial nos termos apontados pelo recorrente - malgrado cuidem o acórdão combatido e o julgado paradigma de espécies tributárias distintas - , é imperioso reconhecer que, em relação ao tema objeto do presente incidente, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por meio do julgamento do REsp 1.459.779/ MA, processado sob o regime dos Recursos Repetitivos, em 22.04.2015 decidiu pela incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias gozadas, em razão de sua natureza remunetatória.
6. Confira-se o teor do julgado, in verbis:
"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. ADICIONAL DE 1/3 (UM TERÇO) DE FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA DA EXAÇÃO. 1. A jurisprudência tradicional do STJ é pacífica quanto à incidência do imposto de renda sobre o adicional (1/3) de férias gozadas. Precedentes: Pet 6.243/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe 13/10/2008; AgRg no AREsp 450.899/MS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/03/2014; AgRg no AREsp 367.144/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/02/2014; AgRg no REsp 1.112.877/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 03/12/2010; REsp 891.794/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 30/03/2009; entre outros. 2. A conclusão acerca da natureza do terço constitucional de férias gozadas nos julgamentos da Pet 7.296/PE e do REsp 1.230.957/RS, por si só, não infirma a hipótese de incidência do imposto de renda, cujo fato gerador não está relacionado com a composição do salário de contribuição para fins previdenciários ou com a habitualidade de percepção dessa verba, mas, sim, com a existência, ou não, de acréscimo patrimonial, que, como visto, é patente quando do recebimento do adicional de férias gozadas. 3. Recurso especial provido, divergindo do voto do Sr. Ministro Relator."
7. Assim, considerando-se que o Acórdão recorrido se orientou pelo entendimento solidificado pelo eg. STJ sob a sistemática dos recursos repetitivos, imperiosa é a incidência da Questão de Ordem n° 24, que dispõe:
Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia.
8. Isto posto, NEGO CONHECIMENTO ao incidente.
9. É como voto.

ACÓRDÃO

A turma, por unanimidade não conheceu do incidente de uniformização nos termos do voto do Juiz Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
Juíza Federal

PROCESSO: 0061207-19.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOÃO DIAS CARDOSO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
OAB: BA 27287
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDEÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. REVISÃO. SÚMULA 260 DO TFR. PRESCRIÇÃO. NOVO POSICIONAMENTO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N.13. NÃO CONHECIMENTO.
Trata-se de pedido de uniformização de jurisprudência da parte autora contra acórdão da Turma Recursal da Bahia, que manteve o reconhecimento da prescrição do pedido de revisão da renda de aposentadoria por invalidez, decorrente de conversão de auxílio-doença, com data de início dos benefícios anteriores à Constituição de 1988, pela aplicação da Súmula 260/TRF.
Cita paradigma da Turma Recursal de Santa Catarina, que bem caracterizou a divergência de interpretação do direito material e a similitude fático-jurídica em relação ao acórdão recorrido.
Ocorre que esta Turma Nacional de Uniformização firmou novo posicionamento sobre a matéria, em sentido contrário à pretensão da parte Autora, consoante se verifica do seguinte precedente:
SEGURIDADE SOCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. DIB ANTERIOR A 1988. SÚMULA 260 DO TRF. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. - Na linha da pacífica jurisprudência do STJ, o direito de pedir diferenças oriundas da aplicação da Súmula 260 do extinto TRF somente perdurou até março de 1994, estando prescritas todas as ações ajuizadas posteriormente. VOTO Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão que, dando provimento ao recurso inominado apresentado pela parte autora, julgou procedente o pedido de revisão de RMI de aposentadoria por invalidez decorrente de anterior auxílio-doença, determinando a aplicação da Súmula 260 do antigo TRF. Aduz o recorrente, em apertada síntese, que o acórdão recorrido, da 2ª Turma Recursal da Bahia, contraria não apenas a jurisprudência do STJ, mas também sendo divergente de julgado da 1a Turma daquela mesma Seção. Inicialmente, é mister salientar a existência de similitude fática ente o acórdão recorrido e os paradigmas apresentados, provenientes do STJ e da 1ª Turma Recursal da Bahia, visto que a questão jurídica divergente refere-se à possibilidade de aplicação ou não da Súmula 260 do TRF sobre as aposentadoria por invalidez precedidas de auxílio doença que tiveram DIB anterior à Constituição de 1988, quando a respectiva ação foi ajuizada após março de 1994, como no caso em exame. Pois bem. A jurisprudência desta Turma Nacional deUniformização é remansosa no sentido de ser cabível a tese autoral, na forma do julgado recorrido. Nesse sentido, vejamos recente decisão tomada no PEDILEF 00624907720064013300, neste ano de 2015, nos seguintes termos: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DEINTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. SÚMULA 260 DO TFR E ARTIGO 58 DO ADCT. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85/STJ. JURISPRUDÊNCIA DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. (...) 5. No acórdão que não procedeu à readequação do julgado, houve referência aos seguintes juglados do STJ: AgRg no REsp 687963/SP, DJ 28/11/2005; EREsp 261.109/RJ, DJ 24/10/2005; AgRg no Ag 932051/SP, DJ 17/12/2007 e AgRg no REsp 913588/MG, ,DJe 18/05/2009. 6. Contudo, o acórdão recorrido está em conflito com o entendimento desta TNU, consolidado no representativo de controvérsia 0004390-58.2009.4.03.6311 (03.08.2012) de que "cuidando-se de aposentadoria por invalidez derivada de auxílio doença concedida em data anterior à vigência da Constituição Federal de 1988, a revisão prevista no art. 58 do ADCT incidiu sobre renda do benefício então ativo -aposentadoria por invalidez -, ensejando reflexos negativos no cálculo da sua renda mensal atual, na hipótese de o benefício originário não haver sofrido o primeiro reajuste pela aplicação do índice integral, segundo dispunha a Súmula nº. 260 do extinto TFR". (...) Isto afasta, ipso facto, a razoabilidade da tese de que os efeitos da Súmula nº 260/TFR repercutiriam até março de 1989, como restou destacado na sentença e acolhido pelo acórdão recorrido". Aplicação da prescrição quinquenal, conforme Súmula 85/STJ. 7. No mesmo sentido, os PEDILEF's 05020532120074058100, DOU 01/06/2012 e 200563020133434, DOU 20/04/2012, de Relatoria do Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel Do Amaral E Silva, os quais também fazem referência aos PEDILEF's 200683005090157, 200583005295322 e 200750510007936 (precedentes), e 00466318420074013300, Rel. Juiz Federal JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 31/05/2013. 8. 9. Assim, diante do entendimento consolidado por esta TNU, no sentido de que, cuidando-se de aposentadoria por invalidez derivadade auxílio doença, concedidos antes da vigência da Constituição Federal de 1988, o cumprimento da primeira parte do enunciado da Súmula 260 do TFR, consistente na aplicação do índice integral quando do primeiro reajuste do auxílio-doença, acarreta reflexos financeiros na RMI da aposentadoria por invalidez, quando da revisão pelo art. 58 do ADCT, não sendo o caso de prescrição de fundo de direito, mas apenas quinquenal, conforme Súmula 85/STJ, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao presente incidente para condenar o INSS a revisar o benefício da parte autora, nos termos da fundamentação acima, com o pagamento dos atrasados desde a DER. Correção monetária a ser calculada de acordo com o Manual de Cálculos do CJF e juros de mora de conformidade com o artigo 1º-F da Lei 11.960/09. Embora entenda perfeita a fundamentação utilizada pela TNU quanto à não incidência da prescrição do fundo do direito, o fato é que a jurisprudência do STJ é pacífica em sentido contrário, aliás como dito pela própria Turma no voto/ementa acima transcrito. Nesse sentido, também, o precedente no AGRESP 201202060954, DJE 26/11/2012, 2a Turma, Relator Ministro Mauro Campbell, assim ementado: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZPRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. REVISÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. PRETENSÃO AO CRITÉRIO DE REAJUSTE PREVISTO NA SÚMULA 260/TFR. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Consoante jurisprudência do STJ, o direito de pleitear as diferenças decorrentes da aplicação da Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos prescreveu em março de 1994, tendo em vista a inexistência de reflexos da incorreta aplicação da referida súmula na renda futura do benefício previdenciário. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. Apesar de questionada doutrinariamente a constitucionalidade do art. 14, § 4º da Lei 10.259/01, a jurisprudência vem aceitando tranquilamente a interposição de recurso ao STJ contra as decisões da TNU que contrariarem seus precedentes. Ora, assim sendo, não vejo como deixar de aplicar o entendimento superior, não apenas por medida de economia e celeridade processual, mas também por uma questão de isonomia e segurança jurídica, a última também tida por muitos como princípio constitucional. Ante o exposto, CONHEÇO do Incidente de Uniformização Nacional para DAR-LHE PROVIMENTO, reformando o acórdão recorrido para julgar improcedente o pedido autoral. Sem honorários advocatícios, ante a ausência da figura do recorrente vencido. É como voto. (PEDILEF 00410947320084013300, RELATOR JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, DOU 09/10/2015 PÁGINAS 117/255)
Desta feita, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a atual jurisprudência firmada pela TNU, razão pela qual o presente pedido de uniformização de jurisprudência NÃO DEVE SER CONHECIDO, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU.
É como voto.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização por NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília, 14 de setembro 2016.

MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0072172-03.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JULIANA SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCELO ANDRADE CHAVES
OAB: DF-34880
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE RENDIMENTO AUFERIDOS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS. NÃO INCIDÊNCIA. MATÉRIA PACIFICADA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RESP N. 1.306.393/DF, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, 1ª SEÇÃO, J. 24.10.2012, DJE 07.11.2012 - RITO DO ART. 543-C DO CPC). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
R E L A T Ó R I O
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra Acórdão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal em que foi mantida sentença de Primeiro Grau, que, por sua vez, julgou procedente o pedido autoral no sentido de reconhecer a não incidência de Imposto de Renda sobre rendimentos pagos por Organismo Internacional.
Sustenta que, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei n. 4.506/1964, somente "estão isentos do imposto os rendimentos do trabalho auferidos por (...) Servidores de organismos internacionais de que o Brasil faça parte e aos quais se tenha obrigado, por tratado ou convenção, a conceder isenção".
Alega que a parte autora não se enquadra na condição de "servidor de organismos internacionais", vez que recrutada e residente no Brasil.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução n. CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), no art. 15, inciso III, estabelece que "o pedido de uniformização não será admitido quando desatendidos os requisitos de admissibilidade recursal, notadamente se (...) estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, ou com súmula, jurisprudência dominante ou entendimento do Superior Tribunal de Justiça firmado em julgamento de recurso repetitivo ou de incidente de uniformização".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A matéria tratada nestes autos já foi pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no REsp n. 1.306.393/DF, rel. Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, j. 24.10.2012, DJe 07.11.2012, julgado como Representativo da Controvérsia, no seguinte sentido:
"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS RENDIMENTOS AUFERIDOS POR TÉCNICOS A SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS, CONTRATADOS NO BRASIL PARA ATUAR COMO CONSULTORES NO ÂMBITO DO PNUD/ONU.
1. A Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.159.379/DF, sob a relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, firmou o posicionamento majoritário no sentido de que são isentos do imposto de renda os rendimentos do trabalho recebidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. No referido julgamento, entendeu o relator que os "peritos" a que se refere o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, promulgado pelo Decreto 59.30 8/66,estão ao abrigo da norma isentiva do imposto de renda. Conforme decidido pela Primeira Seção, o Acordo Básico de Assistência Técnica atribuiu os benefícios fiscais decorrentes da Convenção sobre
Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto 27.784/50, não só aos funcionários da ONU em sentido estrito, mas também aos que a ela prestam serviços na condição de "peritos de assistência técnica", no que se refere a essas atividades específicas.
2. Considerando a função precípua do STJ - de uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional -, e com a ressalva do meu entendimento pessoal, deve ser aplicada ao caso a orientação firmada pela Primeira Seção.
3. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/08."
No mesmo sentido: PEDILEF n. 059669-81.2012.4.01.3400, rel. Juiz Boaventura João Andrade, j. 12.05.2016; PEDILEF n. 0019320-2.2013.4.01.3400, rel. Juíza Gisele Chaves Sampaio Alcântara, j. 17.08.2016.
O acórdão se encontra em harmonia com esses julgados, em decorrência do que não cabe Incidente de Uniformização.
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso interposto (art. 15, inciso III, RITNU).
Honorários advocatícios e custas processuais tratados na Turma Recursal de origem.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500049-45.2014.4.05.9820
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ ASSIS DE ARRUDA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): JUÍZO DA NOVA VARA DA SJ DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO CABIMENTO DE PEDIDO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização de interpretação da Lei Federal interposto contra acórdão prolatado pela Eg. Turma Recursal da Paraíba, em sede da ação mandamental ajuizada pelo ora recorrente, em acórdão assim ementado:
" Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato do MM. Juiz Federal da 7ª Vara, da Seção Judiciária da Paraíba, que proferiu decisão nos autos da ação especial que tramita naquele Juizado a qual reconheceu a inexistência de obrigação de pagar remanescente.
O mandado de segurança é inapropriado ao presente caso, vez que da decisão combatida caberia recurso próprio (agravo de instrumento). É que o mandado de segurança não se presta a sucedâneo recursal, a teor do art. 5º, II, da Lei nº 12.016/09[1], que diz não ser cabível mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
Ou seja, é vedada a interposição de mandado de segurança para impugnação de decisões interlocutórias, exceto quando não houver recurso previsto em lei, o que não ocorre no caso em exame, uma vez que o artigo 522, do Código de Processo Civil, prevê, expressamente, o agravo como a via própria para se pleitear a reforma das decisões aludidas.
Por outro lado, o art. 7º II do Regimento Interno da TR da Paraíba, (que se encontra disponibilizado no sítio eletrônico da JFPB) dispõe que compete ao colegiado processar e julgar "II - recurso contra decisão que defere ou indefere medidas cautelares ou antecipatórias dos efeitos da tutela (art. 4º da Lei nº 10.259/2001), bem como decisão de inadmissão de recurso interposto em face de sentença e de decisão proferida na fase de execução do julgado;
Pari passu, dispõe o art. 51 daquele regimento:
Art. 51. Das decisões mencionadas no art. 7º, II, deste Regimento, caberá agravo, na modalidade de instrumento, no prazo de dez dias, contados da intimação da decisão e atendidos os requisitos dos arts. 524 e 525 do Código de Processo Civil, sendo a parte recorrida intimada para apresentar resposta em igual prazo
É de ressaltar, por oportuno, que o Enunciado nº 108 do Fórum Nacional de Juizados Especiais Federais - FONAJEF, no qual dispõe que: "Não cabe recurso para impugnar decisões que apreciem questões ocorridas após o trânsito em julgado", não possui valor vinculante perante nas decisões proferidas pelos JEFS, pois se prestam tão somente a aprimorar o funcionamento dos juizados.
Por fim, sequer se poderia aventar de dúvida razoável sobre que recurso ser manejado (se agravo ou se mandado de segurança), uma vez que o mandamus fora impetrado após o prazo destinado ao agravo, circunstância que representa, no mínimo, indício de que a presente ação fora articulada em virtude da perda de prazo do recurso cabível, não se podendo admitir, portanto, a aplicação da fungibilidade.
Por outro lado, há entendimento de que é incabível o mandado de segurança quando não se trata de decisão manifestamente ilegal, abusiva ou teratológica e o decisum recorrido apresentou fundamentação plausível.
Neste sentido, cito os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. SÚMULA 121 DO EXTINTO TFR. SERVENTIA. EFETIVAÇÃO. 1. No Superior Tribunal de Justiça não cabe mandado de segurança contra ato ou decisão, de natureza jurisdicional, emanado de Relator, consoante, aliás, assevera a Súmula 121 do extinto Tribunal Federal de Recursos. 2. Excepciona-se apenas quando a decisão impetrada apresentar-se como manifestamente ilegal ou abusiva (teratológica) - MS 8511/DF - Corte Especial - STJ ...". (AgRg no MS 12862/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2007, DJ 08/10/2007 p. 189)
"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. SÚMULA 267/STF. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL. TERATOLOGIA. INEXISTÊNCIA. 1. Mandado de Segurança objetivando a cassação de acórdão proferido pela Quarta Turma do STJ, da relatoria do e. Ministro Aldir Passarinho Júnior, que não conheceu do recurso especial, ao fundamento que as nulidades devem ser oportunamente apontadas no recurso especial, para permitir ao STJ determinar a observância dos dispositivos processuais indicados, sob pena de impossibilidade de conhecimento do mérito da discussão por completa ausência de prequestionamento. 2. O Pretório Excelso coíbe o uso promíscuo do writ contra ato judicial suscetível de recurso próprio, ante o óbice contido na Súmula 267, segundo a qual 'não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição'. 3. O mandado de segurança não é sucedâneo de recurso, sendo imprópria a sua impetração contra decisão judicial passível de impugnação prevista em lei, consoante o disposto na Súmula n.º 267 do STF. Precedentes da Corte Especial: AgRg no MS 10744/DF, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ de 27.03.2006; e MS 7068/MA, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ de 04.03.2002. 4. Ademais, cediço que não cabe mandado de segurança contra ato jurisdicional dos órgãos fracionários ou de relator desta Corte Superior (Precedentes da Corte Especial: AgRg no MS 9955/SC, Relator Ministro Franciulli Netto, DJ de 21.03.2005; AgRg no MS 9757/MG, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 17.12.2004; AgRg no MS 8442/DF, Relator Ministro José Delgado, DJ de 02.12.2002; e AgRg no MS 6283/RS, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ de 27.09.1999). 5. Outrosssim, a hipótese delineada nos autos não revela teratologia da decisão fustigada, máxime porque a jurisprudência desta Corte, no julgamento de hipóteses análogas, decidiu que a nulidade do julgamento proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, decorrente da dispensa da lavratura de acórdão, prevista no Regimento Interno daquele tribunal, desafia recurso especial por violação aos arts. 165, 458 e 563 do CPC. Precedentes do STJ: REsp 575.399/RJ, DJU de 11.04.200; RMS 16.138/RJ, DJ de 17.06.2004; REsp 488.726/RJ, DJU de 04.08.2006 e AgRg no AG 536.445/RJ, DJ de 16.12.2004. 6. In casu, consoante assentado no voto-condutor do acórdão proferido no RESP 687.982/RJ, os Recorrentes, ora impetrantes, não demonstraram irresignação contra a nulidade do acórdão local e tampouco requereram a remessa dos autos ao Tribunal a quo para prolação de outro acórdão. 7. Agravo regimental desprovido". (AgRg no MS 12749/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/06/2007, DJ 20/08/2007 p. 228)
Assim, as decisões judiciais somente podem ser atacadas por mandado de segurança em hipóteses muito específicas, mas não quando previsto remédio ordinário de insurreição.
Por fim, falta, no caso, uma das condições da ação, o interesse de agir, compreendido sob a ótica do binômio necessidade-adequação, impondo-se, por conseguinte, a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, c/c o art. 10, caput, da Lei nº 12.016/2009.
POSTO ISSO, em aplicação analógica ao art. 557, caput, do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial extinguindo o processo sem resolução do mérito nos termos dos arts. 5º, II, e 10, da Lei nº 12.016/2009, c/c o art. 267, I e VI, daquele mesmo diploma legal.
Sem condenação ao pagamento de custas processuais em razão da gratuidade judiciária deferida, e em honorários em virtude do disposto no art. 25 da Lei nº 12.016/2009, bem como na súmula nº 105 do STJ e na súmula 512 do STF.
Intime-se o(a) Impetrante.
Transitada em julgado esta decisão, com a devida certificação, dê-se baixa e arquive-se os autos com as cautelas de praxe".
2. Da leitura do acórdão constata-se de forma cristalina que as razões de decidir não ultrapassaram a seara do direito processual, vale dizer não houve apreciação e julgamento de qualquer questão de direito material, consoante determina o art. 14, da Lei n. 10.259/01, na medida em que entendeu-se que o mandado de segurança não era o instrumento adequado para impugnar decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo que concluiu, em sede de execução, pela inexistência de crédito a favor do requerente.
3. Esta C. TNU já pacificou entendimento no sentido de que não cabe incidente de uniformização contra acórdão que se cingiu tão-somente a analisar questão de natureza processual.
Neste sentido, foi editada a súmula n. 43 com o seguinte teor:
"Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 2 de fevereiro de y 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500055-80.2015.4.05.8312
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUDITE MATIAS DOS SANTOS
PROC./ADV.: MÁRCIA CRISTINA BORBA
OAB: PE-30411
PROC./ADV.: ESTER MARIA DA SILVA
OAB: PE-13382
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM COMO ESPECIAL TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E/OU AGROCOMERCIAL (ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO DO DECRETO N. 53.831/1964). POSSIBILIDADE. REEXAME DO CONTEÚDO PROBATÓRIO ACERCA DAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE HOUVE A PRESTRAÇÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. MATÉRIA PACIFICADA EM INCIDENTE JULGADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (PEDILEF Rep-Cont n. 0500180-14.2011.4.05.8013, REL. JUIZ JOÃO BATISTA LAZZARI). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
R E L A T Ó R I O
Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma Recursal em que restou julgado procedente o pedido autoral objetivando ao reconhecimento, como especial (insalubridade), de atividade prestada como empregado de empresa agroindustrial ou agrocomercial, antes de 28.04.1995.
Alega a parte Recorrente que, ao contrário do entendimento firmado no acórdão recorrido, o trabalho somente pode ser considerado especial, nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto n. 53.831/1964, se ocorreu a prestação de serviços simultaneamente em agricultura e pecuária (agropecuária), não sendo o caso dos autos, em que a parte autora trabalhou apenas na lavoura, em decorrência do que não há insalubridade a ser reconhecida.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Nos termos do art. 15, inciso III, primeira parte, da Resolução CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), o Incidente de Uniformização não será admitido, entre as razões elencadas no dispositivo em relevo, quando o pedido "estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização".
O dissídio jurisprudencial não se encontra caracterizado nos presentes autos, especialmente por conta de abordar tema já pacificado no âmbito deste Colegiado.
Esta Turma Nacional, em sessão realizada no dia 17.08.2016, ao examinar o PEDILEF n. 0500180-14.2011.4.05.8013, afetado como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, rel. Juiz JOÃO BATISTA LAZZARI, reiterou seu entendimento acerca da matéria tratada nos presentes autos nos seguintes termos, verbis:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO.ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA UNIFORMIZADA. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO ATÉ 28/04/1995. CATEGORIA PROFISSIONAL. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA TNU N. 42. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DO

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Alagoas que confirmou a sentença assim fundamentada: "[...] Neste diapasão, examinando-se os autos e em conformidade com o pedido do autor em sua inicial, percebe-se que o tempo de serviço trabalhado de 10/07/1980 a 13/01/1981, 09/03/1981 a 03/02/1982 e 05/03/1982 a 28/04/1995, deve ser contado como especial por enquadramento em categoria profissional, uma vez que o autor comprovou satisfatoriamente, mediante anotações em sua CTPS, laudo e PPP (constantes no processo administrativo), que exerceu atividades em condições especiais, como trabalhador rural, vigia e vigilante, sendo que, nestes últimos vínculos o autor trabalhava portando arma de fogo (anexo nº 8, pág. 6), o que é suficiente para comprovar o tempo de serviço especial, de acordo com o Decreto nº 53.831/64, item 2.5.7. Neste sentido, é a jurisprudência do STJ, TRF da 5ª Região e TNU [...]".
2. Em seu pedido de uniformização, o INSS defende que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, desta Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, trazendo ao conhecimento deste Colegiado os seguintes temas: a) que somente as atividades prestadas por trabalhadores da agropecuária, que tenham efetivamente laborado na lavoura e na pecuária, é que podem ser enquadradas por categoria profissional, nos termos do Decreto n. 53.831/64, que não teria contemplado o exercício de atividade rural na lavoura como insalubre (paradigma processo n. 2008.71.64.002558-7, TRRS; e RESP 291.404/SP); e b) que o enquadramento como especial da atividade de vigilante ou vigia somente é possível se comprovada a habilitação para o exercício da atividade e o porte de arma de fogo (paradigma Pedilef 200871950073870).
3. O incidente de uniformização foi admitido na origem.
4. Quanto ao ponto a, esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.
5. No tocante ao ponto b, entendo que o pedido de uniformização não pode ser conhecido. Afirmo isso apenas com base nos fundamentos da sentença que enfatiza que, quanto à atividade de vigilante, houve prova do porte de arma de fogo. É dizer, verificar as alegações do INSS - de que a instância julgadora anterior considerou como tempo especial o período laborado pelo autor na condição de vigilante/vigia, sem prova da habilitação e do efetivo porte de arma de fogo -, demandaria, necessariamente, o reexame de provas, providência inviável em sede de uniformização de jurisprudência nos termos da Súmula TNU 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
6. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia" (j. 10.09.2014, DOU 29.09.2014).
No mesmo sentido, inclusive quanto a aplicação da Súmula n. 42/TNU no tocante à avaliação do conteúdo probatório acerca das condições em que se deu a prestação do serviço noticiado nos autos, os seguintes julgados deste Colegiado: PEDILEF n. 0504365-69.2014.4.05.8311, rel. p/ o acórdão Juíza Angela Cristina Monteiro, j. 18.02.2016, DJU 26.02.2016; PEDILEF n. 0530790-11.2010.4.05.8300, rel. Juiz José Henrique Guaracy Rebêlo, j. 11.12.2015, DJU 19.02.2016; PEDILEF n. 5009331-74.2012.4.04.7202, rel. Juiz Sérgio Murilo Wanderlei Queiroga, j. 21.10.2015, DJU 13.11.2015).
Vê-se, portanto, que o Acórdão recorrido, no mérito, está em harmonia com o entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (art. 17, inciso I, RITNU).
Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.
Honorários advocatícios e custas processuais tratados em Segundo Grau.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500522-59.2015.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE FRANCISCO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: GALDINO BATISTA BEZERRA NETO
OAB: PE-29290
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM COMO ESPECIAL TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E/OU AGROCOMERCIAL (ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO DO DECRETO N. 53.831/1964). POSSIBILIDADE. REEXAME DO CONTEÚDO PROBATÓRIO ACERCA DAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE HOUVE A PRESTRAÇÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. MATÉRIA PACIFICADA EM INCIDENTE JULGADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (PEDILEF Rep-Cont n. 0500180-14.2011.4.05.8013, REL. JUIZ JOÃO BATISTA LAZZARI). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma Recursal em que restou julgado procedente o pedido autoral objetivando ao reconhecimento, como especial (insalubridade), de atividade prestada como empregado de empresa agroindustrial ou agrocomercial, antes de 28.04.1995.
Alega a parte Recorrente que, ao contrário do entendimento firmado no acórdão recorrido, o trabalho somente pode ser considerado especial, nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto n. 53.831/1964, se ocorreu a prestação de serviços simultaneamente em agricultura e pecuária (agropecuária), não sendo o caso dos autos, em que a parte autora trabalhou apenas na lavoura, em decorrência do que não há insalubridade a ser reconhecida.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Nos termos do art. 15, inciso III, primeira parte, da Resolução CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), o Incidente de Uniformização não será admitido, entre as razões elencadas no dispositivo em relevo, quando o pedido "estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização".
O dissídio jurisprudencial não se encontra caracterizado nos presentes autos, especialmente por conta de abordar tema já pacificado no âmbito deste Colegiado.
Esta Turma Nacional, em sessão realizada no dia 17.08.2016, ao examinar o PEDILEF n. 0500180-14.2011.4.05.8013, afetado como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, rel. Juiz JOÃO BATISTA LAZZARI, reiterou seu entendimento acerca da matéria tratada nos presentes autos nos seguintes termos, verbis:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO.ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA UNIFORMIZADA. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO ATÉ 28/04/1995. CATEGORIA PROFISSIONAL. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA TNU N. 42. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Alagoas que confirmou a sentença assim fundamentada: "[...] Neste diapasão, examinando-se os autos e em conformidade com o pedido do autor em sua inicial, percebe-se que o tempo de serviço trabalhado de 10/07/1980 a 13/01/1981, 09/03/1981 a 03/02/1982 e 05/03/1982 a 28/04/1995, deve ser contado como especial por enquadramento em categoria profissional, uma vez que o autor comprovou satisfatoriamente, mediante anotações em sua CTPS, laudo e PPP (constantes no processo administrativo), que exerceu atividades em condições especiais, como trabalhador rural, vigia e vigilante, sendo que, nestes últimos vínculos o autor trabalhava portando arma de fogo (anexo nº 8, pág. 6), o que é suficiente para comprovar o tempo de serviço especial, de acordo com o Decreto nº 53.831/64, item 2.5.7. Neste sentido, é a jurisprudência do STJ, TRF da 5ª Região e TNU [...]".
2. Em seu pedido de uniformização, o INSS defende que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, desta Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, trazendo ao conhecimento deste Colegiado os seguintes temas: a) que somente as atividades prestadas por trabalhadores da agropecuária, que tenham efetivamente laborado na lavoura e na pecuária, é que podem ser enquadradas por categoria profissional, nos termos do Decreto n. 53.831/64, que não teria contemplado o exercício de atividade rural na lavoura como insalubre (paradigma processo n. 2008.71.64.002558-7, TRRS; e RESP 291.404/SP); e b) que o enquadramento como especial da atividade de vigilante ou vigia somente é possível se comprovada a habilitação para o exercício da atividade e o porte de arma de fogo (paradigma Pedilef 200871950073870).
3. O incidente de uniformização foi admitido na origem.
4. Quanto ao ponto a, esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.
5. No tocante ao ponto b, entendo que o pedido de uniformização não pode ser conhecido. Afirmo isso apenas com base nos fundamentos da sentença que enfatiza que, quanto à atividade de vigilante, houve prova do porte de arma de fogo. É dizer, verificar as alegações do INSS - de que a instância julgadora anterior considerou como tempo especial o período laborado pelo autor na condição de vigilante/vigia, sem prova da habilitação e do efetivo porte de arma de fogo -, demandaria, necessariamente, o reexame de provas, providência inviável em sede de uniformização de jurisprudência nos termos da Súmula TNU 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
6. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia" (j. 10.09.2014, DOU 29.09.2014).
No mesmo sentido, inclusive quanto a aplicação da Súmula n. 42/TNU no tocante à avaliação do conteúdo probatório acerca das condições em que se deu a prestação do serviço noticiado nos autos, os seguintes julgados deste Colegiado: PEDILEF n. 0504365-69.2014.4.05.8311, rel. p/ o acórdão Juíza Angela Cristina Monteiro, j. 18.02.2016, DJU 26.02.2016; PEDILEF n. 0530790-11.2010.4.05.8300, rel. Juiz José Henrique Guaracy Rebêlo, j. 11.12.2015, DJU 19.02.2016; PEDILEF n. 5009331-74.2012.4.04.7202, rel. Juiz Sérgio Murilo Wanderlei Queiroga, j. 21.10.2015, DJU 13.11.2015).
Vê-se, portanto, que o Acórdão recorrido, no mérito, está em harmonia com o entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (art. 17, inciso I, RITNU).
Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.
Honorários advocatícios e custas processuais tratados em Segundo Grau.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500717-44.2015.4.05.8312
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CÍCERO COSTA
PROC./ADV.: CLAYTON ANTONIO DA SILVA
OAB: PE-35981
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM COMO ESPECIAL TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E/OU AGROCOMERCIAL (ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO DO DECRETO N. 53.831/1964). POSSIBILIDADE. REEXAME DO CONTEÚDO PROBATÓRIO ACERCA DAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE HOUVE A PRESTRAÇÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. MATÉRIA PACIFICADA EM INCIDENTE JULGADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (PEDILEF Rep-Cont n. 0500180-14.2011.4.05.8013, REL. JUIZ JOÃO BATISTA LAZZARI). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma Recursal em que restou julgado procedente o pedido autoral objetivando ao reconhecimento, como especial (insalubridade), de atividade prestada como empregado de empresa agroindustrial ou agrocomercial, antes de 28.04.1995.
Alega a parte Recorrente que, ao contrário do entendimento firmado no acórdão recorrido, o trabalho somente pode ser considerado especial, nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto n. 53.831/1964, se ocorreu a prestação de serviços simultaneamente em agricultura e pecuária (agropecuária), não sendo o caso dos autos, em que a parte autora trabalhou apenas na lavoura, em decorrência do que não há insalubridade a ser reconhecida.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Nos termos do art. 15, inciso III, primeira parte, da Resolução CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), o Incidente de Uniformização não será admitido, entre as razões elencadas no dispositivo em relevo, quando o pedido "estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O dissídio jurisprudencial não se encontra caracterizado nos presentes autos, especialmente por conta de abordar tema já pacificado no âmbito deste Colegiado.
Esta Turma Nacional, em sessão realizada no dia 17.08.2016, ao examinar o PEDILEF n. 0500180-14.2011.4.05.8013, afetado como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, rel. Juiz JOÃO BATISTA LAZZARI, reiterou seu entendimento acerca da matéria tratada nos presentes autos nos seguintes termos, verbis:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO.ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA UNIFORMIZADA. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO ATÉ 28/04/1995. CATEGORIA PROFISSIONAL. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA TNU N. 42. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Alagoas que confirmou a sentença assim fundamentada: "[...] Neste diapasão, examinando-se os autos e em conformidade com o pedido do autor em sua inicial, percebe-se que o tempo de serviço trabalhado de 10/07/1980 a 13/01/1981, 09/03/1981 a 03/02/1982 e 05/03/1982 a 28/04/1995, deve ser contado como especial por enquadramento em categoria profissional, uma vez que o autor comprovou satisfatoriamente, mediante anotações em sua CTPS, laudo e PPP (constantes no processo administrativo), que exerceu atividades em condições especiais, como trabalhador rural, vigia e vigilante, sendo que, nestes últimos vínculos o autor trabalhava portando arma de fogo (anexo nº 8, pág. 6), o que é suficiente para comprovar o tempo de serviço especial, de acordo com o Decreto nº 53.831/64, item 2.5.7. Neste sentido, é a jurisprudência do STJ, TRF da 5ª Região e TNU [...]".
2. Em seu pedido de uniformização, o INSS defende que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, desta Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, trazendo ao conhecimento deste Colegiado os seguintes temas: a) que somente as atividades prestadas por trabalhadores da agropecuária, que tenham efetivamente laborado na lavoura e na pecuária, é que podem ser enquadradas por categoria profissional, nos termos do Decreto n. 53.831/64, que não teria contemplado o exercício de atividade rural na lavoura como insalubre (paradigma processo n. 2008.71.64.002558-7, TRRS; e RESP 291.404/SP); e b) que o enquadramento como especial da atividade de vigilante ou vigia somente é possível se comprovada a habilitação para o exercício da atividade e o porte de arma de fogo (paradigma Pedilef 200871950073870).
3. O incidente de uniformização foi admitido na origem.
4. Quanto ao ponto a, esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.
5. No tocante ao ponto b, entendo que o pedido de uniformização não pode ser conhecido. Afirmo isso apenas com base nos fundamentos da sentença que enfatiza que, quanto à atividade de vigilante, houve prova do porte de arma de fogo. É dizer, verificar as alegações do INSS - de que a instância julgadora anterior considerou como tempo especial o período laborado pelo autor na condição de vigilante/vigia, sem prova da habilitação e do efetivo porte de arma de fogo -, demandaria, necessariamente, o reexame de provas, providência inviável em sede de uniformização de jurisprudência nos termos da Súmula TNU 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
6. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia" (j. 10.09.2014, DOU 29.09.2014).
No mesmo sentido, inclusive quanto a aplicação da Súmula n. 42/TNU no tocante à avaliação do conteúdo probatório acerca das condições em que se deu a prestação do serviço noticiado nos autos, os seguintes julgados deste Colegiado: PEDILEF n. 0504365-69.2014.4.05.8311, rel. p/ o acórdão Juíza Angela Cristina Monteiro, j. 18.02.2016, DJU 26.02.2016; PEDILEF n. 0530790-11.2010.4.05.8300, rel. Juiz José Henrique Guaracy Rebêlo, j. 11.12.2015, DJU 19.02.2016; PEDILEF n. 5009331-74.2012.4.04.7202, rel. Juiz Sérgio Murilo Wanderlei Queiroga, j. 21.10.2015, DJU 13.11.2015).
Vê-se, portanto, que o Acórdão recorrido, no mérito, está em harmonia com o entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (art. 17, inciso I, RITNU).
Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.
Honorários advocatícios e custas processuais tratados em Segundo Grau.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500968-83.2015.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CHESSMAN ANSELMO DA SILVA
PROC./ADV.: VENÍCIO BARBALHO NETO
OAB: RN 3.682
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. GACEN. NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O VALOR DA PARCELA INCORPORÁVEL. DESEMBOLSO EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DO TRABALHO. NÃO INCIDÊNCIA. ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 4º, § 1º, INCISO VII, DA LEI N. 10.887/2004. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. ACÓRDÃO MANTIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal no bojo da qual foi reconhecida a procedência do pedido autoral no sentido de ser desonerado de recolher Contribuição Previdenciária incidente sobre o valor recebido como Gratificação de Atividade de Combate a Endemias - GACEN.
Argumenta a parte Ré que a GACEN tem natureza remuneratória, sendo paga em contrapartida a prestação de serviços, em decorrência do que incide contribuição previdenciária, inclusive por ser considerada no cálculo dos proventos de aposentadoria do Servidor.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
A matéria trata no Incidente de Uniformização ora sob exame se encontra pacificada no âmbito desta Turma Nacional, que vem reiteradamente reconhecendo a natureza remuneratória da vantagem pecuniária identificada como GACEN, em decorrência do que sobre o seu respectivo valor não sofre a incidência de Contribuição Previdenciária, em decorrência de isenção (renúncia fiscal) prevista no art. 4º, § 1º, VII, da Lei n. 10.887/2004 (ressalva do entendimento pessoal deste Relator, mas apenas quanto à fundamentação, no sentido de que há incidência tributária, porém renúncia fiscal por força da isenção de que trata essa norma legal), por entender o Colegiado que seu pagamento ocorre indistintamente em decorrência do local de trabalho, conforme se pode aferir a partir do seguinte aresto:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO PEDILEF N. 0006275-98.2010.4.01.3000. NÃO INCIDE A CONCITRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA N. 431/2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, § 1º, VII, DA LEI N. 10.887/2004, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO 'AS PERCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO'. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QO 12 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO" (PEDILEF n. 0505582-65.2014.4.05.8500, rel. Juiz Federal Wilson José Witzel, rel. p/ o acórdão Juiz Federal Gerson Luiz Rocha, j. 16.06.2016).
No mesmo sentido: PEDILEFs n. 0514681-68.2014.4.05.8400, 5000740-88.2015.4.04.7115, 0503168-94.2014.4.05.8500, entre outros.
Assim, é de se concluir que o acórdão se encontra em harmonia com a jurisprudência pacífica desta Turma Nacional, em decorrência do que o presente Incidente de Uniformização se demonstra inviável.
Diante do exposto, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao Pedido de Uniformização.
Honorários advocatícios fixados em 10% (dez) sobre o valor da causa, devidos pela parte Ré (Questão de Ordem n. 02).
Sem custas processuais.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501006-60.2013.4.05.8307
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEGILDO DIAS DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOSÉ RINALDO FERNANDES DE BARROS
OAB: PE-23837
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. DOCUMENTO NÃO APRESENTADO POR OCASIÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. EXIBIÇÃO APENAS NA ESFERA JUDICIAL. INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autarquia previdenciária em face de acórdão que reconheceu a especialidade do exercício de atividade prestada pelo segurado, com a consequente concessão do benefício de aposentadoria especial.
2. Alega, em síntese, que a TR/PE divergiu do entendimento adotado pela TNU (00514173820074036301), haja vista que, no caso presente, restou caracterizada a falta de interesse de agir, dada a apresentação de documentos na esfera judicial que deixaram de ser exibidos pelo segurado quando da formulação do pleito na órbita administrativa.
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a TNU por força de agravo.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
5. O acórdão recorrido revela o fundamento parcialmente transcrito a seguir:
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. AGENTE NOCIVO RUÍDO. PPP IDÔNEO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DIB NA DER. SÚMULA 33 DA TNU. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.
- Recurso interposto pelo INSS com vistas à reforma do julgado que acolheu o pedido inicial, condenando o INSS a implantar aposentadoria especial em favor do autor, desde a data do requerimento administrativo, formulado em 08/08/2012.
- O tempo de serviço deve ser disciplinado pela lei vigente à época em que foi efetivamente prestado. O advento de lei nova estabelecendo restrições aos meios de prova do serviço realizado em condições especiais não tem aplicação retroativa, em respeito à intangibilidade do direito adquirido.
- Até 28/04/95, para o reconhecimento das condições de trabalho como especiais, bastava ao segurado comprovar o exercício de uma das atividades previstas no anexo do Decreto nº. 53.831/64 ou nos anexos I e II do Decreto nº. 83.080/79, não sendo exigida a comprovação efetiva da exposição às condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.
- A partir de 29/04/95, com a edição da Lei nº. 9.032/95, que alterou a Lei nº. 8.213/91, o reconhecimento da insalubridade passou a exigir a efetiva exposição aos agentes agressivos previstos no Anexo I do Decreto nº. 83.080/79 ou no código 1.0.0 do Anexo ao Decreto nº. 53.831/64, cuja comprovação se dava através da apresentação do documento de informação sobre exposição a agentes agressivos (conhecido como SB 40 ou DSS 8030).
- Com o advento da Medida Provisória nº. 1.523/96, posteriormente convertida na Lei nº. 9.528/97, a qual conferiu nova redação ao art. 58 da Lei nº. 8.213/91, passou-se a exigir a elaboração de laudo técnico assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Não obstante, o STJ firmou posicionamento no sentido de que essa exigência só é possível a partir da edição daquele diploma legal de 1997 e não da data da Medida Provisória mencionada.
- Quanto à possibilidade de conversão de tempo de serviço especial em comum em período posterior a 28/05/1998, anoto a inexistência de limite temporal. Precedentes; (TNU, Proc. nº 2007.72.55.00.6271-4, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 13/05/2010).
- O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial do segurado, conforme estabelece o enunciado da Súmula 68 da TNU.
- O PPP desacompanhado do laudo técnico afigura-se habilitado a comprovar o labor sob condições especiais. Cumpre ponderar que não consta no referido documento campo específico para que o engenheiro/médico do trabalho também o assine, a exemplo do representante legal da empresa, tampouco campo para a identificação do layout da empresa. Ora, considerando que o PPP é documento elaborado pelo próprio INSS, exigir mais do que a Autarquia Previdenciária no âmbito administrativo mostra-se, a toda evidência, desarrazoado. A título de ilustração, confira-se o seguinte precedente:
"(...)A própria Administração Pública, consubstanciada na autarquia previdenciária, a partir de 2003, por intermédio de seus atos normativos internos, prevê a desnecessidade de apresentação do laudo técnico, para comprovação da exposição a quaisquer agentes agressivos, inclusive o ruído, desde que seja apresentado o PPP, por considerar que o documento sob exame é emitido com base no próprio laudo técnico, cuja realização continua sendo obrigatória, devendo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

este último ser apresentado tão-somente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP. 3. O entendimento manifestado nos aludidos atos administrativos emitidos pelo próprio INSS não extrapola a disposição legal, que visa a assegurar a indispensabilidade da feitura do laudo técnico, principalmente no caso de exposição ao agente agressivo ruído.(...)" (TNU. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port. PEDIDO 200651630001741. DJ 15/09/2009).
- Sublinho, ainda, que a autorização da empresa para que o signatário do PPP/Formulário/LTCAT produza o documento é desnecessária, a não ser que o INSS apresente questionamentos razoáveis quanto à existência de fraude e irregularidades. Não trazendo a autarquia previdenciária elementos para que se duvide da regularidade do documento, deve-se acolher o que nele está disposto.
- A utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) não descaracteriza a atividade prestada sob condições especiais, pois seu uso não significa que estejam erradicadas as condições adversas que justificam a contagem de tempo de maneira específica, prestando-se tão somente a amenizar ou reduzir os danos delas decorrentes. A corroborar tal raciocínio, traz-se à baila da Turma Nacional de Uniformização, o teor da Súmula nº 9, 'in verbis': "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado" e o Precedente PEDILEF nº 2007.83.00.518717-0/PE.
- Registre-se que a Primeira Seção do STJ, em recente julgamento realizado no dia 28/08/2013, deu provimento, à unanimidade, à PET 9.059/RS, firmando o entendimento sobre os níveis de exposição ao agente físico ruído entre os anos de 1997 e 2003, em sentido contrário à Súmula n.º 32 da TNU. Em respeito ao precedente firmado, passo a seguir o entendimento da Corte Superior e transcrevo o julgado para esclarecer a questão:
EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.
1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.
2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor doDecreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013;AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de AssisMoura, DJe 12/03/2012.
3. Incidente de uniformização provido.
PETIÇÃO Nº 9.059 - RS (2012/0046729-7) - RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES - REQUERENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - REQUERIDO : JOÃO CARLOS MEIRELES DA ROSA - PUBLICAÇÃO DO DJE: 09/09/2013, grifos nossos.
- Diante disso, a Turma Nacional de Uniformização, na Oitava sessão ordinária de 9 de outubro de 2013, aprovou, por unanimidade, o cancelamento da súmula nº 32 (PET 9059/STJ).
- Logo, em se tratando de reconhecimento da insalubridade da atividade exercida com exposição a ruído, o tempo laborado é considerado especial, para fins de conversão em comum, quando a exposição ocorrer nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto nº 53.831/64; superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto nº 2172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto nº 4882, de 18 de novembro de 2003.
- O inconformismo do INSS não se sustenta frente à prova dos autos. Com efeito, o PPP apresentado (anexo 09), o qual se revela idôneo nos termos das premissas acima, dá conta de que ele, segurado, na atividade de motorista no setor agrícola (carregamento de cana-de-açúcar), laborou, no interregno compreendido entre 24/08/1983 e 01/04/2009 (data de emissão do PPP), com exposição a ruído de 92 decibéis, de modo que cabível a concessão de aposentadoria especial, à vista da comprovação de mais de 25 anos de labor sob condições nocivas à saúde, tal como decidido pelo juízo singular. Melhor sorte não assiste ao ente previdenciário quanto à fixação da DIB na data da citação, ao argumento de apresentação de documentação insuficiente na seara administrativa. O entendimento firmado nesta Turma Recursal é no sentido de que deve haver a retroação dos efeitos financeiros da concessão do benefício à data do requerimento do benefício, mesmo quando não apresentada a documentação completa na via administrativa, sendo certo que é dever da autarquia previdenciária orientar o segurado quanto aos documentos necessários ao deferimento do benefício mais favorável. Nesse sentido, a Súmula 33 da TNU, segundo a qual quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício.
- Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decisum são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos.
- Recurso inominado improvido.
- A parte sucumbente deve arcar com o pagamento de honorários advocatícios à razão de 10% sobre o valor da condenação, nos termos da Lei nº 9.099/95, aplicável ao JEF por força do art. 1º da Lei 10.251/01, respeitada a Súmula 111 do STJ."
6. In casu, a discussão trazida à tona pelo suscitante do incidente diz respeito à suposta falta de interesse de agir do segurado para a postulação do direito vindicado no presente feito.
7. Dado o disposto no art. 14, caput, da Lei 10.259/01, a uniformização de jurisprudência só diz respeito à matéria de direito material. Em decorrência disso, nessa sede, não há como firmar tese acerca da (im)possibilidade de juntada de documento não apresentado na esfera administrativa, dada a sua natureza manifestamente processual.
8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 20 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, EM NÃO CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO apresentado pelo autor, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 20 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501117-49.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WESLIR COELHO CARDOSO
PROC./ADV.: KATIANNE WIRNA RODRIGUES C. ARAGÃO
OAB: CE-14770
REPRESENTANTE LEGAL: MARIA RAQUEL DA SILVA COELHO
PROC./ADV.: KATIANNE WIRNA RODRIGUES C. ARAGÃO
OAB: CE-14770
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO NA CTPS. INSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. EXTENSÃO SOMENTE NO CASO DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal do Ceará, a qual manteve pelos próprios fundamentos a sentença que julgou procedente o pedido de pensão por morte formulado pela parte autora. O Colegiado entendeu que a ausência de vínculo empregatício na CTPS e no CNIS do de cujus é suficiente para caracterizar a hipótese de prorrogação do período de graça por mais doze meses.
2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Sustenta que o falecido instituidor do benefício não faz jus à extensão do período de graça por mais doze meses, conforme previsto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.213/91, visto que a simples falta de anotação na CTPS ou ausência de contribuições no CNIS não torna presumida a situação de desemprego. Alega que o simples registro na CTPS da data da saída do emprego não é suficiente para comprovar a condição de desempregado. Para comprovar divergência, apontou como paradigma julgado do C. STJ.
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após agravo e distribuídos a este Relator.
4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
5. Comprovada a necessária divergência, passo ao exame do mérito.
6. Esta Turma Nacional de Uniformização firmou entendimento no sentido de que somente é aplicável o disposto no art. 15, § 2º, da Lei 8.213/91, quando ficar devidamente comprovado que o segurado não exerceu qualquer atividade remunerada (nem mesmo atividade informal) após a cessação das contribuições. Nesse sentido, o seguinte PEDILEF:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE GRAÇA. EXTENSÃO. DESEMPREGO. AUSÊNCIADE ANOTAÇÃO NA CTPS E DE RECOLHIMENTOS NO CNIS. INSUFICIÊNCIA. DEMAIS PROVAS ADMITIDAS EM DIREITO. PRECEDENTE DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. (...)
2. Em seu pedido de uniformização, sustenta a parte ré a impossibilidade de extensão do período de graça por 12 (doze) meses ante a simples inexistência de anotação na CTPS. Aduz que o acórdão recorrido contraria precedentes do STJ (REsp 627.661/RS, REsp 689.283/RS, REsp 448.079/RS e AgRg no REsp 1030756/SP). 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Considero que a divergência restou demonstrada com relação aos paradigmas. 5. Quanto ao mérito, dou parcial provimento ao incidente. Esta TNU já firmou a tese, com fundamento em sua Súmula 27 e do entendimento esposado no julgamento da PET 7175 do STJ, no sentido de que em que pese não ser exigível exclusivamente o registro no Ministério do Trabalho, "a ausência de anotação laboral na CTPS, CNIS ou a exibição do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho não são suficientes para comprovar a situação de desemprego, devendo haver dilação probatória, por provas documentais e/ou testemunhais, para comprovar tal condição e afastar o exercício de atividade remunerada na informalidade". Precedentes: PEDILEF 200870950035921, REL. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 11/03/2011; PEDILEF 05063105720104058400, REL. JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, DJ 23/11/2012; PEDILEF 0011510-16.2008.4.03.6303, REL. JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, JULG. 08/10/2014; PEDILEF 200833007145103, REL. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, DJ 06/09/2012). 6. Assim sendo, entendo que a sentença e o acórdão da Turma Recursal devem ser anulados, nos termos da Questão de Ordem n° 20 desta Turma Nacional. 7. Incidente conhecido e parcialmente provido, para determinar a anulação do acórdão e da sentença e o retorno dos autos à Vara de origem, para nova dilação probatória quanto à situação de desemprego.
(PEDILEF nº 50031107120144047116. Relator: Juiz Federal Daniel Machado da Rocha.DOU: 03/07/2015)
7. Também esta TNU consolidou entendimento no sentido de que a prorrogação do período de graça prevista no §2º do art. 15 da Lei 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário. A tal respeito, o seguinte PEDILEF:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO VOLUNTÁRIO. EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO CONTRÁRIO À JURISPRUDENCIA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. (...) 4.2. O Recorrente demonstrou a divergência jurisprudencial suscitada no recurso, uma vez que a Turma Nacional de Uniformização reconheceu que "a prorrogação do período de graça prevista no parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº. 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário"(PEDILEF 200972550043947, REL. JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 06/07/2012). (...) 12. Entendo que a prorrogação do período de graça prevista no parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº. 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário. 13. Necessidade de interpretação da norma de acordo com a Carta Maior. 14. Não se deve perder de vista que, ao dispor sobre a Previdência Social, a Constituição da República prescreve que ela atenderá, nos termos da lei, à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário (artigo 201, inciso III). 15. Incidente provido. ACÓRDÃO - Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização prover o incidente de uniformização de jurisprudência. Brasília, 21 de junho de 2.012.(PEDILEF 200972550043947, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 06/07/2012.) 6.1. De acordo com o art. 15, §2º, da Lei 8.213/91, mantém-se a qualidade de segurado, independente de contribuição, por até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze), desde que comprovada situação de desemprego. 6.2. Por outro lado, dispõe a Constituição Federal no art. 201, III, que a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, e atenderá, nos termos da lei, à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário. (grifo) 6.3 À luz do regramento constitucional acima, a interpretação que melhor se coaduna com a finalidade da norma é aquela segundo a qual apenas o desemprego involuntário está apto a receber a proteção especial deferida pela legislação previdenciária. Com efeito, o fator de risco social eleito pelo legislador para ser objeto de atenção e proteção especial foi o desemprego involuntário. 6.4. A norma constitucional em destaque, ao enunciar a expressão "nos termos da lei", exige naturalmente que a regra complementar subjacente se coadune com seus preceitos valorativos. Em outras palavras, a locução "desemprego involuntário" foi ali colocada como objeto de destaque, a significar adequação da lei a seus termos. 6.5. Ademais, considerando a nítida feição social do direito previdenciário cujo escopo maior é albergar as situações de contingência que podem atingir o trabalhador durante sua vida, não é razoável deferir proteção especial àqueles que voluntariamente se

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

colocam em situação de desemprego. No desemprego voluntário não há risco social. O risco é individual e deliberadamente aceito pelo sujeito. 6.6. A norma do art. 15, §2º, contém regra extraordinária, que elastece por até 36 (trinta e seis) meses o período de graça. Regra extraordinária que, por assim dizer, deve ser apropriada a situações extraordinárias, de contingência, imprevisíveis. Se a situação foi tencionada pela parte, a ela cabe o ônus de sua ação (ou inação), não ao Estado. (...) 6.7. Ressalte-se que não se trata de criar restrição ao comando legal. Cuida-se, em verdade, de adequar a norma legal ao comando constitucional, interpretando-o em conformidade com os princípios informadores do Direito Previdenciário, dentre eles a proteção ao hipossuficiente e a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. 6.7. Com estas considerações, entendo que a interpretação adequada a ser conferida ao §2º do art. 15 da Lei 8.213/1, à luz do art. 201, III, da Constituição Federal, exige a condição de desemprego involuntário para o deferimento da benesse contida na legislação previdenciária. 7. Ante o exposto, voto por conhecer e dar provimento ao presente incidente de uniformização, reafirmando o entendimento desta TNU de que a prorrogação do período de graça prevista no §2º do art. 15 da Lei 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário (PEDILEF 200972550043947, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 06/07/2012). É como voto."
(PEDILEF nº 50473536520114047000. Relator: Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá. DOU: 23/01/2015)
8. No caso sob luzes, o acórdão recorrido entendeu que o falecido faz jus à aplicação do § 2º do art. 15, da Lei 8.213/91, que garante mais 12 meses de período de graça para manutenção da qualidade de segurado para desempregado, tomando por base tão-somente a data de saída do último vínculo empregatício constante na CTPS e no CNIS.
9. Desse modo, faz-se necessário novo julgamento nas instâncias inferiores, mediante adequação às premissas fixadas por esta Corte Uniformizadora.
10. Incidente conhecido e parcialmente provido para reafirmar a tese no sentido de que (i) a ausência de anotação laboral na CTPS, CNIS ou a exibição do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho não são suficientes para comprovar a situação de desemprego, devendo haver dilação probatória, por provas documentais e/ou testemunhais, para comprovar tal condição e afastar o exercício de atividade remunerada na informalidade, e (ii) a prorrogação do período de graça prevista no §2º do art. 15 da Lei 8.213/91 somente se aplica às hipóteses de desemprego involuntário, de modo que se faz necessária a existência de prova nesse sentido. Sentença e Acórdão da Turma Recursal anulados, nos termos da Questão de Ordem n° 20 desta Turma Nacional.
11. Por via de consequência, CASSADA a antecipação dos efeitos da tutela conferida, cujos valores são irrepetíveis, a teor da Súmula 51 da TNU. Expeça-se ofício ao INSS para ciência da presente decisão.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização para CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 17 de agosto de 2016.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501888-54.2015.4.05.8306
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONÇALVES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO COMO TEMPO ESPECIAL DO PERÍODO EXERCIDO NA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL. ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Prolatado acórdão por Turma Recursal de Pernambuco, a qual manteve a sentença que reconheceu como tempo especial o período de 01/01/80 a 28/04/95, o qual a parte autora exerceu na agroindústria.
2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o período rural em controvérsia não se enquadra no item 2.2.1 do Anexo do Decreto nº 53.831/64. Para comprovar divergência, apontou como paradigmas julgados do STJ.
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU e distribuídos a este Relator.
4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
5. O incidente não merece ser conhecido.
6. No caso dos autos, as instâncias ordinárias reconheceram como especial o período de 01/01/80 a 28/04/95, no qual a parte autora laborou na empresa agroindustrial Engenho Capiberibe, conforme enquadramento constante no item 2.2.1 do anexo do Decreto nº 53.831/64.
7. Acerca da matéria em controvérsia, esta TNU consolidou o entendimento no sentido de que os trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais fazem jus ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Nesse sentido, o seguinte PEDILEF, julgado como representativo da controvérsia:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA UNIFORMIZADA. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO ATÉ 28/04/1995. CATEGORIA PROFISSIONAL. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA TNU N. 42. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Alagoas que confirmou a sentença assim fundamentada: "[...] Neste diapasão, examinando-se os autos e em conformidade com o pedido do autor em sua inicial, percebe-se que o tempo de serviço trabalhado de 10/07/1980 a 13/01/1981, 09/03/1981 a 03/02/1982 e 05/03/1982 a 28/04/1995, deve ser contado como especial por enquadramento em categoria profissional, uma vez que o autor comprovou satisfatoriamente, mediante anotações em sua CTPS, laudo e PPP (constantes no processo administrativo), que exerceu atividades em condições especiais, como trabalhador rural, vigia e vigilante, sendo que, nestes últimos vínculos o autor trabalhava portando arma de fogo (anexo nº 8, pág. 6), o que é suficiente para comprovar o tempo de serviço especial, de acordo com o Decreto nº 53.831/64, item 2.5.7. Neste sentido, é a jurisprudência do STJ, TRF da 5ª Região e TNU [...]". 2. Em seu pedido de uniformização, o INSS defende que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, desta Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, trazendo ao conhecimento deste Colegiado os seguintes temas: a) que somente as atividades prestadas por trabalhadores da agropecuária, que tenham efetivamente laborado na lavoura e na pecuária, é que podem ser enquadradas por categoria profissional, nos termos do Decreto n. 53.831/64, que não teria contemplado o exercício de atividade rural na lavoura como insalubre (paradigma processo n. 2008.71.64.002558-7, TRRS; e RESP 291.404/SP); e b) que o enquadramento como especial da atividade de vigilante ou vigia somente é possível se comprovada a habilitação para o exercício da atividade e o porte de arma de fogo (paradigma Pedilef 200871950073870). 3. O incidente de uniformização foi admitido na origem. 4. Quanto ao ponto a, esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas, como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, à alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida. 5. No tocante ao ponto b, entendo que o pedido de uniformização não pode ser conhecido. Afirmo isso apenas com base nos fundamentos da sentença que enfatiza que, quanto à atividade de vigilante, houve prova do porte de arma de fogo. É dizer, verificar as alegações do INSS - de que a instância julgadora anterior considerou como tempo especial o período laborado pelo autor na condição de vigilante/vigia, sem prova da habilitação e do efetivo porte de arma de fogo -, demandaria, necessariamente, o reexame de provas, providência inviável em sede de uniformização de jurisprudência nos termos da Súmula TNU 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"). 6. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia".
(PEDILEF 05001801420114058013. Relator: Juiz Federal João Batista Lazzari. DOU: 26/092014)
8. Como se vê, a Turma Recursal de origem adotou entendimento consonante ao posicionamento pacificado desta Corte Uniformizadora. Por tal razão, de rigor a incidência da Questão de Ordem nº 13, "in verbis": "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
9. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização para NÃO CONHECER do incidente interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 14 de setembro de 2016.

FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502365-59.2015.4.05.8312
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AMARO LÚCIO NEMUCENO
PROC./ADV.: CAIO GEYSON A. BARROS
OAB: PE-26715
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM COMO ESPECIAL TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E/OU AGROCOMERCIAL (ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO DO DECRETO N. 53.831/1964). POSSIBILIDADE. REEXAME DO CONTEÚDO PROBATÓRIO ACERCA DAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE HOUVE A PRESTRAÇÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. MATÉRIA PACIFICADA EM INCIDENTE JULGADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (PEDILEF Rep-Cont n. 0500180-14.2011.4.05.8013, REL. JUIZ JOÃO BATISTA LAZZARI). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
R E L A T Ó R I O
Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma Recursal em que restou julgado procedente o pedido autoral objetivando ao reconhecimento, como especial (insalubridade), de atividade prestada como empregado de empresa agroindustrial ou agrocomercial, antes de 28.04.1995.
Alega a parte Recorrente que, ao contrário do entendimento firmado no acórdão recorrido, o trabalho somente pode ser considerado especial, nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto n. 53.831/1964, se ocorreu a prestação de serviços simultaneamente em agricultura e pecuária (agropecuária), não sendo o caso dos autos, em que a parte autora trabalhou apenas na lavoura, em decorrência do que não há insalubridade a ser reconhecida.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Nos termos do art. 15, inciso III, primeira parte, da Resolução CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), o Incidente de Uniformização não será admitido, entre as razões elencadas no dispositivo em relevo, quando o pedido "estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização".
O dissídio jurisprudencial não se encontra caracterizado nos presentes autos, especialmente por conta de abordar tema já pacificado no âmbito deste Colegiado.
Esta Turma Nacional, em sessão realizada no dia 17.08.2016, ao examinar o PEDILEF n. 0500180-14.2011.4.05.8013, afetado como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, rel. Juiz JOÃO BATISTA LAZZARI, reiterou seu entendimento acerca da matéria tratada nos presentes autos nos seguintes termos, verbis:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO.ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA UNIFORMIZADA. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO ATÉ 28/04/1995. CATEGORIA PROFISSIONAL. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA TNU N. 42. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Alagoas que confirmou a sentença assim fundamentada: "[...] Neste diapasão, examinando-se os autos e em conformidade com o pedido do autor em sua inicial, percebe-se que o tempo de serviço trabalhado de 10/07/1980 a 13/01/1981, 09/03/1981 a 03/02/1982 e 05/03/1982 a 28/04/1995, deve ser contado como especial por enquadramento em categoria profissional, uma vez que o autor comprovou satisfatoriamente, mediante anotações em sua CTPS, laudo e PPP (constantes no processo administrativo), que exerceu atividades em condições especiais, como trabalhador rural, vigia e vigilante, sendo que, nestes últimos vínculos o autor trabalhava portando arma de fogo (anexo nº 8, pág. 6), o que é suficiente para comprovar o tempo de serviço especial, de acordo com o Decreto nº 53.831/64, item 2.5.7. Neste sentido, é a jurisprudência do STJ, TRF da 5ª Região e TNU [...]".
2. Em seu pedido de uniformização, o INSS defende que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, desta Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, trazendo ao conhecimento deste Colegiado os seguintes temas: a) que somente as atividades prestadas por trabalhadores da agropecuária, que tenham efetivamente laborado na lavoura e na pecuária, é que podem ser enquadradas por categoria profissional, nos termos do Decreto n. 53.831/64, que não teria contemplado o exercício de atividade rural na lavoura como insalubre (paradigma processo n. 2008.71.64.002558-7, TRRS; e RESP 291.404/SP); e b) que o enquadramento como especial da atividade de vigilante ou vigia somente é possível se comprovada a habilitação para o exercício da atividade e o porte de arma de fogo (paradigma Pedilef 200871950073870).
3. O incidente de uniformização foi admitido na origem.
4. Quanto ao ponto a, esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do

EXEMPLAR DE ASSINANTE - PROIBIDA A VENDA E REPRODUÇÃO COMERCIAL

anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.
5. No tocante ao ponto b, entendo que o pedido de uniformização não pode ser conhecido. Afirmo isso apenas com base nos fundamentos da sentença que enfatiza que, quanto à atividade de vigilante, houve prova do porte de arma de fogo. É dizer, verificar as alegações do INSS - de que a instância julgadora anterior considerou como tempo especial o período laborado pelo autor na condição de vigilante/vigia, sem prova da habilitação e do efetivo porte de arma de fogo -, demandaria, necessariamente, o reexame de provas, providência inviável em sede de uniformização de jurisprudência nos termos da Súmula TNU 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
6. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia" (j. 10.09.2014, DOU 29.09.2014).
No mesmo sentido, inclusive quanto a aplicação da Súmula n. 42/TNU no tocante à avaliação do conteúdo probatório acerca das condições em que se deu a prestação do serviço noticiado nos autos, os seguintes julgados deste Colegiado: PEDILEF n. 0504365-69.2014.4.05.8311, rel. p/ o acórdão Juíza Angela Cristina Monteiro, j. 18.02.2016, DJU 26.02.2016; PEDILEF n. 0530790-11.2010.4.05.8300, rel. Juiz José Henrique Guaracy Rebêlo, j. 11.12.2015, DJU 19.02.2016; PEDILEF n. 5009331-74.2012.4.04.7202, rel. Juiz Sérgio Murilo Wanderlei Queiroga, j. 21.10.2015, DJU 13.11.2015).
Vê-se, portanto, que o Acórdão recorrido, no mérito, está em harmonia com o entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (art. 17, inciso I, RITNU).
Pedido de Uniformização Jurisprudencial não conhecido.
Honorários advocatícios e custas processuais tratados em Segundo Grau.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502399-95.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: NAIR GALVÃO MAIA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. EQUIPARAÇÃO COM VALORES RECEBIDOS PELOS SERVIDORES DO TCU. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte que reconheceu a impossibilidade de concessão judicial de reajuste do auxílio-alimentação percebido parte demandante, nos mesmos patamares do que foi auferido pelos servidores do TCU.
Alega a recorrente, em suma, que o pagamento de valores diferenciados a título de auxílio-alimentação lesiona diretamente o art. 41, §4º, da Lei 8.112/90 e, de modo reflexo, fere o princípio da isonomia. Cita precedente de Turma Recursal de Santa Catarina.
Com contrarrazões e inicialmente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, após a interposição de agravo, vieram os autos distribuídos a este Relator.
É o breve relatório.
Dou por prejudicado o agravo interposto, tendo em vista que o juízo definitivo quanto à admissibilidade do incidente cabe a este Colegiado.
No que tange à demonstração da divergência, consigno que este Colegiado, em julgamento representativo de controvérsia, posicionou-se da seguinte maneira:
ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DA JUSTIÇA FEDERAL. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM SERVIDORES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CNJ E DO TJDF. ISONOMIA. 1. O acórdão recorrido reconheceu direito de servidor público federal da Justiça Federal de 1º e 2º graus em receber auxílio-alimentação com o mesmo valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O fundamento central da decisão foi a isonomia entre servidores ocupantes de mesmo cargo. 2. O acórdão paradigma da 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, em contrapartida, considerou que a isonomia assegurada pelo art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 refere-se tão somente aos vencimentos, não tendo pertinência com a indenização de alimentação determinada por mera norma administrativa e custeada pelo órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício. 3. Está demonstrada divergência jurisprudencial em relação a questão de direito material. O acórdão paradigma teve a autenticidade demonstrada com a indicação da URL que permite acesso na internet à fonte do julgamento. 4. O art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 somente garante isonomia de vencimentos, de forma que não serve de fundamento para estabelecer equiparação de auxílio-alimentação, verba com natureza indenizatória. 5. O art. 37, XIII, da Constituição Federal proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. 6. A Súmula nº 339 do STF enuncia que 'Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia'. O auxílio-alimentação não tem natureza de vencimentos, mas as razões da súmula são mesmo assim aplicáveis para repelir a revisão do valor dessa vantagem com fundamento na isonomia. Em matéria de vantagens de servidores públicos, cumpre ao legislador, e não ao Poder Judiciário, dar-lhe concretização. 7. O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu em agravo regimental em recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte ser impossível majorar o valor de auxílio-alimentação sob fundamento de isonomia com servidores de outro órgão: 'EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS POR DECISÃO JUDICIAL SOB O FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA: SÚMULA N. 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO' (RE-AgR 670974, Segunda Turma, Rel. CÁRMEN LÚCIA, DJ 10/10/2012). 8. Uniformizado o entendimento de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 9. Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a pretensão da parte autora. 10. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, 'a', do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização. (PEDILEF 05028447220124058501, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 14/06/2013 pág. 85/112.)
Nesse mesmo sentido encaminhou-se a decisão no julgamento do incidente de uniformização de nº 0504263-05.2013.4.05.8013 (Relator Juiz Federal Wilson José Witzel, julgado em 11/02/2015), no qual se discutia a possibilidade de equiparação do valor percebido a título de auxílio-alimentação por servidor do INSS, àquele pago aos servidores do TCU.
Naquela ocasião, restou consignado no acórdão que:
Entendo que, não obstante vigorasse o artigo 39, § 1º, da Constituição, em sua redação original, revogado pela Emenda Constitucional nº 19/98, ainda assim a isonomia ali prevista seria relativa ao vencimento, não à remuneração, institutos diversos. Dispõe o artigo 40, da Lei 8.112/90: "Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei". E o artigo 41, do mesmo diploma legal, tratando da remuneração, o que para alguns trata-se de vencimentos: "Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei." Vantagens essas nas quais inclui-se o auxílio alimentação, descaracterizando suposta natureza salarial, eis que não remunera o servidor e, sim, o indeniza.
Desta forma, dada a natureza indenizatória do auxilio alimentação e sapiente que cada Poder tem autonomia e competência para fixar a remuneração de seus servidores, ao Judiciário não cabe interferir nos critérios utilizados pelo administrador, salvo por comprovada ilegalidade, não lhe competindo, eis que não possui função legislativa, alterar os parâmetros de reajustamento ou definir a periodicidade da atualização da referida vantagem, sob pena de afronta ao principio da separação dos poderes (CF/88, art. 2°), atribuição esta de cada órgão sob a forma de poder discricionário, ato do qual refoge ao âmbito desta Corte a análise (...).
Dessa forma, estando o acórdão impugnado em conformidade com o entendimento uniformizado no âmbito desta Turma Nacional, o presente incidente não merece ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem nº 13 desta TNU.
Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 18 de fevereiro de 2016

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Relator

PROCESSO: 0503025-80.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ARNALDO PAULO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO CONTRA ACÓRDÃO QUE RECONHECEU A DESERÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
R E L A T Ó R I O
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra Acórdão de Turma Recursal em que não foi conhecido, por deserção, o Recurso Inominado interposto contra sentença de improcedência do pedido autoral visando ao reajuste de 13,23% previsto na Lei n. 10.968/2003, alegadamente com natureza de revisão geral.
É o relatório. Decido.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
A matéria tratada no Incidente de Uniformização Jurisprudencial não é suscetível de exame por este Colegiado, dada sua natureza nitidamente processual, não atendendo à exigência de divergência na interpretação, por Turmas Recursais de Regiões distinta, acerca de questão de direito material.
Aplica-se, ao presente caso, a Súmula n. 43 deste Colegiado, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do Pedido de Uniformização Jurisprudencial.
Honorários advocatícios e custas processuais tratados no acórdão recorrido.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503298-16.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTÔNIO FRANCISCO PIMENTEL
PROC./ADV.: MARTSUNG F.C.R. ALENCAR
OAB: PB-10927
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. REAJUSTE DE 28,86%, RECONHECIDO POR MEIO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.704/98. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 24 DA TNU. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal apresentado pela União contra acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, que reformou parcialmente a sentença para reconhecer o direito às diferenças decorrentes do reajuste de 28,86% até a reestruturação da carreira na qual se encontra o autor, ressalvadas a prescrição quinquenal.
2. No incidente de uniformização, argumenta a parte ré que "o acórdão proferido pela Turma Recursal diverge frontalmente da jurisprudência dominante perante o Superior Tribunal de Justiça, na medida que estabeleceu a vigência da Lei nº 11.358/2006 como limite para aplicação do percentual de 28,86% para aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal, ao passo em que naquela Corte Superior está sedimentado o entendimento segundo o qual o limite temporal é a Lei n.º 9.654/98". Sustenta também a prescrição de todas as parcelas relativas ao reajuste de 28,86%. Apresenta, na condição de paradigmas, decisões do Superior Tribunal de Justiça.
3. A decisão impugnada tem a seguinte fundamentação:
"ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - REAJUSTE DE 28,86% - PRESCRIÇÃO - MP 1.704/1998 - ENTENDIMENTO DO STJ (RESP 990.284/RS) - A PARTIR DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.704/98, HOUVE RENÚNCIA À PRETENSÃO AO REAJUSTE DE 28,86% PARA AS AÇÕES AJUIZADAS ATÉ CINCO ANOS APÓS A EDIÇÃO DA REFERIDA MP - AÇÕES PROPOSTAS APÓS ESSA DATA, APLICA-SE O VERBETE N. 85 DA SÚMULA DO STJ OU ATÉ A NOVA RESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - RECURSO DA UNIÃO PROVIDO PARCIALMENTE.
1- O processo foi julgado procedente para condenar a União a implantar na remuneração do promovente o reajuste integral de 28,86%.
2- O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento, pela Terceira Seção, do Recurso Especial nº 990.284/RS (submetido ao procedimento dos recursos repetitivos no âmbito daquele Tribunal), decidiu no sentido de que o reconhecimento pela Administração importou em re-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

núncia ao prazo prescricional já transcorrido, inclusive para os militares.Entendeu aquela corte que as ações ajuizadas até cinco anos após a edição da referida MP, ou seja, 30/06/2003, os efeitos financeiros devem retroagir ao mês de janeiro de 1993. Nas ações propostas após 30/06/2003, aplica-se a Súmula 85 do STJ. (prescrição qüinqüenal de trato sucessivo).
3-Contudo, existem algumas carreiras no âmbito do serviço público federal que mesmo após a edição das leis nº. 8.622/93 e 8.627/93, ou mesmo depois da renúncia à prescrição promovida pela MP nº. 1.704/98, sofreram reestruturações, de modo que os valores decorrentes percentual de 28,86% acabaram por serem absorvidos pela nova disciplina estatutária e de carreira funcional, o que pode ser mitigado o entendimento do STJ supracitado, posto que a reestruturação em carreira funcional implica em absorção das verbas referentes a parcela sub examine.
4-No caso dos autos, a parte autora ocupa o cargo de policial rodoviário federal, tendo a reestruturação de seu cargo ocorrida através da Lei nº 11.358//06, na qual determinou em seu art. 1º que a partir de 1o de agosto de 2006, passou o titular do referido cargo ser remunerado exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
5-Assim, os valores referentes à aplicação do percentual de 28,86% foram totalmente absorvidos desde a vigência da Lei nº 11.358/2006, e portanto, não havendo que se falar mais em sua implantação sobre seus subsídios, mas tão somente eventual diferença ao regime anterior. Existindo algum resíduo a ser pago em relação ao regime anterior relativo ao índice de 28,86%, aplica-se a prescrição da Súmula nº 85 do STJ.
6- Súmula do julgamento: A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba, reunida em sessão de julgamento ocorrida na data constante da aba "Sessões Recursais" destes autos virtuais, por unanimidade de votos, deu provimento parcial ao recurso da União parte autora para reformar a sentença condenando a união tão-somente ao pagamento dos valores atrasados relativos ao reajuste integral de 28,86%, até a reestruturação da carreira na qual está vinculado o promovente, respeitada a prescrição qüinqüenal contados do ajuizamento da ação, descontando-se, ainda, eventuais valores recebidos administrativamente."
4. Observa-se que a decisão está em consonância com o entendimento do STJ, proferido sob o regime de recursos repetitivos, segundo o qual: para as ações ajuizadas até 30/06/2003 (cinco anos seguintes à edição da MP n. 1.704/98), os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1993; e, para as ações ajuizadas após 30/06/03, aplica-se a prescrição quinquenal. Nesse sentido, leia-se a ementa do REsp 990.284/RS a seguir colacionada:
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES. CABIMENTO. ISONOMIA. BASE DE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DE CADA PARCELA. COMPENSAÇÃO COM A COMPLEMENTAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. NÃO-CABIMENTO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.704/98. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA, PARA QUEM SE TRATA DE INTERRUPÇÃO, ANTE O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL, CONTADA DA DATA EM QUE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000 PASSOU A GERAR EFEITOS. OCORRÊNCIA.
(...) 3. Quanto ao reajuste de 28,86%, este Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que o reconhecimento, por parte egrégio Supremo Tribunal Federal, dos reajustes decorrentes das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, importou em revisão geral de remuneração, assegurando aos servidores públicos civis a percepção do mencionado índice. A negativa desse direito aos militares beneficiados com reajustes abaixo daquele percentual implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia. 4. No que toca à base de cálculo do reajuste de 28,86%, predomina nesta Corte entendimento de que incide sobre a remuneração do servidor, o que inclui o vencimento básico (servidor público civil) ou o soldo (militar), acrescido das parcelas que não os têm como base de cálculo, a fim de evitar a dupla incidência do reajuste. 5. De acordo com a jurisprudência deste Tribunal, a correção monetária deve ser aplicada a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela. Precedentes. 6. Consolidou-se neste Sodalício a tese de que, por terem naturezas distintas, é vedada a compensação do reajuste com valores pagos a título de complementação do salário mínimo. 7. Adoção pela Terceira Seção, por maioria, do entendimento de que a edição da referida Medida Provisória implicou na ocorrência de renúncia tácita da prescrição, nos termos do artigo 191 do Código Civil vigente. Nesse sentido, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30/6/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30/6/2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte. 8. Ressalva do entendimento da Relatora, para quem a Medida Provisória nº 1.704/98 implicou no reconhecimento do direito dos servidores ao reajuste de 28,86% desde janeiro de 1993, a importar na interrupção do prazo prescricional (arts 202, I, CC/2002 e 172, V, CC/16), com sua redução pela metade (art. 9º do Decreto nº 20.910/32). 9. Aplicação da orientação do Supremo Tribunal Federal segundo a qual a concessão do reajuste de 28,86% deve se limitar ao advento da Medida Provisória nº 2.131, de 28/12/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das Forças Armadas, com absorção das diferenças de reajustes eventualmente existentes. 10. Considerando que a Medida Provisória nº 2.131/2000 gerou efeitos financeiros a partir de 01º/01/2001, após superado o prazo de cinco anos da mencionada data ocorre a prescrição da pretensão dos militares ao reajuste em tela. 10. Recurso especial conhecido em parte e provido, para julgar improcedente o pedido formulado na inicial, ante a ocorrência da prescrição à pretensão ao reajuste de 28,86% por força da limitação temporal promovida pela Medida Provisória nº 2.131/2000. (REsp 990.284/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/11/2008, DJe 13/04/2009)
5. Quanto à questão relativa à reestruturação da carreira de Policial Rodoviário Federal, por intermédio da Lei n. 9.654/98, não resta demonstrada a existência de jurisprudência dominante do E. STJ que viabilize o conhecimento da matéria. A despeito dos precedentes apresentados pela parte ré, recentemente a 2ª.Turma daquela Corte chancelou entendimento diverso, senão vejamos:
Apesar da existência de diversos precedentes do STJ consignando que a Lei 9.654/98 constitui termo final para o pagamento dos reajustes de 3,17% e 28,86%, esse entendimento ficou superado na Segunda Turma após o julgamento do REsp 1.415.895/DF, que, por maioria de votos, negou provimento ao recurso da União, com base na tese de que a lei que cria nova gratificação sem promover reestruturação ou reorganização da carreira não tem aptidão para absorver índice de reajuste geral. É o caso da Lei 9.654/98, que estipulou o pagamento de três novas gratificações e não reestruturou a carreira. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1.314.836/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/8/2012; AgRg no AgRg no REsp 982.203/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 28/6/2010; EDcl no AgRg no REsp 832.410/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJe de 4/8/2008.(AgRg no REsp 1547081 / DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS (1130), 17/12/2015)
A Segunda Turma do STJ, no julgamento do EDcl no AgRg no REsp 1415895/DF, da relatoria do Min. Humberto Martins, julgado em 13/10/2015, DJe 16/11/2015, firmou o entendimento de que a Lei 9.654/1998 seria inapta a absorver o índice de 28,86%, porquanto não teria implicado na reestruturação da carreira dos Policiais Rodoviários Federais, limitando-se a estipular o pagamento de três novas gratificações (de atividade policial rodoviário federal, de desgaste físico e mental e de atividade de risco), todas tendo por base de cálculo o mesmo vencimento básico da Lei 8.460/1992 (AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1547151 / PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141), DJe 29/02/2016)
6. Assim, considerando que o acórdão recorrido não contraria a jurisprudência dominante do STJ, deixo de conhecer o incidente de uniformização apresentado pela União. Igualmente, de acordo com a Q.O. n. 24 da TNU, "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
7. Por conseguinte, o voto é por não conhecer do pedido de uniformização nacional.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em não conhecer do pedido de uniformização.
Brasília, 16 de junho de 2016.

SUSANA SBROGIO'GALIA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0504058-42.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZA OLIVEIRA CUNHA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. É INDEVIDO REAJUSTE DE 13,23% SOBRE OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, POR CONTA DO ADVENTO DAS LEIS N. 10.967 E 10.698/2003 (PEDILEF n. 0512117-46.2014.4.05.8100, rel. Juiz Gerson Luiz Rocha). PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
RELATÓRIO
Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma Recursal, em que foi confirmada Sentença de Primeiro Grau de improcedência do pedido autoral visando à incorporação em seus vencimentos o reajuste de 13,23% alegadamente devido a todos os servidores públicos.
Argumenta a parte recorrente que, com a edição das Leis n. 10.967 e 10.698, ambas de 02.07.2003, foi gerado o direito a um reajuste de 13,23% para os servidores, não reconhecidos pela Administração, em flagrante violação ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
Contrarrazões no mesmo sentido do acórdão recorrido.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Nos termos do art. 15, inciso III, primeira parte, da Resolução CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), o Incidente de Uniformização não será admitido, entre as razões elencadas no dispositivo em relevo, quando o pedido "estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização".
Este Colegiado, em sessão realizada no dia 16.06.2016, ao examinar o PEDILEF n. 0512117-46.2014.4.05.8100, rel. Juiz Gerson Luiz Rocha, como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA acerca do tema tratado nestes autos, firmou, em votação unânime, o entendimento neste sentido, verbis:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (RI/TNU, ART. 17, VII). ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (R$ 59,87). LEI Nº 10.698/2003. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA TNU. NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE GERAL AFASTADA. INEXISTENTE O DIREITO DE REAJUSTE DE VENCIMENTOS NO PERCENTUAL DE 13,23%. DECISÃO DA 2ª TURMA DO STF NA RECLAMAÇÃO Nº 14.872 NO MESMO SENTIDO.
INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
O Acórdão recorrido está no mesmo sentido do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (art. 17, inciso I, RITNU), em decorrência do que o recurso interposto se demonstra inviável.
Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do Pedido de Uniformização Jurisprudencial.
Honorários advocatícios e custas processuais tratados na Turma Recursal de origem.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504098-30.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AECIO FLAVIO CAVALCANTE
PROC./ADV.: SÉRGIO DE OLIVEIRA SOUSA
OAB: CE-21091
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - NÃO VINCULAÇÃO DA DECISÃO DO MAGISTRADO À CONCLUSÃO DO LAUDO PERICIAL - LIVRE CONVENCIMENTO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela Autarquia Previdenciária no qual sustenta que o acórdão guerreado deve ser reformado, visto que concedeu benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez quando o laudo pericial afirmou não estar totalmente incapaz o segurado. Ademais, retroagiu o benefício em data anterior ao consignado no laudo.
O incidente não foi admitido na origem.
2. Como se sabe o Magistrado é o destinatário das provas, e não está vinculado às conclusões lançadas no laudo pericial, podendo analisar todo o conteúdo probatório e formar a sua convicção ainda que divirja do contido no laudo pericial.
Desta forma, tendo concluído o Magistrado prolator da sentença, que foi confirmada em sede recursal, que as provas eram suficientes à concessão do benefício pleiteado, fundamentado também em outras provas, que não somente o laudo pericial, o conhecimento do presente recurso implicaria, necessariamente, uma nova avaliação do conjunto probatório.
Ocorre que a Súmula 42 desta C. Uniformizadora veda tal ação..
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504522-50.2015.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LUCIANA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE RURAL. ACÓRDÃO QUE AVALIOU CRITERIOSAMENTE O CONJUNTO PROBATÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão de Turma Recursal que julgou improcedente o pedido de concessão de salário-maternidade rural.
- Alega que o Acórdão de origem afronta ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e desta TNU.
- In casu, a Turma Recursal de Origem se assentou nas seguintes razões de decidir:
"(...)iii. Acerca do tema, a reiterada jurisprudência já se encontra cristalizada em súmulas do entendimento do Colegiado Superior Uniformizante, v.g., Súmulas TNU nº 6 "A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícola"; nº 14 "Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício"; nº 30 "Tratando-se de demanda previdenciária, o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não afasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, desde que comprovada, nos autos, a sua exploração em regime de economia familiar" ; nº 41 "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto"; nº 46 "O exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto".
iv. Destaque-se que circunstâncias como (a) acervo formado exclusivamente por documentos em nomes de terceiros estranhos ao núcleo familiar; (b) parte autora residente em zona urbana; (c) documentos não contemporâneos ao período de carência; (d) existência de vínculos urbanos duradouros ou consecutivos no CNIS, em nome da autora ou do consorte; (e) registros como contribuinte individual/empresário; (f) prova testemunhal contraditória com versão autoral, várias destas verificadas no caso ora em julgamento, têm o condão de obstar o decreto de procedência perseguido.
v. No caso sub examine, o Juízo monocrático deixou consignado na sentença prolatada que: "(...) a autora, além de ter prestado depoimento inseguro e evasivo, demonstrou não possuir conhecimentos mínimos acerca das peculiaridades alusivas ao labor rural. A título de ilustração, vale registrar que ela foi reticente quando instada a especificar a maneira como adquire o feijão para o plantio, além de ter permanecido silente quando indagada sobre os seguintes pontos: se o feijão que planta ("feijão de corda") nasce em moita ou em rama; acerca do significado de "embalserar o feijão" e "tamboeira"; com quanto tempo efetua a colheita do milho; e sobre quais as atividades rurais desenvolveu no período gestacional. Tais inconsistências prejudicam o convencimento deste Juízo acerca do efetivo exercício da atividade rural de subsistência pela autora, já que as perguntas que lhe foram formuladas são comumente conhecidas pelos trabalhadores rurais da região. Ademais, o depoimento da testemunha revelou-se genérico, pois se limitou a declarar apenas que a autora exerce o alegado trabalho rural, sem apresentar maiores detalhes sobre o seu cotidiano profissional, desconhecendo, inclusive, que ela e seu marido recebiam remuneração a título de diárias do proprietário do imóvel em que executam o ofício agrícola (sogro da autora), como alegado pela pretensa segurada. Ressalte-se, por fim, que, apesar de alegar que trabalha na agricultura, durante a inspeção judicial realizada em audiência, constatou-se que a autora possui mãos finas e sem calos, ou seja, com características físicas que não se adéquam ao arquétipo dos trabalhadores submetidos ao regime de economia familiar (...)".Assim, em que pese a possibilidade de início de prova material, não restou comprovado o exercício do labor rural no período de carência, de sorte que, à luz dos ditames traçados pela lei, pela doutrina e pela jurisprudência uniformizante da TNU já referida, tudo conflui para o julgamento pela improcedência do pedido, da exata forma como restou decidido pelo juízo monocrático, cujos fundamentos ora são tomados de empréstimo como razão de decidir para o presente julgamento. (...)".
- Sabe-se que o tempo de serviço rural deve ser demonstrado mediante início de prova material, em regra contemporâneo ao período a ser comprovado. Admite-se a complementação por prova testemunhal idônea, porém esta não é admitida exclusivamente, a teor do artigo 55, § 3º, da Lei n.º 8.213/91 e da Súmula n.º 149 do C. STJ, in verbis:
Art. 55. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:
(...)
§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.
STJ - Súmula nº 149 - A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.
- Quanto à exigência de contemporaneidade do documento, a Súmula n.º 34/TNU dispõe que "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar".
- Contudo, não há exigência legal de que o documento abranja todo o período a ser comprovado, sendo possível a ampliação da eficácia probatória pela prova testemunhal idônea (PEDILEF 50048416620134047107, Rela. Juíza Federal KYU SOON LEE, DOU 26/09/2014 PÁGINAS 152/227). Isto é, o início de prova material, ainda que frágil, permite a valoração da prova testemunhal, devendo o contexto probatório ser analisado de forma global para que seja aferida a duração total do exercício de atividade rural.
- Todavia, no caso dos autos, entendo que o Colegiado de origem apontou de forma clara os motivos que o levaram a considerar que a parte autora não fazia jus ao benefício, a partir de verdadeiro juízo de valor acerca do conjunto probatório constante dos autos (prova material e prova oral).
- Nesse sentido, o conhecimento da questão ora arguida demandaria a revisão dos fatos e provas dos autos e, assim, a reanálise de matéria fática, o que, como se sabe, é vedado pela Súmula 42 deste Colegiado, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.".
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 20 de outubro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506761-98.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CICERO MARQUES PEQUENO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. AUSÊNCIA QUALIDADE DE SEGURADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 42. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal do Ceará, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de pensão por morte. De acordo com o Colegiado, não houve comprovação da qualidade de segurado especial.
2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente, em apertada síntese, que o acórdão recorrido diverge do entendimento da TNU e do STJ no tocante à valoração das provas acostadas aos autos.
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após Agravo, e distribuídos a este Relator.
4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
5. O incidente não merece ser conhecido.
6. Transcrevo, a seguir, excerto do julgado colegiado:
(...)
Em princípio, a certidão de casamento, celebrado em 1998, serviria como início de prova material para comprovar o exercício de atividade rurícola do núcleo familiar, uma vez que consta a profissão do autor como rurícola e da extinta como estudante. Ocorre que o aludido documento carece de sustentáculo probatório quando cotejado com as informações constantes no CNIS (anexo 15), no qual consta vínculo urbano em nome da Sra. Regilane Souza da Silva de 10/2/2001 a 31/1/2004, junto a Secretaria de Educação do Município de Juazeiro do Norte - CE, fato corroborado pelo depoimento pessoal do autor.
Insta ressaltar, que, a parte autora, em seu depoimento pessoal, noticiou que sua falecida esposa realmente era estudante, tendo inclusive concluído o curso normal, com o escopo de desempenhar o magistério. Ademais, o Autor afirmou que exerceu o cargo de policial militar por cerca de 8 (oito) anos, no interstício de 1998 a 2003, quando teria iniciado seu labor rural, o que fragiliza a força probante da prova material colacionada.
Entendo, portanto, que não pode a fenecida se beneficiar da suposta condição de rurícola do seu esposo veiculada na certidão de casamento para fins de comprovar sua condição pessoal.
O depoimento da testemunha, a seu turno, mostrou-se frágil e contraditório, máxime no que diz respeito à condição de rurícola da falecida. A prova testemunhal, ao omitir a atividade de magistério, perde sua credibilidade, sendo imprestável para corroborar a atividade rural em regime de economia familiar.
(...)
7. Merece transcrição, também, o seguinte trecho da sentença:
(...)
Verifica-se do acervo documental colacionado aos autos, destinado a atestar a qualidade de segurado especial do falecido, a existência de: 1) certificado de cadastro de imóvel rural, em nome terceiro proprietário da terra (anexo 1, fl. 1); 2) certidão de casamento, na qual a falecida é qualificada como estudante e o autor é considerado agricultor (anexo 2, fl. 2); 3) declaração de atividade rural emitida pelo sindicato dos trabalhadores rurais do Município de Juazeiro do Norte - CE, na qual informa que a fenecida desenvolveu atividade campesina no período de janeiro de 2010 a maio de 2012 (anexo 2, fl. 5), dentre outros documentos de menor importância.
Os documentos apresentados pela parte autora, a meu sentir, não são suficientes para comprovar a qualidade de segurado do de cujus, quando de seu óbito.
No que se refere a documentos em nome de terceiros (anexo 1, fl. 1), é importante notar, ainda, que estes, em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral.
Acerca do valor probatório dos documentos emitidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tem-se que não homologados pelo INSS, não são aceitos como prova material, seguindo este entendimento, já se pronunciou o Tribunal Regional Federal da Quinta Região, in verbis: (...)A declaração e os depoimentos constantes dos autos se equivalem, como prova de natureza ideologicamente testemunhal, sendo insuficientes para preencher os requisitos legais à obtenção do benefício postulado. Não se olvide o teor da Súmula 149/STJ, nos termos da qual, para a obtenção de benefício previdenciário, não basta a prova exclusivamente testemunhal para comprovar a atividade rural. - Pelo provimento da remessa necessária." (TRF 5ª Região, remessa ex officio n.º 308.726-CE, relator Juiz Francisco Cavalcanti, julgado em 5 de agosto de 2003, por unanimidade, g.n.).
Dessa forma, em conformidade com os depoimentos colhidos em audiência e com o material probatório coligido aos autos, entendo que restou descaracterizado a condição de segurado especial do cônjuge do autor, restando incabível a concessão do benefício pleiteado. (grifos originais)
(...)
7. Como se vê, a Turma Recursal de origem, consonante análise detida dos autos, firmou autêntico juízo de valor sobre as provas coligidas (material e oral) para fundamentar a decisão. Desse modo, a teor das razões recursais, resta imperativa reavaliar a instrução fática probatória para balizar a tese da recorrente, frente a sua assertiva. Tal formulação implica, por óbvio, na incidência da Súmula nº 42 desta Corte Uniformizadora ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 17 de agosto de 2016.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508335-95.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TEREZA LIMA FERREIRA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PARADIGMAS DA TNU. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO DOS JULGADOS. ART. 15 DA RITNU. REEXAME DE PROVA (SÚMULA 42). INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Do Ceará, que manteve não reconheceu o direito a aposentadoria por idade rural pelos seguintes fundamentos:
RECURSO INOMINADO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. DEVOLVIDO DA TNU. ACÓRDÃO ANULADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REAPRECIAÇÃO DO RECURSO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA ORAL SEM ROBUSTEZ PARA DAR EFICÁCIA AO INÍCIO DE PROVA MATERIAL. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.
1. Trata-se de processo oriundo da TNU, com acórdão anulado por ausência de fundamentação, pelo que se procede à reapreciação do recurso inominado interposto pela parte autora em face de sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria por idade para segurado especial.
2. Pugna a recorrente pela reforma da sentença, alegando a existência de início de prova material, a qual teria sido corroborada pela prova testemunhal.
3. Intimada pra contrarrazões a Autarquia requer a confirmação da sentença de primeiro grau pelos próprios fundamentos.
4. Tendo nascido em 14/10/1951, a autora completou a idade para requerer a aposentadoria por idade como segurada especial em outubro de 2006. Como referido benefício fora requerido em 18/10/2006, a autora deveria comprovar 150 meses de labor rurícola, em regime de economia familiar, retroativamente, a partir do requerimento administrativo, ou seja, de 1994 até 2006.
5. Para comprovar o labor rurícola a autora apresentou como inícios de prova material os seguintes documentos:
a) Ficha do sindicato dos trabalhadores rurais de Sobral, data de entrada em 18/04/2004;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) CONTAG do ano de 2006;
c) Programa Hora de Plantar; e
d) Certificado de cadastro de Imóvel Rural 2003/2004/2005; e
e) Declaração do proprietário de terra.
6. na hipótese dos autos em que pese o razóavel início de prova material acostado aos autos, sendo inclusive aceito pela Turma nacional de Uniformização, a referida prova material não foi corroborada pelo depoimento autoral.
7. Com efeito, durante a audiência de instrução e julgamento, a promovente ao ser questionada qual o tamanha do terreno onde ela planta, a mesma não soube informar, além de afirmar que planta milho, no entanto, não soube informar qual tipo de milho planta, demonstrando-se bastante insegura e confusa. Ademais, como bem descrito pelo magistrado sentenciante, a requerente afirma morar na zona rural no entanto anexou comprovante de residência da zona urbana de Sobral.
8. Pelo exposto, diante do fraco depoimento autoral, entendo ser impossível julgar procedente a presente demanda.
9. Ante o exposto, considerando o frágil depoimento autoral, nego provimento ao recurso da parte autora, mantendo a improcedência do pedido.
10. Sem honorários em face de a recorrente ser beneficiária da justiça gratuita.
2. Postula sejam apreciadas as provas (material e testemunhal) para reformar a decisão da Turma Recursal da Seção do Ceará, condenando o INSS a conceder o benefício previdenciário a recorrente, desde a data do requerimento administrativo. Cita ementas e acórdãos da TNU.
3. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
4. Entendo que o presente incidente de uniformização não merece ser conhecido.
5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.
6. A recorrente aponta como paradigmas da divergência arestos da TNU sem, contudo, se desincumbir da prova do dissenso, ou seja, não promoveu o necessário cotejo analítico dos julgados, nos termos exigidos pelo art. 15, I, do RITNU (Resolução nº 345 de 02/06/2015).
7. A mera citação de ementas de julgados da TNU não basta para comprovar a divergência jurisprudencial em que se basearia o recurso, sendo necessário o confronto analítico entre as decisões supostamente divergentes, demonstrando-se o dissídio alegado.
8. Ademais, o acórdão recorrido deixou de reconhecer o tempo de serviço rural, pois o início de prova material apresentado não foi confirmado pelo depoimento pessoal da parte autora.
9. Portanto, para afastar tal conclusão seria necessário o revolvimento do conjunto fático probatório, o que é vedado em sede de Incidente de Uniformização. Inteligência da súmula n. 42 deste Colegiado
10. Em face do exposto, não conheço do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509912-80.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO VALMIR DA SILVA
PROC./ADV.: LUCAS FERNANDES NUNES CALADO
OAB: RN-8819
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES

EMENTA

TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. GACEN. NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O VALOR DA PARCELA INCORPORÁVEL. DESEMBOLSO EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DO TRABALHO. NÃO INCIDÊNCIA. ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 4º, § 1º, INCISO VII, DA LEI N. 10.887/2004. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. ACÓRDÃO MANTIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal no bojo da qual foi reconhecida a procedência do pedido autoral no sentido de ser desonerado de recolher Contribuição Previdenciária incidente sobre o valor recebido como Gratificação de Atividade de Combate a Endemias - GACEN.
Argumenta a parte Ré que a GACEN tem natureza remuneratória, sendo paga em contrapartida a prestação de serviços, em decorrência do que incide contribuição previdenciária, inclusive por ser considerada no cálculo dos proventos de aposentadoria do Servidor.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
A matéria trata no Incidente de Uniformização ora sob exame se encontra pacificada no âmbito desta Turma Nacional, que vem reiteradamente reconhecendo a natureza remuneratória da vantagem pecuniária identificada como GACEN, em decorrência do que sobre o seu respectivo valor não sofre a incidência de Contribuição Previdenciária, em decorrência de isenção (renúncia fiscal) prevista no art. 4º, § 1º, VII, da Lei n. 10.887/2004 (ressalva do entendimento pessoal deste Relator, mas apenas quanto à fundamentação, no sentido de que há incidência tributária, porém renúncia fiscal por força da isenção de que trata essa norma legal), por entender o Colegiado que seu pagamento ocorre indistintamente em decorrência do local de trabalho, conforme se pode aferir a partir do seguinte aresto:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO PEDILEF N. 0006275-98.2010.4.01.3000. NÃO INCIDE A CONCITRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA N. 431/2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, § 1º, VII, DA LEI N. 10.887/2004, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO 'AS PERCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO'. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QO 12 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO" (PEDILEF n. 0505582-65.2014.4.05.8500, rel. Juiz Federal Wilson José Witzel, rel. p/ o acórdão Juiz Federal Gerson Luiz Rocha, j. 16.06.2016).
No mesmo sentido: PEDILEFs n. 0514681-68.2014.4.05.8400, 5000740-88.2015.4.04.7115, 0503168-94.2014.4.05.8500 , entre outros.
Assim, é de se concluir que o acórdão se encontra em harmonia com a jurisprudência pacífica desta Turma Nacional, em decorrência do que o presente Incidente de Uniformização se demonstra inviável.
Diante do exposto, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao Pedido de Uniformização.
Honorários advocatícios fixados em 10% (dez) sobre o valor da causa, devidos pela parte Ré, que arcará, também, pelas custas processuais Questão de Ordem n. 02).
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0511715-49.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ JOAQUIM DO MONTE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. EQUIPARAÇÃO ENTRE TRATORISTA E MOTORISTA. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS em face Acórdão proferido pela Primeira Turma Recursal de Pernambuco que reconheceu como especial período em que o demandante exerceu a atividade de tratorista em período anterior ao advento da Lei nº 9.032/95.
2. Defende o recorrente, em suma, que o entendimento sufragado no aludido julgado diverge da interpretação conferida pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e pelo Superior Tribunal de Justiça acerca do tema. Ilustra a divergência com precedente do eg. STJ segundo o qual "a legislação vigente à época em que o serviço foi prestado não contemplava a categoria dos tratoristas e operadores de cana para fins de reconhecimento da atividade como especial" (AgRg no REsp 852.780/SP, 5ª Turma, Min. FELIX FISCHER, DJU de 30/10/2006).
3. Inadmitido o pedido de uniformização pela Turma Recursal de Origem, o pleito teve seguimento em razão de decisão proferida pelo Exmo. Ministro Presidente desta Turma Nacional.
4. Pois bem. Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei, sendo que o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.
5. Da leitura da aludida transcrição legal se depreende, de plano, ser inservível para fins de demonstração da divergência alegada a apresentação de paradigmas de Tribunais Regionais Federais. Também incabível, para o mesmo fim, a apresentação de paradigma de Turma Recursal da mesma Seção Judiciária do órgão prolator do julgado recorrido, na medida em que tal divergência somente poderia ensejar, em tese, a interposição do incidente regional a que se refere o §º do art. 14 da Lei n° 10.259/2001, e não o pedido nacional ora manejado.
6. Já no que toca ao precedente do eg. STJ, embora se possa cogitar uma possível divergência jurisprudencial nos termos apontados pelo recorrente, é imperioso reconhecer que nos autos do PEDILEF N° 2009.50.53.000401-9 (Representativo de Controvérsia, Tema 68) esta Turma nacional firmou o entendimento de que é possível reconhecer a atividade de tratorista como especial em razão da equiparação dessa profissão àquelas constantes no código 2.4.4, do anexo ao Decreto nº 53.831/64.
7. Confira-se o inteiro teor do Acórdão, in verbis:
PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EQUIPARAÇÃO ENTRE TRATORISTA E MOTORISTA. POSSIBILIDADE.
1. No PEDILEF 200651510118434, de relatoria do Exmo. Juiz Federal José Antonio Savaris (sessão de 14/06/2011, DJ 25/11/2011) a TNU firmou a seguinte premissa de Direito: "A equiparação a categoria profissional para o enquadramento de atividade especial, fundada que deve estar no postulado da igualdade, somente se faz possível quando apresentados elementos que autorizem a conclusão de que a insalubridade, a penosidade ou a periculosidade, que se entende presente por presunção na categoria paradigma, se faz também presente na categoria que se pretende a ela igualar".
2. O STJ, no AgRg no REsp 794092/MG (Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, Fonte DJ 28/05/2007, p. 394) firmou tese no mesmo sentido, ao dispor que "o rol de atividades arroladas nos Decretos n.os 53.831/64 e 83.080/79 é exemplificativo, não existindo impedimento em considerar que outras atividades sejam tidas como insalubres, perigosas ou penosas, desde que estejam devidamente comprovadas". Precedentes: AgRg no Ag 803513 / RJ (DJ 18/12/2006, p. 493), REsp 765215 / RJ (DJ 06/02/2006, p. 305), entre outros.
3. Pedido do INSS conhecido e improvido.
4. Outrossim, sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.
8. Incide, pois, na hipótese, o enunciado da Questão de Ordem nº 13 desta Turma Nacional que dispõe: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
9. Isto posto, NEGO CONHECIMENTO ao incidente.
10. É como voto.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 20 de outubro de 2016.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
Juíza Federal

PROCESSO: 0512075-67.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARCHEILE PRISCILA FONSECA DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA
OAB: RN-491
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO CONTRA ACÓRDÃO QUE RECONHECEU A DESERÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal no bojo do qual foi declarado deserto o Recurso Inominado interposto contra a sentença de Primeiro Grau de improcedência, na forma do art. 42, § 1º, da Lei n. 9.099/1995.
Argumentou que se encontra desempregada, tendo feito comprovação mediante juntada de cópia de sua CTPS, onde consta registrado, inclusive, que sua última remuneração correspondia a 1(um) salário mínimo, aspectos desconsiderados pelo Juízo de Primeiro Grau e, mesmo reiterando o pedido de usufruição da prestação jurisdicional gratuita, no âmbito da Turma Recursal.
Sustenta que houve violação à garantia de acesso ao Poder Judiciário, acrescentando que a jurisprudência, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, é pacífica no sentido de que a simples declaração de hipossuficiência é bastante para a concessão do benefício da prestação jurisdicional gratuita.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Verifica-se que a matéria tratada no Incidente de Uniformização ora sob exame não é passível de uniformização, dado não se enquadrar como divergência entre decisões sobre questão de direito material, exigida pelo art. 14 da Lei n. 10.259/2001, acima explicitado, dada a sua natureza nitidamente processual.
Nesse sentido, o PEDILEF n. 0500097-112.2012.4.05.9480, rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, DOU 06.12.2013, que aplicou, em caso similar, a Súmula n. 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"; e, em data mais recente, o PEDILEF n. 000008263.2015.5.49.00000, rel. Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler, DOU 22.01.2016.
Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do Pedido de Uniformização.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513031-68.2009.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO ANTÔNIO FERNANDES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: PE-573-A
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EMPREGADO RURAL. CÓDIGO 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO Nº 53.831/1964. PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 9.032/1995. ATIVIDADE DESENVOLVIDA SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. PRESUNÇÃO LEGAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. PEDILEF Nº 50007114320124047212. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997. APLICAÇÃO DO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. (PEDILEF Nº 0503808-70.2009.4.05.8501). QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autarquia previdenciária em face de acórdão que reconheceu como sendo de natureza especial a atividade de empregado de empresa agrícola (indústria canavieira) desempenhada em período(s) que antecede(m) a data de 28/04/1995, como também afastou a incidência do art. 5º da Lei nº 11.960/2009.
2. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela 5ª TR/SP (Processo nº 0005064-48.2009.4.03.6307) e pelo STJ (REsp nº 1.205.946).
3. Incidente inadmitido na origem, com remessa dos autos a esta TNU por força de agravo.
4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
5. Do acórdão recorrido, salutar fazer referência ao excerto reproduzido a seguir:
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO Nº 53.831/64, ITEM 2.2.1. AGROINDÚSTRIA. NÃO COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. RECURSO IMPROVIDO.
- A parte autora maneja recurso inominado com vistas à reforma da sentença que julgou improcedente sua pretensão, consistente no reconhecimento de atividade alegadamente prestada sob condições especiais, para fins de conversão e conseqüente concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição integral ou proporcional.
- O tempo de serviço deve ser disciplinado pela lei vigente à época em que foi efetivamente prestado. O advento de lei nova estabelecendo restrições aos meios de prova do serviço realizado em condições especiais não tem aplicação retroativa, em respeito à intangibilidade do direito adquirido.
- Até 28/04/95, para o reconhecimento das condições de trabalho como especiais, bastava ao segurado comprovar o exercício de uma das atividades previstas no anexo do Decreto nº. 53.831/64 ou nos anexos I e II do Decreto nº. 83.080/79, não sendo exigida a comprovação efetiva da exposição às condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.
- A partir de 29/04/95, com a edição da Lei nº. 9.032/95, que alterou a Lei nº. 8.213/91, o reconhecimento da insalubridade passou a exigir a efetiva exposição aos agentes agressivos previstos no Anexo I do Decreto nº. 83.080/79 ou no código 1.0.0 do Anexo ao Decreto nº. 53.831/64, cuja comprovação se dava através da apresentação do documento de informação sobre exposição a agentes agressivos (conhecido como SB 40 ou DSS 8030).
- Com o advento da Medida Provisória nº. 1.523/96, posteriormente convertida na Lei nº. 9.528/97, a qual conferiu nova redação ao art. 58 da Lei nº. 8.213/91, passou-se a exigir a elaboração de laudo técnico assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Não obstante, o STJ firmou posicionamento no sentido de que essa exigência só é possível a partir da edição daquele diploma legal de 1997 e não da data da Medida Provisória mencionada.
- No caso de exposição do trabalhador a ruído e calor, agentes agressivos que exigem medição técnica, o laudo técnico é exigido para comprovação das condições especiais, em qualquer período. Na falta deste, o PPP pode ser admitido, caso devidamente preenchido e assinado por representante legal da empresa. Neste sentido:
"(...)A própria Administração Pública, consubstanciada na autarquia previdenciária, a partir de 2003, por intermédio de seus atos normativos internos, prevê a desnecessidade de apresentação do laudo técnico, para comprovação da exposição a quaisquer agentes agressivos, inclusive o ruído, desde que seja apresentado o PPP, por considerar que o documento sob exame é emitido com base no próprio laudo técnico, cuja realização continua sendo obrigatória, devendo este último ser apresentado tão-somente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP. 3. O entendimento manifestado nos aludidos atos administrativos emitidos pelo próprio INSS não extrapola a disposição legal, que visa a assegurar a indispensabilidade da feitura do laudo técnico, principalmente no caso de exposição ao agente agressivo ruído.(...)" (TNU. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port. PEDIDO 200651630001741. DJ 15/09/2009).
- Estando o PPP em desacordo com essas exigências, é imprescindível a apresentação de laudo técnico individual que respalde as informações nele contidas. Nesse esteio, as decisões dos processos de números 2007.72.59.000808-1 (1ª Turma Recursal de Santa Catarina) e 2005.70.00.001560-0 (3ª Turma do TRF 4ª Região).
- Com relação às diversas alterações legislativas no tocante ao agente ruído, a TNU editou a Súmula nº 32, cujo teor se reproduz: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003."
- De outra feita, assinalo que a extemporaneidade dos documentos comprobatórios não constitui óbice ao reconhecimento da atividade como especial. É certo que as condições do ambiente de trabalho tendem a aprimorar-se com a evolução tecnológica, do que se conclui que, em tempos pretéritos, a insalubridade do ambiente era pior ou ao menos equiparável àquela constatada à data da elaboração dos documentos. A propósito, confira-se o seguinte precedente:
'EMENTA PREVIDENCIÁRIO. TEMPO SERVIÇO ESPECIAL. CONTEMPORANEIDADE DA PROVA. DESNECESSIDADE. LAUDO PERICIAL. INÍCIO DE PROVA. 1. O laudo pericial não contemporâneo, realizado por profissional especializado, consubstancia início razoável de prova material para comprovação das condições especiais de trabalho a que foi submetido o trabalhador. 2. Incidente de Uniformização conhecido e provido. (TNU, PEDILEF 200483200008814, JUÍZA FEDERAL MARIA DIVINA VITÓRIA, DJU 14/05/2007).'
- A sentença em debate não merece retoques. Com relação à atividade de trabalhador rural, cumpre mencionar que a previsão contida no Decreto nº 53.831/64, para atividades exercidas na agricultura (item 2.2.1), abrange tão-somente o desempenho de atividade laboral na agropecuária, em contato com animais, não se estendendo à hipótese de trabalho exclusivamente agrícola, em Usinas de cana-de-açúcar, como no caso dos autos. Assim, inviável o reconhecimento da natureza especial dos períodos laborados pela parte autora como rurícola sem que haja qualquer formulário ou laudo comprovando a efetiva exposição a agentes nocivos.
- Sentença que se mantém por seus próprios fundamentos (art. 46 da Lei 9.099/95). Recurso inominado improvido.
- Sem condenação em honorários advocatícios em face do reconhecimento em favor do autor dos benefícios da justiça gratuita."
6. Os pontos do acórdão objetos de irresignação por parte da autarquia previdenciária encontram-se em estreita sintonia com o entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização, nos termos adiante:
"Para a comprovação da exposição ao agente insalubre, tratando-se de período anterior à vigência da Lei n. 9.032/95, de 28/04/95, que deu nova redação ao art. 57 da Lei nº 8.213/91, basta que a atividade seja enquadrada nas relações dos Decretos 53.831/64 ou 83.080/79 (presunção legal)". (Pedido de Uniformização nº 50007114320124047212, Rel.ª Juíza Federal KYU SOON LEE, julgado em 08/10/2014, DOU de 24/10/2014)."
7. In casu, a atividade que restou reconhecida como especial consta do item nº 2.2.1 do quadro anexo ao Decreto nº 53.831/1964, portanto inserida no rol das atividades especiais por presunção legal.
8. No tocante à correção monetária, este Colegiado vem entendendo por aplicar o disposto no Novo Manual de Cálculos da Justiça Federal (Resolução n.º 267/2013), consoante se infere do PEDILEF nº 0503808-70.2009.4.05.8501, Rel. Juiz Federal WLADIMIR SANTOS VITOVSKY.
9. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem nº 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
10. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 21 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 21 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513533-85.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSIMAR NORONHA DANTAS
PROC./ADV.: VENÍCIO BARBALHO NETO
OAB: RN 3.682
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES

EMENTA

TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. GACEN. NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O VALOR DA PARCELA INCORPORÁVEL. DESEMBOLSO EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DO TRABALHO. RENÚNCIA FISCAL EM VIRTUDE DA ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 4º, § 1º, INCISO VII, DA LEI N. 10.887/2004. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. ACÓRDÃO MANTIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal no bojo da qual foi reconhecida a procedência do pedido autoral no sentido de ser desonerado de recolher Contribuição Previdenciária incidente sobre o valor recebido como Gratificação de Atividade de Combate a Endemias - GACEN.
Argumenta a parte Ré que a GACEN tem natureza remuneratória, sendo paga em contrapartida a prestação de serviços, em decorrência do que incide contribuição previdenciária, inclusive por ser considerada no cálculo dos proventos de aposentadoria do Servidor.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
A matéria trata no Incidente de Uniformização ora sob exame se encontra pacificada no âmbito desta Turma Nacional, que vem reiteradamente reconhecendo a natureza remuneratória da vantagem pecuniária identificada como GACEN, em decorrência do que sobre o seu respectivo valor não sofre a incidência de Contribuição Previdenciária, em decorrência de isenção (renúncia fiscal) prevista no art. 4º, § 1º, VII, da Lei n. 10.887/2004 (ressalva do entendimento pessoal deste Relator, mas apenas quanto à fundamentação, no sentido de que há incidência tributária, porém renúncia fiscal por força da isenção de que trata essa norma legal), por entender o Colegiado que seu pagamento ocorre indistintamente em decorrência do local de trabalho, conforme se pode aferir a partir do seguinte aresto:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO PEDILEF N. 0006275-98.2010.4.01.3000. NÃO INCIDE A CONCITRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍ-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DA PELA MEDIDA PROVISÓRIA N. 431/2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, § 1º, VII, DA LEI N. 10.887/2004, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO 'AS PERCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO'. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QO 12 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO" (PEDILEF n. 0505582-65.2014.4.05.8500, rel. Juiz Federal Wilson José Witzel, rel. p/ o acórdão Juiz Federal Gerson Luiz Rocha, j. 16.06.2016).
No mesmo sentido: PEDILEFs n. 0514681-68.2014.4.05.8400, 5000740-88.2015.4.04.7115, 0503168-94.2014.4.05.8500 , entre outros.
Assim, é de se concluir que o acórdão se encontra em harmonia com a jurisprudência pacífica desta Turma Nacional, em decorrência do que o presente Incidente de Uniformização se demonstra inviável.
Diante do exposto, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao Pedido de Uniformização.
Honorários advocatícios fixados em 10% (dez) sobre o valor da causa, devidos pela parte Ré, que arcará, também, pelas custas processuais Questão de Ordem n. 02).
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513806-10.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ALTINO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
OAB: PE-30 341
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL. NÃO RECONHECIMENTO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo segurado, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que não reconheceu como sendo de natureza especial a atividade de pedreiro/servente de pedreiro.
2. Alega que o acórdão recorrido divergiu do entendimento adotado pelas Turmas Recursais da 1ª Região (Processo nº 186597820084013) e pelo STJ (Processo nº 201402349570).
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU por força de agravo.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
5. No caso dos autos, acerca do conjunto probatório acostado, o acórdão recorrido, procedeu a sua valoração, conforme excerto a seguir transcrito:
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. SERVENTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RUÍDO. EXPOSIÇÃO A MENOS DE 80 DB (A). IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO. RECURSO IMPROVIDO.
Trata-se de recurso inominado interposto pelo autor em face da sentença que julgou a demanda improcedente, deixando de revisar a RMI do benefício já deferido administrativamente.
A improcedência se deu pelo seguinte fundamento:
Importante destacar que, para o período após 28/04/1995, não há nos autos qualquer prova acerca da condição especial no desempenho das atividades exercidas pelo autor, considerando os anexos dos Decretos 53.831, de 25/03/1964 e 83.080, de 24/01/1979, os quais classificam as atividades profissionais segundo os agentes nocivos, tampouco foram anexados documentos que comprovassem efetiva exposição a agentes nocivos à saúde, razão pela qual devem ser computados como tempo comum. [...]
Para o vínculo de servente/pedreiro, na Construtora Sol (de 10/11/1977 a 27/01/1978), conforme dito anteriormente, até o advento da Lei 9.032, de 28 de abril de 1995, a comprovação do exercício de atividade especial era realizada através do cotejo da categoria profissional em que inserido o segurado, observada a classificação inserta nos anexos dos Decretos nºs 53.831/64 e 83.080/79. [...]No presente caso, porém, a categoria profissional do promovente, qual seja, servente/ pedreiro, consoante anotações em sua CTPS, não se encontra catalogada nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79, havendo a necessidade da comprovação de que foi desenvolvida em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física do trabalhador.
Em seu recurso, o autor aduz que a prova de sujeição aos agentes nocivos está contida nos anexos 13/18. Também requer que o período em que trabalhou como servente seja computado como especial por presunção legal.
Pois bem. O autor visa o enquadramento no item 2.3.3 do Decreto nº 53.831/1964 ("perfuração, construção civil e assemelhados / edifícios, barragens, pontes / trabalhadores em edifícios, barragens, pontes, torres."). Percebe-se que para haver o enquadramento em uma dessas hipóteses não basta que o autor trabalhe como pedreiro ou servente, mas que efetivamente labore na perfuração, construção civil ou assemelhados em edifícios, barragens, pontes ou torres. Para isso, a apresentação simplória da CTPS não serve para comprovar o período pelo exercício dessa profissão.
Quanto aos documentos comprobatórios de atividade especial, todos eles informam que o autor não esteve exposto a agentes nocivos acima do tolerado. Neste sentido, foi mencionada a exposição a ruído sempre abaixo de 90 dB (A) - fls. 13/14 do anexo 14, anexos 15 e 16. Nenhum outro agente foi mencionado.
Por todas as razões acima expostas, bem como em razão de ser esta fundamentação suficiente para a apreciação de todos os pedidos formulados pelas partes, considero como não violados os demais dispositivos suscitados, inclusive considerando-os como devidamente prequestionados, possibilitando, de logo, a interposição dos recursos excepcionais cabíveis (RE e PU).
Assim, e tendo em vista que os embargos de declaração não se prestam para um novo julgamento daquilo que já foi decidido, ficam advertidas as partes que a sua oposição protelatória ensejará a aplicação de litigância de má-fé, na forma dos arts. 18 e 538 do CPC.
Recurso improvido.
A sucumbência em desfavor do demandante restringe-se a honorários, que arbitro também em 10 (dez) por cento sobre o valor da causa (art. 55, caput da Lei 9.099/95). Fica a parte sucumbente, no entanto, isenta do respectivo pagamento, em face do art. 3º da Lei 1.060/50, ressalvado o disposto nos seus arts. 11, § 2º e 12.
É como voto."
6. Assim, verifica-se que a Turma de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a não acolher o pleito do(a) recorrente, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor, que a este Colegiado é vedado rediscutir, nos termos da Súmula nº 42, da TNU, in verbis: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
7. Ademais, nos termos do preconizado pelo enunciado de Súmula nº 71 da TNU: "O mero contato do pedreiro com o cimento não caracteriza condição especial de trabalho para fins previdenciários".
8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 20 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 20 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0517014-07.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FÁBIO ANTONIO DUTRA
PROC./ADV.: DÁRIO AMBROSIO
OAB: PE-2675
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RECONHECIDO EM SENTENÇA TRABALHISTA. REVISÃO DE RMI. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. SÚMULA Nº 31 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autarquia previdenciária, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão que computou como tempo de contribuição o vínculo laboral alusivo ao período de 09/09/2003 a 10/10/2006, reconhecido por sentença proferida pela Justiça do Trabalho.
2. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pelo STJ (AgRg no REsp nº 1.097.375/RS).
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU por força de agravo.
4. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
5. In casu, consta expressamente do acórdão recorrido que a sentença proferida pela Justiça obreira não se trata de mera sentença homologatória de acordo entre as partes, mas, sim, de sentença de mérito.
6. A matéria objeto de questionamento no recurso interposto pela autarquia previdenciária encontra-se pacificada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do enunciado de Súmula 31 da TNU: "A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários".
7. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
8. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 20 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 20 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0517178-55.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FERNANDO MOREIRA GONÇALVES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. FALTA DE ELEMENTOS PARA FIXAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE ANTES DA DER. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Prolatado acórdão por Turma Recursal do Rio Grande do Norte que manteve a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de concessão de benefício assistencial, fixando os efeitos financeiros a partir da data da perícia médica judicial.
2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que faz jus à concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo, pois nesta já havia preenchido todos os requisitos necessários. Para comprovar divergência, apontou como paradigma julgado da Primeira Turma Recursal do Mato Grosso.
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após Agravo, e distribuídos a este Relator.
4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.
5. O incidente não merece ser conhecido.
6. A teor da decisão objurgada, há menção expressa sobre as razões da fixação dos efeitos financeiros da concessão a partir da data da perícia médica judicial. Transcrevo, a seguir, excerto do julgado colegiado:
(...)
7. Ademais, o termo inicial dos benefícios previdenciários e assistenciais por incapacidade/impedimento irá depender, principalmente, das constatações realizadas no laudo médico pericial. Em resumo, da análise jurisprudencial superior: a) se não houve requerimento administrativo e a incapacidade (ou impedimento, no caso de benefício assistencial) for estabelecida antes da citação, o benefício será devido desde a citação válida (STJ, 1ª. Seção, RESp n. 1.369.165/SP, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 07/03/2014, sob o regime representativo de controvérsia); b) se houve requerimento administrativo e a incapacidade (ou impedimento, no caso de benefício assistencial) estabelecida no laudo pericial for preexistente àquele, o benefício será devido desde o requerimento administrativo (Súmula n° 22 da TNU: Se a prova pericial realizada em juízo dá conta de que a incapacidade já existia na data do requerimento administrativo, esta é o termo inicial do benefício assistencial); c) se houve requerimento administrativo e se a perícia judicial não precisar a data do início da incapacidade (ou impedimento, no caso de benefício assistencial) do período do requerimento administrativo até sua realização, desde a data do laudo judicial (STJ, 2ª. Turma, RESp n. 1.411.921/SC, rel. Min. Humberto Martins, DJe 25/10/2013; TNU, PEDILEF 200936007023962, rel. José Antonio Savaris, DOU 13/11/2011); d) se houve requerimento administrativo e o laudo pericial judicial fixar a data de início da incapacidade (ou impedimento, no caso de benefício assistencial) após o requerimento administrativo (legitimando a recusa do INSS), mas antes do ajuizamento da ação, o benefício será devido desde a citação (STJ, 1ª. Seção, RESp n. 1.369.165/SP, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 07/03/2014, sob o regime representativo de controvérsia; TNU, PEDILEF 200971670022131, rel. Adel Américo de Oliveira, DOU 11/05/2012).
8. No caso dos autos, o perito judicial concluiu ser a parte autora, Maria das Graças Ribeiro, 30 anos, fundamental incompleto, nunca trabalhou, portadora de F70 (retardo mental leve) F33.1 (transtorno depressivo moderado) desde 2013 - o que lhe ocasiona impedimento total, devendo fazer tratamento de seis meses a um ano -, pleiteia a concessão do benefício de prestação continuada, bem como o pagamento das parcelas atrasadas desde a data da protocolização na seara administrativa em 20.02.2014. Todavia, consoante laudo médico

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

colacionado aos autos, realizado por perito profissional de fidúcia, a data de início do impedimento foi fixada há um ano, em virtude do agravamento da doença. Reitere-se que não há nos autos nenhum elemento que comprove de fato o estado de incapacidade da parte, de forma que meros atestados colacionados aos autos não tem força suficiente para contrariar o laudo realizado pelo perito, que goza de fidúcia pública. (grifos não originais)
(...)".
7. Como se vê, a Turma Recursal de origem firmou autêntico juízo de valor sobre as provas coligidas aos autos para fundamentar a decisão (não comprovado o impedimento quando do requerimento administrativo do benefício). Desse modo, a teor das razões recursais, resta imperativa reavaliar a instrução fática probatória para balizar a tese da requerente, frente a sua assertiva. Tal formulação implica, por óbvio, na incidência da Súmula nº 42 desta Corte Uniformizadora, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 14 de setembro de 2016.

FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0524119-64.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARLINDO FERREIRA XAVIER
PROC./ADV.: GIZENE OLIVEIRA SILVA
OAB: PE-12924
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CONTAGEM COMO ESPECIAL TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E/OU AGROCOMERCIAL (ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO DO DECRETO N. 53.831/1964). POSSIBILIDADE. REEXAME DO CONTEÚDO PROBATÓRIO ACERCA DAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE HOUVE A PRESTRAÇÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. SÚMULA N. 42/TNU. MATÉRIA PACIFICADA EM INCIDENTE JULGADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (PEDILEF Rep-Cont n. 0500180-14.2011.4.05.8013, REL. JUIZ JOÃO BATISTA LAZZARI). ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. PENDÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DOS ACÓRDÃOS DAS ADI N. 4.357/DF E ADI 4.425/DF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO PARCIALMENTE E PROVIDO SOMENTE NA PARTE QUE QUESTIONA A CORREÇÃO E INCIDÊNCIA DE JUROS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte Ré, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma Recursal em que restou julgado procedente o pedido autoral objetivando ao reconhecimento, como especial (insalubridade), de atividade prestada como empregado de empresa agroindustrial ou agrocomercial, antes de 28.04.1995.
Alega a parte Recorrente que, ao contrário do entendimento firmado no acórdão recorrido, o trabalho somente pode ser considerado especial, nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto n. 53.831/1964, se ocorreu a prestação de serviços simultaneamente em agricultura e pecuária (agropecuária), não sendo o caso dos autos, em que a parte autora trabalhou apenas na lavoura, em decorrência do que não há insalubridade a ser reconhecida.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Nos termos do art. 15, inciso III, primeira parte, da Resolução CJF n. 345, de 02.06.2015 (RITNU), o Incidente de Uniformização não será admitido, entre as razões elencadas no dispositivo em relevo, quando o pedido "estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização".
O dissídio jurisprudencial não se encontra caracterizado nos presentes autos, especialmente por conta de abordar tema já pacificado no âmbito deste Colegiado.
Esta Turma Nacional, em sessão realizada no dia 17.08.2016, ao examinar o PEDILEF n. 0500180-14.2011.4.05.8013, afetado como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, rel. Juiz JOÃO BATISTA LAZZARI, reiterou seu entendimento acerca da matéria tratada nos presentes autos nos seguintes termos, verbis:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. EMPRESA AGROINDUSTRIAL E AGROCOMERCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA UNIFORMIZADA. VIGILANTE. ENQUADRAMENTO ATÉ 28/04/1995. CATEGORIA PROFISSIONAL. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA SENTENÇA FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA TNU N. 42. INCIDENTE PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Alagoas que confirmou a sentença assim fundamentada: "[...] Neste diapasão, examinando-se os autos e em conformidade com o pedido do autor em sua inicial, percebe-se que o tempo de serviço trabalhado de 10/07/1980 a 13/01/1981, 09/03/1981 a 03/02/1982 e 05/03/1982 a 28/04/1995, deve ser contado como especial por enquadramento em categoria profissional, uma vez que o autor comprovou satisfatoriamente, mediante anotações em sua CTPS, laudo e PPP (constantes no processo administrativo), que exerceu atividades em condições especiais, como trabalhador rural, vigia e vigilante, sendo que, nestes últimos vínculos o autor trabalhava portando arma de fogo (anexo nº 8, pág. 6), o que é suficiente para comprovar o tempo de serviço especial, de acordo com o Decreto nº 53.831/64, item 2.5.7. Neste sentido, é a jurisprudência do STJ, TRF da 5ª Região e TNU [...]".
2. Em seu pedido de uniformização, o INSS defende que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência da 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, desta Turma Nacional e do Superior Tribunal de Justiça, trazendo ao conhecimento deste Colegiado os seguintes temas: a) que somente as atividades prestadas por trabalhadores da agropecuária, que tenham efetivamente laborado na lavoura e na pecuária, é que podem ser enquadradas por categoria profissional, nos termos do Decreto n. 53.831/64, que não teria contemplado o exercício de atividade rural na lavoura como insalubre (paradigma processo n. 2008.71.64.002558-7, TRRS; e RESP 291.404/SP); e b) que o enquadramento como especial da atividade de vigilante ou vigia somente é possível se comprovada a habilitação para o exercício da atividade e o porte de arma de fogo (paradigma Pedilef 200871950073870).
3. O incidente de uniformização foi admitido na origem.
4. Quanto ao ponto a, esta Turma, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. Dessa forma, a alegação do INSS de que a especialidade somente poderia ser reconhecida se comprovado que o trabalho rural foi desenvolvido na agropecuária merece ser desprovida.
5. No tocante ao ponto b, entendo que o pedido de uniformização não pode ser conhecido. Afirmo isso apenas com base nos fundamentos da sentença que enfatiza que, quanto à atividade de vigilante, houve prova do porte de arma de fogo. É dizer, verificar as alegações do INSS - de que a instância julgadora anterior considerou como tempo especial o período laborado pelo autor na condição de vigilante/vigia, sem prova da habilitação e do efetivo porte de arma de fogo -, demandaria, necessariamente, o reexame de provas, providência inviável em sede de uniformização de jurisprudência nos termos da Súmula TNU 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
6. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia" (j. 10.09.2014, DOU 29.09.2014).
No mesmo sentido, inclusive quanto a aplicação da Súmula n. 42/TNU no tocante à avaliação do conteúdo probatório acerca das condições em que se deu a prestação do serviço noticiado nos autos, os seguintes julgados deste Colegiado: PEDILEF n. 0504365-69.2014.4.05.8311, rel. p/ o acórdão Juíza Angela Cristina Monteiro, j. 18.02.2016, DJU 26.02.2016; PEDILEF n. 0530790-11.2010.4.05.8300, rel. Juiz José Henrique Guaracy Rebêlo, j. 11.12.2015, DJU 19.02.2016; PEDILEF n. 5009331-74.2012.4.04.7202, rel. Juiz Sérgio Murilo Wanderlei Queiroga, j. 21.10.2015, DJU 13.11.2015).
Vê-se, portanto, que o Acórdão recorrido, no mérito, está em harmonia com o entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (art. 17, inciso I, RITNU).
No tocante ao questionamento acerca do alegado afastamento, ao final, do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp n. 1.205.946/SP, sob o rito do art. 543-C do CPC, pela aplicação imediata do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pelo art. 11.960/2009, este Colegiado, igualmente, já examinou o tema, chegando à seguinte conclusão:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A RUÍDO NO LIMITE LEGAL. AUSÊNCIA DE DIREITO AO RECONHECIMENTO DO CARÁTER ESPECIAL. INCONSTITUCIONALIDADE INCIDENTAL DO ART. 1º-F NO TOCANTE À CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO NOVO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL QUANTO À CORREÇÃO MONETÁRIA. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE.
1. Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, indeferiu parte de pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional.
2. O aresto combatido considerou que não estava presente o requisito ao reconhecimento da especialidade em parte do exercício profissional, uma vez que a exposição ao agente nocivo ruído enquadrou-se no limite de 85 dB, não o ultrapassando, como exige a lei. Quanto à correção das parcelas vencidas da aposentadoria concedida, determinou a aplicação do art. 1º- F da Lei nº 9.494/97, na redação da Lei nº 11.960/2009.
3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entendeu(ram) ser cabível o reconhecimento como especial, além de ter afastado a aplicação do art. 1º- F da Lei nº 9.494/97, em face da declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/2009.
4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante.
5. Do cotejo entre o acórdão combatido e um dos julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorrido e os precedentes apresentados.
6. Isto porque se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente).
7. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.
8. No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, indeferiu parte de pedido de reconhecimento de condições especiais no exercício de atividade profissional e definiu os critérios de atualização das parcelas vencidas do benefício, sob os seguintes fundamentos: "No primeiro período a função foi a de misturador, setor mistura, ocasião em que eram exercidas as seguintes atividades 'realizar mistura de matéria-prima virgem e/ou moída com pigmentos em betoneira; realizar testes de materiais e pigmentos; organizar o setor e mantê-lo limpo'. De acordo com o PPP (18 - PROCADM1, fl. 12), os fatores de risco eram ruído de 78 dB(A) e calor, de 22,3ºC. A mesma informação consta no laudo técnico da empresa (18 - PROCADM1, fl. 17). Quanto ao segundo intervalo, o cargo exercido era também misturador, no setor produção, e as tarefas eram as mesmas descritas anteriormente. Consta no PPP (18 - PROCADM1, fl. 19) o contato com ruído de 85 decibéis, ou seja, dentro dos parâmetros de salubridade. Veja-se que o que caracteriza o trabalho especial é o ruído acima de 85 dB(A). ... Por fim, fica prejudicado o pedido de aplicação da Lei nº 11.960/09, visto que já foi determinado na decisão recorrida, e os juros são calculados de forma capitalizada, pois o cálculo segue a sistemática da poupança" (grifei)
9. Inicio com o exame da questão referente ao reconhecimento do caráter especial do tempo de serviço prestado pela parte-requerente entre 01.10.2008 e 06.05.2010 com sujeição ao agente nocivo ruído no limite exato de 85dB.
10. Para o período, a regulamentação sobre a matéria (art. 2º do Decreto nº 4.882/2003) estabelece que o laudo pericial deve apontar exposição superior a 85 decibéis para que se reconheça o caráter especial da atividade profissional.
11. No caso dos autos, houve exposição a ruído orçado em exatos 85 dB, hipótese em que se discute se tal situação ensejaria o reconhecimento do caráter especial da atividade desenvolvida.
12. Ante a questão posta, entendo que se está diante de um pedido de revaloração da prova que "pressupõe contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, como ocorre, verbi gratia, em relação à qualificação jurídica de um documento" (STJ, REsp. 37072/RJ, 4ª T, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 05.12.1994, pg. 33.563), porquanto alega-se que o julgado recorrido negou validade/efeito jurídico a documento apresentado pela parte-autora.
13. Desse modo, não incide a vedação ao reexame de prova (Súmula 42/TNU), uma vez que a controvérsia centra-se em prova analisada em abstrato: não se discute se houve ou não o fato da não ultrapassagem da exposição a ruído de 85 dB (não houve), mas, sim, se tal ultrapassagem é imprescindível.
14. A questão, a meu sentir, resolve-se no sentido da negativa de provimento ao incidente, uma vez que o acórdão recorrido apenas fez cumprir a norma legal, a qual não padece de imprecisões ou lacunosidade que permitam a atuação supletiva do julgador.
15. O texto legal estabelece a hipótese de especialidade na exposição a ruído quando "superiores" a 85 dB, de modo que a fixação do quantum resultou em opção legislativa.
16. A questão quanto à possibilidade de reconhecimento do caráter especial da atividade, mesmo quando não ultrapassado o limite legal, mas sim apenas atingido este limite, por razões fundadas apenas no "princípio da razoabilidade", liga-se mais à prerrogativa do julgador apreciar autonomamente as provas (art. 131 do CPC), na formação do seu convencimento, para o qual se exige apenas a motivação e não a plausibilidade.
17. Acresça-se que a obediência a patamar objetivo, mais que um preciosismo, visa a assegurar às relações jurídicas um mínimo de segurança, e à Administração Pública um marco de atuação legal, além de se dever levar em consideração que a definição dos limites legais presume-se baseada em dados técnico-científicos aos quais não cabe ao julgador, livremente, desconsiderar apenas por critérios subjetivos.
18. Aponte-se, ainda, em prol da manutenção da negativa ao reconhecimento da especialidade da atividade profissional, que a exposição deu-se por tempo relativamente curto (17 meses) e que, caso se permita a flexibilização da norma em razão da proximidade da situação fática ao nível-limite, seria de se indagar se não seria o caso de conceder-se àquele trabalhador que, eventualmente, atingisse 84 dB, posto que também muito próximo estaria do novo limite permitido.
19. Finalizada a questão anterior, passo ao exame da questão referente à atualização das diferenças reconhecidas à parte-requerente, apontando, de início, que o precedente da TNU citado no incidente (PEDILEF nº 0003060-22.2006.4.03.6314, j. 09.10.2013), no qual houve

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a propositura de cancelamento da Súmula 61 da TNU ("as alterações promovidas pela Lei n. 11.960/2009 têm aplicação imediata na regulação dos juros de mora em condenações contra a Fazenda Pública, inclusive em matéria previdenciária, independentemente da data do ajuizamento da ação ou do trânsito em julgado") encontra-se suspenso por decisão liminar proferida na Reclamação nº 16819/STF: "Ante o exposto, em juízo de retratação, defiro o pedido de medida liminar, para suspender, até final julgamento desta reclamação, a eficácia da decisão proferida pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, nos autos do processo nº 0003060-22.2006.4.03.6314, na parte em que fixou critério de atualização monetária distinto do previsto nos arts. 100, § 12, da Magna Carta e 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pelo art. 5º da Lei 11.960/2009)" (sem grifo no original).
20. Não obstante a suspensão, vislumbro sobre a matéria a divergência jurisprudencial entre o que decidido no caso recorrido e o entendimento exposto no paradigma, a permitir o conhecimento da questão, pelo que passo ao seu reexame.
21. Quanto aos juros e correção monetária, interpretando os termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, proclamada pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, houve decisões judiciais determinando a aplicação do referido dispositivo legal até 25.03.2015. Para o período posterior, determinou-se a aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal, por entender-se que a eficácia vinculante da declaração de inconstitucionalidade e respectiva modulação se aplicariam indistintamente às condenações judiciais e aos precatórios e RPVs.
22. Ocorre que, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal voltou ao exame do tema, reconhecendo a repercussão geral do Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema n. 810, DJe-077/2015), devendo ser destacado o entendimento do eminente Relator Ministro Luiz Fux: "o Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Isso porque a norma constitucional impugnada nas ADIs (art. 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09) referia-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento."
23. Em outra oportunidade, a Suprema Corte deferiu medida liminar nos autos da Reclamação nº 21.147 (Rel. Min. Carmem Lúcia) para suspender os efeitos da decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe, que havia afastado a aplicação do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, sob o fundamento de que o STF lhe teria declarado a inconstitucionalidade a partir do julgamento das ADIs 4357 e 4425.
24. Sendo assim, tanto no RE n. 870.947-SE, quanto na Rcl. n. 21.147-MC, o STF deixou claro que não se manifestou sobre a constitucionalidade da Taxa Referencial e dos juros da poupança como índices aplicáveis às condenações judiciais, na fase de conhecimento, já que o julgado (ADIs 4357 e 4425) se restringiu a declarar como inconstitucional a utilização desses índices entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento.
25. Restou evidenciado, portanto, o equívoco das instâncias judiciais inferiores acerca dos limites objetivos da declaração de inconstitucionalidade operada nas ADIs 4357 e 4425, quando da extensão da força vinculante desse julgado à fase anterior de conhecimento.
26. Por outro lado, em que pese não ter sido precisamente enfrentada, nas ADIs acima citadas, a questão da constitucionalidade da TR como índice de correção monetária aplicável às condenações judiciais contra a Fazenda Pública, a tese jurídica da inconstitucionalidade da utilização da TR como índice de correção monetária e reposição do valor real da moeda chegou a ser examinada naqueles julgamentos.
27. No acórdão proferido na ADI 4357-DF (Rel. Min. Carlos Ayres Brito), restou assentado que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão, de modo que o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) acabaria violado nas hipóteses em que a atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios perfaz-se segundo o aludido índice.
28. A seguir, um trecho do voto em que foi destacada de maneira enfática a inidoneidade da utilização da TR como índice de atualização monetária e o prejuízo dos credores da Fazenda Pública: "Basta ver que, nos últimos quinze anos (1996 a 2010), enquanto a TR (taxa de remuneração da poupança) foi de 55,77%, a inflação foi de 97,85%, de acordo com o IPCA".
29. De acordo com o em. Ministro relator, existe o objetivo constitucional no sentido de que a correção monetária deve preservar o valor real da obrigação, deixando o beneficiário e o sujeito passivo qualitativamente na mesma condição em que se encontravam no momento em que se formou a relação obrigacional.
30. Em vista desse raciocínio, concluiu que a utilização de índice de correção monetária que não faça com que o valor originário volte a ter um valor "atual", ou seja, na mesma expressão econômica que tinha antes da defasagem operada pela inflação, não cumprirá o mandamento constitucional da atualização monetária. 31. O eminente Ministro Luiz Fux, acompanhando o relator, entendeu que o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança não é critério adequado para refletir o fenômeno inflacionário, notadamente porque a TR é um índice definido ex ante, que não leva em consideração a desvalorização da moeda. Vejamos o que disse o Ministro: "Daí por que os índices criados especialmente para captar o fenômeno inflacionário são sempre definidos em momentos posteriores ao período analisado, como ocorre com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A razão disso é clara: a inflação é sempre constatada em apuração ex post, de sorte que todo índice definido ex ante é incapaz de refletir a efetiva variação de preços que caracteriza a inflação".
32. Tendo em vista que a TR é formada a partir de critérios e cálculos que em nada se vinculam ao fenômeno inflacionário, posto que, ao longo do tempo, sempre esteve abaixo da inflação, sua aplicação é incapaz de suprir a defasagem do valor da moeda, importando em aniquilamento do direito de propriedade em seu núcleo essencial.
33. No que concerne às condenações judiciais, a aplicação de um índice de correção monetária visa à atualização do valor da moeda e ao resgate do poder aquisitivo, com incidência desde o fato jurígeno até o julgado que, em definitivo, reconhece o direito da parte ao objeto da pretensão. Em razão disso, a aplicação da Taxa Referencial é incapaz de cumprir tal objetivo, considerando os fundamentos acima expostos.
34. Assim sendo, é possível concluir que o meio escolhido pelo legislador (Taxa Referencial) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período), de modo que não atualiza o valor real da moeda, violando o direito fundamental de propriedade, previsto no art. 5º, caput e incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988.
35. Em razão desses motivos, esta TNU, em caráter incidental, pode entender pela inconstitucionalidade da utilização da Taxa Referencial como índice de correção monetária a ser aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, sem que, com isso, afronte a autoridade das decisões da Corte Suprema, proferidas nas ADIs 4357 e 4425, razão pela qual, para fins de julgamento do presente caso, deve ser considerado inconstitucional o dispositivo que determina a sua aplicação (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97).
36. Por conseguinte, devem ser aplicados os índices de correção monetária previstos no Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal (INPC, IPCA-E, SELIC, conforme o caso).
37. Com relação à taxa de juros de mora aplicável às condenações, deve ser observado o Manual de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, que dispõe que deve ser aplicada a disciplina prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com as modificações operadas pela Lei n. 11.960/2009 (e, a partir de 2012, também com as modificações determinadas pela MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012).
38. Ressalto que igual declaração de inconstitucionalidade já se operou por este Colegiado, em recente julgamento, ocorrido na Sessão de 19.11.2015, no PEDILEF nº 0004986-16.2007.4.03.6310, de relatoria do Juiz Federal Boaventura João Andrade.
39. Fundados nessas premissas, é o caso de se conhecer do incidente, dando-lhe parcial provimento, para, afastando a aplicação da taxa referencial (TR), determinar, no que se refere à atualização monetária dos valores da condenação, o disposto no Manual de Cálculos do CJF" (PEDILEF N. 5023059-76.2012.4.04.7180, rel. Juiz Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, j. 11.12.2015, DJe 05.02.2016).
Assim, nesse ponto, o Pedido de Uniformização deve ser conhecido, dado que o acórdão recorrido se encontra em descompasso com a jurisprudência desta Turma Nacional.
Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido parcialmente e, na parte conhecida, provido, reformando-se somente nesse ponto o acórdão recorrido, para o fim de determinar que sobre o valor da condenação imposta à parte Ré incidam juros de mora, com o tempo inicial de incidência a partir da citação válida do réu no processo, e correção monetária, ambos apurados segundo o Manual de Cálculos da Justiça Federal, atualmente em conformidade com a posição adotada por este Colegiado no trato da matéria.
Honorários advocatícios e custas processuais tratados em Segundo Grau.
É como voto.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0532344-78.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALUÍZIO SALUSTIANO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: PE-573-A
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RECONHECIDO EM SENTENÇA TRABALHISTA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. SÚMULA Nº 70 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS em face de acórdão que reconheceu como especial o labor prestado pelo autor/recorrido na atividade de tratorista.
2. Alega que o acórdão recorrido contrariou o entendimento contemplado pela TR/MG, pelo STJ e por esta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federal (TNU), uma vez que a função de "tratorista" não se faz presente em nenhum dos Decretos Regulamentadores, razão mais que suficiente para obstar qualquer tentativa de promover o reconhecimento da especialidade do labor prestado em dito ofício por mero enquadramento por atividade.
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.
4. A matéria objeto de questionamento no recurso interposto pela autarquia previdenciária encontra-se pacificada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do enunciado de Súmula 70 da TNU: "A atividade de tratorista pode ser equiparada à de motorista de caminhão para fins de reconhecimento de atividade especial mediante enquadramento por categoria profissional".
5. Por conseguinte, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Colegiado, impõe-se a aplicação do disposto na Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
6. Por efeito, voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE.
Brasília/DF, 20 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos da ementa-voto do Juiz Federal relator.
Brasília/DF, 20 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.38.08.700575-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: SEBASTIÃO VICENTE DE PAULA
PROC./ADV.: LUIZ CLAUDIO FONSECA PEREIRA
OAB: MG-51314
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. MATÉRIA DE FATO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃOCONHECIMENTO.
1. Pretende-se a reforma de acórdão da 4a Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, pelo qual manteve a sentença de parcial procedência do pedido e concessão de benefício de auxílio-doença desde a data do ajuizamento da demanda (08/05/2008). Enquanto que a parte autora defende a retroação à data da cessação do primeiro benefício (DCB) em 31/05/2003. Segue trecho do acórdão recorrido:
Disponível para consulta no site: https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/index.php?
3. Houve prolação de dois acórdãos nos autos sendo que segundo, anteriormente transcrito, trata de questão de ordem submetida à Turma Recursal diante da comprovação da tempestividade do recurso da parte autora, situação não reconhecida no primeiro acórdão. Segue trecho da decisão em embargos de declaração do INSS:
Disponível para consulta no site: https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/index.php?
4. O incidente de uniformização não foi admitido na origem. Em virtude de agravo foi remetido à TNU.
5. Sem contrarrazões.
Passo ao voto.
6. O PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
7. Com efeito, o desiderato recursal em apreço implica, não apenas a apreciação jurídica da prova produzida, mas seu revolvimento, porquanto a instância anterior regularmente já o fez, conforme transcrito acima e concluiu à vista do quadro fático-probatório, nomeadamente do laudo médico pericial, de par com a documentação carreada, pela concessão do benefício de auxílio-doença desde o ajuizamento da demanda.
8. Anote-se, este Colegiado Nacional somente atua em questões de direito material para firmar tese jurídica; caso contrário se transformaria em instância de revisão em desacordo com a moldura recursal do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
9. Portanto, o conhecimento da matéria esbarra no teor da Súmula nº 42 da TNU .
10. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.36.02.702382-0
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: ODENIR JOSÉ MACHADO
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR
OAB: MT-5646
PROC./ADV.: DANIELLA MOREIRA NERY SANTIAGO GLOSS
OAB: MT-14268
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA Nº 42 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Pretende-se a reforma de acórdão da 1ª Turma Recursal do Estado do Mato Grosso, pelo qual reformou a sentença de procedência do pedido de benefício de auxílio-doença, por não reconhecer a filiação ao regime geral de previdência social (preexistência da moléstia). Segue trecho do acórdão recorrido:
"(...)
Disponível para consulta no site: https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/index.php?
2. O incidente não foi admitido na origem. Em virtude de agravo foi remetido à Turma Nacional de Uniformização.
3. Contrarrazões pugnam, em síntese, pelo não conhecimento, ante o propósito de reexame da matéria fática. No mérito, pela negativa de provimento.
Passo ao voto.
4. O PEDILEF integra o rol dos processos em regime de mutirão e objeto da Portaria nº 2015/00493, de 18 de novembro de 2015, do Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.
5. O tema é recorrente e já foi apreciado, por exemplo, mutatis mutandis, nos PEDILEFs: 00298642720104036301, 50296966720124047100, 02190738201140363O1, 05080888320104058102 e 50031365820124047013 todos sem condições técnico-jurídicas de conhecimento; mas em razão da obrigatoriedade da remessa à Turma Nacional de Uniformização (TNU) - por força de agravo - continuam a ampliar o acervo recursal, mesmo sem chance - em regra - de juízo uniformizador, porquanto invariavelmente veiculam pretensão recursal de reexame da questão de fato.
6. A controvérsia tem seu núcleo na verificação pelo juízo de origem, baseado no exame médico pericial, de que a patologia e a incapacidade são anteriores à refiliação ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.
7. Assim colocado, cuida-se de matéria fático-probatória já analisada e sopesada pela instância recursal anterior, pelo que o cotejo das razões do recurso com o teor do acórdão recorrido e com a decisão de inadmissibilidade, de par com os aspectos antes gizados, denota que se cuida da reprise de submissão de questão de fato à instância estritamente uniformizadora e não, frise-se, reformadora.
8. Portanto, o conhecimento da matéria em apreço manifestamente encontra óbice na Súmula nº 42 da TNU , corolário do modelo recursal posto no art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
9. Nessas condições, voto para não conhecer do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do recurso, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília, 20 de julho de 2016.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2013.51.51.112564-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERIDO(A): EMILCE BITENCOURT DE AZEVEDO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO
OAB: RJ 136.516
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE FÉRIAS INDENIZADAS E TERÇO CONSTITUCIONAL RESPECTIVO. PRESCRIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO À LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. LC 118/05. AÇÃO AJUIZADA APÓS 09/06/2005. PRAZO QUINQUENAL. TEMA PACIFICADO PELO E. STF NO JULGAMENTO DO RE 566.621. ARESTO COMBATIDO EM DESALINHO AO ENTENDIMENTO DA CORTE SUPREMA. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO PARA RECONHECER O PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL, INCLUSIVE NO QUE TANGE ÀS PARCELAS DESCONTADAS ANTERIORMENTE À ENTRADA EM VIGOR DA LC 118/2005.
VOTO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela União Federal, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
Na espécie, a sentença julgou os pedidos parcialmente procedentes para condenar a União Federal/Fazenda Nacional a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária entre a parte autora e a parte ré, no que tange à incidência de imposto de renda sobre: 1) eventuais férias indenizadas e não gozadas; 2) terço constitucional de férias somente se constituir verba acessória de férias comprovadamente não gozadas; 2) além da obrigação de restituir à parte autora os valores alusivos ao imposto de renda que incidiram sobre as rubricas acima identificadas, obedecendo-se à prescrição decenal no que tange às parcelas descontadas anteriormente à entrada em vigor da LC 118/2005 e a prescrição quinquenal relativamente às parcelas de imposto de renda que incidiram sobre as mesmas rubricas posteriormente à entrada em vigor da LC 118/2005.
O Colegiado de origem negou provimento ao recurso inominado da União, mantendo integralmente a sentença.
Nas razões do Pedido de Uniformização, a União Federal sustenta que, nos casos de tributo sujeito a lançamento por homologação, a ação ajuizada posteriormente a data de 9/6/2005, deverá seguir a regra do art. 3º da LC 118/05, ainda que em referência a fatos geradores anteriores, isto é, deverá ser observado o prazo prescricional de 5 anos, contados estes da data do pagamento (extinção do crédito).
Argumenta que, como a presente ação foi ajuizada após 9/6/2005, ou seja, na vigência da Lei Complementar nº 118/2005, devem ser reconhecidos como prescritos os créditos recolhidos anteriores ao quinquênio precedente ao ajuizamento desta.
Junta paradigma do STJ nesse sentido e que nada mais reflete o julgamento do RE n.º 566.621.
Passo a proferir o VOTO.
Assiste razão a ora requerente, eis que o acórdão da Turma Recursal do Rio de Janeiro está, de fato, em rota de colisão com os precedentes desta Colenda Turma Nacional e do Supremo Tribunal Federal.
O E. STF, no julgamento do RE n.º 566.621, estabeleceu, definitivamente, que o prazo prescricional para a restituição ou a compensação de tributos sujeitos a lançamento por homologação, recolhidos indevidamente, é de 10 (dez) anos (tese dos cinco + cinco), para as ações ajuizadas anteriormente à vigência da LC n.º 118/05, e de 05 (cinco) anos, para as demandas propostas posteriormente à entrada em vigor da aludida lei complementar, ou seja, a partir de 09/06/2005, porquanto o prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes que não apenas tomassem ciência do novo prazo, mas também ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos.
In casu, a Ação foi proposta no ano de 2013, incidindo, portanto, o prazo prescricional de cinco anos. Ante o exposto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Pedido para reconhecer o prazo prescricional QUINQUENAL, inclusive no que tange às parcelas descontadas anteriormente à entrada em vigor da LC 118/2005.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 17 de Agosto de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2013.51.52.001236-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DANIEL FONSECA DIAS
PROC./ADV.: WILMA LOPES PONTES DE S. SANTOS
OAB: RJ-69595
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. EQUIPARAÇÃO COM VALORES RECEBIDOS PELOS SERVIDORES DO TCU. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO
Trata-se de incidente de uniformização interposto pela União contra acórdão da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro que reconheceu o direito da parte autora ao recebimento de auxílio-alimentação nos mesmos patamares do que foi auferido pelos servidores do TCU.
Alega a recorrente, em suma, que o ato normativo que majorou o valor pago a título de auxílio-alimentação aos servidores do TCU não pode ser estendido aos servidores do Poder Executivo. Defende, ainda, que a pretensão da parte autora encontra óbice na Súmula nº 339/STF. Cita precedentes de Turmas Recursais de outras regiões, do STJ e da TNU.
Sem contrarrazões e inicialmente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, após a interposição de agravo, vieram os autos distribuídos a este Relator.
É o breve relatório.
Dou por prejudicado o agravo interposto, tendo em vista que o juízo definitivo quanto à admissibilidade do incidente cabe a este Colegiado.
Tenho por demonstrada a divergência.
Este Colegiado, em julgamento representativo de controvérsia, posicionou-se da seguinte maneira:
ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DA JUSTIÇA FEDERAL. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM SERVIDORES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CNJ E DO TJDF. ISONOMIA. 1. O acórdão recorrido reconheceu direito de servidor público federal da Justiça Federal de 1º e 2º graus em receber auxílio-alimentação com o mesmo valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O fundamento central da decisão foi a isonomia entre servidores ocupantes de mesmo cargo. 2. O acórdão paradigma da 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, em contrapartida, considerou que a isonomia assegurada pelo art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 refere-se tão somente aos vencimentos, não tendo pertinência com a indenização de alimentação determinada por mera norma administrativa e custeada pelo órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício. 3. Está demonstrada divergência jurisprudencial em relação a questão de direito material. O acórdão paradigma teve a autenticidade demonstrada com a indicação da URL que permite acesso na internet à fonte do julgamento. 4. O art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 somente garante isonomia de vencimentos, de forma que não serve de fundamento para estabelecer equiparação de auxílio-alimentação, verba com natureza indenizatória. 5. O art. 37, XIII, da Constituição Federal proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. 6. A Súmula nº 339 do STF enuncia que 'Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia'. O auxílio-alimentação não tem natureza de vencimentos, mas as razões da súmula são mesmo assim aplicáveis para repelir a revisão do valor dessa vantagem com fundamento na isonomia. Em matéria de vantagens de servidores públicos, cumpre ao legislador, e não ao Poder Judiciário, dar-lhe concretização. 7. O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu em agravo regimental em recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte ser impossível majorar o valor de auxílio-alimentação sob fundamento de isonomia com servidores de outro órgão: 'EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS POR DECISÃO JUDICIAL SOB O FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA: SÚMULA N. 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO' (RE-AgR 670974, Segunda Turma, Rel. CÁRMEN LÚCIA, DJ 10/10/2012). 8. Uniformizado o entendimento de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 9. Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a pretensão da parte autora. 10. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, 'a', do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento ao incidente de uniformização. (PEDILEF 05028447220124058501, JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES, TNU, DOU 14/06/2013 pág. 85/112.)
Nesse mesmo sentido encaminhou-se a decisão no julgamento do incidente de uniformização de nº 0504263-05.2013.4.05.8013 (Relator: Juiz Federal Wilson José Witzel, julgado em 11/02/2015), no qual se discutia a possibilidade de equiparação do valor percebido a título de auxílio-alimentação, por servidor do INSS, àquele pago aos servidores do TCU.
Naquela ocasião, restou consignado no acórdão que:
Entendo que, não obstante vigorasse o artigo 39, § 1º, da Constituição, em sua redação original, revogado pela Emenda Constitucional nº 19/98, ainda assim a isonomia ali prevista seria relativa ao vencimento, não à remuneração, institutos diversos. Dispõe o artigo 40, da Lei 8.112/90: "Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei". E o artigo 41, do mesmo diploma legal, tratando da remuneração, o que para alguns trata-se de vencimentos: "Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei." Vantagens essas nas quais inclui-se o auxílio alimentação, descaracterizando suposta natureza salarial, eis que não remunera o servidor e, sim, o indeniza.
Desta forma, dada a natureza indenizatória do auxilio alimentação e sapiente que cada Poder tem autonomia e competência para fixar a remuneração de seus servidores, ao Judiciário não cabe interferir nos critérios utilizados pelo administrador, salvo por comprovada ilegalidade, não lhe competindo, eis que não possui função legislativa, alterar os parâmetros de reajustamento ou definir a periodicidade da atualização da referida vantagem, sob pena de afronta ao principio da separação dos poderes (CF/88, art. 2°), atribuição esta de cada órgão sob a forma de poder discricionário, ato do qual refoge ao âmbito desta Corte a análise (...).
Dessa forma, estando o acórdão impugnado em desconformidade com o entendimento uniformizado, o incidente merece ser acolhido, para reafirmar a tese de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação de servidores com base no fundamento de isonomia.
Ante o exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 18 de fevereiro de 2016

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Relator

PROCESSO: 2014.51.01.124938-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: ALVARO LOPES
PROC./ADV.: BERNARDO RÜCKER
OAB: RJ-169733
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ADEQUAÇÃO AOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E 41/2003. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO LIMITADO AO TETO VIGENTE POR OCASIÃO DA REVISÃO NOS TERMOS DO ART. 144, DA LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. A parte autora interpõe Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal (fls. 282/309) contra acórdão prolatado pela Quarta Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que negou provimento a recurso inominado por ela interposto e manteve a sentença que julgou improcedente pedido para revisão de benefício previdenciário, de acordo com os novos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003 (fls. 261/263). Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão adotou interpretação divergente daquela acolhida pela Quarta Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, nos processos n. 5041589-55.2012.404.7100 e n. 5040525-44.2011.404.7100.

2. A MMª. Juíza Federal Gestora das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro proferiu decisão para inadmitir o Pedido de Uniformização.

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.

4. Presentes os pressupostos de admissibilidade e demonstrado o dissídio jurisprudencial, conheço o Pedido de Uniformização e passo ao exame do seu mérito.

5. Em análise do pedido para incidência do novo teto sobre a renda mensal dos benefícios implantados em momento anterior à sua entrada em vigor, registro que as alegações relacionadas à violação ao ato jurídico perfeito, à possível retroatividade da aplicação do novo limite e à determinação de reajuste de benefício previdenciário sem a prévia definição de fonte de custeio (arts. 5º, XXXVI, e 195, §5º, da Constituição da República de 1988) já foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal que, em julgamento do RE 564.354 (Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 14/02/2011), sob a sistemática da repercussão geral (art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973), decidiu que a elevação dos limites máximos dos benefícios previdenciários, concedidos no Regime Geral da Previdência Social, deveriam ser ajustados aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. A propósito, transcrevo a ementa do acórdão referido:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. (original sem grifos).

6. A fundamentação declinada no precedente não definiu marco temporal para a correspondência do salário-de-benefício aos novos limites instituídos pelos valores máximos do salário-de-contribuição. Contudo, no presente Pedido de Uniformização, o pedido de revisão foi julgado improcedente, por entender-se que a sujeição do valor do salário-de-benefício ao limite máximo do salário-de-contribuição, vigente na data de início do benefício, somente seria observada nas hipóteses de concessões posteriores a 05 de abril de 1991, quando passou a ser aplicada a regra veiculada pelo art. 29, §2º, da Lei n. 8.213/91. Contudo, tal convicção não pode ser mantida, pois os benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991 (período conhecido como "buraco negro") tiveram sua renda mensal recalculada e revista, de acordo com o art. 144, da Lei n. 8.213/91, ocasião em que passaram a estar sujeitos ao limite do valor máximo do salário-de-contribuição vigente.

7. As disposições normativas posteriores, que previram a reposição do valor que sobejou o teto nos reajustes subsequentes (art. 26, da Lei n. 8.870/94; art. 21, §3º, da Lei n. 8.880/94, e art. 35, §3º, do Decreto n. 3.048/99), não afastam o direito alegado pela parte autora, porém exigem que seja aferida contabilmente a existência de efetiva absorção das diferenças nas revisões do benefício recebido pelo segurado, a fim de que se apure se há quantia devida em decorrência dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003. Em apoio ao entendimento favorável à revisão dos benefícios concedidos entre 05 de outubro de 1988 e 05 de abril de 1991, de acordo com os novos tetos previstos pelas aludidas Emendas Constitucionais, anoto as decisões monocráticas proferidas no RE 899.546/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 01/09/2015), no ARE 758.317 (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 03/03/2015), no ARE 917.319/RJ (Rel. Min. Edson Fachin, DJE 23/10/2015) e o acórdão prolatado no ARE 921.066 ED/RJ (1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE 24/05/2016), no qual foi consignado que o Supremo Tribunal Federal "não impôs limites temporais à atualização do benefício".

8. Posto isso, voto pelo conhecimento e provimento do Pedido de Uniformização para afirmar a tese de que o benefício previdenciário limitado ao teto vigente por ocasião da revisão, nos termos do artigo 144, da Lei n. 8.213/91, deve ser ajustado aos novos patamares definidos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Julgo procedente o pedido, na forma do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, de modo a condenar o INSS a revisar a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição recebida pela parte autora (NB 085.712.791-8), mediante aplicação dos novos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003, e a pagar-lhe as diferenças correspondentes às prestações vencidas, respeitada a prescrição quinquenal, atualizadas monetariamente pelo INPC. Os juros moratórios deverão ser calculados na forma do art.1-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09 e computados a contar da citação. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55 da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000057-62.2013.4.04.7134
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVA DE LOURDES OLIVEIRA ROBALO
PROC./ADV.: NELMO JOSÉ BECK
OAB: RS-21645
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS NA VIGÊNCIA DA LEI 9.032/95. RISCO DE CONTAMINAÇÃO E PREJUIZO À SAUDE. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 42 DESTE COLEGIADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS em face Acórdão proferido pela 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que reconheceu a especialidade do período de 06/03/1997 a 26/08/2008, em que a autora trabalhou como auxiliar de enfermagem junto ao Hospital Infantil Ivan Goultart.

2. Defende o recorrente, no entanto, que o decisum recorrido reconheceu tempo de serviço especial pelo risco da atividade durante a jornada de trabalho, em período posterior ao Decreto 2.172, de 05-03-1997, possibilidade esta peremptoriamente afastada pela jurisprudência desta Turma Nacional.

3. Para ilustrar a divergência alegada, invoca o precedente a seguir:

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. AGENTE PERIGO. LEIS 9.032/95 E 9.528/97. NÃO PREVISÃO NO DECRETO 2.172/97. TERMO FINAL: 5-3-1997. EMENDA CONSTITUCIONAL 47/05. DISTINÇÃO ENTRE A CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL PARA O SEGURADO DO REGIME GERAL E O DO SERVIÇO PÚBLICO. NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O recorrente, INSS, pretende a modificação do acórdão que, por maioria, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de contagem de tempo especial em período posterior à edição do Decreto 2.172/97, em 5-3-1997, em decorrência de atividade laborativa perigosa, exercida de forma habitual e permanente no transporte de combustíveis (gás liquefeito de petróleo). Foram reconhecidos como tempo de serviço especial os períodos de: 16-9-2002 a 3-6-2006, 19-6-2006 a 13-4-2007 e 16-4-2007 a 22-1-2010. Sustenta o recorrente que, a partir da vigência do Decreto 2.172/97, a periculosidade não enseja a contagem de tempo especial para fins previdenciários. Indicou os acórdãos paradigmas proferidos no Pedilef 2007.83.00.507212-3 (DJ 24-06-2010), AgRg no REsp 992.150/RS (DJ 17-12-2010) e AgRg no REsp 992.855/SC (DJ 24-11-2008). 2. A Lei 9.032/95, ao acrescentar os §§ 4º e 5º ao art. 57 da Lei 8.213/91, modificou a sistemática de aposentadoria com contagem de tempo especial até então existente. A aposentadoria por categoria profissional deixou de existir, prevendo a lei a possibilidade de contagem de tempo especial se o trabalho estivesse sendo exercido sob condições que prejudicassem a saúde ou a integridade física. Mesmo após a edição da Lei 9.032/95, os Decretos 53.831/64 e 83.080/79 foram mantidos em vigor pelo art. 152 da Lei 8.213/91 (hoje revogado), até que fossem integralmente regulamentados os art. 57 e 58 da referida Lei 8.213/91. A regulamentação só veio ocorrer em 5 de março de 1997, em virtude da edição do Decreto 2.172/97, mas a partir da Lei 9.032/95 passou-se a exigir que o trabalho sujeito a condições prejudiciais à saúde, para fins de ser computado como especial, fosse não ocasional e nem intermitente, devendo ser demonstrada a efetiva exposição a agentes nocivos (§§ 3º e 4º do art. 57 da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 9.032/95). 3. O legislador, ao editar as Lei 9.032/95 e 9.528/97, teve a intenção de reduzir as hipóteses de contagem de tempo especial de trabalho, excluindo o enquadramento profissional e, após o Decreto 2.172/97, o trabalho perigoso. A periculosidade, em regra, deixou de ser agente de risco para a aposentadoria do regime geral de previdência. 4. A retirada do agente periculosidade como ensejador da contagem de tempo especial no regime geral ficou clara com a promulgação da Emenda Constitucional 47/05. Isso porque dita emenda permitiu aos servidores públicos, nos termos de lei complementar, a contagem especial de tempo de trabalho exercido em atividades de risco (inciso II) e sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição). Já para os segurados do regime geral, no entanto, restringiu o direito àqueles segurados que trabalhem de atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física (§ 1º do art. 201 da Constituição), nada se referindo aos que atuam sob risco. 5. É bem verdade que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.306.113/SC (DJ 7-3-2013), de que foi relator o Sr. Ministro Herman Benjamin, submetido ao regime de recursos repetitivos, definiu que as atividades nocivas à saúde relacionadas nas normas regulamentadoras são meramente exemplificativas, podendo o caráter especial do trabalho ser reconhecido em outras atividades desde que permanentes, não ocasionais e nem intermitentes. Em conseqüência, considerou o agente eletricidade como suficiente para caracterizar agente nocivo à saúde, deferindo a contagem especial mesmo depois da edição do Decreto 2.172/97. 6. Contudo, deve ser feito o distinguish dessa decisão, haja vista ter tratado de eletricidade, que continha regulamentação específica, prevista na Lei 7.369/85, revogada apenas pela Lei 12.740/12. O que se extrai do acórdão do Superior Tribunal de Justiça é que, não obstante a ausência de previsão constitucional da periculosidade como ensejadora da contagem de tempo de serviço especial no regime geral de previdência após 5-7-2005, data da promulgação da Emenda 47/05, é possível essa contagem pelo risco, desde que haja sua previsão expressa na legislação infraconstitucional. 7. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 8. Pedido de uniformização parcialmente provido para, firmando a tese de que não se pode contar tempo especial pelo agente nocivo perigo, após 5-3-1997, quando da edição do Decreto 2.172/97, à exceção daquelas previstas em lei específica como perigosas, anular o acórdão da turma de origem e devolver os autos para que seja feito novo julgamento dos recursos, tomando por base essa premissa.Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais dar provimento parcial ao incidente, nos termos do votoementa do Relator. [g.n.] (PEDILEF 50136301820124047001, JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, DOU 16/08/2013 pág. 79/115.)

4. Negado seguimento ao recurso pela Turma Recursal de origem, seu processamento foi admitido por decisão do Min. Presidente desta Turma Nacional de Uniformização.

5. Pois bem. Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal".

6. In casu, analisando detidamente o teor do julgado paradigma, verifica-se a ausência de similitude fática e jurídica com o julgado combatido. Ali se cuida da impossibilidade de se reconhecer tempo especial em razão da exposição ao agente perigoso transporte de combustíveis (gás liquefeito de petróleo) após o advento do Decreto 2.172/97. No caso dos presentes autos, trata-se da exposição ao agente insalubre risco biológico, ante a constatação de que, pelas circunstâncias do caso concreto, a habitualidade e permanência estaria configurada.

7. Na verdade, o INSS pretende associar a idéia de risco de exposição a agentes biológicos à noção de periculosidade stricto sensu.

8. Tais conceitos, no entanto, não se confundem.

9. A exposição aos agentes biológicos está relacionada à noção de insalubridade, a qual, a teor do Acórdão recorrido, está devidamente demonstrada, com habitualidade e permanência, à luz das peculiaridades do caso concreto. Senão vejamos:

(...) a sentença atacada acompanhou as conclusões consignadas no formulário PPP e no laudo técnico emitidos pela empregadora, os quais informam que a demandante esteve exposta a agentes biológicos nocivos à saúde, em razão do manuseio de materiais contaminados e do contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas. Registro que, mesmo após o início da vigência da Lei n. 9.032/95, não é necessário que a exposição a agentes biológicos ocorra durante a integralidade da jornada de trabalho do segurado, bastando que haja efetivo e constante risco de contaminação e de prejuízo à saúde do trabalhador, satisfazendo os requisitos de habitualidade e permanência, o que restou comprovado no caso.

10. Periculosidade, sob outro giro, diz respeito àquelas atividades que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com agentes ou substâncias em condições de risco acentuado, como é o caso da eletricidade em alta voltagem.

11. Daí porque não há como se extrair qualquer divergência entre o decisum recorrido e os precedentes invocados, já que tratam de questões distintas.

12. Esta foi, mutatis mutandis, a conclusão alcançada por este Colegiado em hipóteses semelhantes, conforme se depreende das transcrições a seguir:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. ENFERMEIRA E AUXILIAR DE ENFERMAGEM. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS NA VIGÊNCIA DA LEI 9.032/95. RISCO DE CONTAMINAÇÃO E PREJUIZO À SAUDE. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 42 DESTE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COLEGIADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. Sentença parcialmente procedente reconhecendo a especialidade do trabalho de auxiliar de enfermagem e enfermeira, exercido pela parte autora, nos períodos de 07.03.1989 a 07.11.1994, de 20.01.1996 a 15.07.1998, 12.07.1999 a 25.04.2000, 15.12.2003 a 12.05.2004, 08.06.2004 a 04.12.2004 e 01.02.2005 a 13.08.2010. Recurso interposto por ambas as partes. A 1ª Turma Recursal de Santa Catarina negou provimento ao recurso do INSS e deu provimento ao da parte autora, reconhecendo também a especialidade do período de 07.11.2001 a 21.08.2002, sob o fundamento de estar devidamente comprovada a exposição da autora a agentes agressivos biológicos, enquanto laborava em setor de saúde, tendo em vista que o conceito de habitualidade e permanência, nesse caso, deveria ser interpretado de forma diversa dos casos de exposição a agente nocivo físico. 2. Incidente de uniformização interposto pela parte ré, alegando, em síntese, que o acórdão impugnado reconheceu a especialidade do período laborado com base na exposição a agentes biológicos, desconsiderando a informação do laudo pericial no sentido de que a eventual exposição da autora a agentes nocivos ocorreria de forma intermitente, o que não enseja a contagem especial do período, nos termos da jurisprudência deste colegiado. 3. Incidente admitido na origem ao fundamento de estar demonstrada a divergência jurisprudencial apontada pela autarquia. 4. O incidente, contudo, não merece ser conhecido. 5. O Acórdão recorrido considerou estar suficientemente demonstrada a exposição da parte autora a agentes agressivos biológicos, enquanto laborava como enfermeira no setor de saúde da Prefeitura Municipal de Gaspar, levando em consideração, inclusive, a descrição das atividades realizadas. No que tange à habitualidade e permanência, salientou que, no caso de agentes biológicos, "o que se protege não é o tempo de exposição (causador do eventual dano), mas o risco de exposição a tais agentes". 6. Os acórdãos paradigmas apresentados pelo INSS, por sua vez, tratam de casos em que o segurado buscava o reconhecimento da especialidade de atividade relacionada à limpeza em hospital e da atividade de frentista. No primeiro, entendeu o julgador que a autora não conseguiu comprovar eventual exposição a agentes infecto-contagiosos na limpeza dos cômodos destinados aos pacientes. No segundo, observo que a profissão de frentista é notadamente exposta a agentes nocivos diversos daqueles a que estão expostos os profissionais da saúde. 7. Portanto, não se evidencia a existência de similitude fática entre os julgados apontados pelo recorrente, motivo pelo qual não se conhece do presente incidente, nos termos da QO n. 22 , da TNU. 8. Ademais, o debate quanto à freqüência de exposição da autora aos agentes nocivos, bem como sobre as conclusões do laudo pericial, implicariam no revolvimento do conjunto fático probatório, o que é vedado em sede de Incidente de Uniformização. Inteligência da súmula n. 42 deste Colegiado. 9. Ante o exposto, não conheço do incidente de uniformização. (PEDILEF 50111377220114047205, JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, DOU 26/09/2014 PÁGINAS 152/227).

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO DE HOSPITAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA PELA TURMA RECURSAL SUPLEMENTAR ÀS TURMAS RECURSAIS DO RIO GRANDE DO SUL. ACÓRDÃO DA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA 4.ª REGIÃO QUE RESTABELECEU A SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.032/95. REQUISITOS DA HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA. CONCEITOS NÃO TRATADOS NOS PARADIGMAS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. - Não se conhece do incidente de uniformização quando o acórdão recorrido não guardar similitude fático-jurídica com o paradigma (TNU - Questão de Ordem n.º 22); ou que implique o reexame de matéria de fato (TNU - Súmula n.º 42). - Hipótese na qual o recorrente alega que o acórdão da Turma Regional de Uniformização da 4.ª Região, ao considerar que para o enquadramento do tempo de serviço especial, após o início de vigência da Lei n.º 9.032/95, não se faz necessário que a exposição aos agentes biológicos ocorra durante a integralidade da jornada de trabalho do segurado, bastando que haja efetivo e constante risco de contaminação, divergiu da jurisprudência dominante da TNU, no sentido de que, a partir da referida Lei, exige-se a exposição habitual e permanente aos agentes nocivos durante a jornada de trabalho. - A TNU já firmou que, antes da Lei n.º 9.032/95, a legislação se contentava com a exposição habitual e intermitente, passando, depois da nova Lei, a exigir a exposição habitual e permanente para justificar o reconhecimento de atividade especial para fins previdenciários. No caso, contudo, não se constata a divergência alegada, já que constatado, segundo fixado pelo acórdão recorrido, os requisitos de habitualidade e permanência, conforme se verifica do trecho a seguir: "Tenho entendido que, para o enquadramento do tempo de serviço como especial após o início da vigência da Lei n.º 9032/95, não é necessário que a exposição a agentes biológicos ocorra durante a integralidade da jornada de trabalho do segurado, bastando, nesse caso, que haja efetivo e constante risco de contaminação e de prejuízo à saúde do trabalhador, satisfazendo, assim, os conceitos de habitualidade e permanência, analisados à luz das particularidades do labor desempenhado. O fato de a parte autora realizar algumas tarefas que não a exponham ao contato direto com agentes biológicos durante a sua jornada de trabalho não elide o reconhecimento da especialidade do labor, pois, conforme bem explanado pela colega Marina Vasques Duarte (in Direito Previdenciário, Verbo Jurídico, 2004, 3.ª ed. p. 167), em casos como este dos autos, a especialidade do trabalho não existe em virtude do desgaste que o agente nocivo provocaria à integridade do profissional, mas, sim, em virtude do risco dessa exposição. O que se sugere seja verificado na hipótese é a permanência do risco - que entendo presente no trabalho da parte autora - e não da exposição em si, mesmo porque o fundamento da aposentadoria especial e do reconhecimento da especialidade do labor é a possibilidade de prejuízo à saúde do trabalhador e não o prejuízo em si. Ou seja, no caso concreto, ainda que a efetiva exposição a agentes biológicos - proveniente do contato direto com pacientes potencialmente infectados e/ou utensílios por eles utilizados - pudesse não ocorrer durante todas as horas da jornada de trabalho, o fato é que o risco de contágio inerente às atividades desempenhadas - para o qual basta um único contato com o agente infeccioso - e, consequentemente, o risco permanente de prejuízo à saúde do trabalhador, por certo caracterizam a especialidade do labor, integralmente despendido em ambiente hospitalar". A distinção entre os conceitos, ademais, não foi objeto de exame no paradigma, que dizia respeito apenas a período anterior à Lei n.º 9,032/95 ("Portanto, é uníssono o entendimento de que, para a caracterização da atividade como especial, não havia necessidade de exposição permanente e habitual aos agentes biológicos até o início da vigência da Lei 9.032/95, bastando o enquadramento da categoria profissional nas relações constantes das normas que regiam a matéria. Na espécie, o período sob discussão de 02/07/1986 a 31/01/1995 é anterior à vigência da Lei 9.032/95, pelo que se conclui não haver necessidade de comprovação da exposição habitual e permanente da requerente aos agentes biológicos nocivos, sendo bastante o enquadramento da sua atividade de auxiliar de enfermagem, relacionada como especial no Anexo II do Decreto 83.080/79, código 2.1.3" - TNU - PEDILEF n.º 20067295017631, Rel. Juiz Federal João Carlos Costa Mayer Soares, DJ 22 mai. 2009), daí porque ausente a necessária similitude. - Não logrou o recorrente, portanto, demonstrar a divergência jurisprudencial, pressuposto ao conhecimento do Incidente (TNU - Questão de Ordem n.º 22), pretendendo, na verdade, o reexame de fatos e provas, vedado pelas Súmulas n.º 42 e 43 da TNU. - Pedido de Uniformização não conhecido. (PEDILEF 50003944520124047115, JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 31/05/2013 pág. 133/154).

13. Incidente, pois, neste ponto, a Questão de Ordem nº 22, desta Turma Nacional, segundo a qual é "possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

14. Na verdade, mesmo que se pudesse extrair a similitude pretendida - o que se admite apenas à guisa de obiter dictum - não lograria o recorrente alcançar outro desfecho.

15. Isto porque a jurisprudência desta Casa e do eg. STJ atualmente se solidificaram no sentido de que a exclusão da periculosidade da relação dos agentes nocivos pelo Decreto 2.172/97 não impede o reconhecimento das condições especiais do labor exercido sob sua exposição, acaso comprovada, por documento próprio, a exposição habitual e permanente do segurado ao agente perigoso. Neste sentido: REsp Nº 1.306.113 - SC (julgado sob o regime dos recursos repetitivos de que cuidava o art. 543-C do CPC/73) e PEDILEF n° 50012383420124047102.

16. Também não há de se cogitar um revolvimento das provas produzidas nos presentes autos com vistas a sindicar se as circunstâncias in concreto realmente justificariam o reconhecimento da situação de habitualidade e permanência.

17. Isto porque o enunciado da Súmula nº 42 desta TNU é claro ao estabelecer que "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

18. Por todas estas razões, NEGO CONHECIMENTO ao incidente.

19. É como voto.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília, 20 de outubro de 2016.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
Juíza Federal

PROCESSO: 5000248-33.2014.4.04.7212
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA LENI LORENZETTI
PROC./ADV.: CLAUDIR GARBIM
OAB: SC-22 848
PROC./ADV.: ESTEVÃO GARBIM NETO
OAB: SC-28271
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - REINGRESSO NO RGPS PORTADORA DA INCAPACIDADE - NÃO COMPROVAÇÃO DE AGRAVAMENTO CAUSADOR DA INCAPACIDADE - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que ao contrário do lançado no acórdão guerreado e do laudo pericial, a incapacidade constatada quando do requerimento de seu benefício previdenciário deriva de agravamento da patologia, de forma que não teria reingresso no RGPS já incapaz.

O incidente foi admitido na origem.

2. Verifico que a insurgência da demandante é contra as conclusões a qual chegou o Magistrado prolator da sentença confirmada em sede recursal, de que a demandante teria reingressado no RGPS já portadora de patologia incapacitante, o que não lhe confere o direito à percepção do benefício postulado.

Agora, em sede de pleito de uniformização, pretende que este Julgador reavalie o conjunto probatório nos autos, a fim de concluir que a incapacidade laboral decorre de agravamento da patologia.

Há de ser consignado, porém, que além de ser vedado a reanálise das provas nesta Corte Uniformizadora, o prolator da decisão combatida concedeu à recorrente a oportunidade de comprovar a tese que ora levanta, mas essa preferiu não o fazer, conforme se observa do seguinte trecho da decisão:

"(...)Note-se que a perícia judicial foi realizada para oportunizar que a parte demandante provasse as alegações de que efetivamente houve progressão da doença e configuração da incapacidade em momento posterior ao reingresso ao RGPS, cabendo a esta apresentar todos as provas hábeis a tal fim. Entretanto, compareceu apenas com exames recentes atestando a incapacidade e não clareando as dúvidas acerca da questão.

Insta tecer a existência de tais provas, visto que na data da perícia administrativa foi apresentado radiografia do ano de 2007. Assim, sabedora dos motivos que levaram a autarquia a indeferir o beneficio, leva este Juízo a crer que houve certa discrepância por parte da autora para a elucidação do caso. Por bem, em que pese o profissional habilitado não ter estimado com precisão o início da incapacidade, anoto que a patologia é decorrente de um processo lento e gradativo e pelos sinais de deformidade severa que apresenta o quadro clínico da autora, leva este Juízo a crer, com grande grau de convencimento, que efetivamente a doença pré-existe ao reingresso

da demandante ao Regime da Previdência Social, mormente em casos tais como o presente em que o segurado apresenta baixo histórico contributivo, somente inciado com idade já avançada na condição de contribuinte individual e indiscutivelmente já com vários agravos à saúde, o que indica efetivamente recolhimentos efetuados com o fim exclusivo de obter benefício previdenciário.

A luz do quadro apresentado, consoante o que prescreve o art. 42, paragrafo 2º, da Lei 8213/91, a improcedência do feito é medida que se impõe(...)" .

Ademais, por opção do legislador pátrio, não é possível de ser tomada no âmbito desta C. Uniformizadora que, inclusive, possui a Súmula 42 que veda o reexame probatório.

3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000254-85.2015.4.04.7121
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EVA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: LUÍZA AMARAL DULLIUS
OAB: RS-89 721
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - LOAS - VALOR DA RENDA PERCAPITA SUPERIOR LIMITE LEGAL - DESCONSIDERAÇAÔ DE RENDA FILHO - NECESSIDADE DE REAPRECIAÇÃO E VALORAÇÃO DE PROVAS. SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte atuora alegando que o acórdão guerreado não agiu com acerto ao negar o seu recurso inominado da recorrida, deixando de lhe conceder benefício assistencial sob o argumento de ausência de miserabilidade, ante ao fato de que há no núcleo familiar um filho que labora e cuja informação teria sido omitida. Alegou que o Juiz a quo não agiu acertadamente, visto que o seu filho, embora residente na casa, é maior de idade, de forma que a renda não pode ser computada. Ademais, a Perita Assistente Social teria apurado a miserabilidade da recorrente.

O incidente não foi admitido.

2. Inicialmente, entendo que a proteção estatal conferida pela Lei 8.742/91 aos idosos e deficientes em situação de vulnerabilidade é suplementar ao dever de cuidados dos próprios familiares, ou seja, somente não sendo possível este dever ser cumprido pelos filhos, pais e/ou familiares que o Estado deve agir.

Nesse jaez, importante, inclusive, destacar que a Lei 8.742/91, em recente modificação, consignou que o filho, ainda que maior, mas solteiro, e residente na mesma casa, integra o conceito de família, devendo ser contabilizado para a renda percapita.

Por fim, o fato é que o conhecimento do incidente de uniformização interposto pela

parte autora demandaria a reapreciação das provas, com a alteração da renda mensal do núcleo familiar da recorrida, o que, por opção do legislador, esbarra na vedação da Súmula 42 desta C. Uniformizadora, que assim dispõe:

"Não se conhece de incidente de uniformização que implique em reexame de matéria de fato".

3. Assim, não obstante o reconhecido erro na apreciação das provas, e tendo em vista a finalidade desta Corte (uniformização de jurisprudência), não vejo outra alternativa a não ser DEIXAR DE CONHECER o presente incidente processual.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília-DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000682-52.2014.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GALDINO GONCALVES DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES
OAB: RS-53422
PROC./ADV.: WALDEREZ MARIA XAVIER
OAB: RS-34788
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que ao contrário do lançado no acórdão guerreado e do laudo pericial, encontra-se incapacitado para o labor.
O incidente foi admitido na origem.
2. Verifico que a insurgência da demandante é contra as conclusões lançadas no laudo pericial que fundamentaram a sentença de improcedência, confirmada em sede recursal.
Desta forma, não obstante ter sido o incidente admitido na origem, o fato é que conhecer o presente incidente demanda uma nova avaliação de todo o conjunto probatório, a fim de em uma análise sistemática concluir que inobstante o Perito Médico Judicial tenha concluído pela inexistência de incapacidade, esta pode ser aferida com as demais provas.
Ocorre que tal pretensão, por opção do legislador pátrio, não é possível de ser tomada no âmbito desta C. Uniformizadora que, inclusive, possui a Súmula 42 que veda o reexame probatório.
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000753-91.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA ELISA GALON GOBI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK.
OAB: SP-263146
REQUERENTE: OTILIA ROSA DE PIERI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
REQUERENTE: ROSELENA REINERT BERTOLOTTO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
REQUERENTE: SANDRA MARIA DE ANDRADE BRUGINI BRITTO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
REQUERENTE: SILRLEI REECK TAVARES
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. INCIDE O FATOR PREVIDENCIÁRIO NO CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL (PEDILEF n. 0501512-65.2015.4.05.8307, rel. Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler). ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NO ÂMBITO DA TURMA NACIONAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal em que foi negado provimento a recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau no bojo da qual foi julgado improcedente pedido de revisão visando à exclusão do fator previdenciário de RMI de Aposentadoria.
Argumenta a parte Autora que não incide o fator previdenciário no cálculo da Renda Mensal Inicial para fim de concessão de Aposentadoria ao Professor, dada a sua natureza especial.
É o relatório.
A matéria discutida no presente Incidente de Uniformização teve o exame concluído na sessão de 20.10.2016, em sede de Representativo de Controvérsia nos PEDILEF n. 0501512-65.2015.4.05.8307, rel. Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler, oportunidade em que este Colegiado, à unanimidade, pacificou entendimento no sentido oposto à tese defendida pela parte recorrente, nos termos seguintes:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA, SALVO QUANDO O SEGURADO CUMPRIU OS REQUISITOS PARA APOSENTAÇÃO ANTERIORMENTE À EDIÇÃO DA LEI N. 9.876/99. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de acórdão proferido por Turma Recursal que deu provimento ao recurso autoral, julgando procedente o pedido para afastar a incidência do fator previdenciário da aposentadoria de professor.
- Sustenta que "(...) A discussão constitucional trazida no presente recurso é muito simples: se por opção do legislador constituinte a aposentadoria de professor não é especial, no sentido de considerar as atividades que a ensejam como penosas, insalubres ou perigosas, uma vez que desde a Emenda Constitucional nº 18/81 o labor como professor passou a ser considerado como de tempo comum, ensejando apenas aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que com redução no número mínimo de anos exigido, sendo-lhe aplicável, portanto, o fator previdenciário (...)". Para demonstrar a divergência, aponta julgado desta TNU (PEDILEF 50052947020134047104), bem como do STJ: "Apesar das peculiaridades e regras próprias na legislação, a aposentadoria de professor não é especial, no sentido de considerar as atividades que a ensejam como penosas, insalubres ou perigosas, uma vez que desde a Emenda Constitucional nº 18/81 o labor como professor passou a ser considerado como de tempo comum, ensejando apenas aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que com redução no número mínimo de anos exigido, sendo-lhe aplicável, portanto, o fator previdenciário, a teor do art. 29, I da Lei 8.213/91." (STJ, 2ª Turma, AgRg no AREsp 477.607-PR, Rel. Herman Benjamin, j. 22/04/2014, DJE 18/06/2014).
Pois bem.
- O entendimento consagrado por esta Corte, por ocasião do julgamento do PEFILEF 5008433-18.2013.4.04.7205, era o de que não incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria do professor (espécie 57), salvo se lhe for mais benéfico, in verbis:
"(...)17.A aposentadoria de professor, assim, por tratar-se de benefício concedido com tempo de contribuição também reduzido, comporta tratamento similar ao conferido pela LC 142/2013 no tocante ao fator previdenciário, cuja aplicação está autorizada somente quando seu resultado for superior à unidade (fator previdenciário positivo). 18. Meu voto, portanto, conhece e dá provimento ao pedido de uniformização interposto pela parte autora, firmando o entendimento de que o fator previdenciário não pode ser aplicado quando importar redução do valor da renda mensal inicial da aposentadoria em funções de magistério, sob pena de anular o benefício previsto constitucionalmente. (...)".
- A TNU vinha mantendo tal entendimento de forma reiterada, como se pode ver nos seguintes julgados: PEDILEF 5010858-18.2013.4.04.7205, DOU 10/07/2015, Rel. Juiz Federal João Batista Lazzari; PEDILEF 50093226920134047205, DJ 03/07/2015, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha; PEDILEF 0504450-76.2014.4.05.8401, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, sessão de junho/2016.
- Porém, em contrariedade à posição da TNU, o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo - alterando o posicionamento anteriormente adotado naquela Egrégia Corte - que incide o fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço do professor quando o segurado não possuir tempo suficiente para concessão do benefício anteriormente à edição da Lei n. 9.876/99 (que introduziu o Fator Previdenciário). Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. O agravo regimental objetiva reconsiderar decisão que negou provimento ao recurso especial oriundo de ação ajuizada em face do INSS, objetivando a revisão de aposentadoria de professor, para que fosse afastada a utilização do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial.
2. Conforme asseverado na decisão agravada, incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição de professor quando a segurada não tiver tempo suficiente para a concessão do benefício anteriormente à edição da Lei 9.876, de 1999, como no presente caso, conforme asseverado pelo Tribunal a quo.
3. Agravo regimental não provido. (Ag Rg no REsp 1527888 / RS, Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 09/11/2015).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE DE PROFESSOR. INCIDÊNCIA.
1. "Incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de serviço de professor quando a segurada não tiver tempo suficiente para a concessão do benefício anteriormente à edição da Lei 9.876, de 1999, como no presente caso, conforme asseverado pelo Tribunal a quo."(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.490.380/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 16/6/2015).
2. Decisão mantida. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no REsp 1481976 / RS, Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, Ministro OG FERNANDES).
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA.
1. À luz do Decreto 53.831/64 (Quadro Anexo, Item 2.1.4), a atividade de professor era considerada penosa, situação modificada com a entrada em vigor da Emenda Constitucional 18/81 e, consequentemente, das alterações constitucionais posteriores, porquanto o desempenho da atividade deixou de ser considerada especial para ser uma regra "excepcional", diferenciada, na qual demanda um tempo de serviço menor em relação a outras atividades, desde que se comprove o exclusivo trabalho nessa condição.
2. A atividade de professor não é especial em si, para fins de seu enquadramento na espécie "aposentadoria especial" a que alude o art. 57 da Lei n. 8.213/91, mas regra diferenciada para a aposentadoria que exige o seu cumprimento integral, o que afasta seu enquadramento às disposições do inciso II do art. 29 do mesmo diploma, que não prevê a utilização do fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício.
3. Amoldando-se a aposentadoria do professor naquelas descritas no inciso I, "c", inafastável o fator previdenciário, incidência corroborada ainda pelas disposições do § 9º do art. 29 da Lei de Benefícios, em que foram estabelecidos acréscimos temporais para minorar o impacto da fórmula de cálculo sobre o regime diferenciado dos professores.
4. Eventual não incidência do fator previdenciário sobre a aposentadoria de professor somente é possível caso o implemento dos requisitos para o gozo do benefício tenha se efetivado anteriormente à edição da Lei n. 9.897/99. EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.490.380/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 16/06/2015. Recurso especial improvido. (REsp 1423286 / RS, Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 01/09/2015 RIOBTP vol. 316 p. 171).
- Desse modo, percebe-se que o entendimento que tem prevalecido no Superior Tribunal de Justiça é o de que deve haver a incidência do Fator Previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço de professor, salvo se o segurado tiver cumprido os requisitos para aposentação em data anterior à Lei que o instituiu, não havendo que se falar em inconstitucionalidade do art. 2° da Lei n. 9.876/99.
- Oportuno destacar que o C. Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que a Lei n° 9.876/99, na parte em que alterou o art. 29 da Lei n° 8.213/91, não afronta os preceitos constitucionais:
EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL: CÁLCULO DO BENEFÍCIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 9.876, DE 26.11.1999, OU, AO MENOS, DO RESPECTIVO ART. 2º (NA PARTE EM QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ART. 29, 'CAPUT', INCISOS E PARÁGRAFOS DA LEI Nº 8.213/91, BEM COMO DE SEU ART. 3º. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI, POR VIOLAÇÃO AO ART. 65, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DE QUE SEUS ARTIGOS 2º (NA PARTE REFERIDA) E 3º IMPLICAM INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, POR AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, XXXVI, E 201, §§ 1º E 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E AO ART. 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15.12.1998. MEDIDA CAUTELAR.
(...)
2. Quanto à alegação de inconstitucionalidade material do art. 2o da Lei nº 9.876/99, na parte em que deu nova redação ao art. 29, 'caput', incisos e parágrafos, da Lei nº 8.213/91, a um primeiro exame, parecem corretas as objeções da Presidência da República e do Congresso Nacional. É que o art. 201, §§ 1o e 7o, da C.F., com a redação dada pela E.C. nº 20, de 15.12.1998, cuidaram apenas, no que aqui interessa, dos requisitos para a obtenção do benefício da aposentadoria. No que tange ao montante do benefício, ou seja, quanto aos proventos da aposentadoria, propriamente ditos, a Constituição Federal de 5.10.1988, em seu texto originário, dele cuidava no art. 202. O texto atual da Constituição, porém, com o advento da E.C. nº 20/98, já não trata dessa matéria, que, assim, fica remetida 'aos termos da lei', a que se referem o 'caput' e o § 7o do novo art. 201. Ora, se a Constituição, em seu texto em vigor, já não trata do cálculo do montante do benefício da aposentadoria, ou melhor, dos respectivos proventos, não pode ter sido violada pelo art. 2o da Lei nº 9.876, de 26.11.1999, que, dando nova redação ao art. 29 da Lei nº 8.213/91, cuidou exatamente disso. E em cumprimento, aliás, ao 'caput' e ao parágrafo 7o do novo art. 201.
3. Aliás, com essa nova redação, não deixaram de ser adotados, na Lei, critérios destinados a preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, como determinado no 'caput' do novo art. 201. O equilíbrio financeiro é o previsto no orçamento geral da União. E o equilíbrio atuarial foi buscado, pela Lei, com critérios relacionados com a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, com o tempo de contribuição e com a idade, até esse momento, e, ainda, com a alíquota de contribuição correspondente a 0,31.
4. Fica, pois, indeferida a medida cautelar de suspensão do art. 2º da Lei nº 9.876/99, na parte em que deu nova redação ao art. 29, 'caput', incisos e parágrafos, da Lei nº 8.213/91.
5. Também não parece caracterizada violação do inciso XXXVI do art. 5º da C.F., pelo art. 3o da Lei impugnada. É que se trata, aí, de norma de transição, para os que, filiados à Previdência Social até o dia anterior ao da publicação da Lei, só depois vieram ou vierem a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Enfim, a Ação Direta de Inconstitucionalidade não é conhecida, no ponto em que impugna toda a Lei nº 9.876/99, ao argumento de inconstitucionalidade formal (art. 65, parágrafo único, da Constituição Federal). É conhecida, porém, quanto à impugnação dos artigos 2º (na parte em que deu nova redação ao art. 29, seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.213/91) e 3º daquele diploma. Mas, nessa parte, resta indeferida a medida cautelar. (STF, Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2111/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Sydney Sanches, j. 16/03/00, por maioria, D.J. 5/12/03).

- Outrossim, já se decidiu que a discussão em torno da incidência, ou não, do fator previdenciário reveste-se de natureza infraconstitucional e que caso houvesse real ofensa à ordem constitucional, esta se daria somente de forma indireta ou reflexa. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. LEI 9.876/1999. CONSTITUCIONALIDADE. ADI 2.111-MC/DF. APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES. CÁLCULO DO MONTANTE DEVIDO. APLICAÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO.

I - O Plenário desta Corte, no julgamento da ADI 2.111-MC/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, entendeu constitucional o fator previdenciário previsto no art. 29, caput, incisos e parágrafos, da Lei 8.213/1991, com redação dada pelo art. 2º da Lei 9.876/1999.

II - Naquela oportunidade, o Tribunal afirmou, ainda, que a matéria atinente ao cálculo do montante do benefício previdenciário já não possui disciplina constitucional. Por essa razão, a utilização do fator previdenciário, previsto na Lei 9.876/1999, no cálculo do valor devido à recorrente a título de aposentadoria, não implica qualquer ofensa à Carta Magna. De fato, por ser matéria remetida à disciplina exclusivamente infraconstitucional, a suposta violação do Texto Maior se daria de forma meramente reflexa, circunstância que torna inviável o recurso extraordinário.

III - Agravo regimental improvido" (ARE 702.764-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 4.12.2012) .

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. QUESTÃO QUE DEMANDA ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA.

1. A incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial do benefício de aposentadoria especial de professor, quando sub judice a controvérsia, revela uma violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. Precedentes: AI 689.879-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 26/9/2012 e o ARE 702.764-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 4/12/2012.

2. In casu, o acórdão recorrido manteve a sentença, por seus próprios fundamentos, a qual dispôs: "A aposentadoria dos professores não se confunde com a aposentadoria especial prevista no regime geral de previdência social. As normas constitucionais e infraconstitucionais existentes, no caso dos professores, tratam apenas de aposentadoria por tempo de serviço de caráter excepcional, assim como faz também, por exemplo, com a aposentadoria por idade do segurado especial. Verifica-se, assim, que a lei compensa, com o acréscimo de cinco anos para o professor e de dez anos para a professora, as reduções de tempo de contribuição em relação à aposentadoria comum, com trinta e cinco anos. Portanto, tendo a lei tratado as peculiaridades das diferentes aposentadorias de forma diversa, de modo a corrigir as distorções que poderiam ser causadas pela aplicação pura e simples do fator previdenciário, não sendo punido com a aplicação de um fator maior aquele professor ou professora que exercer seu direito de aposentadoria com tempo reduzido em relação aos demais trabalhadores, não foi ferido o princípio isonômico".

3. Agravo regimental DESPROVIDO.

(ARE-AgR 718275, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. em 8.10.2013)

- Destarte, e justamente por estar se decidindo em sede de representativo de controvérsia, é o momento adequado para a TNU revisitar e superar a sua jurisprudência anterior, a fim de alinhar-se ao entendimento atual do STJ.

- Em face de todo o exposto, ressalvado o posicionamento pessoal deste relator, deve-se dar PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização para, revendo posicionamento anterior desta Corte, firmar o entendimento de que incide o fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço do professor quando o segurado não possuir tempo suficiente para concessão do benefício anteriormente à edição da Lei n. 9.876/99 (que introduziu o Fator Previdenciário). Aplica-se a Questão de Ordem n.º 20 da TNU a fim de que o processo retorne à Turma Recursal de origem para que promova a adequação do julgado ao entendimento ora firmado."

Tratando-se este recurso da mesma matéria e estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência pacificada no âmbito deste Colegiado, demonstra-se inviável o Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do Pedido de Uniformização Jurisprudencial.

Honorários advocatícios e custas processuais tratados no acórdão recorrido (art. 55, Lei n. 9.099/1995).

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000791-25.2012.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANICETO TEIXEIRA BRASIL
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que não conheceu o Incidente de Uniformização por ela interposto, porque o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização (questões de ordem n. 13 e 24, da TNU e enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU), no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão e contradição. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine à analise do enquadramento da hipótese dos autos às exceções trazidas pelo STJ no REsp n. 1.227.133/RS. Aduz que há contradição em aplicar o enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU e rechaçar a destacada omissão do acórdão proferido pela Turma Recursal.

2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.

3. Em análise da contradição alegada, destaco que ela é vício a ser corrigido pelos embargos de declaração caso no julgado existam "proposições entre si inconciliáveis" (José Carlos Barbosa Moreira. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. V. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 548). No acórdão recorrido, não identifico a existência de premissas contraditórias entre si, ou conclusões que divirjam da fundamentação expendida.

4. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

5. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que ""Na vertente, as verbas trabalhistas decorrem de "diferenças remuneratórias devidas a título de complementação de aposentadoria.", a toda evidência, fora do contexto de rescisão contratual nos moldes acima. Dessa forma, tal como a Turma de origem, considero que a parte autora não se desincumbiu do ônus de comprovar que as verbas recebidas na reclamatória trabalhista foram pagas no contexto da extinção do vínculo laboral, valendo ressaltar que, no presente grau de jurisdição, o debate sobre a circunstância do pagamento das verbas principais (se inseridas ou não no contexto de rescisão do contrato de trabalho), implica, necessariamente reexame de matéria de fato, notadamente as peças e documentos que instruíram a reclamatória trabalhista, o que é vedado pela Súmula 42/TNU e art. 14, da Lei 10.259/01."

6. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).

7. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001336-26.2015.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SERGIO GALHANO MARTINS
PROC./ADV.: LUIZ LOPES BARRETO
OAB: PR-23 516
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que ao contrário do lançado no acórdão guerreado e do laudo pericial, o período de sua incapacidade, para tratamento em vício de tóxicos, não se limitou somente aos três meses consignados naquele relatório, de forma que lhe é devido o benefício pleiteado.

O incidente não foi admitido na origem.

2. Verifico que a insurgência da demandante é contra as conclusões lançadas no laudo pericial que fundamentaram a sentença de improcedência, confirmada em sede recursal.

Desta forma, o conhecimento deste o pleito de uniformização, implicaria, necessariamente, a uma nova análise das provas dos autos, de forma a entender que está incapacitada para o labor. Ocorre que tal pleito é vedado pela Súmula 42 desta Corte.

3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 24 de novembri 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001779-43.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE LUIZ MACHADO
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que não conheceu o Incidente de Uniformização por ela interposto, porque o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização (questões de ordem n. 13 e 24, da TNU), no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine à analise do enquadramento da hipótese dos autos às exceções trazidas pelo STJ no REsp n. 1.089.720/RS.

2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.

3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "No caso concreto, ainda que o pagamento das verbas trabalhistas sejam decorrentes do encerramento do contrato de trabalho, tenho que o caso não se amolda ao contexto de "despedida ou rescisão do contrato de trabalho", porquanto cuida-se de desligamento em razão de aposentadoria (tal como consta na exordial da Reclamatória), e não de trabalhador demitido, não se inserindo, portanto, na circunstância de perda de emprego a colocar o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável."

5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).

6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001857-10.2012.4.04.7119
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADAO JOSE LUCAS NUNES
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que não conheceu o Incidente de Uniformização por ela interposto, porque o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização (questões de ordem n. 13 e 24, da TNU), no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine à analise do enquadramento da hipótese dos autos às exceções trazidas pelo STJ no REsp n. 1.089.720/RS.

2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.

3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "No caso concreto, ainda que o pagamento das verbas trabalhistas sejam decorrentes do encerramento do contrato de trabalho, tenho que o caso não se amolda ao contexto de "despedida ou rescisão do contrato de trabalho", porquanto cuida-se de desligamento em razão de aposentadoria, e não de trabalhador demitido, não se inserindo, portanto, na circunstância de perda de emprego a colocar o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável, tal qual qualificado pelo STJ no Resp. 1.089.720/RS."

5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).

6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001950-81.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO AIRTON GARCIA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que deu provimento ao Incidente de Uniformização interposto pela União, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine ao acórdão prolatado pela Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.404.0000/TRF4, a qual apreciou incidentalmente a constitucionalidade sem redução de texto do §1º, do art. 3º, da Lei n. 7.713/88, do art. 16, parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, e do art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66).

2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.

3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "a transição de regime celetista para estatutário, por não propiciar perda de emprego, não deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho" para ensejar a isenção do IRPF sobre os juros de mora aludida no julgamento do REsp 1089720/RS. Com efeito, conforme destacou aquela Egrégia Corte, a isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), o que não ocorre na espécie, porquanto a parte autora não ficou economicamente desamparada, mas tão somente alterou a natureza do vínculo e passou a estar tutelada pelo regime da Lei 8.112/90."

5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).

6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002060-68.2013.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDERI PEDRO TARTARI
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA
OAB: PR-23771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que ao contrário do lançado no acórdão guerreado e do laudo pericial, encontra-se incapacitado para o labor, fato que está agravado por sua idade (60).

O incidente não foi admitido na origem.

2. Verifico que a insurgência da demandante é contra as conclusões lançadas no laudo pericial que fundamentaram a sentença de improcedência, confirmada em sede recursal.

Ademais, ao que consta nos autos, o prolator da decisão denegatória analisou todas as provas, inclusive no tocante às condições pessoais do recorrente que, embora de fato tenha 60 anos, possui a profissão de balconista de bar e concluiu o ensino médio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Desta forma, , o fato é que conhecer o presente incidente demanda uma nova avaliação de todo o conjunto probatório, a fim de em uma análise sistemática concluir que inobstante o Perito Médico Judicial tenha concluído pela inexistência de incapacidade, esta pode ser aferida com as demais provas.
Ocorre que tal pretensão, por opção do legislador pátrio, não é possível de ser tomada no âmbito desta C. Uniformizadora que, inclusive, possui a Súmula 42 que veda o reexame probatório.
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002280-61.2012.4.04.7121
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADOR DA REPÚBLICA
OAB: -
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
LITISCONSORTE NECESSÁRIO: ENERCINA SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ROBERTA ALVES NOS
OAB: RS-47529
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR CONTRIBUIÇÃO. ACRÉSCIMO DE 25% DECORRENTE DE INVALIDEZ SUPERVENIENTE, NECESSITANDO DE AUXÍLIO DE TERCEIROS. IDOSO CAPAZ, DEVIDAMENTE REPRESENTADO EM JUÍZO POR ADVOGADO CONSTITUÍDO. DIREITO INDIVIDUAL. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA ATUAR COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.
R E L A T Ó R I O
Cuida-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em favor da parte Autora, insurgindo-se contra acórdão oriundo de Turma Recursal que, embora tenha reformado a sentença extintiva com exame de mérito (decadência), julgou improcedente o pedido autoral no sentido de ter seus proventos de aposentadoria por contribuição acrescidos de 25%, conforme o art. 45 da Lei n. 8.213/1991, por entender aquele Colegiado que essa regra se aplica somente na hipótese de aposentadoria por invalidez.
Argumenta o Recorrente que o acórdão questionado se encontra em linha de confronto com o decidido pela Turma Regional de Uniformização - 2ª Região no Pedido de Uniformização n. 0001419-66.2005.4.02.5051, "no sentido de que é possível conceder o adicional de 25% de que trata o art. 45 da Lei n. 8.213/91 a outras espécies de aposentadorias que não 'por invalidez'", em decorrência postula que esta Turma Nacional uniformize a jurisprudência nesse sentido.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
Examino, em preliminar, a legitimidade do Ministério Público Federal para apresentar Incidente de Uniformização como substituto processual da parte Autora.
No caso concreto, ao ser notificado para se manifestar acerca do pedido formulado pela parte Autora, o Ministério Público Federal fez constar em sua promoção que "a parte autora é idosa, mas civilmente capaz de gerir sua pessoa e seu patrimônio na vida civil, e processualmente capaz de figurar no polo ativo da relação jurídica processual, devendo o Ministério Público Federal somente atuar nas ações em que se discutem interesses de idosos em situação de risco, conforme disposição expressa contida no artigo 74 do Estatuto do Idoso", em decorrência do que "não se vislumbra a hipótese de intervenção do Ministério Público no processo".
Nos termos do art. 43 do Estatuto do Idoso, "as medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II- por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; III- em razão de sua condição pessoal", hipóteses que legitimam o Ministério Público a atuar com substituto processual da pessoa idosa, conforme o art. 74 da mesma norma legal.
Consta no art. 11 da Lei n. 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais onde couber, que "o Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei" (art. 11), sendo que, no presente caso, não cabe sua intervenção, na medida em que a parte Autora não se encontra em juízo sustentando demanda com base no art. 43 da Lei n. 10.741/2003, sendo plenamente capaz de praticar validamente atos na vida civil, inclusive tendo habilitado Advogada nos autos especificamente para defender seus interesses no curso da presente Ação Previdenciária.
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso interposto, porque ausente a legitimidade do Ministério Público Federal, nos autos, para atuar como substituto processual da parte Autora.
Sem custas processuais e honorários advocatícios.
Preclusas as vias impugnatórias, devolvam-se os autos à Turma Recursal de origem.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002458-09.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA DA GRACA NOBREGA BOLLMANN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que deu provimento ao Incidente de Uniformização interposto pela União, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine ao acórdão prolatado pela Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.404.0000/TRF4, a qual apreciou incidentalmente a constitucionalidade sem redução de texto do §1º, do art. 3º, da Lei n. 7.713/88, do art. 16, parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, e do art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66).
2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.
3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.
1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.
2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).
3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.
4 - Embargos de declaração rejeitados.
4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "a transição de regime celetista para estatutário, por não propiciar perda de emprego, não deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho" para ensejar a isenção do IRPF sobre os juros de mora aludida no julgamento do REsp 1089720/RS. Com efeito, conforme destacou aquela Egrégia Corte, a isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), o que não ocorre na espécie, porquanto a parte autora não ficou economicamente desamparada, mas tão somente alterou a natureza do vínculo e passou a estar tutelada pelo regime da Lei 8.112/90."
5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).
6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002532-91.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: WILSON DE OLIVEIRA BRAZ
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBA PERCEBIDA EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. JUROS DE MORA. VERBA PRINCIPAL DE NATUREZA REMUNERATÓRIA PAGA FORA DO CONTEXTO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de Acórdão de Turma Recursal que deu provimento ao recurso da União Federal para manter a incidência do Imposto de Renda Pessoa Física sobre juros de mora decorrentes de verbas recebidas por força de decisão judicial.
- Sustenta a parte ora requerente que o acórdão recorrido diverge do posicionamento adotado pelo e. STJ, especificamente no que diz respeito ao entendimento firmado no Resp. nº 1.231.813, no sentido de considerar que, para não haver incidência de imposto de renda sobre juros de mora, basta que tenha ocorrido "despedida ou rescisão do contrato de trabalho". Aduz que "a ocorrência da aposentadoria não afasta o contexto da rescisão do contrato de trabalho, no sentido conferido pelo C. STJ à expressão.".
Pois bem.
- Para a ocorrência do fato gerador de IRPF, necessário se faz que a verba auferida pelo contribuinte venha a lhe representar uma aquisição efetiva de disponibilidade econômica ou jurídica. De fato, "rendas e proventos de qualquer natureza" é expressão que indica a espécie do gênero "acréscimo patrimonial", razão pela qual a hipótese de incidência material da renda e proventos de qualquer natureza é a aquisição de riqueza nova (acréscimo patrimonial).
- Não se desconhece a existência de determinadas verbas que, a despeito de aparentemente acrescerem o patrimônio de alguém, constituem-se, na verdade, em simples recomposição, pois visam tão-somente a compensar um prejuízo sofrido. São verbas meramente indenizatórias e sobre elas não incide Imposto de Renda, consoante entendimento jurisprudencial já consolidado.
- Por tal razão, necessário identificar a natureza jurídica das verbas percebidas originalmente pela parte autora, verbas estas de cujo pagamento atrasado nasceu a obrigação da Fazenda de lhes acrescer os juros de mora (indenizatória ou remuneratória). Há que se esclarecer se tais verbas constituíram, ou não, um acréscimo patrimonial passível de tributação de IRPF, haja vista que, por se tratar de obrigação de caráter acessório, os juros de mora terão a mesma natureza daquela obrigação de onde se originou.
- Especificamente para o caso de imposto de renda incidente sobre benefícios previdenciários pagos acumuladamente, colaciono o precedente abaixo:
TRIBUTÁRIO. PROVENTOS DE APOSENTADORIA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE E A DESTEMPO EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL. IMPOSTO DE RENDA. TABELAS E ALÍQUOTAS VIGENTES À ÉPOCA EM QUE DEVERIAM TER SIDO PAGOS. OBSERVÂNCIA DO REGIME DE COMPETÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ FIRMADO NO RESP Nº 1118429/SP, JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. ACCESSORIUM SEQUITUR SUUM PRINCIPALE. 1. O cerne da controvérsia em questão consiste em verificar como deve ser calculado o Imposto de Renda incidente sobre benefícios previdenciários (aposentadoria por tempo de serviço) pagos - em virtude de decisão judicial - acumuladamente mediante precatório, e se incide imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes do pagamento desta verba. 2. (...) 5. Em princípio, haja vista que a verba principal está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda - aposentadoria por tempo de contribuição -, tem-se por devida a incidência do tributo sobre os juros de mora resultantes do montante principal efetivamente tributado. 6. (...) 7. Remessa oficial e apelações improvidas. (APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - 23862, Desembargador Federal Fernando Braga, TRF5, Segunda Turma, DJE - Data::31/10/2013 - Página::353).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- Ressalva-se que, em se tratando de IRPF sobre juros de mora vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial, quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça pela não incidência, nos termos do excerto de julgado que segue:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. EFEITO MODIFICATIVO. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. JUROS MORATÓRIOS. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. 1. Cuida-se de matéria que trata de verbas de natureza trabalhista, e não previdenciária. 2. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.089.720/RS (j.
10.10.2012, Rel. Min. Mauro Campbell Marques), ratificou o entendimento de que se aplica o IRPF sobre juros moratórios, mesmo se fixados em reclamatória trabalhista, levando-se em conta duas exceções: a) isenção quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) isenção ou não incidência se atinentes a verba principal igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale). 3. O caso dos autos não se refere a nenhuma das exceções, sendo devido o IRPF. 4. A apuração do tributo devido sobre os juros de mora deve observar individualmente as parcelas mensais atrasadas, de modo que será devido o Imposto de Renda apenas quando essa tributação ocorrer sobre a mencionada prestação. Relativamente às parcelas mensais não tributadas, igualmente não poderá incidir a exação sobre os respectivos juros de mora. 5. Embargos de Declaração acolhidos, com efeito modificativo.
(EDcl no AgRg no AREsp 229.308/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 12/09/2013).
- Por fim, esta TNU, em representativo de controvérsia (PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113), assim entendeu:
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. REGRA GERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (RESP N. 1.089.720/RS). APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que manteve sentença de procedência do pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre os juros de mora recebidos em decorrência do pagamento em atraso de verbas previdenciárias. Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça de que recai imposto de renda sobre a referida parcela. Cita como paradigma o REsp 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do Código de Processo Civil. 2. Com razão a União. A questão em discussão foi recentemente reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo objeto do REsp 1.089.720/RS, julgado em 10-10-2012, da relatoria do Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. A Corte firmou o entendimento de que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). Nesse sentido, registram-se também os acórdãos prolatados no AgRg no AREsp 337.837/RS, julgado pela 1ª Turma, em 27-8-2013, relator o Sr. Ministro Sérgio Kukina e no REsp PODER JUDICIÁRIO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 1.227.624/PR, julgado pela 2ª Turma, em 6-8-2013, de relatoria da Srª Ministra Eliana Calmon. 3. No caso, tratando-se de verbas previdenciárias pagas em atraso, há a incidência do imposto de renda sobre os correspondentes juros de mora, caso a parcela principal esteja sob o campo de incidência tributária e não esteja contemplada por regra de isenção. Aplicação da regra geral constante do art. 16 da Lei 4.506/64. É de se ver que a turma recursal de origem não tratou disso. 4. Incidência, no caso, a Questão de Ordem n. 20, segundo a qual quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado. 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Incidente parcialmente provido para: (i) fixar a tese de que, em regra, incide o imposto de renda sobre juros de mora de benefício previdenciário pago em atraso, salvo quando a verba principal for isenta ou estiver fora do âmbito do imposto; (ii) anular o acórdão recorrido e devolver os autos à turma recursal de origem, para que profira nova decisão, levando-se em conta a premissa jurídica ora fixada. 7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.
- In casu, a controvérsia cinge-se em interpretar a expressão "contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho" presente na primeira exceção do Resp. nº 1.089.720/RS. A parte ora recorrente argumenta ser suficiente o desligamento do emprego, ainda que decorrente de aposentadoria e que esta não afasta o contexto de "rescisão do contrato de trabalho".
- Em caso semelhante, esta TNU, por ocasião do julgamento do PEDILEF 5002639-62.2012.404.7104 (Rel. Juiz Federal Wilson José Witzel, sessão de abril/2016), assim entendeu:
"(...) No caso concreto, ainda que o pagamento das verbas trabalhistas sejam decorrentes do encerramento do contrato de trabalho, tenho que o caso não se amolda ao contexto de "despedida ou rescisão do contrato de trabalho", porquanto cuida-se de desligamento em razão de aposentadoria (tal como consta na exordial da Reclamatória), e não de trabalhador demitido, não se inserindo, portanto, na circunstância de perda de emprego a colocar o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável, tal como qualificado pelo STJ no Resp. 1.089.720/RS. (...) Pois bem, nos julgados abaixo, o Exmo. Ministro Mauro Campbell Marques expressamente esclarece que a hipótese de aposentadoria voluntária não se adéqua ao contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, de modo que a primeira exceção é inaplicável à espécie. Confira-se:
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA GERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE VERBAS REMUNERATÓRIAS DE EMPREGADO CELETISTA PAGAS EM ATRASO FORA DO CONTEXTO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E VERBA HONORÁRIA. 1. Julgado o REsp. n. 1.089.720-RS (Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10.10.2012) este STJ firmou interpretação no sentido de que: a) Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal; b) Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda, tratando-se de isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88; c) Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale". 2. No caso concreto, as verbas em discussão estão fora do contexto de rescisão do contrato de trabalho (trata-se de trabalhador voluntariamente aposentado, isto é, que não foi demitido) e os juros de mora não são aqueles incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, ao contrário, decorrem do pagamento de verbas sabidamente remuneratórias não isentas (avanços trienais: vantagem autônoma consistente no percentual de 5% incidente sobre o vencimento básico para cada triênio trabalhado, semelhante ao adicional por tempo de serviço). 3. Nessa situação, a primeira exceção é inaplicável e a segunda exceção socorre ao contribuinte desde que provado, em fase de liquidação, a isenção da verba principal, isto é, desde que verificado que as parcelas a serem percebidas a título de principal estão enquadradas na faixa de isenção, mês a mês. 4. O deferimento da assistência judiciária gratuita ao agravante gera incidente vinculado à condição legal de parte necessitada que, consoante o art. 3º, V c/c art. 12, da Lei n. 1.060/50, suspende a possibilidade de cobrança das custas e honorários durante o período que perdurar essa condição, sem prejuízo do prazo prescricional. 5. Agravo regimental parcialmente provido. ..EMEN: (AGRESP 201400993890, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:12/08/2014 ..DTPB:.)
AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA GERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE VERBAS REMUNERATÓRIAS DE EMPREGADO CELETISTA PAGAS EM ATRASO FORA DO CONTEXTO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. 1. Julgado o REsp. n. 1.089.720-RS (Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10.10.2012) este STJ firmou interpretação no sentido de que: a) Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal; b) Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda, tratando-se de isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88; c) Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale". 2. No caso concreto, as verbas em discussão estão fora do contexto de rescisão do contrato de trabalho (trata-se de trabalhador voluntariamente aposentado, isto é, que não foi demitido) e os juros de mora não são aqueles incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, ao contrário, decorrem do pagamento de verbas sabidamente remuneratórias não isentas. 3. Nessa situação, a primeira exceção é inaplicável e a segunda exceção socorre ao contribuinte desde que provado, em fase de liquidação, a isenção da verba principal, isto é, desde que verificado que as parcelas a serem percebidas a título de principal estão enquadradas na faixa de isenção, mês a mês. 4. Agravo regimental parcialmente provido. ..EMEN:(AGRESP 201401477386, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:30/09/2014 ..DTPB:.)
Convém ainda aquilatar que esta Turma Nacional vem aplicando o posicionamento da Corte Cidadã materializado no Resp. nº 1.089.720/RS, conforme podemos observar nos seguintes julgados: PEDILEF 50059551820144047200, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329; PEDILEF 50661998720124047100, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 13/11/2015 PÁGINAS 182/326 e PEDILEF 50079726120134047200, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 24/04/2015 PÁGINAS 140/162).(...)".
- Analisando os autos, verifica-se que a Reclamatória Trabalhista foi proposta pelo recorrente quando este já se encontrava aposentado, de modo que forçoso reconhecer como devida a incidência do IRPF sobre os juros moratórios.
- Diante do exposto, de rigor a incidência da Questão de Ordem nº 13/TNU.
- Incidente de Uniformização NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 20 de outubro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002639-62.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OZÓRIO LEMOS DE ALMEIDA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que não conheceu o Incidente de Uniformização por ela interposto, porque o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização (questões de ordem n. 13 e 24, da TNU e enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU), no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão e contradição. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine à analise do enquadramento da hipótese dos autos às exceções trazidas pelo STJ no REsp n. 1.227.133/RS. Aduz que há contradição em aplicar o enunciado n. 42, da súmula da jurisprudência da TNU, e rechaçar a destacada omissão do acórdão proferido pela Turma Recursal.
2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.
3. Em análise da contradição alegada, destaco que ela é vício a ser corrigido pelos embargos de declaração caso no julgado existam "proposições entre si inconciliáveis" (José Carlos Barbosa Moreira. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. V. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 548). No acórdão recorrido, não identifico a existência de premissas contraditórias entre si, ou conclusões que divirjam da fundamentação expendida.
4. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.
1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.
2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).

IMPRENSA NACIONAL

3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.
4 - Embargos de declaração rejeitados.
5. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "Na vertente, as verbas trabalhistas decorrem de "diferenças remuneratórias devidas a título de complementação de aposentadoria.", a toda evidência, fora do contexto de rescisão contratual nos moldes acima. Dessa forma, tal como a Turma de origem, considero que a parte autora não se desincumbiu do ônus de comprovar que as verbas recebidas na reclamatória trabalhista foram pagas no contexto de perda de emprego, valendo ressaltar que, no presente grau de jurisdição, o debate sobre a circunstância do pagamento das verbas principais (se inseridas ou não no contexto de rescisão do contrato de trabalho), implica, necessariamente, reexame de matéria de fato, notadamente as peças e documentos que instruíram a reclamatória trabalhista, o que é vedado pela Súmula 42/TNU e art. 14, da Lei 10.259/01."
5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).
6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002774-47.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELTON ALESSI
PROC./ADV.: VILSON EDUARDO SGORLA
OAB: RS-51876
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBA PERCEBIDA EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. JUROS DE MORA. VERBA PRINCIPAL DE NATUREZA REMUNERATÓRIA PAGA FORA DO CONTEXTO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela União Federal em face de Acórdão de Turma Recursal que julgou procedente o pedido inicial "(...) em relação à incidência do imposto de renda sobre os valores auferidos judicialmente, de forma acumulada, conforme a tabela progressiva vigente na data em que tais parcelas eram devidas, devendo ser considerada cada parcela das diferenças salariais isoladamente em relação às respectivas competências em que deveriam ter sido pagas, observando-se os respectivos limites de isenção e alíquotas às datas correspondentes; igualmente, CONDENO a União Federal a restituir os valores indevidamente retidos, corrigidos monetariamente pela taxa SELIC, conforme cálculo anexado pela Fazenda Nacional, atualizado até fevereiro de 2012. (...)".
- Recorre a União Federal quanto à incidência do Imposto de Renda Pessoa Física sobre os juros de mora. Sustenta que "(...) a matéria foi decida pela 1ª Seção da Corte no julgamento do RESP 1.227.133 apenas no que diz respeito aos juros de mora pagos em decorrência de ação referente à rescisão de contrato de trabalho e que incluía parcelas isentas do imposto de renda, como também parcelas sujeitas ao referido imposto. (...) Portanto, em se fazendo tributáveis os juros de mora, embora detenham natureza indenizatória, e não decorrendo de verbas isentas ou não tendo sido percebidos por força ou em razão de rescisão de contrato de trabalho, decisão em contrário viola a referida legislação transcrita acima, bem como vai de encontro ao entendimento firmado pelo STJ em sede de recurso repetitivo.(...)".
- In casu, quanto ao ponto controvertido, a Turma de Origem assim decidiu, in verbis:
"(...) Reputo que os juros de mora, diversamente dos remuneratórios, ostentam natureza indenizatória, haja vista recomporem o dano causado àquele que foi vítima de um ilícito, consistente na não-satisfação tempestiva do seu direito. (...)".
Pois bem.
- Para a ocorrência do fato gerador de IRPF, necessário se faz que a verba auferida pelo contribuinte venha a lhe representar uma aquisição efetiva de disponibilidade econômica ou jurídica. De fato, "rendas e proventos de qualquer natureza" é expressão que indica a espécie do gênero "acréscimo patrimonial", razão pela qual a hipótese de incidência material da renda e proventos de qualquer natureza é a aquisição de riqueza nova (acréscimo patrimonial).
- Não se desconhece a existência de determinadas verbas que, a despeito de aparentemente acrescerem o patrimônio de alguém, constituem-se, na verdade, em simples recomposição, pois visam tão-somente a compensar um prejuízo sofrido. São verbas meramente indenizatórias e sobre elas não incide Imposto de Renda, consoante entendimento jurisprudencial já consolidado.
- Por tal razão, necessário identificar a natureza jurídica das verbas percebidas originalmente pela parte autora, verbas estas de cujo pagamento atrasado nasceu a obrigação da Fazenda de lhes acrescer os juros de mora (indenizatória ou remuneratória). Há que se esclarecer se tais verbas constituíram, ou não, um acréscimo patrimonial passível de tributação de IRPF, haja vista que, por se tratar de obrigação de caráter acessório, os juros de mora terão a mesma natureza daquela obrigação de onde se originou.
- Especificamente para o caso de imposto de renda incidente sobre benefícios previdenciários pagos acumuladamente, colaciono o precedente abaixo:
TRIBUTÁRIO. PROVENTOS DE APOSENTADORIA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE E A DESTEMPO EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL. IMPOSTO DE RENDA. TABELAS E ALÍQUOTAS VIGENTES À ÉPOCA EM QUE DEVERIAM TER SIDO PAGOS. OBSERVÂNCIA DO REGIME DE COMPETÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ FIRMADO NO RESP Nº 1118429/SP, JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. ACCESSORIUM SEQUITUR SUUM PRINCIPALE. 1. O cerne da controvérsia em questão consiste em verificar como deve ser calculado o Imposto de Renda incidente sobre benefícios previdenciários (aposentadoria por tempo de serviço) pagos - em virtude de decisão judicial - acumuladamente mediante precatório, e se incide imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes do pagamento desta verba. 2. (...) 5. Em princípio, haja vista que a verba principal está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda - aposentadoria por tempo de contribuição -, tem-se por devida a incidência do tributo sobre os juros de mora resultantes do montante principal efetivamente tributado. 6. (...) 7. Remessa oficial e apelações improvidas. (APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - 23862, Desembargador Federal Fernando Braga, TRF5, Segunda Turma, DJE - Data::31/10/2013 - Página::353).
- Ressalva-se que, em se tratando de IRPF sobre juros de mora vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial, quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça pela não incidência, nos termos do excerto de julgado que segue:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. EFEITO MODIFICATIVO. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. JUROS MORATÓRIOS. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. 1. Cuida-se de matéria que trata de verbas de natureza trabalhista, e não previdenciária. 2. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.089.720/RS (j.
10.10.2012, Rel. Min. Mauro Campbell Marques), ratificou o entendimento de que se aplica o IRPF sobre juros moratórios, mesmo se fixados em reclamatória trabalhista, levando-se em conta duas exceções: a) isenção quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) isenção ou não incidência se atinentes a verba principal igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale). 3. O caso dos autos não se refere a nenhuma das exceções, sendo devido o IRPF. 4. A apuração do tributo devido sobre os juros de mora deve observar individualmente as parcelas mensais atrasadas, de modo que será devido o Imposto de Renda apenas quando essa tributação ocorrer sobre a mencionada prestação. Relativamente às parcelas mensais não tributadas, igualmente não poderá incidir a exação sobre os respectivos juros de mora. 5. Embargos de Declaração acolhidos, com efeito modificativo.
(EDcl no AgRg no AREsp 229.308/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 12/09/2013).
- Por fim, esta TNU, em representativo de controvérsia (PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113), assim entendeu:
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. REGRA GERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (RESP N. 1.089.720/RS). APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que manteve sentença de procedência do pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre os juros de mora recebidos em decorrência do pagamento em atraso de verbas previdenciárias. Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça de que recai imposto de renda sobre a referida parcela. Cita como paradigma o REsp 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do Código de Processo Civil. 2. Com razão a União. A questão em discussão foi recentemente reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo objeto do REsp 1.089.720/RS, julgado em 10-10-2012, da relatoria do Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. A Corte firmou o entendimento de que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). Nesse sentido, registram-se também os acórdãos prolatados no AgRg no AREsp 337.837/RS, julgado pela 1ª Turma, em 27-8-2013, relator o Sr. Ministro Sérgio Kukina e no REsp PODER JUDICIÁRIO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 1.227.624/PR, julgado pela 2ª Turma, em 6-8-2013, de relatoria da Srª Ministra Eliana Calmon.
3. No caso, tratando-se de verbas previdenciárias pagas em atraso, há a incidência do imposto de renda sobre os correspondentes juros de mora, caso a parcela principal esteja sob o campo de incidência tributária e não esteja contemplada por regra de isenção. Aplicação da regra geral constante do art. 16 da Lei 4.506/64. É de se ver que a turma recursal de origem não tratou disso. 4. Incidência, no caso, a Questão de Ordem n. 20, segundo a qual quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado. 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Incidente parcialmente provido para: (i) fixar a tese de que, em regra, incide o imposto de renda sobre juros de mora de benefício previdenciário pago em atraso, salvo quando a verba principal for isenta ou estiver fora do âmbito do imposto; (ii) anular o acórdão recorrido e devolver os autos à turma recursal de origem, para que profira nova decisão, levando-se em conta a premissa jurídica ora fixada. 7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.
- In casu, trata-se de verba com nítida natureza remuneratória - benefício previdenciário - e que não foi paga no contexto de rescisão do contrato de trabalho, de modo que devida a incidência do IRPF sobre os juros moratórios.
- Diante do exposto, deve-se DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de não incidência de Imposto de Renda sobre os juros de mora incidentes sobre as parcelas recebidas de forma acumulada, reafirmando a tese de que apenas não haverá incidência do IRPF sobre os juros de mora decorrentes de valores pagos a destempo, por força de decisão judicial, quando: a) pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) a verba principal for isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 20 de outubro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002852-68.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ FRANCESCHETTO
PROC./ADV.: DOUGLAS DALL CORTIVO DOS SANTOS
OAB: RS-66 427
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBA PERCEBIDA EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. JUROS DE MORA. VERBA PRINCIPAL DE NATUREZA REMUNERATÓRIA PAGA FORA DO CONTEXTO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela União Federal em face de Acórdão de Turma Recursal que manteve a sentença para "(...) (b) declarar que os valores recebidos por força da ação previdenciária nº 2002.71.04.001826-0 devem ser levados à tributação de imposto de renda por regime de competência, e não de caixa, bem como que os juros moratórios pagos por força daquela ação não estão sujeitos à tributação de imposto de renda, anulando a Notificação Fiscal nº 2007/610450211545040 quanto a esses pontos; (...)".
- Recorre a União Federal quanto à incidência do Imposto de Renda Pessoa Física sobre os juros de mora. Sustenta que "(...) a matéria foi decida pela 1ª Seção da Corte no julgamento do RESP 1.227.133 apenas no que diz respeito aos juros de mora pagos em decorrência de ação referente à rescisão de contrato de trabalho e que incluía parcelas isentas do imposto de renda, como também parcelas sujeitas ao referido imposto. (...) Portanto, em se fazendo tributáveis os juros de mora, embora detenham natureza indenizatória, e não decorrendo de verbas isentas ou não tendo sido percebidos por força ou em razão de rescisão de contrato de trabalho, decisão em contrário viola a referida legislação transcrita acima, bem como vai de encontro ao entendimento firmado pelo STJ em sede de recurso repetitivo.(...)".
- In casu, quanto ao ponto controvertido, a Turma de Origem assim decidiu, in verbis:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"(...) Em relação aos juros de mora, as Turmas Recursais do RS pacificaram a matéria por meio da edição da Súmula nº 6, nos seguintes termos: Súmula 06: Não Incide imposto de renda sobre juros moratórios. Os créditos apurados na demanda judicial, impagos nas épocas próprias, têm natureza alimentar. Por sua vez, os juros de mora indenizam os prejuízos causados à parte autora pelo inadimplemento da obrigação, não representando ganho de capital, tampouco acréscimo patrimonial, inexistindo, assim, base legal para sua tributação. Nos moldes do artigo 153, inciso III, da CF, resta autorizada pela União a tributação tão-somente de 'renda e proventos de qualquer natureza'. Logo, tendo os juros de mora caráter indenizatório, não pode incidir imposto de renda sobre os mesmos. (...)".
Pois bem.
- Para a ocorrência do fato gerador de IRPF, necessário se faz que a verba auferida pelo contribuinte venha a lhe representar uma aquisição efetiva de disponibilidade econômica ou jurídica. De fato, "rendas e proventos de qualquer natureza" é expressão que indica a espécie do gênero "acréscimo patrimonial", razão pela qual a hipótese de incidência material da renda e proventos de qualquer natureza é a aquisição de riqueza nova (acréscimo patrimonial).
- Não se desconhece a existência de determinadas verbas que, a despeito de aparentemente acrescerem o patrimônio de alguém, constituem-se, na verdade, em simples recomposição, pois visam tão-somente a compensar um prejuízo sofrido. São verbas meramente indenizatórias e sobre elas não incide Imposto de Renda, consoante entendimento jurisprudencial já consolidado.
- Por tal razão, necessário identificar a natureza jurídica das verbas percebidas originalmente pela parte autora, verbas estas de cujo pagamento atrasado nasceu a obrigação da Fazenda de lhes acrescer os juros de mora (indenizatória ou remuneratória). Há que se esclarecer se tais verbas constituíram, ou não, um acréscimo patrimonial passível de tributação de IRPF, haja vista que, por se tratar de obrigação de caráter acessório, os juros de mora terão a mesma natureza daquela obrigação de onde se originou.
- Especificamente para o caso de imposto de renda incidente sobre benefícios previdenciários pagos acumuladamente, colaciono o precedente abaixo:
TRIBUTÁRIO. PROVENTOS DE APOSENTADORIA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE E A DESTEMPO EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL. IMPOSTO DE RENDA. TABELAS E ALÍQUOTAS VIGENTES À ÉPOCA EM QUE DEVERIAM TER SIDO PAGOS. OBSERVÂNCIA DO REGIME DE COMPETÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ FIRMADO NO RESP Nº 1118429/SP, JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. ACCESSORIUM SEQUITUR SUUM PRINCIPALE. 1. O cerne da controvérsia em questão consiste em verificar como deve ser calculado o Imposto de Renda incidente sobre benefícios previdenciários (aposentadoria por tempo de serviço) pagos - em virtude de decisão judicial - acumuladamente mediante precatório, e se incide imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes do pagamento desta verba. 2. (...) 5. Em princípio, haja vista que a verba principal está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda - aposentadoria por tempo de contribuição -, tem-se por devida a incidência do tributo sobre os juros de mora resultantes do montante principal efetivamente tributado. 6. (...) 7. Remessa oficial e apelações improvidas. (APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - 23862, Desembargador Federal Fernando Braga, TRF5, Segunda Turma, DJE - Data::31/10/2013 - Página::353).
- Ressalva-se que, em se tratando de IRPF sobre juros de mora vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial, quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça pela não incidência, nos termos do excerto de julgado que segue:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. EFEITO MODIFICATIVO. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. JUROS MORATÓRIOS. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. 1. Cuida-se de matéria que trata de verbas de natureza trabalhista, e não previdenciária. 2. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.089.720/RS (j.
10.10.2012, Rel. Min. Mauro Campbell Marques), ratificou o entendimento de que se aplica o IRPF sobre juros moratórios, mesmo se fixados em reclamatória trabalhista, levando-se em conta duas exceções: a) isenção quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) isenção ou não incidência se atinentes a verba principal igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale). 3. O caso dos autos não se refere a nenhuma das exceções, sendo devido o IRPF. 4. A apuração do tributo devido sobre os juros de mora deve observar individualmente as parcelas mensais atrasadas, de modo que será devido o Imposto de Renda apenas quando essa tributação ocorrer sobre a mencionada prestação. Relativamente às parcelas mensais não tributadas, igualmente não poderá incidir a exação sobre os respectivos juros de mora. 5. Embargos de Declaração acolhidos, com efeito modificativo.
(EDcl no AgRg no AREsp 229.308/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 12/09/2013).
- Por fim, esta TNU, em representativo de controvérsia (PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113), assim entendeu:
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. REGRA GERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (RESP N. 1.089.720/RS). APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que manteve sentença de procedência do pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre os juros de mora recebidos em decorrência do pagamento em atraso de verbas previdenciárias. Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça de que recai imposto de renda sobre a referida parcela. Cita como paradigma o REsp 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do Código de Processo Civil. 2. Com razão a União. A questão em discussão foi recentemente reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo objeto do REsp 1.089.720/RS, julgado em 10-10-2012, da relatoria do Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. A Corte firmou o entendimento de que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). Nesse sentido, registram-se também os acórdãos prolatados no AgRg no AREsp 337.837/RS, julgado pela 1ª Turma, em 27-8-2013, relator o Sr. Ministro Sérgio Kukina e no REsp PODER JUDICIÁRIO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 1.227.624/PR, julgado pela 2ª Turma, em 6-8-2013, de relatoria da Srª Ministra Eliana Calmon. 3. No caso, tratando-se de verbas previdenciárias pagas em atraso, há a incidência do imposto de renda sobre os correspondentes juros de mora, caso a parcela principal esteja sob o campo de incidência tributária e não esteja contemplada por regra de isenção. Aplicação da regra geral constante do art. 16 da Lei 4.506/64. É de se ver que a turma recursal de origem não tratou disso. 4. Incidência, no caso, a Questão de Ordem n. 20, segundo a qual quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado. 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Incidente parcialmente provido para: (i) fixar a tese de que, em regra, incide o imposto de renda sobre juros de mora de benefício previdenciário pago em atraso, salvo quando a verba principal for isenta ou estiver fora do âmbito do imposto; (ii) anular o acórdão recorrido e devolver os autos à turma recursal de origem, para que profira nova decisão, levando-se em conta a premissa jurídica ora fixada. 7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.
- In casu, trata-se de verba com nítida natureza remuneratória - benefício previdenciário - e que não foi paga no contexto de rescisão do contrato de trabalho, de modo que devida a incidência do IRPF sobre os juros moratórios.
- Diante do exposto, deve-se DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de não incidência de Imposto de Renda sobre os juros de mora incidentes sobre as parcelas recebidas de forma acumulada, reafirmando a tese de que apenas não haverá incidência do IRPF sobre os juros de mora decorrentes de valores pagos a destempo, por força de decisão judicial, quando: a) pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) a verba principal for isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 20 de outubro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003021-84.2014.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DELMAR SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: Caroline Braghirolli Pereira
OAB: RS-85132
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE SEGURADO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela Autarquia Previdenciária em que sustenta que o acórdão guerreado não agiu com acerto ao conceder o benefício previdenciário de auxílio-doença, notadamente pelo fato de que posteriormente, em 01/10/2014 , obteve na via administrativa o benefício..
O incidente não foi admitido na origem.
2. Inicialmente, verifico que o pleito autoral contido nestes autos versava sobre pedido de auxílio-doença previdenciário a contar de 03/01/2009, tendo a sentença de improcedência sido prolatada em 29/08/2014. Logo, o fato de ter sido reconhecido pela própria Autarquia Previdenciária a incapacidade laboral em data posterior, não vincula os fatos pretéritos, notadamente porque estamos diante de uma situação dinâmica. Há de se consignar, inclusive, que até mesmo o benefício que lhe foi concedido na via administrativa pode ser cessado, caso seja verificado pelo INSS a cessação dos fatores incapacitantes. Não bastasse isso, é preciso esclarecer que nesta instância Judicial não são reanalisadas as provas, eis que essa foi a opção do legislador, se prestando exclusivamente à finalidade legal de uniformização de jurisprudência.
Logo, conhecer o pleito de uniformização, implicaria, necessariamente, nova análise do conteúdo probatório, o que é vedado pela Súmula 42 desta Corte.
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003230-48.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ALFREDO ARNOLDO REIK
PROC./ADV.: LUCIANA SCHÄFER
OAB: RS-43124
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBA PERCEBIDA EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. JUROS DE MORA. VERBA PRINCIPAL DE NATUREZA REMUNERATÓRIA PAGA FORA DO CONTEXTO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela União Federal em face de Acórdão de Turma Recursal que julgou procedente o pedido inicial para "(...)a) reconhecer a natureza indenizatória dos juros moratórios recebidos pelo autor em razão de créditos reconhecidos em ação previdenciária, excluindo tais valores da base de cálculo do Imposto de Renda do ano-base em que houve a incidência do tributo; (...)".
- Recorre a União Federal quanto à incidência do Imposto de Renda Pessoa Física sobre os juros de mora. Sustenta que "(...) a matéria foi decida pela 1ª Seção da Corte no julgamento do RESP 1.227.133 apenas no que diz respeito aos juros de mora pagos em decorrência de ação referente à rescisão de contrato de trabalho e que incluía parcelas isentas do imposto de renda, como também parcelas sujeitas ao referido imposto. (...) Portanto, em se fazendo tributáveis os juros de mora, embora detenham natureza indenizatória, e não decorrendo de verbas isentas ou não tendo sido percebidos por força ou em razão de rescisão de contrato de trabalho, decisão em contrário viola a referida legislação transcrita acima, bem como vai de encontro ao entendimento firmado pelo STJ em sede de recurso repetitivo.(...)".
Pois bem.
- Para a ocorrência do fato gerador de IRPF, necessário se faz que a verba auferida pelo contribuinte venha a lhe representar uma aquisição efetiva de disponibilidade econômica ou jurídica. De fato, "rendas e proventos de qualquer natureza" é expressão que indica a espécie do gênero "acréscimo patrimonial", razão pela qual a hipótese de incidência material da renda e proventos de qualquer natureza é a aquisição de riqueza nova (acréscimo patrimonial).
- Não se desconhece a existência de determinadas verbas que, a despeito de aparentemente acrescerem o patrimônio de alguém, constituem-se, na verdade, em simples recomposição, pois visam tão-somente a compensar um prejuízo sofrido. São verbas meramente indenizatórias e sobre elas não incide Imposto de Renda, consoante entendimento jurisprudencial já consolidado.
- Por tal razão, necessário identificar a natureza jurídica das verbas percebidas originalmente pela parte autora, verbas estas de cujo pagamento atrasado nasceu a obrigação da Fazenda de lhes acrescer os juros de mora (indenizatória ou remuneratória). Há que se esclarecer se tais verbas constituíram, ou não, um acréscimo patrimonial passível de tributação de IRPF, haja vista que, por se tratar de obrigação de caráter acessório, os juros de mora terão a mesma natureza daquela obrigação de onde se originou.
- Especificamente para o caso de imposto de renda incidente sobre benefícios previdenciários pagos acumuladamente, colaciono o precedente abaixo:
TRIBUTÁRIO. PROVENTOS DE APOSENTADORIA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE E A DESTEMPO EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL. IMPOSTO DE RENDA. TABELAS E ALÍQUOTAS VIGENTES À ÉPOCA EM QUE DEVERIAM TER SIDO PAGOS. OBSERVÂNCIA DO REGIME DE COMPETÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ FIRMADO NO RESP Nº 1118429/SP, JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. ACCESSORIUM SEQUITUR SUUM PRINCIPALE. 1. O cerne da controvérsia em questão consiste em verificar como deve ser calculado o Imposto de Renda incidente sobre benefícios previdenciários (aposentadoria por tempo de serviço) pagos - em virtude de decisão judicial - acumuladamente mediante precatório, e se incide imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes do pagamento desta verba. 2. (...) 5. Em princípio, haja vista que a verba principal está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda - aposentadoria por tempo de contribuição -, tem-se por devida a incidência do tributo sobre os juros de mora resultantes do montante principal efetivamente tributado. 6. (...) 7. Remessa oficial e apelações improvidas. (APEL-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REEX - Apelação / Reexame Necessário - 23862, Desembargador Federal Fernando Braga, TRF5, Segunda Turma, DJE - Data::31/10/2013 - Página::353).
- Ressalva-se que, em se tratando de IRPF sobre juros de mora vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial, quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça pela não incidência, nos termos do excerto de julgado que segue:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. EFEITO MODIFICATIVO. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. JUROS MORATÓRIOS. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. 1. Cuida-se de matéria que trata de verbas de natureza trabalhista, e não previdenciária. 2. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.089.720/RS (j.
10.10.2012, Rel. Min. Mauro Campbell Marques), ratificou o entendimento de que se aplica o IRPF sobre juros moratórios, mesmo se fixados em reclamatória trabalhista, levando-se em conta duas exceções: a) isenção quando pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) isenção ou não incidência se atinentes a verba principal igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale). 3. O caso dos autos não se refere a nenhuma das exceções, sendo devido o IRPF. 4. A apuração do tributo devido sobre os juros de mora deve observar individualmente as parcelas mensais atrasadas, de modo que será devido o Imposto de Renda apenas quando essa tributação ocorrer sobre a mencionada prestação. Relativamente às parcelas mensais não tributadas, igualmente não poderá incidir a exação sobre os respectivos juros de mora. 5. Embargos de Declaração acolhidos, com efeito modificativo.
(EDcl no AgRg no AREsp 229.308/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 12/09/2013).
- Por fim, esta TNU, em representativo de controvérsia (PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113), assim entendeu:
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. REGRA GERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (RESP N. 1.089.720/RS). APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que manteve sentença de procedência do pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre os juros de mora recebidos em decorrência do pagamento em atraso de verbas previdenciárias. Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça de que recai imposto de renda sobre a referida parcela. Cita como paradigma o REsp 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do Código de Processo Civil. 2. Com razão a União. A questão em discussão foi recentemente reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo objeto do REsp 1.089.720/RS, julgado em 10-10-2012, da relatoria do Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. A Corte firmou o entendimento de que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). Nesse sentido, registram-se também os acórdãos prolatados no AgRg no AREsp 337.837/RS, julgado pela 1ª Turma, em 27-8-2013, relator o Sr. Ministro Sérgio Kukina e no REsp PODER JUDICIÁRIO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 1.227.624/PR, julgado pela 2ª Turma, em 6-8-2013, de relatoria da Srª Ministra Eliana Calmon. 3. No caso, tratando-se de verbas previdenciárias pagas em atraso, há a incidência do imposto de renda sobre os correspondentes juros de mora, caso a parcela principal esteja sob o campo de incidência tributária e não esteja contemplada por regra de isenção. Aplicação da regra geral constante do art. 16 da Lei 4.506/64. É de se ver que a turma recursal de origem não tratou disso. 4. Incidência, no caso, a Questão de Ordem n. 20, segundo a qual quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado. 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Incidente parcialmente provido para: (i) fixar a tese de que, em regra, incide o imposto de renda sobre juros de mora de benefício previdenciário pago em atraso, salvo quando a verba principal for isenta ou estiver fora do âmbito do imposto; (ii) anular o acórdão recorrido e devolver os autos à turma recursal de origem, para que profira nova decisão, levando-se em conta a premissa jurídica ora fixada. 7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.
- In casu, trata-se de verba com nítida natureza remuneratória - benefício previdenciário - e que não foi paga no contexto de rescisão do contrato de trabalho, de modo que devida a incidência do IRPF sobre os juros moratórios.
- Diante do exposto, deve-se DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de não incidência de Imposto de Renda sobre os juros de mora incidentes sobre as parcelas recebidas de forma acumulada, reafirmando a tese de que apenas não haverá incidência do IRPF sobre os juros de mora decorrentes de valores pagos a destempo, por força de decisão judicial, quando: a) pagos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho (REsp 1.227.133/RS - repetitivo); e b) a verba principal for isenta ou fora do âmbito do imposto (accessorium sequitur suum principale).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em DAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 20 de outubro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003487-85.2013.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCOS ANTONIO STRAPASSONI (MARIA JOAQUINA MORALES STRAPASSONI)
PROC./ADV.: DANIEL NUNES MARTINS
OAB: PR-17037
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA PREVIDENCIARIA - BENEFICIO ASSISTENCIAL - COMPROVAÇÃO DE MISERABILIDADE - SUMULA 42 - REEXAME PROBATÓRIO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pelo INSS em que sustenta que não restou devidamente comprovada a miserabilidade da parte recorrida, nos termos do exigido pela Lei 8.742/91, eis que a renda percapita é superior a ¼ do salário mínimo.
O incidente não foi admitido na origem.
2. Não se pode perder de vista que a análise da miserabilidade ou não da parte recorrida demanda a reanálise do conteúdo probatório, já que consignado no acórdão que este requisito foi devidamente atendido.
Ocorre que por opção do Legislador, está vedada, no âmbito da Uniformização da Jurisprudência, a reanálise do conteúdo probatório, nos termos da Súmula 42 da TNU, que assim dispõe:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique em reexame de matéria de fato".
3. Assim, correta a decisão que inadmitiu o presente recurso.
4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003495-92.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): RENATO CISLAGHI
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que deu provimento ao Incidente de Uniformização interposto pela União, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine ao acórdão prolatado pela Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.404.0000/TRF4, a qual apreciou incidentalmente a constitucionalidade sem redução de texto do §1º, do art. 3º, da Lei n. 7.713/88, do art. 16, parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, e do art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66).
2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.
3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.
1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.
2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).
3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.
4 - Embargos de declaração rejeitados.
4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "a transição de regime celetista para estatutário, por não propiciar perda de emprego, não deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho" para ensejar a isenção do IRPF sobre os juros de mora aludida no julgamento do REsp 1089720/RS. Com efeito, conforme destacou aquela Egrégia Corte, a isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), o que não ocorre na espécie, porquanto a parte autora não ficou economicamente desamparada, mas tão somente alterou a natureza do vínculo e passou a estar tutelada pelo regime da Lei 8.112/90."
5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).
6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003515-59.2013.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NELY BACHE DA ROSA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO HARRES
OAB: RS-41600
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. DECADÊNCIA. DECISÃO ADMINISTRATIVA INDEFERITÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. SUMULA 81 DA TNU.
1. Ajuizada ação requerendo a concessão de aposentadoria rural por idade, foi julgada improcedente em virtude de ter ocorrido a decadência. Acórdão proferido entendeu não ter havido a decadência, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos para análise do mérito, asseverando que prazo decadencial somente se aplica para revisão do ato de concessão do benefício e não ao benefício indeferido.
2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS sob o argumento de que a decisão diverge da proferida pela TNU no PEDILEF 0502851- 36.2008.4.05.8200, julgamento 27.06.2013, DOU 06.07.2012. Esclarece que o C. Superior Tribunal de Justiça no EDcl no RECURSO ESPECIAL No 1.309.534 - RS, reconheceu a decadência do direito de revisar o ato administrativo que indeferiu o pedido de concessão de benefício previdenciário após o decurso de 10 anos de seu indeferimento na via administrativa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. O incidente comporta conhecimento.
4. A parte recorrente aduziu, em suma, que considerando a DER do benefício datar de 1992 (benefício indeferido administrativamente), houve decadência do direito de reconhecimento de período rural laborado pleiteado na inicial.
5. O artigo 103 da Lei nº 8.213/91 estabelece que é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo (negritei).
5. Destarte, a previsão de incidência da decadência contida no art. 103 da lei 8.213/91 está adstrita ao ato de concessão, porquanto, tudo o que não compôs o ato de concessão não pode sofrer a incidência do prazo fatal. - Nesse sentido, a TNU editou recente súmula referente ao assunto, afastando a decadência do que não compôs o ato concessório do benefício, qual seja, Súmula de N° 81 da TNU: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão."
6. Incidente conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NEGAR PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.
Brasília/DF, 16 de Junho de 2016.

FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5003573-11.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SÉRGIO RICARDO GRANDE
PROC./ADV.: JAIME PEGO SIQUEIRA
OAB: PR-18 593
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO CONTRA ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO A RECURSO INOMINADO VISANDO AO RECONHECIMENTO DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL interposto pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL questionando julgado de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em que foi negado provimento ao recurso inominado que interpôs contra sentença de afastou a preliminar de inépcia da petição inicial, culminando o pedido em ser julgado procedente.
Sustenta a Recorrente que o acórdão questionado está em linha de choque com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, no sentido de que é indispensável a juntada dos comprovantes dos recolhimentos do tributo impugnado em ações de repetição de indébito.
Acrescenta que o art. 283 do Código de Processo Civil (vigente à data do recurso) é expresso no sentido de que "a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação", enquanto o art. 284 do mesmo Estatuto determina, em caso de não cumprimento dessa regra, que o Juiz estipule o prazo de 10 (dez) dias para que a parte autora supra essa omissão, sob pena de indeferimento da inicial.
Esclarece que foi dada oportunidade à parte autora para suprir a falta de comprovantes de recolhimento do tributo questionado, tendo a mesma quedado inerte.
É o relatório.
V O T O
O art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001 estabelece que "caberá pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas pelas Turmas Recursais na interpretação da lei", destacando que "o pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização integrada por Juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução CJF n. 345/2015, por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material (...) II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
Verifica-se no voto-condutor do acórdão recorrido estou expressamente consignado "que não assiste razão à Fazenda Nacional no que diz respeito à alegada ausência de prova da condição de produtor rural empregador", escudando-se o Relator no trecho da sentença recorrida segundo o qual "a parte autora instruiu a petição inicial com os documentos essenciais à propositura da ação (art. 283 do CPC), comprovando sua condição de contribuinte da exação impugnada, o que é suficiente para evidenciar seu interesse e sua legitimidade".
A Turma Recursal de origem, após superar a preliminar em relevo, avançou sobre o mérito do pedido autoral, mantendo a sentença de procedência, escudando-se no RE n. 363.852, em que foi declarada a inconstitucionalidade a contribuição prevista no art. 25, incisos I e II, da Lei n. 8.213/1991, questão de direito material sujeita a uniformização por esta Turma Nacional, mas que não foi tratada no bojo do Incidente de Uniformização ora sob exame, limitando-se a parte recorrente a tratar de matéria de natureza nitidamente processual, insuscetível de ser tratada através do instrumento utilizado pela parte Recorrente.
Aplica-se, no caso, a Súmula n. 43/TNU (Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual).
Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do Pedido de Uniformização.
Honorários advocatícios tratados no acórdão recorrido.
Sem custas processuais.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003895-16.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS MAZZONI
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que não conheceu o Incidente de Uniformização por ela interposto, porque o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização (questões de ordem n. 13 e 24, da TNU), no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine à analise do enquadramento da hipótese dos autos às exceções trazidas pelo STJ no REsp n. 1.089.720/RS.
2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.
3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.
1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.
2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).
3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.
4 - Embargos de declaração rejeitados.
4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "No caso concreto, ainda que o pagamento das verbas trabalhistas sejam decorrentes do encerramento do contrato de trabalho, tenho que o caso não se amolda ao contexto de "despedida ou rescisão do contrato de trabalho", porquanto cuida- se de desligamento em razão de aposentadoria (tal como consta na exordial da Reclamatória), e não de trabalhador demitido, não se inserindo, portanto, na circunstância de perda de emprego a colocar o trabalhador em uma situação sócioeconômica desfavorável, tal como qualificado pelo STJ no Resp. 1.089.720/RS."
5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).
6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004017-91.2014.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NARA DONATO CASTRO
PROC./ADV.: GUILHERME NOVO SILVEIRA
OAB: RS-92794
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. INCIDE O FATOR PREVIDENCIÁRIO NO CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL (PEDILEF n. 0501512-65.2015.4.05.8307, rel. Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler). ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NO ÂMBITO DA TURMA NACIONAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal em que foi negado provimento a recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau no bojo da qual foi julgado improcedente pedido de revisão visando à exclusão do fator previdenciário de RMI de Aposentadoria.
Argumenta a parte Autora que não incide o fator previdenciário no cálculo da Renda Mensal Inicial para fim de concessão de Aposentadoria ao Professor, dada a sua natureza especial.
É o relatório.
A matéria discutida no presente Incidente de Uniformização teve o exame concluído na sessão de 20.10.2016, em sede de Representativo de Controvérsia nos PEDILEF n. 0501512-65.2015.4.05.8307, rel. Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler, oportunidade em que este Colegiado, à unanimidade, pacificou entendimento no sentido oposto à tese defendida pela parte recorrente, nos termos seguintes:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA, SALVO QUANDO O SEGURADO CUMPRIU OS REQUISITOS PARA APOSENTAÇÃO ANTERIORMENTE À EDIÇÃO DA LEI N. 9.876/99. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de acórdão proferido por Turma Recursal que deu provimento ao recurso autoral, julgando procedente o pedido para afastar a incidência do fator previdenciário da aposentadoria de professor.
- Sustenta que "(...) A discussão constitucional trazida no presente recurso é muito simples: se por opção do legislador constituinte a aposentadoria de professor não é especial, no sentido de considerar as atividades que a ensejam como penosas, insalubres ou perigosas, uma vez que desde a Emenda Constitucional nº 18/81 o labor como professor passou a ser considerado como de tempo comum, ensejando apenas aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que com redução no número mínimo de anos exigido, sendo-lhe aplicável, portanto, o fator previdenciário (...)". Para demonstrar a divergência, aponta julgado desta TNU (PEDILEF 50052947020134047104), bem como do STJ: "Apesar das peculiaridades e regras próprias na legislação, a aposentadoria de professor não é especial, no sentido de considerar as atividades que a ensejam como penosas, insalubres ou perigosas, uma vez que desde a Emenda Constitucional nº 18/81 o labor como professor passou a ser considerado como de tempo comum, ensejando apenas aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que com redução no número mínimo de anos exigido, sendo-lhe aplicável, portanto, o fator previdenciário, a teor do art. 29, I da Lei 8.213/91." (STJ, 2ª Turma, AgRg no AREsp 477.607-PR, Rel. Herman Benjamin, j. 22/04/2014, DJE 18/06/2014).
Pois bem.
- O entendimento consagrado por esta Corte, por ocasião do julgamento do PEFILEF 5008433-18.2013.4.04.7205, era o de que não incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria do professor (espécie 57), salvo se lhe for mais benéfico, in verbis:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"(...)17.A aposentadoria de professor, assim, por tratar-se de benefício concedido com tempo de contribuição também reduzido, comporta tratamento similar ao conferido pela LC 142/2013 no tocante ao fator previdenciário, cuja aplicação está autorizada somente quando seu resultado for superior à unidade (fator previdenciário positivo). 18. Meu voto, portanto, conhece e dá provimento ao pedido de uniformização interposto pela parte autora, firmando o entendimento de que o fator previdenciário não pode ser aplicado quando importar redução do valor da renda mensal inicial da aposentadoria em funções de magistério, sob pena de anular o benefício previsto constitucionalmente. (...)".

- A TNU vinha mantendo tal entendimento de forma reiterada, como se pode ver nos seguintes julgados: PEDILEF 5010858-18.2013.4.04.7205, DOU 10/07/2015, Rel. Juiz Federal João Batista Lazzari; PEDILEF 50093226920134047205, DJ 03/07/2015, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha; PEDILEF 0504450-76.2014.4.05.8401, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, sessão de junho/2016.

- Porém, em contrariedade à posição da TNU, o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo - alterando o posicionamento anteriormente adotado naquela Egrégia Corte - que incide o fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço do professor quando o segurado não possuir tempo suficiente para concessão do benefício anteriormente à edição da Lei n. 9.876/99 (que introduziu o Fator Previdenciário). Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O agravo regimental objetiva reconsiderar decisão que negou provimento ao recurso especial oriundo de ação ajuizada em face do INSS, objetivando a revisão de aposentadoria de professor, para que fosse afastada a utilização do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial.

2. Conforme asseverado na decisão agravada, incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição de professor quando a segurada não tiver tempo suficiente para a concessão do benefício anteriormente à edição da Lei 9.876, de 1999, como no presente caso, conforme asseverado pelo Tribunal a quo.

3. Agravo regimental não provido. (Ag Rg no REsp 1527888 / RS, Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 09/11/2015).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE DE PROFESSOR. INCIDÊNCIA.

1. "Incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de serviço de professor quando a segurada não tiver tempo suficiente para a concessão do benefício anteriormente à edição da Lei 9.876, de 1999, como no presente caso, conforme asseverado pelo Tribunal a quo."(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.490.380/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 16/6/2015).

2. Decisão mantida. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no REsp 1481976 / RS, Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, Ministro OG FERNANDES).

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA.

1. À luz do Decreto 53.831/64 (Quadro Anexo, Item 2.1.4), a atividade de professor era considerada penosa, situação modificada com a entrada em vigor da Emenda Constitucional 18/81 e, consequentemente, das alterações constitucionais posteriores, porquanto o desempenho da atividade deixou de ser considerada especial para ser uma regra "excepcional", diferenciada, na qual demanda um tempo de serviço menor em relação a outras atividades, desde que se comprove o exclusivo trabalho nessa condição.

2. A atividade de professor não é especial em si, para fins de seu enquadramento na espécie "aposentadoria especial" a que alude o art. 57 da Lei n. 8.213/91, mas regra diferenciada para a aposentadoria que exige o seu cumprimento integral, o que afasta seu enquadramento às disposições do inciso II do art. 29 do mesmo diploma, que não prevê a utilização do fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício.

3. Amoldando-se a aposentadoria do professor naquelas descritas no inciso I, "c", inafastável o fator previdenciário, incidência corroborada ainda pelas disposições do § 9º do art. 29 da Lei de Benefícios, em que foram estabelecidos acréscimos temporais para minorar o impacto da fórmula de cálculo sobre o regime diferenciado dos professores.

4. Eventual não incidência do fator previdenciário sobre a aposentadoria de professor somente é possível caso o implemento dos requisitos para o gozo do benefício tenha se efetivado anteriormente à edição da Lei n. 9.897/99. EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.490.380/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 16/06/2015. Recurso especial improvido. (REsp 1423286 / RS, Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 01/09/2015 RIOBTP vol. 316 p. 171).

- Desse modo, percebe-se que o entendimento que tem prevalecido no Superior Tribunal de Justiça é o de que deve haver a incidência do Fator Previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço de professor, salvo se o segurado tiver cumprido os requisitos para aposentação em data anterior à Lei que o instituiu, não havendo que se falar em inconstitucionalidade do art. 2° da Lei n. 9.876/99.

- Oportuno destacar que o C. Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que a Lei n° 9.876/99, na parte em que alterou o art. 29 da Lei n° 8.213/91, não afronta os preceitos constitucionais:

EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL: CÁLCULO DO BENEFÍCIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 9.876, DE 26.11.1999, OU, AO MENOS, DO RESPECTIVO ART. 2º (NA PARTE EM QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ART. 29, 'CAPUT', INCISOS E PARÁGRAFOS DA LEI Nº 8.213/91, BEM COMO DE SEU ART. 3º. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI, POR VIOLAÇÃO AO ART. 65, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DE QUE SEUS ARTIGOS 2º (NA PARTE REFERIDA) E 3º IMPLICAM INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, POR AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, XXXVI, E 201, §§ 1º E 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E AO ART. 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15.12.1998. MEDIDA CAUTELAR.

(...)

2. Quanto à alegação de inconstitucionalidade material do art. 2o da Lei nº 9.876/99, na parte em que deu nova redação ao art. 29, 'caput', incisos e parágrafos, da Lei nº 8.213/91, a um primeiro exame, parecem corretas as objeções da Presidência da República e do Congresso Nacional. É que o art. 201, §§ 1o e 7o, da C.F., com a redação dada pela E.C. nº 20, de 15.12.1998, cuidaram apenas, no que aqui interessa, dos requisitos para a obtenção do benefício da aposentadoria. No que tange ao montante do benefício, ou seja, quanto aos proventos da aposentadoria, propriamente ditos, a Constituição Federal de 5.10.1988, em seu texto originário, dele cuidava no art. 202. O texto atual da Constituição, porém, com o advento da E.C. nº 20/98, já não trata dessa matéria, que, assim, fica remetida 'aos termos da lei', a que se referem o 'caput' e o § 7o do novo art. 201. Ora, se a Constituição, em seu texto em vigor, já não trata do cálculo do montante do benefício da aposentadoria, ou melhor, dos respectivos proventos, não pode ter sido violada pelo art. 2o da Lei nº 9.876, de 26.11.1999, que, dando nova redação ao art. 29 da Lei nº 8.213/91, cuidou exatamente disso. E em cumprimento, aliás, ao 'caput' e ao parágrafo 7o do novo art. 201.

3. Aliás, com essa nova redação, não deixaram de ser adotados, na Lei, critérios destinados a preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, como determinado no 'caput' do novo art. 201. O equilíbrio financeiro é o previsto no orçamento geral da União. E o equilíbrio atuarial foi buscado, pela Lei, com critérios relacionados com a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, com o tempo de contribuição e com a idade, até esse momento, e, ainda, com a alíquota de contribuição correspondente a 0,31.

4. Fica, pois, indeferida a medida cautelar de suspensão do art. 2º da Lei nº 9.876/99, na parte em que deu nova redação ao art. 29, 'caput', incisos e parágrafos, da Lei nº 8.213/91.

5. Também não parece caracterizada violação do inciso XXXVI do art. 5º da C.F., pelo art. 3o da Lei impugnada. É que se trata, aí, de norma de transição, para os que, filiados à Previdência Social até o dia anterior ao da publicação da Lei, só depois vieram ou vierem a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

6. Enfim, a Ação Direta de Inconstitucionalidade não é conhecida, no ponto em que impugna toda a Lei nº 9.876/99, ao argumento de inconstitucionalidade formal (art. 65, parágrafo único, da Constituição Federal). É conhecida, porém, quanto à impugnação dos artigos 2º (na parte em que deu nova redação ao art. 29, seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.213/91) e 3º daquele diploma. Mas, nessa parte, resta indeferida a medida cautelar. (STF, Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2111/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Sydney Sanches, j. 16/03/00, por maioria, D.J. 5/12/03).

- Outrossim, já se decidiu que a discussão em torno da incidência, ou não, do fator previdenciário reveste-se de natureza infraconstitucional e que caso houvesse real ofensa à ordem constitucional, esta se daria somente de forma indireta ou reflexa. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. LEI 9.876/1999. CONSTITUCIONALIDADE. ADI 2.111-MC/DF. APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES. CÁLCULO DO MONTANTE DEVIDO. APLICAÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO.

I - O Plenário desta Corte, no julgamento da ADI 2.111-MC/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, entendeu constitucional o fator previdenciário previsto no art. 29, caput, incisos e parágrafos, da Lei 8.213/1991, com redação dada pelo art. 2º da Lei 9.876/1999.

II - Naquela oportunidade, o Tribunal afirmou, ainda, que a matéria atinente ao cálculo do montante do benefício previdenciário já não possui disciplina constitucional. Por essa razão, a utilização do fator previdenciário, previsto na Lei 9.876/1999, no cálculo do valor devido à recorrente a título de aposentadoria, não implica qualquer ofensa à Carta Magna. De fato, por ser matéria remetida à disciplina exclusivamente infraconstitucional, a suposta violação do Texto Maior se daria de forma meramente reflexa, circunstância que torna inviável o recurso extraordinário.

III - Agravo regimental improvido" (ARE 702.764-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 4.12.2012) .

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. QUESTÃO QUE DEMANDA ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA.

1. A incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial do benefício de aposentadoria especial de professor, quando sub judice a controvérsia, revela uma violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. Precedentes: AI 689.879-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 26/9/2012 e o ARE 702.764-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 4/12/2012.

2. In casu, o acórdão recorrido manteve a sentença, por seus próprios fundamentos, a qual dispôs: "A aposentadoria dos professores não se confunde com a aposentadoria especial prevista no regime geral de previdência social. As normas constitucionais e infraconstitucionais existentes, no caso dos professores, tratam apenas de aposentadoria por tempo de serviço de caráter excepcional, assim como faz também, por exemplo, com a aposentadoria por idade do segurado especial. Verifica-se, assim, que a lei compensa, com o acréscimo de cinco anos para o professor e de dez anos para a professora, as reduções de tempo de contribuição em relação à aposentadoria comum, com trinta e cinco anos. Portanto, tendo a lei tratado as peculiaridades das diferentes aposentadorias de forma diversa, de modo a corrigir as distorções que poderiam ser causadas pela aplicação pura e simples do fator previdenciário, não sendo punido com a aplicação de um fator maior aquele professor ou professora que exercer seu direito de aposentadoria com tempo reduzido em relação aos demais trabalhadores, não foi ferido o princípio isonômico".

3. Agravo regimental DESPROVIDO.

(ARE-AgR 718275, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. em 8.10.2013)

- Destarte, e justamente por estar se decidindo em sede de representativo de controvérsia, é o momento adequado para a TNU revisitar e superar a sua jurisprudência anterior, a fim de alinhar-se ao entendimento atual do STJ.

- Em face de todo o exposto, ressalvado o posicionamento pessoal deste relator, deve-se dar PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização para, revendo posicionamento anterior desta Corte, firmar o entendimento de que incide o fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço do professor quando o segurado não possuir tempo suficiente para concessão do benefício anteriormente à edição da Lei n. 9.876/99 (que introduziu o Fator Previdenciário). Aplica-se a Questão de Ordem n.º 20 da TNU a fim de que o processo retorne à Turma Recursal de origem para que promova a adequação do julgado ao entendimento ora firmado."

Tratando-se este recurso da mesma matéria e estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência pacificada no âmbito deste Colegiado, demonstra-se inviável o Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do Pedido de Uniformização Jurisprudencial.

Honorários advocatícios e custas processuais tratados no acórdão recorrido (art. 55, Lei n. 9.099/1995).

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004072-77.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRENO CORREA COSTA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que não conheceu o Incidente de Uniformização por ela interposto, porque o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização (questões de ordem n. 13 e 24, da TNU), no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine à analise do enquadramento da hipótese dos autos às exceções trazidas pelo STJ no REsp n. 1.089.720/RS.

2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.

3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).
3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.
4 - Embargos de declaração rejeitados.
4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "No caso concreto, ainda que o pagamento das verbas trabalhistas sejam decorrentes do encerramento do contrato de trabalho, tenho que o caso não se amolda ao contexto de "despedida ou rescisão do contrato de trabalho", porquanto cuida- se de desligamento em razão de aposentadoria (tal como consta na exordial da Reclamatória), e não de trabalhador demitido, não se inserindo, portanto, na circunstância de perda de emprego a colocar o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável."
5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).
6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005290-02.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROBERTO RENNEBERG
PROC./ADV.: ALINE DA SILVA NORONHA
OAB: SC-28 268
PROC./ADV.: NADIA CARDOSO MENDES DE OLIVEIRA
OAB: SC-42844

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que deu provimento ao Incidente de Uniformização interposto pela União, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão e contradição. Para tanto, sustenta contradição entre o acórdão embargado e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Destaca que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral do tema, nos autos do RE n. 855.091/RS.
2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.
3. Em análise da contradição alegada, destaco que ela é vício a ser corrigido pelos embargos de declaração caso no julgado existam "proposições entre si inconciliáveis" (José Carlos Barbosa Moreira. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. V. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 548). No acórdão recorrido, não identifico a existência de premissas contraditórias entre si, ou conclusões que divirjam da fundamentação expendida.
4. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.
1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.
2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).
3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.
4 - Embargos de declaração rejeitados.
5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).
6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005303-23.2013.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOANA EDITH DOS SANTOS
PROC./ADV.: JANDIRA MATOS DE LIMA
OAB: PR-60730
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA PREVIDENCIARIA - BENEFICIO ASSISTENCIAL - COMPROVAÇÃO DE MISERABILIDADE - SUMULA 42 - REEXAME PROBATÓRIO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pelo INSS em que sustenta que não restou devidamente comprovada a miserabilidade da parte recorrida, nos termos do exigido pela Lei 8.742/91, eis que a renda percapita é superior a ¼ do salário mínimo, e que não deve ser excluída a renda do cônjuge, ainda que no valor do mínimo nacional, eis que o RE 567.985 é posterior ao julgamento destes autos..
O incidente não foi admitido na origem.
2. Inicialmente, destaco que com o RE 567.985 foi concluído pela Corte Suprema permitiu ao Julgador a avaliação no caso concreto da miserabilidade dos peticionantes do benefício assistencial previsto na Lei 8.742/93, não tendo alterado aquela Lei, ou seja, o fato de uma decisão conceder o benefício àquele que tivesse renda familiar percapita superior a ¼ do salário mínimo não era ilegal ou inconstitucional. E foi justamente o que aconteceu no caso, em que foi excluído pelo acórdão atacado a renda proveniente de um salário mínimo do cônjuge e concluído pela miserabilidade da parte autora, o que, aliás, vem sendo concluído de forma majoritária pela Jurisprudência de nossos Tribunais.
Evidente, portanto, que o aceite do presente pedido de uniformização demandaria o revolvimento do conjunto probatório.
Ocorre que por opção do Legislador, está vedada, no âmbito da Uniformização da Jurisprudência, a reanálise do conteúdo probatório, nos termos da Súmula 42 da TNU, que assim dispõe:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique em reexame de matéria de fato".
3. Assim, correta a decisão que inadmitiu o presente recurso.
4. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005478-60.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANTENOR ZIMMERMANN
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVISÃO. CONSUMAÇÃO DO PRAZO DECENAL. ART. 103, CAPUT, LEI Nº 8.213/91. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal que reconheceu a decadência do pedido de revisão de benefício previdenciário.
- Alega que "(...) pelo princípio da irretroatividade da lei ou tempus regit actum, não há como aplicar a decadência do direito a revisão do presente benefício, posto insistentemente salientado, ter a DIB anterior a vigência da lei que fixou o prazo de 10 (dez) anos. Ademais é quase que unânime o posicionamento dos Tribunais Regionais Federais e também das Cortes Superiores no sentido de que não existe o prazo decadencial a benefícios concedidos antes de 27/06/1997, o que é o caso. (...)".
Pois bem.
- Quanto à decadência, esta TNU, na sessão de 08 de fevereiro de 2010, revendo o seu posicionamento, passou a estender a aplicação da Medida Provisória nº 1.523/97, de 27 de junho de 1997 (convertida na Lei 9.528/1997) também aos benefícios previdenciários concedidos antes da sua vigência, entendimento que se perfilha nestes autos. (PEDILEF nº 2006.70.50.007063-9).
- O Supremo Tribunal Federal (STF) recentemente decidiu definitivamente a celeuma. Por unanimidade, o Plenário deu provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 626489, interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para reformar acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe que entendeu inaplicável o prazo decadencial para benefícios anteriores à vigência da MP. A decisão estabeleceu também que, no caso, o prazo de dez anos para pedidos de revisão passa a contar a partir da vigência da MP, e não da data da concessão do benefício.
- Considerando que o Acórdão recorrido encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte, de rigor a incidência da Questão de Ordem nº 13/TNU.
- Por conseguinte, NÃO CONHEÇO do incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER ao Incidente de Uniformização, nos termos deste voto ementa.
Brasília (DF), 20 de outubro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005876-73.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FREDERICO AGENOR ALVAREZ
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
PROC./ADV.: KIM HEILMANN GALVÃO DO RIO APA
OAB: SC-4390

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que deu provimento ao Incidente de Uniformização interposto pela União, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine ao acórdão prolatado pela Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.404.0000/TRF4, a qual apreciou incidentalmente a constitucionalidade sem redução de texto do §1º, do art. 3º, da Lei n. 7.713/88, do art. 16, parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, e do art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.
3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.
1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.
2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).
3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.
4 - Embargos de declaração rejeitados.
4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "a transição de regime celetista para estatutário, por não propiciar perda de emprego, não deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho" para ensejar a isenção do IRPF sobre os juros de mora aludida no julgamento do REsp 1089720/RS. Com efeito, conforme destacou aquela Egrégia Corte, a isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), o que não ocorre na espécie, porquanto a parte autora não ficou economicamente desamparada, mas tão somente alterou a natureza do vínculo e passou a estar tutelada pelo regime da Lei 8.112/90."
5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).
6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5006067-21.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FELICIO WESSLING MARGOTTI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO NOVO CPC. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.
1. A parte autora interpõe recurso de Embargos de Declaração contra acórdão que deu provimento ao Incidente de Uniformização interposto pela União, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios relativos ao pagamento de verbas remuneratórias não inseridas no contexto de rescisão de contrato de trabalho, ao argumento de omissão. Para tanto, sustenta que o acórdão embargado teria sido omisso no que atine ao acórdão prolatado pela Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 5020732-11.2013.404.0000/TRF4, a qual apreciou incidentalmente a constitucionalidade sem redução de texto do §1º, do art. 3º, da Lei n. 7.713/88, do art. 16, parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, e do art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66).
2. Verificada a tempestividade do recurso e presentes os demais pressupostos de sua admissibilidade, conheço os Embargos de Declaração e passo à análise do seu mérito.
3. Da leitura do acórdão ora guerreado, verifica-se que houve a análise adequada e escorreita dos fatos e fundamentos jurídicos e dos requerimentos formulados, não sendo admissível, mediante a interposição de recurso de Embargos de Declaração, novo julgamento da causa motivado pela irresignação de uma das partes em face do posicionamento esposado pelo colegiado. Aos Embargos de Declaração não é cabível o empréstimo de efeitos infringentes para rediscutir questão analisada pela decisão atacada. (STJ, EDRESP 668.686-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ 20.03.2006):
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO APENAS DEVOLUTIVO - ART. 520, IV, DO CPC - RECURSO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE DECIDIU PROCESSO CAUTELAR - OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FATO NOVO - REJULGAMENTO DA LIDE - INVIABILIDADE - CUMPRIMENTO DO OFÍCIO JURISDICIONAL - EMBARGOS REJEITADOS.
1 - Não há que se falar em omissão quanto a questão não suscitada, embora já ocorrida, antes do julgamento apontado como omisso. E nem de obscuridade ou contradição quando o recurso é julgado de acordo com o constante em seus autos.
2 - Inexistente qualquer hipótese legal de cabimento recursal (art. 535 do CPC), configura-se inviável a pretensão ao rejulgamento da lide, porquanto, nos termos do art. 463 do CPC, extensivo aos Tribunais pátrios, uma vez publicado o acórdão, o Colegiado cumpre a prestação jurisdicional, alterável tão-somente diante da ocorrência de erros materiais ou de obscuridade, contradição e omissão, hipóteses justificadoras da oposição de embargos de declaração. Ademais, não cabe a apreciação de fato novo em sede de embargos de declaração (cf. EDcl no RMS nº 11.542/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ de 12.2.2001).
3 - Acertadamente solucionada a lide quando do provimento do recurso especial e ausente qualquer vício no aresto a justificar a interposição dos aclaratórios, caracterizam-se como inadmissíveis, perfazendo-se inviável atribuir-lhes efeitos infringentes com relação ao decisum embargado, ora mantido por seus próprios fundamentos.
4 - Embargos de declaração rejeitados.
4. Ressalto que o acórdão embargado foi claro ao afirmar que "a transição de regime celetista para estatutário, por não propiciar perda de emprego, não deve ser interpretada no contexto de "rescisão do contrato de trabalho" para ensejar a isenção do IRPF sobre os juros de mora aludida no julgamento do REsp 1089720/RS. Com efeito, conforme destacou aquela Egrégia Corte, a isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), o que não ocorre na espécie, porquanto a parte autora não ficou economicamente desamparada, mas tão somente alterou a natureza do vínculo e passou a estar tutelada pelo regime da Lei 8.112/90."
5. Ademais, o reconhecimento de repercussão geral, no RE 855.091, não tem o condão de impedir o julgamento de Incidente de Uniformização que verse sobre a mesma questão afeta ao julgamento do Supremo Tribunal Federal. O artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil de 1973, determinava o sobrestamento dos recursos extraordinários cuja matéria seja objeto de repercussão geral, razão por que os demais recursos seguem o seu processamento, conforme previsão legal. Registro que o MM. Ministro Relator do recurso extraordinário, recebido na sistemática da repercussão geral, não proferiu decisão para sobrestar o trâmite de processos individuais e coletivos que cuidassem do mesmo tema (art. 1.035, §5º, do Novo Código de Processo Civil).
6. Posto isso, voto por conhecer os embargos de declaração e negar-lhes provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5006582-31.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GUILHERMINA HILDA BECKER AMARAL
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTE DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. REPETIÇÃO DE PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO ANTERIOR. NÃO CABIMENTO. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DA TNU E STJ. QUESTÃO DE ORDEM N. 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, dirigido à Turma Nacional, interposto pela parte Autora contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Sul que, por força de anterior PUIF interposto, manteve acórdão que reconhecera a prescrição das parcelas requeridas a título de 3,17%, nos seguintes termos:
"... De acordo com a decisão da Presidência da TNU, a questão da contagem do prazo prescricional para o pagamento do resíduo de 3,17% a servidor público federal/pensionista referente a parcelas em atraso reconhecidas pela administração foi assim pacificada naquele âmbito: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA. MP Nº 2.225-45/2001. EFEITOS. 1. A edição da MP nº 2.225-45/2001 representou ao mesmo tempo a renúncia da Administração à prescrição e o reinício do prazo qüinqüenal para a reclamação judicial do resíduo de 3,17%, desde janeiro de 1995, de modo que as ações ajuizadas até 04/09/2006 não se encontram atingidas pela prescrição, ao contrário daquelas ajuizadas após essa data, cuja prescrição alcança as parcelas pretéritas ao qüinqüênio anterior. 2. Acórdão recorrido que se alinha em parte ao entendimento pacificado pelo STJ no Incidente de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PET nº 7.558- MG), que reafirmou a jurisprudência predominante desta Turma Nacional. 3. Incidente de uniformização provido em parte, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida'. (grifou-se) (PEDILEF 0059015-34.2007.4.01.3800, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DOU 04/10/2011) Com efeito, a TNU assentou que não se encontram prescritas as ações em que postulado o pagamento do resíduo de 3,17% de reajuste da remuneração de servidor público, desde que ajuizadas até 04/09/2006; já para as ações ajuizadas após esta data, pacificou entendimento de que se aplica o prazo prescricional quinquenal referente às parcelas vencidas nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. No caso concreto, a parte autora postulou a percepção do reajuste remuneratório de 3,17%, por aplicação da Lei 8.880/94, a contar de janeiro/95. A ação, ajuizada em 13/01/2009, foi extinta com julgamento de mérito pelo reconhecimento da prescrição, com base no termo inicial estabelecido com a vigência da MP 2.225-45/2001. O acórdão da Turma Recursal confirmou a sentença. Aplicando-se o entendimento da TNU, encontram-se prescritas as parcelas anteriores a 13/01/2004, pelo que, considerando que as parcelas objeto do feito estão limitadas a dezembro/2001 (já que a incorporação mensal do reajuste se deu a partir de janeiro/2002), a pretensão da parte autora encontra-se fulminada pela prescrição. Registre-se que não há reconhecimento, pela TNU, de que o reinício do prazo prescricional se dá com o pagamento da última parcela do parcelamento administrativo, conforme alegado no pedido de uniformização, bem como que a parte autora, devidamente intimada no âmbito daquele Colegiado, não se manifestou, de modo que o juízo de retratação está adstrito aos limites da decisão da TNU quanto ao prazo prescricional.
A parte recorrente alega que, em se tratando de pagamento escalonado, a prescrição somente inicia-se após o pagamento da última parcela, sustentando divergência da decisão recorrida com o entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça de que "o ato administrativo que reconhece a existência de dívida interrompe a contagem do prazo prescricional, recomeçando este a fluir apenas a partir do último ato do processo que causou a interrupção" e cita como paradigmas o REsp 1112114/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, o REsp 1194939/RS, o Resp nº 962.493/PB, o REsp 726.761/RS, o REsp 652.658/RS, PEDILEF nº 2007.71.63.001026-1 e o Resp nº 962.493/PB.
Apresentadas as contrarrazões, foi alegada a ausência de similitude fático-jurídica e ausência de cotejo entre os paradigmas e o acórdão recorrido.
Primeiramente, convém salientar que não deve ser conhecido o Pedido de Uniformização interposto, pois é mera repetição do anterior incidente, interposto pela mesma parte, cujo desfecho já ocorreu, pois foi determinado pelo Presidente da TNU a devolução do feito à turma de origem para adequação ao entendimento firmado pela TNU no PEDILEF nº 0059015-34.2007.4.01.3800, da relatoria da Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, cuja ementa foi assim transcrita:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA. MP Nº 2.225-45/2001. EFEITOS. 1. A edição da MP nº 2.225-45/2001 representou ao mesmo tempo a renúncia da Administração à prescrição e o reinício do prazo qüinqüenal para a reclamação judicial do resíduo de 3,17%, desde janeiro de 1995, de modo que as ações ajuizadas até 04/09/2006 não se encontram atingidas pela prescrição, ao contrário daquelas ajuizadas após essa data, cuja prescrição alcança as parcelas pretéritas ao qüinqüênio anterior. 2. Acórdão recorrido que se alinha em parte ao entendimento pacificado pelo STJ no Incidente de Uni-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

formização de Interpretação de Lei Federal (PET nº 7.558- MG), que reafirmou a jurisprudência predominante desta Turma Nacional. 3. Incidente de uniformização provido em parte, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida".

Em sendo assim, se porventura a parte Autora entendesse que o acórdão da Turma de origem não houvesse adequado seu entendimento ao da TNU, somente lhe caberia a Reclamação, não uma mera repetição de Pedido de Uniformização anterior, por ela interposto sobre a mesma matéria, consoante efetivamente ocorrido.

No mais, sequer deveria ser cogitada esta ausência de cumprimento da decisão da TNU, pois o acórdão recorrido fez a correta análise da questão, mantendo o acórdão anterior, por adequar-se ao posicionamento firmado por este colegiado, pois as parcelas objeto da demanda são todas relativas ao período anterior a dezembro/2001, já que a partir de janeiro de 2002 foram objeto de incorporação nos salários, de modo que as parcelas vindicadas foram consideradas prescritas, tendo em vista que anteriores ao qüinqüênio que precedeu à ação.

De fato, em se tratando do próprio passivo dos 3,17%, verifica-se que o acórdão recorrido se alinha ao entendimento pacificado desta Turma Nacional de Uniformização, em consonância com precedentes do E. STJ. Por todos, cito o PEDILEF 200671540001175, Relator JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, que pode ser aplicado, mutatis mutandis ao caso em questão:

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. LIMITE TEMPORAL. ARTIGO 10 DA MP N. 2.225-45/2001. QUESTÃO DECIDIDA PELO STJ EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PRECEDENTES DA TNU. RECURSO REPETITIVO. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO 1. O STJ, no julgamento de incidente de uniformização de interpretação de Lei Federal fixou o entendimento de que "a Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu" e também que "a renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ" (STJ, Pet. 7.558, Rel. Min Arnaldo Esteve Lima, DJE n. 7-6-2010). 2. O julgamento do STJ é decorrente de recurso contra precedente desta TNU, de cuja ementa se extrai: "5.1 Em se tratando de ação ajuizada até 04.09.2006 [ou seja, até 5 (cinco) anos antes da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45/2001], não há prescrição sobre quaisquer diferenças, devendo os efeitos financeiros retroagirem a janeiro de 1995. 5.2 E em se tratando de ação ajuizada a partir de 05.09.2006 [ou seja, a partir de 5 (cinco) anos contados da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45/2001] deve ser aplicado o enunciado da Súmula 85 do STJ quanto à prescrição qüinqüenal, o que significa que estão prescritas apenas as parcelas anteriores aos últimos 5 (cinco) anos contados do ajuizamento da ação. 5.3 Em ambas as situações, as diferenças decorrentes do reajuste residual de 3,17% cessaram em 31.12.2001 (quando houve a incorporação mensal prevista no art. 9º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001) ou quando houve a reestruturação ou reorganização do cargo ou carreira do servidor, o que ocorreu primeiro, sendo que a combinação da prescrição com essas limitações temporais poderá acarretar, em cada caso concreto, a prescrição de todas as parcelas decorrentes da condenação" (PEDILEF nº 2007.38.00.719140-2/MG, Rel. Juíza Fed. Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 28.07.2009). No mesmo sentido: PEDILEF 200638007270675, Rel. Juiz Federal Vanessa Vieira de Mello, j. 16-3-2012, DOU de 13-4-2012. 3. No caso, a sentença, confirmada pelo acórdão, deixou de fixar o termo final das diferenças a serem apuradas, negando vigência ao referido artigo 10 da MP n. 2.225-45/2001, o que vai de encontro à jurisprudência da TNU acima citada. 4. Assim, o recurso da Escola Agrotécnica Federal de Sertão merece provimento para fixar a premissa jurídica de que o marco final das diferenças deve ser fixado em 31-12-2001 ou quando tiver ocorrido a reestruturação ou reorganização do cargo ou carreira do servidor, o que ocorreu primeiro, devendo o Juizado de origem adequar o seu julgamento.

Corroborando o mesmo raciocínio, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu, em julgamento de Recursos Especiais repetitivos, que "com a renúncia pela Medida Provisória n. 1.704/98 do prazo prescricional relativo à pretensão de militares ao reajuste de 28,86% desde janeiro de 1993, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30.6.2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30.6.2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte" (REsp 990.284/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 13.4.2009). Não obstante o julgado tenha sido proferido em relação ao reajuste dos 28,86%, a questão de fundo é a mesma, aplicando-se, mutatis mutandis, idêntica solução jurídica.

Cumpre salientar que esta demanda não versa sobre eventuais resíduos ou correção dos valores pagos parceladamente, mas sim do próprio passivo, não havendo que se falar, portanto, em marco inicial da prescrição no pagamento da última parcela.

Verifica-se, portanto, que o acórdão impugnado encontra-se de acordo com a jurisprudência da TNU e do E. STJ, de sorte a ensejar a aplicação da Questão de Ordem nº 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência não deve ser conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 14 de setembro de 2016.

MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5006637-25.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RODOLFO DIAS DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES
OAB: PR-19887
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PRAZO DECADENCIAL. MATÉRIA NÃO ANALISADA NO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PROCESSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (TEMA 126). AGRAVO INTERNO PROVIDO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. QUESTÃO DE ORDEM N. 20 DA TNU.

Trata-se de AGRAVO REGIMENTAL interposto pela parte autora, insurgindo-se contra decisão monocrática do Juiz Federal Relator original nestes autos, que não conheceu do Incidente de Uniformização interposto pela ora recorrente, sob o fundamento de ausência de similitude fática entre o acórdão paradigma e o acórdão proferido pela Turma Recursal do Paraná.

Sustenta a Agravante que a decisão monocrática agravada não se sustenta, tendo em vista haver a similitude exigida, vez que se pretende resolver a questão de direito que versa sobre a possibilidade do prazo decadencial previsto na MP 1523-9/97 não se aplicar aos casos de ato de concessão do benefício em que se discute a inclusão de tempo de serviço urbano, rural ou especial não analisado pela administração.

É o relatório.

Em conformidade com o art. 32 da Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), "cabe agravo regimental da decisão do relator, no prazo de cinco dias".

Compulsando os autos, verifico que a sentença julgou improcedente o pleito autoral por entender pela ocorrência da decadência, vez que entre a data da concessão do benefício e o ajuizamento da presente ação decorreram mais de 10 anos. Em razão disso, a parte autora, interpôs recurso inominado em que levantou a tese de que "o art. 103 é claro ao dispor que o prazo de dez anos aplica-se a situações nas quais o INSS indeferiu expressamente algum requerimento do segurado, uma vez que o fundo de direito não decai tampouco prescreve. Admitir-se que uma situação da qual o INSS sequer apreciou decairia no prazo decenal fere o direito adquirido à contagem de tempo de serviço ou direito à aposentadoria. Logo, para os casos em que o INSS não emitiu parecer contrário ou sequer apreciou determinado direito do segurado, não há que se cogitar de aplicação do art. 103 LBPS."

O referido recurso foi improvido, sob o argumento de que a orientação da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região era no sentido de que "o pedido de revisão fundado em pretensão de reconhecimento de tempo de serviço também é atingido pelo prazo do artigo 103 da Lei 8.213/91, ainda que não tenha sido objeto de análise anterior pela administração"

Por ocasião do Incidente de Uniformização, a parte autora levante novamente a referida tese apontando a divergência com julgados do STJ (AgRg REsp 1.407.710), no sentido de que "Não incide o prazo decadencial do art. 103, da Lei 8.213/91 nos casos em que se discute tempo de serviço não analisado na via administrativa."

Entendo que se encontra presente a similitude entre o julgado proferido pela Turma de origem e o paradigma apresentado, merecendo reforma a decisão que deixou de conhecer o Incidente de Uniformização interposto.

No entanto, verifico que a esta Corte afetou o tema "aplicação do prazo decadencial quando, no momento da concessão do benefício previdenciário, houver questão não analisada pela administração (Tema 126)" e elegeu o processo nº. 5017206-98.2012.4.04.7201 como representativo da controvérsia, cuja tese restou assim firmada: "A decadência não atinge os pedidos revisionais referentes a questões não apreciadas pela Administração no ato de concessão do benefício, como nos casos em que o reconhecimento do caráter especial das atividades laborais desenvolvidas em determinados interregnos e sua conversão em tempo comum não foram objeto de análise e indeferimento pela autarquia previdenciária naquela oportunidade.".

Ante o exposto, voto pelo provimento do agravo para dar parcial provimento ao Pedido de Uniformização, a fim de aplicar o entendimento firmado no representativo da controvérsia, com devolução dos autos à Origem, nos termos da Questão de Ordem n. 20 da TNU.

É o voto.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em CONHECER o AGRAVO REGIMENTAL e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos deste voto ementa.

Brasília (DF), 15 de dezembro de 2016.

FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5006743-69.2013.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO BORGES
PROC./ADV.: PAULO CESAR SAVEGNAGO
OAB: PR-60068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que ao contrário do lançado no acórdão guerreado, o laudo pericial afirma que eles está incapaz parcialmente e definitivamente, o que lhe garante o direito à percepção do auxílio-doença.

O incidente foi admitido na origem.

2. Antes de apreciar a admissibilidade do presente recurso, entendo necessário tecer algumas ponderações sobre o benefício de auxílio-doença.

A legislação pátria, no caso, a Lei 8.213/91, visando dar proteção ao segurado que está incapacitado para a manutenção de sua sobrevivência, previu a concessão, em alguns casos, de benefícios que possa a suprir a manutenção do indivíduo, dentre os quais, o auxílio-doença, previsto no art. 59, que assim dispõe:

. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Em uma análise superficial e simplista do acórdão guerreado, poder-se-ia concluir que o Julgador a quo teria, de fato, se equivocado, já que reconheceu a incapacidade laboral e não concedeu ao recorrente o benefício devido.

Contudo, em uma análise detida, verifico que não há qualquer erro, eis que o que restou comprovado é que, de fato, o recorrente padece de patologia, mas que essa não o impede de desempenhar inclusive a sua atual profissão. Vejamos o trecho da decisão:

Analisando detidamente o laudo pericial (evento 22), observo que a perícia é conclusiva ao atestar que o autor é portador de linfedema crônico nos membros inferiores (CID I89.0), sem sinais de trombose, o que justifica uma incapacidade parcial e definitiva para atividades em que exijam ortostatismo prolongado, ou seja, pode realizar outras atividades em que alternem atividades em pé, sentado, caminhando pequenos percursos, como porteiro ou serviços administrativos. Esclarece ainda o perito que o demandante apresenta condições de ser reabilitado para outras atividades e que pode inclusive realizar sua atividade laboral, desde que respeitando suas restrições (resposta ao quesito 'g', item 2, parte final

Logo, evidente que o Julgador entendeu que o recorrente não se encontra incapaz de desempenhar a sua atividade laboral habitual e prover o seu sustento, não fazendo jus, portanto, ao socorro da Previdência Social.

Desta forma, o conhecimento deste o pleito de uniformização, implicaria, necessariamente, a uma nova análise das provas dos autos, o que é vedado pela Súmula 42 desta Corte.

3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.

É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007164-34.2014.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: AIRTO ANGELO MENEGOL
PROC./ADV.: DAVID HERMES DEPINÉ.
OAB: PR-56590
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - DISCORDANCIA COM O LAUDO - PRETENSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que o laudo pericial não reflete a realidade de sua patologia, fazendo jus ao benefício à aposentadoria por invalidez e não somente ao auxílio-doença.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O incidente não foi admitido na origem.
2. O laudo pericial acostado aos autos, que fundamentou a incapacidade total mas temporária é ora questionado pelo recorrente.
Contudo, conhecer o presente recurso de forma a desconsiderar o laudo pericial acostado aos autos e/ou valorar tal importante prova de outra maneira, a fim de concluir de forma distinta do contido no acórdão guerreado passa, necessariamente, pela reanálise do conjunto probatório dos auto, o que é vedado pela Súmula 42 desta Corte.
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007773-13.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANTA IRENE WESZ LEITEMPERGER
PROC./ADV.: ANDRÉ SORIANO CAETANO
OAB: RS-52349
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. VERBAS RECEBIDAS ACUMULADAMENTE EM AÇÃO TRABALHISTA. REGIME DE COMPETÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA SELIC APÓS A INDEVIDA RETENÇÃO. PRECEDENTE DO STJ FIRMADO EM SEDE DE REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (RECURSO ESPECIAL Nº 1470720/RS). PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO JULGADO.
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
Na vertente, a sentença julgou parcialmente procedente o pedido inicial, determinando que o imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos acumuladamente em ação judicial seja calculado conforme a sistemática do regime de competência.
Sobre a atualização dos valores devidos, a Turma Recursal de origem manteve o julgado monocrático o qual determinou que:
"Portanto, para aferição do(s) valor(es) pago(s) a maior pela parte autora e que lhe deve(m) ser restituído(s), deve ser elaborado cálculo com base nas Declarações de Ajuste Anual apresentados à Receita Federal. ".
Determinou, ainda, à União que restituísse à parte autora:
"a importância indevidamente paga - obtida a partir da sistemática de cálculo que consta na fundamentação - corrigida pela SELIC, índice específico da repetição de indébito tributário (art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26/12/95). Sem aplicação de juros de mora, pois a SELIC já os engloba."
O requerente afirma que o aresto combatido determinou que sobre o saldo do imposto de renda incida a taxa SELIC a partir de 1º de maio do ano subseqüente ao do recebimento dos rendimentos acumulados.
Acrescenta, ainda, ter requerido nas razões apresentadas em seu recurso inominado, que a cação da taxa Selic que deveria se operar a partir do recolhimento indevido e não do ano posterior como determinara o Juízo a quo, porém, o v. acórdão recorrido determinou a aplicação do "INPC (ou outro índice similar fixado na sentença, se for o caso)" para fins de atualização do IR a ser apurado em cada exercício.
Sustenta que o entendimento prestigiado pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul colide com a jurisprudência dominante do STJ (Súmula 162), a qual se fixou, no sentido de que em ação de repetição de indébito, aplica-se a taxa SELIC para a atualização monetária do indébito tributário, sendo que, se o pagamento for efetuado após 01.01.1996 (tal como na vertente), o termo inicial para a incidência do acréscimo será o do pagamento indevido.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
Inicialmente, cabe destacar que a Turma Recursal de origem negou provimento aos recursos inominados da parte autora e da União Federal/Fazenda Nacional, de modo que sua fundamentação, na espécie, deve ser considerada em caráter obiter dictum. O título executivo prevalecente, no momento, é a sentença, cujo trecho para a solução do presente Pedido já foi destacado nos parágrafos acima.
Pois bem, sobre as teses em debate, o Superior Tribunal de Justiça já fixou, em sede de REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (Recurso Especial nº 1470720/RS, DJe 18/12/2014), que:
1) a taxa SELIC, como índice único de correção monetária do indébito, incidirá somente após a data da retenção indevida, enquanto a sentença neste processo entendeu que desde a data do cálculo;
2) O valor do imposto de renda, apurado pelo regime de competência e em valores originais, deve ser corrigido, até a data da retenção na fonte sobre a totalidade de verba acumulada, pelo mesmo fator de atualização monetária dos valores recebidos acumuladamente (em ação trabalhista, como no caso, o FACDT - fator de atualização e conversão dos débitos trabalhistas). A sentença, nesta parte, também aplicou a SELIC. Confira-se:
""Portanto, para aferição do(s) valor(es) pago(s) a maior pela parte autora e que lhe deve(m) ser restituído(s), deve ser elaborado cálculo com base nas Declarações de Ajuste Anual apresentados à Receita Federal. ".
Determinou, ainda, à União que restituísse à parte autora:
"(...) a importância indevidamente paga - obtida a partir da sistemática de cálculo que consta na fundamentação - corrigida pela SELIC, índice específico da repetição de indébito tributário (art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26/12/95). Sem aplicação de juros de mora, pois a SELIC já os engloba.(...)"
Repita-se que, para a atualização do IRPF a ser apurado de acordo com cada ano base, segundo o regime de competência, a parte autora sustenta em seu incidente a incorreção do acórdão, o qual fixou o INPC ou outro indexador similar que houvesse sido fixado na sentença (no caso, a SELIC).
Enfim, podemos observar então que tanto a sentença quanto o acórdão do Rio Grande do Sul destoam da jurisprudência dominante do E. STJ, já apaziguada no julgamento do REsp nº 1470720/RS, a que ora destaco:
RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA N. 284/STF. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. VERBAS RECEBIDAS ACUMULADAMENTE. REGIME DE COMPETÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. FACDT. SELIC. 1. Não merece conhecimento o recurso especial que aponta violação ao art. 535, do CPC, sem, na própria peça, individualizar o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão ocorridas no acórdão proferido pela Corte de Origem, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula n. 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". 2. O valor do imposto de renda, apurado pelo regime de competência e em valores originais, deve ser corrigido, até a data da retenção na fonte sobre a totalidade de verba acumulada, pelo mesmo fator de atualização monetária dos valores recebidos acumuladamente (em ação trabalhista, como no caso, o FACDT - fator de atualização e conversão dos débitos trabalhistas). A taxa SELIC, como índice único de correção monetária do indébito, incidirá somente após a data da retenção indevida. 3. Sistemática que não implica violação ao art. 13, da Lei n. 9.065/95, ao art. 61, §3º, da Lei n. 9.430/96, ao art. 8º, I, da Lei n. 9.250/95, ou ao art. 39, §4º, da Lei n. 9.250/95, posto que se refere à equalização das bases de cálculo do imposto de renda apurados pelo regime de competência e pelo regime de caixa e não à mora, seja do contribuinte, seja do Fisco. 4. Tema julgado para efeito do art. 543-C, do CPC: "Até a data da retenção na fonte, a correção do IR apurado e em valores originais deve ser feita sobre a totalidade da verba acumulada e pelo mesmo fator de atualização monetária dos valores recebidos acumuladamente, sendo que, em ação trabalhista, o critério utilizado para tanto é o FACDT". 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. ..EMEN:
(RESP 201401828460, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - PRIMEIRA SEÇÃO, DJE DATA:18/12/2014 ..DTPB:.)
Ante o exposto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Pedido, para determinar a adequação do julgado ao precedente do E. STJ (REsp nº 1470720/RS), julgado sob a sistemática dos representativos de controvérsia, especialmente para que sejam observadas a tese de que após a retenção indevida do IR passe a incidir a taxa SELIC, como índice único de correção monetária do indébito.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 17 de Agosto de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PARCIAL PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5008402-85.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JUVÊNCIO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: PEDRO INÁCIO VON AMELN FERREIRA E SILVA
OAB: RS-69 018
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. TURMA RECURSAL QUE APLICA, COMO REGRA GERAL, A ISENÇÃO. DISSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DO E. STJ (RESP N. 1.089.720/RS) E DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO PARA FIM DE DETERMINAR O JUÍZO DE ADEQUAÇÃO DO JULGADO (ART. 9º, X, DO RI/TNU).
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela UNIÃO FEDERAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária de Porto Alegre.
Na vertente, a Turma Recursal de origem entendeu que não incide imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de verbas recebidas judicialmente, considerando a sua natureza indenizatória.
A UNIÃO FEDERAL sustenta no seu Pedido de Uniformização que a decisão atacada diverge da jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS), ocasião na qual ficou assentado que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória, recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso em tela, é reconhecida a natureza salarial dos valores recebidos judicial e administrativamente, sendo, portanto, exigível o imposto de renda incidente sobre os juros moratórios.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
O Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.089.720/RS, relativo à incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista, fixou o entendimento abaixo destacado e que vem sendo seguido por esta Turma Nacional de Uniformização (ex. vi.., PEDILEF 50059551820144047200, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329; PEDILEF 50040163720134047200, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 15/04/2015 PÁGINAS 172/329; PEDILEF 50061243920134047200, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 24/04/2015 PÁGINAS 140/162).
REsp nº. 1.089.720/RS:
Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).
Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).
Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.
O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.
Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".
Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item "3", subsistindo a isenção decorrente do item "4" exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.
Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal) (REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 28/11/2012).
Neste caso em concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento de verbas atrasadas de benefício previdenciário em decorrência de ação judicial, logo, a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que implicaria, a princípio (pela regra geral), a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial.
Ocorre, porém, que na hipótese de os proventos de aposentadoria recaírem em alguma regra de isenção de imposto de renda (tal como aquelas previstas no art. 6º, da Lei 7.713/88, ou então, representarem valor mensal não tributável (pela tabela de incidência mensal do imposto), os juros moratórios decorrentes também não devem sofrer a incidência do IRPF pela aplicação da segunda exceção prevista pelo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

E. STJ: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".
Isso posto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente manejado pela União Federal/Fazenda Nacional para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem a fim de adequar o julgado de acordo com as premissas jurídicas acima fixadas, especialmente quanto às regras de isenção do Imposto de Renda sobre juros de mora delineadas no REsp nº. 1.089.720/RS (ART. 9º, X, do RI/TNU).
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 17 de agosto de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PARCIAL PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator
PROCESSO: 5008441-52.2014.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RUTE BARBOSA LACERDA
PROC./ADV.: IMELDA MARTINI
OAB: RS 37.382
PROC./ADV.: LUANA MARTINI CENTENO
OAB: RS-59841
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. INCIDE O FATOR PREVIDENCIÁRIO NO CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL (PEDILEF n. 0501512-65.2015.4.05.8307, rel. Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler). ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NO ÂMBITO DA TURMA NACIONAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal em que foi negado provimento ao recurso inominado, mantendo a sentença de Primeiro Grau no bojo da qual foi julgado improcedente pedido de revisão visando à exclusão do fator previdenciário de RMI de Aposentadoria.
Argumenta a parte Autora que não incide o fator previdenciário no cálculo da Renda Mensal Inicial para fim de concessão de Aposentadoria ao Professor, dada a sua natureza especial.
É o relatório.
A matéria discutida no presente Incidente de Uniformização teve o exame concluído na sessão de 20.10.2016, em sede de Representativo de Controvérsia nos PEDILEF n. 0501512-65.2015.4.05.8307, rel. Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler, oportunidade em que este Colegiado, à unanimidade, pacificou entendimento no sentido oposto à tese defendida pela parte recorrente, nos termos seguintes:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA, SALVO QUANDO O SEGURADO CUMPRIU OS REQUISITOS PARA APOSENTAÇÃO ANTERIORMENTE À EDIÇÃO DA LEI N. 9.876/99. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
- Trata-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de acórdão proferido por Turma Recursal que deu provimento ao recurso autoral, julgando procedente o pedido para afastar a incidência do fator previdenciário da aposentadoria de professor.
- Sustenta que "(...) A discussão constitucional trazida no presente recurso é muito simples: se por opção do legislador constituinte a aposentadoria de professor não é especial, no sentido de considerar as atividades que a ensejam como penosas, insalubres ou perigosas, uma vez que desde a Emenda Constitucional nº 18/81 o labor como professor passou a ser considerado como de tempo comum, ensejando apenas aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que com redução no número mínimo de anos exigido, sendo-lhe aplicável, portanto, o fator previdenciário (...)". Para demonstrar a divergência, aponta julgado desta TNU (PEDILEF 50052947020134047104), bem como do STJ: "Apesar das peculiaridades e regras próprias na legislação, a aposentadoria de professor não é especial, no sentido de considerar as atividades que a ensejam como penosas, insalubres ou perigosas, uma vez que desde a Emenda Constitucional nº 18/81 o labor como professor passou a ser considerado como de tempo comum, ensejando apenas aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que com redução no número mínimo de anos exigido, sendo-lhe aplicável, portanto, o fator previdenciário, a teor do art. 29, I da Lei 8.213/91." (STJ, 2ª Turma, AgRg no AREsp 477.607-PR, Rel. Herman Benjamin, j. 22/04/2014, DJE 18/06/2014).
Pois bem.
- O entendimento consagrado por esta Corte, por ocasião do julgamento do PEFILEF 5008433-18.2013.4.04.7205, era o de que não incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria do professor (espécie 57), salvo se lhe for mais benéfico, in verbis:
"(...)17.A aposentadoria de professor, assim, por tratar-se de benefício concedido com tempo de contribuição também reduzido, comporta tratamento similar ao conferido pela LC 142/2013 no tocante ao fator previdenciário, cuja aplicação está autorizada somente quando seu resultado for superior à unidade (fator previdenciário positivo). 18. Meu voto, portanto, conhece e dá provimento ao pedido de uniformização interposto pela parte autora, firmando o entendimento de que o fator previdenciário não pode ser aplicado quando importar redução do valor da renda mensal inicial da aposentadoria em funções de magistério, sob pena de anular o benefício previsto constitucionalmente. (...)".
- A TNU vinha mantendo tal entendimento de forma reiterada, como se pode ver nos seguintes julgados: PEDILEF 5010858-18.2013.4.04.7205, DOU 10/07/2015, Rel. Juiz Federal João Batista Lazzari; PEDILEF 50093226920134047205, DJ 03/07/2015, Rel. Juiz Federal Daniel Machado da Rocha; PEDILEF 0504450-76.2014.4.05.8401, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, sessão de junho/2016.
- Porém, em contrariedade à posição da TNU, o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo - alterando o posicionamento anteriormente adotado naquela Egrégia Corte - que incide o fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço do professor quando o segurado não possuir tempo suficiente para concessão do benefício anteriormente à edição da Lei n. 9.876/99 (que introduziu o Fator Previdenciário). Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. O agravo regimental objetiva reconsiderar decisão que negou provimento ao recurso especial oriundo de ação ajuizada em face do INSS, objetivando a revisão de aposentadoria de professor, para que fosse afastada a utilização do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial.
2. Conforme asseverado na decisão agravada, incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição de professor quando a segurada não tiver tempo suficiente para a concessão do benefício anteriormente à edição da Lei 9.876, de 1999, como no presente caso, conforme asseverado pelo Tribunal a quo.
3. Agravo regimental não provido. (Ag Rg no REsp 1527888 / RS, Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 09/11/2015).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE DE PROFESSOR. INCIDÊNCIA.
1. "Incide o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de serviço de professor quando a segurada não tiver tempo suficiente para a concessão do benefício anteriormente à edição da Lei 9.876, de 1999, como no presente caso, conforme asseverado pelo Tribunal a quo."(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.490.380/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 16/6/2015).
2. Decisão mantida. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no REsp 1481976 / RS, Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, Ministro OG FERNANDES).
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA DE PROFESSOR. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA.
1. À luz do Decreto 53.831/64 (Quadro Anexo, Item 2.1.4), a atividade de professor era considerada penosa, situação modificada com a entrada em vigor da Emenda Constitucional 18/81 e, consequentemente, das alterações constitucionais posteriores, porquanto o desempenho da atividade deixou de ser considerada especial para ser uma regra "excepcional", diferenciada, na qual demanda um tempo de serviço menor em relação a outras atividades, desde que se comprove o exclusivo trabalho nessa condição.
2. A atividade de professor não é especial em si, para fins de seu enquadramento na espécie "aposentadoria especial" a que alude o art. 57 da Lei n. 8.213/91, mas regra diferenciada para a aposentadoria que exige o seu cumprimento integral, o que afasta seu enquadramento às disposições do inciso II do art. 29 do mesmo diploma, que não prevê a utilização do fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício.
3. Amoldando-se a aposentadoria do professor naquelas descritas no inciso I, "c", inafastável o fator previdenciário, incidência corroborada ainda pelas disposições do § 9º do art. 29 da Lei de Benefícios, em que foram estabelecidos acréscimos temporais para minorar o impacto da fórmula de cálculo sobre o regime diferenciado dos professores.
4. Eventual não incidência do fator previdenciário sobre a aposentadoria de professor somente é possível caso o implemento dos requisitos para o gozo do benefício tenha se efetivado anteriormente à edição da Lei n. 9.897/99. EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.490.380/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 16/06/2015. Recurso especial improvido. (REsp 1423286 / RS, Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 01/09/2015 RIOBTP vol. 316 p. 171).
- Desse modo, percebe-se que o entendimento que tem prevalecido no Superior Tribunal de Justiça é o de que deve haver a incidência do Fator Previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço de professor, salvo se o segurado tiver cumprido os requisitos para aposentação em data anterior à Lei que o instituiu, não havendo que se falar em inconstitucionalidade do art. 2° da Lei n. 9.876/99.
- Oportuno destacar que o C. Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que a Lei n° 9.876/99, na parte em que alterou o art. 29 da Lei n° 8.213/91, não afronta os preceitos constitucionais:
EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL: CÁLCULO DO BENEFÍCIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 9.876, DE 26.11.1999, OU, AO MENOS, DO RESPECTIVO ART. 2º (NA PARTE EM QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ART. 29, 'CAPUT', INCISOS E PARÁGRAFOS DA LEI Nº 8.213/91, BEM COMO DE SEU ART. 3º. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI, POR VIOLAÇÃO AO ART. 65, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DE QUE SEUS ARTIGOS 2º (NA PARTE REFERIDA) E 3º IMPLICAM INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, POR AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, XXXVI, E 201, §§ 1º E 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E AO ART. 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15.12.1998. MEDIDA CAUTELAR.
(...)
2. Quanto à alegação de inconstitucionalidade material do art. 2o da Lei nº 9.876/99, na parte em que deu nova redação ao art. 29, 'caput', incisos e parágrafos, da Lei nº 8.213/91, a um primeiro exame, parecem corretas as objeções da Presidência da República e do Congresso Nacional. É que o art. 201, §§ 1o e 7o, da C.F., com a redação dada pela E.C. nº 20, de 15.12.1998, cuidaram apenas, no que aqui interessa, dos requisitos para a obtenção do benefício da aposentadoria. No que tange ao montante do benefício, ou seja, quanto aos proventos da aposentadoria, propriamente ditos, a Constituição Federal de 5.10.1988, em seu texto originário, dele cuidava no art. 202. O texto atual da Constituição, porém, com o advento da E.C. nº 20/98, já não trata dessa matéria, que, assim, fica remetida 'aos termos da lei', a que se referem o 'caput' e o § 7o do novo art. 201. Ora, se a Constituição, em seu texto em vigor, já não trata do cálculo do montante do benefício da aposentadoria, ou melhor, dos respectivos proventos, não pode ter sido violada pelo art. 2o da Lei nº 9.876, de 26.11.1999, que, dando nova redação ao art. 29 da Lei nº 8.213/91, cuidou exatamente disso. E em cumprimento, aliás, ao 'caput' e ao parágrafo 7o do novo art. 201.
3. Aliás, com essa nova redação, não deixaram de ser adotados, na Lei, critérios destinados a preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, como determinado no 'caput' do novo art. 201. O equilíbrio financeiro é o previsto no orçamento geral da União. E o equilíbrio atuarial foi buscado, pela Lei, com critérios relacionados com a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, com o tempo de contribuição e com a idade, até esse momento, e, ainda, com a alíquota de contribuição correspondente a 0,31.
4. Fica, pois, indeferida a medida cautelar de suspensão do art. 2º da Lei nº 9.876/99, na parte em que deu nova redação ao art. 29, 'caput', incisos e parágrafos, da Lei nº 8.213/91.
5. Também não parece caracterizada violação do inciso XXXVI do art. 5º da C.F., pelo art. 3o da Lei impugnada. É que se trata, aí, de norma de transição, para os que, filiados à Previdência Social até o dia anterior ao da publicação da Lei, só depois vieram ou vierem a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.
6. Enfim, a Ação Direta de Inconstitucionalidade não é conhecida, no ponto em que impugna toda a Lei nº 9.876/99, ao argumento de inconstitucionalidade formal (art. 65, parágrafo único, da Constituição Federal). É conhecida, porém, quanto à impugnação dos artigos 2º (na parte em que deu nova redação ao art. 29, seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.213/91) e 3º daquele diploma. Mas, nessa parte, resta indeferida a medida cautelar. (STF, Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2111/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Sydney Sanches, j. 16/03/00, por maioria, D.J. 5/12/03).
- Outrossim, já se decidiu que a discussão em torno da incidência, ou não, do fator previdenciário reveste-se de natureza infraconstitucional e que caso houvesse real ofensa à ordem constitucional, esta se daria somente de forma indireta ou reflexa. Confira-se:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. FATOR PREVIDENCIÁRIO. LEI 9.876/1999. CONSTITUCIONALIDADE. ADI 2.111-MC/DF. APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES. CÁLCULO DO MONTANTE DEVIDO. APLICAÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO.
I - O Plenário desta Corte, no julgamento da ADI 2.111-MC/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, entendeu constitucional o fator previdenciário previsto no art. 29, caput, incisos e parágrafos, da Lei 8.213/1991, com redação dada pelo art. 2º da Lei 9.876/1999.
II - Naquela oportunidade, o Tribunal afirmou, ainda, que a matéria atinente ao cálculo do montante do benefício previdenciário já não possui disciplina constitucional. Por essa razão, a utilização do fator previdenciário, previsto na Lei 9.876/1999, no cálculo do valor devido à recorrente a título de aposentadoria, não implica qualquer ofensa à Carta Magna. De fato, por ser matéria remetida à disciplina exclusivamente infraconstitucional, a suposta violação do Texto Maior se daria de forma meramente reflexa, circunstância que torna inviável o recurso extraordinário.
III - Agravo regimental improvido" (ARE 702.764-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 4.12.2012) .
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROFESSOR. FATOR PREVIDENCIÁRIO. INCIDÊNCIA. QUESTÃO QUE DEMANDA ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA.
1. A incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial do benefício de aposentadoria especial de professor, quando sub judice a controvérsia, revela uma violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. Precedentes: AI 689.879-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 26/9/2012 e o ARE 702.764-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 4/12/2012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. In casu, o acórdão recorrido manteve a sentença, por seus próprios fundamentos, a qual dispôs: "A aposentadoria dos professores não se confunde com a aposentadoria especial prevista no regime geral de previdência social. As normas constitucionais e infraconstitucionais existentes, no caso dos professores, tratam apenas de aposentadoria por tempo de serviço de caráter excepcional, assim como faz também, por exemplo, com a aposentadoria por idade do segurado especial. Verifica-se, assim, que a lei compensa, com o acréscimo de cinco anos para o professor e de dez anos para a professora, as reduções de tempo de contribuição em relação à aposentadoria comum, com trinta e cinco anos. Portanto, tendo a lei tratado as peculiaridades das diferentes aposentadorias de forma diversa, de modo a corrigir as distorções que poderiam ser causadas pela aplicação pura e simples do fator previdenciário, não sendo punido com a aplicação de um fator maior aquele professor ou professora que exercer seu direito de aposentadoria com tempo reduzido em relação aos demais trabalhadores, não foi ferido o princípio isonômico".
3. Agravo regimental DESPROVIDO.
(ARE-AgR 718275, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. em 8.10.2013)
- Destarte, e justamente por estar se decidindo em sede de representativo de controvérsia, é o momento adequado para a TNU revisitar e superar a sua jurisprudência anterior, a fim de alinhar-se ao entendimento atual do STJ.
- Em face de todo o exposto, ressalvado o posicionamento pessoal deste relator, deve-se dar PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente de Uniformização para, revendo posicionamento anterior desta Corte, firmar o entendimento de que incide o fator previdenciário na aposentadoria por tempo de serviço do professor quando o segurado não possuir tempo suficiente para concessão do benefício anteriormente à edição da Lei n. 9.876/99 (que introduziu o Fator Previdenciário). Aplica-se a Questão de Ordem n.º 20 da TNU a fim de que o processo retorne à Turma Recursal de origem para que promova a adequação do julgado ao entendimento ora firmado."
Tratando-se este recurso da mesma matéria e estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência pacificada no âmbito deste Colegiado, demonstra-se inviável o Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora.
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do Pedido de Uniformização Jurisprudencial.
Honorários advocatícios e custas processuais tratados no acórdão recorrido (art. 55, Lei n. 9.099/1995).
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5009159-07.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NADIR BEATRIZ BOONE
PROC./ADV.: MARISA DE ALMEIDA RAUBER
OAB: SC-27068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, § 3º, LEI 8.213/91. ATIVIDADE RURAL OU URBANA ANTES DO REQUISITO ETÁRIO OU REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INDIFERENÇA. CÔMPUTO DO TEMPO RURAL ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 8.213/91, PARA FINS DE CARÊNCIA, INDEPEDENTEMENTE DE RECOLHIMENTOS. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO STJ E TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU.
1. Ação ajuizada em face do INSS, buscando a autora a concessão de aposentadoria por idade, na forma híbrida (art. 48, § 3º, Lei 8.213/91).
2. Sentença de improcedência do pedido, com a seguinte fundamentação:
'Veja-se: o benefício é dirigido 'aos trabalhadores rurais' mencionados no § 1º do art. 48, que não satisfaçam o disposto no § 2º do mesmo artigo, mas que consigam atender tal requisito com a consideração de períodos de contribuição sob outras categorias de segurado. Para estes, a aposentadoria por idade rural passa a ter critérios um tanto menos vantajosos, qual seja, a impossibilidade de consideração de idade reduzida, mas, de outro lado, passa a considerar a possibilidade de cálculo de salário de benefício, na forma do §4º que, eventualmente, pode ser mais vantajoso. Ou seja: o benefício tem natureza rural e exige que a carência, ou o requisito que o substitui, cumprida com períodos de atividade urbana e rural, corresponda ao período imediatamente anterior ao requerimento do benefício (ou implemento do requisito etário). Não há, pois, possibilidade de reconhecimento do direito ao benefício quando o exercício de atividades urbanas e rurais não corresponder ao período de 180 meses imediatamente anterior ao cumprimento do requisito etário ou à apresentação do requerimento administrativo. Repito que o propósito das novas regras é a proteção do trabalhador que se alterna entre atividades urbanas e rurais, e não daquele que esteve afastado do trabalho por longas décadas. Assim, justificada a exigência da imediatidade ou não descontinuidade do tempo (rural e urbano).
(...)
No caso dos autos, a Autora pretende computar período remoto em que exerceu atividade rural, com a finalidade de preencher a carência e fazer jus, assim, ao benefício perseguido. Nos termos, então, do que se considerou acima, conclui-se que quando o § 2º do art. 48 da Lei nº 8.213-91, redação dada pela Lei nº 11.718-08, permite a comprovação do efetivo exercício de atividade rural de forma descontínua não autoriza que a carência seja totalizada com a soma de período remoto, como pretende a Autora. O que a legislação permite é que, entre um e outro período de trabalho rural, se façam presentes interregnos de exercício de atividade urbana ou ausência de trabalho remunerado. Não é o caso, pois entre o período alegadamente laborado no meio rural e o reinício da atividade urbana transcorreram muitos anos'.
3. O acórdão manteve a improcedência do pedido, mas pelo seguinte fundamento:
'A Turma (5011970-68.2012.404.7201) já rejeitou pretensão similar (obtenção de aposentadoria por idade urbana com o cômputo de tempo de serviço rural para fins de carência). Neste sentido são os precedentes da TRU (5001020-79.2012.404.7110) e a respeito do tema a TNU editou a Súmula n. 24: 'O tempo de serviço do segurado trabalhador rural anterior ao advento da Lei nº 8.213/91, sem o recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, §2º, da Lei nº 8.213/91'. Portanto, a sentença deve ser mantida, embora por fundamento diverso'.
4. Assim, a parte autora interpôs o presente incidente de uniformização, alegando dissonância com o entendimento da 4ª Turma Recursal de São Paulo (processo 0016055-28.2005.4.03.6306), no sentido de que devido o benefício buscado, mesmo se não comprovado trabalho rural no período imediatamente anterior à idade ou ao requerimento.
5. Conheço do incidente, verificando atendidos os requisitos fixados no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001.
6. Com razão a recorrente. Além do paradigma citado, a matéria restou pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e desta TNU, como segue:
'PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA HÍBRIDA POR IDADE. ART. 48, § 3º, DA LEI N. 8213/91. EXEGESE. MESCLA DOS PERÍODOS DE TRABALHO URBANO E RURAL. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL NO MOMENTO QUE ANTECEDE O REQUERIMENTO. DESNECESSIDADE. CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO RURAL ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI N. 8.213/91 PARA FINS DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. 1. A Lei 11.718/2008, ao alterar o art. 48 da Lei 8.213/91, conferiu ao segurado o direito à aposentadoria híbrida por idade, possibilitando que, na apuração do tempo de serviço, seja realizada a soma dos lapsos temporais de trabalho rural com o urbano. 2. Para fins do aludido benefício, em que é considerado no cálculo tanto o tempo de serviço urbano quanto o de serviço rural, é irrelevante a natureza do trabalho exercido no momento anterior ao requerimento da aposentadoria. 3. O tempo de serviço rural anterior ao advento da Lei n. 8.213/91 pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições. 4. O cálculo do benefício ocorrerá na forma do disposto no inciso II do caput do art. 29 da Lei n. 8.213/91, sendo que, nas competências em que foi exercido o labor rurícola sem o recolhimento de contribuições, o valor a integrar o período básico de cálculo - PBC será o limite mínimo de salário-de-contribuição da Previdência Social. 5. A idade mínima para essa modalidade de benefício é a mesma exigida para a aposentadoria do trabalhador urbano, ou seja, 65 anos para o homem e 60 anos para a mulher, portanto, sem a redução de 5 anos a que faria jus o trabalhador exclusivamente rurícola. 6. Recurso especial improvido'. (RESP 201402093744, STJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 08/10/2015 RIOBTP VOL.:00318 PG:00146).
'PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. CARÊNCIA. MOMENTO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO. LABOR URBANO OU RURAL. INDIFERENÇA. CONTRIBUIÇÃO SOBRE TEMPO RURAL. DESNECESSIDADE. 1. Esta Segunda Turma firmou entendimento segundo o qual "seja qual for a predominância do labor misto no período de carência ou o tipo de trabalho exercido no momento do implemento do requisito etário ou do requerimento administrativo, o trabalhador tem direito a se aposentar com as idades citadas no § 3º do art. 48 da Lei n. 8.213/1991, desde que cumprida a carência com a utilização de labor urbano ou rural. Por outro lado, se a carência foi cumprida exclusivamente como trabalhador urbano, sob esse regime o segurado será aposentado (caput do art. 48), o que vale também para o labor exclusivamente rurícola (§§ 1º e 2º da Lei n. 8.213/1991)." REsp 1.407.613/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 28/11/2014. 2. Do mesmo modo, "se os arts. 26, III, e 39, I, da Lei n. 8.213/1991 dispensam o recolhimento de contribuições para fins de aposentadoria por idade rural, exigindo apenas a comprovação do labor campesino, tal situação deve ser considerada para fins do cômputo da carência prevista no art. 48, § 3º, da Lei n. 8.213/1991, não sendo, portanto, exigível o recolhimento das contribuições." (idem, ibidem) 3. Mantida a decisão por seus próprios fundamentos. 4. Agravo regimental a que se nega provimento'. (AGRESP 201402258624, STJ, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA DJE 27/05/2015)
'PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, §§ 3º e 4º, DA LEI 8.213/1991. TRABALHO URBANO E RURAL NO PERÍODO DE CARÊNCIA. REQUISITO. LABOR CAMPESINO NO MOMENTO DE IMPLEMENTAR O REQUISITO ETÁRIO OU O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA AFASTADA. CONTRIBUIÇÕES. TRABALHO RURAL. 1. O INSS interpôs Recurso Especial aduzindo que a parte ora recorrida não se enquadra na aposentadoria por idade prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/1991, pois no momento de implementar o requisito etário ou o requerimento administrativo era trabalhadora urbana, sendo a citada norma dirigida a trabalhadores rurais. Aduz ainda que o tempo de serviço rural anterior à Lei 8.213/1991 não pode ser computado como carência. 2. O § 3º do art. 48 da Lei 8.213/1991 (com a redação dada pela Lei 11.718/2008) dispõe: "§ 3o Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher." 3. Do contexto da Lei de Benefícios da Previdência Social se constata que a inovação legislativa trazida pela Lei 11.718/2008 criou forma de aposentação por idade híbrida de regimes de trabalho, contemplando aqueles trabalhadores rurais que migraram temporária ou definitivamente para o meio urbano e que não têm período de carência suficiente para a aposentadoria prevista para os trabalhadores urbanos (caput do art. 48 da Lei 8.213/1991) e para os rurais (§§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.213/1991). 4. Como expressamente previsto em lei, a aposentadoria por idade urbana exige a idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para mulher, além de contribuição pelo período de carência exigido. Já para os trabalhadores exclusivamente rurais, a idade é reduzida em cinco anos e o requisito da carência restringe-se ao efetivo trabalho rural (art. 39, I, e 143 da Lei 8.213/1991). 5. A Lei 11.718/2008, ao incluir a previsão dos §§ 3º e 4º no art. 48 da Lei 8.213/1991, abrigou, como já referido, aqueles trabalhadores rurais que passaram a exercer temporária ou permanentemente períodos em atividade urbana, já que antes da inovação legislativa o mesmo segurado se encontrava num paradoxo jurídico de desamparo previdenciário: ao atingir idade avançada, não podia receber a aposentadoria rural porque exerceu trabalho urbano e não tinha como desfrutar da aposentadoria urbana em razão de o curto período laboral não preencher o período de carência. 6. Sob o ponto de vista do princípio da dignidade da pessoa humana, a inovação trazida pela Lei 11.718/2008 consubstancia a correção de distorção da cobertura previdenciária: a situação daqueles segurados rurais que, com a crescente absorção da força de trabalho campesina pela cidade, passam a exercer atividade laborais diferentes das lides do campo, especialmente quanto ao tratamento previdenciário. 7. Assim, a denominada aposentadoria por idade híbrida ou mista (art. 48, §§ 3º e 4º, da Lei 8.213/1991) aponta para um horizonte de equilíbrio entre a evolução das relações sociais e o Direito, o que ampara aqueles que efetivamente trabalharam e repercute, por conseguinte, na redução dos conflitos submetidos ao Poder Judiciário. 8. Essa nova possibilidade de aposentadoria por idade não representa desequilíbrio atuarial, pois, além de exigir idade mínima equivalente à aposentadoria por idade urbana (superior em cinco anos à aposentadoria rural), conta com lapsos de contribuição direta do segurado que a aposentadoria por idade rural não exige. 9. Para o sistema previdenciário, o retorno contributivo é maior na aposentadoria por idade híbrida do que se o mesmo segurado permanecesse exercendo atividade exclusivamente rural, em vez de migrar para o meio urbano, o que representará, por certo, expressão jurídica de amparo das situações de êxodo rural, já que, até então, esse fenômeno culminava em severa restrição de direitos previdenciários aos trabalhadores rurais. 10. Tal constatação é fortalecida pela conclusão de que o disposto no art. 48, §§ 3º e 4º, da Lei 8.213/1991 materializa a previsão constitucional da uniformidade e equivalência entre os benefícios destinados às populações rurais e urbanas (art. 194, II, da CF), o que torna irrelevante a preponderância de atividade urbana ou rural para definir a aplicabilidade da inovação legal aqui analisada. 11. Assim, seja qual for a predominância do labor misto no período de carência ou o tipo de trabalho exercido no momento do implemento do requisito etário ou do requerimento administrativo, o trabalhador tem direito a se aposentar com as idades citadas no § 3º do art. 48 da Lei 8.213/1991, desde que cumprida a carência com a utilização de labor urbano ou rural. Por outro lado, se a carência foi cumprida exclusivamente como trabalhador urbano, sob esse regime o segurado será aposentado (caput do art. 48), o que vale também para o labor exclusivamente rurícola (§§1º e 2º da Lei 8.213/1991). 12. Na mesma linha do que aqui preceituado: REsp 1.376.479/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, Julgado em 4.9.2014, pendente de publicação. 13. Observando-se a conjugação de regimes jurídicos de aposentadoria por idade no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/1991, denota-se que cada qual deve ser observado de acordo com as respectivas regras. 14. Se os arts. 26, III, e 39, I, da Lei 8.213/1991 dispensam o recolhimento de contribuições para fins de aposentadoria por idade rural, exigindo apenas a comprovação do labor campesino, tal situação deve ser considerada para fins do cômputo da carência prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/1991, não sendo, portanto, exigível o recolhimento das contribuições. 15. Agravo Regimental não provido'. (AGRESP 201402965800, STJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 06/04/2015).
'DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA MISTA OU HÍBRIDA. CONTAGEM DE TEMPO RURAL PARA APOSENTADORIA URBANA. APLICAÇÃO EXTENSIVA DO ATUAL DO ARTIGO 48, § 3º E 4O. DA LEI DE BENEFÍCIOS. DIRETRIZ FIXADA PELA SEGUNDA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNA DE JUSTIÇA NO RECURSO ESPECIAL 1.407.613. ISONOMIA DO TRABALHADOR RURAL COM O URBANO. APOSENTADORIA POR IDADE NA FORMA HÍBRIDA PERMITIDA TAMBÉM PARA O URBANO QUANDO HOUVER, ALÉM DA IDADE, CUMPRIDO A CARÊNCIA EXIGIDA COM CONSIDERAÇÃO DOS PERÍODOS DE TRABALHO RURAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. (...) 7. Quanto ao mérito, tenho que a mais recente diretriz hermenêutica da Segunda Turma do C. STJ, fixada nos autos do Recurso Especial 1407613, da Relatoria do Min. Herman Benjamin (julgado em 14.10.2014) deu nova configuração à tese tratada nestes autos. Com efeito, esta Turma Nacional, em precedentes vários, havia entendido que a regra constante no art. 48 artigo 48, parágrafos 3º. e 4º., da Lei de Benefícios de Previdência possuía "mão única", sendo devida apenas para o trabalhador rural. 7.1. Desse modo, se o trabalhador fosse urbano, não faria jus o beneficiário ao favor legis. Com efeito, esta Turma Nacional de Uniformização, ao julgar os Pedidos de Uniformização n. 2008.50.51.001295-0 (Rel. Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros) e 5001211-58.2012.4.04.7102 (Rel. Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo), procedendo a uma interpretação sistemática

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dos artigos 48 e 55 da Lei 8.213/91, decidiu que a Lei 11.718/2008 apenas autorizou ao trabalhador rural utilizar as contribuições recolhidas para o regime urbano para fins de cumprimento da carência para aposentadoria por idade rural. Por outro lado, o trabalhador urbano não pode se utilizar de período rural para o preenchimento de carência com vistas à aposentadoria por idade urbana. 8. Entretanto, foi justamente essa a tese que veio a ser rechaçada pelo STJ no julgamento ora referido. Verbis: "o trabalhador tem direito a se aposentar por idade, na forma híbrida, quando atinge 65 anos (homens) ou 60 (mulheres), desde que tenha cumprido a carência exigida com a consideração dos períodos urbano e rural. Nesse caso, não faz diferença se ele está ou não exercendo atividade rural no momento em que completa a idade ou apresenta o requerimento administrativo, nem o tipo de trabalho predominante". 8.1. Segundo o em. Ministro Relator, efetivamente, "… o que define o regime jurídico da aposentadoria é o trabalho exercido no período de carência: se exclusivamente rural ou urbano, será respectivamente aposentadoria por idade rural ou urbana; se de natureza mista, o regime será o do artigo 48, parágrafos 3º. e 4º, da Lei 8.213, independentemente de a atividade urbana ser a preponderante no período de carência ou a vigente quando do implemento da idade". 8.2. Desse modo, o que decidiu a Corte Federal foi que a denominada aposentação por idade híbrida de regimes de trabalho, instituída pela Lei 11.718/08 contempla tanto os trabalhadores rurais que migraram da cidade para o campo, como o contrário (aqueles que saíram do campo e foram para a cidade). Isso porque, seja por amor ao postulado da isonomia, vez que a ratio é a mesma como ainda ante o fato de que, em sendo postulada aposentadoria urbana, de toda forma estar-se-á valorizando aquele que, muito ou pouco, contribuiu para o sistema. 9. Ante o exposto, conheço e dou provimento ao pedido de uniformização, para julgar procedente o pedido formulado na petição inicial (itens "A" e "B"). Sem honorários, por se tratar de recorrente vencedor. (PEDILEF 50009573320124047214, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, DOU 19/12/2014 PÁGINAS 277/424)

7. Em face do exposto, CONHEÇO E DOU PARCIAL PROVIMENTO ao incidente para, com fulcro na Questão de Ordem 20 desta TNU, anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para adequação ao seguinte entendimento: (a) a Lei n.º 11.718/2008, ao alterar o art. 48 da Lei n.º 8.213/91, conferiu ao segurado o direito à aposentadoria híbrida por idade, possibilitando, na apuração do tempo de serviço, a soma dos lapsos temporais de trabalho rural com o urbano; (b) para fins do aludido benefício, irrelevante a natureza do trabalho exercido no momento anterior ao cumprimento da idade mínima ou requerimento da aposentadoria (rural ou urbano); e (c) o tempo de serviço rural anterior ao advento da Lei n. 8.213/91 pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização - CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora. Prejudicado o Incidente de Uniformização.

BRASÍLIA/DF, 14 de setembro de 2016.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5010670-19.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MAGDA ORTIZ
PROC./ADV.: CLÁUDIO DORNELES DA SILVA
OAB: RS-54 799
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSIONISTA. LIMITE MÁXIMO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. ART. 14, § 3º, MP Nº 2.215-10/2001. APLICAÇÃO AOS PENSIONISTAS MILITARES. LIMITE DE 70% DOS PROVENTOS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Trata-se de incidente de uniformização interposto pela União contra acórdão da 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que reconheceu o direito da parte autora de majorar a sua margem consignável junto ao Ministério do Exército, de 30% para 70%, em igualdade de condições com os militares ativos e inativos, nos termos previstos na legislação de regência.

Alega a recorrente, em suma, que não existe ilegalidade no impedimento da União à elevação da margem consignável e que a Portaria nº 014-SEF/2011 não excedeu o seu limite de regulamentar a MP nº 2215-10/2001, porquanto tratou apenas de adequar a regulamentação da matéria, no âmbito do Exército, à legislação efetivamente aplicável aos pensionistas. Cita precedentes das Turmas Recursais do Rio de Janeiro e de Sergipe.

Com contrarrazões e após ter sido admitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, vieram os autos distribuídos a este Relator.

É o breve relatório.

Tenho por demonstrada a divergência.

A questão controversa já foi debatida por esta Colegiado, no julgamento do PEDILEF nº 50059466920134047110 (Relator Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DOU de 23/01/2015, p. 68/160), cuja ementa restou lavrada nos seguintes termos:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSIONISTA. LIMITE MÁXIMO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. ART. 14, § 3º, MP Nº 2.215-10/2001. APLICAÇÃO AOS PENSIONISTAS MILITARES. LIMITE DE 70% DOS PROVENTOS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela União, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido para reconhecer o direito de pensionista militar à utilização de margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos.

2. O aresto combatido reconheceu o direito à utilização de margem consignável no limite de 70% da remuneração do militar/pensionista, sob o entendimento de que assim há expressa previsão legal, contida no art. 14, § 3º, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001, motivo pelo qual a Portaria nº 014/2011 da Secretaria de Economia e Finanças do Exército brasileiro afrontou o dispositivo legal, ao limitar a margem consignável a 30% da remuneração de pensionista militar.

3. A União sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados paradigmas, que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam que a margem consignável para nas pensões militares é de até 30% da remuneração, nos termos do que disposto na Lei nº 1.046/50.

4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido."

5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

6. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

7. Explico:

8. No acórdão recorrido, a Turma Recursal do Rio Grande do Sul, mantendo a sentença, entendeu ser o caso do deferimento do pedido, para reconhecer o direito de pensionista militar à utilização de margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos, sob o seguinte fundamento:

"Pois bem, se o art. 14, § 3º, da MP 2.215-10/2001 estabelece que, aplicados os descontos, o militar não pode receber quantia inferior a 30% da sua remuneração ou proventos, infere-se, a contrario sensu, que ele pode comprometer até 70% de seus vencimentos com descontos obrigatórios ou autorizados.

Logo, não poderia um ato infralegal, nomeadamente a Portaria nº 14-SEF, de 06 de outubro de 2011, restringir os descontos autorizados dos pensionistas ao máximo de 30% da pensão (art. 8º, IV). Trata-se de disposição ilegal, por contrariar os ditames da medida provisória que trata do tema.

Trata-se de disposição não apenas ilegal, mas também anti-isonômica, porque se destina apenas aos pensionistas, não abrangendo os militares ativos e inativos, cujos descontos podem atingir até 70% (setenta por cento) da sua remuneração ou proventos (art. 8º, I).

Reputo, portanto, merecer guarida o pleito de majoração da margem consignável para o limite de 70% da pensão militar da parte autora, incluídos nesse percentual os descontos obrigatórios".

9. Nos casos paradigmas (4ª TR/RJ, Processo nº 0129555-43.4.02.5167/01; TR/SE, Processo nº 0503558-98.2013.4.05.8500), se decidiu que o limite para utilização de comprometimento de pensão militar com empréstimos consignados é de até 30% da remuneração, sob os entendimentos, em síntese, de que a legislação aplicável aos pensionistas militares é a Lei nº 1.046/50 (que estabelece o limite de 30%), considerando os precedentes, quanto à MP 2.215-10/2011, que esta não é aplicável aos pensionistas por destinar-se exclusivamente aos militares (julgado da TR/SE) ou por, coexistindo com a Lei nº 1.046/50, caber a aplicação da legislação anterior, em interpretação "sistemática" das leis.

10. Portanto, há a similitude fática e jurídica a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/margem consignável prevista na MP 2.215-10/2001) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido, entendeu-se aplicável aos pensionistas militares a norma legal questionada; nos paradigmas, entendeu-se aplicável apenas aos militares.

11. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

12. Como visto, a questão controversa centra-se na definição da aplicabilidade, ou não, aos pensionistas militares, do limite da margem consignável previsto na Medida Provisória nº 2.215-10/2001, que estabelece, ao tratar dos descontos na remuneração/proventos do militar, que "na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos" (art. 14, § 3º).

13. Sendo mais específico, a questão centra-se na definição de qual o regramento legal sobre a disponibilidade dos pensionistas militares acerca dos seus proventos, para fins de celebração de empréstimo com consignação em folha de pagamento.

14. De início, é de se afastar a aplicação da Lei nº 10.820/2003, considerando-se que destinada exclusivamente a "empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT", o que não é o caso dos autos.

15. Também entendo inaplicável ao caso os dispositivos da Lei nº 8.112/90, posto que destinada aos servidores públicos civis federais.

16. Por outro lado, dispondo sobre a consignação em folha de pagamento, há dispositivo legal específico disciplinando a matéria no âmbito da Administração Pública, qual seja, a Lei nº 1.046/50, que definiu aqueles que podem consignar:

"Art. 4º Poderão consignar em fôlha: (Vide Lei nº 5.725, de 1971)
I - Funcionários públicos ou extranumerários, mensalistas, diaristas, contratados e tarefeiros;
II - Militares do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
III - Juízes, membros do Ministério Público e serventuários da Justiça;
IV - Senadores e Deputados;
V - Servidos e segurados ou associados de autarquias, sociedades de economia mista, ernprêsas concessionárias de serviços de utilidade pública, ou inucorporada ao patrimônio público;
VI - Associados e servidores de cooperativas de consumo, com fins beneficentes, legalmente constituídas;
VII - Servidores civis aposentados, e militares reformados, ou da reserva remunerada;
VIII - Pensionistas civis e militares" (grifei).

17. Por sua vez, a Medida Provisória nº 2.215-10/2001, dispondo sobre a reestruturação dos militares das Forças Armadas, estatuiu:

"Art. 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.
§ 1o Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.
§ 2o Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.
§ 3o Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos."

18. A resolução da controvérsia passa, a meu sentir, em um primeiro momento, pela solução de questão de natureza intertemporal e de prevalência entre leis, relativamente à aplicabilidade da Lei nº 1.046/50 e da MP 2.215-10/2001 em relação aos militares e seus pensionistas, para, em seguida, abordar-se questão referente a uma exegese quanto àquilo que não restou declarado expressamente na MP 2.215-10/2001.

19. Em outras palavras, impõe-se inicialmente definir-se se, no caso concreto, incide a Lei nº 1.046/50 ou a MP 2.215-10/2001.

20. Sobre o tema, entendo que, versando a Lei 1.046/50 sobre consignação em pagamento no âmbito da Administração Pública (que não só a Federal), portanto, disciplinando um leque abrangente de servidores públicos, não prevalece sobre a MP 2.215-10/2001, em razão de este novel diploma legal possuir natureza específica em relação aos militares.

21. Portanto, no que se refere à consignação em folha de pagamento envolvendo os militares das Forças Armadas brasileiras, entendo que a Lei nº 1.046/50 foi derrogada pela MP 2.215-10/2001, cujos dispositivos devem prevalecer ao se tratar da matéria, como é o caso dos autos, em que a parte-autora é pensionista de militar do Exército nacional.

22. Tal conclusão nos conduz ao segundo ponto controverso: se a MP 2.215-10/2001, ao tratar da consignação em pagamento relativamente aos militares, alcançou os seus pensionistas.

23. Adianto a conclusão no sentido afirmativo.

24. Neste contexto, observe-se que as Pensões Militares têm regramento específico (Lei nº 3.765/60), que nada dispôs acerca dos descontos incidentes sobre o benefício, silêncio, pois, natural, no sentido de que às pensões militares (ante a sua natureza acessória em relação à remuneração do instituidor) aplica-se, na omissão do estatuto específico, aquilo que foi estabelecido relativamente ao militar, agente instituidor do benefício da pensão.

25. A pensão militar está tão umbilicalmente associada à remuneração do militar que a instituiu que, além de guardar total equivalência de valores com a remuneração ou proventos do militar (art. 15 da Lei nº 3.765/60), uma mesma norma legal (a multicitada MP 2.215-01/2001) tratou simultaneamente da reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas e promoveu diversas alterações na própria Lei nº 3.765/60, de modo que resta indubitável que o legislador quis dar tratamento semelhante aos dois institutos (a remuneração do instituidor e a pensão por morte dela decorrente).

26. O fato de a Lei nº 3.765/60 não tratar dos descontos nos benefícios de pensão por morte decorre da circunstância de que a norma se preocupou em regular apenas aquilo que era próprio do benefício, deixando os elementos que são comuns à remuneração/proventos do militar e à pensão militar para serem tratados no regramento geral (MP 2.215-10/2001 e Lei 6.880/80/Estatuto dos Militares).

27. Acresça-se que, ainda que se entendesse que o disposto na MP 2.215-10/2001 destina-se exclusivamente aos militares (e não às pensões militares), ainda assim, estaria a questão quanto aos descontos sobre a pensão carente de regramento, de modo que a referida medida provisória seria aplicada por analogia, em face da já citada sintonia entre a remuneração do militar e pensão dela decorrente.

28. Note-se que, sendo a pensão militar equivalente à remuneração do militar (cf. o art. 15 da Lei nº 3.765/60), não há razão a justificar o tratamento diferenciado entre o militar e o seu pensionista, cujos benefícios, ontologicamente analisados, são semelhantes.

29. Isto porque sendo os benefícios equivalentes (a exceção de parcelas próprias da atividade militar, como diárias, transporte, auxílio-alimentação), tem-se que as parcelas majoritárias e permanentes do militar (soldo e adicionais) compõem os proventos do pensionista (art. 15 da Lei nº 3.765/60 c/c art. 10 da MP 2.215-10/2001), de modo que não há que se falar em maior proteção ao pensionista (por receber valor inferior), posto que, como já citado acima, a pensão e os proventos do militar são equivalentes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

30. Consigne-se que mesmo a circunstância de o militar não receber na inatividade remuneração igual à da atividade não afasta o raciocínio defendido neste voto, uma vez que o militar na inatividade tem o limite consignável de 70% dos seus proventos, e sendo estes iguais à pensão militar, não há que se falar em tratamento diferenciado, posto que prevalece na hipótese o princípio da isonomia (art. 5º da CF/88).
31. Neste contexto, analisando-se o tratamento dado aos servidores públicos federais civis pela legislação de regência, afigura-se como insustentável o tratamento diferenciado entre o militar e seu pensionista, no que se refere ao tema ora em questão.
32. Isto porque, no que se refere ao servidor público civil federal, a consignação em folha de pagamento limita-se a 30% da respectiva remuneração, não fazendo distinção entre servidor público ativo, inativo e pensionista (art. 8º c/c art. 2º, III, do Decreto nº 6.386/2008, que regulamentou o art. 45 da Lei nº 8.112/90).
33. Ora, se o pensionista de servidor público civil federal, que não recebe a integralidade da remuneração do instituidor (art. 40, § 7º, I e II, da CF/88, com a redação dada pela EC nº 41/2003), não tem maior proteção que o instituidor, não há como entender-se que, para o pensionista militar, que possui rendimentos equivalentes ao militar, não se iguala a margem consignável, pela aplicação do disposto no art. 14, § 3º, da MP 2.215-10/2001.
34. Acresça-se que, tratando-se de matéria afeita à livre disposição de vontade do cidadão e ao intervencionismo estatal em sua esfera privada, entendo que a interpretação da norma deve ser feita de forma a equilibrar a finalidade protetiva aos rendimentos de natureza alimentar e a livre disposição da vontade, o que, no caso, pelas razões acima apontadas, conduz à prevalência da liberdade do pensionista em utilizar até 70% da remuneração em descontos obrigatórios e facultativos.
35. Pelo que acima foi exposto, é de concluir pela ilegalidade da restrição contida na Portaria 014/2011/SEF, do Exército brasileiro, por extrapolar o poder regulamentador da Administração Pública, ao estabelecer restrição aos pensionistas militares em afronta ao direito que lhes assiste na Medida Provisória nº 2.215-10/2001 de utilização do limite máximo de 70% de seus proventos para fins de descontos obrigatórios e facultativos, prevalecendo aqueles sobre estes.
36. Nestes termos, impõe-se o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência, pela ocorrência da divergência, negando-se, porém, provimento ao recurso da União, para firmar a tese de que aos pensionistas militares é garantido o direito previsto no art. 14, § 3º, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001 de utilização do limite máximo de 70% de seus proventos para fins de descontos obrigatórios e facultativos.
Nesse mesmo sentido encaminhou-se a decisão no julgamento dos incidentes de uniformização de nºs 5005663-46.2013.4.04.7110, de relatoria do Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebelo, e 5007134-97.2013.4.04.7110, de relatoria do Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá, ambos julgados em 11/12/2014.
Dessa forma, o incidente de uniformização não merece provimento, haja vista que o acórdão impugnado encontra-se em conformidade com o entendimento uniformizado por esta Turma Nacional.
Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de março de 2016.

GERSON LUIZ ROCHA
Juiz Relator

PROCESSO: 5014593-83.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GAUDENCIO DE OLIVEIRA
OAB: PR-40 255
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS. TURMA RECURSAL QUE APLICA, COMO REGRA GERAL, A ISENÇÃO. DISSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DO E. STJ (RESP N. 1.089.720/RS) E DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO PARA FIM DE DETERMINAR O JUÍZO DE ADEQUAÇÃO DO JULGADO (ART. 9º, X, DO RI/TNU).
VOTO
Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional suscitado pela UNIÃO FEDERAL, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná.
Na vertente, a Turma Recursal de origem entendeu que não incide imposto de renda sobre juros de mora, considerando a sua natureza indenizatória.
A UNIÃO FEDERAL sustenta no seu Pedido de Uniformização que o acórdão guerreado merece ser modificado porque contraria frontalmente a jurisprudência recente do e. Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros de mora têm caráter acessório, podendo ter em sua essência, ora o caráter indenizatório, ora o caráter remuneratório, tudo a depender da natureza jurídica da verba tida por principal. Juntou precedentes da Corte Cidadã nesse sentido.
Relatei. Passo a proferir o VOTO.
O Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.089.720/RS, relativo à incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora decorrentes do pagamento de atrasados à parte autora em ação trabalhista, fixou o entendimento abaixo destacado e que vem sendo seguido por esta Turma Nacional de Uniformização (ex. vi.., PEDILEF 50059551820144047200, JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329; PEDILEF 50040163720134047200, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 15/04/2015 PÁGINAS 172/329; PEDILEF 50061243920134047200, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 24/04/2015 PÁGINAS 140/162).
REsp nº. 1.089.720/RS:
Regra geral: incide o IRPF sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.506/64, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas, apesar de sua natureza indenizatória reconhecida pelo mesmo dispositivo legal (matéria ainda não pacificada em recurso representativo da controvérsia).
Primeira exceção: são isentos de IRPF os juros de mora quando pagos no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não. Isto é, quando o trabalhador perde o emprego, os juros de mora incidentes sobre as verbas remuneratórias ou indenizatórias que lhe são pagas são isentos de imposto de renda. A isenção é circunstancial para proteger o trabalhador em uma situação sócio-econômica desfavorável (perda do emprego), daí a incidência do art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88. Nesse sentido, quando reconhecidos em reclamatória trabalhista, não basta haver a ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias (matéria já pacificada no recurso representativo da controvérsia REsp. n.º 1.227.133 - RS, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Rel .p/acórdão Min. Cesar Asfor Rocha, julgado em 28.9.2011).
Nem todas as reclamatórias trabalhistas discutem verbas de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, ali podem ser discutidas outras verbas ou haver o contexto de continuidade do vínculo empregatício. A discussão exclusiva de verbas dissociadas do fim do vínculo empregatício exclui a incidência do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88.
O fator determinante para ocorrer a isenção do art. 6º, inciso V, da Lei n. 7.713/88 é haver a perda do emprego e a fixação das verbas respectivas, em juízo ou fora dele. Ocorrendo isso, a isenção abarca tanto os juros incidentes sobre as verbas indenizatórias e remuneratórias quanto os juros incidentes sobre as verbas não isentas.
Segunda exceção: são isentos do imposto de renda os juros de mora incidentes sobre verba principal isenta ou fora do campo de incidência do IR, mesmo quando pagos fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância em que não há perda do emprego), consoante a regra do "accessorium sequitur suum principale".
Em que pese haver nos autos verbas reconhecidas em reclamatória trabalhista, não restou demonstrado que o foram no contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho (circunstância de perda do emprego). Sendo assim, é inaplicável a isenção apontada no item "3", subsistindo a isenção decorrente do item "4" exclusivamente quanto às verbas do FGTS e respectiva correção monetária FADT que, consoante o art. 28 e parágrafo único, da Lei n. 8.036/90, são isentas.
Quadro para o caso concreto onde não houve rescisão do contrato de trabalho: Principal: Horas-extras (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre horas-extras (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: Décimo-terceiro salário (verba remuneratória não isenta) = Incide imposto de renda; Acessório: Juros de mora sobre décimo-terceiro salário (lucros cessantes não isentos) = Incide imposto de renda; Principal: FGTS (verba remuneratória isenta) = Isento do imposto de renda (art. 28, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90); Acessório: Juros de mora sobre o FGTS (lucros cessantes) = Isento do imposto de renda (acessório segue o principal) (REsp 1089720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 28/11/2012).
Neste caso em concreto, a Turma Recursal de origem entendeu que os juros moratórios possuem natureza indenizatória. Vê-se, pois, que o Colegiado do Paraná aplicou, como regra geral, a isenção, o que está em rota de colisão com a atual jurisprudência sufragada pelo E. STJ, conforme observamos acima.
Isso posto, VOTO no sentido de CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Incidente manejado pela União Federal/Fazenda Nacional para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem a fim de adequar o julgado de acordo com as premissas jurídicas acima fixadas, especialmente quanto às regras de isenção do Imposto de Renda sobre juros de mora delineadas no REsp nº. 1.089.720/RS (ART. 9º, X, do RI/TNU).
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 17 de Agosto de 2016.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, CONHECEU e DEU PARCIAL PROVIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

WILSON WITZEL
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5016300-92.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OTAVIO NELSON
PROC./ADV.: MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO
OAB: PR-15263
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXILIO DOENÇA - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que ao contrário do lançado no acórdão guerreado, está incapaz para o labor e faz jus ao benefício, mesmo que o laudo pericial judicial tenha se firmado em sentido contrário. O incidente não foi admitido na origem.
2. Verifico que o recorrente, não concordando com o laudo pericial judicial, pretende desqualificar tal prova, a ponto de que em uma nova análise do pleito, lhe seja concedido o beneficio previdenciário postulado.
Logo, conhecer o pleito de uniformização, implicaria, necessariamente, a análise de que a data contida no laudo pericial como sendo o termo inicial da incapacidade não estaria correto à luz das provas dos autos, ou seja, nova análise do conteúdo probatório, o que é vedado pela Súmula 42 desta Corte.
3. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5030726-49.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDECIR MARTINS DA SILVA
PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES
OAB: PR-19887
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA APRESENTADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. FRENTISTA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DESCONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA TNU. PEDILEF Nº 5003257-62.2012.4.04.7118. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora em face de acórdão que deixou de reconhecer a especialidade das atividades de frentista, enxugador de veículos e lubrificador, desempenhadas nos períodos de 001/06/1998 a 05/02/1999, 09/09/1999 a 20/03/2000, 01/02/2001 a 30/11/2002 e 01/09/2003 a 27/05/2010.
2. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado pela Turma Recursal do Distrito Federal (406243320084013) e da 2ª Turma Recursal de São Paulo (0010675-87.2006.403.6306).
3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU por força de agravo.
4. Do acórdão recorrido, que se utiliza dos fundamentos da sentença, salutar fazer referência ao excerto reproduzido a seguir:
"(...) Quanto aos períodos de 01/06/1998 a 05/02/1999, 09/09/1999 a 20/03/2000 e 01/02/2001 a 30/11/2002, laborados no Auto Posto Rosane Ltda, verifico que também não se enquadram como especiais.
Em primeiro lugar, registro que não são coincidentes os períodos registrados no CNIS (evento 26, PROCADM1, fls. 14-15), com base nos quais foram elaboradas a petição inicial do autor (evento 1, INIC1) e a petição apresentada no evento 41 dos autos (PET1), e os períodos anotados na CTPS (evento 1, CTPS13-16), que embasaram a emissão dos formulários de atividade especial (evento 1, FORM26-27; evento 26, PROCADM1, fls. 35-36). Os primeiros são os que constam na inicial do autor: 01/06/1998 a 05/02/1999, 09/09/1999 a 20/03/2000 e 01/02/2001 a 30/11/2002. Já na CTPS e nos formulários constam os períodos de 01/09/1994 a 11/02/1998 e 01/02/2001 a 30/11/2002. O último desses períodos (01/02/2001 a 30/11/2002) é o único que coincide em todos os documentos.
De qualquer modo, relativamente aos períodos questionados na ação, nenhum deles se enquadraria mesmo como especial, pois o laudo da empresa (evento 41, LAU4) registra exposição meramente intermitente aos agentes nocivos indicados nos formulários (vapores de gasolina, óleo diesel, óleo mineral e óleo vegetal). Destarte, considerando que a Lei 9.032/95 passou a exigir o requisito da permanência para que se enquadre a atividade como especial para fins previdenciários, e observado que os períodos são posteriores à referida lei, então não é autorizado o enquadramento.
Por fim, quanto ao período de 01/09/2003 a 27/05/2010 (Auto Posto e Transportes Luso Ltda), observo que o formulário PPP do autor informa que ele estava exposto a combustíveis e a óleos para lubrificação de veículos. Também foi apresentado pelo autor o laudo técnico do Auto Posto Luso (evento 41, LAU3), o qual registra a exposição do trabalhador a vapores de hidrocarbonetos (gasolina,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

óleo, graxa), a álcool combustível e a óleo lubrificante, todavia, o laudo não conclui se essa exposição era causa de insalubridade do ambiente de trabalho. Ademais, há informação na fl. 8 do laudo de que a exposição era apenas intermitente para a atividade do autor (lubrificador de veículos).
Portanto, não comprovado que realmente era insalubre o ambiente de trabalho do autor, e muito menos o grau da insalubridade e a permanência da exposição aos agentes nocivos, conclui-se pelo descabimento da pretensão de enquadrar como especial o período de 01/09/2003 a 27/05/2010.
Assim, entre o(s) período(s) vindicado(s) pelo(a) autor(a), enquadra(m)-se como
especial(is) e deve(m) ser convertido(s) para comum o(s) interregno(s) de 01/03/1974 a 19/10/1974, 01/01/1975 a 21/03/1975, 01/06/1975 a 16/12/1979, 01/07/1980 a 13/05/1982, 02/08/1982 a 31/05/1984, 01/07/1984 a 11/01/1986, 02/05/1986 a 26/02/1987, 02/05/1987 a 09/05/1988, 10/05/1988 a 31/12/1992 e 01/01/1993 a 06/01/1994.
Nesse contexto, mantenho a sentença por seus próprios fundamentos, uma vez que não é possível a mera conversão dos períodos posteriores à edição do Decreto nº 2.172/97 (05/03/1997), o que somente se demonstra viável caso haja o reconhecimento da nocividade da atividade desempenhada com exposição a hidrocarbonetos, mediante a comprovação da efetiva exposição a agentes em níveis prejudiciais à saúde e à integridade física, entendimento este que já foi aplicado ao caso em concreto, de forma acertada.
Como os documentos juntados aos autos não comprovação a efetiva avaliação quantitativa do risco, inviável a conversão pretendida de período posterior a 05/03/1997.
Não merece reparo, portanto, a decisão recorrida".
5. Impende reconhecer que a tese firmada no acórdão objurgado encontra-se em rota de colisão com o entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização, nos termos adiante:
"No caso dos autos, aplicando-se a mesma razão levada em conta pelo STJ para reconhecer a atividade de eletricista como perigosa, tem lugar o disposto no mesmo inciso I do art. 193 da CLT, que considera como atividade ou operação perigosa a exposição permanente do trabalhador a produtos "inflamáveis ou explosivos", em franca abrangência à atividade de frentista. 30. Não há razão para dar-se tratamento diferenciado a hipóteses equiparáveis, posto que, tanto no que se refere à eletricidade quanto ao trabalho como frentista, tem-se que configuram hipóteses reconhecidas como perigosas/insalubres pela "legislação correlata", condição pontuada pelo STJ como suficiente à declaração de especialidade da atividade laborativa". (PEDILEF nº 50032576220124047118, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, julgado em 11/12/2015, DOU de 05/02/2016, p. 221/329).
6. Em face do exposto, tem-se que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser conhecido e provido, para, nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU, anular o acórdão impugnado e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, para fins de examinar a causa com a adequação do julgado ao entendimento da TNU, conforme a premissa jurídica ora fixada.
7. Por efeito, voto no sentido de CONHECER E DAR PROVIMENTO AO INCIDENTE.
Brasília/DF, 21 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, EM CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pelo INSS, e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 21 de julho de 2016.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator
PROCESSO: 5038638-20.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HAMILTON SANTOS SILVEIRA
PROC./ADV.: BRENNER PEREIRA FERRÃO
OAB: RS-79817
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES
EMENTA

TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. GACEN. NATUREZA REMUNERATÓRIA RECONHECIDA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O VALOR DA PARCELA INCORPORÁVEL. DESEMBOLSO EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DO TRABALHO. NÃO INCIDÊNCIA. ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 4º, § 1º, INCISO VII, DA LEI N. 10.887/2004. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO DESCONSTITUÍDO PARA SE AJUSTAR À JURISPRUDÊNCIA DO COLEGIADO NACIONAL.
RELATÓRIO
Trata-se de PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA interposto pela parte Autora, insurgindo-se contra Acórdão proferido por Turma Recursal no bojo da qual foi julgado improcedente o pedido autoral visando ao reconhecimento da não incidência de Contribuição Previdenciária sobre o valor recebido como Gratificação de Atividade de Combate a Endemias - GACEN, com a repetição dos valores recolhidos sob esse título, devidamente atualizados.
Argumenta a parte Autora que a GACEN não tem natureza remuneratória, mas indenizatória, em decorrência do que não sofre a incidência de contribuição previdenciária.
É o relatório.
Nos termos do art. 14, caput, da Lei n. 10.250/2001, "caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questão de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei", sendo que "o pedido fundado em divergência de turmas de diferentes Regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgada por Turma de Uniformização, integrada por Juízes de Turma Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal" (§ 2º).
A Resolução CJF n. 345/2015 (RITNU), por sua vez, no art. 6º, incisos II e III, que, no ponto, nada inovou quanto ao regramento dado ao tema pelo Regimento Interno substituído, consigna que "compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material: I- fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões; II- em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização; ou III- em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade a Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização".
A matéria trata no Incidente de Uniformização ora sob exame se encontra pacificada no âmbito desta Turma Nacional, que vem reiteradamente reconhecendo a natureza remuneratória da vantagem pecuniária identificada como GACEN, em decorrência do que sobre o seu respectivo valor não sofre a incidência de Contribuição Previdenciária, em decorrência de isenção (renúncia fiscal) prevista no art. 4º, § 1º, VII, da Lei n. 10.887/2004 (ressalva do entendimento pessoal deste Relator, mas apenas quanto à fundamentação, no sentido de que há incidência tributária, porém renúncia fiscal por força da isenção de que trata essa norma legal), por entender o Colegiado que seu pagamento ocorre indistintamente em decorrência do local de trabalho, conforme se pode aferir a partir do seguinte aresto:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. REAFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO PEDILEF N. 0006275-98.2010.4.01.3000. NÃO INCIDE A CONCITRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (PSS) SOBRE A TOTALIDADE DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN), INSTITUÍDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA N. 431/2008, CONVERTIDA NA LEI N. 11.784/2008, EM RAZÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA QUE SE RECONHECE COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, § 1º, VII, DA LEI N. 10.887/2004, QUE EXCLUI DA BASE DA CONTRIBUIÇÃO 'AS PERCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM DECORRÊNCIA DO LOCAL DE TRABALHO'. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DA TNU. QO 12 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO" (PEDILEF n. 0505582-65.2014.4.05.8500, rel. Juiz Federal Wilson José Witzel, rel. p/ o acórdão Juiz Federal Gerson Luiz Rocha, j. 16.06.2016).
No mesmo sentido: PEDILEFs n. 0514681-68.2014.4.05.8400, 5000740-88.2015.4.04.7115, 0503168-94.2014.4.05.8500 , entre outros.
Assim, é de se concluir que o acórdão se encontra em linha de colisão contra a jurisprudência pacífica desta Turma Nacional, em decorrência do que o presente Incidente de Uniformização se demonstra viável, merecendo ser acolhido para o fim de retorno dos autos para a necessária adequação.
Diante do exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao Pedido de Uniformização, desconstituindo o acórdão recorrido, com retorno dos autos para adequação à jurisprudência desta Turma Nacional, dada a necessidade de aferição e liquidação do provimento quanto aos valores a serem repetidos pela parte Ré (Questão de Ordem n. 20).
Tese reafirmada: A gratificação GACEN tem natureza remuneratória, em decorrência do que sobre seu valor não incide contribuição previdenciária, em virtude de isenção fiscal/renúncia fiscal prevista no art. 4º, § 1º, VII, da Lei n. 10.887/2004, por entender o Colegiado que seu pagamento ocorre indistintamente em decorrência do local de trabalho.
Sem honorários advocatícios e custas processuais.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator
PROCESSO: 5051042-74.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ABEL MANOEL FRANCISCO
PROC./ADV.: FABIANE HOLZMEIER
OAB: RS-45673
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA
EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. QUESTÃO NÃO RESOLVIDA EXPRESSAMENTE NO ATO ADMINISTRATIVO QUE APRECIOU O PEDIDO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Quarta Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que manteve a sentença proferida, a qual reconheceu a decadência do direito de revisar o seu benefício, mediante o cômputo dos períodos de 14/06/1971 a 18/11/1974 e de 18/11/1974 a 23/12/1980, laborados sob condições especiais.
Sustenta, em síntese, o afastamento da decadência e que o pleito de revisão formulado na esfera administrativa interrompe o prazo prescricional.
Invoca paradigma desta TNU (processo n.º 20075160003313-6) e a Súmula n.º 085 do STJ.
2. O Min. Presidente desta TNU encaminhou os autos para melhor exame.
3. No julgamento do RE n.º 626.489, nossa Suprema Corte, em sede de repercussão geral, considerou constitucional a fixação de um prazo decadencial para o ato de revisão da concessão de benefício previdenciário, decidindo, entretanto, que inexiste tal prazo decadencial para a sua concessão:
RECURSO EXTRAODINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 626489 / SE, Tribunal Pleno, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe-184, DIVULG 22/09/2014, PUBLIC 23/09/2014) (grifei)
Portanto, afirmou o STF que não há inconstitucionalidade na criação de um prazo decadencial para a revisão dos benefícios já concedidos e que a decadência não integra o espectro de pressupostos e de condições para a concessão do benefício, sendo um elemento externo à prestação previdenciária (alcançando, dessa forma, somente a pretensão de rever o benefício). Segundo o entendimento fixado neste voto, há que se efetuar uma distinção entre o direito ao benefício, que é imprescritível, e o direito à renda, bem assim restou fixado o início do prazo decadencial para os benefícios concedidos antes da MP n.º 1.523/97 (dia 01 de agosto de 1997). Registro, ainda, por uma questão de transparência, que existe um precedente do STF da relatoria do Ministro Marco Aurélio, contrário à tese defendida por este relator, no Recurso Extraordinário n.º 845.209 / PR, no qual restou afirmado pelo relator, em face da alegação de que "o prazo decadencial não impede o reconhecimento do novo tempo de serviço ou de contribuição ainda não analisado na via administrativa", que "descabe a diferenciação pleiteada pelo embargante, visto que o precedente evocado não excepcionou qualquer situação de revisão da regra da decadência".
Nada obstante, a maior parte dos recursos que versam sobre a definição da incidência do prazo decadencial de dez anos, nas situações em que não houve análise do pedido quando da concessão do benefício, têm sido rejeitados pelo STF com base no argumento de não ser cabível o recurso extraordinário. Segundo esta linha de raciocínio, para ultrapassar o entendimento do acórdão atacado acerca das situações abrangidas pela norma do artigo 103, caput, da Lei n.º 8.213/91, seria necessário o reexame da norma do mencionado dispositivo legal. Considerando que não houve um exame aprofundado da matéria no ARE 845209, bem como a existência de embargos de declaração no RE 626489, entendo que devem ser observadas as orientações do STJ, responsável pela definição da interpretação que deve ser seguida, quando se trata de lei federal, bem como a jurisprudência consolidada desta Turma Nacional de Uniformização.
Como nem todos os aspectos foram examinados no RE 626489, considero importante destacar algumas orientações do STJ sobre a aplicação do prazo decadencial:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL DESERTO. BENEFICIÁRIO DA AJG. DESNECESSIDADE DE NOVA COMPROVAÇÃO. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA RECONSIDERADA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. ART. 103 DA ALEI N. 8.213/91.DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA NÃO DISCUTIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. 1. A Segunda Turma desta Corte, em decisão unânime, firmou entendimento no sentido de que "a decadência prevista no artigo 103 da Lei 8.213/91 não alcança questões que não restaram resolvidas no ato administrativo que apreciou o pedido de concessão do benefício. Isso pelo simples fato de que, como o prazo decadencial limita a possibilidade de controle de legalidade do ato administrativo, não pode atingir aquilo que não foi objeto de apreciação pela Administração" (AgRg no REsp 1.407.710/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA). 2. Não opera decadência, abarcada pelo art. 103 da Lei n. 8.213/91, em relação ao direito não apreciado no processo administrativo, sobre o qual incide apenas o prazo prescricional. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg no AREsp 598206 / PR, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 11/05/2015) (grifei)
PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO NEGADO PELO INSS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. O direito à concessão de benefício do Regime Geral da Previdência Social ou benefício assistencial da LOAS pode ser exercido a qualquer tempo, não havendo que se falar em prescrição do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

fundo de direito quando negado na via administrativa. Precedentes: AgRg no REsp 1471798/PB, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 06/10/2014; AgRg no AREsp 364.526/CE, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 28/08/2014; AgRg no AREsp 493.997/PR, Rel.Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 336.322/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 08/04/2015) (grifei)
(...) REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL.CÔMPUTO DE TEMPO RURAL. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA NÃO APRECIADO PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA QUANDO CONCEDIDO O BENEFÍCIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO SEGURADO REJEITADOS. (...) 2. É possível afirmar que por ato de concessão deve ser entendida toda matéria relativa aos requisitos e critérios de cálculo do benefício submetida ao INSS no requerimento do benefício, do que pode resultar o deferimento ou indeferimento do pleito. 3. No presente caso, a pretensão veiculada consiste na revisão da renda mensal inicial do benefício em razão de tempo rural não computado, tema não apreciado pela Administração. Por isso não há falar em decadência. (...) (EDcl no REsp 1429312/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2 T., DJe 03/09/2015)
Do conjunto destas manifestações do STF e do STJ sobre a decadência, podemos extrair as seguintes premissas:
(a) mostra-se constitucional a instituição de um prazo decadencial para a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, a incidir, inclusive, sobre os benefícios já concedidos (RE n.º 626.489, Pleno do STF, repercussão geral);
(b) o prazo decadencial não atinge o ato de concessão de benefício previdenciário (RE n.º 626.589, Pleno do STF, repercussão geral); e
(c) quanto aos processos em que a análise versa sobre matéria de fato (reconhecimento de tempo especial e/ou rural, por exemplo), não tendo sido a questão jurídica decidida quando da concessão do benefício, não ocorre a decadência para essa questão. Aliás, este inclusive é o teor da Súmula 81 da TNU: "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
A hipótese em tela espelha o item (c) supra, porquanto busca a parte autora o reconhecimento de tempo especial, não tendo sido tal pleito objeto de análise expressa pelo INSS no ato de indeferimento.
4. Em face do exposto, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora merece ser provido, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de origem para adequar o julgado ao seguinte entendimento: de que, quanto aos processos em que a análise versa sobre matéria de fato (reconhecimento de tempo especial e/ou rural, por exemplo), não tendo sido a questão jurídica decidida quando da concessão do benefício, não ocorre a decadência para essa questão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de junho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5065562-77.2014.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LEONARDO MARTINEZ
PROC./ADV.: JOSÉ EDUARDO QUINTAS DE MELLO
OAB: PR-24695
PROC./ADV.: ZENIMARA RUTHES CARDOSO
OAB: PR-32694
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL - PORTADOR DE HIV - DISCORDANCIA COM O LAUDO - SÚMULA 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pela parte autora em que sustenta que o laudo pericial não reflete a realidade de sua patologia, fazendo jus ao benefício previdenciário postulado.
O incidente não foi admitido na origem.
2. Verifico que o acórdão guerreado, embora tenha ido de encontro à pretensão autoral, cumpriu o determinado na Súmula 78 desta C. Uniformizadora, eis que analisou a questão de ser portador do vírus HIV à luz das suas condições pessoais, tanto que consignou a possibilidade de retornar ao mercado de trabalho na sua profissão habitual, ou seja, pedreiro.
Desta feita, o aceite e processamento do presente recurso implicaria, necessariamente, revolver o conteúdo probatório à luz da Súmula 78 e concluir de forma distinta, ou seja, que a patologia que acomete o demandante, no caso concreto, impediria o desempenho de atividade laboral, ainda que o laudo pericial técnico afirme em sentido oposto. Importante consignar aqui que a vedação da reanálise do conteúdo probatório em sede de pleito de uniformização da jurisprudência, foi uma opção do legislador, cabendo a este Julgador apenas seguir a Lei.
3. Ante o exposto, ante à vedação da Súmula 42 da TNU, tenho por acertada a decisão de origem e NÃO CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização.
É COMO VOTO

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

RONALDO JOSÉ DA SILVA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5082047-46.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MAYKEL DE OLIVEIRA ANUNCIAÇÃO
PROC./ADV.: JULIA CAROLINA LONGHI KOSCIUK
OAB: RS-76 632
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL INADMITIDO. PREVIDENCIÁRIO. EXAME DE MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. A parte autora interpõe agravo contra decisão, proferida pela MMª. Juíza Federal Presidente das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação da Legislação Federal, porque o requerimento, nele veiculado, versava sobre matéria processual, o que não se ajusta às hipóteses de cabimento do Pedido de Uniformização (enunciado n. 43 da súmula da jurisprudência da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
2. Nas suas razões recursais, a parte autora afirma que o acórdão, prolatado em julgamento de recurso inominado, diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no Agravo de Instrumento n. 1160527/RJ). Aduz que a 4ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul denegou a segurança e julgou improcedente pedido para revogação da decisão proferida nos autos do processo n. 5011072-65.2011.4.04.7112, que determinou o processamento do recurso inominado interposto pelo INSS contra sentença que julgara procedente pedido para concessão de pensão por morte, muito embora o INSS não tenha reiterado os termos do recurso após a prolação de sentença de embargos de declaração. Sustenta que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a ciência da decisão e a renúncia ao prazo são incompatíveis com o direito de recorrer.
3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
4. Em juízo de admissibilidade, observo que a matéria tratada no incidente é eminentemente processual, uma vez que o acórdão prolatado, em julgamento de recurso inominado, denegou a segurança e julgou improcedente pedido para substituição da decisão proferida nos autos do processo n. 5011072-65.2011.4.04.7112, que determinou o processamento do recurso inominado interposto pelo INSS contra sentença que julgara procedente pedido para concessão de pensão por morte, sob o fundamento de inocorrência do trânsito em julgado da sentença. A propósito, transcrevo trechos da sentença e do voto-ementa do julgado:
Vistos, etc.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Maykel de Oliveira Anunciação contra decisão judicial proferida nos autos do processo originário, a qual determinou a tramitação do recurso inominado interposto pelo INSS, antes não examinado, e tornou sem efeito todos os atos posteriores ao recurso interposto.
O pedido liminar foi indeferido.
O MPF opinou pela concessão da segurança.
É o breve relato.
Decido.
Em cognição sumária, a liminar foi assim indeferida:
Trata-se de mandado de segurança impetrado contra a seguinte decisão proferida nos autos principais:
Compulsando os autos, verifico que no evento 74 o INSS interpôs Recurso Inominado, porém o recurso não foi analisado. Dessa forma, torno sem efeito todos os atos posteriores ao recurso. Determino a intimação da parte autora para que apresente contrarrazões ao recurso do evento 74, no prazo de 10 (dez) dias. Após, remeta-se o processo à Turma Recursal. Fica ciente a parte autora de que os valores recebidos no feito dependem de confirmação da Turma Recursal. Assim, dependendo da decisão os valores recebidos serão indevidos, tendo que ser devolvidos.
Alega a parte que o INSS não reiterou os termos do recurso após o julgamento dos embargos de declaração, razão por que a decisão proferida pela magistrada é ilegal.
Ocorre que, após a sentença que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte aos autores, o INSS interpôs recurso ordinário que ainda está pendente de julgamento.
Sendo assim, é evidente que não ocorreu ainda o trânsito em julgado da referida decisão, sendo nula qualquer determinação em sentido diverso. Por tais motivos, entendo ausente a verossimilhança do direito alegado, razão por que indefiro a liminar postulada.
Não vislumbro motivos para modificar o entendimento anterior, em razão disso indefiro o pedido postulado."
5. Posto isso, voto pelo não conhecimento do PEDILEF, de acordo com o enunciado n. 43, da súmula da jurisprudência da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO veiculado pela parte autora, nos termos do voto/ementa do Relator.
Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501636-22.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ANA TERESA DOS SANTOS ARAÚJO
PROC./ADV.: THYEGO RODRIGO PASSOS COSTA
OAB: SE-6606
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SEGURO DEFESO. PESCADOR ARTESANAL. GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (GPS). DOCUMENTO OBRIGATÓRIO. APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DESTE COLEGIADO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 020. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela União Federal em face de acórdão exarado por Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, com o seguinte teor:
ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. SEGURO-DEFESO. PESCADOR ARTESANAL. NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA IMPOSTA PELO JUÍZO A QUO. IRRELEVÂNCIA ANTE A AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXIGÊNCIA IMPOSTA. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DAS NORMAS REGENTES. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
01. Nos termos do art. 1º, da Lei n.º 10.779/03, o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.
02. O artigo 2º da Lei nº 10.779/2003, por sua vez, preconiza que o pescador artesanal, para se habilitar ao recebimento do benefício, deverá apresentar, dentre outros documentos, o comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como pescador, bem como do pagamento da contribuição previdenciária. Neste mesmo sentido a Resolução nº 657/2010 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) prevê em seu artigo 2º, inciso IV que, para ter direito ao recebimento do seguro desemprego, o pescador deve comprovar o recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
03. No caso dos autos, a parte autora requer o recebimento do seguro defeso referente aos períodos de 01/10/2010 a 28/02/2011, 01/10/2011 a 28/02/2012 e 01/11/2012 a 28/02/2013. Muito embora o juiz sentenciante informe que o pagamento da contribuição previdenciária para a habilitação ao benefício deve ser feito entre o término do recebimento dos valores relativos ao último seguro-defeso e o início do defeso subsequente, o que não foi cumprido pelo autor desta demanda, tal fato, contudo, não tem o condão de impedir o recebimento do benefício, já que a interpretação sistemática que se deve atribuir às normas que regem a matéria é a de que os pescadores artesanais, por serem segurados especiais, não são obrigados ao recolhimento.
04. A exigência contida no inciso II, do art. 2º, da Lei nº 10.779/03 deve ser dirigida ao pescador empregado ou aquele que exerce a pesca numa dimensão de maior vulto, qual seja, possui barco de grande porte, que necessita de empregados para a execução da pesca.
05. Com efeito, ficou comprovando nos autos o direito da recorrente ao recebimento do seguro defeso requerido.
06. Recurso conhecido e parcialmente provido.
VOTO
1. RELATÓRIO:
Trata-se de recurso interposto pela parte autora contra sentença que julgou improcedente o seu pedido de recebimento das parcelas do seguro-defeso referentes aos períodos de novembro de 01/10/2010 a 28/02/2011, 01/10/2011 a 28/02/2012 e 01/11/2012 a 28/02/2013.
Alega a recorrente que, muito embora tenham solicitado o Registro Geral de Pescador - RGP em 02/09/2009, tal documento não fora emitido, circunstância que ocasionou a perda dos Seguros Defesos referentes a 01/10/2010 a 28/02/2011, 01/10/2011 a 28/02/2012 e 01/11/2012 a 28/02/2013.
Ressaltam que se enquadram perfeitamente nas disposições da Lei nº 10.779/2003, haja vista possuírem os documentos necessários à concessão do benefício, inclusive a comprovação de quitação, no tempo correto, das contribuições previdenciárias correspondentes ao aludido período do defeso.
Em contrarrazões, a União salienta que o(s) recorrente(s) não fazem jus ao benefício porque a parte autora efetuou o recolhimento da GPS referentes ao período, ou seja, fez o recolhimento de forma tardia, após o termino do seguro defeso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. FUNDAMENTAÇÃO:
Nos termos do art. 1º, da Lei n.º 10.779/03, o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.
O artigo 2º da Lei nº 10.779/2003, por sua vez, preconiza que o pescador artesanal, para se habilitar ao recebimento do benefício, deverá apresentar, dentre outros documentos, o comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como pescador, bem como do pagamento da contribuição previdenciária. Neste mesmo sentido a Resolução nº 657/2010 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) prevê em seu artigo 2º, inciso IV que, para ter direito ao recebimento do seguro desemprego, o pescador deve comprovar o recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
No caso dos autos, a parte autora requer o recebimento do seguro defeso referente aos períodos de 01/10/2010 a 28/02/2011, 01/10/2011 a 28/02/2012 e 01/11/2012 a 28/02/2013. Muito embora o juiz sentenciante informe que o pagamento da contribuição previdenciária para a habilitação ao benefício deve ser feito entre o término do recebimento dos valores relativos ao último seguro-defeso e o início do defeso subsequente, o que não foi cumprido pelo autor desta demanda., tal fato, contudo, não tem o condão de impedir o recebimento do benefício, já que a interpretação sistemática que se deve atribuir às normas que regem a matéria é a de que os pescadores artesanais, por serem segurados especiais, não são obrigados ao recolhimento.
Portanto, a exigência contida no inciso II, do art. 2º, da Lei nº 10.779/03 deve ser dirigida ao pescador empregado ou aquele que exerce a pesca numa dimensão de maior vulto, qual seja, possui barco de grande porte, que necessita de empregados para a execução da pesca.
Diante de tais argumentos, a decisão de 1ª instância há de ser reformada.
3. CONCLUSÃO:
Ante todo o exposto, conheço o recurso e lhe DOU PARCIAL PROVIMENTO para Condenar a parte ré pagar à parte autora o valor das parcelas do seguro-defeso do período de 01/10/2010 a 28/02/2011, 01/10/2011 a 28/02/2012 e 01/11/2012 a 28/02/2013, acrescidas de correção monetária, incidente desde o vencimento de cada uma delas, e juros de mora mensais desde a citação, conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal.
Sem custas. Condeno a parte recorrida, vencida, em honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
É como voto.
Sustenta, em síntese, que o beneficiário deve comprovar o pagamento de Guia de Previdência Social (GPS), requisito indispensável para a concessão do seguro defeso.
Aponta como paradigma julgado desta TNU (PEDILEF n.º 00017371620104025167).
2. O Min. Presidente desta TNU determinou a distribuição do incidente para melhor análise.
3. Considero válido(s) o(s) paradigma(s) para fins de conhecimento do incidente.
4. Entendo que o pleito de uniformização merece ser provido.
Isso porque a jurisprudência deste colegiado entende, sim, que a GPS é documento necessário para a concessão do seguro defeso:
SEGURO DESEMPREGO. PESCADOR ARTESANAL. PERÍODO DE DEFESO. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS. COMPROVANTE DE PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INDISPENSABILIDADE. LEI Nº 10.779/03. 1. O segurado especial sujeita-se a contribuição obrigatória sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção. Se vender o pescado para empresa ou cooperativa, o segurado especial não terá em seu poder o comprovante de recolhimento da contribuição, mas deverá reter o documento que comprova a aquisição da mercadoria pela pessoa jurídica que se sub-rogou na responsabilidade pelo recolhimento da contribuição e que forma prova suficiente para instruir o requerimento de seguro-desemprego. Nos demais casos, o próprio segurado especial ficará obrigado a recolher a contribuição, indicando na guia de recolhimento o número de Cadastro Específico do INSS - CEI, e esse documento será igualmente suficiente para instruir o requerimento de seguro-desemprego. 2. Para os fins do art. 2º, II, da Lei nº 10.779/03, o segurado especial não precisa exibir a GPS referente ao recolhimento de contribuição facultativa, mas se sujeita ao ônus de apresentar: (i) a nota fiscal de venda do pescado a adquirente pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica; ou (ii) o comprovante de recolhimento direto da contribuição obrigatória, com identificação do CEI - Cadastro Específico do INSS. 3. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011. 4. Incidente de uniformização de jurisprudência improvido. (PEDILEF 00017371620104025167, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU 13/07/2012) (grifei)
5. Em face do exposto, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência veiculado pela União merece ser conhecido e provido, devendo os autos, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado ao entendimento esposado neste voto-ementa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER E PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 16 de junho de 2016.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5016483-19.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JULIO DOS SANTOS GENEROSO
PROC./ADV.: MARCIO LOCKS FILHO
OAB: SC-11208
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

EMENTA

PEDILEF. PAGAMENTO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA. URL INSERVÍVEL. QUESTÃO DE ORDEM Nº 03 DA TNU. SEGUIMENTO NEGADO.
Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PEDILEF) interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que conheceu e deu provimento ao recurso do autor para julgar procedente a pretensão autoral, que se pautava na possibilidade de concessão do pagamento em pecúnia de licença prêmio não usufruída.
A parte requerente houve por bem oferecer pedido de uniformização, alegando divergência entre a decisão ora atacada e paradigma da Quinta Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (Processo nº 0009977-85.2009.4.03.6303).
O incidente de uniformização foi admitido na origem.
É o breve relatório.
DECIDO.
Logo de pano, o recurso não merece ser conhecido quanto ao paradigma trazido pela parte recorrente, haja vista que, em que pese ter apresentado no acórdão anexo a seguinte URL (http://columbo2.cjf.jus.br/juris/popupImpressao.jsp), esta fonte eletrônica mostra-se inservível para assegurar a autenticidade do conteúdo das decisões reportadas. Consequentemente, torna-se inexequível a verificação da divergência suscitada.
Nesse sentido, constata-se o descumprimento do determinado pela Questão de Ordem Nº3 da Turma Nacional de Uniformização, o que impede o conhecimento do aresto paradigma colacionado. Vejamos:
"A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade." (grifei)
Por efeito, voto no sentido de NEGAR SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU - Convocada em regime de mutirão

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização, por unanimidade, decidiu NEGAR SEGUIMENTO ao presente Incidente de Uniformização, nos termos da ementa-voto da Juíza Federal relatora.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 16 de junho de 2016.

ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI
Juíza Federal Relatora Suplente da TNU - Convocada em regime de mutirão

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando os termos do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, c/c com o art. 103, § 6º, da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017), resolve:
Art. 1º Dar publicidade ao saldo das autorizações para provimento de pessoal, constantes do Anexo V das Leis Orçamentárias de 2015 e 2016, passível de ser utilizado em 2017, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	SALDO
CARGOS E FUNÇÕES VAGOS	74

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

SECRETARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 7 de fevereiro de 2017

A Secretária de Administração - Substituta do Tribunal Superior do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o contido no processo TST nº 504.225/2016-2, comunica à empresa FERNANDA SAMPAIO ROCHA ME - ME, inscrita sob o CNPJ nº 09.510.510/0001-83, em função da não localização no endereço contratual, que está aberto prazo de 5 dias úteis para apresentação de recurso contra a aplicação da penalidade administrativa de advertência, por descumprimento de obrigações referente à nota de empenho 2016NE001752.

MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI
Substituta

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 6 de fevereiro de 2017

PROCESSO TRT/Nº 923/2014
Ratifico a dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666, de 21.6.1993, para prorrogar o contrato de prestação de serviços e venda de produtos, firmado com Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0009-60, pelo período de 12 meses, a contar de 2.3.2017, no valor global estimado de R$ 800.000,00.

Em 7 de fevereiro de 2017

PA nº 625/2013
Ratifico a inexigibilidade de licitação para prorrogar o contrato da Empresa W.J. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ nº 05.116.014/0001-99, para prestação dos serviços de manutenção, suporte técnico e de atualizações do Software SIABI - Módulos Biblioteca e Memorial, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, no valor mensal de R$ 773,96, por período de 12 meses, a contar de 1º de março de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 532, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Altera o artigo 3.º da Resolução Cofen n.º 503/2016, que estabelece procedimentos para Plano Plurianual, Proposta e alterações orçamentárias e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e
CONSIDERANDO a competência do Cofen descrita no art. 8º, inciso IX e art. 15, inciso XII, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973;
CONSIDERANDO a Lei nº 4.320/1992, que trata das Finanças Públicas;
CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 23, inciso XIV, do Regimento Interno do Cofen, que compete ao Plenário do Cofen deliberar sobre pareceres e instruções para uniformidade de procedimentos, e regular funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem;
CONSIDERANDO o Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen/Coren, aprovado pela Resolução Cofen nº 340/2008, e
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen, durante a realização de sua 485ª ROP, bem como todos os documentos acostados ao Processo Administrativo Cofen no 0772/2016; resolve:
Art. 1º Alterar o artigo 3º da Resolução Cofen n.º 503/2016, que passar a ter a seguinte redação:
"Art.3º Deverá ser apresentado pela Tesouraria após 30 (trinta) dias da aprovação da proposta orçamentaria, o Cronograma Anual de Desembolso, que consiste na programação mensal de cada grupo de receita e despesa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§1º Deverá ainda, a Tesouraria apresentar após 15 (quinze) dias da aprovação das reformulações orçamentárias, o cronograma anual de desembolso atualizado;

§2º A Controladoria Geral deverá trimestralmente realizar o controle e acompanhamento do cumprimento do cronograma anual de desembolso;

§3º A Controladoria Geral ou órgão de controle interno deverá efetuar, trimestralmente, a avaliação das metas mensais fixadas emitindo relatório à Diretoria, no prazo regimental;

§4º Se verificado, ao final de um trimestre, que a realização da receita não comportará o cumprimento das metas, a Controladoria Geral poderá propor ao Plenário do Cofen medidas para atingimento das metas propostas. "

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no ato da publicação, ficando a sua implementação e acompanhamento, em fase experimental, no exercício de 2017 e, a implementação definitiva a partir do exercício fiscal de 2018.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
Primeira-Secretária

DECISÃO Nº 20, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Institui e implementa o Manual de Substituições - MAN 102 - Governança Vertical e Governança Horizontal.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº. 421, de 15 de fevereiro de 2012 e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Enfermagem baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de suas ações e procedimentos, resguardando o seu bom funcionamento, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Lei 5.905/73;

CONSIDERANDO que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência", nos termos do artigo 37, caput, da CF/88;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 22, inciso X, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 493/2015 alterada pela Resolução Cofen nº 530/2016;

CONSIDERANDO todos os documentos acostados aos autos do Processo Administrativo Cofen nº 758/2016;

CONSIDERANDO, por fim, a deliberação do Plenário do Cofen em sua 485ª Reunião Ordinária; decide:

Art. 1° Aprovar e instituir o Manual Padrão - MAN 102, que implementa o Manual de Substituições - MAN 102 - Governança Vertical e Governança Horizontal no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem/Cofen, disponibilizado para consulta no sítio eletrônico do Cofen na internet: http://www.cofen.gov.br.

Art. 2º Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 2017, revogando as demais disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 400, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Altera a Resolução CRCSC nº 364/2014 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a concessão de diárias para conselheiros, delegados, professores de curso de especialização, palestrantes, terceiros, membros de comissões, quando ocorrerem deslocamentos ou viagens necessárias ao atendimento de encargos institucionais do CRCSC e Resolução CRCSC nº 365/2014 de janeiro de 2014 que dispõe sobre a concessão de diárias para empregados do CRCSC.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando o previsto no art. 12 da Resolução 364/2014 e art. 11 da Resolução 365/2014, que tratam do reajuste anual das diárias de conselheiros, delegados, professores de curso de especialização, palestrantes, terceiros, membros de comissões e empregados; resolve:

Art. 1º. Alterar os valores da diária previsto no art. 7º da Resolução CRCSC nº 364/2014, que passam aos seguintes:

	NO ESTADO		FORA DO ESTADO	
GRUPO	Integral	Fracionada	Integral	Fracionada
Conselheiro	590,00	295,00	645,00	323,00
Delegados e Professores*, Palestrantes, Membros de Comissões e Grupos de Trabalhos	447,00	224,00	539,00	270,00
Terceiros	323,00	162,00	378,00	189,00

Art. 2º. Alterar os valores da diária previsto no art. 5º da Resolução CRCSC nº 365/2014, que passam aos seguintes:

DIÁRIAS DE FUNCIONÁRIOS		
	Diária Integral	Metade da Diária
Estado	124,00	62,00
Fora do Estado	174,00	87,00

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Aprovada na 01ª Reunião Plenária de 2017, realizada em 18 de janeiro de 2017.

MARCELLO ALEXANDRE SEEMANN
Presidente do CRCSC

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.612, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Constitui a Subcomissão Técnica de Licitação, para os fins que especifica, nos termos da legislação vigente.

O Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade da contratação de agência de propaganda/publicidade para a realização da campanha institucional do CREF4/SP,

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, bem como, na Lei Federal 8.666/93, que regula e disciplina, respectivamente, a realização de licitação para a contratação pela Administração Pública,

CONSIDERANDO, especificamente, o disposto no § 1º do art. 10, da Lei Federal n. 12.232/10, que trata do procedimento de licitação para a contratação de agência de propaganda pela Administração Pública, exigindo que as propostas técnicas sejam analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderá manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou a entidade responsável pela licitação,

CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria do CREF4/SP, tomada na reunião do dia 06 de Fevereiro de 2017. Determino:

Art. 1º. A constituição da Subcomissão Técnica de Licitação, em caráter especial e transitório, para a finalidade estrita de análise e julgamento das propostas técnicas do Processo Licitatório nº 1108/16, cujo objeto é a contratação de agência de publicidade/propaganda para a realização da campanha institucional do CREF4/SP.

Parágrafo Único: A Subcomissão Técnica de Licitação atuará vinculada a Comissão Especial de Licitação do CREF4/SP.

Art. 2º. A Subcomissão Técnica de Licitação será composta por 3 (três) membros, oportunamente escolhidos, obedecidos os trâmites previstos no § 2º, art. 10 da Lei Federal n. 12.232/10.

Parágrafo único. Os trabalhos relativos a avaliação das propostas técnicas e demais procedimentos necessários a serem realizados pela Subcomissão Técnica, serão de forma voluntária, não remunerada.

Art. 3º. Os demais requisitos para a composição da Subcomissão Técnica de Licitação serão previstos em edital específico, obedecidos os princípios constitucionais e legais, especialmente a Lei Federal n. 12.232/10.

Art. 4º. Esta Portaria, assim como a presente Subcomissão Técnica de Licitação, vigorará até o término do Processo Licitatório nº 1108/16.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

DECISÃO Nº 2, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

Revoga o artigo 2º da Decisão Coren-BA nº 013/2016 dispõe sobre o pagamento das anuidades referentes ao exercício de 2017, no âmbito do Coren-BA.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia - COREN-BA, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, e

CONSIDERANDO a Decisão Coren-BA nº 013/2016 de que dispõe sobre o pagamento das anuidades referentes ao exercício de 2017, no âmbito do Coren-BA, publicada no DOU em 19/12/2016;

CONSIDERANDO o atraso no envio dos boletos das anuidades para os profissionais de enfermagem, em razão da quebra do contrato com a empresa responsável pela emissão dos boletos;

CONSIDERANDO a 503ª Reunião Plenária que decidiu sobre a alteração da data de desconto nos pagamentos da anuidade; decidem:

Art. 1º Alterar a data de desconto de 10% no pagamento da cota única das anuidades, passando o artigo 2º da Decisão nº 013/2016 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As anuidades terão vencimento em 31 de março de 2017 e poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - Desconto de 10% em cota única para pagamento até 28 de fevereiro de 2017;

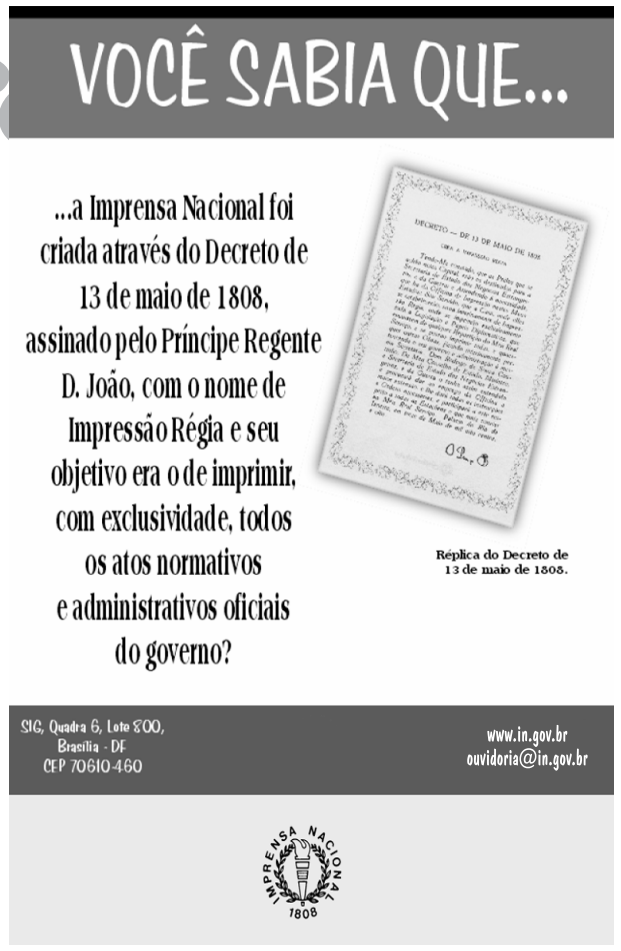
II - Sem desconto, em cota única até 31 de março, ou em até 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, desde que a última parcela não ultrapasse o exercício fiscal.

Parágrafo Único - Caso o pagamento não seja realizado até 31 de março ou se o parcelamento previsto no inciso IV deste artigo se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Nacional de Preço do Consumidor - INPC e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros 1% (um por cento) ao mês."

Art. 2º - Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial..

MARIA LUISA DE CASTRO ALMEIDA
Presidente do Conselho

ORLANEIDE SANTOS DA SILVA
Primeira Secretária



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS